

CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

EXERCÍCIO DE 2012

PROCESSO Nº : 9.279-7/2013
PRINCIPAL : GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
ASSUNTO : RELATÓRIO CONCLUSIVO SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE
GOVERNO
RESPONSÁVEL : SILVAL DA CUNHA BARBOSA
RELATOR : CONSELHEIRO DOMINGOS NETO

1. APRESENTAÇÃO

O Governo do Estado de Mato Grosso, em cumprimento ao disposto no artigo 66, inciso X, da Constituição Estadual, encaminhou a Prestação de Contas referente ao exercício de 2012 à Assembleia Legislativa dentro do prazo de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa no ano de 2013.

O controle externo a cargo da Assembleia Legislativa é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, a quem compete a emissão de parecer prévio com o objetivo de fornecer subsídios ao julgamento das Contas Anuais do Governo do Estado, conforme estabelece o artigo 47 da Constituição Estadual.

Em razão disso o processo de Contas Anuais do Governo do Estado foi autuado nesta Corte em 04 de abril de 2013, sob o número 9279-7/2013, tendo como relator este Conselheiro.

A análise da Prestação de Contas do Governo Estadual coube à Comissão Técnica designada por meio da Portaria nº 025/2013, expedida e publicada em 08/03/2013, que é composta pelos seguintes servidores:

Secretaria de Controle Externo da Quinta Relatoria:

- Zenilda Nérís da Silva Corrêa - Auditor Público Externo - Subsecretária de Controle Externo
- Luiz Eduardo Corrêa de Oliveira - Auditor Público Externo - Subsecretário de Controle Externo
- Marley Ferreira Leite Bruno - Auditor Público Externo
- Marilene Dias de Oliveira - Auditor Público Externo
- Valdir Cereali - Auditor Público Externo
- Allisson Francis Vicente de Moraes - Auditor Público Externo
- Sibeles Taveira de Carvalho - Auditor Público Externo

Secretaria de Controle Externo de Obras e Serviços de Engenharia:

- Narda Consuelo Vitório Neiva Silva – Auditor Público Externo – Secretária de Controle Externo de Obras e Serviços de Engenharia
- Nelson Yuwao Kawahara – Auditor Público Externo – Assessor Técnico da Secretaria de Controle Externo de Obras e Serviços de Engenharia
- Nilson José da Silva – Auditor Público Externo

Secretaria de Controle Externo de Atos de Pessoal:

- Oziel Martins da Silva – Auditor Público Externo – Secretário de Controle Externo de Atos de Pessoal
- Carlos Augusto Bordieri – Auditor Público Externo

Coordenadoria de Tecnologia da Informação:

- Maurício de Lima

O relatório técnico resultante dessa análise consolida uma visão geral do Governo do Estado, abrangendo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas, assim como Autarquias, Fundações, Sociedades de Economia Mista e Empresas Estatais. No entanto, o Parecer Prévio se restringe aos atos de governo, os quais serão julgados pela Assembleia Legislativa, nos termos do artigo 26, VII, da Constituição Estadual.

Por fim importa destacar que o exame das Contas Anuais do Governo do Estado, diante de sua relevância, é uma das principais atribuições dessa Corte, consolidando a função precípua do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso no sentido de fiscalizar a legalidade, legitimidade e economicidade das despesas públicas, acompanhando a correta aplicação dos recursos públicos para que retornem em serviços de qualidade à sociedade.

2. INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, por meio da Comissão Técnica designada para acompanhamento e análise da Contas Anuais do Governador do Estado no exercício 2012, apresentou o relatório técnico decorrente da análise do resultado das contas estaduais nas áreas contábil, orçamentária, financeira e patrimonial, com a finalidade de subsidiar a emissão do parecer prévio pelo Tribunal Pleno.

Esse relatório teve por objeto de análise o Balanço Geral do Estado, o Relatório da Auditoria Geral do Estado - AGE, o Plano de Providências elaborado pela AGE em conjunto com os órgãos envolvidos e demais documentos, relatórios e demonstrativos contábeis disponibilizados pelo Governo do Estado de Mato Grosso.

O resultado dessa análise foi organizado em dezenove capítulos para melhor facilitar sua análise e entendimento. No primeiro capítulo faz-se a apresentação do relatório e da equipe técnica responsável pelo acompanhamento e análise das Contas de Governo Estadual 2012 enquanto que no capítulo 2 é feita a introdução ao trabalho realizado.

O capítulo 3 apresenta o perfil do Ente Estadual, que compreende os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, os órgãos constitucionais e demais entidades da Administração Indireta. Portanto, esse capítulo trata da macroestrutura do Poder Executivo, bem como da estrutura dos demais poderes e órgãos.

O capítulo 4 contempla um resumo do panorama sócio-econômico do Estado, contextualizando-o em relação ao Brasil e ao mundo, em termos históricos e na projeção para os próximos anos.

O capítulo 5 contém análise das providências adotadas pelo Governo do Estado acerca das recomendações e determinações do TCE-MT nas Contas de Governo do exercício de 2011, permitindo verificar o grau de empenho da Administração Estadual na

regularização das não-conformidades identificadas.

Os capítulos 6 a 12 contém análise por áreas temáticas: cap. 6 - Gestão Fiscal – analisa o equilíbrio orçamentário na gestão pública sob a ótica a Lei de Responsabilidade Fiscal; cap. 7 - Gestão Orçamentária - analisa os instrumentos de planejamento e execução orçamentária; cap. 8 - Gestão Financeira – analisa o fluxo financeiro de recursos; cap. 9 - Gestão Patrimonial; cap. 10 – Gestão Previdenciária – aborda o a situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência do Estado; cap. 11 – Gestão de Pessoal – analisa a movimentação do quadro de pessoal do governo e cap. 12 – Gestão de Obras Públicas – foca a análise nas obras e serviços de engenharia executados pelo Governo, com o Estado sendo uma das sedes da copa do mundo de 2014.

No capítulo 13 é realizada a avaliação dos resultados das políticas públicas estaduais nas áreas de Educação, Saúde e Segurança Pública, demonstrando a evolução dos índices estaduais em relação à média Brasil.

O capítulo 14 contém análise de Balanços do Governo (Demonstrações Contábeis) e o capítulo 15 o Instituto de Saúde dos Servidores do Estado.

O capítulo 16 traz avaliação de programas de governo implementados por ocasião da execução orçamentária de 2012.

O capítulo 17 aborda o Controle Interno estadual, a atuação da Auditoria Geral do Estado, dos Núcleos Sistêmicos e da centralização de atividades pelo Estado de Mato Grosso.

No capítulo 18, com a finalidade de contribuir para o fortalecimento da Administração Pública Estadual no que se refere aos atos de Governo, são apresentadas recomendações e determinações às Contas Anuais de 2012.

Por fim, no último capítulo, foram sintetizados os achados de auditoria inerentes ao exame das Contas Anuais do Governo do Estado de Mato Grosso no exercício de 2012.

3. PERFIL DA ENTIDADE PÚBLICA

Apresenta-se, a seguir, a macroestrutura do Poder Executivo Estadual e a estrutura dos demais poderes e órgãos do Estado de Mato Grosso.

3.1. Poder Executivo

Compõem o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, os órgãos da Administração Direta (Governadoria e Secretarias), assim como as demais entidades vinculadas às Secretarias (Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista), que integram a Administração Indireta estadual.

3.1.1. Administração Direta

De acordo com o artigo 4º da Lei Complementar Estadual nº 14/1992, a Administração Direta do Poder Executivo será exercida por órgãos integrantes da Governadoria, das Secretarias de Estado e por órgãos autônomos.

Assim, a estrutura organizacional básica da Administração Direta estadual compreende os seguintes órgãos e secretarias (art. 10º da LC 14/1992, alterado pela L.C. nº 413/2010 e L.C. Nº 427/2011):

1 1. Governadoria:

- 1.1 Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social;
- 1.2 Conselho de Governo;
- 1.3 Vice-Governadoria;

- 1.4 Casa Civil;
- 1.5 Casa Militar;
- 1.6 Auditoria-Geral do Estado.
- 1.7 Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo - SECOPA (vinculada ao Gabinete do Governador do Estado, conforme art. 1º da L.C. Nº 434/2011)

2 Órgãos Institucionais:

- 2.1 Procuradoria-Geral do Estado;
- 2.2 Defensoria Pública do Estado.

3 Secretarias de Estado:

- 3.1 Secretaria de Estado de Administração – SAD;
- 3.2 Secretaria de Estado das Cidades – SECID;
- 3.3 Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SECITEC;
- 3.4 Secretaria de Estado de Comunicação Social – SECOM;
- 3.5 Secretaria de Estado de Cultura – SEC;
- 3.6 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar – SEDRAF;
- 3.7 Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo – SEDTUR;
- 3.8 Secretaria de Estado de Educação – SEDUC;
- 3.9 Secretaria de Estado de Esportes e Lazer – SEEL;

- 3.10 Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ;
- 3.11 Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia – SICME;
- 3.12 Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH;
- 3.13 Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA;
- 3.14 Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN;
- 3.15 Secretaria de Estado de Saúde – SES;
- 3.16 Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESP;
- 3.17 Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social – SETECS;
- 3.18 Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana – SETPU.

4 Órgãos Desconcentrados:

- 4.1 Vinculados à Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESP:
 - 4.1.1 Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso – PJC/MT;
 - 4.1.2 Polícia Militar do Estado de Mato Grosso – PMMT;
 - 4.1.3 Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso – CBMMT;
 - 4.1.4 Perícia Oficial e Identificação Técnica – POLITEC.

3.1.2 Administração Indireta

A Administração Indireta Estadual é constituída por entidades instituídas na forma de Autarquia, Fundação, Sociedade de Economia Mista, Empresa Pública e demais entidades de direito privado sob o controle direto ou indireto do Estado de Mato Grosso (art. 5º da LC nº 14/1992).

Desta forma, a estrutura organizacional da Administração Indireta está prevista no art. 10º da LC 14/1992, alterado pela L.C. nº 413/2010 e L.C. nº 427/2011, conforme transcreve-se:

1 1. Autarquias:

1.1 vinculado à Secretaria de Estado de Administração – SAD:

1.1.1 Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado - MATO GROSSO SAÚDE.

1.2 vinculados à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e de Agricultura Familiar - SEDRAF:

1.2.1 Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso – INTERMAT.

1.2.2 Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso – INDEA/MT.

1.3 vinculados à Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia – SICME:

1.3.1 Junta Comercial do Estado de Mato Grosso -JUCEMAT;

1.3.2 Instituto de Metrologia e Qualidade de Mato Grosso – IMEQ/MT.

1.4 vinculado à Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana – SETPU:

1.4.1 Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/MT.

1.5 vinculada à Vice Governadoria:

1.5.1 Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados –
AGER.

2 Fundações:

2.1 vinculadas à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SECITEC:

2.1.1 Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso –
FAPEMAT;

2.1.2 Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

2.2 vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH:

2.2.1 Fundação Nova Chance – FUNAC.

3 Sociedade de Economia Mista:

3.1 vinculadas à Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia –
SICME:

3.1.1 Companhia Mato-grossense de Mineração -METAMAT;

3.1.2 Companhia Mato-grossense de Gás - MT Gás;

3.2 vinculada à Vice Governadoria:

3.2.1 Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S.A - MT FOMENTO.

3.3 vinculada à Secretaria de Estado das Cidades – SECID:

3.3.1 Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso – SANEMAT.

4 Empresa Pública:

4.1 vinculada à Vice Governadoria:

4.1.1 Centro de Processamento de Dados do Estado de Mato Grosso – CEPROMAT.

4.2 vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e de Agricultura Familiar – SEDRAF:

4.2.1 Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S.A.- EMPAER (conforme art. 1º da L.C. nº 461/2011).

3.2 Poder Legislativo

Nos termos do artigo 21 da Constituição Estadual, o Poder Legislativo é exercido pela Assembleia Legislativa, composta de representantes do povo mato-grossense, eleitos pelo sistema proporcional, entre cidadãos brasileiros, maiores de vinte e um anos, no exercício dos direitos políticos, por voto direto e secreto, na forma da legislação federal.

A estrutura organizacional da Assembleia Legislativa de Mato Grosso foi estabelecida por meio da Lei Estadual nº 7.860/2002. Apresenta-se a seguir as Unidades Orçamentárias que compõe a Assembleia Legislativa:

01.101 - Assembleia Legislativa

01.302 - Diretoria Gestora do Extinto Fundo de Assistência Parlamentar;

01.303 - Instituto de Seguridade Social dos Servidores do Poder Legislativo.

3.3 Tribunal de Contas

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso atua na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e dos Municípios, auxiliando o Poder Legislativo no exercício do controle externo, conforme disposto nos artigos 47 e 206, parágrafo único, da Constituição Estadual.

A estrutura organizacional do Tribunal de Contas está prevista no artigo 87 da L.C. nº 269/2007 (Lei Orgânica do TCE/MT).

3.4 Poder Judiciário

Os órgãos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, estão definidos no artigo 17 da Lei Estadual nº 4.964/1985 (Código de Organização Judiciária – COJE).

Para fins contábeis, apresenta-se as Unidades Orçamentárias compreendidas no Poder Judiciário:

03.101 - Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso

03.601 - Fundo de Apoio ao Judiciário – FUNAJURIS.

3.5 Ministério Público

Nos termos do artigo 103 da Constituição Estadual, o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

O Ministério Público possui autonomia funcional e administrativa (art. 104 da C.E.) e tem sua estrutura organizacional definida no artigo 4º e seguintes da L.C. nº 416/2010 (Lei Orgânica do MP/MT). É composto das seguintes Unidades Orçamentárias:

08.101 - Procuradoria Geral de Justiça

08.601 - Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Jurídicos - FUNJUS.

3.6 Defensoria Pública

A Defensoria Pública do Estado, de acordo com o artigo 116 da Constituição Estadual, é instituição essencial à função jurisdicional, atuando junto à sociedade civil, na orientação jurídica e na defesa, em todos os graus e instâncias, dos direitos e interesses dos necessitados, na forma da lei.

A estrutura organizacional da Defensoria Pública está definida no artigo 6º da Lei Complementar nº 146/2003, alterada pela Lei Complementar nº 398/2010.

4. PANORAMA SÓCIO-ECONÔMICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Objetiva-se apresentar neste capítulo breves considerações econômicas e sociais dos últimos anos e atuais, para situar o Estado de Mato Grosso no contexto da região centro-oeste, do Brasil e do mundo, a partir de informações divulgadas pelo IBGE, Exame, Valor Econômico, Entidades governamentais como MDIC e outras publicações.

4.1. Cenário Econômico mundial e brasileiro

4.1.1. Evolução do PIB e projeção de crescimento

4.1.1.1. Mundo e Brasil

O cenário econômico mundial apresenta-se cheio de incertezas para o ano de 2013, de maneira particular na Europa, onde países encontram-se em meio a forte crise financeira e com elevado índice de desemprego, existindo muito pessimismo e sem perspectivas de melhora.

Considerando como parâmetro o crescimento médio do PIB no período de 2002-2011, a projeção para o ano de 2013 para o mundo aponta para uma leve diminuição da taxa de crescimento, com projeção para manter-se em torno de 2,0 – 2,5 para o mundo e Estados Unidos, a China reduzindo a taxa de 10,5 para 7,5 e o Brasil mantendo a média de 3,8 com a meta para ficar entre 3,5 – 4,0, taxa esta considerada muito otimista pelo

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

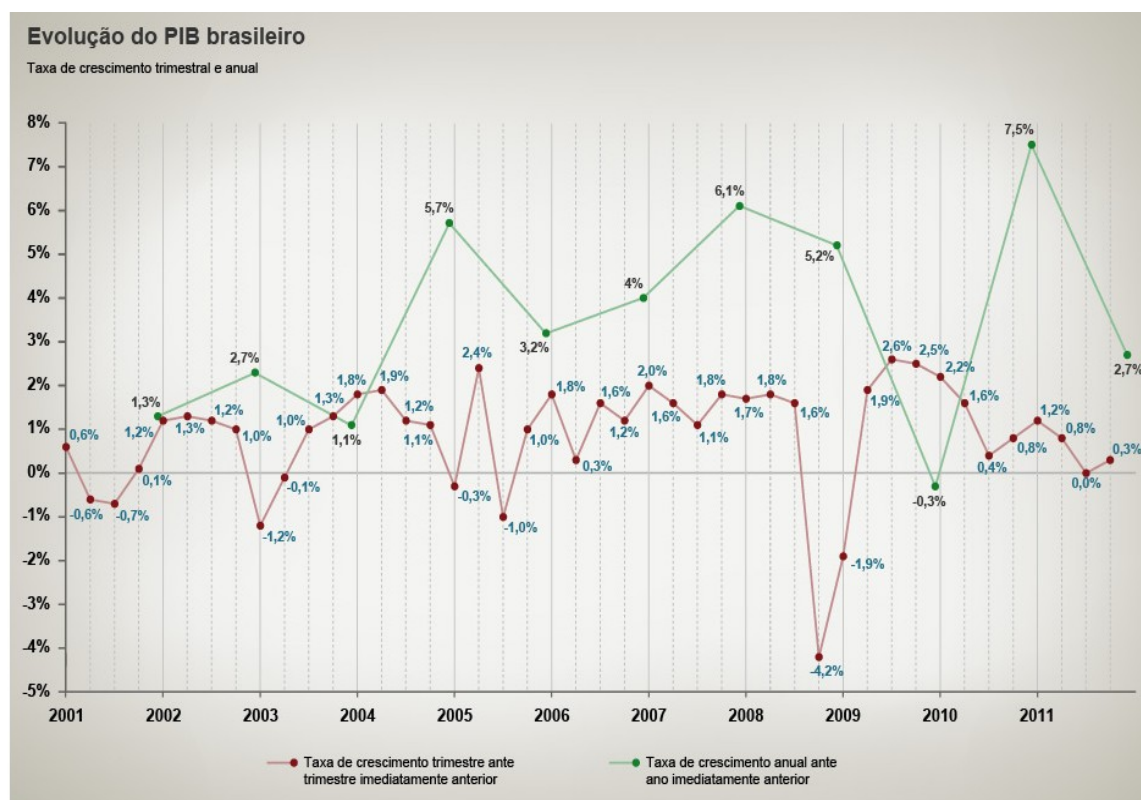
DOMINGOS

E

mercado, que em função do crescimento verificado no ano de 2012 ter sido de 0,87 projetar-se em torno de 3,0 para 2013 e 3,3 para 2014. Cita-se como importante para o Estado a projeção das exportações, que no ano de 2012 ficaram em 0,47 e que são projetadas para forte crescimento, com a meta para 3,5 no ano de 2013 e 9,0 em 2014.

Com o crescimento médio de 3,8 na última década o Brasil cresceu menos que os países chamados BRIC's, onde a China cresceu 10,5, a Índia 7,8 e a Rússia 4,8.

Gráfico 01. Evolução do PIB – Brasil – 2001 a 2011



4.1.1.2. Evolução do PIB Mato Grosso

Na série dos últimos oito anos do IBGE – 2002 a 2010 – Mato Grosso acumula crescimento de 55,8% do PIB, passou de R\$ 20,94 bilhões para R\$ 59,60 bilhões, o que imprime uma expansão média anual de 5,7%, a sexta maior entre todos os estados do Brasil, mesmo considerando que teve a pior evolução do PIB dentre todas as unidades da federação entre 2009 e 2010, conforme dados IBGE, cujo aumento apresentado foi de 3,6%, ficando abaixo da média nacional, que registrou um percentual de 7,5%.

É a segunda vez que o Estado registra um crescimento abaixo da média nacional desde 2002. A outra vez aconteceu em 2006 devido à crise no agronegócio.

A região Centro-Oeste ganhou 0,5 pontos percentuais de participação no PIB no período entre 2002 e 2010, chegando a 9,3% de participação. Mato Grosso ganhou participação nos três grandes setores econômicos (agropecuária, indústria e serviços), demonstrando um avanço consistente.

Na região Centro-Oeste Goiás tem o maior PIB, aproximadamente 50% superior ao Estado de Mato Grosso, que por sua vez é superior ao Estado de Mato Grosso do Sul em torno de 60%, conforme dados do IBGE.

No ano de 2012 o PIB do Brasil cresceu 0,87% e o PIB da região Centro-Oeste cresceu o triplo do País em 3,3%, enquanto que o Sudeste cresceu abaixo da média nacional, somente 0,5%. Considera-se que a força do agronegócio promete manter o crescimento da região acima da média nacional, chegando a 3,9% no ano de 2013, pela demanda mundial por alimentos estar aquecida, existindo boa remuneração pelos grãos.

4.1.2. Cenário Sócio-Econômico do Estado de Mato Grosso

4.1.2.1. População e área

A população e área do Estado de Mato Grosso comparativamente com os demais Estados da região Centro-Oeste:

Tabela 1: População e área - MT, região Centro-Oeste e Brasil

	Brasil	Centro-Oeste	MT	MS	GO	DF
População 2010	190.755.799	14.058.094	3.035.122	2.449.024	6.003.788	2.570.160
Área			903.366,192	357.145,532	340.111,783	5.779,999
No. Municípios			141	78	246	1

4.1.2.2. Desenvolvimento econômico do Estado

Com base nas informações disponibilizadas pelo site www.portalbrasil.net/estados – consulta em 29/04/2013, apresenta-se breve histórico sobre o desenvolvimento econômico do Estado.

A principal força econômica de Mato Grosso está na agricultura, cujo crescimento é demonstrado por recordes na produção de soja e de algodão. Desde a divisão dos estados de MT e MS, a área plantada aumenta quatro vezes e a produção, 760%. A produtividade média da soja é de 2,8 mil kg por ha, igual à norte-americana e 20% superior à brasileira. A explosão agrícola multiplica o número de cidades: na época da

divisão do estado, o norte tinha 38 municípios, hoje conta com 130. Nessas cidades interioranas, a maioria da população veio da Região Sul e impôs seus hábitos, como o chimarrão e o churrasco. Na capital, Cuiabá, a cultura pantaneira continua prevalecendo, apesar de pelo menos metade de seus quase mais de quinhentos mil habitantes ser formada por "forasteiros".

Entre 2003 e 2004 o Estado teve o segundo maior crescimento econômico do país atrás apenas do Amazonas, com crescimento do PIB em 10,3% nesses anos. A agricultura é a maior força impulsionadora de sua economia sendo líder nacional na produção de algodão e soja (35% de toda produção nacional). O município de Sorriso tem a maior área plantada de soja do mundo, com 578 mil hectares (2005).

Devido ao crescimento econômico propiciado pelas exportações, Mato Grosso tornou-se um dos principais produtores e exportadores de soja do Brasil. Entre os municípios que destacam como exportadores está Rondonópolis, maior exportador do Estado. É um dos maiores estados em relação à exploração de minérios.

A economia da capital, Cuiabá, está concentrada no comércio e na indústria. No comércio, a representatividade é varejista, constituída por casas de gêneros alimentícios, vestuário, eletrodomésticos, de objetos e artigos diversos. O setor industrial é representado, basicamente, pela agroindústria. Muitas indústrias, principalmente aquelas que devem ser mantidas longe das áreas populosas, estão instaladas no Distrito Industrial de Cuiabá (DIICC), criado em 1978. Na agricultura, cultivam-se lavouras de subsistência e hortifrutigranjeiros. O município, com um PIB de 6,67 bilhões de reais em 2005, de acordo com o IBGE, respondeu por 21,99% do total do PIB estadual, ocupando a primeira posição no *ranking* mas ainda estando abaixo de Campo Grande e Goiânia.

Cuiabá gera boa parte da energia elétrica consumida pelo Estado. Próxima ao Distrito Industrial, funciona a Usina Termelétrica de Cuiabá. Concluída em 2002 e abastecida com gás natural boliviano, através de um ramal do Gasoduto Brasil-Bolívia, ela tem potência instalada de 480 MW, respondendo, em 2005, por 23,13% do total da potência

instalada do estado.

4.1.2.3. Principais produtos gerados pelo Estado e exportações

O Estado destaca-se na produção de grãos, onde ocupa a liderança e a soja é o seu principal produto, seguido do algodão e milho, respondendo pelas exportações tendo como destinos principais a China e Estados Unidos, além de também abastecer o mercado interno.

O Estado também tem grande representatividade no setor pecuário, tendo o maior rebanho bovino do País, sendo os países europeus, a China e OS Estados Unidos os principais mercados para a carne.

No ano de o Centro-Oeste foi a região com maior crescimento das exportações brasileiras. As vendas externas foram de US\$ 25,442 bilhões, o que representa um crescimento de 22,29% em relação aos doze meses de 2011, que tiveram exportações de US\$ 20,805 bilhões. No período as exportações do Centro-Oeste representaram 10,49% do total das vendas externas brasileiras. Com importações de US\$ 12,985 bilhões, de janeiro a dezembro de 2012, o superávit regional alcançou US\$ 12,456 bilhões. Só em dezembro, as vendas externas da região (US\$ 1,866 bilhão) foram 24,53% maiores que no último mês de 2011 (US\$ 1,498 bilhão).

4.1.2.4 Principais gargalos para o crescimento econômico

As principais causas do baixo crescimento brasileiro cita-se as baixas taxas de poupança e investimento e deficiências de infraestrutura, pois enquanto ocupa a 9ª posição quanto ao tamanho do mercado, classifica-se como o 70º lugar quanto à qualidade da infraestrutura, com a situação agravada por ser um dos cinco piores países em outros critérios.

A deficiência na infraestrutura de transporte e portuária prejudicou a economia e a renda da região centro-oeste, encarecendo o custo do frete em função das

condições precárias das estradas que dificultaram o escoamento da produção agrícola e também pela demora no embarque dos produtos nos portos, principalmente em Santos, chegando a ter navios esperando mais de 30 dias para seguir viagem, com prejuízos nas relações comerciais com outros países, destacando-se a China, que cancelou compras em função do não cumprimento do prazo acordado com as empresas e agricultores da região centro-oeste.

4.1.2.5. Perspectivas futuras

O agronegócio, pilar da economia do Estado de Mato Grosso, teve forte crescimento nos últimos anos, com crescimento acima da média do PIB brasileiro no ano de 2012, com a participação relevante na produção de grãos e de carne bovina, produtos estes que ajudaram o Brasil na balança comercial e a obter crescimento positivo do PIB no ano de 2012.

Para 2013 e anos futuros projeta-se crescimento da agropecuária do Estado, com meta do PIB estadual aumentar mais que o PIB nacional, favorecido pela demanda mundial por grãos e carne, possibilitando aos produtores obter melhores remunerações.

Este cenário indica que o Estado de Mato Grosso crescerá mais que a média nacional, fortalecendo sua economia e consequentemente gerando mais renda e desenvolvimento para a sociedade.

5. POSTURA DO GESTOR EM RELAÇÃO ÀS RECOMENDAÇÕES CONTIDAS NO ACÓRDÃO DAS CONTAS DE 2011

O Parecer Prévio nº 05/2012, referente às Contas do Governo do Estado de 2011, recomendou que o Poder Legislativo Estadual oficiasse ao Poder Executivo a implementação de uma série de medidas visando aprimorar a gestão pública e evitar a ocorrência de novas falhas ou a reincidência das falhas detectadas em 2012.

A Auditoria Geral do Estado de Mato Grosso, com vistas a atender as recomendações do julgamento das Contas Anuais, elaborou um Plano de Providências das Contas de Governo/2011 (Relatório AGE Nº 56/2011) e o encaminhou a esta Corte de Contas em 26 de fevereiro de 2013.

Pela análise do Plano de Providências, se constata que o prazo para implementação da maioria das ações propostas não se exaurem em 2012, o que dificulta a cobrança do cumprimento das ações propostas. Também não há um escalonamento daquelas ações que poderiam ser implementadas gradativamente ano a ano. Por exemplo, para a recomendação 3B, poder-se-ia escalonar os incrementos necessários em anos, a contar do exercício corrente, para que até 2016 o Estado atendesse 100% da população escolarizável no ensino fundamental na idade apropriada.

Com o fim de dar maiores subsídios para que esta Corte de Contas possa acompanhar e cobrar a implementação do Plano de Providências aprovado pelo Executivo Estadual, sugere-se que o Estado, ao elaborar/ajustar o Plano de Providências, decomponha os prazos para execução das ações propostas de maneira a evidenciar o que será realizado até o final do exercício de julgamento das contas e nos exercícios seguintes até o término do prazo.

A análise pormenorizada da postura do gestor em relação às

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E

21

recomendações do Acórdão das contas de 2011 está contida nas razões do voto.

6. GESTÃO FISCAL

6.1. Análise das metas fiscais

De conformidade com o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, do Estado de Mato Grosso (Lei nº 9.606 de 04.08.2011), em cumprimento ao artigo 4º, § 1º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, as metas fiscais previstas para o exercício de 2012 estabelecidas a partir do Plano Plurianual - PPA do Estado foram as seguintes:

Tabela 2: Metas Fiscais Previstas na Lei 9.606/11

Especificação	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB a/PIB
Receita Total	12.196.305	11.200.574	18,64%
Receitas Primárias (I)	10.932.623	10.040.061	16,71%
Despesa Total	12.196.305	11.200.574	18,64%
Despesas Primárias (II)	10.810.052	9.927.498	16,53%
Resultado Primário (I – II)	122.570	112.563	0,19%
Resultado Nominal	825.400	758.012	1,26%
Dívida Pública Consolidada	6.003.608	5.513.462	9,18%
Dívida Consolidada Líquida	4.800.616	4.408.684	7,34%

Fonte: Lei nº 9606/2011 (LDO 2012) – Processo TCE-MT 19144-2/2011 Anexo I fl. 034

A Lei Orçamentária Anual – LOA, Lei nº 9.686 de 28/12/2011 projetou as Receitas e Fixou as Despesas no valor de R\$ 13.001.940,075 e provocou alterações nos valores iniciais fixados no anexo pela Lei 9.606 e os valores da mesma foram revistos e compatibilizados.

Destaca-se reduções elevadas no Resultado Primário e no Montante da Dívida.

Tabela 3: Metas Fiscais Previstas na Lei 9.686/11

Especificação	Valor		Variação	
	LDO 2012	LOA 2012	Absoluta	Relativa
	(A)	(B)	(B) - (A)	(B) / (A)
I – Receitas Não Financeiras	10.925.670	11.288.830	363.160	3,32%
II – Despesas Não Financeiras	10.810.052	12.167.095	1.357.043	12,55%
III – Resultado Primário (I - II)	115.617	-878.265	-993.882	-859,63%
IV – Resultado Nominal	825.400	1.560.101	734.701	89,01%
V – Montante da Dívida	1.386.253	834.845	-551.408	-39,78%

Fonte: Lei nº. 9606/2011 LDO 2012 / Lei 9686 LOA / Balanço Geral do Estado – Relatório Circunstanciado Sobre as Contas – Vol. I – Exercício 2012.

a) Resultado primário

No Relatório de Governo 2012 – Vol. I, Relatório Circunstanciado Sobre as Contas, Item 2.1. fl. 9, é apresentado o Demonstrativo do Resultado Primário abaixo:

Tabela 4: Metas Fiscais Previstas na LDO 2012

Especificação	Meta do Orçamento (A)	Resultado do exercício (B)	(B)/(A)
Receitas Não-Financeiras (I)	11.288.830	11.925.740	5,64%
Despesas Não-Financeiras (II)	12.167.095	11.226.812	-7,73%
Resultado Primário (I – II) Superávit	-878.265	698.928	179,58%
Montante da Dívida	834.845	1.919.444	129,92%

Fonte: Relatório Circunstanciado Sobre as Contas – Exercício 2012 - Vol. I, fl. 09.

Comentário / análise:

O referido “Demonstrativo do Resultado Primário” está incorreto por apresentar na coluna “Resultado do exercício (B)”, valores que não conferem com os Anexos VII e XVII do RREO do 6º Bimestre 2012, fls. 10 e 19, Protocolo 94099/2013 TCE-

MT.

Apresenta-se abaixo o Demonstrativo do Resultado Primário correto, que apresentou o Resultado Superavitário de R\$ 2.299,4 mil, valor 361,82% superior a previsão orçamentária.

Tabela 5: Demonstrativo do Resultado Primário

Especificação	Meta do Orçamento (A)	Resultado do exercício (B)	(B) / (A)
Receitas Não-Financeiras (I)	11.288.830	13.523.449	19,79%
Despesas Não-Financeiras (II)	12.167.095	11.223.990	-7,75%
Resultado Primário (I – II) Superávit	-878.265	2.299.459	-361,82%
Montante da Dívida	834.845	1.919.444	129,92%

Fonte: Lei nº 9606/2011 LDO 2012 / Lei 9686 LOA; Anexo VII RREO fl. 10 Processo 94099/2013 TCE-MT / Quadro 08 RREO

O Resultado Primário apurado consiste na diferença entre as Receitas Não-Financeiras que totalizaram R\$ 13.523,4 mil e as Despesas Não-Financeiras que fecharam o ano com o total de R\$ 11.223,9 mil (Despesas Liquidadas e inscritas em Restos a Pagar Não Processados).

Observa-se que as Receitas Não Financeiras realizadas foram 19,79%% superiores à previsão, enquanto que as Despesas Não Financeiras foram inferiores em 7,75%, combinação que originou em um Resultado Primário positivo de 2.299.459 mil ao invés da previsão inicial de 878 milhões negativos, ocorrendo uma variação positiva de 361,82%. Inversamente o Montante da Dívida teve um aumento significativo do realizado de 129,92% acima da previsto. O crescimento do Resultado Primário maior que o aumento do Montante da Dívida melhora a capacidade de pagamento dos juros da dívida pública.

b) Resultado nominal

Tabela 6: Demonstrativo do Resultado Nominal

Especificação	Saldo	
	Em 31.12.2011 (A)	Em 31.12.2012 (B)
I - Dívida Consolidada	4.620,9	4.536,2
II - Deduções	1.334,6	1.837,6
Ativo Disponível	774,7	1.295,3
Haveres Financeiros	891,4	888,0
(-) Restos a Pagar Processados	-331,4	-345,7
III - Dívida Consolidada Líquida (I – II)	3.286,2	2.698,6
IV - Receitas de Privatizações	0,0	0,0
V - Passivos Reconhecidos	309,2	283,1
VI - Dívida Fiscal Líquida (III+IV-V)	2.977,0	2.415,5
Especificação	Período de referência 2012	
VI - Resultado Nominal (B-A) - Déficit	-561,5	
Meta de Resultado Nominal fixado LOA compatibilizada	1.560,1	

Fonte: Relatório Circunstanciado de Contas do Governo Vol. I fl. 12

Dados do relatório:

No montante da dívida foi desembolsado R\$ 1,91 bilhão para pagamento do serviço da dívida, sendo R\$ 1.708,5 bilhão de amortização e R\$ 210 milhões para juros e encargos.

Nota-se que houve uma superação de R\$ 998,56 milhões em relação à meta prevista. Em 2012, o total de acréscimos no estoque da Dívida é de R\$ 1.534,13 milhões. As novas liberações de operações de crédito realizadas no exercício totalizaram R\$ 1.329.846.367,55 (hum bilhão trezentos e vinte e nove milhões, oitocentos e quarenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos).

Desse total R\$ 362.021.852,42 (trezentos e sessenta e dois milhões vinte e um mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e dois centavos), são de operações de crédito Internas sendo R\$ 82.596.950,00 para construção da Arena Multiuso e Entorno,

R\$ 6.725.647,49 Copa 2014 Pré-Transportes Corredor Mario Andreazza e R\$ 272.699.254,93 (duzentos e setenta e dois milhões, seiscentos e noventa e nove mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e noventa e três centavos), programa Pró Investe. As operações de crédito externas realizadas com o *Bank of America* totalizaram R\$ 967.824.515,13 (novecentos e sessenta milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, quinhentos e quinze reais e treze centavos) e foram feitas para refinanciamento da Dívida Contratual.

Os outros acréscimos, no montante de R\$ 204,28 milhões, são variações decorrentes de atualizações monetárias e ou cambiais e demais correções previstas nos contratos. Os decréscimos provenientes da amortização do principal da Dívida contratada são de R\$ 1.704,86 milhões.

Comentários / análise:

O relatório de Governo apresenta no exercício de 2012 o Resultado Nominal de R\$ 561,5 milhões deficitário, conforme Anexo XVII RREO 6o. Bimestre 2012, Protocolo 94099/2013, fl. 19, representando um decréscimo em relação ao ano anterior.

Destaca-se que o valor realizado da dívida em 31/12/2012 de R\$ 2.415,5 milhões foi superior à meta de R\$ 1.560,1 milhões em 54,83%.

c) Desempenho da Receita no exercício de 2012

Tabela 7: Desempenho da Receita no exercício de 2012

Especificação	Meta no orçamento (A)	Resultado do exercício (B)
1. Receitas Correntes	11.319,1	13.699,8
Receita Tributária	6.031,2	7.708,2
Receita de Contribuições	1.028,9	1.215,7
Transferências Correntes	3.237,6	3.213,5
Demais Receitas	1.021,4	1.562,4
2. Receitas de Capital	1.949,2	1.445,9

Sub-total	13.268,3	15.145,7
(-) Recursos do FUNDEB	1.128,0	1.179,3
(-) Outras Deduções	0,0	1.595,5
3. Total da Receita Orçamentária	12.140,3	12.370,9
4. Receita Intra-Orçamentária	861,7	966,0
Total da Receita Orçada	13.002,0	13.336,9

Dados do relatório:

Conforme Item 1.4. do Balanço Geral do Estado - Relatório Circunstanciado Sobre as Contas, Volume I, Balanço Orçamentário, Desempenho da Receita, a receita orçada para 2012 foi de R\$ 14,13 bilhões. Ao término do exercício foi registrado o montante de R\$ 16,1 bilhões. Esse desempenho resultou um superávit de execução da ordem de 14,18% superior a meta inicialmente prevista.

As participações mais expressivas, no conjunto das receitas, couberam as receitas tributárias, que representam 57.80% do total (7,7 bilhões), seguido das receitas de transferências correntes, que somaram 24,10% (R\$ 3,2 bilhões) e por fim as receitas de contribuições acumulando 9,12% do arrecadado (R\$ 1,2 bilhão). Quanto à classificação entre receitas orçamentárias e intra-orçamentárias, as orçamentárias representam 89% do total e as intra-orçamentárias 11%.

Comentário / análise:

Conforme Tabela acima Receita Orçada Consolidada (Orçamentária de R\$ 12,14 bilhões e Intra-Orçamentária de R\$ 861,7 milhões) para 2012 foi de R\$ 13,002 bilhões. Ao término do exercício foi registrado o montante executado de Receita Orçamentária de 12,37 bilhões e de Receita Intra-Orçamentária de R\$ 966,1 milhões, totalizando R\$ 13,3 bilhões. Esse desempenho resultou um déficit orçamentário de 228,9 milhões e déficit total de 333,30 milhões.

Destaca-se que a **LOA 2012, Lei 9686 de 28/12/2011 registrada no TCE-MT fixou as Receitas e as Despesas no valor de R\$ 13.001.940.075,00**. Desse total, R\$ 14.100,00 referem-se a **orçamento de investimento** da estatal MT FOMENTO, que como já foi informado, não opera no sistema FIPLAN. Os resultados aqui apresentados representam a execução dos orçamentos fiscal e de seguridade. Em decorrência deste fato, o valor total registrado no Anexo 12 é de R\$ 13.001.925.975,00.

d) Desempenho da Despesa no exercício de 2012

Tabela 8: Desempenho da Despesa no exercício de 2012

Especificação	Meta no orçamento (A)	Resultado do exercício (B)
1. Despesas Correntes	9.982,037	9.583,734
Pessoal e encargos sociais	5.284,195	5.185,581
Juros e encargos da dívida	211,790	210,360
Outras despesas correntes	4.486,052	4.187,793
3. Créditos Especiais	77,380	53,636
3. Despesas de Capital	4.767,710	2.555,257
Investimentos	2.850,660	846,753
Inversões Financeiras	7,057	0,220
Amortização da Dívida	1.909,993	1.708,284
4. Reserva de Contingência	0,000	0,000
Total Despesas Orçamentárias	14.827,127	12.192,627
5. Despesas Intra-Orçamentárias	1.018,742	953,626
Total da Despesa	15.845,869	13.146,253

Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado

Dados do relatório:

Conforme Item 1.5. do Balanço Geral do Estado - Relatório Circunstanciado Sobre as Contas, Volume I, o total da despesa executada no exercício de

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
29

2012 foi de R\$ 13,14 bilhões, sendo inferior a 17,04 % ao valor fixado. A economia orçamentária no exercício foi de cerca de R\$ 2,69 bilhões.

Comentário / análise:

A tabela acima demonstra as Despesas Orçadas totalizando R\$ 15,845 bilhões e das Despesas R\$ 13,146 bilhões, gerando um *superávit* de R\$ 2,699 milhões no exercício de 2012, cumprindo o equilíbrio preconizado na Lei de Responsabilidade Fiscal.

e) Desempenho da despesa por Poder

Dados do relatório:

O total da despesa executada no exercício de 2012 foi de R\$ 13,14 bilhões e teve a seguinte aplicação dos recursos por Poderes:

O Poder Legislativo, do total aplicado montaram em R\$ 544,61 milhões, 63% das aplicações couberam à Assembleia Legislativa e a suas vinculadas e 37% ao Tribunal de Contas.

O Poder Judiciário aplicou R\$ 808,6 milhões e desdobra seus créditos orçamentários em duas Unidades Orçamentárias: o próprio TJ responsável pela aplicação de 77,53% dos recursos e o Fundo de Apoio ao Judiciário.

O Ministério Público e a Defensoria Pública aplicam juntas 2,43 % do total dos gastos do governo, sendo que o Ministério Público e seu fundo aplicaram R\$ 254,73 milhões e a Defensoria R\$ 64,5 milhões.

Já aos valores aplicados pelo Poder Executivo, que montaram em R\$ 11,47 bilhões, cabe esclarecer que contém R\$ 1,64 bilhão referentes à participação dos municípios na receita do Estado. Ele não representa efetivamente uma aplicação de recursos na geração de bens ou serviços à sociedade, por este Poder. Contabilizado sob a

denominação “Transferência constitucional a Municípios”, é relevante em seus valores, no contexto geral, e sua execução ocorre no Poder Executivo por força das regras vigentes. Nessa concentração de recursos, estão a vinculação constitucional para Educação, Saúde, cumprimento da Emenda Constitucional nº 62/2009 e também ações de governo essenciais para a realização das políticas públicas, como por exemplo, segurança e transporte.

g) Despesa de pessoal em relação a Receita Corrente Líquida

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais do Estado de Mato Grosso atingiram em dezembro de 2012 o montante de R\$ 4.693,3 milhões, representando 51,65% da Receita Corrente Líquida, a qual encerrou o terceiro quadrimestre de 2012 com o valor acumulado de R\$ 9.087,3 milhões, conforme item 7.3, permanecendo portanto abaixo do limite prudencial de 57,0% estabelecido pelo art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme Anexo I da RGF.

h) Disponibilidades de Caixa / Restos a Pagar

h.1. Disponibilidades

Dados do relatório:

As regras para a inscrição deste tipo de obrigação (Restos a Pagar) continuou sendo a mesma dos exercícios anteriores, ou seja, a da comprovação da existência de disponibilidade financeira, ou de direito de curto prazo com alto grau de liquidez, devidamente contabilizado no ativo financeiro, nos termos definidos pela Resolução TCE nº11/2009, conforme Item 2.3. do Balanço Geral do Estado - Relatório Circunstanciado Sobre as Contas, Volume I.

As disponibilidades acrescidas de outros direitos totalizam R\$ 1.738.293.370,38 (um bilhão e setecentos e trinta e oito milhões e duzentos e noventa e três mil e trezentos e setenta reais e trinta e oito centavos), sendo: disponibilidades no montante

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS
E
31

de R\$ 1.315.862.008,35 (hum bilhão e trezentos e quinze milhões e oito mil e oitocentos e trinta e cinco centavos), direitos representados pelos derivados de utilização de saldo de disponibilidade da conta única que importa em 244.287.985,73 (duzentos e quarenta e quatro reais e duzentos e oitenta e sete mil e novecentos e oitenta e cinco reais e setenta e três centavos), e as transferências voluntárias a receber em R\$ 117.731.980,87 (cento e dezessete milhões e setecentos e trinta e um mil e novecentos e oitenta reais e oitenta e sete centavos) e os créditos intra-orçamentários a receber R\$ 60.411.395,43 (sessenta milhões e quatrocentos e onze mil e trezentos e noventa e cinco reais e quarenta e três centavos).

h.2. Restos a Pagar

Dados do relatório:

Os Restos a Pagar que consta no relatório do Governo do Estado no encerramento do exercício acumularam R\$ 950.971.937,80 (novecentos e cinquenta milhões, novecentos e setenta e um mil, novecentos e trinta e sete reais e oitenta centavos). O saldo não confere com o Anexo 14 – Balanço Patrimonial, que tem a seguinte composição:

Restos a pagar Processados	Restos a Pagar Não Processados	Total Restos a Pagar
366.615.503,89	8.064.456,74	374.679.960,63

Consta no grupo Restos a Pagar Não Processados a conta “Retificadora de Restos a Pagar Não Processados) no valor negativo de R\$ 576.291.977,17. Este valor se adicionado ao valor Total de Restos a Pagar no quadro acima totaliza o valor informado de R\$ 950.971.937,80. Portanto, no relatório do governo foi inserida a informação do valor do saldo sem considerar a dedução da conta retificadora.

Comentário / análise:

Contata-se que o saldo das disponibilidades de caixa acrescidas de direitos no valor de R\$ 1.738,3 milhões são suficientes para a cobertura das obrigações de Restos a Pagar no valor de R\$ 950,9 milhões, com sobra de R\$ 787,3 milhões.

i) Aplicação de recursos no ensino e em ações de serviços à saúde

Dados do relatório:

Da receita resultante de impostos compreendida a proveniente de transferências, foram aplicados no exercício de 2012 na manutenção e desenvolvimento do ensino 26,15%. O percentual indicado demonstra-se superior ao exigido pelo art. 212 da Constituição Federal.

Da receita líquida de impostos e transferências constitucionais e legais, o Estado aplicou no exercício de 2012 nas ações e serviços públicos de saúde 12,28%, em cumprimento às determinações da Emenda Constitucional no 29, de 14/09/00.

Comentário / análise:

Para identificar os limites constitucionais de aplicação de recursos na Educação e na Saúde, encontrou-se o valor de R\$ 6.071.839.398,96 (Itens 7.4.3.2.1./7.4.3.2.2.). Os recursos aplicados no Ensino Totalizaram R\$ 1.712.472.833,61 equivalente a 28,20% da Base de Cálculo (Item 6.2.5.) e na Saúde foram aplicados R\$ 773.976.447,08 representando 12,75% sobre a mesma base de cálculo (Item 6.2.6.).

Constata-se que foram cumpridos os limites constitucionais de aplicação de recursos na Educação e Saúde no exercício de 2012.

CONCLUSÃO

De conformidade com os dados do relatório de cumprimento de metas fiscais constata-se que o Estado:

- a) alcançou no exercício de 2012 resultado primário superavitário de R\$ 2,299 bilhões;
- b) obteve Resultado Nominal de R\$ 561,5 milhões deficitário;
- c) que o valor realizado da dívida em 31/12/2012 de R\$ 2.415,5 milhões foi superior à meta de R\$ 1.560,1 milhões em 54,83%;
- d) obteve um superávit de execução da Receita de R\$ 190,6 milhões, superior a meta inicialmente prevista em 2,308%;
- e) gerou R\$ 2,6 bilhões de economia de despesas cumprindo o equilíbrio preconizado na Lei de Responsabilidade Fiscal; cumpriu os limites constitucionais de aplicação de recursos em Saúde e Educação;
- f) assegurou o pagamento da dívida pública;
- g) cumpriu os limites definidos para despesas com pessoal e dívida consolidada líquida em atendimento às determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Destacam-se algumas observações:

1. Relatório “Demonstrativo do Resultado Primário” (Item 6.1. “a” - Resultado Primário) incorreto por apresentar na coluna “Resultado do exercício (B)”, valores que não conferem com os Anexos VII e XVII do RREO do 6o. Bimestre 2012, fls. 10 e 19, Protocolo 94099/2013 TCE-MT.

2. A LOA do exercício de 2012, Lei 9686 de 28/12/2011 registrada no TCE-MT fixou as

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
34

Receitas e as Despesas no valor de R\$ 13.001.940.075,00. Desse total, R\$ 14.100,00 referem-se a orçamento de investimento da estatal MT FOMENTO, que não opera no sistema FIPLAN. Em decorrência deste fato, o valor total registrado no Anexo 12 – Balanço Orçamentário é de R\$ 13.001.925.975,00, valor menor que a LOA. (Item 6.1 “c”).

6.2. RREO - Relatório Resumido de Execução Orçamentária:

6.2.1. Publicação dos Anexos do RREO (Art. 52, LC nº 101/00)

Tabela 9: Publicação dos Anexos do RREO (Art. 52, LC nº 101/00)

Meio de Divulgação	Local	Bimestre	Data Publicação	Prazo Legal	Status
D.O.E	Cuiabá-MT	1º	29/03/12	30/03/12	No Prazo
D.O.E	Cuiabá-MT	2º	29/05/12	30/05/12	No Prazo
D.O.E	Cuiabá-MT	3º	27/07/12	30/07/12	No Prazo
D.O.E	Cuiabá-MT	4º	28/09/12	30/09/12	No Prazo
D.O.E	Cuiabá-MT	5º		30/11/12	
D.O.E	Cuiabá-MT	6º	27/03/13	30/01/13	Fora do Prazo

Não há informações sobre a publicação do RREO do 5º Bimestre 2012. Conforme tabela acima, o Poder Executivo Estadual não cumpriu o que determina o artigo 165, § 3º da CF/88, bem como o art. 52, da LRF, pois publicou o RREO original do 6º Bimestre 2013 após decorrido o prazo legal. O mesmo foi publicado com atraso de 56 (cinquenta e seis) dias.

6.2.2. Remessa ao TCE/MT (Art. 1º e 2º, Res. Nº 02/2003)

Tabela 10: Remessa ao TCE/MT (Art. 1º e 2º, Res. Nº 02/2003)

RREO	Prazo Legal	Data Envio	Status
1º Bimestre	05/04/12	03/04/12	No Prazo
2º Bimestre	05/06/12	31/05/12	No Prazo
3º Bimestre	05/08/12	02/08/12	No Prazo
4º Bimestre	05/10/12	04/10/12	No Prazo
5º Bimestre	05/12/12		
6º Bimestre	05/02/13	05/04/13	Fora do Prazo

Não há informações sobre o envio do RREO do 5o. Bimestre 2012 ao TCE-MT. Conforme tabela acima evidencia-se que o Governo Estadual **não enviou** ao TCE/MT o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO do 6º Bimestre/2012 dentro do prazo, **em consonância** com o art. 1º, da Resolução nº 02/2003, deste Tribunal. O Relatório foi encaminhado **com atraso de 59 (cinquenta e nove) dias**.

6.2.3. Arrecadação de Impostos (art. 156,CF/88 e art. 11, LRF)

Tabela 11: Arrecadação de Impostos (art. 156,CF/88 e art. 11, LRF)

IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (A)	RECEITA ARRECADADA (B)	SUPERÁVIT/ DÉFICIT	Percentual Arrecadado (B/A) x100
ICMS (LOA)	5.145.939.757,00	6.785.383.377,71	1.639.443.620,71	131,86%
IPVA	316.925.066,00	354.216.736,63	37.291.670,63	111,77%
ITCD	25.478.082,00	45.311.836,57	19.833.754,57	177,85%
IRRF	446.230.765,00	390.719.346,67	-55.511.418,33	87,56%
Dívida Ativa	60.944.748,00	68.942.702,96	7.997.954,96	113,12%
TOTAL	5.995.518.418,00	7.644.574.000,54	1.649.055.582,54	127,50%

Fonte: Anexo VII RREO e LOA

Observação: no RREO Anexo VII consta o valor de R\$ 67.935.844,90 da Receita Arrecadada da Dívida Ativa Tributária, enquanto que no Anexo 10 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (fl. 277) o valor é de R\$ 68.942.702,96, constatando-se a diferença de R\$ 1.006.858,06 a menor no Anexo 10. Na tabela acima foi considerado o valor do Anexo 10 da Lei 4320/1964. Os valores dos demais impostos conferem entre os Anexos citados.

Comparando os valores constata-se que todos os valores realizados foram superiores aos orçados, com exceção do IRRF que atingiu 87,56%, ficando abaixo da meta.

6.2.4. Despesa c/ Amortizações, Juros e Demais Encargos Dívida

Tabela 12: Despesa c/ Amortizações, Juros e Demais Encargos Dívida (Art. 7º, Inciso II, Res. Nº 43/2001)

BIMESTRES (ATÉ)	VALOR GASTO	R.C.L (dados do RREO)	PERCENTUAL GASTO	PERCENTUAL PERMITIDO LC 101/00
1º	31.583.733,00	1.322.029.807,00	2,39	11,50%
2º	377.775.671,00	2.754.767.265,00	13,71	11,50%
3º	568.262.180,00	4.254.247.116,00	13,36	11,50%
4º	759.047.717,00	5.748.092.745,00	13,21	11,50%
5º	1.832.760.687,00	7.158.800.726,00	25,6	11,50%
6º	1.919.443.733,00	8.889.944.031,00	21,59	11,50%

Fonte: Anexo I e III RREO / 6o. BIM Valor gasto (Anexo 2A e Vol. I Relatório fl. 15)

A tabela acima demonstra que houve excesso no pagamento de despesas com juros, encargos e amortização da Dívida no exercício de 2012. Porém considerando o disposto na Lei 9.496/97, conforme mencionado no item 4.3 c deste relatório, o dispêndio foi de 10,80%, não ultrapassando o limite previsto no Inciso II, do art. 7º, da Resolução nº 43/2001, de 21.12.2001, do Senado Federal.

6.2.5. Despesas com Ensino (Art. 212, CF/88)

Tabela 13: Despesas com Ensino (Art. 212, CF/88)

BIMESTRES (ATÉ)	VALOR APLICADO	PERCENTUAL APLICADO	MÍNIMO CONSTIT.
1º	238.563.271,30	23,31%	25%
2º	470.864.983,94	23,42%	25%

BIMESTRES (ATÉ)	VALOR APLICADO	PERCENTUAL APLICADO	MÍNIMO CONSTIT.
3º	738.741.697,31	23,65%	25%
4º	1.039.233.155,54	21,27%	25%
5º			25%
6º	1.693.888.526,66	26,15%	25%

Fonte: Anexo X RREO

Assim, constata-se que o governo estadual, conforme os dados constantes no RREO do 6º Bimestre de 2012 aplicou em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino o equivalente a 26,15%, atendendo ao mínimo de 25% previsto no artigo 212, da Constituição Federal.

Erro nos demonstrativos contábeis e relatórios do RREO Anexo X, com valor de R\$ 1.693.888.526,66. O valor correto aplicado na Educação é de R\$ 1.712.472.833,61, que equivale a 28,20% sobre a base de cálculo de R\$ 6.071.839.398,96 conforme Item 7.4.3.2.1. / 7.3.5 RCL

6.2.6. Despesas com Saúde (Art. 77, ADCT)

Tabela 14: Despesas com Saúde (Art. 77, ADCT)

BIMESTRE (ATÉ)	VALOR APLICADO	PERCENTUAL APLICADO	MÍNIMO CONSTITUCIONAL
1º	93.644.953,30	9,20%	12%
2º	233.283.754,59	11,62%	12%
3º	380.286.481,59	12,07%	12%
4º	514.644.131,01	10,56%	12%
5º			12%
6º	828.524.128,50	12,53%	12%

Fonte: Anexo XVI, RREO

Os dados enviados demonstram que o Poder Executivo Estadual aplicou no exercício de 2012 em ações e serviços públicos de saúde o equivalente a 12,53% da

receita líquida de imposto, atendendo a previsão do art. 77, do ADCT, da CF/88, que estabelece o percentual a ser aplicado pelo Poder Executivo Estadual de 12%.

Erro nos demonstrativos contábeis e relatórios do RREO Anexo XVI, com valor de R\$ 828.524.128,50. O valor correto aplicado na Saúde é de R\$ 773.976.447,08, que equivale a 12,75% sobre a base de cálculo de R\$ 6.071.839.398,96 conforme Item 7.4.2.2.2. / 7.3.5 RCL.

6.2.7. Resultado Orçamentário (Art. 9º, LRF)

Tabela 15: Resultado Orçamentário (Art. 9º, LRF)

Bimestres (Até)	Resultado Orçamentário	Resultado de Execução
1º	-1.968.835.076,00	348.810.539,00
2º	-1.671.524.175,16	524.554.504,57
3º	-1.550.372.076,91	664.783.044,24
4º	27.611.279,56	1.839.535.405,82
5º	322.522.343,94	1.532.279.419,28
6º	1.329.787.329,20	1.329.787.329,20

Fonte: Anexo I, RREO

Observações: Resultado orçamentário: receita arrecadada (-) despesa empenhada
Resultado de Execução: receita arrecadada (-) despesa liquidada

Os dados apresentados no RREO em relação às receitas e despesas evidenciam que o estado no encerramento do exercício apresenta resultado superavitário.

Tabela 16:

Nomenclatura	R\$	Nomenclatura	R\$
Receita arrecadada	13.523.449.266,67	Receita arrecadada	13.523.449.266,67
(-)Despesa empenhada	12.193.661.937,47	(-)Despesa liquidada	12.193.661.937,47
Resultado orçamentário	1.329.787.329,20	Resultado de Execução	1.329.787.329,20

Fonte: Anexo II 6o. Bim 2012 / Receita Arrecadada

6.2.8. Resultado Primário (Art. 53, Inciso III, LRF)

Tabela 17: Resultado Primário (Art. 53, Inciso III, LRF)

Bimestres (Até)	Receitas Fiscais Líquidas (A)	Despesas Fiscais Líquidas (B)	Superávit primário alcançado em 2012 – LOA - (A – B)
1º	1.757.427.416,50	1.234.895.367,15	522.532.049,35
2º	3.664.219.317,87	2.792.579.867,56	871.639.450,31
3º	5.664.685.162,49	4.540.317.091,54	1.124.368.070,95
4º	8.929.977.975,73	6.475.649.826,13	2.454.328.149,60
5º	10.939.376.416,69	8.150.764.401,37	2.788.612.015,32
6º	13.523.449.266,67	11.223.990.578,54	2.299.458.688,13

Fonte: Anexo VII, RREO

Tabela 18: Comparação Entre as Metas Previstas e Alcançadas

Bimestres (Até)	Superávit primário alcançado	Superávit primário previsto – LOA Ajustada	Percentual alcançado/previsto
1º	522.532.049,35	-878.264.800,00	159,495957%
2º	871.639.450,31	-878.264.800,00	199,245632%
3º	1.124.368.070,95	-878.264.800,00	228,021534%
4º	2.454.328.149,60	-878.264.800,00	379,451955%
5º	2.788.612.015,32	-878.264.800,00	417,513809%
6º	2.299.458.688,13	-878.264.800,00	361,818382%

Os dados demonstram que o Estado apresenta um Resultado Primário positivo de 361,81% acima da previsão da LOA Ajustada.

6.2.9. Resultado Previdenciário (Art. 69, LRF)

Tabela 19: Resultado Previdenciário (Art. 69, LRF)

Bimestres (Até)	Receitas Previdenciárias (A)	Despesas Previdenciárias (B)	Resultado Previdenciário (A – B)
1º			
2º	299.403.084,75	392.886.172,77	-93.483.088,02

3º	450.902.709,54	614.031.296,95	-163.128.587,41
4º	621.794.799,95	869.567.581,64	-247.772.781,69
5º			
6º	1.048.865.452,96	1.391.785.399,73	-342.919.946,77

Fonte: Anexo V, RREO

A tabela acima apresenta **resultado previdenciário negativo**, demonstrando desequilíbrio financeiro entre as receitas e despesas previdenciárias, não atendendo ao que dispõe o art. 69, da LC nº 101/00.

6.2.10. Relatórios do último quadrimestre (Art. 53 § 1º e § 2º, LRF)

6.2.10.1. Demonstrativo das receitas de Operações de Crédito e Despesa de Capital (Anexo XI).

O Demonstrativo do exercício apresenta as Receitas de Operações de Crédito no valor de R\$ 1.329.846.367,55 e as Despesas de Capital Líquida no valor de R\$ 2.566.600.139,51, com o **Resultado de R\$ 1.236.753.771,96 menor das Receitas de Operações de Crédito**, cumprindo portanto a vedação legal.

6.2.10.2. Demonstrativo da projeção atuarial do regime próprio de previdência social dos servidores públicos (Anexo XIII).

O Demonstrativo do exercício de 2012 (fl. 15 RREO 6o. Bimestre 2012, Protocolo 94099/2013 TCE-MT), com data base de Dezembro de 2011 e projeção atuarial elaborada em 27/06/2011 apresenta no exercício de 2012 Receitas Previdenciárias no valor de R\$ 703.031.839,95 e Despesas Previdenciárias de R\$ 1.239.227.287,26, gerando o Resultado Previdenciário negativo de R\$ 536.195.447,31 no período.

A Avaliação Atuarial projeta Resultado Previdenciário Negativo crescente continuamente até o ano de 2048, com o mesmo iniciando leve redução a partir do ano de 2049, todavia permanecendo negativo até o ano de 2084, último ano da projeção atuarial.

Destaca-se que o Saldo Financeiro do Exercício acumulado dos anos de 2011 e 2012 é deficitário no valor de R\$ 725 milhões e com projeção para ocorrer um forte crescimento deste saldo negativo (ano de 2020 R\$ 8.397 bilhões; ano de 2030 R\$ 29.258 bilhões; ano de 2040 R\$ 68.552 bilhões e para o ano de 2048 onde inicia-se a redução do crescimento do déficit o valor é de R\$ 111.660 bilhões).

Entende-se o fundo de previdência se encontra tecnicamente insolvente por estar deficitário quanto ao Resultado Previdenciário e ao Saldo Financeiro do Exercício, requerendo que se adote medidas urgentes para sanear-lo.

6.2.10.3. Demonstrativo da receita de alienação de ativos e aplicação de recursos (Anexo XIV art. 53, § 1º, inciso III).

É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público, para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos. A tabela a seguir demonstra que a receita de alienação de ativos foi aplicada em despesas de capital, atendendo ao disposto no artigo 44, da L.C. 101/00.

Tabela 20: Demonstrativo da receita de alienação de ativos e aplicação de recursos

RECEITAS	R\$
I - Receitas de Capital – Alienação de Ativos	8.954.185,41
Alienação de Bens Móveis	2.447.884,85
Alienação de Bens Imóveis	6.506.300,56
Aplicação dos recursos da alienação de ativos (B)	388.600,76
II - Despesas de Capital	388.600,76
Investimentos	388.600,76
Inversões Financeiras	0,00

RECEITAS	R\$
Amortização da Dívida	0,00
III - TOTAL (I – II)	8.565.584,65

6.2.10.4. Justificativas da limitação de empenho e da frustração de receitas, especificando as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal, adotadas e a adotar, e as ações de fiscalização e cobrança.

Não constam justificativas.

6.2.10.5. Demonstrativo das despesas de caráter continuado derivadas das parcerias público-privadas contratadas – Lei 11.079, de 30.12.04 – art. 22 e 28 - Anexo XVII.

O Demonstrativo do exercício de 2012 (fl. 18 RREO 6º Bimestre 2012, Protocolo 94099/2013 TCE-MT) encontra-se em branco.

CONCLUSÃO

A análise das informações constantes no Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, Item 6.2. constata que:

1. O Poder Executivo Estadual não cumpriu o que determina o artigo 165, § 3º da CF/88, bem como o art. 52, da LRF, pois publicou o RREO original do 6º Bimestre 2013 após decorrido o prazo legal. O mesmo foi publicado com atraso de 56 (cinquenta e seis) dias. (Item 6.2.1);

2. O Governo Estadual não enviou ao TCE/MT o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO do 6º Bimestre/2012 dentro do prazo, em consonância com o art. 1º, F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato DOMINGOS
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt E
43

da Resolução nº 02/2003, deste Tribunal. O Relatório foi encaminhado com atraso de 59 (cinquenta e nove) dias. (Item 6.2.2). Não foi enviado o RREO do 5º Bimestre.

3. no RREO Anexo VII consta o valor de R\$ 67.935.844,90 da Receita Arrecadada da Dívida Ativa Tributária, enquanto que no Anexo 10 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (fl. 277) o valor é de R\$ 68.942.702,96, constatando-se a diferença de R\$ 1.006.858,06 a menor no Anexo 10. Na tabela acima foi considerado o valor do Anexo 10 da Lei 4320/1964. Os valores dos demais impostos conferem entre os Anexos citados. (Item 6.2.3);

4. O Saldo Financeiro Previdenciário do Exercício acumulado dos anos de 2011 e 2012 é deficitário no valor de R\$ 725 milhões e com projeção para ocorrer um forte crescimento deste saldo negativo (ano de 2020 R\$ 8.397 bilhões; ano de 2030 R\$ 29.258 bilhões; ano de 2040 R\$ 68.552 bilhões e para o ano de 2048 onde inicia-se a redução do crescimento do déficit o valor é de R\$ 111.660 bilhões). Entende-se o fundo de previdência encontra-se tecnicamente insolvente por estar deficitário quanto ao Resultado Previdenciário e ao Saldo Financeiro do Exercício, requerendo que se adote medidas urgentes para sanear-lo. (Item 6.2.10).

5. Erro nos demonstrativos contábeis e relatórios do RREO Anexo XVI, com valor de R\$ 828.524.128,50. O valor correto aplicado na Saúde é de R\$ 773.976.447,08, que equivale a 12,75% sobre a base de cálculo de R\$ 6.071.839.398,96 conforme Item 7.4.2.2.2. / 7.3.5 RCL (Item 6.2.6.);

6. Erro nos demonstrativos contábeis e relatórios do RREO Anexo X, com valor de R\$ 1.693.888.526,66. O valor correto aplicado na Educação é de R\$ 1.712.472.833,61, que equivale a 28,20% sobre a base de cálculo de R\$ 6.071.839.398,96 conforme Item 7.4.3.2.1. / 7.3.5 RCL (Item 6.2.5.);

6.3. RGF - Relatório de Gestão Fiscal

Atendendo as disposições do artigo 54 da L.C. 101/00, foram enviados

F:\CONSELHEIRO	DOMINGOS
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato	
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO	E
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt	44

quadrimestralmente a esta Corte de Contas pelo Poder Executivo o Relatório de Gestão Fiscal, como forma de transparência da gestão fiscal estabelecido no artigo 48 da mesma lei.

6.3.1. Publicação dos anexos do RGF (art. 55. § 2º, LRF)

Tabela 21: Publicação dos anexos do RGF

Meio de Divulgação	Local	Quadrimestre	Data	Prazo Legal	Status
D.O.E	Cuiabá-MT	1º	28/05/12	31/05/12	No Prazo
D.O.E	Cuiabá-MT	2º	28/09/12	30/09/12	No Prazo
D.O.E	Cuiabá-MT	3º	27/03/13	31/03/13	No Prazo

Do exposto, fica evidenciado o cumprimento do que dispõe o § 2º, art. 55, da LC nº 101/2000, visto que a publicação foi efetuada no prazo legal.

6.3.2. Remessa ao TCE/MT (Art. 1º e 2º, Res. Nº 02/2003);

Tabela 22: Remessa ao TCE/MT

RGF	Prazo Legal	Data Envio	Status
1º Quadrimestre/2012	05/06/12	31/05/12	No Prazo
2º Quadrimestre/2012	05/10/12	04/10/12	No Prazo
3º Quadrimestre/2012	05/02/12	05/04/13	Fora do Prazo

O Governo do Estado de Mato Grosso enviou ao TCE/MT o Relatório de Gestão Fiscal do 1º e 2º quadrimestre dentro do prazo estabelecido pelo art. 1º, da Resolução nº 02/2003, deste Tribunal. Porém, o 3º quadrimestre foi encaminhado com o atraso.

6.3.3. Operações de crédito/ARO (art. 10, da Res. Senado nº 43/2001) e Operações de Crédito (Art. 7º, Inciso, Res. Nº 43/01)

Tabela 23: Operações de crédito/ARO e Operações de Crédito

Nomenclatura	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
RCL	8.185.161.831,99	8.630.265.862,65	8.889.944.031,12
ARO	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito	4.349.723,77	87.236.277,99	1.057.147.112,62
Externas	0,00	0,00	967.824.515,13
Internas	4.349.723,77	87.236.277,99	89.322.597,49
% Oper. Crédito S/RCL	0,05%	1,01%	11,89%
% ARO S/RCL	0,00	0,00	0,00
Limite Oper. Crédito (16%)	1.309.625.893,12	1.380.842.538,02	1.422.391.044,98
Limite ARO (7%)	572.961.328,24	604.118.610,39	622.296.082,18

Fonte: Anexo IV, RGF

As informações contidas no Anexo IV do 1º, 2º e 3º quadrimestres demonstram que não houve realização de ARO e as Operações de Crédito realizadas estão dentro do limite legal.

6.3.4. Dívida Pública consolidada (Art. 3º, Inciso I, Res. Nº 40/2001)

Tabela 24: Dívida Pública consolidada

Nomenclatura	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	8.185.161.831,99	8.630.265.862,65	8.889.944.031,12
Dívida Consolidada Líquida - DCL	2.341.641.497,46	2.071.325.850,22	2.712.172.496,16
% da DCL sobre a RCL	28,61%	24,00%	30,51%
Limite Permitido (2 x RCL) ou 200%	16.370.323.663,98	17.260.531.725,30	17.779.888.062,24

Fonte: Anexo II, RGF

As informações contidas no Anexo IV do 1º, 2º e 3º quadrimestres demonstram que não houve realização de ARO e as Operações de Crédito realizadas estão dentro do limite legal.

Obs.: Conforme Item 7.3., abaixo, a Receita Corrente Líquida - RCL correta no ano de 2012 é de R\$ 9.087.374.428,94.

6.3.5. Garantias e contragarantias de valores (Art. 9º, Res. Nº 43/2001)

Tabela 25: Garantias e contragarantias de valores

Nomenclatura	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
RCL	8.185.161.831,99	8.630.265.862,60	8.889.944.031,12
Total das Garantias	0,00	0,00	0,00
% do total das Garantias s/ a RCL	0,00	0,00	0,00
Limite Permitido pela Resolução (22%)	1.800.735.603,04	1.898.658.489,77	1.955.787.686,85

Fonte: Anexo III, RGF

A tabela acima demonstra que não foram realizadas operações de garantia e contragarantia de valores no exercício de 2012 pelo governo do estado.

Obs.: Conforme Item 7.3. a Receita Corrente Líquida - RCL correta no ano de 2012 é de R\$ 9.087.374.428,94.

6.3.6. Despesa com pessoal Executivo (Art. 20, Inciso II, alínea “c”, LRF)

Tabela 26: Despesa com pessoal Executivo

Nomenclatura	Desp. liquidadas 1º Quadrimestre	Desp. liquidadas 2º Quadrimestre	Desp. liquidadas 3º Quadrimestre
RCL	8.185.161.831,99	8.630.265.862,85	8.889.944.031,12
Total da Despesa Líquida c/Pessoal	3.636.828.974,70	3.846.257.317,71	3.974.938.285,59
%Despesa Líquida c/Pessoal s/RCL	44,43%	44,57%	44,71%

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

Nomenclatura	Desp. liquidadas 1º Quadrimestre	Desp. liquidadas 2º Quadrimestre	Desp. liquidadas 3º Quadrimestre
Limite Máximo – 49% da RCL	4.010.729.297,68	4.228.830.272,80	4.356.072.575,25
Limite Prudencial – 46,55% da RCL	3.810.192.832,79	4.017.388.759,16	4.138.268.946,49

Fonte: Anexo I, RGF

Os dados apresentados pelos RGF's demonstram que as Despesas com Pessoal do Poder Executivo Estadual estão dentro dos parâmetros definidos pelos artigos 20 e 22 da Lei Complementar nº 101/2000 no período analisado e não ultrapassaram os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Obs.: Conforme Item 7.3. a Receita Corrente Líquida - RCL correta no ano de 2012 é de R\$ 9.087.374.428,94, com as Despesas com Pessoal do Executivo representando 40,44%.

CONCLUSÃO

A análise das informações constantes no Relatório de Gestão Fiscal - RGF, Item 6.3. constata que:

1. O Governo do Estado de Mato Grosso enviou com atraso ao TCE/MT o Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2012, conforme determina o art. 1º, da Resolução nº 02/2003, deste Tribunal. **(Item 6.3.2);**
2. O saldo da Dívida Consolidada Líquida (DCL) até o 3º quadrimestre de 2012 encontra-se dentro do limite definido pelo Inciso I, art. 3º, da Resolução do Senado nº 40/2001. **(Item 6.3.4);**
3. Não foram realizadas operações de garantia e contragarantia de valores no exercício de 2012 pelo Governo do Estado. **(Item 6.3.5);**
4. As despesas com Pessoal do Poder Executivo Estadual estão dentro dos parâmetros definidos pelos artigos 20 e 22 da Lei Complementar nº 101/2000 no período analisado e não ultrapassaram os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. **(Item 6.3.6)**

6.4. Transparência

6.4.1. Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO

Conforme Item 6.2."2", O RREO do 6º Bimestre de 2012 com prazo legal para publicação de 30/01/2013 foi publicado em 27/03/2013, com atraso de 56 (cinquenta e seis) dias, descumprindo o art. 52 da LRF.

A remessa do RREO do 6º Bimestre de 2012 prevista para envio ao TCE-MT até 05/02/2013 foi enviado em 05/04/2013, com atraso de 59 (cinquenta e nove) dias, em desacordo com art. 1º, da Resolução nº 02/2003, deste Tribunal.

6.4.2. RGF – Relatório de Gestão Fiscal

Conforme Item 6.3.'2', o Governo do Estado de Mato Grosso enviou ao TCE/MT o Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre com atraso de 60 (sessenta dias), em desacordo com o prazo estabelecido pelo art. 1º, da Resolução nº 02/2003, deste Tribunal.

As audiências públicas do 1o. e 2o. Quadrimestres de 2012 foram realizadas com atraso conforme tabela abaixo. Não há informações sobre o 3o. quadrimestre no processo 9716-0/2012 - RGF

Tabela 27: Realização de Audiências Públicas - RGF

PERÍODO	PRAZO LEGAL	DATA DA REALIZAÇÃO	SITUAÇÃO
1º. QUADRIMESTRE 2012	31/05/2012	12/06/2012	FORA DO PRAZO
2º. QUADRIMESTRE 2012	30/09/2012	05/01/2012	FORA DO PRAZO
3º. QUADRIMESTRE 2012	28/02/2013		

CONCLUSÃO

A análise das informações constantes no Item 6.4. - Transparência, com base nos dados dos Itens 6.2. RREO e 6.3. RGF, constata-se que houve prejuízo ao princípio da transparência, face aos atrasos constatados na realização de audiências públicas sobre o RGF e pelo atraso na publicação e envio do RREO e RGF ao TCE-MT (arts. 48, 52, 9 § 4o. da LRF e § 1o. do art. 166 da CRFB; art. 1º, da Resolução nº 02/2003 TCE-MT).

6.5. Avaliação das metas definidas pela 15ª Revisão do PAF para o período de 2012/2014

Tabela 28: Programa Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado de MT - Metas estabelecidas na 15a. Revisão

META	EXECUÇÃO	RESULTADO
Meta 01 – Relação Dívida Financeira / Receita Líquida Real		Não verificada
Meta 2 – Resultado Primário – obter 60 milhões negativo.	No ano de 2012 o Estado obteve o Resultado Primário Superavitário de R\$ 2.299,4 milhões, valor 361,82% superior a previsão orçamentária. O crescimento do Resultado Primário maior que o aumento do Montante da Dívida melhora a capacidade de pagamento dos juros da dívida pública. (Item 6.1.1 “a”).	Meta Cumprida.
Meta 3 – Limitar as despesas com pessoal em 60% da Receita Corrente Líquida – RCL.	No ano de 2012 as despesas com pessoal corresponderam a 44,71% sobre a RCL (Item 6.3. - 05).	Meta cumprida.
Meta 4 – arrecadar 6.902 milhões de Arrecadação Própria	No ano de 2012 foi arrecadado 7.708 milhões de Receita Tributária, equivalente a 11,68% acima da meta.	Meta cumprida.
Meta 5 – Cumprir o cronograma de ações para implantação da nova contabilidade aplicada ao setor público.	o STN prorrogou o cronograma de implantação para o ano de 2013. Meta sem efeito.	Meta sem efeito.
Meta 06 – Despesas de Investimentos		Não verificada

7. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. Peças de Planejamento e Orçamento

7.1.1. Plano Plurianual de Investimentos – PPA 2012/2015

O Plano Plurianual para o período 2011-2015 foi aprovado pela Lei nº 9.675 de 20 de dezembro de 2011, protocolado nesta Corte de Contas sob o nº 22748-0/2011, (02 volumes) em 21 de dezembro de 2012, em cumprimento à determinação contida no inciso II, do artigo 166 da Resolução 14/20007– Regimento Interno deste Tribunal.

O PPA foi publicado no Diário Oficial do Estado e divulgado no *site* da www.seplan.mt.gov.br para comprovar a observância aos princípios da publicidade e transparência e ao *caput* do art. 48 da Lei Complementar no 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

O Plano Plurianual – PPA compõe-se de 13 Objetivos Estratégicos a seguir:

- 1 – Melhorar a conservação ambiental dos biomas mato-grossenses e as práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais;
- 2 – Melhorar a qualidade do ensino fundamental e médio, universalizar o atendimento na educação básica;
- 3 – Elevar a escolaridade da população mato-grossense;
- 4 – Fortalecer a capacidade científica e de inovação tecnológica do Estado;
- 5 – Ampliar a rede de atenção e de vigilância em saúde;

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

- 6 – Reduzir a pobreza e os riscos sociais;
- 7 – Reduzir a violência e a segurança do cidadão
- 8 – Valorizar as culturas regionais no Estado;
- 9 – Melhorar a infraestrutura econômica e logística de transportes no Estado;
- 10 – Expandir a atividade econômica com agregação de valor à produção local;
- 11 – Melhorar a prestação de serviços públicos;
- 12 – Promover o desenvolvimento das regiões estagnadas;
- 13 – Melhorar a habitabilidade nas regiões do Estado.

7.1.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO

As diretrizes orçamentárias para elaboração do Orçamento do exercício de 2012 foi aprovada pela Lei nº 9.606 de 04 de agosto de 2011. Esta Lei foi protocolada neste Tribunal sob o nº 19144-2/2011 em 06 de outubro de 2011 e registrada mediante Julgamento Singular de novembro de 2012 e publicada no Diário Oficial do Estado em 09 de novembro de 2012.

7.1.3. Lei Orçamentária Anual – LOA

O Orçamento do Estado de Mato para o exercício de 2012, aprovado pela Lei 9.686 de 28 de dezembro de 2011 estimou a Receita e fixou a Despesa em R\$ 13.001.940.075,00, compreendendo os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos. Incluem-se nesse total os recursos próprios das Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.

A receita de R\$ 861.683.993,00 incorporada na receita total prevista é definida como receita intra-orçamentária, por tratar-se de operações entre órgãos, fundos, autarquias, fundações públicas, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, não compõe a base de cálculo para repasse mensal aos Poderes Legislativo, Judiciário, ao Tribunal de Contas, a Procuradoria Geral de Justiça e a Defensoria Pública.

As receitas previstas compõem de: Receitas Correntes R\$ 10.191.002.134,00, Receitas de Capital R\$ 1.949.253.948,00 e as Receita Intra-orçamentárias Correntes de R\$ 861.683.993,00. O valor de R\$ 861.683.993,00 relativos aos recursos próprios das Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Estatais dependentes e outras entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social.

O Orçamento Inicial do Estado de Mato Grosso é de R\$ 13.001.940.075,00, já deduzido o montante referente à contribuição para a formação do FUNDEB de R\$ 1.128.064.382,00.

Esta lei foi publicada no Diário Oficial de 28 de dezembro de 2011 e deu entrada nesta Corte de Contas em 16 de janeiro de 2012, portanto dentro do prazo.

A Lei 9.686/2011 foi registrada mediante Julgamento Singular, publicado no Diário Oficial 06/02/13.

Tabela 29: Composição do Orçamento com Recursos de Todas as Fontes

Descrição	R\$	%
Orçamento Fiscal	10.440.151.179,00	80,30
Orçamento da Seguridade Social	2.561.774.796,00	19,70
Subtotal	13.001.925.975,00	100,00
Orçamento de Investimentos	14.100,00	0,00
TOTAL	13.001.940.075,00	100

Fonte: Lei Orçamentária para 2012.

Tabela 30: Demonstrativo das Receitas por Fonte

ESPECIFICAÇÃO	TESOURO R\$	OUTRAS FONTES R\$	TOTAL R\$	%
RECEITAS CORRENTES	10.134.048.767,00	1.185.017.749,00	11.319.066.516,00	87,06
Receita Tributária	5.956.143.093,00	75.073.665,00	6.031.216.758,00	46,39
Receita de Contribuições	754.120.317,00	274.765.411,00	1.028.885.728,00	7,91
Receita Patrimonial	41.410.281,00	20.022.912,00	61.433.193,00	0,48
Receita Agropecuárias	0,00	157.500,00	157.500,00	0,00
Receita Industrial	0,00	3.094.900,00	3.094.900,00	0,02
Receitas de Serviços	0,00	378.655.303,00	378.655.303,00	2,91
Transferências Correntes	3.159.370.377,00	78.231.976,00	3.237.602.353,00	24,90
Outras Receitas Correntes	223.004.699,00	355.016.082,00	578.020.781,00	4,45
Conta Retificadora	(1.128.064.382,00)	0,00	(1.128.064.382,00)	(8,68)
RECEITAS DE CAPITAL	1.934.578.053,00	14.661.795,00	1.949.239.848,00	14,99
Operações de Crédito	1.465.136.364,00	0,00	1.465.136.364,00	11,27
Alienação de Bens	190.150.000,00	4.006.556,00	194.156.556,00	1,49
Amortização de Empréstimo	3.692.219,00	0,00	3.692.219,00	0,03
Transferências de Capital	275.599.470,00	10.655.239,00	286.254.709,00	2,20
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,0
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	51.571.394,00	810.112.599,00	861.683.993,00	6,63
Receita Intra-Orçamentária Corrente	51.571.394,00	810.112.599,00	861.683.993,00	6,63
TOTAL DA RECEITA	10.992.133.832,00	2.009.792.143,00	13.001.925.975	100,0

Fonte: Lei Orçamentária /2011, fls. 55/69

Informa-se que nessa Tabela não consta o valor de R\$ 14.100,00 que se refere ao Orçamento de Investimento que nos Demonstrativos da Receita, bem como da Despesa não foram considerados pela SEPLAN.

O maior percentual do total orçado referentes a receita é de receita tributária com 46,39%, a seguir aparece Transferências Correntes com 24,90%, Operações de Crédito com 11,27% e receitas de Contribuições com 7,91, Transferências de Capital com 2,20 por último receitas Industrial com 0,02%.

Apresenta-se a seguir o Orçamento Inicial do Legislativo, Tribunal de Contas, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Executivo:

Tabela 31: Orçamento Inicial por Poder

ITEM	PODER	ORÇAMENTO INICIAL	TOTAL DO ORÇAMENTO INICIAL	Percentual %
1.	Legislativo	232.499.228,00	232.499.228,00	1,79
2	Tribunal de Contas	170.040.289,00	170.040.289,00	1,31
3	Judiciário	733.417.311,00	733.417.311,00	5,64
4.	Ministério Público	234.829.011,00	234.829.011,00	1,80
5.	Defensoria Pública	62.521.305,00	62.521.305,00	0,48
6.	Executivo	11.568.632.931,00	11.568.632.931,00	88,98
Total		13.001.940.075,00	13.001.940.075,00	100,00

Fonte: Lei Orçamentária para 2012

Demonstra-se a seguir as despesas orçadas por função:

Tabela 32: Demonstrativo da Despesa por Função

FUNÇÃO	R\$	%
Legislativa	374.901.354,00	2,88
Judiciária	595.512.409,83	4,58
Essencial a Justiça	202.574.549,00	1,56
Administração	435.922.331,71	3,35
Segurança Pública	957.288.475,83	7,36
Assistência Social	23.962.400,00	0,18
Previdência Social	1.792.551.650,02	13,79
Saúde	949.393.298,48	7,30
Trabalho	44.553.319,00	0,34
Educação	1.604.546.933,56	12,34
Cultura	35.290.526,00	0,27
Direitos da Cidadania	293.157.121,00	2,26
Urbanismo	475.582.875,07	3,66
Habitação	86.497.710,11	0,67
Saneamento	44.864.898,80	0,34
Gestão Ambiental	86.666.099,12	0,67
Ciência e Tecnologia	76.772.376,00	0,59
Agricultura	96.868.548,42	0,75
Organização Agrária	28.069.555,00	0,22
Indústria	55.683.616,00	0,43
Comércio e Serviços	114.996.482,00	0,88
Comunicações	27.620.400,01	0,21
Energia	8.303.153,00	0,06

FUNÇÃO	R\$	%
Transporte	1.445.269.541,94	11,12
Desporto e Lazer	273.193.337,01	2,10
Encargos Especiais	2.788.594.914,09	21,45
Reserva de Contingência	83.288.100,00	0,64
TOTAL	13.001.925.975,00	100,0

Fonte: Lei Orçamentária para 2012

O maior percentual de fixação da despesa foram para as funções: Encargos Especiais de 21,45%, Previdência Social de 13,79%, Educação com 12,34%, Transporte 11,12%, Segurança com 7,36% e Saúde com 7,30%.

Apresenta-se a seguir o resumo geral das despesas fixadas de todas as fontes por grupo de despesa:

Tabela 33: Resumo Geral de Todas as Fontes por Grupo de Despesa

Especificação	Tesouro	Outras Fontes	Total	Percentual %
I – Despesas Correntes	7.939.457.679,02	1.878.659.481,39	9.818.117.160,41	75,51
1.1 Pessoal e Encargos Sociais	4.206.417.549,00	1.133.813.018	5.340.230.567,00	41,07
1.2 Juros e Encargos da Dívida	375.340.415,67	1.537.049,99	376.877.465,66	2,90
1.3 Outras Despesas Correntes	3.357.699.714,35	743.309.413,40	4.101.009.127,75	31,54
II – Despesas de Capital	2.969.388.052,98	131.132.661,61	3.100.520.714,59	23,85
2.1 Investimentos	2.511.888.255,21	125.316.833,24	2.637.205.088,45	20,29
2.2 Inversões Financeiras	3.244.100,00	2.104.000,00	5.348.100,00	0,04
2.3 Amortização da Dívida	454.255.697,77	3.711.828,37	457.967.526,14	3,52
III – Reserva de Contingência	83.288.100,00	0,00	83.288.100,00	0,64
IV – Despesa Total (I+II +III)	10.992.133.832,00	2.009.792.143,00	13.001.925.975	100,00

Fonte: Lei Orçamentária para 2012

O maior percentual do total orçado referente a despesas foi em pessoal e encargos sociais com 41,07%, logo a seguir aparecem outras despesas correntes com

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS
E
56

31,54%, Investimentos com 20,29% e por último inversões financeiras com 0,04%.

A Tabela a seguir demonstra a fixação da despesa por grupo referentes aos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social:

Tabela 34: Resumo Geral da Despesa dos Orçamentos Fiscal e Seguridade Social por Grupo de Despesa

Especificação	Fiscal	Seguridade Social	Total	Percentual %
I – Despesas Correntes	7.297.716.787,64	2.520.400.372,77	9.818.117.160,41	75,51
3.1 Pessoal e Encargos Sociais	3.516.877.157,86	1.823.353.409,14	5.340.230.567,00	41,07
3.2 Juros e Encargos da Dívida	371.157.430,66	5.720.035,00	376.877.465,66	2,90
3.3 Outras Despesas Correntes	3.409.682.199,12	691.326.928,63	4.101.009.127,75	31,54
II – Despesas de Capital	3.059.146.291,22	41.374.423,37	3.100.520.714,59	23,85
4.1 Investimentos	2.601.281.591,08	35.923.497,37	2.637.205.088,45	20,29
4.2 Inversões Financeiras	5.348.100,00	0,00	5.348.100,00	0,04
4.3 Amortização da Dívida	452.516.600,14	5.450.926,00	457.967.526,14	3,52
III – Reserva de Contingência	83.288.100,00	0,00	83.288.100,00	0,64
IV – Despesa Total (I+II +III)	10.440.151.178,86	2.561.774.796,14	13.001.925.975,00	100,00

Fonte: Lei Orçamentária para 2012

O Orçamento Inicial compõe-se de: Orçamento Fiscal – R\$ 10.440.151.178,86 e de Seguridade Social – R\$ 2.561.774.796,14, totalizando R\$ 13.001.925.975,00. Desse montante 75,51% corresponde à Despesas Correntes e 23,85% Despesas de Capital.

Por fim, ressalta-se que na Lei Orçamentária de 2012 não foram previstos os gastos com renúncia fiscal. No entanto, houve a realização de renúncia de receita referente aos incentivos fiscais no valor de R\$ 1.131.069.138,68.

7.2. Execução Orçamentária

7.2.1. Alterações Orçamentárias

A Lei Orçamentária Anual nº 9.686/2011, fixa a despesa em R\$ 13.001.940.075,00

7.2.2. Autorizações para Abertura de Créditos Adicionais de 2012

Calculando o percentual de 20% (vinte por cento), fixado no inciso I do artigo 6º da Lei Orçamentária, temos:

- Despesa fixada conforme artigo 4º	R\$ 13.001.940.075,00
- Valor autorizado (20%)	R\$ 2.600.388.015,00

Do limite previsto no artigo 6º (20%), as situações descritas no § 1º do artigo 6º não onerarão o limite estabelecido, os créditos destinados a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas a despesas de pessoal até o limite de 10%; despesas de débitos constantes de precatórios judiciais, serviços da dívida pública, e despesas à conta de recursos vinculados constitucionalmente, até o limite de 10% e Incorporações por Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior e Incorporações de recursos provenientes de Convênios celebrados na esfera intergovernamental, até o limite de 10% do total da despesa fixada.

No exercício de 2012 foram aprovadas várias Leis que autorizam o poder Executivo a incluir dispositivos na Lei nº 9.686, de 29 de dezembro de 2011, que é a Lei Orçamentária para o exercício de 2012.

- Lei 9.704, de 27 de março de 2012
- Lei 9.727, de 26 de abril de 2012

- Lei nº 9.728, de 27 de abril de 2012
- Lei nº 9.740, de 16 de maio de 2012
- Lei nº 9.749, de 06 de junho de 2012
- Lei nº 9.755, de 12 de junho de 2012
- Lei nº 9.779, de 16 de julho de 2012
- Lei nº 9.830, de 23 de novembro de 2012
- Lei nº 9.840, de 11 de dezembro de 2012

7.2.3. Análise dos Créditos Adicionais Abertos

No decorrer do exercício de 2012, ocorreram alterações orçamentárias em razão da abertura de Créditos Suplementares e Créditos Especiais abertos por Decreto, que devem ser previamente autorizados. Demonstra-se a seguir as Leis autorizativas de Créditos Especiais:

Tabela 35: Leis Autorizativas de Créditos Especiais

Nº DA LEI	DATA	AUTORIZAÇÃO	VALOR R\$
9.704	27/03/2012	Autoriza a abrir Crédito Especial	21.600.000,00
9.727	26/04/2012	Autoriza a abrir Crédito Especial	350.000,00
9.728	27/04/2012	Autoriza a abrir Crédito Especial	50.400,00
9.740	16/05/2012	Autoriza a abrir Crédito Especial	760.000,00
9.749	06/06/2012	Autoriza a abrir Crédito Especial	1.204.515,00
9755	12/06/2012	Autoriza a abrir Crédito Especial	675.000,00
9.779	16/07/2012	Autoriza a abrir Crédito Especial	719.219,20
9.830	23/11/2012	Autoriza a abrir Crédito Especial	110.000,00
9.840	11/12/2012	Autoriza a abrir Crédito Especial	3.500.000,00
Total das Leis			28.969.134,20

O Créditos Adicionais Especiais abertos por Decreto no exercício de 2012 foram mediante recursos de anulação de dotações que totalizaram R\$ 75.604.974,00, conforme a seguir:

Tabela 36: Créditos Especiais Abertos por Órgão

ÓRGÃO	Nº DECRETO	VALOR DO CRÉDITO ABERTOR\$	VALOR ANULADO R\$
CASA MILITAR	330	1.000,00	1.000,00
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA	251	110.000,00	110.000,00
SEDRAF	216	675.000,00	675.000,00
EMPAER	10	45.361.252,00	45.361.252,00
EMPAER	26	2.043.207,00	2.043.207,00
SEEL	138	50.000,00	50.000,00
SICMI	131	350.000,00	0,00
SICMI	649	3.500.000,00	0,00
FUNDEIC	131	0,00	350.000,00
FUNDEIC	649	0,00	3.500.000,00
SEJUDH	87	21.600.000,00	21.600.000,00
SESP	649	760.000,00	760.000,00
SECITEC	199	1.204.515,00	1.204.515,00
TOTAL		75.654.974,00	75.654.974,00

Fonte: FIPLAN 2012

Os Créditos Especias abertos por Decretos no exercício de 2012 foram de R\$ 75.654.974,00 (corresponde a 0,58% do orçamento), no entanto no exercício foi constatado autorização de somente R\$ 28.969.134,20. Portanto, houve abertura de Créditos Especiais sem autorização legislativa de R\$ 46.685.839,80 (61,71% dos créditos especiais abertos), contrariando o artigo 167 inciso V da Constituição Federal.

Tabela 37: Créditos Adicionais Abertos por Tipo de Crédito

DISCRIMINAÇÃO	CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES R\$	CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS R\$	TOTAL R\$
Remanejamento Entre a mesma UO e Entre Regiões 100	1.723.531.838,11	-	1.723.531.838,11
Transposição de Recursos de uma UO para Outra 102	306.000.489,22	-	306.000.489,22
Reversão de Economia Orçamentária 181	240.476.956,19	-	240.476.956,19
Crédito Especial Por Anulação 200	0,00	75.654.974,00	75.654.974,00
Subtotal por Anulação	2.270.009.283,52	75.654.974,00	2.345.664.257,52
Inc. Recursos por Operações de Crédito 140	978.990.827,57	-	978.990.827,57
Excesso de Arrecadação Recursos do Tesouro 150	860.729.743,75	-	860.729.743,75
Excesso de Arrecadação Proveniente de Reversão de Recursos dos Fundos 180	307.712.817,81	-	307.712.817,81
Por Superávit Financeiro 160	347.939.370,88	-	347.939.370,88
Excesso de Convênios 170	348.571.196,30	-	348.571.196,30
SubTotal	2.843.943.956,31	-	2.843.943.956,31
Total Geral	5.113.953.239,83	75.654.974,00	5.189.608.213,83

Fonte: FIPLAN /2012

As alterações orçamentárias ocorridas no exercício em exame foram de R\$ 5.189.608,213,83 que se referem aos Créditos Suplementares de R\$ 5.113.953.239,83 e Especiais de R\$ 75.654.974,00. O percentual autorizado na Lei Orçamentária para os Créditos Suplementares foi de 20% que corresponde a R\$ 2.600.388.015,00, excluídos os créditos com destinação específica conferido pelo §1º do artigo 4º da Lei nº 9.686/2011.

Demonstra-se a seguir o Resumo dos Créditos Adicionais abertos por Categoria Econômica e Grupo de Despesas.

Tabela 38: Resumo dos Créditos Adicionais Abertos no Exercício de 2012

Especificação	Valor dos Créditos Adicionais Abertos	Valor Anulado	Total Adicionado	Percentual %
I – Despesas Correntes	2.514.306.446,93	1.311.260.999,86	1.203.045.447,07	42,30
3.1 Pessoal e Encargos Sociais	1.260.290.765,76	342.300.964,40	917.989.801,36	32,28
3.2 Juros e Encargos da Dívida	23.877.611,64	188.381.568,47	(164.503.956,83)	(5,78)
3.3 Outras Despesas Correntes	1.230.138.069,53	780.578.466,99	449.559.602,54	15,81
II – Despesas de Capital	2.675.301.766,90	1.034.403.257,66	1.640.898.509,24	57,70
4.4 Investimentos	1.206.863.724,79	969.965.108,08	236.898.616,71	8,33
4.5 Inversões Financeiras	9.860.000,00	4.150.238,79	5.709.761,21	0,20
4.6 Amortização da Dívida	1.458.578.042,11	60.287.910,79	1.398.290.131,32	49,17
III – Despesa Total (I+ II)	5.189.608.213,83	2.345.664.257,52	2.843.943.956,31	100,00%

Fonte: FIPLAN /2012.

Verifica-se na análise dos Créditos Adicionais por grupo de despesas que as alterações orçamentárias que produziram variações relevantes no orçamento foram nas Despesas de Capital – Amortização da Dívida de 49,17%, Investimentos de 8,33%. Nas Despesas Correntes – Pessoal e Encargos Sociais de 32,28%, e Outras Despesas Correntes 15,81% e Juros e Encargos da Dívida foi reduzido em 5,78%, evidenciando ineficiência no planejamento.

A seguir apresentam-se os Créditos Adicionais abertos no exercício de 2012.

Tabela 39: Créditos Adicionais Abertos por Fonte de Recursos

DISCRIMINAÇÃO	SUPLEMENTARES	ESPECIAIS	TOTAL
Por Anulação	2.269.009.283,52	76.654.974,00	2.345.664.257,52
Operações de Crédito	978.990.827,57	-	978.990.827,57
Incorporação de Convênios	348.571.196,30	-	348.571.196,30
Excesso de Arrecadação Recursos do Tesouro	860.729.743,75	-	860.729.743,75
Excesso de Arrecadação de Fundos Especiais	307.712.817,81	-	307.712.817,81

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
62

DISCRIMINAÇÃO	SUPLEMENTARES	ESPECIAIS	TOTAL
Superávit Financeiro	347.939.370,88		347.939.370,88
Total Geral	5.112.953.239,83	76.654.974,00	5.189.608.213,83

Fonte: FIPLAN /2012

O montante dos créditos Suplementares abertos no exercício foi de R\$ 5.189.608,213,83 e Créditos Especiais R\$ 76.654.974,00.

Os Créditos Adicionais Suplementares abertos com recursos de Anulação de dotações foi de R\$ 2.269.009.283,52 e Créditos Especiais de R\$ 76.654.974,00. que totalizam R\$ 2.345.664.257,52, conforme apresenta a Tabela.

A seguir apresenta-se a abertura de Créditos Adicionais que alteram o total orçado, ou sejam excluídas as anulações de dotações:

Tabela 40: Créditos Adicionais Abertos com Recursos que Acrescem o Total Orçado

DISCRIMINAÇÃO	SUPLEMENTARES	ESPECIAIS	TOTAL
Operações de Crédito	978.990.827,57	0,00	978.990.827,57
Incorporação de Convênios	348.571.196,30	0,00	348.571.196,30
Excesso de Arrecadação Recursos do Tesouro	860.729.743,75	0,00	860.729.743,75
Excesso de Arrecadação de Fundos Especiais	307.712.817,81	0,00	307.712.817,81
Superávit Financeiro	347.939.370,88	0,00	347.939.370,88
Total Geral	2.843.943.956,31	0,00	2.843.943.956,31

Fonte: FIPLAN 2012

Os Créditos Suplementares também foram abertos com recursos de: Operações de Crédito de R\$ 978.990.827,57, Incorporação de Convênios R\$ 348.571.196,30, Excesso de arrecadação com recursos do Tesouro R\$ 860.729.743,75, Excesso de Arrecadação de Fundo Especiais R\$ 307.712.817,81 e Superávit Financeiro R\$

347.939.370,88. que totalizam R\$ 2.843.943.956,31. Não houve abertura de Créditos Especiais com essas fontes de recursos.

Apresenta-se a seguir o Orçamento Inicial acrescido dos Créditos Adicionais abertos no exercício de 2012:

Tabela 41: Orçamento Autorizado por Categoria Econômica e Grupo de Despesa

ESPECIFICAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONADOS	VARIAÇÃO %
I – Despesas Correntes	9.818.117.160,41	1.203.045.447,07	12,25
3.1 Pessoal e Encargos Sociais	5.340.230.567,00	917.989.801,36	17,19
3.2 Juros e Encargos da Dívida	376.877.465,66	(164.503.956,83)	(43,65)
3.3 Outras Despesas Correntes	4.101.009.127,75	449.559.602,54	10,96
II – Despesas de Capital	3.100.520.714,59	1.640.898.509,24	52,92
4.4 Investimentos	2.637.205.088,45	236.898.616,71	8,98
4.5 Inversões Financeiras	5.348.100,00	5.709.761,21	106,76
4.6 Amortização da Dívida	457.967.526,14	1.398.290.131,32	305,32
III – Reserva de Contingência	83.288.100,00	0,00	0
IV – Despesa Total (I+II+III)	13.001.925.975,00	2.843.943.956,31	21,87

Fonte: FIPLAN 2012

A Tabela mostra que a maior variação dos Créditos Adicionais abertos no exercício de 2012 com fontes de recursos que crescem o total orçado, foram nos grupos de despesas: Amortização de Dívida que alterou 305,32%, Inversões Financeira 106,76% e foi diminuído em Juros e Encargos da Dívida em 43,65% do valor orçado inicialmente.

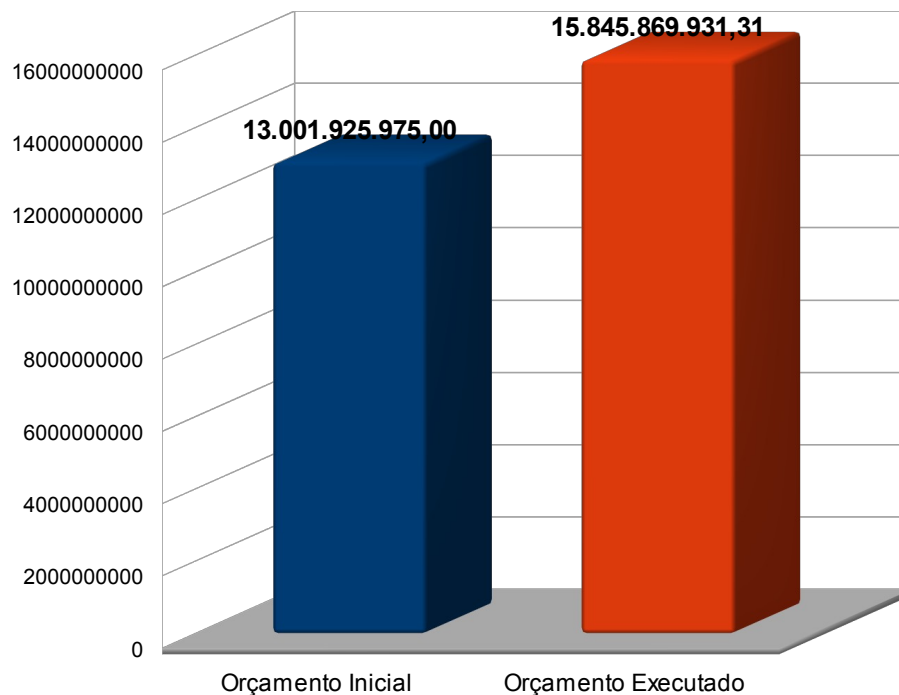
Tabela 42: Orçamento Autorizado por Categoria Econômica e Grupo de Despesa

ESPECIFICAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	ORÇAMENTO FINAL/AUTORIZADO
I – Despesas Correntes	9.818.117.160,41	1.230.854.947,07	11.048.972.107,48
3.1 Pessoal e Encargos Sociais	5.340.230.567,00	917.989.801,36	6.258.220.368,36
3.2 Juros e Encargos da Dívida	376.877.465,66	(164.503.956,83)	212.373.508,83
3.3 Outras Despesas Correntes	4.101.009.127,75	477.369.102,54	4.578.378.230,29
II – Despesas de Capital	3.100.520.714,59	1.696.377.109,24	4.796.897.823,83
4.4 Investimentos	2.637.205.088,45	238.001.907,93	2.875.206.996,38
4.5 Inversões Financeiras	5.348.100,00	6.009.761,21	11.357.861,21
4.6 Amortização da Dívida	457.967.526,14	1.452.365.440,10	1.910.332.966,24
III – Reserva de Contingência	83.288.100,00	(83.288.100,00)	0,00
IV – Despesa Total (I+II+III)	13.001.925.975,00	2.843.943.956,63	15.845.869.931,31

Fonte: FIPLAN 2012

A Tabela demonstra que foi acrescido no Orçamento Inicial de R\$ 13.001.925.975,00 os Créditos Adicionais de R\$ 2.843.943.956,31, excluídos os abertos com fonte de recursos de Anulações de dotações. Esse montante se refere a Créditos Suplementares, pois os Créditos Especiais foram abertos com fonte de recursos de anulação de dotações, conforme já demonstrado. Após as alterações o Orçamento Final/Executado foi de R\$ 15.845.869.931,31.

ORÇAMENTO INICIAL E EXECUTADO



7.2.4. Utilização da Reserva de Contingência

Tabela 43: Demonstrativo da Utilização da Reserva de Contingência

Decreto Nº	Grupo de Despesas	Suplementado	Anulado Reserva de Contingência
108	Outras Despesas Correntes	20.000.000,00	20.000.000,00
119	Outras Despesas Correntes	7.309.500,00	7.500.00,00
	Investimentos	190.500,00	
147	Outras Despesas Correntes	500.000,00	800.000,00
	Inversões Financeira	300.000,00	
173	Amortização da Dívida	52.000.000,00	52.000.000,00
305	Investimentos	562.791,22	562.791,22

Decreto Nº	Grupo de Despesas	Suplementado	Anulado Reserva de Contingência
432	Investimentos	350.000,00	350.000,00
468	Amortização da Dívida	2.075.308,78	2.075.308,78
Total		83.288.100,00	83.288.100,00

A Tabela demonstra que os grupos de despesas Suplementadas com Reserva de Contingência foram: Outras Despesas Correntes com R\$ 27.809.500,00, Investimentos R\$ 1.103.291,22, Inversões Financeiras R\$ 300.000,00 e Amortização da Dívida com R\$ 54.075.308,78. Portanto, os recursos utilizados em maior volume foi para Amortização da Dívida com 64,93%, em segundo lugar Outras Despesas Correntes com 33,39%, ficando 1,32% para Investimentos e Inversões Financeiras 0,36%.

7.3. Receita

7.3.1. Previsão e Realização da Receita Estadual do exercício de 2012

Tabela 44: Previsão e realização da receita estadual do exercício de 2012

Receita	Previsão (a)	Realização (b)	Resultado	
			Valor (b - a)	(%)
Receitas Correntes	11.052.686.127,00	11.891.062.660,98	838.376.533,98	7,59%
Receita Tributária	6.031.216.758,00	7.708.223.166,36	1.677.006.408,36	27,81%
Receita de Contribuições	1.801.909.361,00	2.088.214.395,72	286.305.034,72	15,89%
Receita Patrimonial	61.433.193,00	174.823.283,77	113.390.090,77	184,57%
Receita Agropecuária	157.500,00	168.062,85	10.562,85	6,71%
Receita Industrial	12.618.516,00	9.138.412,86	-3.480.103,14	-27,58%
Receita de Serviços	457.792.047,00	424.264.088,45	-33.527.958,55	-7,32%
Transferências Correntes	3.237.602.353,00	3.213.552.505,26	-24.049.847,74	-0,74%
Outras Receitas Correntes	578.020.781,00	1.047.555.668,44	469.534.887,44	81,23%
(-) Deduções do FUNDEB	1.128.064.382,00	1.179.343.992,50	51.279.610,50	4,55%
(-) Outras Deduções	0,00	1.595.532.930,23	1.595.532.930,23	0,00%

Receitas de Capital	1.949.239.848,00	1.445.872.659,51	-503.367.188,49	-25,82%
Operações de Crédito	1.465.136.364,00	1.329.846.367,55	-135.289.996,45	-9,23%
Alienações de Bens	194.156.556,00	8.954.185,41	-185.202.370,59	-95,39%
Amortização de Empréstimos	3.692.219,00	3.217.431,01	-474.787,99	-12,86%
Transferência de Capital	286.254.709,00	99.896.777,63	-186.357.931,37	-65,10%
Outras Receitas de Capital	0,00	3.957.897,91	3.957.897,91	0,00%
TOTAL	13.001.925.975,00	13.336.935.320,49	335.009.345,49	2,58%

Fonte: Balanço Orçamentário - Anexo 12 e Balanço Financeiro – Anexo 13 – 2012 – fls. 323/324 TCE

No exercício de 2012, a arrecadação das Receitas Orçamentárias do Estado de Mato Grosso atingiu o montante de R\$ 13.336.935.320,49, superando a previsão inicial de R\$ 13.001.925.975,00, equivalente a 2,58%.

Constata-se divergência de R\$ 14.100,00 entre os valores da receita prevista no balanço orçamentário (R\$ 13.001.925.975,00) e na lei orçamentária (R\$ 13.001.940.075,00).

A diferença refere-se a não inclusão no balanço do valor referente ao orçamento de investimento no valor de R\$ 14.100,00.

A Receita Patrimonial arrecadada representa 184,57% a mais do que aquela prevista inicialmente, sendo que dentre as receitas foi a que mais superou a previsão.

A Receita Patrimonial arrecadada representa 184,57% a mais do que aquela prevista inicialmente, sendo que dentre as receitas foi a que mais superou a previsão.

A receita de capital foi inferior a prevista em -25,82%. A fonte “Alienação de Bens” foi a que mais contribuiu para esse resultado, pois atingiu o patamar negativo de -95,39% em relação ao previsto.

Os valores referentes à previsão da Receita, foram extraídos da Lei nº 9686 de 28/12/2011 – Lei Orçamentária para o Exercício 2012.

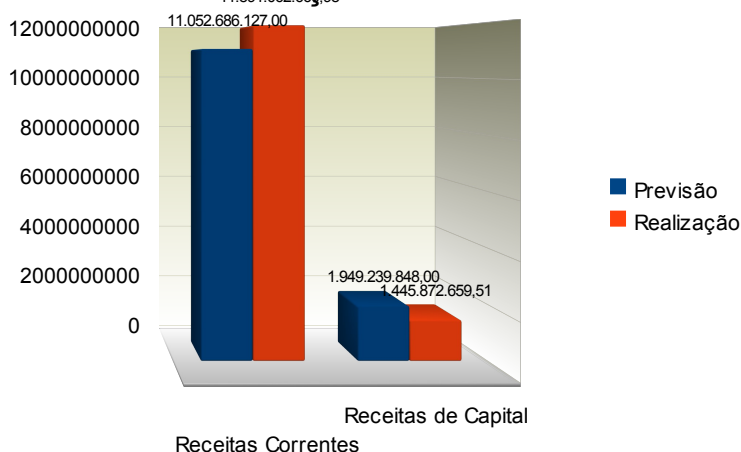
Embora conste no Balanço Orçamentário registro na conta “outras deduções da receita” no valor de R\$ 1.595.532.930,23, esta não foi prevista. Entretanto a previsão é necessária, pois na referida conta encontram-se inseridos os valores referentes a renúncia fiscal no valor de R\$ 1.131.069.138,68 verificado no Anexo 10 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (fls. 280/281 TCE).

Na conta verificou-se que os valores mais expressivos referem-se as seguintes subcontas:

- Dedução de ICMS – Recursos destinados ao desenvolvimento da Educação básica e valorização dos profissionais da educação – FUNDEB – R\$ 834.738.621,53
- Dedução de recursos destinados ao FUNDEB – R\$ 285.974.691,65
- Dedução de receita renuncia fiscal – ICMS – R\$ 1.131.069.138,68
- O gráfico que segue compara a receita prevista e a realizada, subdividindo em corrente e capital.

Fonte: Balanço Orçamentário (Anexo 12 - consolidado) – 2012 – fls. 323 TCE

Previsão e realização da receita estadual - 2012



7.3.2. Evolução da Receita Estadual Realizada - 2008 a 2012

A tabela a seguir demonstra a evolução da receita estadual realizada nos cinco últimos exercícios para fins de análise comparativa.

Tabela 45: Evolução da receita estadual realizada - 2008 a 2012

Receita	2008	2009	2010	2011	2012
Receitas Correntes	8.027.572.803,45	8.516.530.107,78	9.424.090.803,52	10.422.937.631,48	11.891.062.660,98
Receita Tributária	4.629.173.628,34	4.867.978.763,16	5.192.572.849,88	5.749.470.749,54	7.708.223.166,36
Receita de Contribuições	1.052.671.222,02	1.238.815.017,92	1.471.967.187,30	1.616.824.949,00	2.088.214.395,72
Receita Patrimonial	113.962.983,15	104.857.014,59	85.661.254,09	93.347.560,68	174.823.283,77
Receita Agropecuária	135.716,62	122.592,82	73.597,60	126.497,88	168.062,85
Receita Industrial	11.608.425,32	9.996.571,58	9.839.456,88	9.507.452,50	9.138.412,86
Receita de Serviços	236.616.560,84	298.345.953,73	321.034.097,50	294.703.487,45	424.264.088,45
Transferências Correntes	2.390.463.782,82	2.457.918.275,83	2.684.860.635,49	3.080.045.357,27	3.213.552.505,26
Outras Receitas Correntes	383.095.755,77	424.042.172,05	599.257.949,37	824.459.173,03	1.047.555.668,44
(-) Deduções do FUNDEB	790.155.271,43	885.546.253,90	941.095.879,41	1.063.775.837,88	1.179.343.992,50
(-) Outras Deduções	0,00	0,00	80.345,18	181.771.757,99	1.595.532.930,23

Receita	2008	2009	2010	2011	2012
Receitas de Capital	64.791.497,00	293.964.738,92	619.025.757,26	264.105.120,42	1.445.872.659,51
Operações de Crédito	0,00	95.566.000,00	364.338.994,00	90.045.885,65	1.329.846.367,55
Alienações de Bens	19.259.081,80	30.943.191,51	4.804.106,42	6.195.330,90	8.954.185,41
Amortização de Empréstimos	4.030.034,12	3.415.370,79	2.899.268,60	3.686.243,68	3.217.431,01
Transferência de Capital	39.908.366,57	162.673.598,59	245.576.399,70	62.873.721,25	99.896.777,63
Outras Receitas de Capital	1.594.014,51	1.366.578,03	1.406.988,54	101.303.938,94	3.957.897,91
TOTAL	8.092.364.300,45	8.810.494.846,70	10.043.116.560,78	10.687.042.751,90	13.336.935.320,49
Variação (%)	-	8,87%	13,99%	6,41%	24,80%

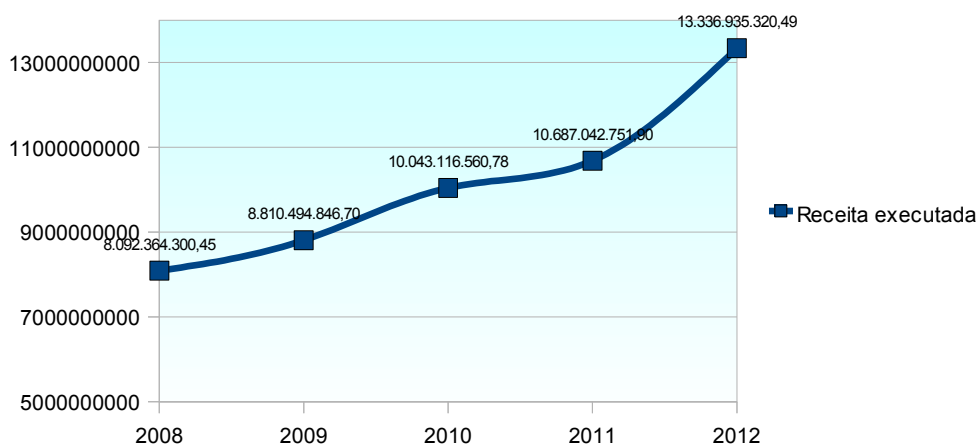
Fonte: Balanço Financeiro (Anexo 12 - consolidado) – 2008/2012, disponível site www.sefaz.mt.gov.br

Em termos nominais, a evolução do total da receita ao longo dos últimos cinco anos foi a seguinte: 8,87% de 2008 para 2009; 13,99% de 2009 para 2010; 6,41% de 2010 para 2011 e 24,80% de 2011 para 2012.

Observa-se que o crescimento de 24,80% da receita de 2011 para 2012 foi originada da contratação de operações de crédito que em 2012 aumentou 147,60% em relação a 2011.

Como se verifica na tabela anterior, as receitas tributárias constituem a maior fonte de arrecadação dentre os itens da receita corrente.

Evolução da receita estadual realizada - 2008 a 2012



Fonte: Anexo 10 (consolidado) - 2008/2012

7.3.3. Receita Corrente

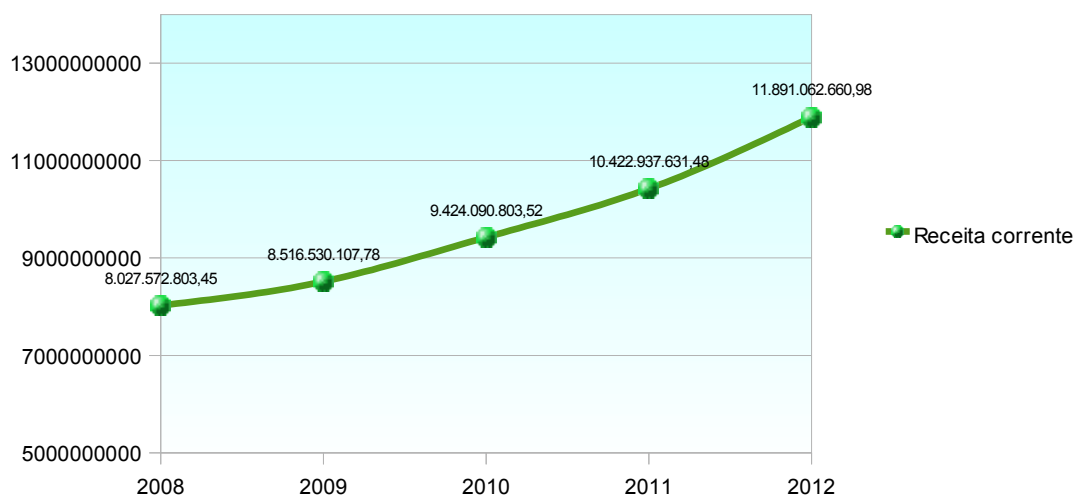
A Receita Corrente no exercício de 2012 totalizou R\$ 11.891.062.660,98, que corresponde a 89,16% do total da receita arrecadada.

Em nível de subcategoria econômica, as receitas tributárias foram o maior valor, de R\$ 7.708.223.166,36, correspondendo a 64,82% do total das receitas correntes.

As transferências correntes possuem o segundo maior valor que é de R\$ 3.213.552.505,26, representando 27,02% das receitas correntes.

Por outro lado, os menores valores aconteceram nas receitas “agropecuária e industrial”, respectivamente, com R\$ 168.062,85 e R\$ 9.138.412,86

Evolução das receitas correntes - 2008 a 2012



Fonte: Anexo 10 (consolidado) – 2008/2012

7.3.3.1. Receita Tributária Própria

As receitas tributárias representam a maior fonte de recursos na

composição da receita estadual, totalizando R\$ 7.708.223.166,36, o que corresponde a 57,80% do total da receita orçamentária contabilizada pelo Estado.

A tabela a seguir apresenta a composição da receita tributária arrecadada no exercício de 2012, destacando, individualmente, os impostos e comparando-os com a previsão.

Tabela 46: Previsão e realização da receita tributária - 2012

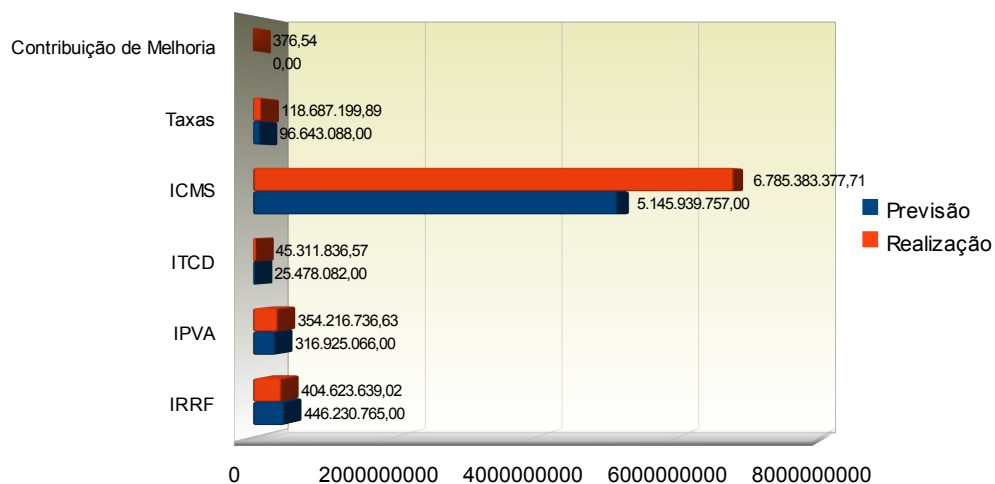
Receita	Previsão (a)	Realização (b)	Resultado	
			Valor (b - a)	(%)
Impostos	5.934.573.670,00	7.589.535.589,93	1.654.961.919,93	27,89%
IRRF	446.230.765,00	404.623.639,02	-41.607.125,98	-9,32%
IPVA	316.925.066,00	354.216.736,63	37.291.670,63	11,77%
ITCD	25.478.082,00	45.311.836,57	19.833.754,57	77,85%
ICMS	5.145.939.757,00	6.785.383.377,71	1.639.443.620,71	31,86%
Taxas	96.643.088,00	118.687.199,89	22.044.111,89	22,81%
Contribuição de melhoria	0,00	376,54	376,54	0,00%
TOTAL	6.031.216.758,00	7.708.223.166,36	1.677.006.408,36	27,81%

Fonte: Anexo 10 (consolidado) - 2012

O montante arrecadado de R\$ 7.708.223.166,36 das receitas tributárias superou o previsto, R\$ 6.031.216.758,00, apresentando excesso de arrecadação de 27,81%. A arrecadação do IRRF teve um déficit de arrecadação de 9,32%; Porém o IPVA, o ITCD e o ICMS superaram suas respectivas previsões orçamentárias. As taxas também tiveram um excesso de arrecadação de 22,81%.

O gráfico seguinte evidencia a receita tributaria por tributo:

Previsão e realização das receitas tributárias - 2012

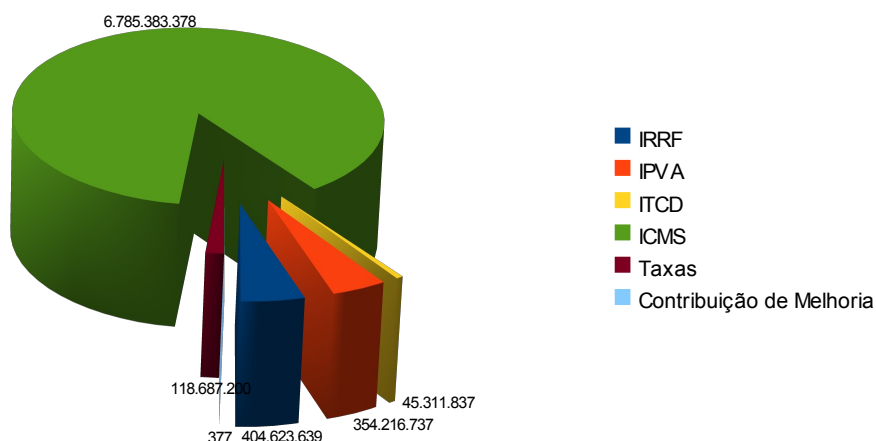


Fonte: Anexo 10 (consolidado) - 2012

O gráfico a seguir, por sua vez, aponta um total de 98,46% das receitas tributárias arrecadadas referentes a impostos, o que revela a importância desse tributo na arrecadação estadual das receitas tributárias. Os valores relativos a “taxas” alcançaram 1,54% dessas receitas.

O quantitativo da receita tributária totalizou R\$ 7.708.223.166,36 representando 57,80% de toda a arrecadação (R\$ 13.336.935.320,49), ou seja, mais da metade desse total constituiu-se de receita tributária.

Realização das receitas tributárias - 2012



Fonte: Anexo 10 (consolidado) – 2012

7.3.3.1.1. Evolução das Receitas Tributárias Arrecadadas

Tabela 47: Evolução da receita tributária arrecadada - 2008 a 2012

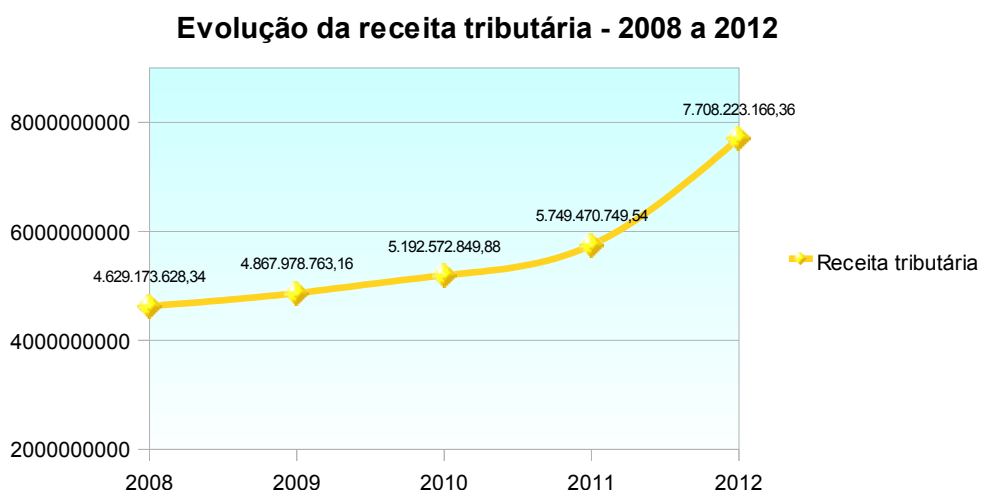
Receita	2008	2009	2010	2011	2012
IRRF (1.1.1.2.04.00.00)	245.143.741,63	257.023.880,44	319.687.085,93	391.141.275,03	404.623.639,02
IPVA (1.1.1.2.05.00.00)	196.207.666,44	239.941.384,30	261.378.587,64	305.699.530,30	354.216.736,63
ITCD (1.1.1.2.07.00.00)	16.020.560,14	18.318.886,45	21.012.617,09	26.845.484,48	45.311.836,57
ICMS (1.1.1.3.02.00.00)	4.114.347.495,14	4.277.910.432,66	4.513.686.634,21	4.925.054.517,68	6.785.383.377,71
Taxas (1.1.2.0.00.00.00)	57.454.134,29	74.784.179,31	76.807.925,01	100.729.906,02	118.687.199,89
Contribuição de melhoria (1.1.1.3.00.00.00)	30,70	0,00	0,00	36,03	376,54
TOTAL	4.629.173.628,34	4.867.978.763,16	5.192.572.849,88	5.749.470.749,54	7.708.223.166,36
Varição (%)	-	5,16%	6,67%	10,72%	34,07%

Fonte: Relatório de Contas Anuais - 2011 e Anexo 10 (consolidado) – 2012

Analisando a tabela anterior, nota-se que em termos nominais a evolução do total da receita tributária ao longo dos últimos cinco anos foi a seguinte: 5,16% de 2008 para 2009; 6,67% de 2009 para 2010; 10,72% de 2010 para 2011 e 34,07% de 2011 para 2012.

Nos últimos cinco anos verificou-se um aumento significativo das Receitas Tributárias comparadas com a receita total do estado. Em 2008, o percentual da receita tributária em relação a receita total do estado foi de 57,20%, evoluindo para 57,79% em 2012.

O gráfico seguinte demonstra a evolução da receita tributária.

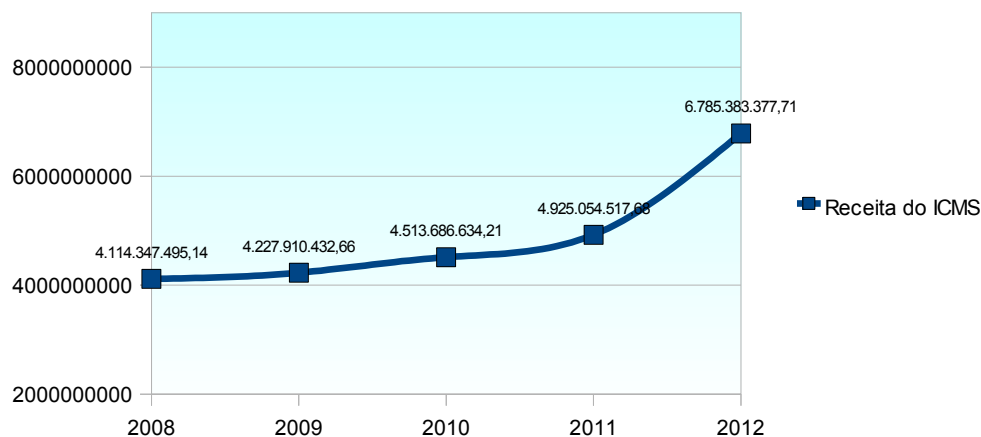


Fonte: Anexo 10 (consolidado) - 2008/2012

7.3.3.1.1.1. Evolução da Receita do ICMS

O gráfico a seguir apresenta a evolução da receita do ICMS nos últimos cinco anos:

Evolução da receita do ICMS - 2008 a 2012



Fonte: Anexo 10 (consolidado) - 2008/2012

Diante do exposto, percebe-se que, em 2012, a arrecadação bruta do ICMS foi de R\$ 6.785.383.377,71 e que esta sofreu um incremento de 37,77% em relação a 2011.

Tabela 48: Evolução da receita de ICMS nos anos de 2008 a 2012

Receita	2008	2009	2010	2011	2012
ICMS (1.1.1.3.02.00.00)	4.114.347.495,14	4.227.910.432,66	4.513.686.634,21	4.925.054.517,68	6.785.383.377,71
Variação do ICMS		3,97%	5,51%	9,11%	37,77%

Fonte: Relatório de Contas Anuais - 2011 e Anexo 10 (consolidado) – 2012

Os números referentes ao período analisado indicam que a variação do ICMS teve um crescimento considerável. Em 2009, foi verificado um crescimento em relação a 2008 de 3,97%, e nos anos seguintes os aumentos foram de 5,51%, 9,11 % e 37,77%.

Porém a participação da arrecadação desse imposto na receita total permaneceu na média de 48%.

7.3.3.2. Transferências Correntes

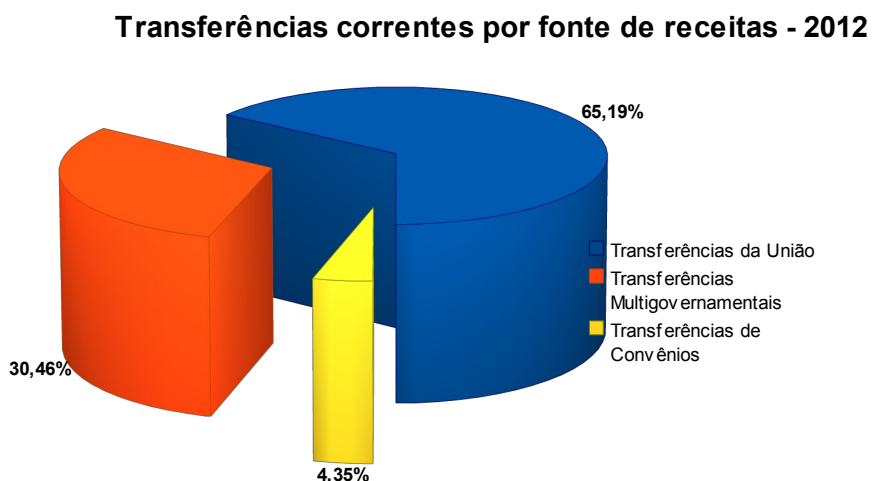
A tabela a seguir exibe os valores recebidos a título de transferências correntes durante o exercício de 2012:

Tabela 49: Transferências correntes – 2012

Receita	Previsão (a)	Realização (b)	Resultado	
			Valor (b - a)	(%)
Transferências Correntes	3.237.602.353,00	3.213.552.505,26	-24.049.847,74	-0,74%
Transferências da União	2.173.898.975,00	2.094.788.844,70	-79.110.130,30	-3,64%
Transferências do Estado	4.417.737,00	0,00	-4.417.737,00	0,00%
Transferências Multi-governamentais	924.841.223,00	978.946.985,34	54.105.762,34	5,85%
Transferências de Convênios	134.444.418,00	139.816.675,22	5.372.257,22	0,00%

Fonte: Anexo 10 (consolidado) – 2012

O gráfico seguinte expressa as transferências correntes por fontes de receitas:



Fonte: Anexo 10 (consolidado) – 2012

No exercício de 2012, em nível de subcategoria, as transferências correntes, que chegaram a R\$ 3.213.552.505,26, representaram 24,09% do valor da receita orçamentária total arrecadada de R\$ 13.336.935.320,49.

A tabela seguinte representa a evolução das transferências correntes nos últimos cinco anos:

Tabela 50: Evolução das transferências correntes arrecadadas - 2008 a 2012

Transferências Correntes	2008	2009	2010	2011	2012
Transferências da União	1.675.661.890,67	1.613.230.602,00	1.788.918.920,41	2.052.169.018,18	2.094.788.844,70
Transf. Multigovernamentais	639.964.844,15	731.475.776,68	763.098.726,58	889.417.059,59	978.946.985,34
Transf. de instituições privadas	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	74.834.548,00	112.068.897,15	132.842.988,50	138.459.279,50	139.816.675,22
TOTAL	2.390.463.782,82	2.457.918.275,83	2.684.860.635,49	3.080.045.357,27	3.213.552.505,26
Varição (%)	-	2,82%	9,23%	14,72%	4,33%

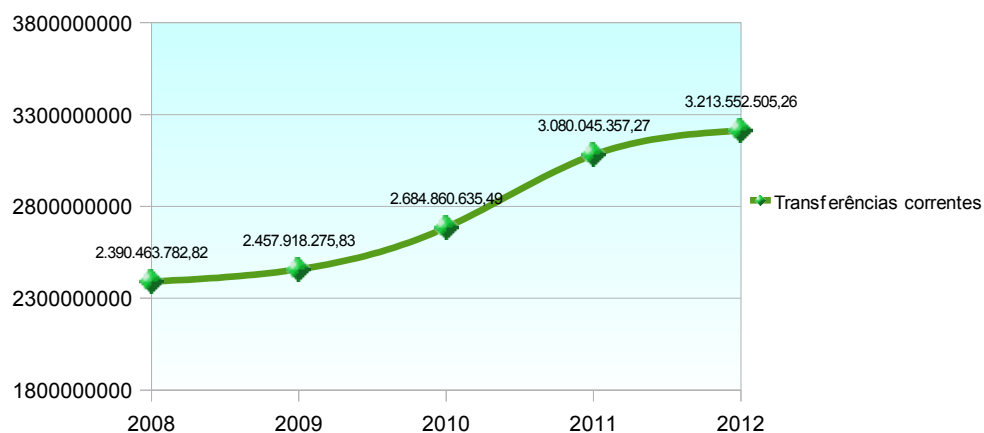
Fonte: Balanço Financeiro (Anexo 12 - consolidado) – 2008/2012, disponível site www.sefaz.mt.gov.br

Analisando a tabela acima, nota-se que em termos nominais a evolução do Total das Transferências Correntes ao longo dos últimos cinco anos, foi a seguinte: 2,82% de 2008 para 2009; 9,23% de 2009 para 2010; 14,72% de 2010 para 2011 e 4,33% de 2011 para 2012.

Destaca-se que as Receitas de Transferências Correntes representam atualmente mais de 24,00% do total da receita arrecadada a cada ano. Tais valores representam de 2008 a 2012, respectivamente, 29,53%, 27,89%, 26,73%, 28,82% e 24,09% do total das receitas orçamentárias do estado.

O gráfico a seguir demonstra a evolução das transferências correntes nos últimos cinco anos:

Evolução das transferências correntes - 2008 a 2012



Fonte: Balanço Financeiro (consolidado) – 2008/2012

7.3.3.3. Outras Receitas Correntes

A tabela a seguir exibe os valores recebidos a título de Outras Receitas Correntes durante o exercício de 2012:

Tabela 51: Previsão e Realização de Outras Receitas Correntes em 2012

Receita	Previsão (a)	Realização (b)	Resultado	
			Valor (b - a)	(%)
Outras Receitas Correntes	578.020.781,00	1.047.555.668,44	469.534.887,44	81,00%
Multas e Juros de Mora	173.824.466,00	120.295.453,87	-53.529.012,13	-12,95%
Indenizações e Restituições	2.521.735,00	34.696.151,61	32.174.416,61	1375,88%
Receita da Dívida Ativa	60.944.748,00	68.956.484,38	8.011.736,38	13,14%
Receitas Correntes Diversas	340.729.832,00	823.607.578,58	482.877.746,58	141,71%

Fonte: Anexo 10 (consolidado) – 2012

O montante arrecadado de R\$ 1.047.555.668,44 de Outras Receitas Correntes superou o previsto, R\$ 578.020.781,00, apresentando excesso de arrecadação de 81%.

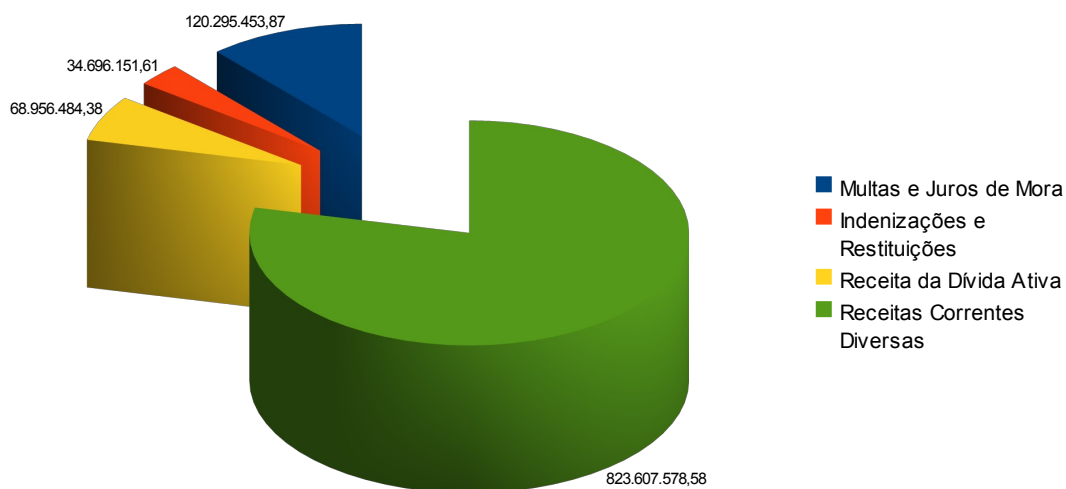
O valor arrecadado de Indenizações e Restituições de R\$ 34.696.151,61

também apresentou um superávit de R\$ 32.174.416,61, equivalente a 1.375,88% do valor previsto.

O valor arrecadado de Dívida Ativa de R\$ 68.956.484,38 superou em 13,14% do valor previsto.

Somente o valor referente a Multas e Juros de Mora de R\$ 120.295.453,87 teve sua arrecadação menor que o previsto em 12,95%.

O gráfico seguinte expressa as transferências correntes por fontes de receitas:



7.3.3.3.1. Receita da Dívida Ativa

7.3.3.3.1.1. Evolução e Movimentação da Dívida Ativa

Consta no Balanço Patrimonial Consolidado (fls. 325 TCE) o registro da dívida ativa no total de R\$ 11.508.232.612,51 distribuído em Dívida Ativa de Curto Prazo – R\$ 22.149.495,39 e Dívida Ativa de Longo Prazo – R\$ 11.486.083.117,12, bem como provisionado para perdas da dívida ativa no valor de R\$ 11.442.285.212,51, portanto após o ajuste, tem-se um Saldo Líquido da Dívida de R\$ 65.947.400,00.

Em 2012 conforme documentação da Procuradoria Geral do Estado (fls. 2.380 – 2.383, TCE/MT) foi inscrito em dívida ativa o valor de R\$ 691.162.761,75, sendo R\$ 630.056.638,60 referente a Dívida Ativa Tributária e R\$ 61.106.123,15 a Dívida Ativa Não Tributária.

E conforme Demonstração das Variações Patrimoniais (fls. 326-verso TCE) o valor arrecadado foi de R\$ 68.638.728,73

O saldo da Dívida Ativa de R\$ 11.508.232.612,5 corresponde a 86,30% da arrecadação estadual de 2012, quase o valor arrecadado.

O valor provisionado para perdas da dívida equivale 99,42% do total da Dívida Ativa, onde se conclui que ocorreu superestimação da provisão.

Às fls. 2369/2379 TCE consta cópia das páginas anteriormente citadas, extraídas do Manual do STN.

Demonstra-se na tabela a seguir a movimentação da dívida ativa no exercício de 2012:

Tabela 52: Tabela Movimentação da Dívida Ativa

Descrição	Créditos Tributários	Créditos Não Tributários	Total
Saldo de Exercícios Anteriores	10.885.708.579,49	0,00	10.885.708.579,49
(+) Inscrições	630.056.638,60	61.106.123,15	691.162.761,75
F:\CONSELHEIRO NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt			DOMINGOS E 82

(-) Recebimentos	0,00	0,00	68.638.728,73
(=) Saldo para o próximo exercício	0,00	0,00	11.508.232.612,51
(-) Provisão para perdas da Dívida Ativa	0,00	0,00	11.442.285.212,51
(=) Saldo da Dívida Ativa			65.947.400,00

Fonte: Relatório das Contas Anuais de 2011 e DVP – 2012

A tabela a seguir demonstrará a evolução da dívida ativa e sua respectiva arrecadação no período de 2008 a 2012:

Tabela 53: Tabela Evolução da Dívida Ativa e sua respectiva arrecadação

Exercícios	Dívida Ativa (a)	Arrecadação (b)	Comparação (b/a)
2008	5.838.109.332,74	99.366.094,41	1,70%
2009	6.446.974.952,30	32.841.426,58	0,51%
2010	7.376.414.587,85	49.865.923,66	0,67%
2011	9.755.660.473,62	40.249.532,91	0,41%
2012	10.885.708.579,49	68.638.728,73	0,63%

Fonte: Relatório das Contas Anuais de 2011 e Anexo 10 (consolidado) – 2012

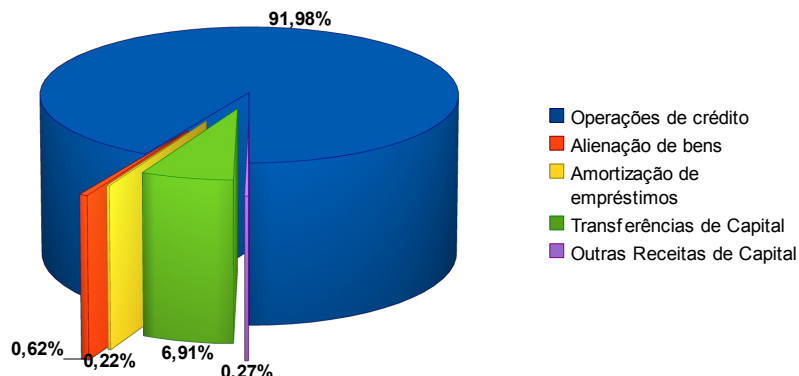
Constata-se a baixíssima arrecadação dos créditos de dívida ativa nos anos citados, onde a arrecadação nos últimos 4 anos não passou de 1% do total da dívida, apesar do valor arrecadado em 2012 ter sido superior em 13% do valor estimado.

Os dados da tabela evidencia também um crescimento de 53,63% do valor da dívida de 2008 para 2012, sendo que a arrecadação teve um decréscimo de 44%.

7.3.4. Receita de Capital

O Gráfico a seguir congrega os dados relativos a receita de capital por categoria econômica:

Receitas de capital por categoria econômica - 2012



Fonte: Balanço Orçamentário (Anexo 12 - consolidado) – 2012

A tabela seguinte apresenta as previsões e as realizações da receita de capital em 2012.

Tabela 54: Previsão e realização da receita de capital - 2012

Receita	Previsão (a)	Realização (b)	Resultado	
			Valor (b - a)	(%)
Operações de crédito	1.465.136.364,00	1.329.846.367,55	-135.289.996,45	-9,23%
Alienações de bens	194.156.556,00	8.954.185,41	-185.202.370,59	-95,39%
Amortizações de empréstimos	3.692.219,00	3.217.431,01	-474.787,99	-12,86%
Transferências de capital	286.254.709,00	99.896.777,63	-186.357.931,37	-65,10%
Outras receitas de capital	0,00	3.957.897,91	3.957.897,91	0,00%
TOTAL	1.949.239.848,00	1.445.872.659,51	-503.367.188,49	-25,82%

Fonte: Balanço Orçamentário (Anexo 12 - consolidado) – 2012

No exercício de 2012, as receitas de capital totalizaram R\$ 1.445.872.659,51, ficando 25,82% abaixo do valor previsto no orçamento.

A tabela seguinte reúne os dados referentes a evolução nominal das

receitas de capital realizada nos cinco últimos exercícios:

Tabela 55: Evolução das receitas de capital arrecadadas - 2008 a 2012

Receita	2008	2009	2010	2011	2012
Operações de crédito	0,00	95.566.000,00	364.338.994,00	90.045.885,65	1.329.846.367,55
Alienações de bens	19.259.081,80	30.943.191,51	4.804.106,42	6.195.330,90	8.954.185,41
Amortizações de empréstimos	4.030.034,12	3.415.370,79	2.899.268,60	3.686.243,68	3.217.431,01
Transferências de capital	39.808.366,57	162.673.598,59	245.576.399,70	62.873.721,25	99.896.777,63
Outras receitas de capital	1.594.014,51	1.366.578,03	1.406.988,54	101.303.938,94	395.789,91
TOTAL	64.691.497,00	293.964.738,92	619.025.757,26	264.105.120,42	1.445.872.659,51
Variação (%)	-	354,41%	110,58%	-57,34%	447,46%

Fonte: Relatório de Contas Anuais - 2011 e Balanço Orçamentário (Anexo 12 - consolidado) – 2012 – fls. 323 TCE

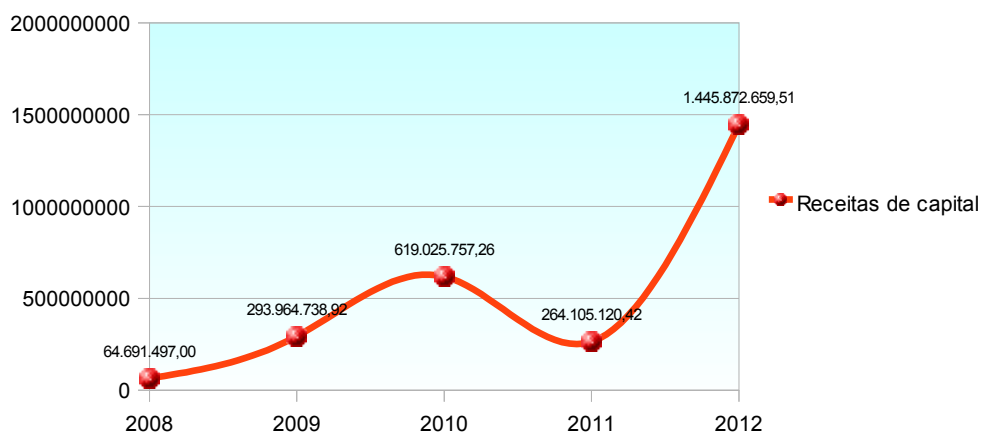
Quanto as subcategorias econômicas dessas receitas, verifica-se, em relação ao exercício anterior, que ocorreu um aumento significativo nas receitas de operações de crédito de 1.476,85 %, quanto as outras receitas verificou-se aumento de 44,53% dos crédito de alienação de bens, um decréscimo de 12,72% na amortização de empréstimos e de 2.559,54% de outras receitas de capital.

Portanto constata-se que o comportamento da receita de capital em 2012 comparado a 2011 é atípico, especificamente as operações de crédito e outras receitas de capital.

Adiante encontram-se informações específicas sobre as contratações de operações de créditos, a receita que mais cresceu em 2012 comparada a outras receitas.

O gráfico a seguir demonstra a evolução da receita de capital nos últimos cinco anos:

Evolução das receitas de capital - 2008 a 2012



Fonte: Relatório de Contas Anuais - 2011 e Anexo 12 (consolidado) – 2012

As receitas de capital realizadas em 2012 representaram, comparativamente aos anos anteriores, uma significativa evolução, compensando a queda apresentada desde 2011.

7.3.4.1. Operações de Crédito

Apesar da ótima arrecadação em 2012, essas operações totalizaram R\$ 1.329.846.367,55 abaixo do que era previsto para o exercício, representando uma redução de 9,23%.

Os registros da contratação das operações de créditos encontram-se com valores diferentes em cada demonstrativo analisado onde verificou-se que entre o valor registrado no Balanço Financeiro e o Relatório do FIPLAN foi de R\$ 3.953.801,02 e entre o balanço e o Relatório da dívida contratada foi de R\$ 6.877.991,23.

Tabela 56: Registro da receita de operações de crédito constante do Balanço Financeiro, Relatório FIPLAN e Relatório da Dívida Pública

Descrição	Balanço Financeiro	Relatório Fiplan	Relatório da Dívida
F:\CONSELHEIRO NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt			DOMINGOS E 86

			Pública contratada (Fls. 327- verso e 328 TCE)
Operações de crédito	1.329.846.367,55	1.333.800.168,57	1.336.724.358,78

Fonte: FIPLAN, Relatório da Dívida Pública e Balanço Financeiro Consolidado

Confrontou-se o valor registrado no Balanço (R\$ 1.329.846.367,55) com os declarados no sistema FIPLAN (R\$ 1.333.800.168,57) e constatou-se divergência de R\$ 3.953.801,02.

A seguir a relação das operações de créditos de 2012 conforme FIPLAN:

Tabela 57: Relação das operações de créditos de 2012 - FIPLAN

Histórico	Data do Documento	Valor (R\$)
Receita referente a liberação de recursos do contrato de financiamento 0319.628-24 CEF.	09/02/2012	1.841.923,09
Receita referente a liberação de recursos do contrato de financiamento nº 0319.628-24 CEF.	09/02/2012	1.841.923,09
Receita referente liberação de recursos do contrato de financiamento 0319.62-24 CEF.	05/03/2012	1.770.506,22
Receita Referente liberação de recursos do contrato de financiamento 0319.62-24 CEF.	13/04/2012	737.294,44
Receita referente a liberação de recursos do contrato de financiamento 0319.628-24 CEF.	09/02/2012	1.841.923,09
Receita referente liberação de recursos do contrato de financiamento 0319.62-24, 8º parcela.	21/06/2012	269.604,22
Receita referente ao contrato de financiamento nº 10.2.1596.1 BNDES.	29/05/2012	64.197.300,64
Receita referente liberação de recursos do contrato de financiamento 0319.62-24, 8º parcela.	21/06/2012	289.604,22
Recebimento de recursos de operação de crédito BNDES para entorno da Arena.	27/07/2012	15.600.000,00
Recursos provenientes de operação de crédito, autorizado na Lei 8.919/2008 que autoriza o poder executivo a reestruturar as Dívidas do Estado de Mato Grosso. - Depósito efetuado em 10/09/2012 pelo Bank of America - Dívida Pública Externa.	10/09/2012	967.824.515,13
Receita referente ao contrato de financiamento nº 10.2.1596.1 BNDES.	29/08/2012	2.800.000,00
Receita ref. liberação de recursos do contrato de financiamento 0319.62-24, 9º parcela.	02/10/2012	2.086.319,50
Crédito em conta ref. a operação de crédito/SEFAZ	28/12/2012	272.699.254,93
TOTAL		1.333.800.168,57

Fonte: Relatório do Fiplan

7.3.5. Receita Corrente Líquida - RCL

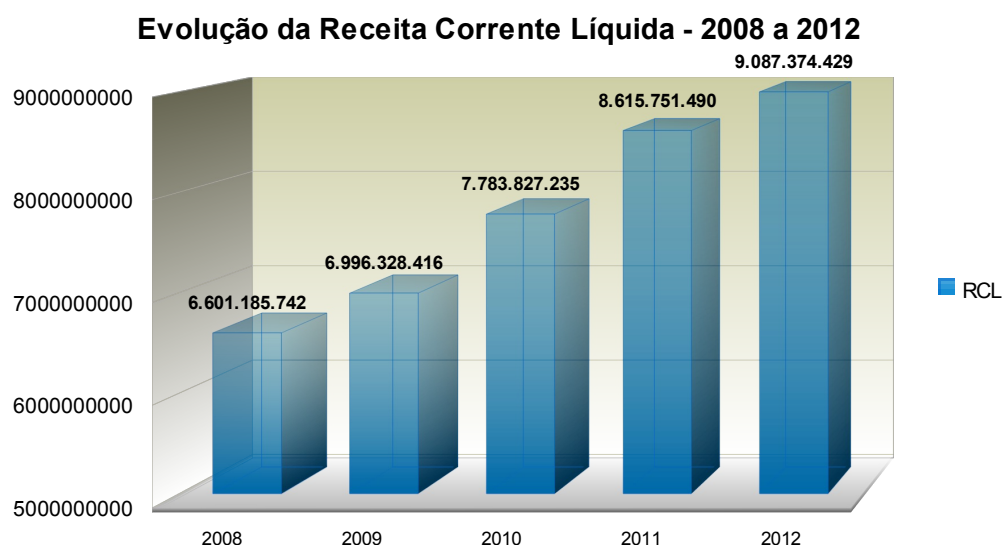
No exercício de 2012, a RCL do Estado foi de R\$ 9.087.374.428,94, conforme demonstrado na tabela evolução da RCL 2008 a 2012.

Tabela 58: Evolução da Receita Corrente Líquida - 2008 a 2012

Especificação	2008	2009	2010	2011	2012
Receitas Correntes (I)	8.817.728.074,88	9.402.076.362,69	10.365.267.028,11	11.668.485.227,35	13.887.128.233,88
Receita Tributária	4.629.173.628,34	4.867.978.763,16	5.192.572.849,88	5.749.470.749,54	7.708.223.166,36
Receita de Contribuições	1.052.671.222,02	1.238.815.017,92	1.471.967.187,30	1.616.824.949,00	1.309.403.045,89
Receita Patrimonial	113.962.983,15	104.857.015	85.661.254,09	93.347.560,68	174.823.283,77
Receita Agropecuária	135.716,62	122.593	73.597,60	126.497,88	168.062,85
Receita Industrial	11.608.425,32	9.996.572	9.839.456,88	9.507.452,50	9.138.412,86
Receita de Serviços	236.616.560,84	298.345.953,73	321.034.097,50	294.703.487,45	424.264.088,45
Transferências Correntes	2.390.463.782,82	2.457.918.275,83	2.684.860.635,49	3.080.045.357,27	3.213.552.505,26
Outras Receitas Correntes	383.095.755,77	424.042.172,05	599.257.949,37	824.459.173,03	1.047.555.668,44
Deduções (II)	2.216.542.333	2.405.747.947	2.581.439.793	3.052.733.737	4.799.753.804,94
Transf. Constitucionais e Legais	1.191.416.374	1.253.038.560	1.340.762.954	1.473.706.098	1.644.410.369,28
Contrib. Prev. Assist. Social	233.965.529	253.584.617	273.195.681	320.052.386	362.789.851,21
Compens. fin. regimes previd.	1.005.159	13.578.516	26.385.278	13.427.657	17.676.661,72
Dedução da receita p/ FUNDEB	790.155.271	885.546.254	941.095.879	1.063.775.838	1.179.343.992,50
Outras deduções Rec. Corrente		0	0	181.771.758	1.595.532.930,23
TOTAL	6.601.185.742	6.996.328.416	7.783.827.235	8.615.751.490	9.087.374.428,94
Variação (%)	-	5,99%	11,26%	10,69%	5,47%

Fonte: Balanço Financeiro (Anexo 12 - consolidado) – 2008/2012, disponível site www.sefaz.mt.gov.br

O gráfico a seguir demonstra a evolução da RCL nos últimos quatro anos:



Fonte: Relatório de Contas Anuais - 2011 e Anexo 10 (consolidado - Fiplan) – 2012

Percebe-se que houve um crescimento de 5,47% da RCL em relação a 2011, no entanto, é o menor crescimento verificado desde 2008.

A tabela a seguir compara o valor da RCL apurado no Balanço Orçamentário Consolidado e o RREO – Anexo III.

Tabela 59: Comparação da RCL entre o valor do Balanço Orçamentário e o RREO – Anexo III - Exercício 2012

Especificação	Balanço Orçamentário	RREO – Anexo III	Diferença
Receitas Correntes (I)	13.887.128.233,88	12.099.078.740,63	1.788.049.493,25
Receita Tributária	7.708.223.166,36	6.566.788.821,86	1.141.434.344,50
Receita de Contribuições	1.309.403.045,89	857.802.210,63	451.600.835,26
Receita Patrimonial	174.823.283,77	84.939.652,04	89.883.631,73
Receita Agropecuária	168.062,85	168.062,85	0,00

Especificação	Balanco Orçamentário	RREO – Anexo III	Diferença
Receita Industrial	9.138.412,86	2.280.026,73	6.858.386,13
Receita de Serviços	424.264.088,45	346.455.529,95	77.808.558,50
Transferências Correntes	3.213.552.505,26	3.213.535.531,15	16.974,11
Outras Receitas Correntes	1.047.555.668,44	1.027.108.905,42	20.446.763,02
Deduções (II)	4.799.753.804,94	3.209.134.709,51	1.590.619.095,43
Transf. Constitucionais e Legais	1.644.410.369,28	1.644.417.930,98	-7.561,70
Contrib. Prev. Assist. Social	362.789.851,21	362.789.851,21	0,00
Compens. fin. regimes previd.	17.676.661,72	17.676.661,72	0,00
Dedução da receita p/ FUNDEB	1.179.343.992,50	1.184.250.265,60	-4.906.273,10
Outras deduções Rec. Corrente	1.595.532.930,23		1.595.532.930,23
TOTAL	9.087.374.428,94	8.889.944.031,12	197.430.397,82

Fonte: Balanço Financeiro (Anexo 12 - consolidado) 2012 e RREO – Anexo III

Divergência de R\$ 197.430.397,82 da Receita Corrente Líquida entre a apurada pela equipe e a registrada no Anexo III do Relatório Resumido da Execução Orçamentária conforme demonstrado na tabela acima.

7.4. Despesas

7.4.1. Despesa Autorizada e Realizada no Exercício de 2012

Conforme Lei n° 9686 de 28/12/2011 – Lei Orçamentária para o Exercício 2012 (LOA) e respectivos demonstrativos que compõem o Balanço Geral do Estado, a despesa fixada inicialmente para o exercício de 2012 foi de R\$ 13.001.925.975,00, que depois das alterações orçamentárias, resultou em uma despesa autorizada de R\$ 15.845.869.931,31.

A tabela a seguir demonstra a despesa autorizada com a realizada em 2012.

Tabela 60: Autorização e Realização da Despesa Estadual – 2012

Despesas	Fixação (a)	Realização (b)	Resultado	
			Valor (b - a)	(%)
Despesas Correntes	11.048.972.107,48	10.579.435.583,10	-469.536.524,38	-4,25%
Pessoal e Encargos Sociais	6.258.220.368,36	6.097.666.399,92	-160.553.968,44	-2,57%
Juros e Encargos da Dívida	212.373.508,83	210.875.379,25	-1.498.129,58	-0,71%
Outras Despesas Correntes	4.578.378.230,29	4.270.893.803,93	-307.484.426,36	-6,72%
Despesas de Capital	4.796.897.823,83	2.566.820.139,51	-2.230.077.684,32	-46,49%
Investimentos	2.875.206.996,38	853.731.785,81	-2.021.475.210,57	-70,31%
Inversões Financeiras	11.357.861,21	4.520.000,00	-6.837.861,21	-60,20%
Amortizações da Dívida	1.910.332.966,24	1.708.568.353,70	-201.764.612,54	0,00%
TOTAL	15.845.869.931,31	13.146.255.722,61	-2.699.614.208,70	-17,04%

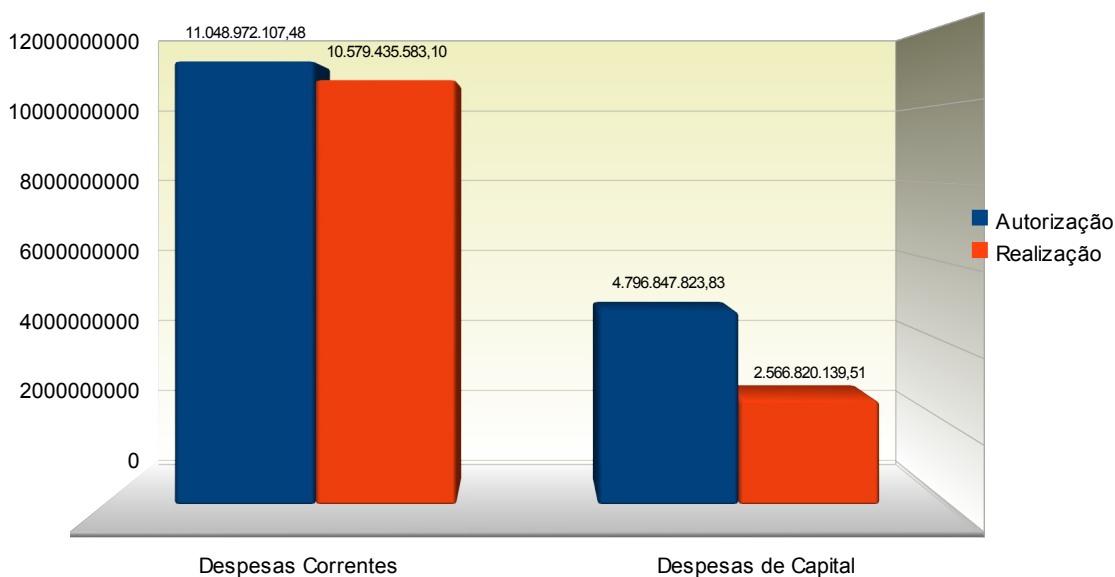
Fonte: Balanço Orçamentário (Anexo 12 - consolidado) – 2012 – Fls. 323 TCE

Em relação a despesa total autorizada, a despesa total realizada equivale a aproximadamente 82,96%, e a economia orçamentaria, aproximadamente 17,04%.

Na categoria econômica “Despesas de Capital” houve a maior economia orçamentária do ano, pois aplicou a menor 46,49% do que foi fixado na LOA deixando de aplicar 70,31% dos recursos orçamentários fixados pelo legislativo no grupo 'Investimento'.

Verificando a importância dada a cada grupo de despesa realizada, percebe-se que Pessoal e Encargos Sociais foi um grupo prioritário, correspondendo a aproximadamente 46,38% da despesa total realizada. E o grupo Outras Despesas Correntes representou 32,49% da realizada.

Autorização e realização da despesa estadual - 2012



Fonte: Balanço Orçamentário (Anexo 12 - consolidado) – 2012

Tabela 61: Evolução da Despesa por Categoria Econômica e Grupo de Despesa- 2008 a 2012

Despesas	2008	2009	2010	2011	2012
Despesas Correntes	6.770.432.320,12	7.767.421.835,46	8.649.397.120,38	9.581.753.114,33	10.579.435.583,10
Pessoal e Encargos Sociais	3.490.215.408,32	3.925.902.090,30	4.530.011.615,44	5.328.185.425,65	6.097.666.399,92
Juros e Encargos da Dívida	419.966.047,67	473.151.601,78	578.760.685,23	444.628.655,94	210.875.379,25
Outras Despesas Correntes	2.860.250.864,13	3.368.368.143,38	3.540.624.819,71	3.808.939.032,74	4.270.893.803,93
Despesas de Capital	1.135.990.729,05	1.534.828.581,22	1.100.875.245,12	1.347.795.830,40	2.566.820.139,51
Investimentos	838.002.681,56	1.172.097.205,07	802.225.825,09	775.585.404,59	853.731.785,81
Inversões Financeiras	11.807.183,18	12.484.379,55	3.172.153,01	5.461.238,63	4.520.000,00
Amortizações da Dívida	286.180.864,31	350.246.996,60	295.477.267,02	566.749.187,18	1.708.568.353,70
TOTAL	7.906.423.049,17	9.302.250.416,68	9.750.272.365,50	10.929.548.944,73	13.146.255.722,61
Varição (%)	-	17,65%	4,82%	12,09%	20,28%

Fonte: Relatório de Contas Anuais - 2011 e Balanço Orçamentário (Anexo 12 - consolidado) – 2012 – fls. 323 e verso

Em termos nominais, a evolução do total da despesa ao longo dos últimos cinco anos foi a seguinte: 17,65% de 2008 para 2009; 4,82% de 2009 para 2010; 12,09% de 2010 para 2011 e 20,28% de 2011 para 2012.

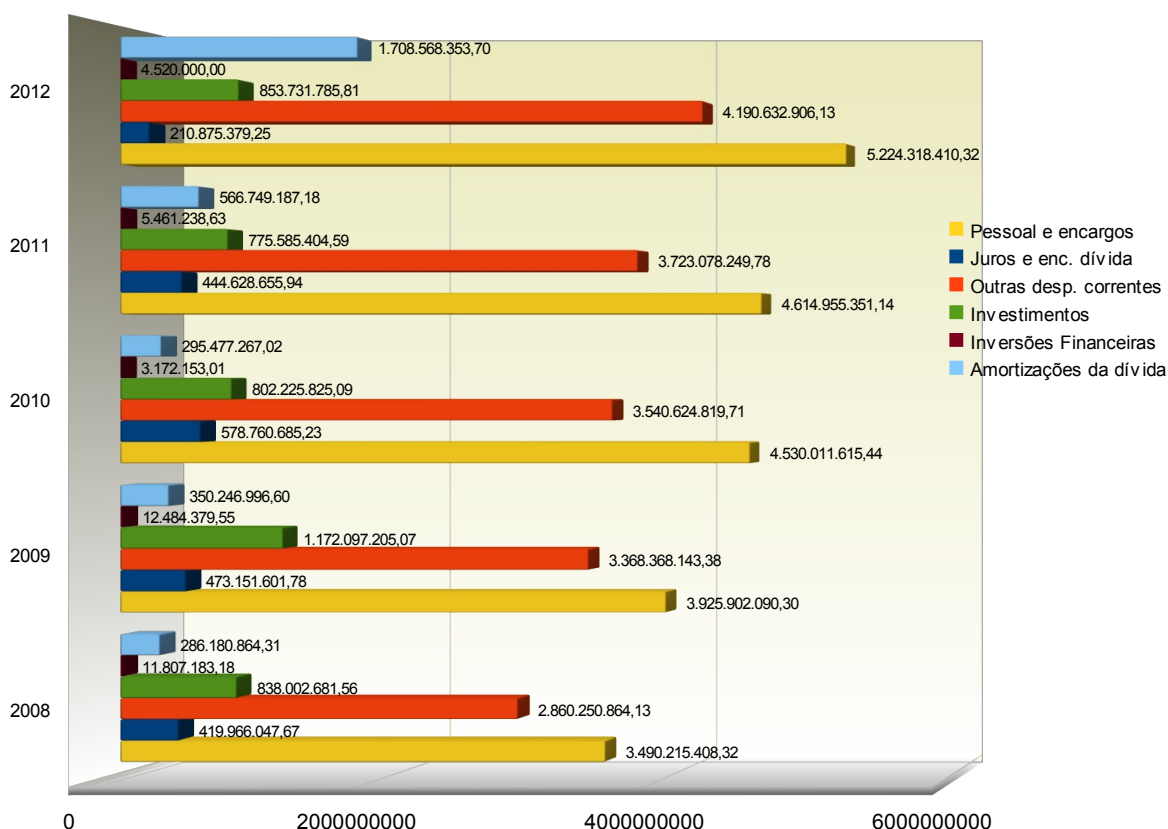
Observa-se que o crescimento de 20,28% da despesa de 2011 para 2012 foi impactada pelos gastos com amortização da dívida que em 2012 aumentou 201,47% em relação a 2012.

Verifica-se que ao longo dos quatro exercícios anteriores, a participação do grupo “Despesas com Pessoal e Encargos Sociais” teve um crescimento de 4,41% para 4,87%, sendo que em 2012 o índice baixou para 4,64%, comparando-se ao total da despesa realizada.

As Despesas com Amortização da Dívida aumentaram significativamente sua participação de 2011 para 2012 nos seguintes percentuais, de 5,18% para 12,99%, sendo que nos últimos três anos a média da representatividade dessa despesa foi de 3,47%.

O Gráfico a seguir revela a evolução da despesa nos anos de 2008 a 2012.

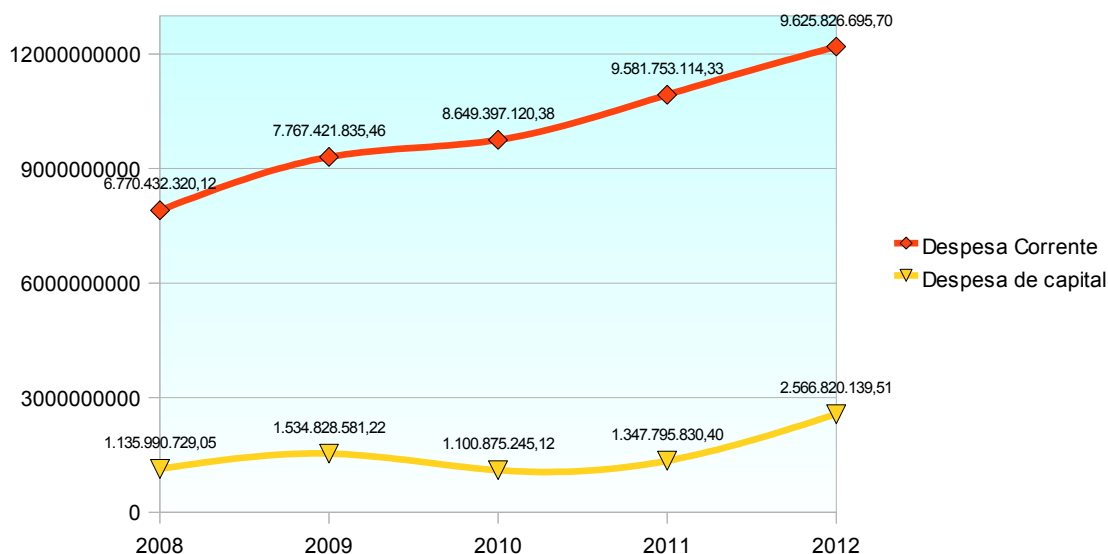
Evolução da despesa estadual realizada por categoria econômica - 2008 a 2012



O Gráfico a seguir revela a evolução das despesas realizadas por categoria econômica nos anos de 2008 a 2012. **Fonte:** Relatório de Contas Anuais - 2011 e Balanço Orçamentário (Anexo 12 - consolidado) – 2012

O Gráfico a seguir revela a evolução das despesas correntes e de capital nos anos de 2008 a 2012.

Evolução das despesas correntes e de capital - 2008 a 2012



Fonte: Relatório de Contas Anuais - 2011 e Balanço Orçamentário (Anexo 12 - consolidado) – 2012 -

Função é o maior nível de agregação do gasto público, revelando as áreas prioritárias na destinação dos recursos públicos.

A tabela e o gráfico a seguir mostram como se deu a alocação dos recursos nas funções de governo em relação à despesa realizada em 2012.

Tabela 62: Despesas Realizadas por Função de Governo

DESPESAS POR FUNÇÃO		TOTAL DA DESPESA REALIZADA	% DE REPRESENTATIVIDADE
1	Legislativa	513.216.798,39	3,9
2	Judiciária	667.548.887,72	5,08
3	Essencial à Justiça	216.995.408,16	1,65
4	Administração	362.740.976,28	2,77
5	Segurança Pública	1.046.366.202,02	7,96
6	Assistência Social	12.277.721,25	0,09
7	Previdência Social	2.127.530.514,20	16,18
8	Saúde	1.038.290.108,55	7,91

DESPESAS POR FUNÇÃO		TOTAL DA DESPESA REALIZADA	% DE REPRESENTATIVIDADE
9	Trabalho	50.574.971,50	0,38
10	Educação	1.591.473.604,39	12,11
11	Cultura	35.568.123,23	0,27
12	Cidadania	299.833.876,72	2,28
13	Urbanismo	51.097.163,45	0,39
14	Habitação	47.956.642,48	0,36
15	Saneamento	5.319.650,54	0,04
16	Gestão Ambiental	93.221.487,84	0,71
17	Ciência e Tecnologia	47.651.033,61	0,36
18	Agricultura	75.927.697,17	0,58
19	Organização Agrária	37.879.955,46	0,29
20	Indústria	27.350.537,77	0,21
21	Comércio e Serviços	36.520.993,74	0,28
22	Comunicações	25.014.847,95	0,19
23	Energia	3.114.715,05	0,02
24	Transportes	418.232.946,72	3,18
25	Desporto e Lazer	234.711.302,75	1,79
26	Encargos Especiais	4.079.839.555,57	31,03
TOTAL		13.146.255.722,51	100,00%

Tabela 63: Evolução da despesa estadual por função - 2008 a 2012

Despesas por função	2008	2009	2010	2011	2012
Legislativa	295.501.318,36	329.261.695,48	367.554.937,49	432.327.455,42	513.216.798,39
Judiciária	435.558.739,56	456.821.517,65	461.843.900,36	536.811.329,37	667.548.887,72
Essencial à Justiça	147.493.652,75	143.033.289,62	162.863.806,12	187.620.814,91	216.995.408,16
Administração	569.153.776,84	606.528.298,02	867.485.808,13	912.845.578,30	362.740.976,28
Segurança Pública	730.503.499,89	857.495.404,81	915.993.100,82	1.067.282.827,00	1.046.366.202,02
Assistência Social	7.477.490,61	11.130.307,58	11.663.973,28	7.879.639,75	12.277.721,25
Previdência Social	779.692.062,54	929.817.997,76	1.136.822.716,40	1.387.116.340,11	2.127.530.514,20
Saúde	790.192.213,48	857.740.456,47	836.953.176,08	913.106.429,87	1.038.290.108,55
Trabalho	26.901.781,89	31.145.860,49	35.695.292,00	33.218.534,46	50.574.971,50
Educação	1.096.991.102,44	1.146.069.609,94	1.331.868.543,51	1.444.787.357,56	1.591.473.604,39

Despesas por função	2008	2009	2010	2011	2012
Cultura	14.462.400,12	21.768.784,58	17.186.452,71	27.246.292,61	35.568.123,23
Cidadania	39.037.424,22	47.220.924,81	64.040.058,20	72.577.117,39	299.833.876,72
Urbanismo	98.681.360,25	17.150.278,66	62.898.319,26	55.601.796,29	51.097.163,45
Habitação	30.588.329,26	57.595.480,00	32.480.123,95	30.261.654,44	47.956.642,48
Saneamento	1.523.775,01	26.527.717,36		3.840.645,48	5.319.650,54
Gestão Ambiental	57.170.567,45	68.162.048,08	77.686.419,29	79.967.669,41	93.221.487,84
Ciência e Tecnologia	27.881.578,93	66.583.015,54	95.793.301,59	55.432.374,05	47.651.033,61
Agricultura	86.485.296,37	113.037.575,90	118.868.527,69	138.136.799,09	75.927.697,17
Organização Agrária	8.428.071,74	10.185.311,47	18.193.136,77	12.636.603,40	37.879.955,46
Indústria	41.370.340,46	45.732.455,62	49.418.485,57	46.205.198,57	27.350.537,77
Comércio e Serviços	26.714.755,74	41.222.266,99	40.967.960,43	44.605.722,30	36.520.993,74
Comunicações				10.010.242,93	25.014.847,95
Energia	9.321.395,36	7.450.045,67	5.477.387,42	4.741.512,97	3.114.715,05
Transportes	349.813.953,87	925.220.432,03	437.083.334,93	504.217.255,93	418.232.946,72
Desporto e Lazer	15.332.303,10	19.623.975,17	68.432.922,22	139.295.770,54	234.711.302,75
Encargos Especial	2.220.145.858,93	2.465.725.666,98	2.533.000.681,28	2.781.775.982,58	4.079.839.555,57
TOTAL	7.906.423.049,17	9.302.250.416,68	9.750.272.365,50	10.929.548.944,73	13.146.255.722,51
Variação (%)	-	17,65%	4,82%	12,09%	20,28%

Fonte: Relatório de Contas Anuais - 2011 e Balanço Financeiro (Anexo 13 - consolidado) – 2012 - fls. 323 e verso

As funções de governo que mais obtiveram aumento de gastos foram as seguintes:

Despesas por função	2008	2009	2010	2011	2012
Previdência Social	779.692.062,54	929.817.997,76	1.136.822.716,40	1.387.116.340,11	2.127.530.514,20
Saúde	790.192.213,48	857.740.456,47	836.953.176,08	913.106.429,87	1.038.290.108,55
Educação	1.096.991.102,44	1.146.069.609,94	1.331.868.543,51	1.444.787.357,56	1.591.473.604,39
Cidadania	39.037.424,22	47.220.924,81	64.040.058,20	72.577.117,39	299.833.876,72
Organização Agrária	8.428.071,74	10.185.311,47	18.193.136,77	12.636.603,40	37.879.955,46
Desporto e Lazer	15.332.303,10	19.623.975,17	68.432.922,22	139.295.770,54	234.711.302,75
Encargos Especial	2.220.145.858,93	2.465.725.666,98	2.533.000.681,28	2.781.775.982,58	4.079.839.555,57

A função da Previdência Social teve um aumento de 2008 para 2012 o equivalente a 172%; a Saúde 31%; a Educação 45%; a Cidadania 668,06%; a Organização

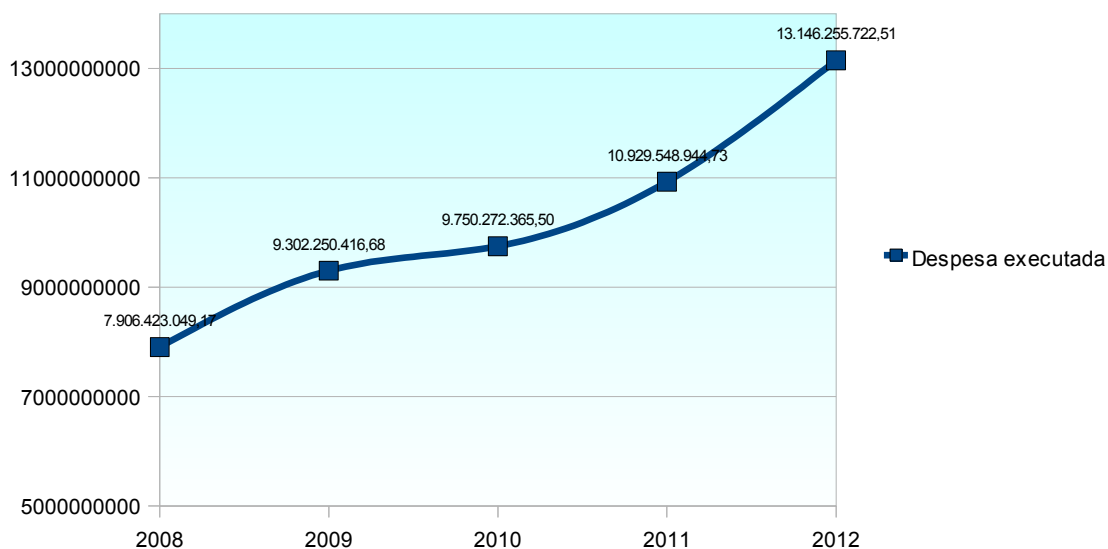
F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS
E
97

Agrária 349,44%; Desporto 1.431 %. De todas as funções a que mais teve um crescimento dos gastos em termos de valores foi Encargos Sociais, o equivalente a 183%, sendo que em 2008 teve um gasto de R\$ 2.220.145.858,93 e em 2012 de R\$ 4.079.839.555,57.

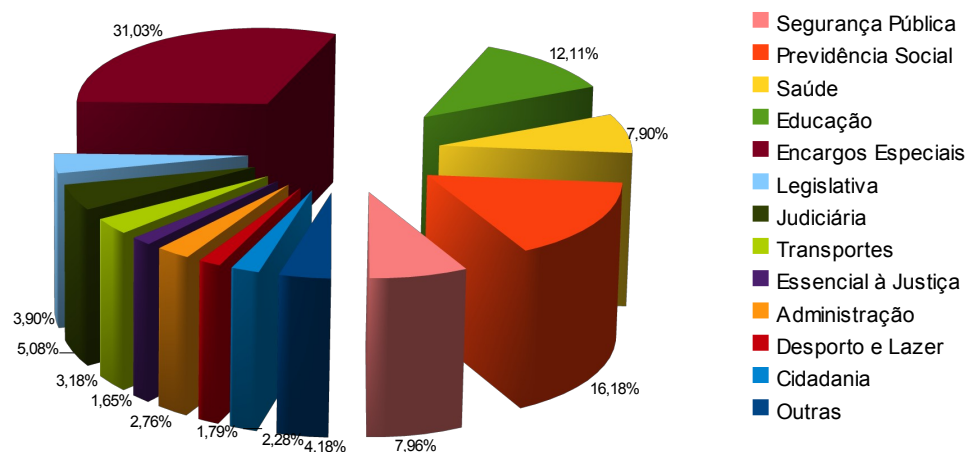
Com Base na Tabela anterior tem-se a representação gráfica da evolução da despesa estadual nos respectivos anos e o percentual da despesa realizada por função.

Evolução da despesa estadual - 2008 a 2012



Fonte: Relatório de Contas Anuais - 2011 e Balanço Orçamentário (Anexo 12 - consolidado) - 2012

Despesa realizada por função - 2012



Fonte: Balanço Financeiro (Anexo 13 - consolidado) – 2012

7.4.2. Despesas com Pessoal

Em 2012, a despesa de pessoal do Estado de Mato Grosso foi de R\$ 6.097.666.399,92, conforme demonstrado na Tabela a seguir:

Tabela 64: Despesa com pessoal por elemento de despesa - 2011 e 2012

Elemento de Despesa	2011	% Total	2012	% Total	Varição (%)
01 - Aposentadorias e reformas	876.588.885,30	16,45%	1.055.895.362,76	17,32%	20,46%
03 - Pensões	259.895.185,06	4,88%	281.996.555,65	4,62%	8,50%
04 - Contratação por Tempo Determinado	251.985.522,87	4,73%	278.987.375,26	4,58%	10,72%
08 - Outros Benefícios Assistenciais	2.241.057,13	0,04%	2.737.224,94	0,04%	22,14%
09 - Salário Família	153.233,39	0,00%	413.118,83	0,01%	169,60%
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2.424.790.983,53	45,51%	2.783.564.618,85	45,65%	14,80%
12 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	343.864.075,74	6,45%	389.462.530,37	6,39%	13,26%
13 - Obrigações Patronais	832.126.529,47	15,62%	1.008.181.396,33	16,53%	21,16%
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	48.786.803,92	0,92%	61.653.324,80	1,01%	26,37%
17 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar	1.594.313,15	0,03%	1.440.409,04	0,02%	-9,65%
19 - Auxílio Fardamento	2.003.905,56	0,04%	3.752.594,94	0,06%	87,26%

Elemento de Despesa	2011	% Total	2012	% Total	Varição (%)
34 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	17.460.286,07	0,33%	13.274.692,80	0,22%	-23,97%
91 - Sentenças Judiciais	25.103.636,67	0,47%	40.990.481,62	0,67%	63,29%
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	145.412.220,64	2,73%	87.903.428,18	1,44%	-39,55%
93 - Indenizações e Restituições	28.028.573,34	0,53%	31.128.948,56	0,51%	11,06%
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	45.156.142,04	0,85%	37.524.448,39	0,62%	-16,90%
96 - Ressarcimento de Despesas com Pessoal Requisitado	22.994.071,77	0,43%	18.759.888,60	0,31%	-18,41%
TOTAL	5.328.185.425,65	100,00%	6.097.666.399,92	100,00%	0,00%

Fonte: Relatório de Contas Anuais - 2011 e Anexo 11 - 2012 (fls. 282 a 284/TCE-MT)

Verifica-se que, em 2012, 45,65% do gasto do Estado com pessoal se refere à despesa relativa a Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil, tendo sido verificado um aumento de 14,80% em relação ao exercício anterior.

O maior incremento foi constatado na despesa com salário família (169,60%) e a maior redução foi verificada na despesa de exercícios anteriores (-39,55%).

A seguir, apresenta-se a evolução da despesa com pessoal realizada pelo Estado de Mato Grosso no período de 2008 a 2012:

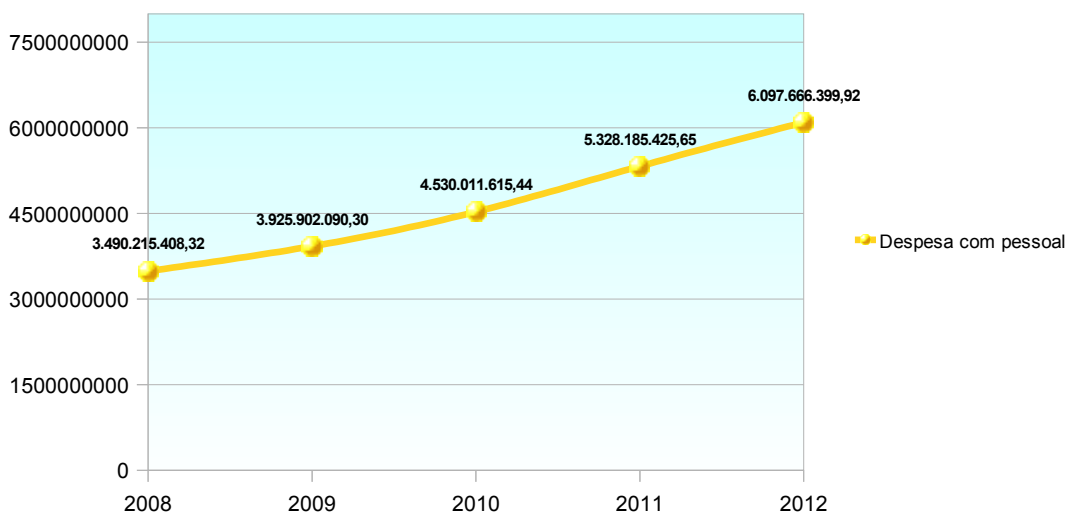
Tabela 65: Evolução da despesa com pessoal por elemento de despesa - 2008 a 2012

Elemento de Despesa	2008	2009	2010	2011	2012
01 - Aposentadorias e reformas	501.991.354,37	584.020.678,93	717.921.157,85	876.588.885,30	1.055.895.362,76
03 - Pensões	177.948.481,97	194.316.430,65	219.737.844,22	259.895.185,06	281.996.555,65
04 - Contratação por Tempo Determinado	185.953.208,92	231.169.239,18	283.596.611,27	251.985.522,87	278.987.375,26
08 - Outros Benefícios Assistenciais	227.826,53	220.477,06	239.190,00	2.241.057,13	2.737.224,94
09 - Salário Família	61.644,06	50.460,81	40.196,34	153.233,39	413.118,83
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.666.289.394,60	1.843.885.713,07	2.061.230.850,23	2.424.790.983,53	2.783.564.618,85
12 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	224.878.695,80	260.597.228,39	298.019.402,35	343.864.075,74	389.462.530,37
13 - Obrigações Patronais	481.114.109,29	559.732.392,08	707.901.959,35	832.126.529,47	1.008.181.396,33
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	23.562.000,32	40.296.472,66	47.167.010,95	48.786.803,92	61.653.324,80
17 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar	1.814.181,51	3.701.447,83	2.399.813,65	1.594.313,15	1.440.409,04
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	1.330.707,58	283.756,52	0,00	0,00	0,00
19 - Auxílio Fardamento	1.565.490,95	2.971.163,74	1.955.671,11	2.003.905,56	3.752.594,94

Elemento de Despesa	2008	2009	2010	2011	2012
34 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	30.934.290,71	23.301.026,48	19.262.453,57	17.460.286,07	13.274.692,80
91 - Sentenças Judiciais	5.268.237,08	32.367.194,60	9.573.972,57	25.103.636,67	40.990.481,62
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	150.651.478,32	88.722.916,45	97.006.978,41	145.412.220,64	87.903.428,18
93 - Indenizações e Restituições	27.310.075,03	20.835.599,59	13.576.397,47	28.028.573,34	31.128.948,56
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	8.703.395,04	27.266.021,70	29.470.808,36	45.156.142,04	37.524.448,39
96 - Ressarcimento de Despesas com Pessoal Requisitado	610.836,24	12.163.870,56	20.911.297,74	22.994.071,77	18.759.888,60
TOTAL	3.490.215.408,32	3.925.902.090,30	4.530.011.615,44	5.328.185.425,65	6.097.666.399,92
Variação (%)	-	12,48%	15,39%	17,62%	14,44%

Fonte: Relatório de Contas Anuais - 2011 e Anexo 11 - 2012 (fls. 282 a 284/TCE-MT)

Evolução das despesas com pessoal e encargos sociais - 2008 a 2012



Fonte: Relatório de Contas Anuais - 2011 e Anexo 11 - 2012 (fls. 282 a 284/TCE-MT)

Do exposto, em 2012 foi constatado um aumento de 14,44% na despesa com pessoal em relação ao exercício anterior. Nota-se, portanto, que o aumento na despesa com pessoal ficou acima do crescimento da RCL, que foi de 5,47% em 2012.

Apresenta-se, a seguir o comparativo da despesa de pessoal dos Poderes e do Ministério Público:

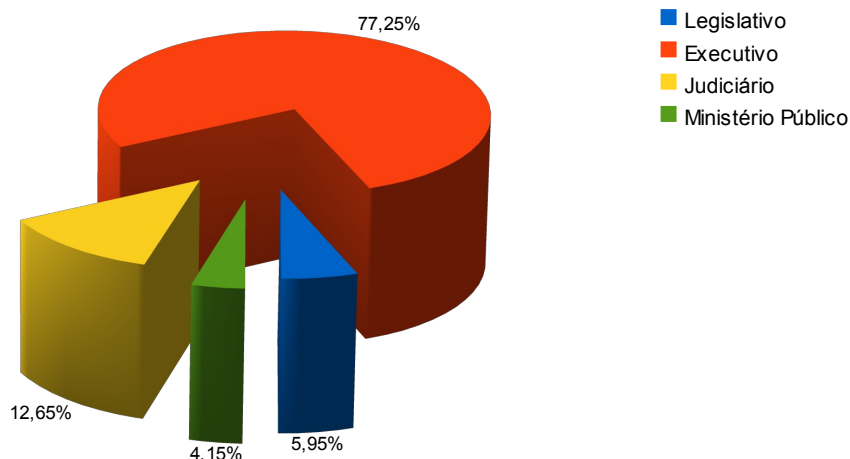
Tabela 66: Comparativo da despesa com pessoal - 2012

Elemento de Despesa	Executivo	Legislativo	Judiciário	Ministério Público	TOTAL
01 - Aposentadorias e reformas	977.195.016,47	0,00	59.396.369,27	19.303.977,02	1.055.895.362,76
03 - Pensões	238.766.526,43	14.739.215,96	22.628.144,09	5.862.669,17	281.996.555,65
04 - Contratação por Tempo Determinado	272.162.333,46	0,00	6.825.041,80	0,00	278.987.375,26
08 - Outros Benefícios Assistenciais	2.338.007,01	0,00	399.217,93	0,00	2.737.224,94
09 - Salário Família	413.118,83	0,00	0,00	0,00	413.118,83
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2.102.587.522,65	214.099.330,28	368.519.474,25	98.358.291,67	2.783.564.618,85
12 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	386.027.224,05	0,00	3.435.306,32	0,00	389.462.530,37
13 - Obrigações Patronais	922.245.045,42	24.903.311,25	47.436.619,06	13.596.420,60	1.008.181.396,33
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	38.805.214,93	1.022.159,34	11.612.440,36	10.213.510,17	61.653.324,80
17 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar	1.440.409,04	0,00	0,00	0,00	1.440.409,04
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19 - Auxílio Fardamento	3.752.594,94	0,00	0,00	0,00	3.752.594,94
34 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	13.274.692,80	0,00	0,00	0,00	13.274.692,80
91 - Sentenças Judiciais	23.198.067,75	0,00	0,00	17.792.413,87	40.990.481,62
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	28.245.200,48	0,00	47.781.014,14	11.877.213,56	87.903.428,18
93 - Indenizações e Restituições	8.053.758,59	12.702.157,56	0,00	10.373.032,41	31.128.948,56
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	32.861.931,00	1.382.874,20	3.265.302,81	14.340,38	37.524.448,39
96 - Ressarcimento de Despesas com Pessoal Requisitado	18.711.754,53	0,00	0,00	48.134,07	18.759.888,60
TOTAL	5.070.078.418,38	268.849.048,59	571.298.930,03	187.440.002,92	6.097.666.399,92

Fonte: Anexo 11 - 2012 (consolidado e por U.O., fls. 282 a 322/TCE-MT)

Constata-se que a despesa do Poder Executivo representa 77,25% do total gasto pelo Estado com pessoal, enquanto que o gasto dos demais poderes totalizou 22,75%, sendo 5,95% referente ao Poder Legislativo (incluído TCE/MT), 12,65%, ao Poder Judiciário e 4,15%, ao Ministério Público.

Despesa com pessoal - 2012



Fonte: Anexo 11 - 2012 (consolidado e por U.O., fls. 282 a 322/TCE-MT)

7.4.2.1 Limite de Gasto com Pessoal

Tabela 67: Percentual das Despesas com Pessoal dos Poderes

Elemento de Despesa	Executivo	Legislativo	Judiciário	Ministério Público	TOTAL
Despesa Bruta com Pessoal (I)	5.070.078.418,38	268.849.048,59	571.298.930,03	187.440.002,92	6.097.666.399,92
Pessoal ativo	5.056.803.725,58	268.849.048,59	489.274.416,67	162.273.356,73	5.977.200.547,57
Pessoal inativo e pensionista	0,00	0,00	82.024.513,36	25.166.646,19	107.191.159,55
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	13.274.692,80	0,00	0,00	0,00	13.274.692,80
Despesa não Computadas (II)	1.238.451.115,55	1.382.874,20	127.575.054,51	46.780.676,98	1.414.189.721,24
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	32.861.931,00	1.382.874,20	3.265.302,81	14.340,38	37.524.448,39
Decorrentes de Decisões Judiciais	23.198.067,75	0,00	0,00	17.792.413,87	40.990.481,62
Despesas de Exercícios Anteriores	28.245.200,48	0,00	47.781.014,14	11.877.213,56	87.903.428,18
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.154.145.916,32	0,00	76.528.737,56	17.096.709,17	1.247.771.363,05
TOTAL	3.831.627.302,83	267.466.174,39	443.723.875,52	140.659.325,94	4.683.476.678,68

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA					9.087.374.428,94
% DA DESPESA SOBRE A RCL	42,16%	2,94%	4,88%	1,55%	51,54%

Fonte: FIPLAN - Relatório FIP 617 por Poder, U.O. e fonte de recurso (fontes: 113, 114, 115, 250, 313, 314, 315) e Anexo 11 - 2012 (consolidado e por U.O., fls. 282 a 322/TCE-MT)

Do exposto, o Governo do Estado de Mato Grosso cumpriu o limite de gasto com pessoal, atingindo um total de R\$ 4.683.476.678,68, correspondente a 51,54% da RCL, em conformidade com disposto no artigo 19 da LRF. Nota-se que o gasto do Poder Executivo com pessoal em 2012 foi de R\$ 3.831.627.302,83 (42,16%), ficando abaixo do limite máximo de 49%.

Além disso, foi demonstrado os limites dos demais Poderes e Ministério Público, tendo sido verificados os seguintes percentuais de gasto com pessoal:

- Poder Legislativo: 2,94% (incluído o Tribunal de Contas)
- Poder Judiciário: 4,88%
- Ministério Público: 1,55%.

Demonstra-se, a seguir, o comparativo do gasto com pessoal do Estado apurado acima com aquele informado no Anexo I do RGF:

Tabela 68: Comparativo do Gasto com Pessoal - Balanço e Anexo I do RGF

Elemento de Despesa	Balanço/FIPLAN	Anexo I da RGF	Diferença
Despesa Bruta com Pessoal (I)	6.097.666.399,92	6.098.681.502,18	-1.015.102,26
Pessoal ativo	4.746.499.788,71	4.747.514.890,97	-1.015.102,26
Pessoal inativo e pensionista	1.337.891.918,41	1.337.891.918,41	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	13.274.692,80	13.274.692,80	0,00
Despesa não Computadas (II)	1.414.189.721,24	1.405.336.379,24	8.853.342,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	37.524.448,39	37.524.448,39	0,00
Decorrentes de Decisões Judiciais	40.990.481,62	40.990.481,62	0,00

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E
104

Elemento de Despesa	Balanço/FIPLAN	Anexo I da RGF	Diferença
Despesas de Exercícios Anteriores	87.903.428,18	88.397.124,75	-493.696,57
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.247.771.363,05	1.238.424.324,48	9.347.038,57
TOTAL	4.683.476.678,68	4.693.345.122,94	-9.868.444,26
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	9.087.374.428,94	8.889.944.031,12	197.430.397,82
% DA DESPESA SOBRE A RCL	51,54%	52,79%	-1,25
Limite Máximo = 60%	5.452.424.657,36	5.333.966.418,67	118.458.238,69
Limite Prudencial (95% do Lim. Máximo)	5.179.803.424,50	5.067.268.097,74	112.535.326,76

Fonte: FIPLAN - Relatório FIP 617 por Poder, U.O. e fonte de recurso (fontes: 113, 114, 115, 250, 313, 314, 315) e Anexo 11 - 2012 (consolidado e por U.O., fls. 282 a 322/TCE-MT)

Do exposto, foi observada uma divergência de R\$ 9.868.444,26 a menor entre o valor do gasto com pessoal informado no RGF com o valor apurado a partir do Balanço.

7.4.3. Despesas com Educação

7.4.3.1. Orçamento da educação em Mato Grosso

O orçamento autorizado para função educação no exercício de 2012 alçou o montante de R\$ 1.833.471.852,59. Deste montante, o empenhado e liquidado e na função educação foi, respectivamente, R\$ 1.591.473.604,39 e 1.528.633.061,77. (Fonte FIP 613 Data: 18/03/2013).

Tabela 69: Evolução do Orçamento da Educação

Educação	2008	2009	2010	2011	2012
Autorizado	1.139.544.624,88	1.176.405.274,97	1.373.317.317,26	1.547.900.314,39	1.833.471.852,59
Taxa de	-	3,23%	16,74%	12,71%	18,45%

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E
105

crescimento					
Empenhado	1.096.991.102,44	1.146.069.609,94	1.331.868.543,51	1.444.787.357,56	1.591.473.604,39
Taxa de crescimento	-	4,47%	16,21%	8,48%	10,15%
Liquidado	998.148.231,64	1.089.915.151,72	1.245.992.253,00	1.389.254.037,39	1.528.633.061,77
Taxa de crescimento	-	9,19%	14,32%	11,50%	10,03%

Fonte: FIP 613 na função educação de 2012, data 09/04/2013
FIP 613 na função educação de 2011, data 09/04/2013
FIP 613 na função educação de 2010, data 09/04/2013
FIP 613 na função educação de 2009, data 09/04/2013
FIP 613 na função educação de 2008, data 09/04/2013

Nota-se que os gastos do Governo do Estado na função Educação aumentaram ano após ano e que após o exercício de 2009 os aumentos foram mais relevantes. O crescimento do gasto autorizado em 2012 foi o maior dos últimos 5 anos. Entre os anos de 2008 e 2012, o aumento nominal do orçamento autorizado para educação foi de 60,90%. O aumento do gasto liquidado foi um pouco menor, a saber 53,15%. Se diluído no período, estes aumentos representariam uma taxa de aumento constante aproximada de 12,63% ao ano no caso da despesa autorizada e 11,24% ao ano no caso da despesa liquidada.

7.4.3.1.1. Gasto na função da educação em relação ao PIB

De acordo com a Meta 5 (Investimento em Educação ampliado e bem gerido) do movimento “Todos pela Educação”, até 2010, mantendo até 2022, o investimento público em Educação Básica deveria ser de 5% ou mais do PIB nacional. Em outros termos, a Meta 5 diz que se somados os gastos com educação da União, dos 26 Estados, do Distrito Federal e dos 5.565 municípios, este deveria ser igual ou superior a 5% do PIB nacional. Em 2010 foram destinados 5,1% do PIB nacional para a Educação, segundo dados do Inep. Deste total, os investimentos da União corresponderam a 1,37%. Isto significa que os investimentos dos Estados, Distrito Federal e municípios corresponderam a 2,93%. (Fonte: Inep/MEC, fl. 2.533 TCE/MT)

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
106

Em relação ao PIB do Estado, sabe-se que uma parte das despesas realizadas, isto é empenhadas, na função educação são provenientes de transferências de recursos da União mediante convênios e programas. Assim sendo, para aferir o esforço do Estado em cumprir a meta 5 do movimento Todos pela Educação”, o cálculo da despesa em relação ao PIB terá por base aquelas consideradas como “Gastos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino” nos termos do artigo 212 da Constituição Federal.

Este Tribunal de Contas, por ocasião da emissão do parecer prévio das Contas de Governo informa o montante aplicado na manutenção do desenvolvimento do ensino. Uma vez que os Pareceres das Contas de 2012 do Estado e dos Municípios estão fase de elaboração, serão utilizados os dados de 2011.

Conforme o Parecer das Contas do Governo do Estado de 2011 (Parecer Prévio 05/12), o montante aplicado na manutenção do desenvolvimento do ensino foi R\$ 1.551.390.187,93, o que equivale a 2,41% do PIB do Estado em 2011, o qual foi estimado pela SEPLAN/MT em 64.299 milhões. (Fonte: Anexos da LDO de 2011)

Segundo dados do disponíveis no *site* desta Corte de Contas, os 141 municípios do Estado aplicaram o montante de R\$ 957.648.875,90 na manutenção de desenvolvimento do ensino. Este valor corresponde a 1,49% do PIB do Estado em 2011.

O total aplicado na manutenção de desenvolvimento do ensino no Estado pelo Governo do Estado e 141 municípios correspondeu a 3,90% do PIB do Estado. Deve ser salientado que este valor não inclui a parte relativa a ações e programas que a União transferiu ao Estado e municípios para aplicarem em educação no exercício de 2011.

Devido a importância dos gastos na educação para o desenvolvimento humano, do Estado e, conseqüentemente, dos municípios, sugere-se que este Tribunal **recomende** ao governo do Estado que ajuste seu orçamento para que em 2013 o total gasto em educação no Estado pelo governo estadual e Municípios corresponda a 5% ou mais do PIB do Estado.

7.4.3.1.2. Variação do gasto na função Educação em Mato Grosso

Foram autorizados na função Educação em 2012, despesas no valor de R\$ 1,83 bilhão, ao passo que foram executados R\$ 1,59 bilhão, com queda de 13,20% entre a autorização e a execução do orçamento. A tabela a seguir apresenta a autorização orçamentária e a execução da despesa na função Educação nos últimos 5 anos.

Tabela 70: Variação do Gasto na Função Educação

Educação	2008	2009	2010	2011	2012
Autorizado	1.139.544.624,88	1.176.405.274,97	1.373.317.317,26	1.547.900.314,39	1.833.471.852,59
Empenhado	1.096.991.102,44	1.146.069.609,94	1.331.868.543,51	1.444.787.357,56	1.591.473.604,39
Taxa de execução	96,27%	97,42%	96,98%	93,34%	86,80%

Fonte: FIP 613 na função educação de 2012, data 09/04/2013
FIP 613 na função educação de 2011, data 09/04/2013
FIP 613 na função educação de 2010, data 09/04/2013
FIP 613 na função educação de 2009, data 09/04/2013
FIP 613 na função educação de 2008, data 09/04/2013

A taxa de execução do orçamento de 2012 foi a menor dos últimos 5 anos. Conforme informações disponíveis no FIPLAN, no final do exercício o Estado deixou de executar o montante de R\$ 241.637.566,16 na função Educação, que representa 13,20% do que foi autorizado.

7.4.3.1.3. Orçamento da Educação por Programas e Subfunções

Tabela 71: Orçamento da Educação por Programas

Código	Descrição do Programa	Autorizado R\$	Empenhado R\$	Variação do Autorizado sobre o Empenhado	Representatividade do programa sobre o total
36	Apoio Administrativo	1.293.537.831,17	1.292.327.019,14	-0,09%	81,20%
250	Fortalecimento do Ensino Superior	16.984.222,86	13.230.299,96	-22,10%	0,83%
324	Enfrentamento Integrado às Drogas	0,00	0,00	0,00%	0,00%
330	Gestão de Políticas	86.864,24	86.864,24	0,00%	0,01%

Públicas Setoriais					
340	Educação com Qualidade Social	522.862.934,32	285.829.421,05	-45,33%	17,96%
Total		1.833.471.852,59	1.591.473.604,39	-13,20%	100,00%

Fonte: FIP 613, Data: 09/04/2013

O programa “Apoio Administrativo” é o de maior representatividade no orçamento da educação. Compõe este programa as despesas referente a Remuneração de Professores da Educação Básica e Encargos Sociais.

O programa “Fortalecimento do Ensino Superior” além de ter pouca representatividade nos gastos da função educação, deixou de executar 22,10% da despesa autorizada. Compõe este programa as despesas relacionadas à manutenção da UNEMAT.

O programa “Enfrentamento Integrado às Drogas” não foi executado. Este programa tinha por finalidade “Reduzir a violência e a insegurança do cidadão”. Apesar da relevância, este programa teve o saldo autorizado de despesa zerado no decorrer do exercício.

O programa “Educação com Qualidade Social” deixou de executar 45,33% da despesa autorizada. Compõe este programas as despesas relacionadas ao transporte escolar, a manutenção das escolas, a alimentação escolar, e outras.

A Tabela a seguir exibe o orçamento do exercício de 2012 por subfunções.

Tabela 72: Orçamento da Educação por Subfunções

Código	Descrição da Subfunção	Autorizado R\$	Empenhado R\$	Variação do Autorizado sobre o Empenhado	Representatividade da subfunção sobre o total
122	Administração Geral	174.269.286,38	173.220.749,93	-0,60%	10,88%
126	Tecnologia da Informação	39.367.824,02	35.269.859,71	-10,41%	2,22%
131	Comunicação Social	2.129.785,00	2.127.010,31	-0,13%	0,13%
361	Ensino Fundamental	1.569.951.295,03	1.353.506.141,87	-13,79%	85,05%
362	Ensino Médio	16.015.925,40	3.003.220,12	-81,25%	0,19%

364	Ensino Superior	16.984.222,86	13.230.299,96	-22,10%	0,83%
366	Educação de Jovens e Adultos	6.820.955,62	3.696.223,11	-45,81%	0,23%
367	Educação Especial	7.932.558,28	7.420.099,38	-6,46%	0,47%
Total		1.833.471.852,59	1.591.473.604,39	-13,20%	100,00%

Fonte: FIP 613, Data: 09/04/2013

A subfunção de maior representatividade nos gastos de 2012 foi a “Ensino Fundamental”. Foi verificado que R\$ 216.445.153,16 não foram executados. Vale ressaltar que este montante não executado corresponde a 90,96% do total executado nas demais subfunções no exercício. A subfunção “Ensino Médio” e “Educação de Jovens e Adultos” foram as que tiveram maior redução no montante empenhado, respectivamente 81,25% e 45,81%.

7.4.3.1.4. Orçamento da educação por Grupo de despesa

A análise da execução orçamentária por grupo de despesa mostra que o maior esforço financeiro estatal está concentrado nas despesas com pessoal e encargos sociais. A tabela a seguir exibe estas informações.

Tabela 73: Orçamento da Educação por Grupo de Despesa

Grupo de Despesa	Autorizado R\$	Empenhado R\$	Varição do Autorizado sobre o Empenhado	Representatividade da subfunção sobre o total
Pessoal e Encargos Sociais	1.225.343.198,08	1.225.016.774,53	-0,03%	76,97%
Outras Despesas Correntes	359.133.580,67	285.730.306,16	-20,44%	17,95%
Investimentos	248.995.073,84	80.726.523,70	-67,58%	5,07%
Total	1.833.471.852,59	1.591.473.604,39	-13,20%	100,00%

Fonte: FIP 613, Data: 09/04/2013

Em 2012 o Estado, apesar de autorizar R\$ 241.162.177,12 em despesas no grupo de Investimentos, empenhou 30,91% do orçamento autorizado. Isto significa que o

Estado deixou de executar 69,09% do autorizado.

7.4.3.2. Limites Constitucionais de Gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino no estado

7.4.3.2.1. Base de cálculo da Educação

Demonstra-se a seguir a base de cálculo para apuração dos limites constitucionais da educação:

Tabela 74: Receita Base de Cálculo para Educação

Descrição da Receita	Valor
Impostos (A)	7.322.583.758,22
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	354.216.736,63
Multas e juros de mora IPVA	19.619.297,83
Receita da Dívida Ativa IPVA	0,00
Multas e juros de mora sobre dívida ativa IPVA	0,00
Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCD	45.311.836,57
Multas e juros de mora ITCD	5.751.327,87
Receita da Dívida Ativa ITCD	9.201,43
Multas e juros de mora sobre dívida ativa ITCD	7.947,46
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS	6.785.383.377,71
Multas e juros de mora ICMS	38.936.593,27
Receita da Dívida Ativa ICMS	68.933.360,94
Multas e juros de mora sobre dívida ativa ICMS	4.414.078,51
Transferências da União (B)	1.509.001.236,91
Fundo de Participação dos Estados – FPE	1.429.873.459,76
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI (Exportação)	49.035.814,91
Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros – IOF (Ouro)	1.706.738,52

Descrição da Receita	Valor
ICMS desoneração LC 87/96	28.385.223,72
Deduções (C)	2.759.745.596,17
IPVA - Cota parte dos Municípios	177.108.366,75
Multas e juros de mora IPVA - Cota parte dos Municípios	9.809.630,28
Receita da Dívida Ativa IPVA - Cota parte dos Municípios	0,00
Multas e juros de mora sobre dívida ativa IPVA - Cota parte dos Municípios	0,00
ICMS - Cota parte dos Municípios	1.411.106.216,82
Multas e juros de mora ICMS - Cota parte dos Municípios	13.016.785,35
Receita da Dívida Ativa ICMS - Cota parte dos Municípios	4.148.449,58
Multas e juros de mora sobre dívida ativa ICMS - Cota parte dos Municípios	1.228.054,98
Renúncia Fiscal do ICMS	1.131.069.138,68
IPI – Exportação	12.258.953,73
Total da Receita (A+B-C)	6.071.839.398,96
Receita Base de Cálculo para a Educação	6.071.839.398,96
Educação-Percentual mínimo a ser aplicado (25% CF)	1.517.959.849,74
Educação-Percentual mínimo a ser aplicado (35% CE)	2.125.143.789,64

Fonte: FIP – 792 emitido em 12/04/2013

No exercício de 2012, a receita base para apuração da despesa mínima a ser aplicada na manutenção e desenvolvimento do ensino foi de R\$ 6.071.839.398,96.

O valor mínimo a ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme o artigo 212 da Constituição Federal constitucional deverá ser de R\$ 1.517.959.849,74. Nos termos do artigo 245 da Constituição do Estado de Mato Grosso, o mínimo a ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino é de R\$ 2.125.143.789,64.

A Tabela a seguir exibe a evolução da receita base para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino nos últimos 5 anos.

Tabela 75: Evolução da Receita Base de Cálculo para Educação

	2008	2009	2010	2011	2012
Receita Base de Cálculo	4.484.576.617,15	4.404.430.298,72	4.807.280.602,89	5.415.281.191,84	6.071.839.398,96
Taxa de Crescimento	-	-1,79%	9,15%	12,65%	12,12%

Fonte: Parecer TCE/MT 05/2012
Parecer TCE/MT 05/2011
Parecer TCE/MT 04/2010
Processo 6.963-9/2009, Contas de Governo do exercício de 2008

A receita base para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino cresceu 35,39% em 5 anos, o que equivale a um aumento de aproximadamente 7,78% ao ano.

Outro aspecto importante diz respeito ao fato de que nos últimos 2 exercícios o crescimento da receita base de cálculo para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino foi superior a 12%.

7.4.3.2.2. Gastos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

A tabela a seguir evidencia o montante aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino no exercício de 2012.

Tabela 76: Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino

Descrição	Valor
Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (A)	2.792.594.799,56
Secretaria de Estado de Educação – Unidade Orçamentária 14.101	1.428.730.818,20
UNEMAT - Unidade Orçamentária 26.201	162.742.786,19
Contribuição para formação do FUNDEB (FIP 792)	1.184.250.265,60
Empenhos liquidados em 2012 de exer. ant. (OU 14101 – Fonte 120, 122, 240) ⁽¹⁾	12.656.125,86

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
113

Descrição	Valor
Empenhos liquidados em 2012 de exer. ant. (OU 26201 – Fonte 100, 145, 240) ⁽¹⁾	4.214.803,71
Deduções (B)	1.080.121.965,95
Transferências do FUNDEB (FIP 792)	978.823.244,66
Despesa com Salário-educação (FIP 613 - Fonte 110)	54.323.017,05
Despesa com Salário-educação exercícios anteriores (FIP 613 - Fonte 310)	1.403.573,48
Despesa com recursos de convênios (FIP 613 - Fonte 161)	3.041.336,61
Despesa com recursos de convênios (FIP 613 - Fonte 262)	1.469.130,34
Despesa com recursos transf. União (FIP 613 - Fonte 169)	27.449.358,10
Despesa com recursos de convênios exercícios anteriores (FIP 613 - Fonte 361)	9.319.676,42
Despesa com recursos de convênios exercícios anteriores (FIP 613 - Fonte 662)	1.068.523,01
Despesa com recursos transf. União exercícios anteriores (FIP 613 - Fonte 369)	3.224.106,28
Valor aplicado em manutenção e desenvolvimento do ensino (A – B)	1.712.472.833,61
Receita de impostos e transferências constitucionais e legais	6.071.839.398,96
Percentual aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino	28,20%
Valor mínimo a ser aplicado (25% CF)	1.517.959.849,74
Situação quanto à Constituição Federal	REGULAR
Valor mínimo a ser aplicado (35% CE)	2.125.143.789,64
Situação quanto à Constituição Estadual	IRREGULAR

Fonte: Fonte: FIP – 792 emitido em 12/04/2013
Relatório Fiplan – FIP 613, data 09/04/2013
Relatório Fiplan – FIP 226 OU 14101 27/03/13
Relatório Fiplan – FIP 226 OU 26201 27/03/13
Relatório Fiplan – FIP 502 OU 14101 20/03/13
Relatório Fiplan – FIP 502 OU 26201 20/03/13
(1) Foram excluídos os estornos de liquidações

Em 2012 o Estado de Mato Grosso aplicou R\$ 1.712.472.833,61 em despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, valor esse que corresponde a 28,20% da receita de impostos e transferências constitucionais relativas a impostos.

O valor aplicado em Educação em Mato Grosso, em 2012, está acima do limite mínimo especificado pela Constituição Federal. Entretanto, o montante está 6,80%

abaixo do limite mínimo de 35% estabelecido no art. 245 da Constituição Estadual. Sob a ótica na norma estadual, o Estado de Mato Grosso deixou de investir R\$ 412.670.956,03 da receita de impostos e transferências relativas a impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino. Vale ressaltar que o Estado não cumpriu a norma estadual nos últimos 5 anos.

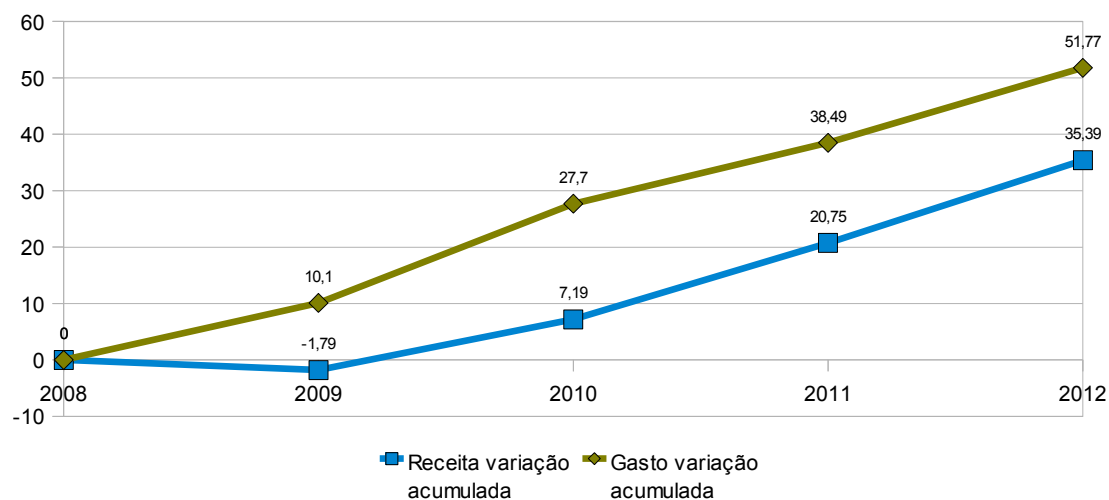
Tabela 77: Evolução do Gastos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

	2008	2009	2010	2011	2012
Gastos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	1.128.326.598,46	1.242.299.552,35	1.440.922.534,01	1.551.390.187,93	0,00
Taxa de Crescimento	-	10,10%	15,99%	7,67%	-100,00%

Fonte: Parecer TCE/MT 05/2012
Parecer TCE/MT 05/2011
Parecer TCE/MT 04/2010
Processo 6.963-9/2009, Contas de Governo do exercício de 2008

O crescimento da despesa na manutenção e desenvolvimento do ensino nos últimos 5 anos foi de 51,77%, o que representa um aumento de aproximadamente 11% ao ano.

Na comparação da evolução da receita com a despesa, se verifica que o aumento da despesa na manutenção e desenvolvimento do ensino foi superior ao aumento da receita base para aplicação. Enquanto que a receita cresceu 35,39% a despesa cresceu 51,77%, ou seja, o aumento do gasto foi superior em 16,38% ao da receita nos últimos 5 anos. O gráfico a seguir faz a comparação da evolução da receita base com o gasto em educação em termos percentuais.



7.4.3.3. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB

7.4.3.3.1. Contribuição para formação do Fundeb

Tabela 78: Contribuição para o FUNDEB de Transferências da União

Descrição	Valor base	Valor devido (20% da base)	Valor Retido	Diferença
Fundo de Participação dos Estados	1.429.873.459,76	285.974.691,95	285.974.691,63	0,32
IPI - Exportação	49.035.814,91	9.807.162,98	9.807.162,67	0,31
ICMS Desoneração ⁽¹⁾	28.385.223,72	5.677.044,74	5.677.044,72	0,02
Total	1.507.294.498,39	301.458.899,68	301.458.899,02	0,66

Fonte: Demonstrativo Anual dos valores efetivamente depositados às contas do FUNDEB pelas Unidades Transferidoras, por Unidade Federada e Origem dos recursos (Fl. 2.534, TCE/MT)

(1) FIP – 792 emitido em 14/03/2013

Tabela 79: Contribuição para o FUNDEB de Receitas Próprias

Descrição	Valor base	Valor devido (20% da base)	Valor Retido	Diferença
ICMS	5.654.314.239,03	1.130.862.847,81	1.112.984.826,96	17.878.020,85
ITCMD	45.311.836,57	9.062.367,31	9.062.367,53	-0,22
IPVA	354.216.736,63	70.843.347,33	70.843.391,77	-44,44
Receitas de multa e juros do ITCD	5.751.327,87	1.150.265,57	90.697,89	1.059.567,68
Receitas de multa e juros da dívida ativa do ITCD	7.947,46	1.589,49	1.589,49	0,00
Receitas da dívida ativa do ITCD	9.201,43	1.840,29	1.840,28	0,01
Receitas de multa e juros do IPVA	19.619.297,83	3.923.859,57	1.569.513,87	2.354.345,70
Receitas de multa e juros do ICMS	38.936.593,27	7.787.318,65	3.237.735,23	4.549.583,42
Receitas de multa e juros da dívida ativa do ICMS	4.414.078,51	882.815,70	133.688,70	749.127,00
Receitas da dívida ativa do ICMS	68.933.360,94	13.786.672,19	1.358.398,87	12.428.273,32
Total	6.191.514.619,54	1.238.302.923,91	1.199.284.050,59	39.018.873,32

Fonte: FIP – 792 emitido em 14/03/2013

No exercício de 2012, o total das contribuições do Estado de Mato Grosso para formação do FUNDEB foi de R\$ 1.500.742.949,61. Desse montante, R\$ 301.458.899,02 são referente à transferências constitucionais e R\$ 1.199.284.050,59 são relativos a arrecadação de tributos próprios do Estado.

O Estado deixou de repassar ao FUNDEB em 2012 o montante de R\$ 39.018.873,32 referente a tributos estaduais. O repasse a menor da contribuição para o FUNDEB, contraria o artigo 3º da Lei 11.494/07, o artigo 60 do ADCT e implica diretamente na redução do montante recebido a título de transferências do FUNDEB no exercício seguinte pelo Estado e pelos Municípios.

7.4.3.3.2. Aplicação na Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica

Tabela 80: Gastos com a remuneração dos profissionais do magistério

Descrição	Valor
Receita recebida do FUNDEB	978.823.244,66
Rendimento aplicação	5.429.895,89
Base de Cálculo	984.253.140,55
RP pagos em 2012 (Projeto/Atividade 4200, fonte 122)	11.459.091,68
Recurso disponível na fonte 122 em 31/12/2011	1.539.366,60
Restos a pagar de exercícios anteriores sem liquidez pagos no exercício com recurso fonte 122 (A)	9.919.725,08
Gasto com remuneração de profissionais do magistério (1) (B)	738.983.633,90
Total aplicado na remuneração profissionais magistério (A + B)	748.903.358,98
Percentual aplicado na remuneração profissionais magistério	76,09%
Situação	Regular

Fonte: FIP 729 (receitas 1.7.2.4.01.00.00; 1.3.2.1.12.00.00)

(1) FIP 613, Projeto/Atividade 4200, fonte 122

FIP 502 14101 – 2011.

O Estado aplicou R\$ 748.903.358,98 na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica. Este montante representou 76,09% do montante recebido a título de transferências do FUNDEB em 2012, ou seja, o Estado cumpriu o mínimo de 60% de aplicação da receita do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica.

A Tabela a seguir exibe a evolução do gastos na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica nos últimos 5 anos.

Tabela 81: Evolução do Gastos na remuneração dos profissionais do magistério

	2008	2009	2010	2011	2012
Remuneração dos profissionais do magistério da educação básica	484.318.327,17	533.962.923,61	493.993.084,57	602.090.323,08	748.903.358,98
Taxa de Crescimento	-	10,25%	-7,49%	21,88%	24,38%

Fonte: Parecer TCE/MT 05/2012
Parecer TCE/MT 05/2011
Parecer TCE/MT 04/2010
Processo 6.963-9/2009, Contas de Governo do exercício de 2008

O crescimento da despesa na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica nos últimos 5 anos foi de 54,63%, o que representa um aumento de aproximadamente 11,51% ao ano.

7.4.3.4. Despesas com ensino superior – limite constitucional

Tabela 82: Gastos com manutenção e desenvolvimento do Ensino Superior

Descrição	Valor
Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino superior (A)	161.656.451,83
UNEMAT - Unidade Orçamentária 26.201	157.441.648,12
Empenhos liquidados em 2012 de exer. ant. (OU 26201 – Fonte 100, 145, 240) ⁽¹⁾	4.214.803,71
Deduções (B)	2.537.653,35
Despesa com recursos de convênios (FIP 613 - Fonte 262)	1.469.130,34
Despesa com recursos de convênios exercícios anteriores (FIP 613 - Fonte 662)	1.068.523,01
Valor aplicado com manutenção e desenvolvimento do ensino superior (A – B)	159.118.798,48
Receita Base de Cálculo ⁽²⁾	6.071.839.398,96
Percentual aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino superior	2,62%
Situação quanto à Constituição Estadual	REGULAR

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
119

Fonte: FIP 613

- (1) Foram excluídos os estornos de liquidações
(2) A receita base está demonstrada na Tabela 74 deste Relatório.
RGF 3º QD – Receita Corrente Líquida

O Estado aplicou R\$ 159.118.798,48 na manutenção e desenvolvimento do ensino superior. Este montante representou 2,62% da receita resultante de impostos, inclusive transferências constitucionais obrigatórias.

A Tabela a seguir exhibe a evolução dos gastos com ensino superior nos últimos 5 anos.

Tabela 83: Evolução dos Gastos com o Ensino Superior

	2008	2009	2010	2011	2012
Despesa liquidada na manutenção da UNMAT	105.015.245,57	112.356.823,33	132.178.804,84	141.553.997,27	0,00
Taxa de Crescimento	-	6,99%	17,64%	7,09%	-100,00%
Receita base de cálculo	4.484.576.617,15	4.404.430.298,72	4.807.280.602,89	5.415.281.191,84	6.071.839.398,96
Taxa de Crescimento		-1,79%	9,15%	12,65%	12,12%
Percentual aplicado na manutenção e desenvolvimento da UNEMAT	2,34%	2,55%	2,75%	2,61%	0,00%
Taxa de Crescimento		8,94%	7,78%	-4,93%	-100,00%

Fonte: Parecer TCE/MT 05/2012
Parecer TCE/MT 05/2011
Parecer TCE/MT 04/2010
Processo 6.963-9/2009, Contas de Governo do exercício de 2008

Os gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino superior cresceram 51,52% em 5 anos. Da comparação com o total liquidado na função educação nos últimos 5 anos, se constata que as taxas de crescimento são próximas, a saber 51,52%

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
120

e 53,15%.

A taxa de crescimento do gasto com a manutenção e desenvolvimento do ensino superior foi superior à taxa de crescimento da receita base para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a qual cresceu 35,39% em 5 anos.

7.4.4. Despesas com Saúde

7.4.4.1. Orçamento Estadual da Saúde

Foram autorizados na função Saúde em 2012, despesas no valor de R\$ 1,06 bilhão, ao passo que foram executados R\$ 1,04 bilhão, com queda de 2,49% entre a autorização e a execução do orçamento. A tabela a seguir apresenta a autorização orçamentária e a execução da despesa na função Saúde nos últimos 5 anos.

Tabela 84: Evolução do Orçamento da Saúde

Educação	2008	2009	2010	2011	2012
Autorizado	836.268.670,36	884.567.419,66	857.974.265,21	971.202.137,36	1.064.794.010,77
Empenhado	790.192.213,48	857.740.456,47	836.953.176,08	913.106.429,87	1.038.290.108,55
Taxa de execução	94,49%	96,97%	97,55%	94,02%	97,51%

Fonte: FIP 613 na função saúde de 2012, data 09/04/2013
FIP 613 na função saúde de 2011, data 09/04/2013
FIP 613 na função saúde de 2010, data 09/04/2013
FIP 613 na função saúde de 2009, data 09/04/2013
FIP 613 na função saúde de 2008, data 09/04/2013

Destaca-se que nos últimos 5 anos a taxa de execução do orçamento da função saúde nunca foi inferior a 94%. Em 2012 a execução do orçamento alcançou 97,51% do que foi autorizado. Conforme informações disponíveis no FIPLAN, no final do exercício o Estado deixou de executar R\$ 26.503.902,22, que representa 2,49% do que foi autorizado.

7.4.4.1.1. Variação do gasto na função saúde em Mato Grosso

O orçamento da despesa na função Saúde tem aumentado progressivamente nos últimos exercícios, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 85: Variação do gasto na função Saúde

Saúde	2008	2009	2010	2011	2012
Autorizado	836.268.670,36	884.567.419,66	857.974.265,21	971.202.137,36	1.064.794.010,77
Taxa de crescimento	-	5,78%	-3,01%	13,20%	9,64%
Empenhado	790.192.213,48	857.740.456,47	836.953.176,08	913.106.429,87	1.038.290.108,55
Taxa de crescimento	-	8,55%	-2,42%	9,10%	13,71%
Liquidado	770.420.263,43	813.069.913,47	802.490.879,05	844.704.995,40	977.078.407,70
Taxa de crescimento	-	5,54%	-1,30%	5,26%	15,67%

Fonte: FIP 613 na função saúde de 2012, data 17/04/2013
FIP 613 na função saúde de 2011, data 17/04/2013
FIP 613 na função saúde de 2010, data 17/04/2013
FIP 613 na função saúde de 2009, data 17/04/2013
FIP 613 na função saúde de 2008, data 17/04/2013

Conforme a Tabela, o empenhado e liquidado na função Saúde foi, respectivamente, R\$ 1.038.290.108,55 e 977.078.407,70. Ressalte-se que após o exercício de 2010 houve uma redução no gasto autorizado, empenhado e liquidado com saúde, entretanto nos exercícios seguintes ocorreram os maiores aumentos do gasto com saúde dos últimos 5 anos.

Entre os anos de 2008 e 2012, o aumento nominal do orçamento autorizado para saúde foi de 27,33%. O aumento do gasto liquidado foi ligeiramente menor, a saber 26,82%. Se diluído no período, estes aumentos representariam uma taxa de crescimento aproximada de 6,23% ao ano no caso da despesa autorizada e 6,12% ao ano no caso da despesa liquidada.

7.4.4.1.2. Orçamento da Saúde por Programas e Subfunções

A Tabela a seguir mostra os programas que compuseram o orçamento para a saúde em 2012.

Tabela 86: Orçamento da Saúde por Programas

Código	Descrição do Programa	Autorizado R\$	Empenhado R\$	Variação do Autorizado sobre o Empenhado	Representatividade do programa sobre o total
36	Apoio Administrativo	448.380.023,00	448.341.351,02	-0,01%	43,18%
326	Fortalecimento da Gestão do Sus	95.543.115,24	79.383.114,92	-16,91%	7,65%
327	Ampliação do Acesso de Forma Equitativa e com Qualidade ao Sistema e Serviços de Saúde	520.870.872,53	510.565.642,61	0,00%	49,17%
341	Implantação de Ações Estratégicas de Saúde para a Copa 2014	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Total		1.064.794.010,77	1.038.290.108,55	-2,49%	100,00%

Fonte: FIP 613, Data: 17/04/2013

O programa “Apoio Administrativo” e “Ampliação do Acesso de Forma Equitativa e com Qualidade ao Sistema e Serviços de Saúde” são os de maiores representatividades no orçamento da saúde.

Compõe o programa Apoio Administrativo as despesas referente Remuneração de Pessoal Ativo do Estado e Encargos Sociais da Secretaria Estadual de Saúde.

O programa Ampliação do Acesso de Forma Equitativa e com Qualidade ao Sistema e Serviços de Saúde comporta despesas referentes a Ações Programáticas nos Municípios, a Manutenção e Ampliação do Acesso às Ações e Serviços da Atenção Primária à Saúde, a Gestão Sistema Único de Saúde, a coordenação da Rede de Atenção de Média e Alta Complexidade e a Gestão de Organizações Sociais.

As despesas de maior representatividade do programa Fortalecimento da Gestão do Sus estão relacionadas a Formação e Qualificação dos Trabalhadores e Agentes Sociais no SUS, as Obras de Reformas e Ampliações na Rede de Atendimento em Saúde e a Implementação do Sistema Estadual de Regulação.

O programa “Implantação de Ações Estratégicas de Saúde para a Copa 2014” teve um orçamento aprovado – Dotação inicial, de R\$ 100.000,00, todavia no decorrer do exercício o Governo do Estado reduziu a zero o saldo da dotação.

A Tabela seguinte exibe o orçamento do exercício de 2012 por subfunções.

Tabela 87: Orçamento da Saúde por Subfunções

Código	Descrição da Subfunção	Autorizado R\$	Empenhado R\$	Varição do Autorizado sobre o Empenhado	Representatividade da subfunção sobre o total
121	Planejamento Estratégico	12.413,42	12.412,76	-0,01%	0,00%
122	Administração Geral	445.874.720,19	445.394.452,71	-0,11%	42,90%
125	Normalização e Fiscalização	20.645,00	20.060,00	-2,83%	0,00%
126	Tecnologia da Informação	7.378.642,87	7.377.342,59	-0,02%	0,71%
128	Formação de Recursos Humanos	4.400.520,83	3.969.013,82	-9,81%	0,38%
131	Comunicação Social	43.200,00	43.200,00	0,00%	0,00%
242	Assistência ao Portador de Deficiência	5.642.237,54	5.108.030,04	-9,47%	0,49%
301	Atenção Básica	60.326.358,77	58.883.791,74	-2,39%	5,67%
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	470.974.346,06	449.521.919,26	-4,55%	43,29%
303	Suporte Profilático e Terapêutico	62.171.265,39	60.706.469,03	-2,36%	5,85%
304	Vigilância Sanitária	1.071.735,91	760.673,22	-29,02%	0,07%
305	Vigilância Epidemiológica	6.877.924,79	6.492.743,38	-5,60%	0,63%
Total		1.064.794.010,77	1.038.290.108,55	-2,49%	100,00%

Fonte: FIP 613, Data: 09/04/2013

As subfunções de maior representatividade nos gastos de 2012 foram a

“Administração Geral” e “Assistência Hospitalar e Ambulatorial”. A subfunção “Vigilância Sanitária” foi a que teve maior redução percentual no montante empenhado, a saber 29,02%. Relativo à valores absolutos, a função “Assistência Hospitalar e Ambulatorial” deixou de executar R\$ 21.452.426,80 do total autorizado.

7.4.4.1.3. Orçamento da Saúde por grupo de despesa

A análise da execução orçamentária por programa e subfunção no exercício de 2012 mostra que o maior esforço financeiro estatal está concentrado nas despesas com pessoal e encargos sociais. A Tabela seguinte exhibe estas informações.

Tabela 88: Orçamento da Saúde por Grupo de Despesa

Grupo de Despesa	Autorizado R\$	Empenhado R\$	Variação do Autorizado sobre o Empenhado	Representatividade da subfunção sobre o total
Pessoal e Encargos Sociais	442.652.393,09	442.614.326,11	-0,01%	42,63%
Outras Despesas Correntes	588.655.153,49	574.776.739,17	-2,36%	55,36%
Investimentos	33.486.464,19	20.899.043,27	-37,59%	2,01%
Total	1.064.794.010,77	1.038.290.108,55	-2,49%	100,00%

Fonte: FIP 613, Data: 09/04/2013

No exercício as despesas com pessoal das unidades da saúde somaram R\$ 442,61 milhões. Não houve despesas com Pessoal e Encargos Sociais na unidade orçamentaria relativa ao Fundo de Municipal de Saúde, somente na Unidade Secretaria de Saúde.

Em 2012, apesar de autorizar R\$ 33.486.464,19 em despesas no grupo de Investimentos, o Estado deixou de executar 37,59% do orçamento autorizado.

7.4.4.2. Limite Constitucional de Gastos com Serviços e Ações de Saúde

7.4.4.2.1. Base de cálculo para gasto com serviços e ações de Saúde

Tabela 89: Receita Base de Cálculo para Serviços e Ações de Saúde

Descrição da Receita	Valor
Impostos (A)	7.322.583.758,22
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	354.216.736,63
Multas e juros de mora IPVA	19.619.297,83
Receita da Dívida Ativa IPVA	0,00
Multas e juros de mora sobre dívida ativa IPVA	0,00
Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCD	45.311.836,57
Multas e juros de mora ITCD	5.751.327,87
Receita da Dívida Ativa ITCD	9.201,43
Multas e juros de mora sobre dívida ativa ITCD	7.947,46
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS	6.785.383.377,71
Multas e juros de mora ICMS	38.936.593,27
Receita da Dívida Ativa ICMS	68.933.360,94
Multas e juros de mora sobre dívida ativa ICMS	4.414.078,51
Transferências da União (B)	1.507.294.498,39
Fundo de Participação dos Estados – FPE	1.429.873.459,76
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI (Exportação)	49.035.814,91
ICMS desoneração LC 87/96	28.385.223,72
Deduções (C)	2.759.745.596,17
IPVA - Cota parte dos Municípios	177.108.366,75
Multas e juros de mora IPVA - Cota parte dos Municípios	9.809.630,28
Receita da Dívida Ativa IPVA - Cota parte dos Municípios	0,00
Multas e juros de mora sobre dívida ativa IPVA - Cota parte dos Municípios	0,00
ICMS - Cota parte dos Municípios	1.411.106.216,82
Multas e juros de mora ICMS - Cota parte dos Municípios	13.016.785,35
Receita da Dívida Ativa ICMS - Cota parte dos Municípios	4.148.449,58
Multas e juros de mora sobre dívida ativa ICMS - Cota parte dos Municípios	1.228.054,98
Renúncia Fiscal do ICMS	1.131.069.138,68

Descrição da Receita	Valor
IPI – Exportação	12.258.953,73
Total da Receita (A+B-C)	6.070.132.660,44
Percentual mínimo a ser aplicado (12%)	728.415.919,25
Fonte: FIP – 792 emitido em 12/04/2013	

No exercício de 2012, a receita base para apuração da despesa mínima a ser aplicada em serviços e ações de saúde foi de R\$ 6.070.132.660,44.

O percentual mínimo a ser aplicado em serviços e ações de saúde, conforme o inciso II do artigo 77 do ADCT da Constituição Federal deverá ser de R\$ 728.415.919,25.

Tabela 90: Evolução da Receita Base de Cálculo para Serviços e Ações de Saúde

	2008	2009	2010	2011	2012
Receita Base de Cálculo	4.484.297.911,12	4.404.224.939,35	4.806.815.130,87	5.414.445.955,54	6.070.132.660,44
Taxa de Crescimento	-	-1,79%	9,14%	12,64%	12,11%

Fonte: Parecer TCE/MT 05/2012
Parecer TCE/MT 05/2011
Parecer TCE/MT 04/2010
Processo 6.963-9/2009, Contas de Governo do exercício de 2008

A receita base para aplicação em serviços e ações de saúde cresceu 35,36% em 5 anos. O aumento da receita base de cálculo foi superior ao aumento da despesa liquidada na função saúde que, conforme informado anteriormente, foi de 26,82% no mesmo período.

Outro aspecto importante diz respeito ao fato de que nos últimos 2 exercícios o crescimento da receita base de cálculo foi superior a 12%.

7.4.4.2.2. Gastos em Serviços e Ações de Saúde

A Tabela a seguir evidencia o montante aplicado em serviços e ações de saúde no exercício de 2012.

Tabela 91: Despesas em Serviços e Ações de Saúde

Descrição	Valor
Despesas com Saúde (A)	990.623.321,15
Secretaria de Estado de Saúde – despesa liquidada/paga (UO 21101)	442.614.326,11
Fundo Estadual de Saúde – despesa liquidada/paga (UO 21601)	534.464.081,59
Empenhos liquidados em 2012 de exer. ant. (OU 21101 – Fonte)	0,00
Empenhos liquidados em 2012 de exer. ant. (OU 21601 – Fonte 100, 134 e 240)	13.544.913,45
Deduções (B)	216.646.874,07
Despesa com recursos transf. União (FIP 613 - Fonte 112)	210.999.152,87
Despesa com recursos de convênios (FIP 613 - Fonte 161)	201.837,61
Despesa com recursos transf. União (FIP 613 - Fonte 312)	4.089.278,58
Despesa com recursos de convênios (FIP 613 - Fonte 361)	1.356.605,01
Restos a pagar sem cobertura financeira (Fonte 100)	0,00
Restos a pagar sem cobertura financeira (Fonte 134)	0,00
Restos a pagar sem cobertura financeira (Fonte 240)	0,00
Restos a pagar sem cobertura financeira (Fonte 334)	0,00
Valor aplicado em manutenção e desenvolvimento do ensino (A – B)	773.976.447,08
Receita de impostos e transferências constitucionais e legais	6.070.132.660,44
Percentual aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino	12,75%
Percentual mínimo a ser aplicado (12%)	728.415.919,25
Situação	Regular

Fonte: Relatório Fiplan – FIP 613 Data: 17/04/2013

Relatório Fiplan – FIP 226 OU 21101

Relatório Fiplan – FIP 226 OU 21601

Obs. Não foram considerados os restos a pagar de exercício anteriores processados e pagos no exercício de 2012 por falta de amparo na LC 141/2012 – art. 24.

Fonte 100 são recursos próprios de impostos na saúde.

Fonte 134 são recursos aplicados na saúde provenientes de transferências constitucionais, como FPM.

Fonte 240 são receitas na com prestação de serviços de saúde, como, por exemplo, taxa de raio X.

F:\CONSELHEIRO

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato

Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO

VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E

128

Em 2012 o Estado de Mato Grosso aplicou R\$ 728.415.919,25 em serviços e ações de saúde, valor esse que corresponde a 12,75% da receita de impostos e transferências constitucionais relativas a impostos.

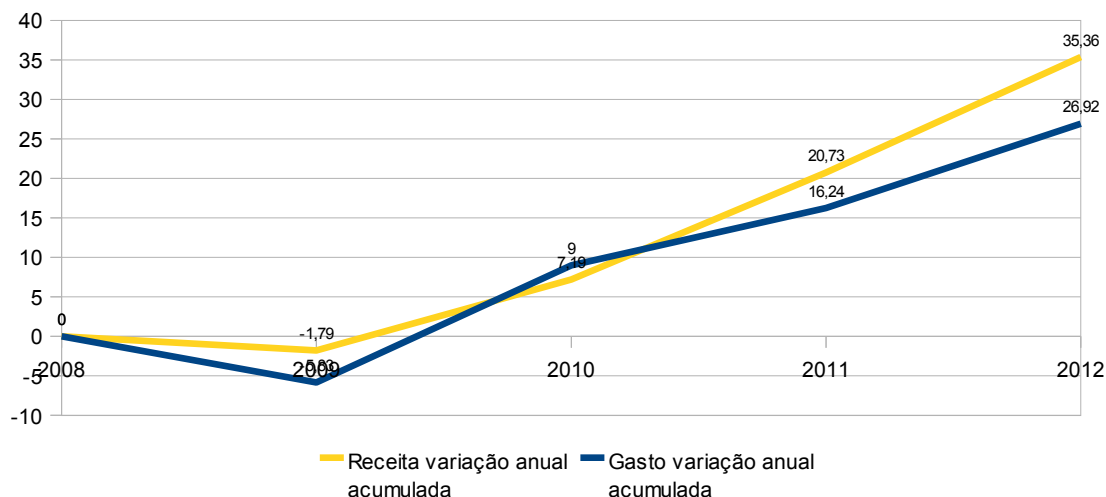
A Tabela a seguir exhibe a evolução do gastos em serviços e ações de saúde nos últimos 5 anos.

Tabela 92: Evolução do gastos em serviços e ações de saúde

	2008	2009	2010	2011	2012
Gastos em serviços e ações de saúde	573.907.734,61	540.469.723,77	625.574.353,83	667.100.618,81	0,00
Taxa de Crescimento	-	-5,83%	15,75%	6,64%	-100,00%

Fonte: Parecer TCE/MT 05/2012
Parecer TCE/MT 05/2011
Parecer TCE/MT 04/2010
Processo 6.963-9/2009, Contas de Governo do exercício de 2008

O crescimento da despesa em serviços e ações de saúde nos últimos 5 anos foi de 26,92%. O gráfico a seguir faz a comparação da evolução da receita base com o gasto em serviços e ações de saúde em termos percentuais.



Na comparação da evolução da receita com a despesa, se verifica que o aumento da despesa com serviços e ações de saúde foi inferior ao aumento da receita base para aplicação. Enquanto que a receita cresceu 35,36% a despesa cresceu 26,92%, ou seja, houve um decréscimo na proporção do gasto em relação à receita base.

7.4.4.3. Transferências de Recursos para os Municípios

A Tabela a seguir contém informações referentes à transferências de recursos para os municípios, bem como os valores não repassados.

Município	Valor Anual ⁽¹⁾	Valor Repassado ⁽²⁾	Valor não repassado	
			R\$	%
Acorizal	244.257,84	103.864,43	140.393,41	42,52%
Água Boa	897.533,40	391.982,96	505.550,44	43,67%
Alta Floresta	1.498.292,16	808.612,00	689.680,16	53,97%
Alto Araguaia	1.427.253,36	464.415,31	962.838,05	32,54%
Alto Boa Vista	330.147,84	166.136,93	164.010,91	50,32%
Alto Garças	432.405,96	190.001,40	242.404,56	43,94%
Alto Paraguai	299.556,72	109.937,12	189.619,60	36,70%

Município	Valor Anual ⁽¹⁾	Valor Repassado ⁽²⁾	Valor não repassado	
			R\$	%
Alto Taquari	340.092,24	132.623,00	207.469,24	39,00%
Apiacas	321.745,92	119.110,42	202.635,50	37,02%
Araguaiana	158.489,76	53.774,41	104.715,35	33,93%
Araguainha	131.896,32	51.774,08	80.122,24	39,25%
Araputanga	286.915,80	69.248,36	217.667,44	24,14%
Arenópolis	370.588,68	171.547,11	199.041,57	46,29%
Aripuanã	689.704,08	280.349,81	409.354,27	40,65%
Barão de Melgaço	232.714,92	104.778,70	127.936,22	45,02%
Barra do Bugres	3.562.795,08	1.031.298,17	2.531.496,91	28,95%
Barra do Garças	4.388.151,84	1.524.144,79	2.864.007,05	34,73%
Bom Jesus do Araguaia	224.505,36	79.361,31	145.144,05	35,35%
Brasnorte	621.189,72	227.422,10	393.767,62	36,61%
Cáceres	401.610,36	284.638,08	116.972,28	70,87%
Camplinópolis	347.304,12	77.600,00	269.704,12	22,34%
Campo Verde	1.136.438,52	450.234,09	686.204,43	39,62%
Campos de Júlio	254.110,68	107.750,04	146.360,64	42,40%
Canabrava do Norte	732.965,52	138.202,56	594.762,96	18,86%
Canarana	586.835,52	167.458,61	419.376,91	28,54%
Canpo Novo do Parecis	611.264,88	251.747,26	359.517,62	41,18%
Carlinda	504.952,92	186.630,17	318.322,75	36,96%
Castanheira	735.618,36	202.251,31	533.367,05	27,49%
Chapada dos Guimaraes	1.077.088,92	384.522,14	692.566,78	35,70%
Claúdia	517.965,48	202.573,49	315.391,99	39,11%
Cocalinho	255.075,36	105.818,81	149.256,55	41,49%
Colider	476.500,68	256.909,76	219.590,92	53,92%
Colniza	1.029.481,20	215.155,09	814.326,11	20,90%
Comodoro	642.916,32	248.663,40	394.252,92	38,68%
Confresa	2.833.221,60	743.411,95	2.089.809,65	26,24%
Conquista D' Oeste	228.632,28	93.835,31	134.796,97	41,04%
Cotriguaçu	876.330,12	350.187,35	526.142,77	39,96%
Cuiabá	49.195.005,48	13.402.706,06	35.792.299,42	27,24%
Curvelândia	157.347,36	42.200,00	115.147,36	26,82%
Denise	269.956,56	114.089,11	155.867,45	42,26%

Município	Valor Anual ⁽¹⁾	Valor Repassado ⁽²⁾	Valor não repassado	
			R\$	%
Diamantino	665.629,20	311.263,24	354.365,96	46,76%
Dom Aquino	418.753,44	177.453,30	241.300,14	42,38%
Feliz Natal	328.440,00	160.160,48	168.279,52	48,76%
Figueiropolis D' Oeste	166.209,96	45.144,96	121.065,00	27,16%
Gaúcha do Norte	260.837,64	106.609,35	154.228,29	40,87%
General Carneiro	2.477.414,76	60.373,81	2.417.040,95	2,44%
Glória D' Oeste	142.645,08	47.843,77	94.801,31	33,54%
Guarantã do Norte	180.240,96	756.884,90	-576.643,94	419,93%
Guiratinga	636.385,32	286.295,94	350.089,38	44,99%
Indiavaí	160.522,68	45.300,00	115.222,68	28,22%
Ipiranga do Norte	241.230,60	65.232,59	175.998,01	27,04%
Itanhangá	116.400,00	31.903,41	84.496,59	27,41%
Itaúba	170.256,36	49.396,31	120.860,05	29,01%
Itiquira	549.099,96	216.168,90	332.931,06	39,37%
Jaciara	1.848.742,32	416.992,95	1.431.749,37	22,56%
Jangada	342.342,72	118.785,65	223.557,07	34,70%
Jauru	473.134,20	154.992,02	318.142,18	32,76%
Juara	2.449.034,52	728.770,54	1.720.263,98	29,76%
Juína	2.578.577,28	973.435,39	1.605.141,89	37,75%
Juruena	561.015,12	253.428,72	307.586,40	45,17%
Juscimeira	432.853,20	198.013,27	234.839,93	45,75%
Lambari D' Oeste	242.261,76	105.708,41	136.553,35	43,63%
Lucas do Rio Verde	1.230.250,92	513.971,57	716.279,35	41,78%
Luciara	178.060,68	81.815,14	96.245,54	45,95%
Marcelândia	436.606,08	149.051,46	287.554,62	34,14%
Matupá	1.056.252,00	324.766,98	731.485,02	30,75%
Mirassol D' Oeste	444.748,56	98.190,31	346.558,25	22,08%
Nobres	484.269,48	176.830,11	307.439,37	36,51%
Nortelândia	462.360,12	153.232,22	309.127,90	33,14%
Nossa Senhora do Livramento	339.537,36	139.074,28	200.463,08	40,96%
Nova Bandeirantes	497.198,52	185.957,69	311.240,83	37,40%
Nova Brasilândia	251.259,72	101.814,90	149.444,82	40,52%

Município	Valor Anual ⁽¹⁾	Valor Repassado ⁽²⁾	Valor não repassado	
			R\$	%
Nova Canaã do Norte	381.875,52	28.800,00	353.075,52	7,54%
Nova Guarita	244.205,40	96.978,14	147.227,26	39,71%
Nova Lacerda	281.174,64	116.073,00	165.101,64	41,28%
Nova Marilândia	153.340,68	55.398,91	97.941,77	36,13%
Nova Maringá	267.852,48	43.723,09	224.129,39	16,32%
Nova Monte Verde	415.405,92	170.118,42	245.287,50	40,95%
Nova Mutum	714.495,00	257.163,48	457.331,52	35,99%
Nova Nazaré	227.449,92	63.522,42	163.927,50	27,93%
Nova Olimpia	581.821,92	237.849,89	343.972,03	40,88%
Nova Santa Helena	159.670,44	54.450,26	105.220,18	34,10%
Nova Ubiratã	452.798,52	165.099,57	287.698,95	36,46%
Nova Xavantina	596.282,40	274.070,27	322.212,13	45,96%
Novo Horizonte do Norte	238.520,52	106.644,85	131.875,67	44,71%
Novo Mundo	464.442,84	179.562,36	284.880,48	38,66%
Novo Santo Antônio	215.691,84	81.542,96	134.148,88	37,81%
Novo São Joaquim	365.880,96	155.406,98	210.473,98	42,47%
Paranaíta	512.668,68	167.127,11	345.541,57	32,60%
Paranatinga	585.827,52	255.656,79	330.170,73	43,64%
Pedra Preta	558.616,08	228.053,90	330.562,18	40,82%
Peixoto de Azevedo	2.322.631,44	713.314,40	1.609.317,04	30,71%
Planalto da Serra	146.833,44	56.508,33	90.325,11	38,48%
Poconé	858.897,36	430.124,01	428.773,35	50,08%
Pontal do Araguaia	247.667,16	105.173,56	142.493,60	42,47%
Ponte Branca	148.193,64	54.250,78	93.942,86	36,61%
Pontes e Lacerda	1.139.605,80	454.984,68	684.621,12	39,92%
Porto Alegre do Norte	631.644,48	296.096,85	335.547,63	46,88%
Porto dos Gaúchos	344.657,52	161.138,46	183.519,06	46,75%
Porto Esperidião	421.542,24	126.160,50	295.381,74	29,93%
Porto Estrela	200.637,72	89.951,17	110.686,55	44,83%
Poxoréo	563.959,32	258.589,59	305.369,73	45,85%
Primavera do Leste	1.226.992,32	468.947,27	758.045,05	38,22%
Querência	327.369,84	133.042,40	194.327,44	40,64%
Reserva do Cabaçal	155.952,24	52.021,03	103.931,21	33,36%

Município	Valor Anual ⁽¹⁾	Valor Repassado ⁽²⁾	Valor não repassado	
			R\$	%
Ribeirão Cascalheira	340.037,04	121.859,20	218.177,84	35,84%
Ribeirãozinho	150.164,28	54.578,64	95.585,64	36,35%
Rio Branco	263.110,20	101.486,02	161.624,18	38,57%
Rondolândia	180.000,00	71.687,43	108.312,57	39,83%
Rondonópolis	15.079.936,44	4.535.451,38	10.544.485,06	30,08%
Rosário Oeste	351.629,76	159.307,38	192.322,38	45,31%
Salto do Céu	226.249,32	87.807,80	138.441,52	38,81%
Santa Carmem	196.457,28	54.804,26	141.653,02	27,90%
Santa Cruz do Xingu	233.441,88	90.660,45	142.781,43	38,84%
santa Rita do Trivelato	182.219,88	53.854,94	128.364,94	29,55%
Santa Terezinha	366.841,80	165.310,42	201.531,38	45,06%
Santo Afonso	154.266,36	53.325,30	100.941,06	34,57%
Santo Antonio do Leste	149.976,96	54.175,84	95.801,12	36,12%
Santo Antonio do Leverger	584.465,52	257.116,32	327.349,20	43,99%
São Félix do Araguaia	557.894,04	509.373,30	48.520,74	91,30%
São José do Povo	181.576,80	62.741,00	118.835,80	34,55%
São José do Rio Claro	618.230,88	283.022,23	335.208,65	45,78%
São José do Xingu	366.730,32	165.282,55	201.447,77	45,07%
São José dos IV Marcos	561.492,24	187.128,20	374.364,04	33,33%
São Pedro da Cipa	146.378,40	44.110,97	102.267,43	30,13%
Sapezal	396.012,12	165.057,69	230.954,43	41,68%
Serra Nova Dourada	184.181,52	81.445,38	102.736,14	44,22%
Sinop	1.489.675,80	717.715,25	771.960,55	48,18%
Sorriso	1.719.775,08	927.343,53	792.431,55	53,92%
Tabaporã	550.838,88	214.883,92	335.954,96	39,01%
Tangará da Serra	1.827.981,60	360.501,23	1.467.480,37	19,72%
Tapurah	402.052,68	156.510,11	245.542,57	38,93%
Terra Nova do Norte	1.167.129,72	419.818,11	747.311,61	35,97%
Tesouro	165.743,52	49.927,85	115.815,67	30,12%
Torixoréu	245.824,32	99.672,85	146.151,47	40,55%
União do Sul	263.650,32	102.522,55	161.127,77	38,89%
Vale do São Domingos	224.757,60	90.077,61	134.679,99	40,08%
Várzea Grande	15.599.998,92	3.911.688,62	11.688.310,30	25,07%

Município	Valor Anual ⁽¹⁾	Valor Repassado ⁽²⁾	Valor não repassado	
			R\$	%
Vera	330.574,92	115.743,67	214.831,25	35,01%
Vila Bela da Santíssima Trindade	496.080,60	185.179,83	310.900,77	37,33%
Vila Rica	929.152,56	405.387,78	523.764,78	43,63%
Total	161.765.331,96	52.005.367,00	110.070.865,73	67,85%

Fonte: (1) Valores informados pelo Conselho de Secretarias Municipais de Saúde

(2) Portal da Secretaria de Estado de Saúde (<http://www.saude.mt.gov.br/aplicativo/fundoafundo/>) acesso em 02/05/13)

O volume de recursos transferidos pelo Fundo Estadual aos Fundos Municipais de Saúde durante o exercício de 2012 foi de R\$ 52.005.367,00 para atendimento de Programas de Saúde.

Em 2012 o Estado transferiu para os municípios o equivalente a 32,15% do total programado. O montante não repassado foi de R\$ 110.070.865,73. Foi constatado que 83 municípios receberam menos de 50% do que foi programado e 27 municípios receberam mais do que o total programado. Ressalte-se que os municípios de Araguaína e Água Boa receberam menos de 1% do programado e os municípios de Várzea Grande e Cuiabá receberam mais de 1.000% do programado.

A ausência nos repasses aos Fundos Municipais de Saúde fragiliza o atendimento à Saúde nos Municípios, podendo, em alguns casos, até mesmo inviabilizá-lo.

7.4.5.1. Orçamento estadual da Segurança

Foram autorizados na função Segurança em 2012, despesas no valor de R\$ 1,09 bilhão, ao passo que foram executados R\$ 1,05 bilhão, com queda de 4,41% entre a autorização e a execução do orçamento.

A tabela a seguir apresenta a autorização orçamentária e a execução da despesa na função Segurança nos últimos 5 anos.

Tabela 93: Evolução do Orçamento da Segurança

	2008	2009	2010	2011	2012
Autorizado	768.047.255,35	928.004.320,06	958.587.519,94	1.122.015.221,16	1.094.583.585,80
Empenhado	730.503.499,89	857.495.404,81	915.993.100,82	1.067.282.827,00	1.046.366.202,02
Taxa de execução	95,11%	92,40%	95,56%	95,12%	95,59%

Fonte: FIP 613 na função segurança de 2012, data 19/04/2013
FIP 613 na função segurança de 2011, data 19/04/2013
FIP 613 na função segurança de 2010, data 19/04/2013
FIP 613 na função segurança de 2009, data 19/04/2013
FIP 613 na função segurança de 2008, data 19/04/2013

A taxa de execução do orçamento de 2012 foi de 95,59%, a maior dos últimos 5 anos. Conforme informações disponíveis no FIPLAN, no final do exercício o Estado deixou de executar o montante de R\$ 48.016.855,28, o que representa 4,41% do autorizado.

7.4.5.1.1. Gasto na função da Segurança em relação ao PIB

Em relação ao PIB do Estado, a proporção dos valores liquidados na função Segurança, vem aumentando progressivamente nos últimos anos. Em 2008, representava 1,27% do PIB e em 2012 essa proporção alcançou 1,55% do PIB.

Em 2010 os gastos liquidados da União na função segurança corresponderam a 0,24% do PIB nacional. No exercício de 2011 os gastos da União alcançaram o montante de 0,18% do PIB nacional (Fonte Contas do Governo Federal de 2011). Na comparação com a União, a proporção do gasto em segurança em relação ao PIB do Estado de Mato Grosso foi superior ao praticado pela União.

A Tabela a seguir mostra o gasto liquidado na segurança nos últimos 5 anos, bem como a taxa de crescimento e a proporção do do gasto em relação ao PIB do estado.

Valores em milhões

Tabela 94: Gasto Liquidado na Função Segurança em Relação ao PIB

Descrição	2008	2009	2010	2011	2012
F:\CONSELHEIRO NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt					DOMINGOS E 136

PIB do Estado	54.693	57.294	59.600	64.299	64.415
Taxa de crescimento do PIB	-	4,76%	4,02%	7,88%	0,18%
Despesa liquidada	693	817	884	1.023	1.001
Despesa liquidada em relação ao PIB	1,27%	1,43%	1,48%	1,59%	1,55%
Taxa de crescimento da despesa liquidada em relação ao PIB	-	12,58%	3,97%	7,26%	-2,27%

Fonte: PIB 2012 – valores projetados no Anexo I da LDO de 2012
 PIB 2011 – valores projetados no Anexo II da LDO de 2011
 PIB 2010 – IBGE, Contas Regionais do Brasil – 2010, Tabela 1
 PIB 2009 e 2008 – Caderno Contas Regionais do Brasil 2005 – 2009, disponível em www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2009/contasregionais2009.pdf

Nota-se que houve um aumento da despesa liquidada na função segurança em relação ao PIB do Estado. Na comparação com o exercício de 2008, o crescimento da despesa liquidada em relação ao PIB em 2012 foi de 44,44%.

Se diluído no período, estes aumentos representariam uma taxa de aumento aproximada de 9,26% ao ano no caso da despesa autorizada e 9,63% ao ano no caso da despesa liquidada.

Apesar do gasto na função em relação ao PIB ter aumentado em 5 anos, na comparação do exercício de 2012 com 2011 se constata que houve uma redução de 2,27% no gasto liquidado.

7.4.5.1.2. Variação do gasto na função segurança em Mato Grosso

O orçamento autorizado para função segurança no exercício de 2012 alçou o montante de R\$ 1.094.583.585,80. Deste montante, o empenhado e liquidado e na função segurança foi, respectivamente, R\$ 1.046.366.202,02 e 1.001.347.457,16. (Fonte FIP 613 Data: 19/03/2013)

O orçamento da despesa na função Segurança tem aumentado progressivamente nos últimos exercícios, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 95: Variação do Gasto na Função Segurança

Educação	2008	2009	2010	2011	2012
Autorizado	768.047.255,35	928.004.320,06	958.587.519,94	1.122.015.221,16	1.094.583.585,80
Taxa de crescimento	-	20,83%	3,30%	17,05%	-2,44%
Empenhado	730.503.499,89	857.495.404,81	915.993.100,82	1.067.282.827,00	1.046.366.202,02
Taxa de crescimento	-	17,38%	6,82%	16,52%	-1,96%
Liquidado	692.922.344,69	817.216.543,47	883.882.117,84	1.022.769.976,23	1.001.347.457,16
Taxa de crescimento	-	17,94%	8,16%	15,71%	-2,09%

Fonte: FIP 613 na função segurança de 2012, data 19/04/2013
FIP 613 na função segurança de 2011, data 19/04/2013
FIP 613 na função segurança de 2010, data 19/04/2013
FIP 613 na função segurança de 2009, data 19/04/2013
FIP 613 na função segurança de 2008, data 19/04/2013

Entre os anos de 2008 e 2012, o aumento nominal do orçamento autorizado para segurança foi de 42,51%. O aumento do gasto liquidado foi um pouco maior, a saber 44,51%.

Apesar do gasto na função ter aumento em 5 anos, na comparação do exercício de 2012 com 2011 se constata que houve uma redução de 2,44% no gasto autorizado e de 2,09% no liquidado.

7.4.5.1.3. Orçamento da Segurança por Programas e subfunções

Tabela 96: Orçamento da Educação por Programas

Código	Descrição do Programa	Autorizado R\$	Empenhado R\$	Variação do Autorizado sobre o Empenhado	Representatividade do programa sobre o total
36	Apoio Administrativo	945.015.151,38	940.432.108,20	-0,48%	89,88%
271	Segurança no Trânsito	28.662.515,96	26.141.354,76	-8,80%	2,50%
324	Enfrentamento Integrado às Drogas	7.431.878,25	4.572.208,41	-38,48%	0,44%
330	Gestão de Políticas Públicas Setoriais	586.792,07	384.646,36	-34,45%	0,04%

Código	Descrição do Programa	Autorizado R\$	Empenhado R\$	Variação do Autorizado sobre o Empenhado	Representatividade do programa sobre o total
334	Segurança por Resultados	79.142.547,08	50.173.935,38	-36,60%	4,80%
335	Pacto pela Vida	33.494.701,06	24.661.948,91	-26,37%	2,36%
336	Segurança na Copa	250.000,00	0,00	-100,00%	0,00%
Total		1.094.583.585,80	1.046.366.202,02	-4,41%	100,00%

Fonte: FIP 613, Data: 19/04/2013

O programa “Apoio Administrativo” é o de maior representatividade no orçamento da segurança. Entre as despesas de maior relevância que compõe este programa estão as referente ao serviços de transportes e a remuneração de pessoal encargos sociais.

Os programas “Enfrentamento Integrado às Drogas, Gestão de Políticas Públicas Setoriais e Segurança por Resultados” deixaram de executar mais de 35% do orçamento autorizado.

O programa “Segurança na Copa” além de ter pouca representatividade nos gastos da função Segurança, não foi executado, ou seja, não foram realizadas quaisquer despesas referente ao programa em 2012.

A Tabela seguinte exibe o orçamento do exercício de 2012 por subfunções.

Tabela 97: Orçamento da Segurança por Subfunções

Código	Descrição da Subfunção	Autorizado R\$	Empenhado R\$	Variação do Autorizado sobre o Empenhado	Representatividade da subfunção sobre o total
122	Administração Geral	939.640.068,64	933.285.096,91	-0,68%	89,19%
124	Controle Interno	49.898,74	49.898,74	0,00%	0,00%
125	Normalização e Fiscalização	18.829.012,73	18.015.105,56	-4,32%	1,72%
126	Tecnologia da Informação	17.778.202,99	15.567.253,01	-12,44%	1,49%
128	Formação de Recursos Humanos	6.387.131,00	4.700.909,62	-26,40%	0,45%

131	Comunicação Social	73.431,23	72.981,23	-0,61%	0,01%
181	Policimento	77.261.804,02	58.370.092,28	-24,45%	5,58%
182	Defesa Civil	0,00	8.307.884,44	100,00%	0,79%
183	Informação e Inteligência	8.753.568,58	5.253.995,22	-39,98%	0,50%
244	Assistência Comunitária	425.315,43	398.189,17	-6,38%	0,04%
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	552.916,26	547.473,14	-0,98%	0,05%
422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	188.159,71	188.159,71	0,00%	0,02%
451	Infraestrutura Urbana	2.341.054,74	1.609.162,99	-31,26%	0,15%
Total		1.072.280.564,07	1.046.366.202,02	-2,42%	100,00%

Fonte: FIP 613, Data: 09/04/2013

A subfunção de maior representatividade nos gastos de 2012 foi a “Administração Geral”. A subfunção “Policimento” foi a que mais deixou de executar recursos, a saber R\$ 18.891.711,74, o que representou 24,45% do total autorizado.

A subfunção com menor índice de execução foi a “Defesa Civil” que executou 37,25% do total autorizado.

7.4.5.1.4. Grupo de despesa

A análise da execução orçamentária por programa e subfunção no exercício de 2012 mostra que o maior esforço financeiro esteve concentrado nas despesas com pessoal e encargos sociais. A Tabela a seguir exibe estas informações.

Tabela 98: Orçamento da Segurança por Grupo de Despesa

Grupo de Despesa	Autorizado R\$	Empenhado R\$	Varição do Autorizado sobre o Empenhado	Representatividade da subfunção sobre o total
Pessoal e Encargos Sociais	840.704.576,19	838.324.226,50	-0,28%	80,12%
Outras Despesas Correntes	197.490.131,70	182.766.551,52	-7,46%	17,47%

Investimentos	56.388.877,91	25.275.424,00	-55,18%	2,42%
Total	1.094.583.585,80	1.046.366.202,02	-4,41%	100,00%

Fonte: FIP 613, Data: 09/04/2013

Em 2012 o Estado, apesar de autorizar R\$ 56.388.877,91 em despesas no grupo de Investimentos, ele empenhou apenas 44,82% do orçamento autorizado.

7.4.5.2. Estrutura Física do Sistema Penitenciário do Estado

7.4.5.2.1. Número de unidades prisionais e população carcerária

O sistema penitenciário de Mato Grosso é formado por 63 unidades prisionais para reeducandos masculinos (5 penitenciárias, 1 colônia agrícola, 2 casas de albergado, 53 cadeias públicas, 1 hospital de custódia e tratamento psiquiátrico, 1 Patronato) e mais 1 unidade feminina (1 penitenciária), totalizando 64 unidades penitenciárias, conforme demonstrado na Tabela a seguir:

Tabela 99: Numero de Unidades Prisionais no Estado

Estabelecimentos Penais	Masculino	Feminino	Total
Penitenciárias	5	1	6
Colônias Agrícolas, Indústrias	1	0	1
Casas de Albergados	2	0	2
Cadeias Públicas	53	0	53
Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	1	0	1
Patronato	1	0	1
Total	63	1	64

Fonte: InfoPen Estatística Dez/2012, acessado em 20/04/2013

Na comparação com o número de unidades existentes em dezembro de 2011, se verifica que, apesar do número de estabelecimentos permanecer idêntico, foi eliminada a casa de albergados feminina e criado um patronato masculino.

A população carcerária no Estado de Mato Grosso em dezembro de 2012 foi de 10.603 presos, sendo 9.930 homens e 683 mulheres. A Tabela a seguir mostra a quantidade de presos custodiados no sistema prisional, bem como a capacidade do sistema.

Tabela 100: Lotação do Sistema Prisional do Estado

Sistema Penitenciário	Masculinos		Femininos	
	Capacidade	Nº de Presos	Capacidade	Nº de Presos
Presos Provisórios	0	5.255	0	430
Regime Fechado	5.236	3.549	304	215
Regime Semi Aberto	120	1.051	0	38
Regime Aberto	100	50	0	
Medida de Segurança - Internação	0	25	0	
Total	5.456	9.930	304	683
Déficit de vagas		4.474		379
Taxa de Ocupação		182,00%		224,67%

Fonte: InfoPen Estatística Dez/2012, acessado em 20/04/2013

Em dezembro de 2012 o déficit do sistema penitenciário do Estado foi de 4.853, sendo 4.474 vagas para homens e 379 vagas para mulheres. A taxa de ocupação do sistema penitenciário foi de 182% no caso masculino e de 224,67% no feminino. Este número importa em dizer que há quase dois presos ocupando o espaço que deveria ser de apenas 1, no caso masculino, e de mais de 2 presos no caso feminino.

A Tabela a seguir mostra a evolução da capacidade do sistema penitenciário do Estado nos últimos 5 anos.

Tabela 101: Evolução da Capacidade do Sistema Penitenciário

Sistema Penitenciário	2008		2009		2010		2011		2012	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Capacidade	4.647	180	5.055	180	5.456	304	5.456	304	5.456	304
Variação anual capacidade	-	-	8,78%	0,00%	7,93%	68,89%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Variação nominal da capacidade no período 2008 - 2012									809	124

Variação percentual da capacidade no período 2008 - 2012

17,41% 68,89%

Fonte: InfoPen Estatística Dez/2012, acessado em 20/04/2013

Entre 2008 e 2012 houve um aumento de 933 vagas no Sistema Penitenciário, sendo 809 para o sexo masculino e 124 para o sexo feminino. Este aumento significou uma ampliação de 17,41% no total de vagas para presos do sexo masculino e de 68,89% do presos do sexo feminino. Vale salientar que as ampliações informadas ocorreram nos exercícios de 2009 e 2010.

A Tabela a seguir mostra a evolução do número de presos no sistema penitenciário do Estado nos últimos 5 anos.

Tabela 102: Evolução do Número de Presos nos Últimos 5 Anos

Sistema Penitenciário	2008		2009		2010		2011		2012	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Nº de Presos	9.691	1.038	9.892	1.169	10.190	1.255	10.418	767	9.930	683
Variação anual da taxa de Ocupação	-	-	2,07%	12,62%	3,01%	7,36%	2,24%	-38,88%	-4,68%	-10,95%
Variação nominal da ocupação no período 2008 - 2012									239	-355
Variação da taxa de Ocupação no período 2008 - 2012									2,47%	-34,20%

Fonte: InfoPen Estatística Dez/2012, acessado em 20/04/2013

Entre 2008 e 2012 houve um aumento de 239 presos do sexo masculino e uma redução de 355 presos do sexo feminino custodiados no Sistema Penitenciário. Estes números significam um crescimento de 2,47% no total de presos do sexo masculino e uma redução de 34,20% no total de presos do sexo feminino. Na comparação de 2012 com 2011 se constata uma redução no número presos de ambos sexos.

A Tabela a seguir mostra a evolução do déficit no sistema penitenciário do Estado nos últimos 5 anos.

Tabela 103: Evolução do Déficit no Sistema Penitenciário

Sistema Penitenciário	2008		2009		2010		2011		2012	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Capacidade	4.647	180	5.055	180	5.456	304	5.456	304	5.456	304
Nº de Presos	9.691	1.038	9.892	1.169	10.190	1.255	10.418	767	9.930	683
Déficit de vagas	5.044	858	4.837	989	4.734	951	4.962	463	4.474	379
Taxa de Ocupação	208,54%	576,67%	195,69%	649,44%	186,77%	412,83%	190,95%	252,30%	182,00%	224,67%
Variação anual da taxa de Ocupação	-	-	-6,16%	12,62%	-4,56%	-36,43%	2,24%	-38,88%	-4,68%	-10,95%
Variação da taxa de Ocupação no período 2008 - 2012									-12,73%	-61,04%

Fonte: InfoPen Estatística Dez/2012, acessado em 20/04/2013

Nota-se que houve uma redução na taxa de ocupação do Sistema Penitenciário no período. Entre 2008 a 2012 houve uma redução de 12,73% na taxa de ocupação masculina e de 61,04% da feminina.

A redução da taxa de ocupação do Sistema Penitenciário no período do preso do sexo masculino se deve, em maior grau, ao crescimento do número de 17,41% no total de vagas. No caso do sexo feminino, a redução da taxa de ocupação se deve pelo aumento do número de vagas no Sistema Penitenciário e a pela redução no número de presos.

Apesar da redução na taxa de ocupação, o Sistema Penitenciário do Estado permanece com uma taxa de lotação acima da capacidade.

No Parecer Prévio das Contas de 2011, foi imposta a seguinte determinação com vistas amenizar esta problemática.

- *buscar junto ao governo federal, alternativas para a solução do déficit de vagas nos presídios do Estado;*

Uma vez que os motivos que ensejaram a criação desta determinação permanecem, **sugere-se a manutenção desta determinação**, sendo, entretanto, atualizada a redação da determinação de maneira a abranger todo o sistema penitenciário do Estado. A redação da determinação será a seguinte:

- que o governo do estado busque junto ao governo federal, alternativas para a solução do déficit de vagas no Sistema Penitenciário do Estado;

7.4.6. Contribuição ao PASEP

Ao realizar o levantamento do valor apropriado, constatou-se divergência entre os valores informados no Relatório FIP 701, com aqueles constantes no relatório FIP 704, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 104: Comparativo do Valor Apropriado ao PASEP - FIP 701 e FIP 704

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
PASEP - Valor liquidado conforme relatório FIP 701	88.265.450,55
PASEP - Valor liquidado conforme relatório FIP 704	87.937.968,16
Diferença	327.482,39

Fonte: FIPLAN, Relatórios FIP 701 e FIP 704

Demonstra-se a seguir a memória de cálculo do valor devido e das contribuições apropriadas ao PASEP, no exercício de 2012:

Tabela 105: Demonstrativo do Cálculo das Contribuições ao PASEP

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
I - Receitas arrecadadas	14.765.836.361,34
Receitas Correntes Arrecadadas	11.452.387.078,45
Transferências Correntes Recebidas	3.213.552.505,26
Transferências de Capital Recebidas	99.896.777,63
II - Deduções	4.736.225.158,16
Contribuição ao FUNDEB	1.179.343.992,50

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E
145

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Transferências Correntes à União	276.466,65
Transferências Correntes a Municípios	1.867.621.895,31
Outras Deduções da Receita Corrente	1.595.532.930,23
Transferências de Capital à União	0,00
Transferências de Capital a Municípios	93.449.873,47
III - Base de cálculo para a Contribuição para o PASEP (III = I - II)	10.029.611.203,18
Aplicação do percentual estabelecido na Lei 9.715/98 (1%)	100.296.112,03
Valor apropriado ao PASEP	87.937.968,16
Diferença - valor não apropriado ao PASEP	12.358.143,87
% Apropriado	0,88%

Portanto, em 2012, foi apropriado o valor R\$ 87.937.968,16, correspondente a 0,88% do valor das receitas correntes e despesas correntes e de capital arrecadadas, contrariando o disposto nos artigos 2º e 8º da Lei nº 9.715/1998.

7.4.7. Incentivos Fiscais

Os incentivos fiscais tratados neste item se referem aos Programas mais representativos: PRODEIC, PORTO SECO, PRODEI e referente ao FUNDEIC o saldo existe dos empréstimos concedidos.

7.4.7.1 Programa PRODEIC

A seguir demonstra-se o Programa PRODEIC por seguimento referente aos exercícios de **2004 a 2012**. Informa-se que alguns seguimento não começaram a usufruir os incentivos fiscais a partir de 2004, mas nos exercícios subsequentes. Foi identificado na Tabela no período que o seguimento usufruiu. Salienta-se que o Programa PRODEIC começou a ser implementado em 2004:

Tabela 106: Tabela Incentivos Fiscais por Seguimento dos exercícios de 2004/2012

Seguimento	ICMS	2004/2012	2005/2012	2006/2012	2007/2012	Total
Alimentos e Carne	Incentivado	188.536.143,59	0,00	0,00	0,00	188.536.143,59
	Recebimento	28.200.648,04	0,00	0,00	0,00	28.200.648,04
	Sub-Total	216.736.791,63	0,00	0,00	0,00	216.736.791,63
Curtimento de Couro e Outras Preparações	Incentivado	195.997.285,91	0,00	0,00	0,00	195.997.285,91
	Recebido	102.784.415,93	0,00	0,00	0,00	102.784.415,93
	Sub-Total	298.781.701,84	0,00	0,00	0,00	298.781.701,84
Fabricação de Artigos de Borracha e Plásticos	Incentivado	186.236.372,21	0,00	0,00	0,00	186.236.372,21
	Recebido	46.374.501,05	0,00	0,00	0,00	46.374.501,05
	Sub-Total	232.610.873,26	0,00	0,00	0,00	232.610.873,26
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo e Produtos de Alcool	Incentivado	261.339.863,45	0,00	0,00	0,00	261.339.863,45
	Recebido	164.390.991,38	0,00	0,00	0,00	164.390.991,38
	Sub-Total	425.730.854,83	0,00	0,00	0,00	425.730.854,83
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	Incentivado	53.808.839,04	0,00	0,00	0,00	53.808.839,04
	Recebido	17.277.695,70	0,00	0,00	0,00	17.277.695,70
	Sub-Total	71.086.534,74	0,00	0,00	0,00	71.086.534,74
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	Incentivado	23.541.551,70	0,00	0,00	0,00	23.541.551,70
	Recebido	5.789.887,50	0,00	0,00	0,00	5.789.887,50
	SubTotal	29.331.439,20	0,00	0,00	0,00	29.331.439,20
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	Incentivado	1.137.345.598,88	0,00	0,00	0,00	1.137.345.598,88
	Recebido	414.157.569,44	0,00	0,00	0,00	414.157.569,44
	SubTotal	1.551.503.168,32	0,00	0,00	0,00	1.551.503.168,32
Fabricação de Produtos Têxteis	Incentivado	31.801.812,58	0,00	0,00	0,00	31.801.812,58
	Recebido	2.521.357,65	0,00	0,00	0,00	2.521.357,65
	Sub Total	34.323.170,23	0,00	0,00	0,00	34.323.170,23
Metalúrgica Básica	Incentivado	292.064.739,40	0,00	0,00	0,00	292.064.739,40
	Recebido	31.593.425,13	0,00	0,00	0,00	31.593.425,13
	Sub Total	323.658.164,53	0,00	0,00	0,00	323.658.164,53
Reciclagem	Incentivado	68.007.322,47	0,00	0,00	0,00	68.007.322,47
	Recebido	6.884.860,37	0,00	0,00	0,00	6.884.860,37
	Sub Total	74.892.182,84	0,00	0,00	0,00	74.892.182,84
Fabricação de Produtos de Madeira	Incentivado	0,00	95.276.283,38	0,00	0,00	95.276.283,38
	Recebido	0,00	20.118.323,49	0,00	0,00	20.118.323,49
	Sub Total	0,00	115.394.606,87	0,00	0,00	115.394.606,87
Fabricação de Produtos	Incentivado	0,00	0,00	26.697.206,37	0,00	26.697.206,37
	Recebido	0,00	0,00	5.378.876,67	0,00	5.378.876,67

Seguimento	ICMS	2004/2012	2005/2012	2006/2012	2007/2012	Total
	Sub Total	0,00	0,00	32.076.083,04	0,00	32.076.083,04
Químicos	Incentivado	0,00	0,00	453.097.614,30	0,00	453.097.614,30
Indústria de Caroco de Algodão	Recebido	0,00	0,00	210.416.103,46	0,00	210.416.103,46
	Sub Total	0,00	0,00	663.513.717,70	0,00	663.513.717,70
Industria de Produtos Minerais não Metálicos	Incentivado	0,00	0,00	32.350.443,21	0,00	32.350.443,21
	Recebido	0,00	0,00	5.466.559,20	0,00	5.466.559,20
	Sub Total	0,00	0,00	37.817.002,41	0,00	37.817.002,41
Fabricação de Embalagens de Papel	Incentivado	0,00	0,00		7.202.036,97	7.202.036,97
	Recebido	0,00	0,00		2.964.953,62	2.964.953,62
	Sub Total	0,00	0,00		10.166.990,59	10.166.990,59
	Total ICMS INCETIVADO	2.438.679.529,23	95.276.283,38	512.145.263,88	7.202.036,97	3.053.303.113,46
	TOTAL RECEBIDO	819.975.352,19	20.118.323,49	221.261.539,26	2.964.953,62	1.064.320.168,56
	TOTAL GERAL	3.258.654.881,42	115.394.606,87	733.406.803,14	10.166.990,59	4.117.623.282,02

Fonte: Informações fornecida pela SICMI

Tabela 107: Incentivos Fiscais por Seguimento dos Exercícios de 2008/2012

Seguimento	ICMS	Exercício 2008	2010/2012	2011/2012	Total
Comércio Atacadista de Produtos Químicos	Incentivado	413.794,85	0,00	0,00	413.794,85
	Recebido	0,00	0,00	0,00	0,00
	Sub Total	413.794,85	0,00	0,00	
Comércio CD	Incentivado		34.225.566,21	0,00	
	Recebido		34.598.079,35	0,00	
	Sub Total		68.823.645,56	0,00	0,00
Serviços	Incentivado			3.671.827,09	3.671.827,09
	Recebido			4.161.304,47	4.161.304,47
	Sub Total			7.833.131,56	7.833.131,56
	Total ICMS INCETIVADO	413.794,85	34.225.566,21	3.671.827,09	38.311.188,15
	Total RECEBIDO	0,00	34.598.079,35	4.161.304,47	38.759.383,82
	Total	413.794,85	68.823.645,56	7.833.131,56	77.070.571,07

Fonte: Informações fornecida pela SICMI

Demonstra-se a seguir o Resumo do Programa PRODEIC de 2004/2012 referente ao ICMS Devido, Incentivado e Recebido.

Tabela 108: Resumo do Incentivo PRODEIC dos Seguintos

ICMS	Total da Tabela 1 - PRODEIC	Total Tabela 2 PRODEI	Total do PRODEIC
Incentivado	3.053.303.113,46	38.311.188,15	3.091.614.301,61
Recebido	1.064.320.168,56	38.759.383,82	1.103.079.552,38
Devido	4.117.623.282,02	77.070.571,07	4.194.693.853,09

Fonte: Informações fornecida pela SICMI

A Tabela Resumo demonstra que de 2004 a 2012 os incentivos concedidos pelo Estado mediante o Programa PRODEIC foi de R\$ 3.091.614.301,61 equivalente a 73,70% do ICMS Devido de R\$ 4.194.693.853,09. O ICMS recebido nesse período referente a esse Programa foi de R\$ 1.103.079.552,38 corresponde a 26,30% do ICMS Devido.

A seguir apresenta os incentivos Fiscais concedidos em 2012 por seguimento, bem como o recebimento do FUNDEIC e FUNDED.

Tabela 109: Incentivos Fiscais por Seguimento referente a 2012

Seguimento	ICMS	Exercício 2012	FUNDEIC 2012	FUNDED 2012
Alimentos e Carne	Incentivado	28.174.264,21		
	Recebimento	1.191.697,47	1.145.346,59	282.088,80
	Sub-Total	29.365.961,68		
Curtimento de Couro e Outras Preparações	Incentivado	31.101.441,36		
	Recebido	13.257.024,34	1.302.196,35	344.852,60
	Sub-Total	44.358.465,70		
Fabricação de Artigos de Borracha e Plásticos	Incentivado	7.923.495,76		
	Recebido	5.686.698,19	331.187,88	83.245,25
	Sub-Total	13.610.193,95		
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo e Produtos de Álcool	Incentivado	60.650.495,50		
	Recebido	23.786.034,85	2.376.271,11	602.081,39
	Sub-Total	84.436.530,35		
Fabricação de Máquinas e	Incentivado	5.688.432,91		
	Recebido	2.733.788,49	233.249,69	58.365,85

Seguimento	ICMS	Exercício 2012	FUNDEIC 2012	FUNDED 2012
	Sub-Total	8.422.221,40		
Equipamentos	Incentivado	4.860.568,96		
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	Recebido	1.398.935,91	160.820,60	40.205,40
	SubTotal	6.259.504,87		
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	Incentivado	286.124.001,63		
	Recebido	122.535.447,58	10.911.724,49	2.725.106,47
	SubTotal	408.659.449,21		
Fabricação de Produtos Têxteis	Incentivado	2.659.761,62		
	Recebido	275.585,22	92.273,01	23.150,67
	Sub Total	2.935.346,84		
Metalúrgica Básica	Incentivado	20.158.612,51		
	Recebido	2.632.151,17	589.443,47	147.814,51
	Sub Total	22.790.763,68		
Reciclagem	Incentivado	6.081.080,56		
	Recebido	189.581,86	240.481,47	60.169,38
	Sub Total	6.270.662,42		
Fabricação de Produtos de Madeira	Incentivado	9.837.637,30		
	Recebido	1.101.175,07	390.902,99	95.577,23
	Sub Total	10.938.812,37		
Fabricação de Produtos Químicos	Incentivado	2.357.740,35		
	Recebido	946.832,56	89.925,02	22.889,17
	Sub Total	3.304.572,91		
Indústria de Caroco de Algodão	Incentivado	59.656.963,74		
	Recebido	38.935.933,12	2.377.007,04	594.303,91
	Sub Total	98.592.896,86		
Industria de Produtos Minerais não Metálicos	Incentivado	3.997.333,46		
	Recebido	568.521,80	156.361,05	39.197,90
	Sub Total	4.565.855,26		
Fabricação de Embalagens de Papel	Incentivado	5.515.676,39		
	Recebido	2.438.095,91	219.295,51	55.115,10
	Sub Total	7.953.772,30		
Comércio CD	Incentivado	25.480.676,19		
	Recebido	19.765.229,23	183.914,89	46.403,66
	Sub Total	45.245.905,42		
Serviços	Incentivado	3.262.651,65		
	Recebido	3.752.129,47	61.309,21	15.372,52

Seguimento	ICMS	Exercício 2012	FUNDEIC 2012	FUNDED 2012
Sub Total		7.014.781,12		
Total ICMS INCETIVADO		563.530.834,10		
Total RECEBIDO		241.194.862,24	20.861.710,37	5.235.939,81
ICMS Devido		804.725.696,34		

Fonte: Informações fornecida pela SICMI

A Tabela demonstra que no exercício de 2012 foi concedido Incentivos referente ao Programa PRODEIC de R\$ 563.530.834,10 que equivale a 70,03% do ICMS devido das empresas beneficiadas do Programa. E foi recebido R\$ 241.194.862,24 que corresponde a 29,97% do ICMS Devido.

Foi recebido em 2012 das empresas beneficiárias dos Programas: FUNDEIC R\$ 20.861.710,37 e FUNDED R\$ 5.235.939,81.

7.4.7.2 Programa Porto Seco

As informações apresentadas são de acordo com os dados fornecidos pela Secretaria de Industria, Comércio e Minas e Energia – (SICME).

Cabe informar que os dados referentes ao ICMS Normal, Incentivado e Recolhido são fornecidos pela Empresas Beneficiárias do Programa. que envia à SICME por solicitação desta. Pois, o setor responsável fica na dependência das informações enviadas por cada empresa beneficiária do Programa para que esta efetue o registro do que foi informado. Não havendo controle efetivo do Programa por parte do Estado.

Como se percebe na Tabela acima não consta informações do exercício de 2012 sobre o ICMS Normal, ICMS Incentivado e ICMS Recebido dos seguimentos Tranding , e Comércio, por ainda não terem recebidos as informações deste exercício. E referente a 2009 do seguimento Tranding por não haver informações que era outra pessoa de cargo comissionado que era responsável pelo Setor.

Diante disso, os Incentivos concedidos podem ser superiores aos

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS
E
151

apresentados na Tabela.

A seguir apresenta-se os Incentivos Fiscais do Programa Porto Seco por seguimento de atividades empresariais referente os valores do ICMS Gerados (Normal), Concedidos e Recebidos relativos aos exercícios de 2007 a 2012:

Tabela 110: Incentivos Fiscais do Programa Porto Seco

Exercícios	ICMS Gerado	Tranding R\$	Indústria e Comercio R\$	Comércio R\$	Total R\$
2007	ICMS Normal	199.576,87	9.934.126,33	4.871.185,38	15.004.888,58
	ICMS Incentivado	143.676,67	7.231.709,15	2.981.052,13	10.356.437,95
	ICMS Recebido	55.900,20	2.702.417,18	1.890.133,26	4.648.450,64
2008	ICMS Normal	133.306,40	6.869.086,01	6.894.657,34	13.897.049,75
	CMS Incentivado	62.353,16	4.569.065,21	4.523.460,83	9.154.879,20
	ICMS Recebido	70.953,24	2.300.020,80	2.371.196,51	4.742.170,55
2009	ICMS Normal	0,00	648.360,47	4.466.212,16	5.114.572,63
	ICMS Incentivado	0,00	513.286,24	2.457.536,27	2.970.822,51
	ICMS Recebido	0,00	135.074,23	2.005.675,89	2.140.750,12
2010	ICMS Normal	8.329,32	73.923,49	7.196.365,20	7.278.618,01
	ICMS Incentivado	3.429,72	50.011,28	3.328.698,79	3.382.139,79
	ICMS Recebido	4.899,60	23.912,21	3.867.666,41	3.896.478,22
2011	ICMS Normal	39.572,23	25.428.396,11	9.865.902,22	35.333.870,56
	ICMS Incentivado	16.294,45	10.496.607,69	4.653.501,31	15.166.403,45
	ICMS Recebido	23.277,78	6.906.807,08	5.137.823,85	12.067.908,71
2012	ICMS Normal	0,00	2.413.971,73	0,00	2.413.971,73
	ICMS Incentivado	0,00	1.104.894,08	0,00	1.104.894,08
	ICMS Recebido	0,00	1.309.077,66	0,00	1.309.077,66
Total	ICMS Normal	380.784,82	45.367.864,14	33.294.322,30	79.042.971,26
	ICMS Incentivado	225.754,00	23.965.573,65	17.944.249,33	42.135.576,98
	ICMS Recebido	155.030,82	13.377.309,16	15.272.495,92	28.804.835,90

Fonte: Informações fornecida pela SICMI

A Tabela demonstra que as empresas do seguimento *Tranding* receberam incentivo de ICMS de 2007 a 2011 no montante de R\$ 225.754,82 que corresponde a 59,28% do ICMS devido de R\$ 380.784,82. Neste montante está excluído o exercício de 2009 que não foi obtido informações, bem como o de 2012, conforme já explicado no início

deste item.

As empresas do seguimento indústria e comércio de 2007 a 2012 receberam de incentivo de ICMS de 2007 a 2012 R\$ 23.965.573,65 que corresponde a 52,82% do ICMS devido de R\$ 45.367.864,14.

As empresas do seguimento comércio de 2007 a 2011 receberam incentivo de ICMS de R\$ 17.944.249,33 que corresponde a 53,90% do ICMS devido de R\$ 33.294.322,30.

Nesse período o ICMS gerado referente ao programa Porto Seco dos três seguimentos totalizou em R\$ 79.042.971,26, mas foi recebido pelo Estado apenas R\$ 28.804.835,90 que corresponde a 36,44% do imposto devido. Se efetuar a operação entre o ICMS gerado com o recebido encontra-se o percentual de 63,56%, ou seja R\$ 50.238.135,36 que o Estado deixou de arrecadar. Vale lembrar que nos valores descritos não estão incluídos os exercício de 2009 e 2012 do seguimento de *Tranding* e 2012 do seguimento comércio.

No entanto, nas Informações referente ao Programa PRODEIC consta que em 2012 foi concedido ICMS incentivado para o Programa Porto Seco R\$ 5.616.809,15 e recebido R\$ 303.648,62.

Diante disso pode-se afirma-se que os recursos que o Estado deixou de arrecadar é maior que o demonstrado na Tabela, principalmente pela forma que as informações são obtidas pela SICME que fora comentado no início deste item.

Em relação aos empregos gerados pelos Programas gerenciados pela Secretaria de Indústria, Comércio, Minas e Energia, não foi informado devido a não realização das devidas fiscalizações nas empresas no exercício de 2012 referente ao exercício de 2011.

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, é um registro Administrativo instituído pela Lei nº 4.923 em dezembro de 1965, com o objetivo de acompanhar o processo de admissão e demissão dos empregados regidos pelo regime CLT

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS
E
153

e dar assistência aos desempregados. Atualmente, é utilizado, dentre outras ações, para subsidiar os programas do Ministério do Trabalho, particularmente do Seguro Desemprego, com vistas a evitar o pagamento de parcelas indevidas desse benefício ao trabalhador, mediante o levantamento dos trabalhadores já inseridos no mercado de trabalho.

Portanto, o CAGED não mede a criação de empregos gerados no mercado de trabalho, oriundas das empresas beneficiadas pelos incentivos fiscais recebidos.

7.4.7.3 Programa PRODEI

Demonstra-se a seguir as Empresas que continuaram recebendo Incentivos Fiscais do Programa PRODEI – ICMS Postergado em 2012.

Tabela Empresas Beneficiárias do Programa PRODEI que Permaneceram Postergado ICMS em 2012

Nº Item	Empresa	TX ADM 0,02% sobre o Saldo Devedor.	FUNDEI 5% de Janeiro a Dezembro de 2012	FUNDED 6% de Janeiro a Dezembro de 2012	ICMS Incentivado de Janeiro a Dezembro de 2012
01	Cervejaria Kaiser	358.370,80	84.542,03	101.450,40	1.690.840,65
02	Curtume Araputanga	208.676,67	2.873,93	3.448,72	57.478,76
03	Curtume Jangada S/A	170.793,00	33.167,85	39.801,42	663.357,05
04	Lobo Tintas	11.209,99	1.263,27	1.515,93	25.265,41
Total		749.050,46	121.847,08	146.216,47	2.436.941,87

Fonte: Informações obtidas na SICMI

O Saldo Devedor dessas 04 Empresas em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 2.436.941,87 referente ao ICMS postergado.

As Empresas beneficiarias do Programa PRODEI devem recolher mensalmente: a Taxa de Administração de 0,02% sobre o Saldo Devedor, FUNDEI 5% sobre o ICMS Incentivado do Mês.

A Taxa de Administração de 0, 2% é recolhida mensalmente sobre o saldo devedor durante a utilização do Programa PRODEI e até a sua amortização total, ou seja, aumenta o valor a recolher se estiver utilizando e diminui se estiver amortizando até a quitação final.

Demonstra-se a seguir o valor Acumulado das Empresas Beneficiárias o Programa PRODEI referente a Taxa de Administração, FUNDEIC , FUNDED e o Saldo Devedor.

Tabela 111: Situação das Empresas do Programa PRODEI em dezembro de 2012

Nº Item	Empresa	Valores Acumulados até 31 de Dezembro de 2012				Situação Em 31 de Dezembro de 2012
		TX ADM 0,02% sobre o Saldo Devedor	FUNDEI 5% sobre o ICMS Incentivado do Mês	FUNDED 6% sobre o ICMS Incentivado do Mês	Saldo Devedor de ICMS Incentivado Acumulado até 31/12/ 2012	
01	AÇOFER 2ª ET	-	-	-	1.383.020,91	Amortizando -Parcela Fixas de R\$ 36.395,29 - Falta 38 parcelas
02	Biobrás	-	-	-	52.386,08	*Processo enviado à PGE
03	AGrosoja	-	-	-	526.271,09	Migrou para PRODEIC, amortizando com parcela fixa de R\$ 29.237,29 falta 18 parcelas
04	Água Mineral	-	-	-	19.472,99	Parcela fixa de R\$ 6.490,96, falta 3 parcelas que estão em atraso

Nº Item	Empresa	Valores Acumulados até 31 de Dezembro de 2012				Situação Em 31 de Dezembro de 2012
		TX ADM 0,02% sobre o Saldo Devedor	FUNDEI 5% sobre o ICMS Incentivado do Mês	FUNDED 6% sobre o ICMS Incentivado do Mês	Saldo Devedor de ICMS Incentivado Acumulado até 31/12/ 2012	
05	Alg. Bial Filial 01	-	-	-	16.502,51	*Processo enviado à PGE
06	Alg. Bial Filial 02	-	-	-	44.051,67	*Processo enviado à PGE
07	Barralcool	-	-	-	673.762,87	Verificou se Migrou para o PRODEIC - parcela fixa de R\$ 42.110,18 Falta 17 parcelas.
08	Bimetal	-	-	-	2.288.371,02	*Processo enviado à PGE
09	Brascouros	-	-	-	4.462.372,25	*Processo enviado à PGE
10	Bungue Alimentos - SEFAZ	-	-	-	4.994.657,55	Processo na SEFAZ
11	Central Telhas LTDA	-	-	-	2.938.994,42	Migrou para o PRODEIC, (Suspensa do PRODEIC) – parcelas fixas de R\$ 79.432,28 – Falta 36 parcelas atrasada - Informações a Empresa Fechou
12	Cerv. Kaiser	1.843.102,29	771.062,90	1.510.020,30	15.599.763,58	Ainda está utilizando o PRODEI
13	Cia Brasileira de Bebidas	-	-	-	172.345.515,3 5	Migrou para o PRODEIC – valor da parcela variável falta 65 parcelas
14	Coprodia	-	-	-	878.584,17	Parcela fixa de R\$ 58.572,27 – Falta 15 parcelas
15	Curtume Araputanga	1.415.565,31	420.094,86	523.305,33	8.721.755,39	Ainda está utilizando o PRODEI

Nº Item	Empresa	Valores Acumulados até 31 de Dezembro de 2012				Situação Em 31 de Dezembro de 2012
		TX ADM 0,02% sobre o Saldo Devedor	FUNDEI 5% sobre o ICMS Incentivado do Mês	FUNDED 6% sobre o ICMS Incentivado do Mês	Saldo Devedor de ICMS Incentivado Acumulado até 31/12/ 2012	
16	Curtume Jangada S/A	703.999,46	372.908,80	447.490,56	7.458.176,08	Ainda está utilizando o PRODEI
17	Esplanada Colchões	-	-	-	1.734.598,81	*Processo enviado à PGE
18	Frigoverde	-	-	-	283.014,36	Empresa Fechou
19	Ind. Cereais de Sinop	-	-	-	2.278.251,16	*Processo enviado à PGE
20	Lobo Tintas	193.211,12	93.889,54	112.667,45	1.877.790,81	Empresa estava utilizando em 2012, mas Fechou
21	Nova Fronteira Antiga Nutriara	-	-	-	3.186.672,71	Migrou para o PRODEIC. Parcela Fixa de R\$ 70.814,95. Falta 45 parcelas
22	Refrigerante Marajá	-	-	-	4.261.037,69	INADIMPLENTE
23	Renosa 2ª Etapa	-	-	-	3.627.256,04	Migrou para o PRODEIC. Parcela fixa de R\$ 604.542,64. Falta 06 parcelas
24	Romagnole	-	-	-	3.395.151,91	Migrou para o PRODEIC. Parcela fixa de R\$ 61.730,04, falta 5 parcelas
25	Tamil	-	-	-	324.658,84	
26	Urbano Agroindustrial	-	-	-	562.201,85	*Processo enviado à PGE
27	Usibrás Filial	-	-	-	281.680,19	*Processo enviado à PGE
28	Usibrás Matriz	-	-	-	994.016,78	*Processo enviado à PGE
29	Usina Jaciara	-	-	-	2.332.215,70	*Processo enviado à PGE
30	Usina Pantanal	-	-	-		Em Negociação

Nº Item	Empresa	Valores Acumulados até 31 de Dezembro de 2012				Situação Em 31 de Dezembro de 2012
		TX ADM 0,02% sobre o Saldo Devedor	FUNDEI 5% sobre o ICMS Incentivado do Mês	FUNDED 6% sobre o ICMS Incentivado do Mês	Saldo Devedor de ICMS Incentivado Acumulado até 31/12/ 2012	
31	Vitória Régia	-	-	-	157.667,19	*Processo enviado à PGE
Total		4.155.878,18	1657956,1	2.593.483,64	247.699.871,9 7	

Fonte: Informações obtidas na SICMI.

A situação das 31 Empresas que são beneficiadas do Programa PRODEI em 31 de dezembro de 2012, referente ao Saldo Devedor do ICMS postergado era de R\$ 247.699.871,97, conforme dados fornecidos pela SICMI a este Tribunal. No entanto esse montante não significa que todas as empresas relacionadas na Tabela devem o Estado de Mato Grosso, pois dos processos enviados à Procuradoria Geral do Estado (PGE), a maioria é para análise da quitação da Dívida, conforme comentado a seguir.

*Os processo do PRODEI após a quitação do ICMS postergado são enviados à Procuradoria Geral do Estado (PGE) para que sejam analisados. E somente será registrada a baixa da Dívida quando a PGE enviar documentos à SICMI autorizando o registro da quitação da Dívida. Enquanto isso os valores permanecem em abertos como se a Empresa ainda devesse ao Estado o montante utilizado.

Os processos de algumas Empresa foram enviados a PGE por sua solicitação, mas não se referem a quitação do PRODEI.

Apresenta-se a seguir as Empresas do Programa PRODEI com Saldo Devedor em 31 de dezembro de 2012 que se encontram amortizando o ICMS postergado.

Tabela 112: Empresas com Saldo Devedor em Amortização do Programa PRODEI

Nº Item	Empresa	Saldo Devedor de ICMS Incentivado Acumulado até 31/12/ 2012	Situação Em 31 de Dezembro de 2012
01	AÇOFER 2ª ET	1.383.020,91	Amortizando - Parcela Fixas de R\$ 36.395,29 - Falta 38 parcelas
02	Agrosoja	526.271,09	Migrou para PRODEIC, amortizando com parcela fixa de R\$ 29.237,29 falta 18 parcelas
03	Água Mineral	19.472,99	Parcela fixa de R\$ 6.490,96, falta 3 parcelas que estão em atraso
04	Barralcool	673.762,87	Verificou se Migrou para o PRODEIC - parcela fixa de R\$ 42.110,18 Falta 17 parcelas.
05	Central Telhas LTDA	2.938.994,42	Migrou para o PRODEIC, (Suspensa do PRODEIC) – parcelas fixas de R\$ 79.432,28 – Falta 36 parcelas atrasada Informações a Empresa Fechou
06	Cia Brasileira de Bebidas	172.345.515,35	Migrou para o PRODEIC – valor da parcela variável falta 65 parcelas
07	Coprodia	878.584,17	Parcela fixa de R\$ 58.572,27 – Falta 15 parcelas
08	Nova Fronteira Antiga Nutriara	3.186.672,71	Migrou para o PRODEIC. Parcela Fixa de R\$ 70.814,95. Falta 45 parcelas
09	Renosa 2ª Etapa	3.627.256,04	Migrou para o PRODEIC. Parcela fixa de R\$ 604.542,64. Falta 06 parcelas
10	Romagnole	3.395.151,91	Migrou para o PRODEIC. Parcela fixa de R\$ 61.730,04, falta 5 parcelas
Total		188.974.702,46	

Fonte: Informações obtidas na SICMI.

Verifica-se na Tabela que o Saldo Devedor das 10 Empresas que estão amortizando o ICMS Postergado é de R\$ 188.974.702,46, sendo que 07 migraram para o PRODEIC. A migração somente concretizar a tiveram que parcelar o Saldo Devedor para amortizar a Dívida.

Tabela 113: Empresas Beneficiárias do PRODEI com Processos Enviados à PGE

Nº Item	Empresa	Saldo Devedor de ICMS Incentivado Acumulado até 31/12/ 2012	Situação Em 31 de Dezembro de 2012
01	Biobrás	52.386,08	*Processo enviado à PGE

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
159

Nº Item	Empresa	Saldo Devedor de ICMS Incentivado Acumulado até 31/12/ 2012	Situação Em 31 de Dezembro de 2012
02	Alg. Bial Filial 01	16.502,51	*Processo enviado à PGE
03	Alg. Bial Filial 02	44.051,67	*Processo enviado à PGE
04	Bimetal	2.288.371,02	*Processo enviado à PGE
05	Brascouros	4.462.372,25	*Processo enviado à PGE
06	Ind. Cereais de Sinop	2.278.251,16	*Processo enviado à PGE
07	Urbano Agroindustrial	562.201,85	*Processo enviado à PGE
08	Usibrás Filial	281.680,19	*Processo enviado à PGE
09	Usibrás Matriz	994.016,78	*Processo enviado à PGE
10	Usina Jaciara	2.332.215,70	*Processo enviado à PGE
11	Vitória Régia	157.667,19	*Processo enviado à PGE
Total		13.469.716,40	

Os processos das 11 Empresas enviados à PGE para análise totalizaram em R\$ 13.469.716,40.

Apresenta-se a seguir as Empresas Beneficiárias do PRODEI em Situação Diversas.

Tabela 114: Empresas Beneficiarias do PRODEI em Situações Diversas

Nº Item	Empresa	Saldo Devedor de ICMS Incentivado Acumulado até 31/12/ 2012	Situação Em 31 de Dezembro de 2012
01	Bungue Alimentos	4.994.657,55	Processo na SEFAZ
02	Central Telhas LTDA	2.938.994,42	Migrou para o PRODEIC, (Suspensa do PRODEIC) – parcelas fixas de R\$ 79.432,28 – Falta 36 parcelas atrasadas Informações a Empresa Fechou
03	Frigoverde	283.014,36	Empresa Fechou
04	Lobo Tintas	1.877.790,81	Empresa estava utilizando em 2012 o PRODEI, mas Fechou
05	Refrigerante Marajá	4.261.037,69	INADIMPLENTE
06	Usina Pantanal	0,00	Em Negociação
Total		14.355.494,83	

As 05 Empresas Beneficiárias do PRODEI demonstradas na Tabela acima encontram se na seguinte situação: Bungue Alimentos o seu processo encontra-se na SEFAZ; a Central de Telhas LTDA migrou para o PRODEIC, foi suspensa do PRODEIC e deve 36 parcelas de R\$ 79.432,28 do PRODEI já vencidas e parou de funcionar. A Frigoverde parou de funcionar; a Lobo Tintas estava utilizando o PRODEI em 2012 e parou de funcionar; Refrigerante Marajá está Inadimplente.

O Estado deve tomar providências para cobrança das empresas relacionadas na Tabela para o recebimento do ICMS postergado de R\$ **14.355.494,83**.

7.4.7.4 FUNDEIC

O FUNDEIC é um programa gerido pelo MT Fomento que concede empréstimos às empresas com recursos recebidos das empresas beneficiárias de outros programas da Secretaria de Industria, Comércio, Minas e Energia. O Saldo dos Empréstimos Concedidos em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 38.704.591,75, que corresponde a única informação obtida referente ao exercício de 2012.

8 GESTÃO FINANCEIRA

8.1 Programação da Execução Financeira

O Decreto nº 945/2012, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do exercício de 2012, estabelece que a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso deverão ser elaborados e publicados pela Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação da Lei Orçamentária Anual.

Nos termos do artigo 2º do Decreto nº 945/2012, compete à Superintendência de Gestão Financeira Estadual - SGFI elaborar o cronograma de execução mensal de desembolso, no qual constam os limites da despesa por unidade orçamentária, grupo de despesa e fonte de recursos, e à Secretaria Adjunta da Receita Pública informar as metas bimestrais de realização de receitas, desdobradas por unidade orçamentária, categoria econômica e fontes.

Por meio da Portaria SEFAZ nº 11/2012, foi publicada em 26/01/2012 a Programação Financeira do Estado para o exercício de 2012, portanto dentro do prazo estabelecido no artigo 2º do Decreto nº 945/2012 e no artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A seguir, demonstra-se o comparativo da programação financeira do Estado prevista na Portaria SEFAZ nº 11/2012 com o valor mensal empenhado por grupo de despesa.

Tabela 115: Programação Financeira por Grupo de Despesa Corrente

Mês	Pessoas e Encargos Sociais			Juros e Encargos da Dívida			Outras Despesas Correntes		
	Programado (A)	Empenhado (B)	% B/A	Programado (A)	Empenhado (B)	% B/A	Programado (A)	Empenhado (B)	% B/A
JAN	344.058.031,00	351.977.774,36	102,30	15.584.868,00	16.092.855,70	103,26	231.522.598,00	142.333.572,87	61,48
FEV	352.002.700,00	367.532.801,53	104,41	14.271.562,00	15.490.877,11	108,54	234.775.903,00	224.910.426,22	95,80
MAR	350.688.331,00	373.407.451,69	106,48	27.289.585,00	22.397.258,54	82,07	242.955.496,00	309.942.053,82	127,57
ABR	352.487.189,00	370.236.023,53	105,04	70.230.293,00	15.341.916,19	21,85	256.558.445,00	324.165.916,24	126,35
MAI	365.165.744,00	407.654.562,27	111,64	93.334.447,00	14.425.231,08	15,46	269.979.825,00	326.122.157,70	120,80
JUN	397.330.027,00	425.211.425,77	107,02	105.731.078,00	20.940.669,54	19,81	266.454.482,00	336.832.456,23	126,41
JUL	440.425.207,00	576.543.995,75	130,91	43.902.948,00	15.269.961,32	34,78	261.353.756,00	386.670.576,41	147,95
AGO	365.334.264,00	398.457.773,77	109,07	899.041,00	15.278.905,61	1.699,47	275.202.365,00	272.744.946,19	99,11
SET	365.498.884,00	408.202.608,40	111,68	853.463,00	38.933.627,92	4.561,84	267.061.934,00	265.807.992,71	99,53
OUT	365.968.654,00	401.270.970,97	109,65	883.460,00	5.329.353,65	603,24	265.307.695,00	362.276.085,62	136,55
NOV	228.343.657,00	445.245.326,04	194,99	950.293,00	14.222.985,53	1.496,69	276.537.256,00	373.419.556,29	135,03
DEZ	395.403.127,00	698.577.696,24	176,67	2.743.093,00	17.151.737,06	625,27	888.341.638,00	865.390.279,68	97,42
TOTAL	4.322.705.815,00	5.224.318.410,32	120,86	376.674.131,00	210.875.379,25	55,98	3.736.051.393,00	4.190.616.019,98	112,17

Fonte: Portaria SEFAZ nº 11/20012 e Balancete Orçamentário Consolidado (Anexo 12)

Tabela 116: Programação Financeira por Grupo de Despesa de Capital

Mês	Investimentos			Inversões Financeiras			Amortização da Dívida		
	Programado (A)	Empenhado (B)	% B/A	Programado (A)	Empenhado (B)	% B/A	Programado (A)	Empenhado (B)	% B/A
JAN	170.429.529,00	383.515,11	0,23	28.200,00		0,00	93.824.237,00	74.430.053,87	79,33
FEV	163.427.227,00	7.510.679,41	4,60				100.726.264,00	81.205.136,07	80,62
MAR	169.517.268,00	29.830.686,79	17,60				90.775.038,00	73.512.386,43	80,98
ABR	178.522.108,00	18.515.620,74	10,37				42.366.495,00	79.305.187,48	187,19
MAI	178.228.472,00	59.275.714,54	33,26		350.000,00	-	20.696.951,00	74.925.585,06	362,01
JUN	171.508.749,00	45.873.758,12	26,75				20.988.001,00	80.195.023,43	382,10
JUL	180.320.969,00	67.232.956,73	37,29				20.638.891,00	77.676.937,01	376,36
AGO	178.040.646,00	56.964.410,38	32,00		150.000,00	-	20.588.563,00	82.559.733,05	401,00
SET	177.941.894,00	44.721.745,81	25,13			-	20.494.948,00	992.946.364,30	4.844,83
OUT	181.597.605,00	45.753.192,73	25,19		230.000,00	-	20.524.213,00	36.503.623,71	177,86
NOV	179.412.554,00	80.993.486,64	45,14		220.000,00	-	1.325.010,00	28.774.547,14	2.171,65
DEZ	658.944.344,00	396.676.018,81	60,20	5.334.000,00	3.570.000,00	66,93	3.711.310,00	26.533.776,15	714,94
TOTAL	2.587.891.365,00	853.731.785,81	32,99	5.362.200,00	4.520.000,00	84,29	456.659.921,00	1.708.568.353,70	374,14

Fonte: Portaria SEFAZ nº 11/20012 e Balancete Orçamentário Consolidado (Anexo 12)

Do exposto, verifica-se que não foram observados os limites inicialmente fixados para a Programação Financeira e Orçamentária do exercício de 2012. No entanto, as alterações ocorridas nessa programação não prejudicaram o equilíbrio entre a receita e a despesa, uma vez que foi constatado Superávit no Resultado da Execução Orçamentária.

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E
163

8.2 Conta Única

A Lei 360/2009 instituiu o Sistema Financeiro de Conta Única no âmbito do Poder Executivo do Estado, como instrumento de gerenciamento de seus recursos financeiros.

A conta única concentra os recursos financeiros dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, inclusive fundos. Não integram o Sistema Financeiro da Conta Única as contas de convênios firmados com a União e contas destinadas ao atendimento de dispositivo de lei específica.

A movimentação dos saldos financeiros dos fundos especiais para Conta Única do Tesouro será objeto de análise no item “Movimentação Financeira”.

8.3 Disponibilidade Financeira

Em 2012, o saldo disponível registrado nos Balanços Financeiro e Patrimonial totaliza R\$ 1.315.862.008,35. Desse total, R\$ 4.144,70 se refere à conta “Caixa” e R\$ 1.315.857.863,65 à conta “Bancos Conta Movimento”.

Na tabela a seguir, demonstra-se a disponibilidade financeira por Poder e Órgão, conforme Relatório FIP 215:

Tabela 117: Disponibilidades Financeira dos Poderes e Órgãos - 31/12/2012

Poder/Órgão	Valor (R\$)
Legislativo	11.036.022,90
Judiciário	264.014.840,65
Ministério Público	24.891.153,06
Executivo	1.015.919.991,74
Total conforme Relatório FIP 215	1.315.862.008,35
Balanco Financeiro Consolidado	1.315.862.008,35

Fonte: FIPLAN - Relatório FIP 215

No que se refere aos demonstrativos consolidados por Poder, não foi constatada divergência entre os valores informados no Relatório FIP 215 e o total registrado no Balanço Financeiro Consolidado (fl. 324/TCE-MT).

Na tabela a seguir demonstra-se as Disponibilidades por Órgão e Fonte de Recursos:

Tabela 118: Demonstrativo de Disponibilidades por Órgão/Fonte de Recursos

PODER/ÓRGÃO	FONTE	FIP 502 VALOR	FIP 502 TOTAL	ANEXO 13	DIFERENÇA
1. PODER LEGISLATIVO					
Assembleia Legislativa	100	6.083.909,30			
	240	1.079.888,43			
	300	281.195,25			
	640	2.181.719,21	9.626.712,19	9.626.712,19	0,00
Tribunal de Contas	100	670.369,66			
	201	677.132,98			
	300	52.900,63			
	601	8.907,44	1.409.310,71	1.409.310,71	0,00
SUBTOTAL			11.036.022,90	11.036.022,90	0,00
2. PODER JUDICIÁRIO					
Tribunal de Justiça	100	38.002.878,70			
	115	1.459.443,88			
	240	62.566.343,53			
	300	6.874.174,71			
	640	115.268.081,13			
	888	39.843.918,70	264.014.840,65	264.014.840,65	0,00
SUBTOTAL			264.014.840,65	264.014.840,65	0,00
3. PODER EXECUTIVO					
Casa Civil	100	323.587,55			
	148	57.567,08			
	151	16.330.925,95			
	161	34.921.245,84			
	202	2.324.817,73			
	240	35.945,70			
	300	1.280,00	53.995.369,85	53.995.369,85	0,00

PODER/ÓRGÃO	FONTE	FIP 502 VALOR	FIP 502 TOTAL	ANEXO 13	DIFERENÇA
Casa Militar	100	258.776,64			
	300	5.660,55	264.437,19	264.437,19	0,00
Auditoria Geral do Estado	100	407.045,59			
	300	980,54	408.026,13	408.026,13	0,00
Gabinete do Vice Governador	100	2.785.876,51			
	101	49.403,68			
	120	218.796,54			
	134	62.125,14			
	145	3.476,42			
	202	21.469,50			
	240	4.970.694,42			
	242	39.900,70			
	243	10.308,91			
	248	36.064,68			
	262	127.929,14			
	300	58.916,75			
	301	2.851,75			
	304	794,75			
	306	1.828,75			
	320	18.416,02			
	334	50,25			
	345	1.075,25			
	640	24.611,19			
	662	9.799,83	8.444.390,18	8.444.390,18	0,00
Procuradoria Geral de Justiça	100	9.701.401,94			
	115	1.640.577,67			
	240	4.302.971,48			
	300	9.201.713,34			
	640	9.625,02			
Procuradoria Geral do Estado	888	34.863,61	24.891.153,06	24.891.153,06	0,00
	100	16.416.961,60			
	240	910.115,75			
	300	1.079,92			
	640	161.461,59			
Defensoria Pública do Estado	888	5.857.799,94	23.347.418,80	23.347.418,80	0,00
	100	950.380,19			

PODER/ÓRGÃO	FONTE	FIP 502 VALOR	FIP 502 TOTAL	ANEXO 13	DIFERENÇA
	115	5.978.043,78			
	161	2,00			
	240	68.717,87			
	300	3.026,00			
	315	14.189.199,92			
	361	19.584,19			
	640	87.897,06	21.296.851,01	21.296.851,01	0,00
Secretaria de Estado de Administração	100	4.814.281,07			
	163	332,97			
	230	4.923,68			
	240	2.256.497,24			
	250	29.644.567,43			
	251	37.293,02			
	300	182.210,25			
	308	91.028,00			
	351	21.845,84			
	361	645,62			
	363	5.148,18			
	640	805.040,79			
	641	165,93			
	650	204.936,14			
	888	55.040,65	38.123.956,81	38.123.956,81	0,00
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar	100	1.393.249,09			
	105	146.799,14			
	161	6.429.100,52			
	208	965.809,35			
	230	18.370,61			
	240	5.159.495,96			
	245	20.582,42			
	262	7.428.334,05			
	300	290.741,26			
	305	0,04			
	308	814.434,71			
	349	1.491,22			
	361	3.260.581,58			
	640	1.305.601,32			

PODER/ÓRGÃO	FONTE	FIP 502 VALOR	FIP 502 TOTAL	ANEXO 13	DIFERENÇA
	644	153,77			
	645	13.314,96			
	662	6.206.399,65			
	888	1.280.277,94	34.734.737,59	34.734.737,59	0,00
Secretaria de Estado de Comunicação Social	100	73.217,72			
	202	1.140,47			
	300	7.596,90	81.955,09	81955,09	0,00
Secretaria de Estado de Educação	100	1.064.034,93			
	110	5.608.096,28			
	114	1,00			
	120	40.864.717,90			
	122	30.366.742,19			
	161	93.288.029,86			
	169	12.959.984,86			
	240	10.010,49			
	261	20.651,20			
	269	2,48			
	300	1.064.477,42			
	310	875.625,83			
	320	10.886.873,90			
	322	6.701.580,20			
	361	55.059.579,37			
	369	5.275.572,92			
	640	92.091,32			
	888	380.733,13	264.518.805,28	264.518.805,28	0,00
Secretaria de Estado de Esportes e Lazer	100	305.707,73			
	101	1.016.337,37			
	107	636.664,50			
	240	106.781,02			
	262	228.322,13			
	300	555.770,56			
	301	147.378,41			
	307	46.395,77			
	348	23.557,38			
	640	20.459,65			
	662	375.201,99			

PODER/ÓRGÃO	FONTE	FIP 502 VALOR	FIP 502 TOTAL	ANEXO 13	DIFERENÇA
Secretaria de Estado de Fazenda	888	5.036,85	3.467.613,36	3.467.613,36	0,00
	100	9.634.426,54			
	106	6.916,38			
	240	1.961.133,16			
	306	323.517,77			
	351	949,50			
	640	107.764,35			
	888	352.372,74	12.387.080,44	12.387.080,44	0,00
Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia	100	613.723,41			
	101	6.636.644,93			
	108	102.245,75			
	109	664.849,32			
	208	36.298,88			
	240	640.936,44			
	243	4.495.285,82			
	262	240.543,82			
	300	100.977,38			
	301	3.225.041,27			
	309	1.991,34			
	640	5.426,84			
	643	349,24			
	662	88,71			
	888	168.678,45	16.933.081,60	16.933.081,60	0,00
Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	100	7.365.382,20			
	161	4.939.001,03			
	171	2.227.861,85			
	240	511.653,95			
	248	1.079.670,49			
	262	8.375,29			
	300	681.352,30			
	361	1.507.213,33			
	640	1.065.260,23			
	662	50.653,05			
	888	419.388,35	19.855.812,07	19.855.812,07	0,00
Secretaria de Estado de Segurança Pública	100	23.101.464,15			
	161	14.066.956,05			

PODER/ÓRGÃO	FONTE	FIP 502 VALOR	FIP 502 TOTAL	ANEXO 13	DIFERENÇA
	171	209.302,95			
	240	443.771,22			
	242	16.223.637,78			
	248	4.940.444,43			
	300	3.980,00			
	349	3.581,80			
	361	12.029.815,53			
	608	462.729,02			
	640	397.783,22			
	642	393.361,26			
	888	277.608,61	72.554.436,02	72.554.436,02	0,00
Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral	100	758.975,28			
	230	17.677,50			
	300	94.389,44			
	341	316.547,21	1.187.589,43	1.187.589,43	0,00
Secretaria de Estado de Saúde	100	13.141.337,56			
	112	33.148.750,28			
	134	90.422.142,86			
	161	1.573.029,63			
	240	221.084,62			
	300	1.871.225,86			
	312	36.423.402,59			
	334	15.059.710,35			
	348	1.284.778,31			
	361	7.715.272,59			
	640	1.176.260,70			
	888	875.175,88	202.912.171,23	202.912.171,23	0,00
Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social	100	377.873,29			
	103	1.725.127,59			
	161	3.035.527,87			
	171	515.899,09			
	172	4.745.318,21			
	240	62.627,58			
	262	45,38			
	268	908.453,27			
	300	204.790,09			

PODER/ÓRGÃO	FONTE	FIP 502 VALOR	FIP 502 TOTAL	ANEXO 13	DIFERENÇA
	303	13,44			
	640	434.511,56			
	662	1.299,91			
	668	274.595,71			
	888	36.685,70	12.322.768,69	12.322.768,69	0,00
Secretaria de Estado de Cultura	100	561.771,48			
	104	763.012,92			
	161	1.770.689,35			
	300	2.091,26			
	304	67.133,48			
	361	480.681,70			
	888	6.754,83	3.652.135,02	3.652.135,02	0,00
Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso	100	504.693,05			
	161	1.361.543,27			
	240	15.399,09			
	300	1.605.048,75			
	361	1.407.799,34			
	369	55.285,63			
	640	33.573,05			
Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana	888	8.101,56	4.991.443,74	4.991.443,74	0,00
	100	2.442.610,93			
	111	630.025,93			
	131	33.433.345,20			
	151	213.643.296,24			
	161	6.808.678,27			
	240	2.108.091,86			
	242	6.704.476,11			
	264	961.036,65			
	300	415.336,52			
	309	3.961,62			
	311	267.871,96			
	331	5.811.256,70			
	349	12.165,19			
	351	107.503,10			
	361	10.590.438,86			
	640	56.968,25			

PODER/ÓRGÃO	FONTE	FIP 502 VALOR	FIP 502 TOTAL	ANEXO 13	DIFERENÇA
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia	642	944,81			
	664	613.589,34			
	888	25.468.559,22	310.080.156,76	310.080.156,76	0,00
	100	15.025.743,46			
	104	8.440,50			
	107	35.603,40			
	145	7.702.332,75			
	161	21.566.167,27			
	169	8.890.418,21			
	230	856.435,27			
	240	231.022,88			
	261	247.721,05			
	262	13.058.138,54			
	300	4.266.675,76			
	304	2.885,50			
	307	316,34			
	321	620.528,11			
	345	1.563.736,36			
	361	13.831.417,81			
	640	32.482,08			
	662	4.461.801,40			
Secretaria de Estado do Meio Ambiente	888	32.678,85	92.434.545,54	92.434.545,54	0,00
	100	1.150.925,81			
	109	1.493.592,27			
	161	26.019,82			
	240	5.116.116,99			
	244	38.046,36			
	245	10.097,42			
	300	100.903,04			
	640	726,48			
	645	175.109,67			
Secretaria de Estado das Cidades	662	346,64			
	888	11.789,01	8.123.673,51	8.123.673,51	0,00
	100	254.268,00			
	131	2.763.538,91			
	148	406.555,25			

PODER/ÓRGÃO	FONTE	FIP 502 VALOR	FIP 502 TOTAL	ANEXO 13	DIFERENÇA
	161	2.461.578,94			
	300	105.364,34			
	331	4.136.332,96			
	361	2.093.768,37			
	640	805.509,55			
	888	250,00	13.027.166,32	13.027.166,32	0,00
Encargos Gerais do Estado	100	15.442.788,40			
	103	429.307,28			
	115	2.918.128,84			
	116	15.696.463,90			
	240	22.507,91			
	300	23.741,05			
	888	203.434,94	34.736.372,32	34.736.372,32	0,00
SUBTOTAL			1.278.773.147,04	1.278.773.147,04	0,00
(+) TOTAL				1.553.824.010,59	
(-) BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO – BANCOS C/ MOVIMENTO				1.315.857.863,65	
(=) DIFERENÇA				237.966.146,94	

Fonte: Relatório FIP 502 e Balanço Financeiro Individualizado

Não foram verificadas inconsistências no saldo de disponibilidades bancárias constantes no Relatório FIP 502 e no Balanço Financeiro Individualizado de cada Órgão.

No entanto, constatou-se no valor de R\$ 237.966.146,94 entre o total apurado a partir das disponibilidades dos Órgãos e o saldo registrado na conta “Bancos Conta Movimento” do Balanço Patrimonial Consolidado (fls. 325 e 326/TCE-MT).

8.4 Disponibilidade de Caixa

Assim, em conformidade com o Anexo V do RGF (fl. 88 do processo nº 9716-0/2012 - TCE/MT), apresenta-se a seguir o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS
E
173

de 2012:

Tabela 119: Disponibilidade de Caixa de 2012 - Consolidado

Destinação de Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta (a)	Obrigações Financeiras (b)	Disponibilidade de Caixa Líquida (c) = (a-b)
116-Recursos de Vinculações Constitucionais a Municípios	34.392.927,80	15.696.463,90	18.696.463,90
120-Recursos destinados a MDE	82.630.712,34	24.246.271,41	58.384.440,93
122-Recursos do FUNDEB	60.617.474,81	23.927.541,22	36.689.933,59
134-Recursos destinados as Ações de Saúde	180.147.257,59	35.211.072,65	144.936.184,94
145-Recursos destinados a Pesquisa Científica	14.029.697,98	1.811.913,58	12.217.784,40
316-Rec. de Vinculações Constitucionais a Municípios (ex. anteriores)	0,02	0,00	0,02
320-Recursos destinados a MDE (ex. anteriores)	21.632.979,95	3.290.378,39	18.342.601,56
321-Rec. Destinados à Manutenção do Ensino Superior (ex. anteriores)	1.244.805,35	3.244,92	1.241.560,43
322-Recursos do FUNDEB (ex. anteriores)	13.270.029,00	4.896.040,50	8.373.988,50
334-Recursos destinados as Ações de Saúde (ex. anteriores)	30.039.807,13	11.911.957,84	18.127.849,29
345-Recursos destinados a Pesquisa Científica (ex. anteriores)	27.300.916,84	4.070.640,27	23.230.276,57
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	465.306.608,81	125.065.524,68	340.241.084,13
000-Recursos	1.971.999,20	0,00	1.971.999,20
100-Recursos Ordinários do Tesouro Estadual	335.146.278,80	99.514.584,91	235.631.693,89
101-Rec. de Incentivos Concedidos	11.339.832,00	2.681.458,55	8.658.373,45
103-Rec. Destinados ao FUPIS	4.308.869,74	1.040.347,25	3.268.522,49
104-Rec. Destinados ao Fundo de Fomento a Cultura	2.276.545,08	1.290.955,28	985.589,80
105-Rec. Destinados a Incentivos na Agricultura	293.598,28	0,00	293.598,28
106-Rec. Destinados ao FUNGEFAZ	13.832,76	702.962,68	-689.129,92
107-Rec. Destinados ao Fomento do Desporto	1.197.732,58	297.942,61	899.789,97
108-Rec. de Alienação de Bens – Adm. Direta	204.491,50	0,00	204.491,50
109-Rec. da Comp. Financ. da Exp. Min. e Petróleo	5.019.556,04	1.450.276,73	3.569.279,31
110-Rec. da Contribuição ao Salário Educação	11.216.192,56	21.893,20	11.194.299,36
111-Rec. da CIDE	630.025,93	3.221.072,01	-2.591.046,08
112-Rec. para Apoio das Acoes e Serv. da Saúde	33.148.750,28	3.538.852,31	29.609.897,97
114-Rec. Contribuição p/ Seg. Social do Executivo	2,00	0,00	2,00
115-Rec. Contribuição p/ Seg. Social de Outros Poderes	14.942.163,31	2.230.457,80	12.711.705,51
131-Rec. Destinados ao FETHAB	69.579.344,49	42.447.938,09	27.131.406,40
148-Rec. Destinados ao Desenv. Estrutural e Soc. de MT	928.244,66	823.670,12	104.574,54
149-Rec.de Compensações da Rec. Tributária	48.303.983,68	0,00	48.303.983,68

Destinação de Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta (a)	Obrigações Financeiras (b)	Disponibilidade de Caixa Líquida (c) = (a-b)
151-Rec. de Operações de Crédito – Adm. Direta	229.974.222,19	432.884,65	229.541.337,54
161-Rec. de Convênios p/ outra esfera e Ongs – Adm. Direta	192.324.778,32	4.677.063,95	187.647.714,37
163-Rec. de Convênios p/ Modernização da Gestão	332,97	0,00	332,97
169-Outras transferências da União – Adm. Direta	21.850.403,07	165.671,00	21.684.732,07
171-Rec. Destinados ao FUNEDS	20.001.659,78	2.090.894,90	17.910.764,88
172-Rec. Destinados ao Fundo de Erradicação da Pobreza	93.460.354,52	6.895.306,06	86.565.048,46
190-Teto Financeiro – Contingenciamento de 35%	8.371.314,50	0,00	8.371.314,50
201-Rec. Destinado ao FUNDECONTAS	683.672,56	0,00	683.672,56
202-Rec.do FETHAB,FUNDEIC e FUNDESMAT p/ Fundo da Copa	4.832.607,86	13.923.479,96	-9.090.872,10
208-Rec. de Alienação de Bens - Adm. Indireta	2.013.886,06	12.278,86	2.001.607,20
230-Rec. Destinados à Secret. Exec. Núcleos Sistêmicos	1.798.325,80	7.213,63	1.791.112,17
240-Recursos Próprios	109.499.245,08	26.872.447,40	82.626.797,68
242-Rec. do Detran compartilhada com o FESP	47.771.367,17	15.822.683,79	31.948.683,38
243-Rec. Próprios do MT-GAS compartilhados com a AGER	5.502.791,44	512.641,93	4.990.149,51
244-Rec. Próprios da SEDER compartilhados com a SEMA	78.092,72	12.337,82	65.754,90
245-Rec. Próprios do IMEQ compartilhados	30.679,84	0,00	30.679,84
248-Rec. Próprios compartilhados SESP-SEJUDH	13.353.127,08	3.077.992,95	10.275.134,13
250-Rec. Contribuição dos Órgãos e Serv. p/ Prev. Social	29.654.567,37	18.405.934,11	11.248.633,26
251-Rec. de Operação de Crédito da Adm. Direta	37.293,02	0,00	37.293,02
261-Rec. de Convênio c/ Outra Esfera de Governo	268.372,25	0,00	268.372,25
262-Rec. Convênio Outra Esfera Gov. P/ Adm. Indireta	21.092.513,21	1.038.371,32	20.054.141,89
264-Rec. de Convênios c/ Instituições Privadas	961.036,65	3.700,00	957.336,65
268-Rec. Outras Transf. União- Adm. Indireta	908.453,27	0,00	908.453,27
269-Rec. de Outras Transf. da União-Adm. Direta	2,48	0,00	2,48
300-Rec. Ordinários do Tesouro Estadual (ex. anteriores)	-847.026.785,79	20.005.674,79	-867.032.460,58
301-Rec. de Incentivos Concedidos (ex. anteriores)	3.541.495,67	2.692.831,38	848.664,29
303-Rec. Destinados ao FUPIS (ex. anteriores)	26,88	0,00	26,88
304-Rec. Destinados ao Fundo de Fomento a Cultura (ex. anteriores)	119.103,92	171.675,08	-52.571,16
305-Rec. Destinados a Incentivos na Agricultura (ex. anteriores)	48.162,26	0,00	48.162,26
306-Rec. Destinados ao FUNGEFAZ (ex. anteriores)	1.078.925,32	1.828,75	1.077.096,57
307-Rec. Destinados ao Fomento do Desporto (ex. anteriores)	93.424,22	46.395,77	47.028,45
308-Rec. de Alienação de Bens – Adm. Direta (ex. anteriores)	1.786.595,65	103.383,78	1.683.211,87
309-Rec. da Comp. Financ. da Exp. Min. e Petróleo (ex. anteriores)	90.168,64	70.547,33	19.621,31
310-Rec. da Contribuição ao Salário Educação (ex. anteriores)	1.751.251,66	752.474,43	998.777,23
311-Rec. da CIDE (ex. anteriores)	835.279,24	135.571,29	699.707,95

Destinação de Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta (a)	Obrigações Financeiras (b)	Disponibilidade de Caixa Líquida (c) = (a-b)
312-Rec. para Apoio das Ações e Serv. da Saúde (ex. anteriores)	36.423.402,59	18.574.019,10	17.849.383,49
315-Rec. Contribuição p/ Seg. Social de Outros Poderes (ex. anteriores)	14.189.199,92	0,00	14.189.199,92
331-Rec. Destinados ao FETHAB (ex. anteriores)	86.803.488,42	4.165.355,12	82.638.133,30
341-Rec. Destinados à Proj. p/ Modernização da Gestão (ex. anteriores)	633.094,42	0,00	633.094,42
348-Rec. Destinados ao Desenv. Estrutural e Soc. de MT (ex. anteriores)	2.652.415,62	51.532,29	2.600.883,33
349-Rec.de Compensações da Rec. Tributária (ex. anteriores)	26.546.096,64	0,00	26.546.096,64
351-Rec. de Operações de Crédito – Adm. Direta (ex. anteriores)	130.298,44	0,00	130.298,44
361-Rec. de Conv. p/ outra Esfera e Ongs – Adm. Direta (ex. anteriores)	108.482.381,93	62.230.851,71	46.251.530,22
363-Rec. de Convênios p/ Modernização da Gestão (ex. anteriores)	5.148,18	0,00	5.148,18
369-Outras transferências da União – Adm. Direta (ex. anteriores)	5.330.887,51	176.224,12	5.154.663,39
601-Rec. Destinado ao FUNDECONTAS (ex. anteriores)	8.907,44	0,00	8.907,44
602-Rec.do FETHAB,FUNDEIC e FUNDESMAT p/ Copa (ex. anteriores)	1.909.472,72	532.061,00	1.377.411,72
608-Rec. de Alienação de Bens - Adm. Indireta (ex. anteriores)	925.458,04	0,00	925.458,04
640-Recursos Próprios (ex. anteriores)	128.342.559,12	2.104.574,68	126.237.984,44
641-Rec.Próprios FUNDESP compartilhadas Esc.Governo (ex. anteriores)	331,86	0,00	331,86
642-Rec. do Detran compartilhada com o FESP (ex. anteriores)	8.009.519,76	940.684,85	7.068.834,91
643-Rec. Próprios do MT-GAS compartilhados c/ AGER (ex. anteriores)	22.459,16	21.781,60	677,56
644-Rec. Próprios da SEDER compartilhados c/ SEMA (ex. anteriores)	10.133,76	113.453,77	-103.320,01
645-Rec. Próprios do IMEQ compartilhados (ex. anteriores)	188.424,63	7.841,16	180.583,47
650-Rec. Contribuição dos Órgãos e Serv. p/ Prev. Social (ex. anteriores)	352.846,48	0,00	352.846,48
662-Rec. Convênio Outra Esfera Gov. P/ Adm. Indireta (ex. anteriores)	11.204.579,96	72.436,35	11.132.143,61
664-Rec. de Convênios c/ Instituições Privadas (ex. anteriores)	613.589,34	40.699,56	572.889,78
668-Rec. Outras Transf. União- Adm. Indireta (ex. anteriores)	274.595,71	0,00	274.595,71
888-Recursos Extra-Orcamentários	131.131.409,21	0,00	131.131.409,21
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.071.498.890,63	366.225.211,78	705.273.678,85
TOTAL	1.536.805.499,44	491.290.736,46	1.045.514.762,98
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	30.070.154,67	22.427.070,97	7.643.083,70

Fonte: Anexo V do Relatório da Gestão Fiscal (processo nº 9716-0/2012)

Nota-se que algumas fontes de recursos apresentaram saldo negativo de disponibilidade de caixa líquida, tais como as fontes 106 (FUNGEFAZ), 111(CIDE) e 202 (FUNCOPA), dentre outras.

Demonstra-se, a seguir, o comparativo do valor da disponibilidade de caixa líquida informado no Anexo V do RGF com aquele apurado com base nos registros do Balanço Patrimonial consolidado.

Tabela 120: Comparativo da Disponibilidade de Caixa Líquida – Anexo V/RGF e Anexo 14

Destinação de Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta (a)	Obrigações Financeiras (b)	Disponibilidade de Caixa Líquida (c) = (a-b)
Anexo V do Relatório de Gestão Fiscal	1.536.805.499,44	491.290.736,46	1.045.514.762,98
Balanço Orçamentário - Consolidado	1.315.862.008,35	853.165.794,97	462.696.213,38
Diferença	220.943.491,09	-361.875.058,51	582.818.549,60

Fonte: Anexo V do RGF e Balanço Patrimonial Consolidado (fls. 325 a 326/TCE-MT)

Cabe mencionar que no valor das obrigações financeiras constantes no Balanço Patrimonial, para efeito de simetria com o Anexo V, não foram incluídos os restos a pagar não processados do exercício (R\$ 464.958.584,40).

Importa mencionar que houve registro retificando o valor dos restos a pagar não processados a liquidar, do exercício e de exercícios anteriores, no Balanço Patrimonial, no valor de R\$ 576.291.977,17, os quais serão registrados em 2013, para adequação às novas normas contábeis.

Portanto, foi constatada divergência entre os valores constantes no Anexo V do RGF e aqueles apurados do Balanço Patrimonial, sendo R\$ 220.943.491,09 a maior na disponibilidade de caixa bruta e R\$ 361.875.058,51 a menor nas obrigações financeiras.

A seguir, apresenta-se a disponibilidade de caixa líquida, após os ajustes acima mencionados:

Tabela 121: Disponibilidade de Caixa Líquida – Anexo V do RGF (após ajuste)

Destinação de Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta (a)	Obrigações Financeiras (b)	Disponibilidade de Caixa Líquida (c) = (a-b)
(+) TOTAL APRESENTADO NO ANEXO V DO RGF	1.536.805.499,44	491.290.736,46	1.045.514.762,98
(-) 115-Rec. Contribuição p/ Seg. Social de Outros Poderes	14.942.163,31	2.230.457,80	12.711.705,51
(-) 250-Rec. Contribuição dos Órgãos e Serv. p/ Prev. Social	29.654.567,37	18.405.934,11	11.248.633,26
(-) 315-Rec. Contribuição p/ Seg. Social de Outros Poderes (ex. anteriores)	14.189.199,92	0,00	14.189.199,92
(-) 888-Recursos Extra-Orcamentários	131.131.409,21	0,00	131.131.409,21
(-) Recursos do Instituto de Seguridade Social dos Servidores do Poder Legislativo	3.350.011,60	913.622,60	2.436.389,00
(=) TOTAL APURADO	1.343.538.148,03	469.740.721,95	873.797.426,08

Fonte: Anexo V do Relatório da Gestão Fiscal (processo nº 9716-0/2012) e Anexo 14 (U.O. 01303 – FIPLAN)

Do exposto, após os ajustes, a suficiência financeira do Estado para cobertura dos restos a pagar não processados foi reduzida de R\$ 1.045.514.762,98 para R\$ 873.797.426,08.

A seguir, apresenta-se a situação financeira do Estado de Mato Grosso para pagamento de restos a pagar não processados, desconsiderados os recursos de terceiros e previdenciários.

Tabela 122: Situação Financeira do Estado em 2012 – Balanço Patrimonial (ajustado)

Destinação de Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta (a)	Obrigações Financeiras (b)	Disponibilidade de Caixa Líquida (c) = (a-b)
Balanço Orçamentário - Consolidado	1.315.862.008,35	853.165.794,97	462.696.213,38
(-) 115-Rec. Contribuição p/ Seg. Social de Outros Poderes	14.942.163,31	2.230.457,80	12.711.705,51
(-) 250-Rec. Contribuição dos Órgãos e Serv. p/ Prev. Social	29.654.567,37	18.405.934,11	11.248.633,26

(-) 315-Rec. Contribuição p/ Seg. Social de Outros Poderes (ex. anteriores)	14.189.199,92	0,00	14.189.199,92
(-) 888-Recursos Extra-Orcamentários	131.131.409,21	0,00	131.131.409,21
(-) Recursos do Instituto de Seguridade Social dos Servidores do Poder Legislativo	3.350.011,60	913.622,60	2.436.389,00
(=) Subtotal	1.122.594.656,94	831.615.780,46	290.978.876,48
(-) Restos a Pagar não processados			464.958.584,40
Insuficiência financeira			-173.979.707,92

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado (fls. 325 a 326/TCE-MT)

Do exposto, conforme verificado no Balanço Patrimonial, o Estado de Mato Grosso apresentou insuficiência financeira de R\$ 173.979.707,92, demonstrando que não foi cumprido o que determina o art. 1º, § 1º, da LRF, quanto ao equilíbrio financeiro.

8.5 Disponibilidade de Caixa - Executivo

O Relatório da Gestão Fiscal apresenta também a disponibilidade de caixa do Poder Executivo, que segue demonstrada na tabela abaixo:

Tabela 123: Disponibilidade de Caixa de 2012 - Executivo

Destinação de Recursos	Disponibilidade e de Caixa Bruta (a)	Obrigações Financeiras (b)	Disponibilidade de Caixa Líquida (c) = (a-b)
116-Recursos de Vinculações Constitucionais a Municípios	15.696.463,90	15.696.463,90	0,00
120-Recursos destinados a MDE	41.083.514,44	24.246.271,41	16.837.243,03
122-Recursos do FUNDEB	30.366.742,19	23.927.541,22	6.439.200,97
134-Recursos destinados as Ações de Saúde	90.484.268,00	35.211.072,65	55.273.195,35
145-Recursos destinados a Pesquisa Científica	7.705.809,17	1.811.913,58	5.893.895,59
316-Rec. de Vinculações Constitucionais a Municípios (ex. anteriores)	0,00	0,00	0,00
320-Recursos destinados a MDE (ex. anteriores)	10.905.289,92	3.290.378,39	7.614.911,53
321-Rec. Destinados à Manutenção do Ensino Superior (ex. anteriores)	620.528,11	3.244,92	617.283,19

Destinação de Recursos	Disponibilidade e de Caixa Bruta (a)	Obrigações Financeiras (b)	Disponibilidade de Caixa Líquida (c) = (a-b)
322-Recursos do FUNDEB (ex. anteriores)	6.701.580,20	4.896.040,50	1.805.539,70
334-Recursos destinados as Ações de Saúde (ex. anteriores)	15.059.760,60	11.911.957,84	3.147.802,76
345-Recursos destinados a Pesquisa Científica (ex. anteriores)	1.564.811,61	4.070.640,27	-2.505.828,66
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	220.188.768,14	125.065.524,68	95.123.243,46
000-Recursos	0,00	0,00	0,00
100-Recursos Ordinários do Tesouro Estadual	129.155.015,74	94.553.487,24	34.601.528,50
101-Rec. de Incentivos Concedidos	7.702.385,98	2.681.458,55	5.020.927,43
103-Rec. Destinados ao FUPIS	2.154.434,87	1.040.347,25	1.114.087,62
104-Rec. Destinados ao Fundo de Fomento a Cultura	771.453,42	1.290.955,28	-519.501,86
105-Rec. Destinados a Incentivos na Agricultura	146.799,14	0,00	146.799,14
106-Rec. Destinados ao FUNGEFAZ	6.916,38	702.962,68	-696.046,30
107-Rec. Destinados ao Fomento do Desporto	672.267,90	297.942,61	374.325,29
108-Rec. de Alienação de Bens – Adm. Direta	102.245,75	0,00	102.245,75
109-Rec. da Comp. Financ. da Exp. Min. e Petróleo	2.158.441,59	1.450.276,73	708.164,86
110-Rec. da Contribuição ao Salário Educação	5.608.096,28	21.893,20	5.586.203,08
111-Rec. da CIDE	630.025,93	3.221.072,01	-2.591.046,08
112-Rec. para Apoio das Acoes e Serv. da Saúde	33.148.750,28	3.538.852,31	29.609.897,97
114-Rec. Contribuição p/ Seg. Social do Executivo	1,00	0,00	1,00
115-Rec. Contribuição p/ Seg. Social de Outros Poderes	10.536.750,29	2.202.617,50	8.334.132,79
131-Rec. Destinados ao FETHAB	36.196.884,11	42.447.938,09	-6.251.053,98
148-Rec. Destinados ao Desenv. Estrutural e Soc. de MT	464.122,33	823.670,12	-359.547,79
149-Rec.de Compensações da Rec. Tributária	0,00	0,00	0,00
151-Rec. de Operações de Crédito – Adm. Direta	229.974.222,19	432.884,65	229.541.337,54
161-Rec. de Convênios p/ outra esfera e Ongo – Adm. Direta	192.247.569,72	4.677.063,95	187.570.505,77
163-Rec. de Convênios p/ Modernização da Gestão	332,97	0,00	332,97
169-Outras transferências da União – Adm. Direta	21.850.403,07	0,00	21.850.403,07
171-Rec. Destinados ao FUNEDS	2.953.063,89	0,00	2.953.063,89
172-Rec. Destinados ao Fundo de Erradicação da Pobreza	4.745.318,21	0,00	4.745.318,21
190-Teto Financeiro – Contingenciamento de 35%	0,00	0,00	0,00
201-Rec. Destinado ao FUNDECONTAS	0,00	0,00	0,00
202-Rec.do FETHAB,FUNDEIC e FUNDESMAT p/ Fundo da Copa	2.347.427,70	13.923.479,96	-11.576.052,26
208-Rec. de Alienação de Bens - Adm. Indireta	1.002.108,23	12.278,86	989.829,37
230-Rec. Destinados à Secret. Exec. Núcleos Sistêmicos	897.407,06	7.213,63	890.193,43
240-Recursos Próprios	29.155.575,63	25.063.860,27	4.091.715,36
242-Rec. do Detran compartilhada com o FESP	22.968.014,59	15.822.683,79	7.145.330,80

Destinação de Recursos	Disponibilidade e de Caixa Bruta (a)	Obrigações Financeiras (b)	Disponibilidade de Caixa Líquida (c) = (a-b)
243-Rec. Próprios do MT-GAS compartilhados com a AGER	4.505.594,73	512.641,93	3.992.952,80
244-Rec. Próprios da SEDER compartilhados com a SEMA	38.046,36	12.337,82	25.708,54
245-Rec. Próprios do IMEQ compartilhados	30.679,84	0,00	30.679,84
248-Rec. Próprios compartilhados SESP-SEJUDH	6.056.179,60	3.077.992,95	2.978.186,65
250-Rec. Contribuição dos Órgãos e Serv. p/ Prev. Social	29.644.567,43	18.405.934,11	11.238.633,32
251-Rec. de Operação de Crédito da Adm. Direta	37.293,02	0,00	37.293,02
261-Rec. de Convênio c/ Outra Esfera de Governo	268.372,25	0,00	268.372,25
262-Rec. Convênio Outra Esfera Gov. P/ Adm. Indireta	21.091.688,35	1.038.371,32	20.053.317,03
264-Rec. de Convênios c/ Instituições Privadas	961.036,65	3.700,00	957.336,65
268-Rec. Outras Transf. União- Adm. Indireta	908.453,27	0,00	908.453,27
269-Rec. de Outras Transf. da União-Adm. Direta	2,48	0,00	2,48
300-Rec. Ordinários do Tesouro Estadual (ex. anteriores)	20.849.329,28	19.807.914,69	1.041.414,59
301-Rec. de Incentivos Concedidos (ex. anteriores)	3.375.271,43	2.692.831,38	682.440,05
303-Rec. Destinados ao FUPIS (ex. anteriores)	13,44	0,00	13,44
304-Rec. Destinados ao Fundo de Fomento a Cultura (ex. anteriores)	70.813,73	171.675,08	-100.861,35
305-Rec. Destinados a Incentivos na Agricultura (ex. anteriores)	0,04	0,00	0,04
306-Rec. Destinados ao FUNGEFAZ (ex. anteriores)	325.346,52	1.828,75	323.517,77
307-Rec. Destinados ao Fomento do Desporto (ex. anteriores)	46.712,11	46.395,77	316,34
308-Rec. de Alienação de Bens – Adm. Direta (ex. anteriores)	905.462,71	103.383,78	802.078,93
309-Rec. da Comp. Financ. da Exp. Min. e Petróleo (ex. anteriores)	5.952,86	70.547,33	-64.594,47
310-Rec. da Contribuição ao Salário Educação (ex. anteriores)	875.625,83	752.474,43	123.151,40
311-Rec. da CIDE (ex. anteriores)	267.871,96	135.571,29	132.300,67
312-Rec. para Apoio das Ações e Serv. da Saúde (ex. anteriores)	36.423.402,59	18.574.019,10	17.849.383,49
315-Rec. Contribuição p/ Seg. Social de Outros Poderes (ex. anteriores)	14.189.199,92	0,00	14.189.199,92
331-Rec. Destinados ao FETHAB (ex. anteriores)	9.947.589,66	4.165.355,12	5.782.234,54
341-Rec. Destinados à Proj. p/ Modernização da Gestão (ex. anteriores)	316.547,21	0,00	316.547,21
348-Rec. Destinados ao Desenv. Estrutural e Soc. de MT (ex. anteriores)	1.308.335,69	51.532,29	1.256.803,40
349-Rec. de Compensações da Rec. Tributária (ex. anteriores)	17.238,21	0,00	17.238,21
351-Rec. de Operações de Crédito – Adm. Direta (ex. anteriores)	130.298,44	0,00	130.298,44
361-Rec. de Conv. p/ outra Esfera e Ongs – Adm. Direta (ex. anteriores)	107.996.798,29	62.230.851,71	45.765.946,58
363-Rec. de Convênios p/ Modernização da Gestão (ex. anteriores)	5.148,18	0,00	5.148,18
369-Outras transferências da União – Adm. Direta (ex. anteriores)	5.330.858,55	176.224,12	5.154.634,43

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E
181

Destinação de Recursos	Disponibilidade e de Caixa Bruta (a)	Obrigações Financeiras (b)	Disponibilidade de Caixa Líquida (c) = (a-b)
601-Rec. Destinado ao FUNDECONTAS (ex. anteriores)	0,00	0,00	0,00
602-Rec.do FETHAB,FUNDEIC e FUNDESMAT p/ Copa (ex. anteriores)	0,00	532.061,00	-532.061,00
608-Rec. de Alienação de Bens - Adm. Indireta (ex. anteriores)	462.729,02	0,00	462.729,02
640-Recursos Próprios (ex. anteriores)	6.623.054,25	2.104.574,68	4.518.479,57
641-Rec.Próprios FUNDESP compartilhadas Esc.Governo (ex. anteriores)	165,93	0,00	165,93
642-Rec. do Detran compartilhada com o FESP (ex. anteriores)	394.306,07	940.684,85	-546.378,78
643-Rec. Próprios do MT-GAS compartilhados c/ AGER (ex. anteriores)	349,24	21.781,60	-21.432,36
644-Rec. Próprios da SEDER compartilhados c/ SEMA (ex. anteriores)	153,77	113.453,77	-113.300,00
645-Rec. Próprios do IMEQ compartilhados (ex. anteriores)	188.424,63	7.841,16	180.583,47
650-Rec. Contribuição dos Órgãos e Serv. p/ Prev. Social (ex. anteriores)	204.936,14	0,00	204.936,14
662-Rec. Convênio Outra Esfera Gov. P/ Adm. Indireta (ex. anteriores)	11.105.591,18	72.436,35	11.033.154,83
664-Rec. de Convênios c/ Instituições Privadas (ex. anteriores)	613.589,34	40.699,56	572.889,78
668-Rec. Outras Transf. União- Adm. Indireta (ex. anteriores)	274.595,71	0,00	274.595,71
888-Recursos Extra-Orcamentários	35.475.230,26	0,00	35.475.230,26
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.058.868.890,42	350.078.054,62	708.790.835,80
TOTAL	1.279.057.658,56	475.143.579,30	803.914.079,26
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	30.070.154,67	22.427.070,97	7.643.083,70

Fonte: Anexo V do Relatório da Gestão Fiscal (processo nº 9716-0/2012)

Demonstra-se a seguir o valor da disponibilidade de caixa líquida deduzidos os recursos previdenciários e de terceiros:

Tabela 124: Disponibilidade de Caixa Líquida do Executivo – Anexo V/RGF (após ajuste)

Destinação de Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta (a)	Obrigações Financeiras (b)	Disponibilidade de Caixa Líquida (c) = (a-b)
(+) TOTAL APRESENTADO NO ANEXO V DO RGF	1.279.057.658,56	475.143.579,30	803.914.079,26
(-) 115-Rec. Contribuição p/ Seg. Social de Outros Poderes	10.536.750,29	2.202.617,50	8.334.132,79
(-) 250-Rec. Contribuição dos Órgãos e Serv. p/ Prev. Social	29.644.567,43	18.405.934,11	11.238.633,32
(-) 315-Rec. Contribuição p/ Seg. Social de Outros Poderes (ex. anteriores)	14.189.199,92	0,00	14.189.199,92

(-) 888-Recursos Extra-Orçamentários	35.475.230,26	0,00	35.475.230,26
(=) TOTAL APURADO	1.189.211.910,66	454.535.027,69	734.676.882,97

Fonte: Anexo V do Relatório da Gestão Fiscal (processo nº 9716-0/2012)

Com o objetivo apurar a situação financeira do Executivo, apresenta-se o valor da disponibilidade de caixa líquida deduzido do total dos restos a pagar não processados:

Tabela 125: Situação Financeira do Executivo em 2012 – Balanço Patrimonial (ajustado)

Destinação de Recursos	Disponibilidade e de Caixa Bruta (a)	Obrigações Financeiras (b)	Disponibilidade de Caixa Líquida (c) = (a-b)
Balanço Orçamentário - Consolidado	1.040.811.144,80	880.177.365,70	160.633.779,10
(-) 115-Rec. Contribuição p/ Seg. Social de Outros Poderes	10.536.750,29	2.202.617,50	8.334.132,79
(-) 250-Rec. Contribuição dos Órgãos e Serv. p/ Prev. Social	29.644.567,43	18.405.934,11	11.238.633,32
(-) 315-Rec. Contribuição p/ Seg. Social de Outros Poderes (ex. anteriores)	14.189.199,92	0,00	14.189.199,92
(-) 888-Recursos Extra-Orçamentários	35.475.230,26	0,00	35.475.230,26
(=) Subtotal	950.965.396,90	859.568.814,09	91.396.582,81
(-) Restos a Pagar não processados			391.026.186,73
Insuficiência financeira			-299.629.603,92

Fonte: Balanço Patrimonial Individualizado (fls. 337 a 338/TCE-MT)

Portanto, o Poder Executivo também descumpriu o que determina o art. 1º, § 1º, da LRF, quanto ao equilíbrio financeiro, uma vez que apresentou insuficiência financeira de R\$ 299.629.603,92.

8.6 Movimentação Financeira

Demonstra-se a seguir o saldo das obrigações provenientes da transferência de recursos para a Conta Única do Estado:

Tabela 126: Obrigações derivadas da utilização de saldo de disponibilidade - 2012

ÓRGÃO	VALOR (R\$)
CASA CIVIL	13.453.036,93
SECOPA	16.426.650,16
AGE	2.364,34
GABINETE DO VICE GOVERNADOR	1.317.896,38
AGER	100.496,68
FUNDESP	398.067,07
SEDRAF	4.375.814,76
INTERMAT	2.780.287,10
INDEA	3.694.745,23
EMPAER	253.953,32
SEEL	299.077,73
FUNDED	3.093.264,15
SEFAZ	20.085.356,12
SICME	4.319.637,71
JUCEMAT	531.796,54
METAMAT	2.212.440,30
MT-GÁS	372.593,58
FUNDEIC	9.943.454,89
SEJUDH	19.475.768,31
FUNDECON	1.150.282,66
SESP	27.783.450,53
FIA	118.500,17
FUPIS	6.768.947,91
FEAS	1.200.688,07
SEC	2.342.350,04
SEDTUR	773.384,04
SEPTU	18.512.712,36
DETRAN	34.622.276,63
SECITEC	3.277.071,29
UNEMAT	20.000,00
FAPEMAT	19.167.523,31
SEMA	370.252,35
SECID	18.574.945,72

ÓRGÃO	VALOR (R\$)
TOTAL	237.819.086,38

Fonte: FIPLAN (FIP 215A – Conta Contábil nº 2.1.2.2.1.15.00.00)

A situação acima demonstra que o Estado não cumpriu a determinação do Parecer Prévio nº 05/2012, no sentido de encontrar uma solução definitiva à necessidade de reposição dos recursos tomados por empréstimos de contas credoras dos órgãos e fundos especiais.

Na tabela a seguir, são demonstrados os saldos de obrigações provenientes dos valores transferidos dos fundos especiais:

Tabela 127: Obrigações derivadas da utilização de disponibilidade dos Fundos Especiais

ÓRGÃO	VALOR (R\$)
FUNDESP	398.067,07
FESP	21.206.832,77
Subtotal	21.604.899,84
FUNCOPA	37.000,00
FUNDED	3.093.264,15
FUNGEFAZ	207.904,49
FUNDEIC	9.943.454,89
FETE	8.306,13
FUNDECON	1.150.282,66
FIA	118.500,17
FUPIS	6.768.947,91
FEAS	1.200.688,07
TOTAL	44.133.248,31

Fonte: FIPLAN (FIP 215A – Conta Contábil nº 2.1.2.2.1.15.00.00)

Portanto, do total de recursos transferidos para a Conta Única do Estado, R\$ 44.133.248,31 são recursos com destinação vinculada a fundos especiais.

Desse total, constatou-se a movimentação de saldos financeiros no valor de R\$ 21.604.899,84, sem autorização por meio das leis específicas do FUNDESP e FESP, contrariando o artigo 73 da Lei nº 4.320/64 e art. 3º, § 1º, da L.C. Nº 296/2007.

8.7 Fundos Vinculados

Na tabela a seguir, apresenta-se a relação dos principais fundos especiais do Estado de Mato Grosso e suas respectivas finalidades, leis e receitas recebidas no exercício de 2012:

FUNDO ESPECIAL	FINALIDADE	PREVISÃO LEGAL	RECEITA RECEBIDA
Fundo para Infância e Adolescência - FIA (U.O. 22.603)	Ações de atendimento à criança e adolescente (programas/projetos de estudo e capacitação, convênio com entidades filantrópicas, sistemas de controle e avaliação das políticas públicas estaduais, intercâmbio de informações tecnológicas)	Lei nº 5.982/1992, artigo 2º e Lei 8.416/2005, artigo 25	29.750,29
Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS (U.O. 22.607)	Programas sociais destinados à população de baixa renda (custeio, material permanente, construção e reforma, aquisição e locação de imóveis, benefícios)	Lei nº 9.051/2008, artigos 13 e 25	12.846.536,07
Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Jurídicos da Procuradoria-Geral Estado - FUNJUS (U.O. 09.601)	Custeio da PGE, manutenção do fundo e convênios do estágio, aperfeiçoamento funcional e pagamento de anuidade da OAB dos procuradores	Lei Complementar nº 111/2002, artigo 122	9.349.220,73
Fundo de Desenvolvimento do Sistema de Pessoal do Estado de Mato Grosso - FUNDESP (U.O. 11.601)	Capacitação, formação e qualificação dos Recursos Humanos, melhoria da qualidade de vida e valorização dos servidores, melhoria tecnológica, custeio e investimentos em atividade administrativas	Lei Complementar nº 221/2005, artigo 1º	17.839.123,62
Fundo de Desenvolvimento Desportivo do Estado de Mato grosso - FUNDED (U.O. 15.601)	Apoio financeiro a programas e projetos desportivos	Lei nº 7.156/1999, artigo 53	17.939.998,68
Fundo de Gestão Fazendária - FUNGEFAZ	Cobertura de despesas com custeio, verba indenizatória e capacitação do	Lei nº 7.365/2000, artigo 1º e Decreto	202.724.933,57

FUNDO ESPECIAL	FINALIDADE	PREVISÃO LEGAL	RECEITA RECEBIDA
(U.O. 16.101)	pessoal do Grupo TAF, além da modernização das atividades fazendária.	2.193/2000, artigo 2º	
Fundo de Desenvolvimento Industrial e Comercial - FUNDEIC (U.O. 17.601)	Propiciar recursos às empresas, visando: I - acelerar o desenvolvimento econômico do Estado; II - viabilizar a existência de linhas especiais de crédito; III - estimular a produtividade das empresas já constituídas no Estado; IV - atrair empreendimentos novos para o Estado.	Lei nº 4.874/1985, artigo 1º e Lei nº 7.310/2000	39.715.632,88
Fundo Estadual de Amparo ao Trabalhador - FEAT (U.O. 22.605)	Apoio financeiro a programas de geração de trabalho	Lei nº 7.903/2003, artigo 1º	263.206,93
Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB (U.O. 25.101)	Financiar o planejamento, execução, acompanhamento e avaliação de obras e serviços de transportes e de habitação em todo o território mato-grossense	Lei nº 7.263/2000, art. 1º, parágrafo único	382.574.741,79
Fundo Estadual de Segurança Pública - FESP (U.O. 18.101 e 19.101)	Despesas de custeio e capital com manutenção, aperfeiçoamento e ampliação dos programas estaduais SESP e SEJUDH	Lei Complementar nº 456/2011, artigo 1º	190.849.867,69
Fundo Partilhado de Investimentos Sociais - FUPIS (U.O. 22.606)	Ações de nutrição, habitação, educação, saúde, emprego, reforço de renda familiar, qualificação profissional e outras ações de relevante interesse social	Lei nº 8.059/2003, artigo 2º	51.620.605,76
Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - FUNDECON (U.O. 18.601)	Ações e serviços de proteção e defesa dos direitos dos consumidores	Lei nº 7.170/1999, artigo 1º	1.343.723,71
Fundo Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo - FETE (U.O. 18.101)	Reparação dos danos causados ao meio ambiente do trabalho, aos trabalhadores, à coletividade, por infração aos direitos humanos e aos direitos fundamentais	Lei nº 9.291/2009, artigo 1º, § 1º	806.031,50
Fundo Estadual de Saúde - FES (U.O. 21.601)	Gerenciar recursos destinados ao desenvolvimento das ações de saúde, executadas pelo Sistema Único de Saúde	Lei nº 6.028/1992, artigo 1º	702.327.890,13

Importa mencionar que os fundos especiais são criados para atender finalidades específicas, razão pela os recursos por eles recebidos devem ter sua destinação vinculada as essas finalidades.

Neste sentido, a transferência dos saldos financeiros, ainda que autorizados em lei específica, constitui desvirtuamento do fundamento para o qual esses

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
187

fundos especiais foram criados, qual seja, a alocação de recursos destinados ao desenvolvimento de atividades finalísticas previstas em lei.

8.7.1 Fundo da Copa - FUNCOPA

No exercício de 2012, a SECOPA arrecadou R\$ 374.546.785,53. Desse total, R\$ 190.333.250,85 são recursos do FETHAB e R\$ 13.378.834,01 são recursos do FUNDEIC, R\$ 849.077,44.

A despesa total executada pela SECOPA em 2012 foi de R\$ 249.844.859,77, distribuídas em três programas de governo, conforme demonstrado na Tabela abaixo:

Programa de Governo	Orçado*	Empenhado	Liquidado	Pago	%
36 - Apoio Administrativo	15.450.988,50	13.027.535,77	12.388.265,20	11.460.328,43	5,21
325 - Copa Verde	923.885.610,96	234.835.634,39	197.454.032,04	185.783.348,01	93,99
996 - Operações Especiais	3.474.020,40	1.981.689,61	1.981.689,61	1.894.303,96	0,79
Total	942.810.619,86	249.844.859,77	211.823.986,85	199.137.980,40	100,00

*Valor atualizado pelos créditos adicionais

Fonte: FIPLAN - Relatório PLAN 63

Constata-se que 93,99% da despesa da SECOPA foi executada no âmbito do programa “Copa Verde”, correspondente a um total empenhado de R\$ 234.835.634,39. A avaliação do cumprimento das metas desse programa é objeto de análise no capítulo relativo à Gestão de Obras Públicas.

9. GESTÃO PATRIMONIAL

9.1. Dívida Pública

A tabela a seguir demonstrará os valores que compõem o saldo da Dívida Pública consolidada do Estado de Mato Grosso em 31 de dezembro de 2012.

Tabela 128: Dívida Pública do Estado de Mato Grosso

TÍTULOS	FIP 215 -	BALANÇO PATRIMONIAL
Operações de Crédito Interna – em contratos	374.496.664,82	374.496.664,82
Outras Obrigações de Curto Prazo	360.595.455,68	374.230.140,46
Operações de Crédito – Interna- Contratos	3.182.998.164,64	3.182.998.164,64
Operações de Crédito – Externa – em Contratos	978.751.348,40	978.751.348,40
Obrigações Legais e Tributárias – em Contratos	23.629.928,44	23.629.928,44
Contribuições Legais a Compensar	14.527.454,56	14.527.454,56
Entidades Credoras	19.100.975,85	0,00
Outras Obrigações de Longo Prazo	1.029.064.248,57	1.048.165.224,42
Total	5.983.164.240,96	5.996.798.925,74
Diferença	13.634.684,78	

Fonte: Balanço Patrimonial – fls. 325/326 TCE e FIPLAN - FIP 215

Constata-se diferença de R\$ 13.634.684,78 entre o saldo constante do FIP 215 de R\$ 5.983.164.240,96 e do Balanço Patrimonial de R\$ 5.996.798.925,74.

Demonstra-se na tabela a seguir o comparativo da Dívida Pública do Estado de Mato Grosso nos últimos 5 anos:

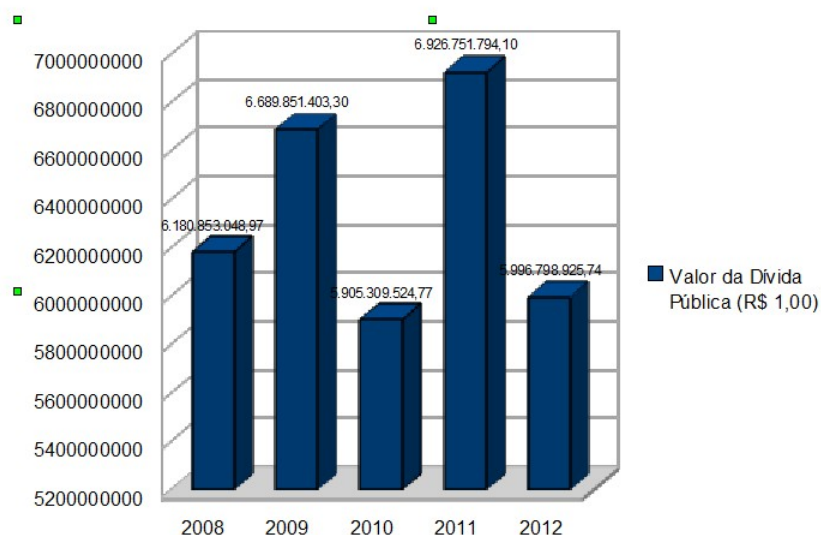
Tabela 129: Evolução da Dívida Pública do Estado de Mato Grosso

Ano	Valor da Dívida Pública (R\$ 1,00)	% em relação ao ano anterior
2008	6.180.853.048,97	-
2009	6.689.851.403,30	8,24%
2010	5.905.309.524,77	-11,73%
2011	6.926.751.794,10	17,30%
2012	5.996.798.925,74	-13,42%

Fonte: Dados dos exercícios de 2008 a 2011 extraídos dos Relatórios das Contas Anuais de Governo dos respectivos anos, dados de 2012 extraídos do Balanço Patrimonial/2012.

Nota-se que em 2012 houve um decréscimo de 13,42% na dívida pública em relação ao exercício anterior, a qual passou de R\$ 6.926.751.794,10 para R\$ 5.996.798.925,74. Quando comparado a 2008, constata-se um decréscimo 3%.

O Gráfico a seguir demonstrará a evolução da dívida pública nos anos de 2008 a 2012.



9.1.1 Dívida Fundada ou Consolidada

Conforme o Anexo 16 da Lei nº 4.320/64 – Demonstrativo da Dívida Fundada, a dívida fundada do estado totalizou R\$ 4.536.246.177,86, da qual R\$ 3.557.494.829,46 refere-se à dívida fundada interna e R\$ 978.751.348,40 à dívida fundada externa.

Evidencia-se que a dívida fundada interna representou 78,42% do total da dívida e a dívida fundada externa representou 21,58%.

A tabela a seguir demonstra o estoque da Dívida Pública Consolidada

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
1.DÍVIDA FUNDADA (ADM DIRETA+ADM INDIRETA – RECURSOS DO TESOUREIRO)	4.493.943.232,35
1.1. Administração Direta	4.276.976.084,15
1.1.1. Fundada Interna	3.298.224.735,75
1.1.1.1. Contratual	3.298.224.735,75
1.1.1.1.1. União	2.415.528.761,97
a) Lei 8.727/93	182.059.982,58
b) DMPL	240.500.017,83
- DMPL GOVERNO	215.834.261,87
- DMPL CODEMAT	24.665.755,96
C) LEI 9.496/97	1.898.049.109,58
D) PARCELA INSS (GOVERNO) APÓS 01/12/92	72.492.390,53
E) BID – PNAFE	13.764.228,89
F) LEI 11.941/2009 (BEMAT, TRIB JUSTIÇA)	2.126.944,56
G) MP 574/2012 – (PASEP PARCELADO)	6.536.088,00
1.1.1.1.2 – CEF – MOBILIDADE – CORREDOR MÁRIO ANDREAZZA	12.368.896,01
1.1.1.1.3 – BNDES	175.112.091,60
- BNDES – PMAE – PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO	4.710.533,31
- BNDES – PMAE – PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO/GESTÃO	9.304.608,29
- BNDES – ARENA MULTIUSO E ENTORNO	161.096.950,00
1.1.1.1.4 – BB	695.214.986,17
-BB – PEF – 1 – PROGRAMA EMERGENCIAL DE FINANCIAMENTO	67.313.750,00
- BB – PEF II – PROGRAMA EMERGENCIAL DE FINANCIAMENTO	134.146.667,50

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
- BB – Nº 40/00001-X-FINAME/BNDES – CAMINHÕES	67.078.266,19
- BB – Nº 40/00002-8 – FINAME/BNDES – MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	120.504.691,00
- BB – Nº 40/00003-6 – FINAME/BNDES - micro-ônibus	9.634.452,85
- BB – CAMINHO DA ESCOLA	23.837.863,70
- BB – PROINVESTE	272.699.254,93
1.1.2. FUNDADA EXTERNA	978.751.348,40
1.1.2.1. CONTRATUAL	978.751.348,40
BANK OF AMÉRICA	978.751.348,40
1.2. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	216.967.148,20
1.2.1. FUNDADA INTERNA	216.967.148,20
1.2.1.1. CONTRATUAL	216.967.148,20
1.2.1.1.1. UNIÃO	216.967.148,20
A) PARC FGTS APÓS 31/03/96	8.389.393,59
B) LEI 11.941/2009 (EMPAER, UNEMAT, SANEMAT)	208.419.286,70
C) DNPM (METAMAT)	158.467,91
2. DÍVIDA FUNDADA – (ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – INDEPENDENTES) – RECURSOS PRÓPRIOS	42.302.945,51
2.1. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – FUNDADA - INDIRETA	42.302.945,51
A) LEI 11.941/2009 (CEPROMAT, INDEA, FESP)	40.070.867,92
B) FGTS (CEPROMAT)	2.232.077,59
TOTAL (1+2)	4.536.246.177,86

Fonte: Superintendência de Gestão do Permanente, Realizáveis e Exigíveis do Tesouro – fls. 2380/2382 TC

No valor da dívida não se encontra incluída a dívida previdenciária no valor de R\$ 13.595.086.659,40 registrada no Balanço Patrimonial de fls. 338-verso TCE.

A tabela a seguir demonstra a composição e evolução da dívida fundada do Estado de Mato Grosso no período de 2008 a 2012.

Tabela 130: Evolução da Dívida Fundada do Estado de Mato Grosso

Descrição	2008	2009	2010	2011	2012	Varição (%) 2012/2011
Operações de Crédito Internas – por contrato*	3.523.428.040,73	3.146.700.829,50	3.898.243.431,59	3.953.488.741,66	3.340.527.681,26	-15,50%

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
192

Descrição	2008	2009	2010	2011	2012	Variação (%) 2012/2011
Operações de Crédito Externas – por contrato	47.015.440,04	20.717.121,37	11.433.426,96	4.215.998,32	978.751.348,40	23215,00%
Resíduos e parcelamento da Dívida Interna	1.818.243.201,50	1.636.973.669,99	1.002.872.221,23	621.873.182,49	216.967.148,20	-286,00%
Total da Dívida Fundada	5.388.686.682,27	4.804.391.620,86	4.912.549.079,78	4.579.577.922,47	4.536.246.177,86	-0,95%
Precatórios posteriores a 05/05/2000 não contabilizados ¹	-	-	288.313.853,49	348.202.514,6	568.279.769,48	-
Operações de Créditos que não foram consideradas no total da dívida fundada	-	263.718.582,25	-	423.700.000,00	-	-
Total da Dívida Fundada apurada pela equipe de auditoria	5.388.686.682,27	5.068.110.203,11	5.200.862.933,27	5.351.480.437,07	5.104.525.947,34	-4,88%

Fonte: Relatório Preliminar das Contas de Governo de 2011 e Balanço Patrimonial Consolidado de 2012

Conforme constata-se na Tabela anterior ocorreu um decréscimo na dívida fundada de -4,88 %, embora ocorreu um crescimento significativo na contratação de dívida fundada externa de 2.3215%.

9.1.1.1. Precatórios

De acordo com o Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa – Anexo 16 - fls. 327-verso, 328 e 328-verso, 329 TCE em 31.12.2012 não constatou-se a conta “precatórios”, significando que nesta não ocorreu nenhum registro.

Contudo, conforme Informação Técnica da Sefaz (fls. 2451-2452/TCE), verificou-se que há outros precatórios os quais não foram contabilizados na Demonstração da Dívida Fundada – Anexo 16 e encontram-se registrados na conta “Outras Obrigações a Longo Prazo”.

Conforme Informação sobre a movimentação dos precatórios verifica-se que 31.12.2011 a referida conta possuía saldo no valor de R\$ 626.301.031,04, contudo durante 2012, sofreu incorporação de R\$ 105.237.910,41, atualização de R\$ 347.287,41, pagamentos de 138.497.093,44, deságio de R\$ 6.697.903,92 e desincorporação de R\$ 18.411.462,02 restando um saldo de R\$ 568.279.769,48.

Segue a movimentação desses precatórios em 2012.

Tabela 131: Movimentação precatórios – Outras obrigações a Longo Prazo

Precatórios	Saldo em 31/12/11 (a)	Incorporações (b)	Atualizações (c)	Pagamentos (d)	Deságio e Desincorporação (e)	Saldo em 31/12/12 (f=a+b+c-d-e)
Natureza Alimentar	446.622.064,24	97.278.458,19	326.291,87	81.528.554,17	13.733.601,19	448.964.658,94
Natureza não alimentar	174.629.130,74	6.451.143,22	20.747,99	54.460.931,97	10.734.999,24	115.905.090,74
Requisições de pequeno valor	5.049.836,06	1.508.309,00	247,55	2.507.607,30	640.765,51	3.410.019,80
Total	626.301.031,04	105.237.910,41	347.287,41	138.497.093,44	25.109.365,94	68.279.769,48

Fonte: Informação Técnica da Sefaz – fls 2384 TCE

Nota-se que houve uma redução de 10,20% no saldo dos precatórios de 2012 em relação a 2011. Observa-se ainda que em 2012 houve o pagamento de R\$ 138.497.093,44, o que correspondeu a 22,11% do saldo inicial do exercício.

9.1.1.2. Garantias Concedidas

Em 2012 não foram registradas concessões de garantias, conforme demonstrado no Anexo III do Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2012, conforme verificou-se no site www.sefaz.mt.gov.br

9.1.1.3 Operações de Crédito

Constatou-se no Demonstrativo das Operações de Crédito, Anexo IV do RGF(LRF, art.55, Inciso I, alínea “d” e inciso III, alínea “c”) do Governo do Estado de Mato Grosso, que ocorreu contabilização de operações de créditos no exercício de 2012 no valor de R\$ 1.329.846.367,55, representando 13,47% da RCL (R\$ 9.866.185.778,77), e que o Estado está adequado ao limite de 16% da RCL, determinado na Resolução do Senado Federal n°. 43/2001.

Ressalta-se que não ocorreram operações de crédito por antecipação da receita, que estão limitadas a 7% da RCL, nos termos do art. 10 da Resolução do Senado Federal n. 43/2001.

9.1.2 Dívida Consolidada Líquida – DCL

A tabela a seguir apresenta a evolução da Dívida Consolidada Líquida nos exercícios de 2008 a 2012.

Tabela 132: Evolução da Dívida Consolidada Líquida – Exercícios de 2008 a 2012

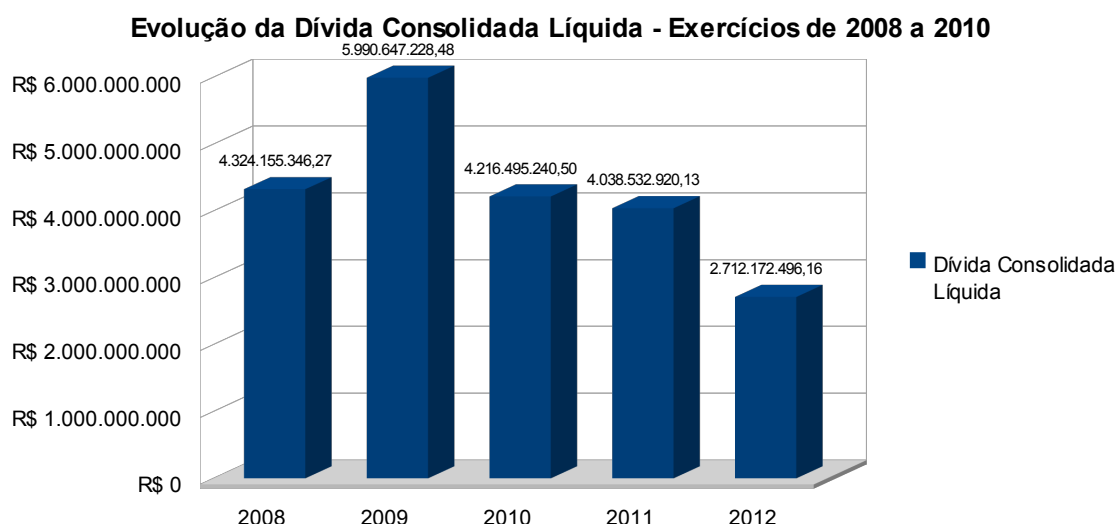
Especificação	2008	2009	2010	2011	2012
DÍVIDA CONSOLIDADA* (I)	5.388.686.682,27	5.068.110.203,11	5.200.862.933,27	5.351.480.437,07	4.536.246.177,86
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida de Operação de Crédito – Contratual	5.105.652.465,01	4.807.114.034,12	4.668.494.667,92	4.675.293.763,87	4.536.246.177,86
De Contribuições Sociais	267.704.109,54	246.899.275,65	231.918.889,00	319.086.943,17	323.109.489,71
Previdenciárias	152.597.946,30	113.196.619,36	101.432.057,57	86.581.308,53	72.492.390,53
Demais Contribuições Sociais	115.106.163,24	133.702.656,29	130.486.831,43	232.505.634,64	250.617.099,18
Do FGTS	15.085.105,75	13.209.053,84	11.128.143,04	8.897.215,43	10.621.471,18
Precatórios posteriores a 05/05/2000	245.001,97	887.839,50	289.321.233,31	348.202.514,60	0
Outras dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	
DEDUÇÕES (II)	1.064.531.336,00	922.537.025,37	984.367.692,77	1.312.947.516,94	1.835.579.547,64
Ativo Disponível	875.060.760,11	859.581.516,34	601.790.490,57	774.717.913,82	1.285.791.853,68
Haveres financeiros	509.503.323,12	459.400.376,11	507.175.596,33	891.455.990,49	888.048.147,2
(-) Restos a pagar processados	320.032.747,23	396.444.867,08	124.598.394,13	353.226.387,37	349.761.228,13
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL = I – II)	4.324.155.346,27	5.990.647.228,48	4.216.495.240,50	4.038.532.920,13	2.712.172.496,16
Receita Corrente Líquida – RCL				7.819.168.839,29	9.087.374.428,94
% da Dívida Consolidada sobre a RCL				68,44%	49,91%
% da Dívida Consolidada Líquida sobre a RCL				51,65%	29,84%
Limite definido por Resolução do Senado Federal				200%	

Fonte: Demonstração da Dívida Fundada – Anexo 16 – exercícios de 2008 a 2012 e Anexo II do Relatório de Gestão Fiscal – Exercícios de 2008 a 2012.

Da análise do demonstrativo verifica-se que em 2012 a Dívida Consolidada Líquida correspondeu a 29,84% da Receita Corrente Líquida, percentual abaixo do limite

previsto no art. 3º, inciso I, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, o qual estabelece que, ao final do décimo quinto exercício financeiro, contado a partir do encerramento do ano de sua publicação, a DCL não poderá exceder, no caso dos Estados, a duas vezes (200%) a Receita Corrente Líquida do exercício.

O Gráfico a seguir demonstra a evolução da dívida consolidada líquida do estado no período de 2008 a 2012.



Fonte: Demonstração da Dívida Fundada – Anexo 16 – exercícios de 2008 a 2012 e Anexo II do Relatório de Gestão Fiscal – Exercícios de 2008 a 2012.

No gráfico acima verifica-se que houve um decréscimo de 48,90% na dívida consolidada líquida de 2012 em relação ao exercício anterior. Quando comparado a 2008, nota-se que esse decréscimo foi de 59,43%. Dessa forma, observa-se que de 2008 a 2012 a dívida consolidada líquida foi reduzida em R\$ 1.611.982.850,11.

9.1.3 Dívida Flutuante

Conforme a Demonstração da Dívida Flutuante – Anexo 17 da Lei 4.320/64 (fls. 330 TCE), o valor da dívida flutuante em 31.12.2012, resultou num montante de R\$ 1.318.124.379,37.

Na tabela a seguir, demonstra-se a composição da dívida flutuante do estado, bem como se realiza a comparação dos valores registrados no Demonstrativo da Dívida Flutuante – Anexo 17 da Lei 4.320/64 e aqueles contabilizados no Balanço Patrimonial Consolidado de 2012.

Tabela 133: Composição da Dívida Flutuante

Descrição	Demonstrativo da Dívida Flutuante – Anexo 17 da Lei 4.320/64	Passivo financeiro – Balanço Patrimonial	Diferença
Restos a Pagar			
Restos a Pagar Processados de Exercícios Anteriores	11.781.528,40	9.871.287,20	1.910.241,20
Restos a Pagar Processados do Exercício	239.194.200,98	239.133.043,42	-61.157,56
Cancelamentos	-1.910.241,20	0,00	-1.910.241,20
Serviços da Dívida a pagar	0,00	61.157,56	-61.157,56
Restos a Pagar não Processados de Exercícios Anteriores	182.824.657,70	119.240.582,71	63.584.074,99
Restos a Pagar não Processados do Exercício	464.958.584,40	464.958.584,40	0,00
Ajuste para Adequação às Normas de Convergência	-576.291.977,17	-576.291.977,17	0,00
Cancelamentos	-56.018.227,32	0,00	-56.018.227,32
Depósitos	341.683.371,77	341.683.371,77	0,00
Consignações	110.960.726,12	819.291,28	110.141.434,84
Consignações do Exercício	116.688.513,99	116.688.513,99	0,00
Consignações de RP Processados	863.824,70	117.550.015,71	116.686.191,01
Consignações de RP não Processados	-7.406.735,50	157.266,80	-7.249.468,70
Outras Consignações	817.445,91	0,00	-817.445,91
Outras Obrigações	0,00	0,00	0,00
Obrigações Tributárias	706.691,48	706.691,48	0,00

Descrição	Demonstrativo da Dívida Flutuante – Anexo 17 da Lei 4.320/64	Passivo financeiro – Balanço Patrimonial	Diferença
Outras Entidades Credoras	331.613.838,40	331.613.838,40	0,00
Destaque a Repassar	24.331.957,25	24.331.957,25	0,00
Capacidade Financeira Concedida do Exercício	244.287.985,73	244.287.985,73	0,00
Total	1.318.124.379,37	1.318.124.379,37	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado do exercício de 2011 e Demonstração da Dívida Flutuante de 2012

Após análise da tabela anterior verifica-se várias divergências no registro contábil individual das contas que compõem a dívida fluante.

9.1.3.1. Restos a Pagar

Conforme Anexo 17 – Demonstração da Dívida Flutuante – fls. 330 TCE em 2012 foram inscritos em restos a pagar o valor de R\$ 704.152.785,38, sendo R\$ 239.194.200,98 referente a restos a pagar processados e R\$ 464.958.584,40 a não processados. No mesmo período foram baixados R\$ 255.751.237,45 de restos a pagar processados e R\$ 827.777.969,24 de restos a pagar não processados.

Demonstra-se na tabela a seguir a evolução do saldo dos restos a pagar processados e não processados nos exercícios de 2008 a 2012.

Tabela 134: Evolução dos Restos a Pagar – Exercício de 2008 a 2012

Exercícios	Restos a Pagar Processados	Restos a Pagar não Processados	Total	% de variação em relação ao exercício anterior
2008	320.032.747,23	278.116.168,20	598.148.915,43	-
2009	396.444.867,08	525.696.507,37	922.141.374,45	54,17%

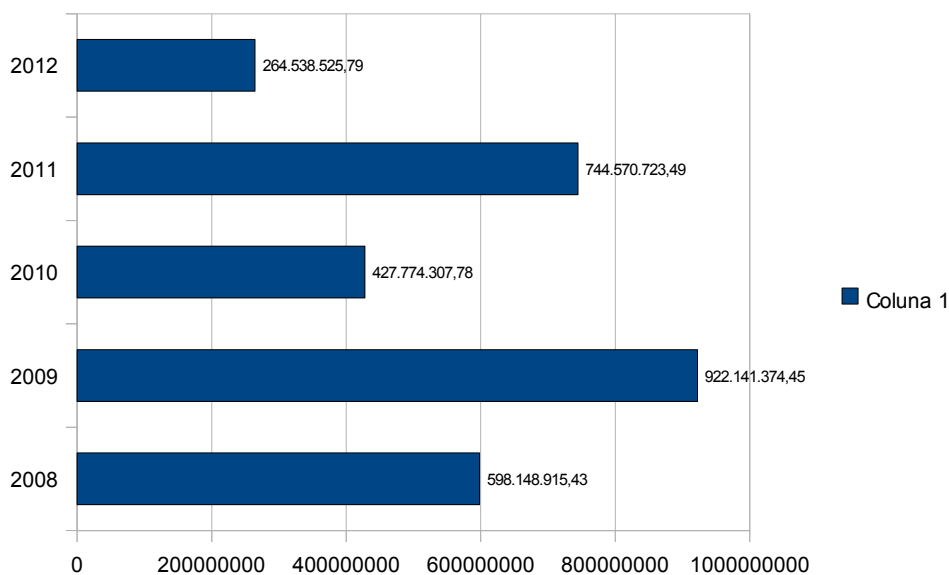
2010	124.598.394,13	303.175.913,65	427.774.307,78	-53,61%
2011	353.226.387,37	391.344.336,12	744.570.723,49	74,06%
2012	249.065.488,18	15.473.037,61	264.538.525,79	-281,00%

Fonte: Relatório anterior e Demonstrativo da Dívida Flutuante de 2012 – fls. 330 TCE

Do comparativo realizado, nota-se que houve um decréscimo de 281% no saldo dos restos a pagar processados e não processados de 2012 em relação ao exercício anterior. Comparando-se com o saldo de 2008 verifica-se um decréscimo de 126%. De 2010 para 2011 ocorreu um acréscimo de 74,06%. O histórico dos índices demonstra que há muitas variações em cada exercício.

O impacto decrescente no saldo de Restos a Pagar é justificado pelo registro de 'Ajuste para Adequação às Normas de Convergência' (novas normas contábeis), onde baixou o valor de R\$ 576.291.977,17 do saldo de restos a pagar não processados em 2012.

Em 2012 os restos a pagar processados representaram 33,96% do total inscrito, já os restos a pagar não processados representaram 66,04% do montante inscrito.



A tabela a seguir demonstra a movimentação dos restos a pagar do Estado de Mato Grosso no exercício de 2012:

Tabela 135: Movimentação dos Restos a Pagar de 2012

Descrição	Restos a pagar processados	Restos a pagar não processados	Total
Saldo de exercícios anteriores	265.622.524,65	378.292.422,45	643.914.947,10
(+) Inscrições	239.194.200,98	464.958.584,40	704.152.785,38
(-) Pagamentos	253.840.996,25	195.467.764,75	58.373.231,50
(-) Ajuste para Adequação às Normas de Convergência		576.291.977,17	576.291.977,17
(-) Cancelamentos	1.910.241,20	56.018.227,32	57.928.468,52
(=) Saldo para o próximo exercício	249.065.488,18	15.473.037,61	264.538.525,79

Fonte: Demonstração da Dívida Flutuante Consolidado do exercício de 2012.

Apresenta-se na tabela a seguir o comparativo dos restos a pagar processados e não processados inscritos em 2011 e 2012, comparando-os ao total das despesas empenhadas.

Tabela 136: Percentual de Inscrição de Restos a Pagar em Relação ao Total das Despesas Empenhadas – Exercícios de 2011 e 2012

Descrição	2011 (R\$ 1,00)	% dos Restos a Pagar em relação ao total das despesas empenhadas	2012 (R\$ 1,00)	% dos Restos a Pagar em relação ao total das despesas empenhadas
Restos a Pagar Processados	353.226.387,37	3,23%	239.194.200,98	1,82%
Restos a Pagar não Processados	391.344.336,12	3,58%	464.958.584,40	3,54%
Total Inscrito em Restos a Pagar	744.570.723,49	6,81%	704.152.785,38	5,36%
Total das Despesas Empenhadas	10.929.548.944,73	-	13.146.255.722,61	-

Fonte: Relatório das Contas Anuais do Exercício Anterior e Demonstração da Dívida Flutuante – 2012 e Balanço Financeiro Consolidado – 2012.

Os dados da tabela anterior demonstram que a inscrição de restos a pagar processados decresceu nos anos de 2011 e 2012, de 3,23% para 1,82%, e os restos a pagar não processados de 3,58% para 3,54%, e no total de 6,81% para 5,36%.

Da análise da Demonstração da Dívida Flutuante (fls. 330 TCE) e do Demonstrativo de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores – FIP 226, verificou-se que em 2012 houve o cancelamento de restos a pagar processados no montante de R\$ 1.910.241,20.

10. GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

10.1. Fundo Previdenciário do Estado de Mato Grosso - FUNPREV

10.2 Estrutura Administrativa

O artigo 10 da LC nº 254/2006 dispõe sobre a estrutura técnico-administrativa do FUNPREV-MT, sendo que o Conselho garante a participação paritária de representantes e servidores dos Poderes, consoante o que determina o art. 1º, VI, da Lei 9.717/1998, art. 9º, I, da Lei 10.887/2004 e art. 15 da ON SPS nº 02/2009.

10.3 Unidade Gestora

O art. 40, § 20, da Constituição Federal veda a existência de mais de um regime próprio de previdência e mais de uma unidade gestora para cada ente estatal.

Não obstante tal vedação, constatou-se a existência de mais de uma unidade gestora na esfera estadual, uma vez que os Poderes Judiciário e Legislativo, além do Tribunal de Contas, Defensoria Pública e Ministério Público, não integram a unidade administrativa do FUNPREV.

Embora o artigo 23 da Lei Complementar nº 254/2006 tenha facultado ao

Poder Judiciário, Poder Legislativo, Ministério Público e Tribunal de Contas a adesão gradual ao FUNPREV, o dispositivo estadual não encontra respaldo na norma constitucional e na legislação federal.

Contudo, conforme ponderado no voto das Contas Anuais de Governo do exercício de 2011, em razão do princípio da independência e harmonia dos Poderes, previsto no art. 2º da Constituição Federal, ao Poder Executivo cabe adotar providências no sentido de contribuir para adesão dos Poderes Legislativo e Judiciário e demais órgãos do Estado ao sistema do regime próprio de previdência social.

Nesse sentido foi a recomendação do relatório de Contas Anuais de Governo do exercício anterior. Importa destacar que, em setembro de 2012, o Tribunal de Contas criou uma Comissão com a finalidade de participar, juntamente com a SAD, dos estudos para viabilizar o seu ingresso no FUNPREV.

Apesar disso, permanece a mesma situação evidenciada no relatório de Contas Anuais de Governo do exercício de 2011, conforme pode ser constatado por meio das receitas e despesas com previdência própria das unidades orçamentárias abaixo relacionadas:

Tabela 137: Receitas e Despesas com Previdência Própria - 2012

Unidades Orçamentárias	Receita Previdência Própria - FIP 729	Despesa Previdência Própria - FIP 617
10101 - Defensoria Pública	5.135.416,74	250.047,64
03101 - Tribunal de Justiça	70.771.394,00	82.423.731,29
01303 - Assembleia Legisl.	11.806.346,31	12.702.157,56
08101 - Ministério Público	17.036.490,42	25.166.646,19
30101 - EGE/SAD	28.129.292,33	86.946.079,69
Total	132.878.939,80	207.488.662,37

Fonte: FIPLAN - Relatórios FIP 729 e FIP 617

Em razão do exposto, recomenda-se que sejam promovidas ações para a adesão ao FUNPREV dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público e Defensoria Pública, já que o Tribunal de Contas demonstrou ter iniciado estudos para seu

ingresso junto ao Fundo Previdenciário do Estado de Mato Grosso.

10.4. Equilíbrio Atuarial

A avaliação atuarial constante do DRAA foi realizada em 22/05/2012, referente à data-base 31/12/2011, tendo apresentado os seguintes resultados:

Tabela 138: Demonstrativo do Equilíbrio Atuarial

Ativo do Plano Valor atual das contribuições		Passivo do Plano Valor atual dos benefícios	
Contrib. Ente (benef. a conceder)	9.616.917.239,98	Benefícios futuros a conceder	21.242.450.968,66
Contribuições de ativos e inativos ⁽¹⁾	5.989.409.721,29		
Contribuições de ativos e inativos ⁽²⁾	371.431.650,71	Benefícios futuros concedidos	11.609.952.630,39
Compensação Financeira	3.285.240.359,90		
Déficit Atuarial	13.589.404.627,17		
Total	32.852.403.599,05	Total	32.852.403.599,05

Fonte: DRAA 2012, disponível em <http://www.mpas.gov.br>

(1) Benefícios a conceder

(2) Benefícios concedidos

Do exposto, o FUNPREV apresentou um déficit atuarial de 13,59 bilhões, que significa dizer que, mantendo a alíquota vigente sobre as contribuições atuais e futuras, o Fundo Previdenciário não seria capaz de garantir diretamente a totalidade dos benefícios concedidos e projetados, contrariando o art. 1º, inc. IV, da Lei nº 9.717/1998.

Para verificar a evolução do déficit atuarial do FUNPREV, demonstra-se a seguir a variação do déficit em relação àquele apresentado no exercício anterior, tendo sido considerado o período de 5 anos (2008 a 2012):

Tabela 139: Evolução do déficit atuarial - 2008 a 2012

Ano	Déficit	Variação (%)
2008	12.809.711.476,79	-
2009	13.157.691.590,81	2,72%
2010	15.346.764.952,43	16,64%
2011	12.166.253.798,89	-20,72%
2012	13.589.404.627,17	11,70%

Fonte: Relatório de Contas Anuais do Governo de 2011 e DRAA 2012

Do exposto, constata-se que em 2012 houve crescimento no déficit atuarial da ordem de 11,70% em relação ao exercício de 2011. Ressalte-se que o déficit de 2012 (R\$ 13,59 bilhões) foi menor apenas do que aquele apresentado no exercício de 2010 (R\$ 15,35 bilhões).

A seguir, apresenta-se o comparativo do déficit atuarial do FUNPREV, com os Fundos de Previdência Própria dos demais estados da região Centro-Oeste:

Tabela 140: Comparativo do déficit atuarial na região Centro-Oeste - 2008 a 2012

Exercício Estado	2008	2009	2010	2011	2012	Quantidade segurados ²	Déficit per capta - 2012
Goiás		29.029.329.449,27	21.564.229.178,71	23.450.051.434,50	26.527.601.673,97	126.177	210.241
Mato Grosso	12.809.711.477,79	13.157.691.591,81	15.346.764.952,43	12.166.253.798,89	13.589.404.627,17	73.791	184.160,73
Mato Grosso do Sul	13.429.738.635,90	12.208.549.034,61	5.071.015.447,33	5.242.398.301,69	10.270.152.374,06	62.663	163.895,00

Fonte: Relatório de Contas Anuais do Governo de 2011 e DRAA 2012, disponível em <http://www.mpas.gov.br>

Da análise dos dados acima, observa-se que o Fundo de Previdência do Estado de Mato Grosso apresenta o segundo pior resultado atuarial (R\$ 13.589.404.627,17) da região, com um déficit per capta de R\$ 184.160,73.

Para equacionar o déficit atuarial do FUNPREV, consoante o disposto no artigo 18 da Portaria MPS nº 403/2008, o Parecer Atuarial do exercício de 2012 apresentou duas propostas de amortização, conforme será demonstrado no item a seguir.

² Ativos e inativos, conforme DRAA de 2012

10.5. Avaliação Atuarial

Segundo o Parecer Atuarial, o custo normal do plano do FUNPREV é de 31,50% e a taxa de administração é de 1,50%, cujas alíquotas foram distribuídas da seguinte forma:

- 22% para o Ente Público e
- 11% para servidores ativos, inativos e pensionistas.

O parecer apresenta, além do resultado atuarial deficitário já relatado no item anterior, duas alternativas para a amortização do custo suplementar, estimado em 28,49%.

De acordo com o atuário, esse custo suplementar deverá ser amortizado em 35 anos, considerando as alíquotas a seguir estabelecidas:

- Alternativa I: Alíquota crescente de contribuição suplementar para o Ente, como segue:							
2012	10,00%	2019	20,91%	2026	31,82%	2033	42,73%
2013	11,56%	2020	22,47%	2027	33,38%	2034	44,29%
2014	13,12%	2021	24,03%	2028	34,94%	2035	45,84%
2015	14,68%	2022	25,58%	2029	36,49%	2036	47,40%
2016	16,23%	2023	27,14%	2030	38,05%	2037	48,96%
2017	17,79%	2024	28,70%	2031	39,61%	2038	50,00%
2018	19,35%	2025	30,26%	2032	41,17%	(...)2046	50,00%

- **Alternativa II:** Alíquota de contribuição suplementar de 28,49% para o Ente, pelo período de 2012 a 2046.

O atuário conclui que, para que seja observado o equilíbrio financeiro e atuarial no FUNPREV, é imprescindível a adoção, além do plano de custeio normal, de uma das alternativas propostas para o plano de custeio suplementar.

10.6. Certificado de Regularidade Previdenciária

O Ministério da Previdência Social emitiu os seguintes Certificados de Regularidade Previdenciária - CRP ao FUNPREV:

Nº do Certificado	Data de emissão	Data de validade
972001-97547	22/07/11	18/01/12
972001-102312	19/01/12	17/07/12
972001-106598	18/07/12	14/01/13

Portanto, constatou-se que durante o exercício de 2012 o FUNPREV atendeu aos critérios e exigências da legislação vigente, em especial da Lei nº 9.717/1998 e da Portaria nº 204/2008 (art. 5º), para efeito de emissão do CPR pelo Ministério da Previdência Social.

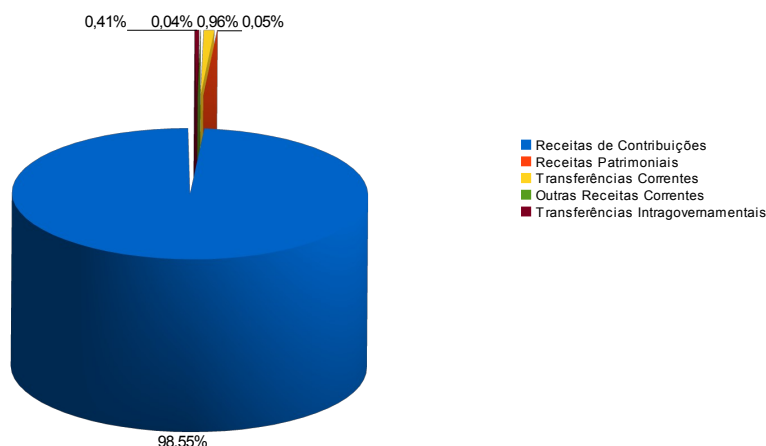
10.7. Compensação Financeira

Em 2012, o FUNPREV arrecadou a título de compensação financeira o total de R\$ 17.676.661,72, conforme verificado no Anexo 10 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.

10.8. Receitas e Despesas do FUNPREV

Em 2012, as receitas do FUNPREV totalizaram R\$ 1.134.520.511,03. Desse total, R\$ 1.118.021.305,36 (98,55%) referem-se a receitas de contribuições, R\$ 534.495,84 (0,05%) a receitas patrimoniais, R\$ 10.853.629,00 (0,96%) a transferências correntes, R\$ 410.700,43 (0,04%) a outras receitas correntes e R\$ 4.700.380,40 (0,41%) a transferências intragovernamentais, conforme demonstra-se no gráfico a seguir:

Receitas FUNPREV - 2012



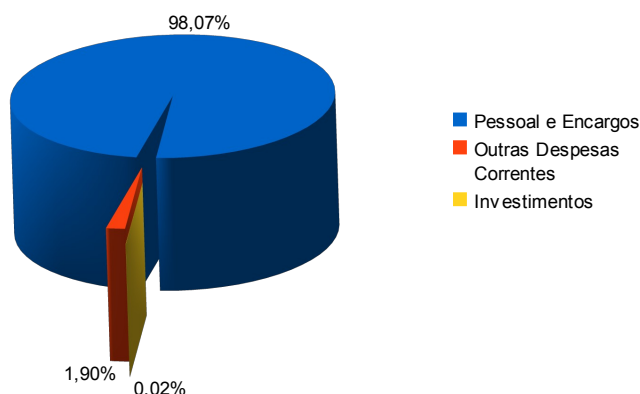
Fonte: Balanço Orçamentário do FUNPREV 2012 (processo nº 8.809-9/2012, fls. 65 e 66/TCE-MT)

Da análise do Balanço Orçamentário, verifica-se que houve excesso de arrecadação, ou seja, a receita arrecadada (R\$ 1.134.510.822,29) foi maior do que a receita prevista no orçamento (R\$ 1.019.589.550,00).

Por outro lado, no exercício de 2012 a despesa executada (R\$ 1.153.139.725,53) não ultrapassou o total dos créditos orçamentários disponíveis (R\$ 1.164.314.385,68), resultando em economia orçamentária.

As despesas do FUNPREV totalizaram R\$ 1.153.139.725,53, em 2012. Desse total, R\$ 1.130.908.360,24 (98,07%) referem-se a gastos de Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 21.958.691,29 (1,90%) a Outras Despesas Correntes e R\$ 272.674,00 (0,02%) a Investimentos, conforme observa-se no gráfico a seguir:

Despesas FUNPREV - 2012



Fonte: Balanço Orçamentário do FUNPREV 2012 (processo nº 8.809-9/2012, fls. 65 e 66/TCE-MT)

Ressalta-se que em 2012 a despesa executada pelo Estado de Mato Grosso totalizou R\$ 13,14 bilhões, sendo R\$ 1,15 bilhões referentes a despesas do FUNPREV. Significa dizer que as aplicações do Estado em previdência representam 8,77% do total de gastos do exercício de 2012.

A evolução das despesas do FUNPREV em relação ao total das despesas executadas pelo Governo do Estado, no período de 2008 a 2012, podem ser observadas na tabela a seguir:

Tabela 141: Evolução da despesa do FUNPREV em relação à despesa total - 2008 a 2012

Exercício	Despesa total do Estado	Despesa do FUNPREV	%
2008	7.906.423.049,17	539.507.254,18	6,82%
2009	9.302.250.416,68	632.541.297,59	6,80%
2010	9.750.272.365,50	783.802.195,57	8,04%
2011	10.929.548.944,73	954.921.364,92	8,74%

2012	13.146.255.722,61	1.153.139.725,53	8,77%

Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado 2012 e Anexo XI do FUNPREV - 2008 a 2012, disponíveis em www.sefaz.mt.gov.br

10.9. Resultado Previdenciário

demonstra-se a seguir o Resultado Previdenciário do FUNPREV:

Tabela 142: Demonstrativo do Resultado Previdenciário

Descrição	Valores (R\$)
Receitas próprias	897.435.710,26
Despesas	1.153.139.725,53
Déficit Previdenciário	-255.704.015,27
Repasse para cobertura de déficit	237.084.800,77
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - Déficit	-18.619.214,50

Fonte: Balanço Orçamentário do FUNPREV 2012 (processo nº 8.809-9/2012, fls. 65 e 66/TCE-MT)

Nota-se que, em 2012, o FUNPREV apresentou resultado previdenciário deficitário no valor de R\$ 18.619.214,50, indicando grave desequilíbrio financeiro entre suas receitas e despesas, mesmo considerando o aporte de recursos realizado pelo Governo do Estado.

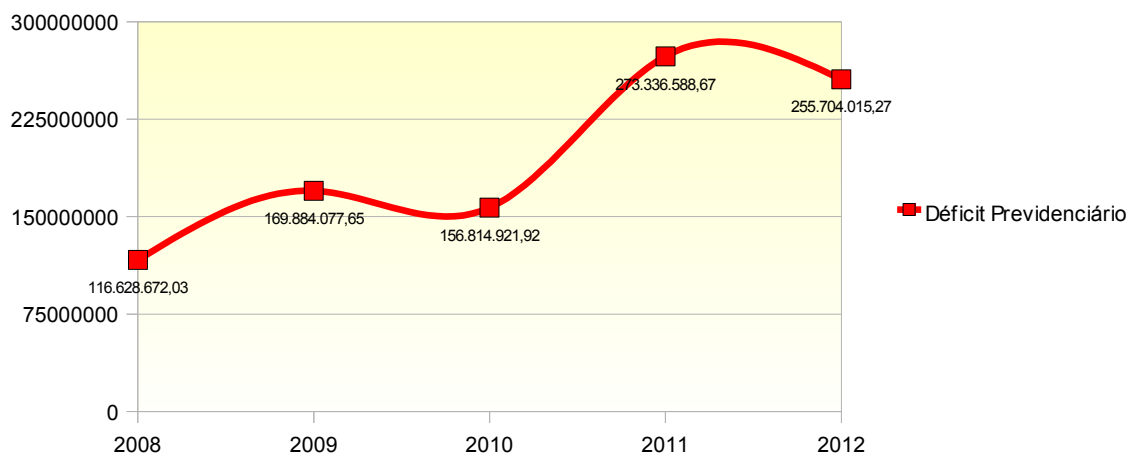
A seguir apresenta-se a evolução do déficit financeiro dos últimos 5 anos, desconsiderado o repasse estadual:

Tabela 143: Evolução do déficit previdenciário (sem repasse) – 2008 a 2012

Ano	Déficit	Δ (%)	Aporte do Estado	Δ (%)	Resultado Previdenciário	Δ (%)
2008	116.628.672,03	-	58.102.555,98	-	-58.526.116,05	-
2009	169.884.077,65	45,66%	51.132.506,80	-12,00%	-118.751.570,85	102,90%
2010	156.814.921,92	-7,69%	130.809.718,49	155,82%	-26.005.203,43	-78,10%
2011	273.336.588,67	74,31%	170.304.594,53	30,19%	-103.031.994,14	296,20%
2012	0,00	-100,00%	237.084.800,77	39,21%	237.084.800,77	-330,11%

Fonte: Relatório de Contas Anuais do Governo de 2011, Balanço Orçamentário do FUNPREV de 2012 (processo nº 8.809-9/2012, fls. 65 e 66/TCE-MT) e Anexo 10 de 2012 (FIPLAN)

Evolução do Déficit Previdenciário (sem repasse) - 2008 a 2012



Fonte: Relatório de Contas Anuais do Governo de 2011 e DRAA 2012

Conforme demonstrado acima, o déficit previdenciário do FUNPREV sofreu uma pequena redução em relação aos exercícios anteriores, tendo sido constatado um decréscimo da ordem de 6,45% em relação ao exercício de 2011.

Não obstante a essa redução, de acordo com o parecer atuarial, é indispensável a reestruturação do plano de custeio suplementar do FUNPREV, mediante alteração da alíquota conforme as alternativas propostas pelo atuário para restabelecer o equilíbrio financeiro do fundo.

A medida é importante, pois somente com a receita proveniente de contribuições previdenciárias o FUNPREV não tem sido suficiente para a cobertura das despesas atuais com aposentadorias e pensões, menos ainda para a constituição de reservas para custeio de despesas previdenciárias futuras.

Os sucessivos déficits previdenciários agravam a situação atuarial do FUNPREV, já que o resultado atuarial é obtido pela diferença apurada entre o passivo atuarial (reservas matemáticas previdenciárias) e o ativo real líquido (recursos acumulados pelo RPPS), nos termos do artigo 17 da Portaria MPS nº 403/2008.

Conforme verificado no Balanço Patrimonial o FUNPREV não dispõe de Ativo Real Líquido, mas Passivo Real a Descoberto no valor de R\$ 13.561.197.175,95.

Do exposto, conclui-se que não foram observados os requisitos mínimos descritos no Parecer Atuarial para viabilidade de manutenção do RPPS, colocando em risco o equilíbrio financeiro e atuarial do Fundo de Previdência dos Servidores do Estado de Mato Grosso.

11. GESTÃO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

11.1 Lotacionograma

A tabela a seguir, demonstra, de forma resumida, a situação do Poder Executivo estadual no exercício de 2009 a 2012, referente ao quadro de pessoal:

Quantidade de servidores x folha de pagamento (valor mensal)

Vínculo	2009		2010		2011		2012	
	Quant.	Valor da folha	Quant.	Valor da folha	Quant.	Valor da folha	Quant.	Valor da folha
ATIVOS								
Servidores efetivos	34.736	R\$ 101.659.576,87	31.829	R\$ 110.328.296,90	39.330	R\$ 150.466.777,29	39.850	R\$ 151.956.723,27
Comissionados de carreira	4.767	R\$ 18.667.437,92	5.390	R\$ 23.894.265,08	3.985	R\$ 22.227.308,39	4.364	R\$ 24.327.461,05
Exclusivo comissionado	2.075	R\$ 4.792.488,90	2.130	R\$ 5.112.245,92	2.214	R\$ 5.338.235,29	2.182	R\$ 4.895.394,31
Temporários	23.216	R\$ 21.162.507,31	24.115	R\$ 26.285.001,77	20.045	R\$ 23.696.979,28	18.892	R\$ 24.578.654,47
Total ativos	64.794	R\$ 146.282.011,00	63.464	R\$ 165.619.809,67	65.574	R\$ 201.729.300,25	65.288	R\$ 205.758.233,10
INATIVOS								
Aposentados	15.502	R\$ 39.002.910,52	17.880	R\$ 49.560.634,68	19.198	R\$ 63.535.366,99	20.361	R\$ 75.453.723,79
Pensionistas	5.807	R\$ 11.831.081,55	6.009	R\$ 13.629.266,66	6.147	R\$ 16.535.318,29	5.207	R\$ 21.356.846,37
Total inativos	21.309	R\$ 11.831.081,55	23.889	R\$ 63.189.901,34	25.345	R\$ 80.070.685,28	25.568	R\$ 96.810.570,16
TOTAL	86.103	R\$ 158.113.092,55	87.353	R\$ 228.809.711,01	90.919	R\$ 281.799.985,53	90.856	R\$ 302.568.803,26

Fonte: Auditoria Geral do Estado – AGE

A análise dos valores apresentados permite evidenciar que, no exercício de 2012, o custo mensal com a folha de pagamento dos servidores ativos perfaz o montante de R\$ 205.758.233,10, tendo em sua composição o percentual de:

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
213

- 73,85% de servidores efetivos,
- 11,82% de servidores efetivos ocupando função de confiança,
- 2,38% de servidores exclusivamente comissionados e
- 11,95% de servidores contratados temporariamente.

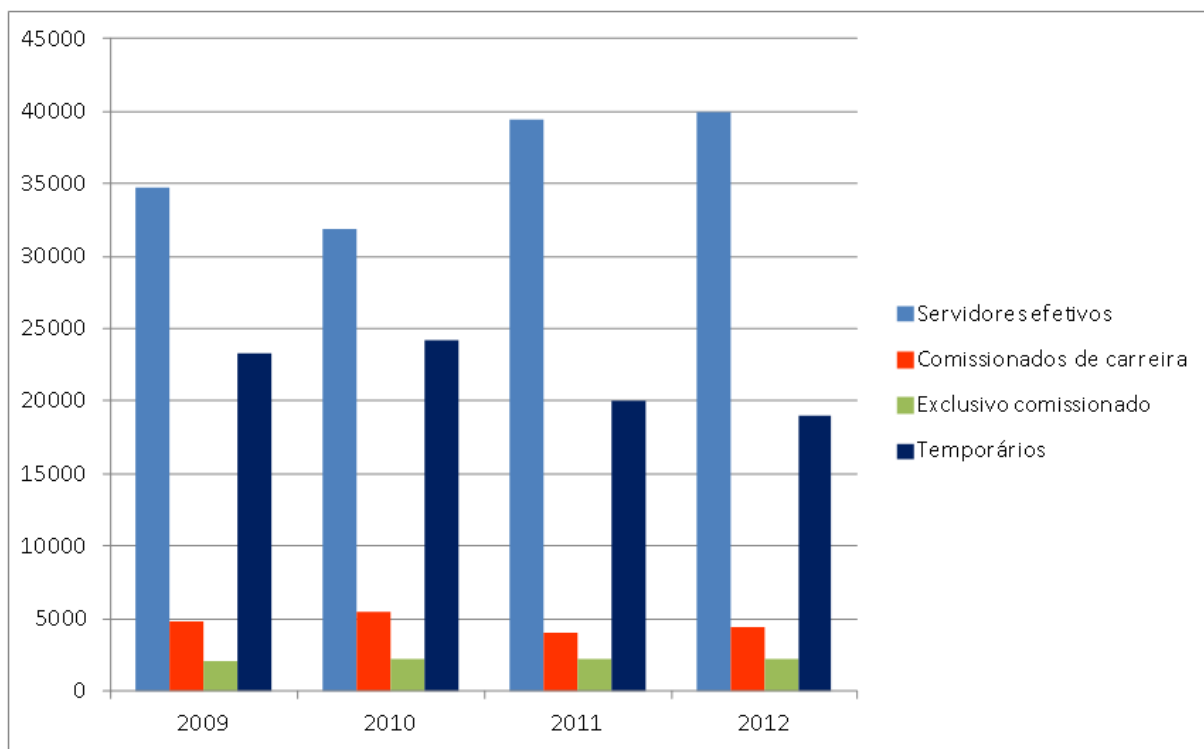
No que se refere aos servidores inativos, a despesa no exercício de 2011 foi na ordem de R\$ R\$ 96.810.570,16, sendo 77,94% de gastos com aposentados e 22,06% de valores empregados com pensionistas.

Desse modo, a média de custo mensal com a folha de pagamento de servidores ativos e inativos no exercício de 2012 foi de R\$ 302.568.803,26, do qual 68,00% representa o percentual de despesas com a folha de pagamento de servidores ativos e 32,00% é o percentual despendido com servidores inativos.

Ressalta-se que os valores apresentados estão compostos de remunerações e subsídios, não sendo incluídas as obrigações patronais.

A variação do quantitativo dos vínculos ao longo dos exercícios de 2009 a 2012, pode ser observada através do seguinte gráfico:

Quantidade de servidores por tipo de vínculo



Fonte: Auditoria Geral do Estado - AGE

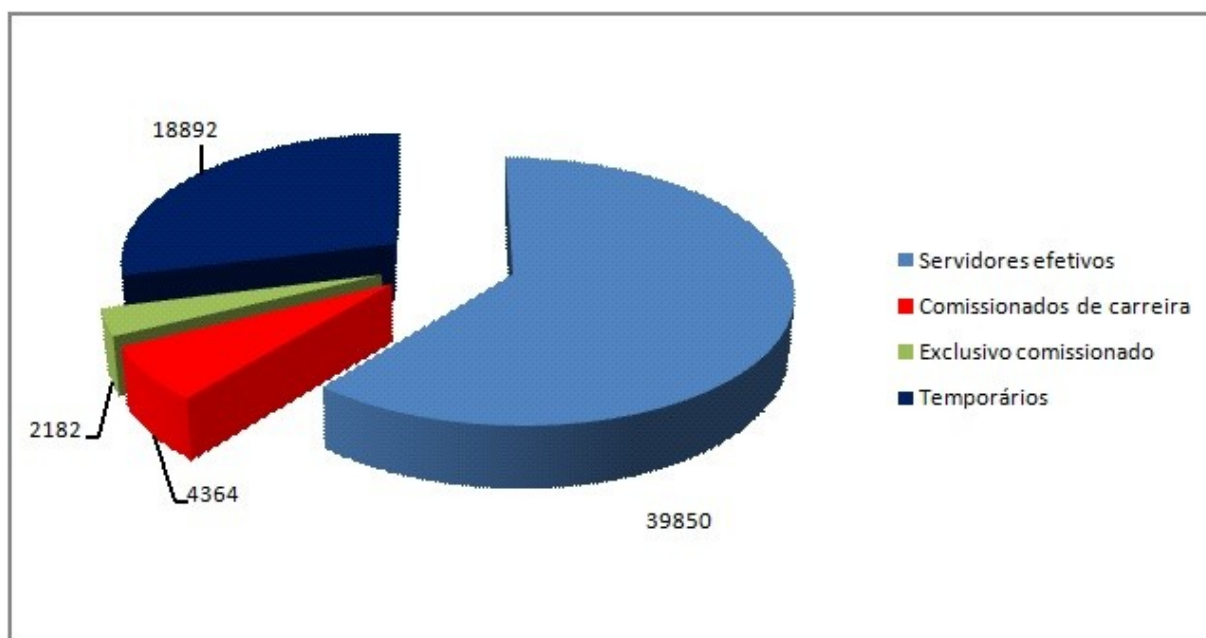
Percebe-se que o quantitativo dos servidores efetivos diminuiu do exercício de 2009 para 2010, no entanto, ocorreram aumentos nos exercícios de 2011 e 2012. A referida evolução do quantitativo de servidores efetivos pode ser justificada pela diminuição, nos exercícios de 2011 e 2012, do quantitativo de contratos temporários, os quais vinham em uma crescente até o exercício de 2010 e de uma pequena redução, do exercício de 2011 para 2012, da quantidade de servidores com função de confiança, apesar de ter ocorrido, no exercício de 2012, um reduzido acréscimo de servidores efetivos com função de confiança com relação ao exercício de 2011.

Contudo, apesar do progresso apresentado em relação à substituição de contratos temporários por servidores efetivos, ressalta-se que, conforme tabela já exposta, o quantitativo de contratos temporários no exercício de 2012 é de 18.892, o qual representa 28,94% do quantitativo total de servidores ativos (65.288). Assim, há de se manter a política

de redução de contratações temporárias.

A visualização do quadro quantitativo dos servidores ativos no exercício de 2012, pode ser vista através do seguinte gráfico:

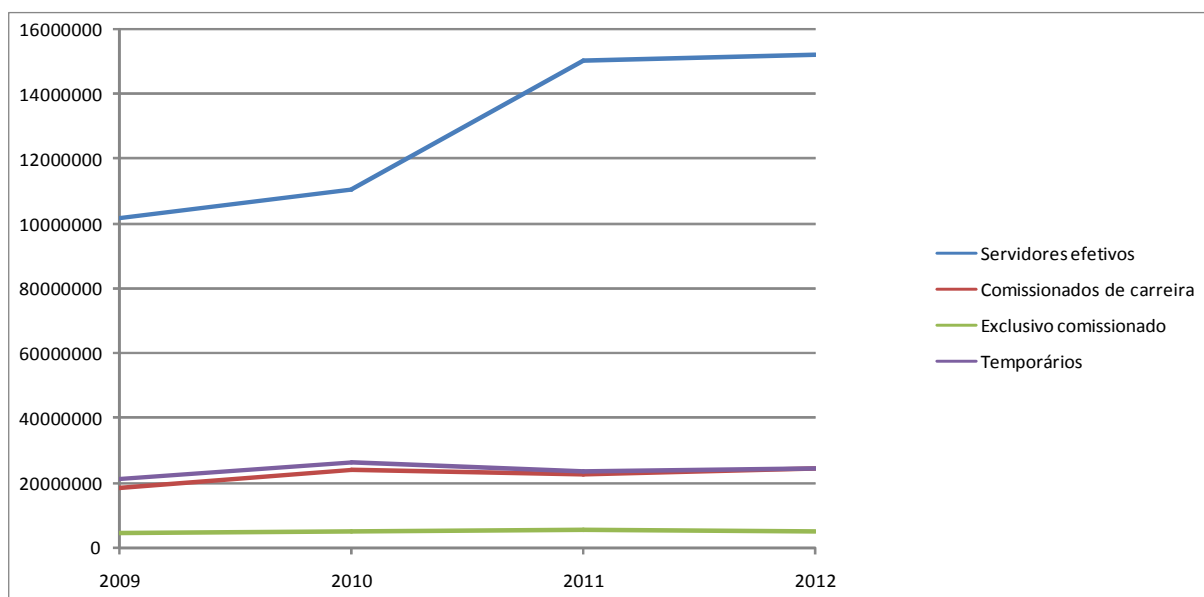
Lotacionograma do Poder Executivo



Fonte: Auditoria Geral do Estado - AGE

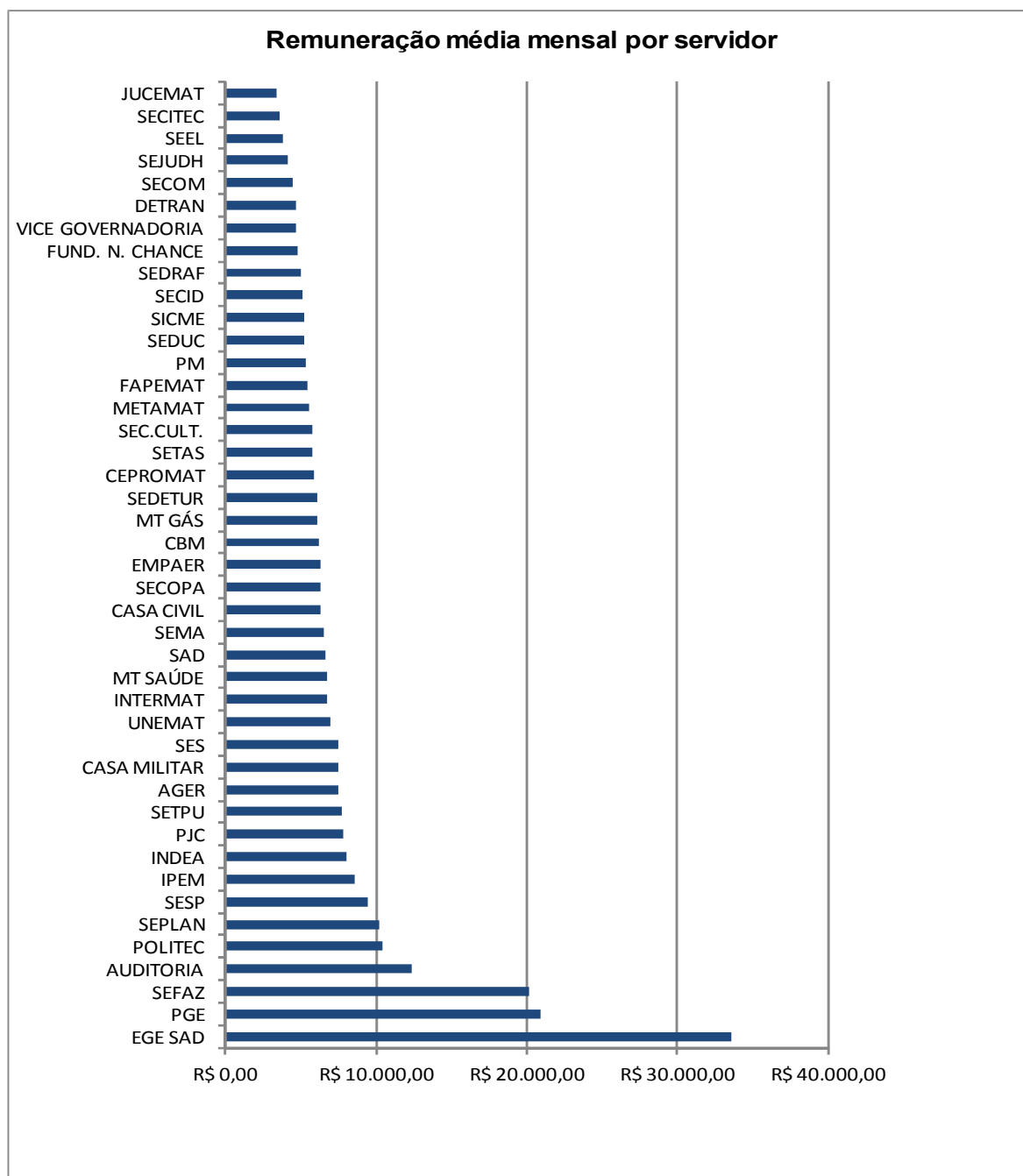
No entanto, apesar do progresso no quantitativo de servidores efetivos, no exercício de 2012 houve uma evolução de apenas 0,99% de despesas com servidores efetivos, em face a um aumento 3,72% nos gastos com contratos temporários e 9,45% nas despesas com comissionados de carreira, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

Valores da folha por tipo de vínculo



Fonte: Auditoria Geral do Estado – AGE

No exercício de 2012, foi ratificado que as três maiores concentrações de servidores públicos estaduais estão na SEDUC (37.365), PM (6.776) e SES (5.004). Tal fato, também fica explícito através da análise da tabela '*Distribuição dos cargos por secretaria*', apresentada a seguir.



Não obstante ao fato de que, no exercício de 2012, 64,42% do quantitativo total de servidores públicos estaduais do Poder Executivo estão lotados na SEDUC (40,69%), PM (13,66%) e SES (10,07%), o que gerou um custo anual de R\$ R\$ 2.135.964.431,35 com a manutenção da folha de pagamento dos servidores dos entes citados, verifica-se que na análise da remuneração média anual por servidor, calculada através da divisão entre o total do custo mensal e a quantidade apresentada, a JUCEMAT apresenta a menor média de remuneração por servidor e a PGE, SEFAZ e EGE-SAD, possuem as maiores médias de remunerações do Poder Executivo estadual, conforme observa-se no seguinte gráfico:

Quadro Distribuição dos cargos por secretaria

Órgão e Entidade	Qtd. Servidores 2012	Distribuição dos cargos em relação a quantitativo	DESPESA REALIZADA 2012
CASA CIVIL	178	0,36%	R\$ 13.570.683,23
AGER	62	0,12%	R\$ 5.610.548,36
SECOPA	106	0,21%	R\$ 8.070.117,28
CASA MILITAR	81	0,16%	R\$ 7.329.597,46
AUDITORIA	68	0,14%	R\$ 10.111.889,11
VICE GOVERNADORIA	80	0,16%	R\$ 4.537.465,10
PGE	142	0,29%	R\$ 35.609.895,52
DEFENSORIA		0,00%	R\$ 57.403.708,65
SAD	529	1,07%	R\$ 42.037.799,11
MT SAÚDE	20	0,04%	R\$ 1.615.369,21
SEDRAF	134	0,27%	R\$ 8.110.092,00
INTERMAT	121	0,24%	R\$ 9.810.632,77
EMPAER	517	1,04%	R\$ 39.081.730,46
INDEA	684	1,38%	R\$ 66.374.407,59
SECOM	51	0,10%	R\$ 2.731.047,31
SEDUC	20.187	40,69%	R\$ 1.259.269.084,12
SEEL	57	0,11%	R\$ 2.608.456,88
SEFAZ	1.479	2,98%	R\$ 358.702.551,42
SICME	88	0,18%	R\$ 5.459.689,06
JUCEMAT	88	0,18%	R\$ 3.589.096,76
IPEM	68	0,14%	R\$ 7.006.351,36
METAMAT	178	0,36%	R\$ 11.877.021,76
MT GÁS	25	0,05%	R\$ 1.836.889,82
SEJUDH	2.758	5,56%	R\$ 135.457.515,57
FUND. N. CHANCE	16	0,03%	R\$ 908.923,35
CBM	967	1,95%	R\$ 71.611.714,45
PJC	2.629	5,30%	R\$ 248.022.705,39
PM	6.776	13,66%	R\$ 429.167.480,62
POLITEC	630	1,27%	R\$ 78.841.286,85
SESP	290	0,58%	R\$ 32.881.032,71
SEPLAN	174	0,35%	R\$ 21.206.253,09
CEPROMAT	447	0,90%	R\$ 31.579.796,86
SES	4.996	10,07%	R\$ 447.527.866,61
SETAS	382	0,77%	R\$ 26.622.744,33
SEC.CULT.	99	0,20%	R\$ 6.802.703,51
SEDETUR	43	0,09%	R\$ 3.117.083,04
SETPU	527	1,06%	R\$ 48.954.524,72
DETRAN	836	1,69%	R\$ 47.346.164,96
SECITEC	391	0,79%	R\$ 17.098.909,70
UNEMAT	1.529	3,08%	R\$ 127.519.784,98
FAPEMAT	14	0,03%	R\$ 908.403,09
SEMA	703	1,42%	R\$ 54.877.479,74
SECID	117	0,24%	R\$ 7.124.797,01
SANEMAT		0,00%	R\$ 475.451,75
EGE SAD	340	0,69%	R\$ 136.935.990,81
TOTAL	49.607		R\$ 3.937.342.737,48

Ilustração 1: Distribuição dos cargos por secretaria

Fonte: Auditoria Geral do Estado – AGE

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
221

Considerando a relevância dos quantitativos e valores das áreas de educação, segurança e saúde, foi realizada a análise detalhada da situação dos professores, policiais militares, bombeiros e médicos do Estado de Mato Grosso.

11.1.1 Professores

A tabela a seguir apresenta a composição e evolução de 2009 a 2012 do quadro de professores do Estado de Mato Grosso.

Quantitativo de Professores por área de atuação

2009					2010				
Categoria/Cargo	Efetivos em Comissão	Provimento Efetivo	Contratados	Total	Categoria/Cargo	Efetivos em Comissão	Provimento Efetivo	Contratados	Total
Magistério	0	16	0	16	Magistério	0	11	0	11
Professor	0	13	0	13	Professor	0	6	0	6
Professor Ed. Básica	0	3	0	3	Professor Ed. Básica	0	5	0	5
Professor em Extinção	0	0	0	0	Professor em Extinção	0	0	0	0
Prof. Ed. Básica	40	11.032	12.624	23.696	Prof. Ed. Básica	46	9.742	12.767	22.555
Contr. Temp. Função Prof. Habilitado	0	0	11.283	11.283	Contr. Temp. Função Prof. Habilitado	0	0	11.439	11.439
Contr. Temp. Função Prof. não Habilitado	0	0	1.127	1.127	Contr. Temp. Função Prof. não Habilitado	0	0	1.101	1.101
Professor Educ. Básica	40	10.996	0	11.036	Professor Educ. Básica	46	9.712	0	9.758
Professor em extinção	0	36	0	36	Professor em extinção	0	30	0	30
Professor Índio	0	0	214	214	Professor Índio	0	0	227	227
Total Geral	40	11.048	12.624	23.712	Total Geral	46	9.753	12.767	22566

Fonte: Auditoria Geral do Estado - AGE

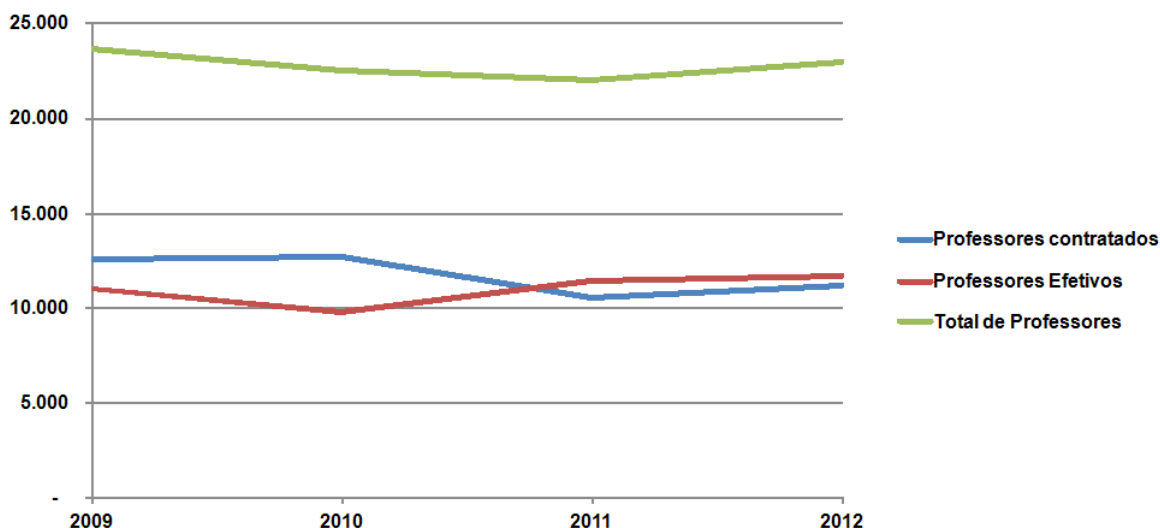
2011					2012				
Categoria/Cargo	Efetivos em Comissão	Provimento Efetivo	Contratados	Total	Categoria/Cargo	Efetivos em Comissão	Provimento Efetivo	Contratados	Total
Magistério	0	10	0	10	Magistério	0	10	0	10
Professor	0	2	0	2	Professor	0	2	0	2
Professor Ed. Básica	0	8	0	8	Professor Ed. Básica	0	8	0	8
Professor em Extinção	0	0	0	0	Professor em Extinção	0	0	0	0
Prof. Ed. Básica	42	11.461	10.550	22.053	Prof. Ed. Básica	44	11727	11.261	23.032
Contr. Temp. Função Prof. Habilitado	0	0	9.573	9.573	Contr. Temp. Função Prof. Habilitado	0	0	10.498	10.498
Contr. Temp. Função Prof. não Habilitado	0	0	831	831	Contr. Temp. Função Prof. não Habilitado	0	0	588	588
Professor Educ. Básica	42	11.435	0	11.477	Professor Educ. Básica	44	11.708	0	11.708
Professor em extinção	0	26	0	26	Professor em extinção	0	19	0	19
Professor Índio	0	0	146	146	Professor Índio	0	0	175	175
Total Geral	42	11.471	10.550	22.063	Total Geral	44	11.737	11.261	23.042

Fonte: Auditoria Geral do Estado - AGE

F:\CONSELHEIRO DOMINGOS NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO E VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt224

Ao final do exercício de 2012, o quantitativo total de professores estaduais era de 23.042 , sendo 44 professores efetivos com função de confiança, 11.737 professores efetivos e 11.261 professores contratados temporariamente.

Evolução das quantidades de professores



Fonte: Auditoria Geral do Estado - AGE

O gráfico demonstra que, entre os exercícios de 2009 a 2012, houve um decréscimo na quantidade de professores efetivos até 2011, seguido de uma elevação no quantitativo entre 2011 e 2012. Ao final de 2012 retornou-se aos patamares de 2009. O quantitativo de servidores em provimento efetivo no exercício de 2012 (11.737) é ligeiramente superior ao quadro que havia no exercício 2009

(11.048).

Percebe-se ainda que, ao longo dos exercícios de 2009 a 2011, houve uma decréscimo no quantitativo dos professores contratados temporariamente, seguido de um aumento no quantitativo de 2012. Desta forma, os professores contratados temporariamente, ainda representam, no exercício de 2012, o percentual de 48,87 % do total de professores estaduais.

Desse modo, considera-se essencial a aceleração da política de substituição dos professores contratados temporariamente por professores efetivos, conforme a seguinte recomendação proferida no voto realizado por esta Corte de Contas referente ao Parecer Prévio das Contas Anuais de Governo - Estado de Mato Grosso - exercício de 2011:

3. EM RELAÇÃO À OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO:

...

i) intensificar a substituição dos professores contratados temporariamente por professores concursados.

...

Já, o quantitativo de alunos custeados com recursos estaduais no exercício de 2012 foi na ordem de **445.124**, sendo a sua evolução observada através dos seguintes demonstrativos:

Quantitativo de alunos custeados com recursos estaduais				
	2009	2010	2011	2012
Descrição	Nº DE ALUNOS	Nº DE ALUNOS	Nº DE ALUNOS	Nº DE ALUNOS
Educação Básica	341.176	439.538	448.901	445.124

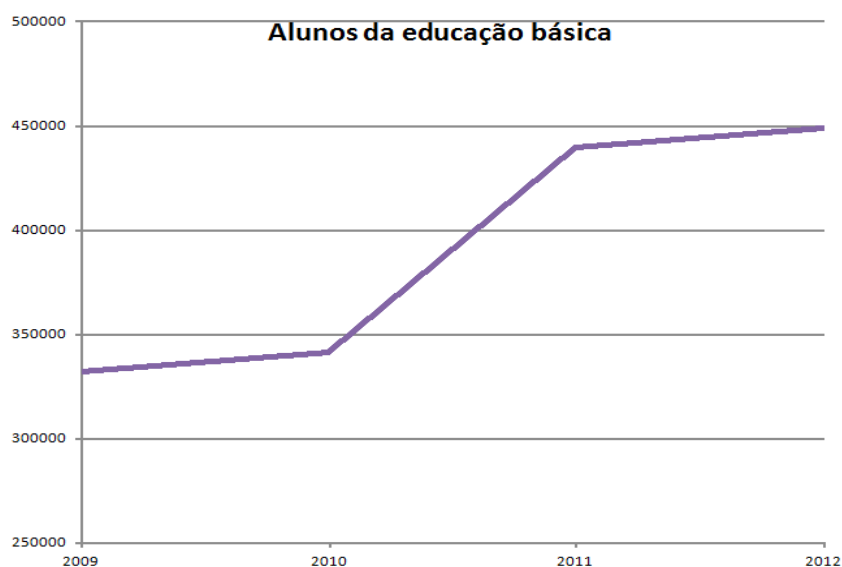
F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E

226



Fonte: Auditoria Geral do Estado - AGE

Assim, verifica-se a seguinte relação média entre a quantidade de alunos por professor:

Quantitativo médio de alunos por professor

	2009	2010	2011	2012
Descrição	Média	Média	Média	Média
Alunos / Professores	14,41	19,52	20,39	19,35

Fonte: Auditoria Geral do Estado – AGE

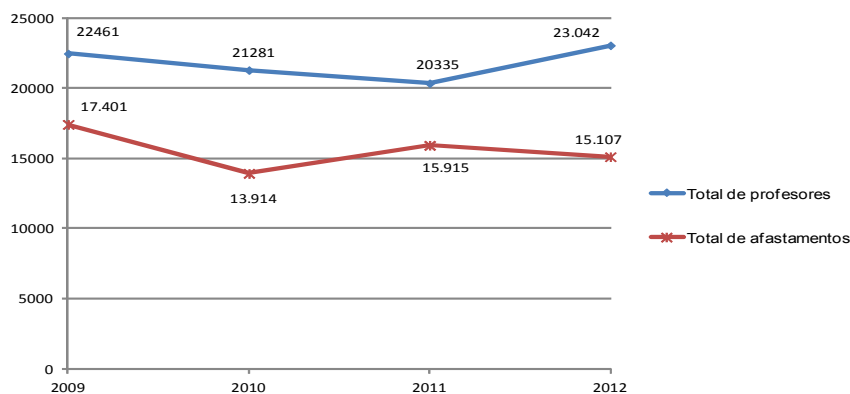
Os valores apresentados demonstram um elevado índice de afastamento de

professores. Portanto, visto o histórico do fato em questão, considera-se necessária a adoção de medidas visando estabelecer o quantitativo ideal de professores para que não haja o comprometimento do ensino público estadual.

O gráfico a seguir demonstra a preocupante situação evidenciada, visto que, no exercício de 2012, foi constatado que para cada professor, há uma média de 0,66 afastamento.

Relação entre a quantidade de professores e de afastamentos

Fonte: Auditoria Geral do Estado - AGE



11.1.2 Policial Militar

O quadro quantitativo de policiais militares, ao longo dos exercícios de 2009 a 2012, esteve composto da seguinte forma:

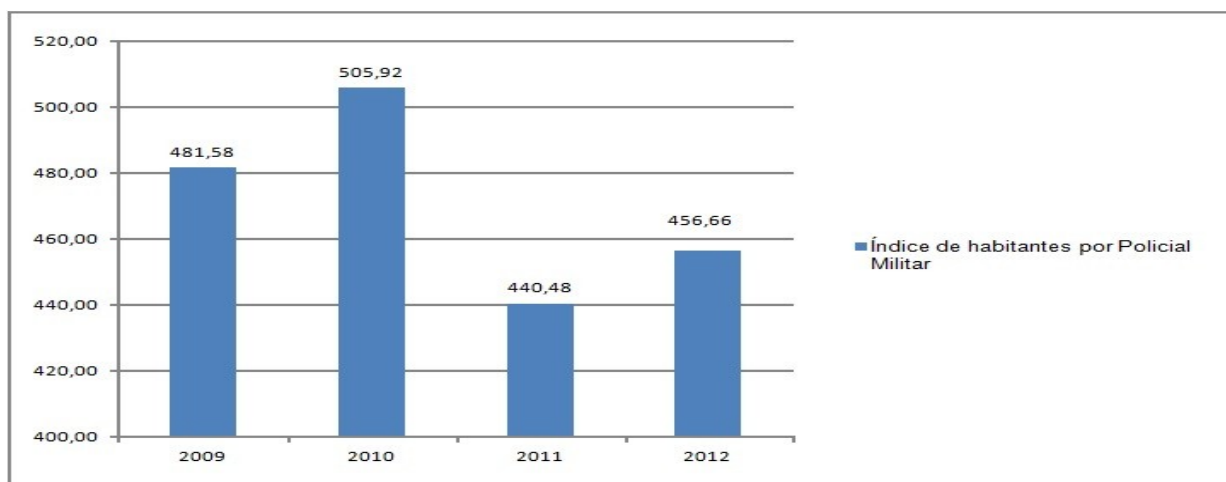
Quadro Distribuição de Policiais Militares no Estado

Fonte: Auditoria Geral do Estado - AGE

CARGO	ALTA FLORESTA	ALTO ARAGUAIA	BARRA DO GARCAS	CACERES	CHAPADA DOS GUIMARAES	QCG	CUIABA	PEIXOTO DE AZEVEDO	PONTES E LACERDA	PRIMAVERA DO LESTE	RONDONOPOLIS	ROSARIO OESTE	SINOP	SORRISO	TANGARA DA SERRA	VARZEA GRANDE	DEMAIS MUNICIPIOS	TOTAL GERAL
2009	63	32	250	270	61	445	2.233	36	67	50	365	55	171	56	118	541	1.420	6.233
2010	42	30	220	165	56	438	2.119	17	61	51	346	29	127	48	106	489	1.653	5.997
2011	17	29	222	45	86	462	2.535	31	70	68	375	45	120	53	122	617	2.086	6.983
2012	71	25	178	170	54	460	2.448	24	68	70	329	42	121	52	119	633	1.958	6.822

Verifica-se que houve decréscimo ano quantitativo de policiais militares do exercício de 2009 para 2010, aumento na quantidade de policiais militares do exercício de 2010 para o exercício de 2011, seguido de um pequeno decréscimo em 2012. Considerando ainda o crescimento populacional³ do Estado de Mato Grosso, houve uma redução no índice de habitantes por policiais militares em 2011, seguido de uma aumento deste índice em 2012. Este fato indica que o percentual de estruturação quantitativa da corporação de policiais militares foi inferior ao percentual de crescimento populacional no exercício de 2012.

Índice de habitantes por Policial Militar



Fonte: Quantitativo populacional disponível em < <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?ibge/cnv/poptmt.def> >, acesso em 06.04.12, em relação ao quantitativo de policiais militares apresentado no correio eletrônico recebido em 14/04/2013

Conforme demonstrado, o Estado de Mato Grosso apresentou no exercício de 2012 índice médio de 456,66 habitantes por policial militar, sendo melhor do que a média

³ Quantitativo populacional disponível em < <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?ibge/cnv/poptmt.def> >. Acesso em 28/04/2013

Brasil⁴ 2010 a qual foi de 461,86 habitantes por policial militar.

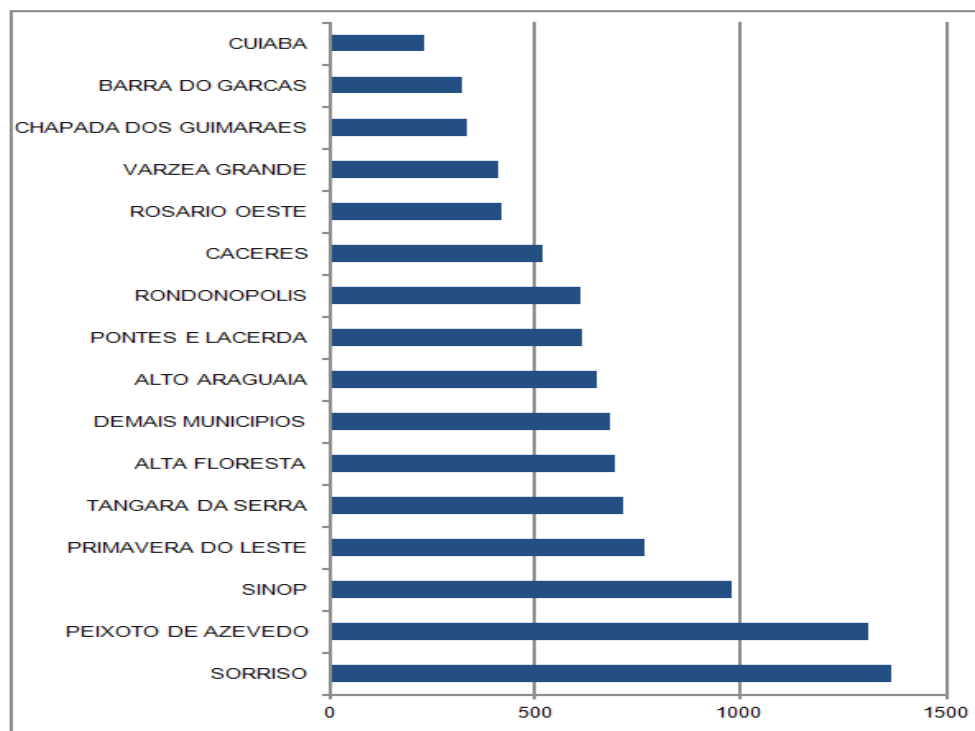
A análise do referido índice com foco no detalhamento da situação dos Municípios do Estado, permite identificar que, das 16 regiões analisadas e apresentadas no gráfico a seguir, 11 possuem índice pior do que a média Brasil 2010.

Vale ainda ressaltar que o quantitativo do Comando Geral, com quantitativo de 460 militares, que representa 6,74% do total de policiais militares no exercício de 2012, consta no gráfico juntamente com os valores do Município de Cuiabá.

Desse modo, o Município de Cuiabá, apresentou a maior concentração de policiais militares e o melhor índice de habitantes por policial militar, situação oposta à vivenciada pelo Município de Sorriso, visto ter o menor índice de habitantes por policial militar.

4 Média Brasil 2010 calculada através das seguintes informações: População residente no exercício de 2010 (190.755.799), disponível em < <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/popuf.def> >, acesso em 28/04/2013, em relação a quantidade de policiais militares no exercício de 2010 (413.009) disponível em < <http://www2.forumseguranca.org.br/lista/estatisticas/2893> >, acesso em 28/04/2013

Índice de habitantes por Policial Militar discriminado por Região



Fonte: Quantitativo populacional disponível em < <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?ibge/cnv/poptmt.def> >, acesso em 28/04/2013, em relação ao quantitativo de policiais militares apresentado no correio eletrônico recebido em 14/04/2013

policiais militares nos exercícios de 2009 a 2012.

Quantitativo de afastamento de policiais militares

TIPO DE AFASTAMENTO	Nº DE MILITARES			
	2009	2010	2011	2012
Aguardando aposentadoria por invalidez	0	0	2	6
Licença a adotante efetivo				
Licença a gestante (contratado)				
Licença Gestante (servidora efetiva)				12
Licença para acompanhamento de cônjuge				
Licença para atividade política				
Licença para desempenho do mandato classista				
Licença para qualificação profissional				
Licença para tratamento de interesse particular				
Licença para tratamento de Saúde (contratados)				
Licença para tratamento de Saúde (efetivo)	312	684	53	1002
Licença para tratamento de saúde em pessoa da família	6	16	1	55
Licença Prêmio – Gozo				
Readaptação	6	26	10	3
Total Geral	324	726	66	1078

Fonte: DGP/PMMT

Em 2011, o quantitativo de afastamentos representou 15,80% do total de policiais militares. Já nos exercícios anteriores, o referido percentual foi de 10,19 (2011), 12,92% (2010) e 12,81% (2009).

O gráfico a seguir demonstra as variações ocorridas no quantitativo de policiais militares e de afastamentos.

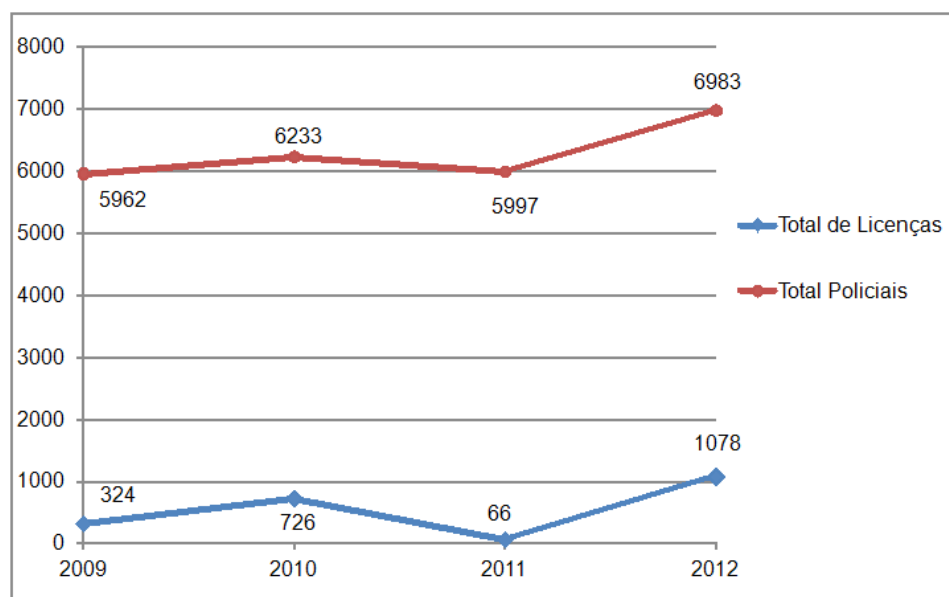
Relação entre a quantidade de policiais militares e de afastamentos

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E

233



Fonte: DGP/PMMT

11.1.3 Corpo de Bombeiros Militar

A tabela a seguir demonstra a quantidade de bombeiros que atuaram no Estado de Mato Grosso nos exercícios de 2009 a 2012.

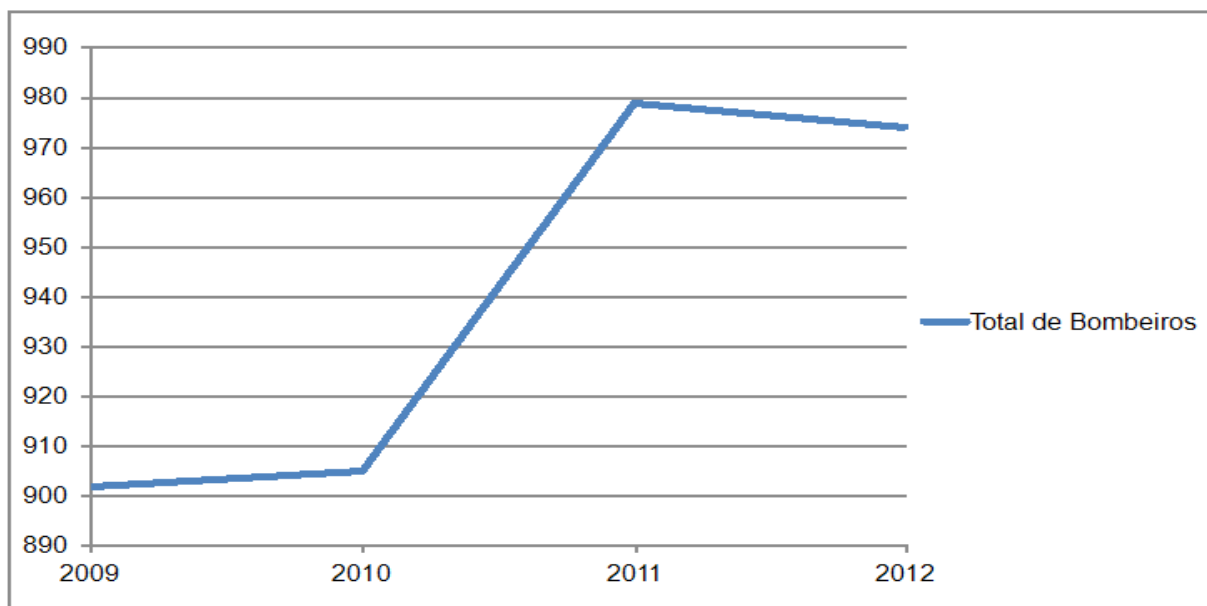
Distribuição do Corpo de Bombeiros Militar no Estado 2009 a 2012

Ano/ Região	LE																			
	AL	TA	FL	C	B	A	R	A	D	O	C	A	G	A	C	JA	CUI	AB	A	E
	TA	FL	O	R	LI	C	R	E	A	CI										
	ST	E	A	E	R	AB	D	D	ST	LI	N	O	S	A	P	O	S	R	U	AN
	A	R	S	S	A	A	E	A	E	S	A	P	O	A	M	DE	E	L	A	OS
2009	12	6	53	42	16	118	16	17	17	69	20	31	15	29	13	105	9	314	-	-
2010	12	5	52	42	16	116	16	17	16	70	20	32	16	29	14	104	9	319	-	-
2011	25	21	53	42	16	108	19	27	18	72	34	42	18	33	23	105	22	301	-	-
2012	26	-	51	42	-	397	-	28	22	68	-	41	21	31	-	103	-	-	-	144

Fonte: Auditoria Geral do Estado - AGE

Percebe-se que a exemplo do ocorrido com a corporação dos policiais militares houve um aumento na quantidade de bombeiros do exercício de 2009 para o exercício de 2010, da mesma forma do exercício de 2010 para 2011 e uma ligeira redução do efetivo no exercício de 2012 com relação à 2011, conforme o disposto no seguinte gráfico:

Evolução da quantidade total de Bombeiros

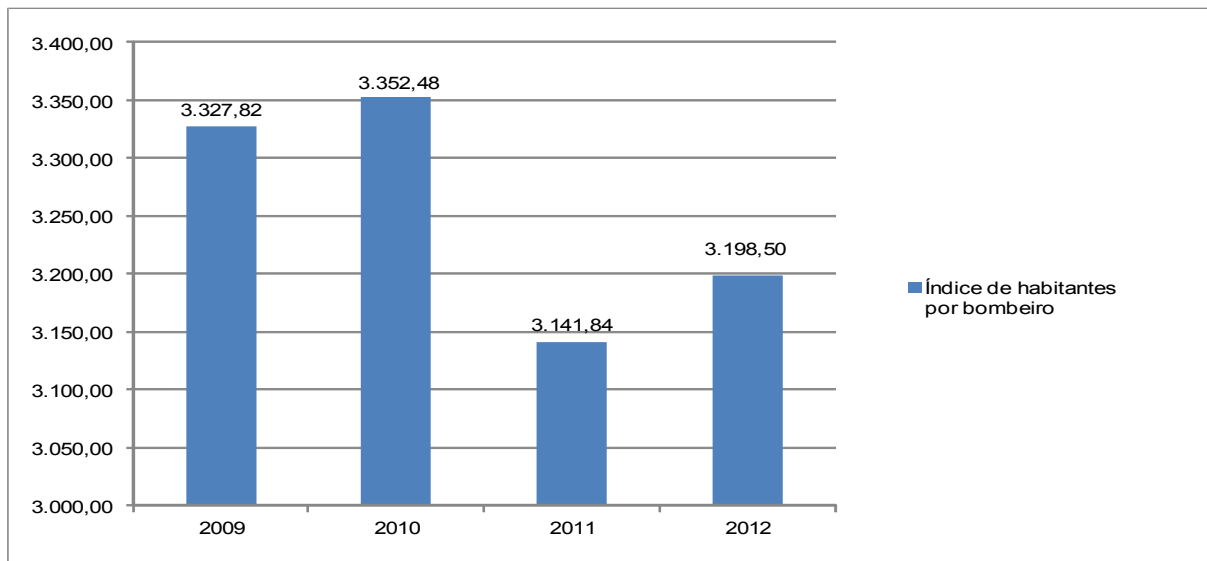


Fonte: Auditoria Geral do Estado - AGE

Assim, considerando ainda o crescimento populacional⁵ do Estado de Mato Grosso, em 2012 houve um aumento no índice de habitantes por bombeiros, indicando que o percentual de estruturação quantitativa da corporação de bombeiros foi inferior ao percentual de crescimento populacional no exercício de 2012.

Índice de habitantes por Bombeiro

5 Quantitativo populacional disponível em < <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?ibge/cnv/poptmt.def>
≥ Acesso em 28/04/2013



Fonte: Quantitativo populacional disponível em < <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?ibge/cnv/poptmt.def> >, acesso em 28/04/2013, em relação ao quantitativo de bombeiros apresentado na mensagem de correio eletrônico recebido da AGE em 11/04/2013

Conforme demonstrado, o Estado de Mato Grosso apresentou no exercício de 2012 índice de 3.198,50 habitantes por bombeiro, sendo melhor do que a média Brasil⁶ 2010 a qual foi de 3.748,76 habitantes por bombeiro.

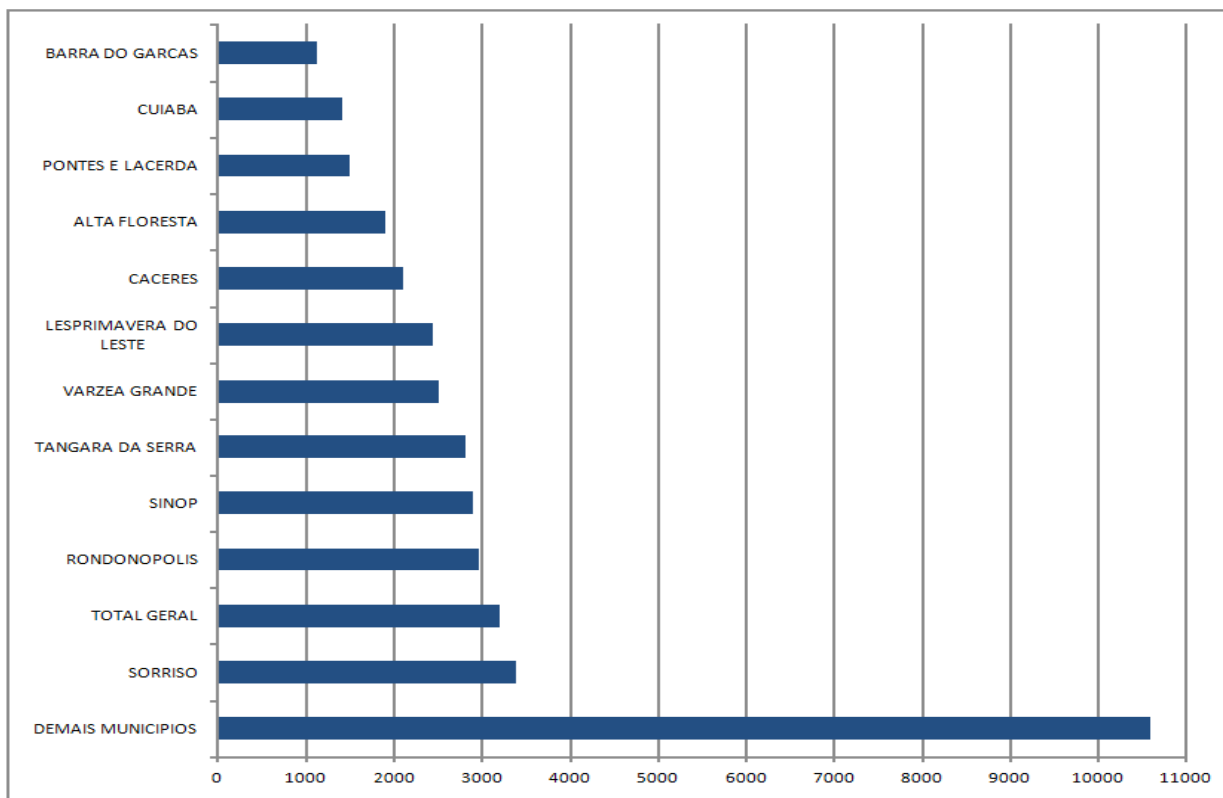
A análise do referido índice com foco no detalhamento da situação dos municípios do Estado, permite identificar que, das 17 regiões citadas no gráfico a seguir, apenas o município de Sorriso possui índice pior do que a média Brasil 2010, representando o município com o pior índice de habitantes por bombeiro do Estado de Mato Grosso no

6 Média Brasil 2010 calculada através das seguintes informações: População residente no exercício de 2010 (190.755.799), disponível em < <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/popuf.def> >, acesso em 28/04/13, em relação a quantidade de bombeiros no exercício de 2010 (50.885) disponível em < <http://www2.forumseguranca.org.br/lista/estatisticas/2893> >, acesso em 28/04/2013

exercício de 2012.

Vale ainda ressaltar, que o município de Barra do Garças, apresenta o melhor índice de habitantes por bombeiro. Já o município de Cuiabá, o qual possui a maior quantidade de bombeiros do Estado, apresenta o 2º melhor índice de habitantes por bombeiro. No entanto, há de se observar que o quantitativo do Comando Geral, consta no gráfico juntamente com os valores do município de Cuiabá.

Índice de habitantes por Bombeiro discriminado por Região



Fonte: Quantitativo populacional disponível em < <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?ibge/cnv/poptmt.def> >, acesso em 28/04/2013, em relação ao quantitativo de bombeiros apresentado na mensagem de correio eletrônico recebido da AGE em 11/04/2013

O quadro a seguir, demonstra a quantidade total de afastamentos de bombeiros nos exercícios de 2008 a 2011.

Quantitativo de afastamento de bombeiros

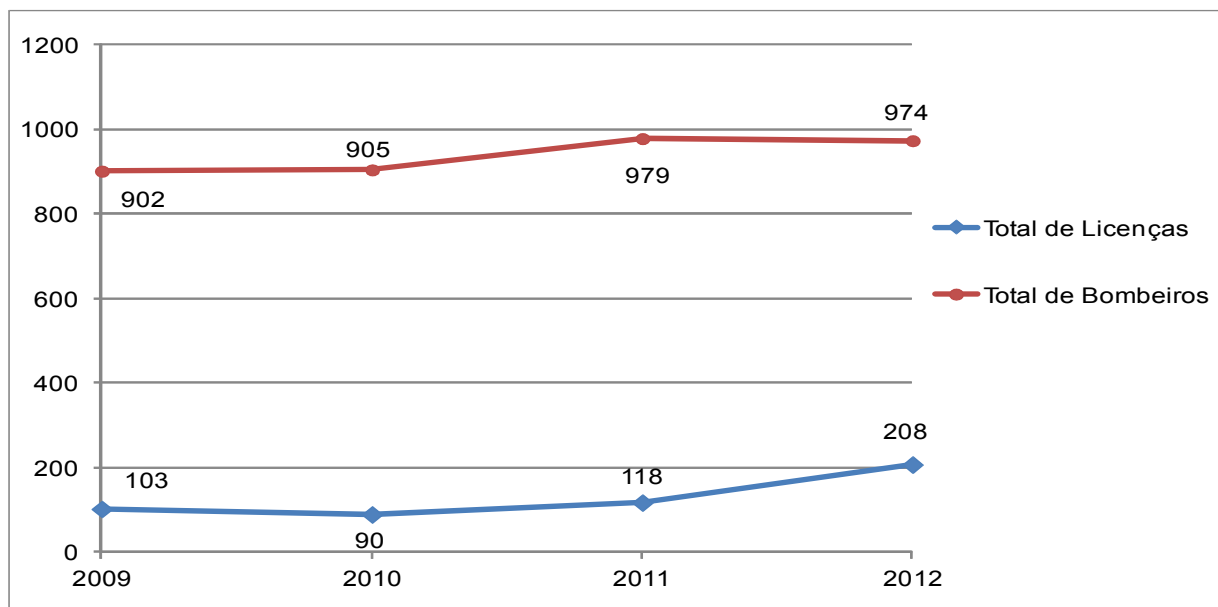
Tipo de Afastamento	Nº de Bombeiros			
	2009	2010	2011	2012
Aguardando regularização cargo				
Licença gestante		1	3	2
Licença para tratamento de saúde em pessoa da família - militar	8	13	14	25
Licença para qualificação profissional com onus				1
Licença para tratamento de interesse particular	2	1		3
Licença para tratamento de saúde	93	75	101	177
Total Geral	103	90	118	208

Fonte: Auditoria Geral do Estado – AGE

Em 2012 o quantitativo de afastamentos representou 21,36% do total de bombeiros. Já nos exercícios anteriores o referido percentual foi de 12,05% (2011), 9,94% (2010), 11,41% (2009) e 7,18% (2008).

O gráfico a seguir demonstra as variações ocorridas no quantitativo de bombeiros e de afastamentos.

Relação entre a quantidade de bombeiros e de afastamentos



Fonte: Mensagem de correio eletrônico recebido da AGE em 22/04/2013

11.1.4 Médicos

A distribuição dos médicos no Estado de Mato Grosso pode ser visualizada da seguinte forma:

Tabela 144: Distribuição dos médicos por tipo de vínculo e região - 2009 a 2012

Ano e tipo e vínculo, por região, em 31/12	AL TA FL O RE ST A	AL TO AR G UA IA	BA RA D O G AR CA S	CA CE RE S	C HA PA DA D O S G	CUI AB A	PR IM AV ER A D O C UI AB A	R O N D O O P OL	R O SA RI O O P ES TE	S I N O P	S O R I S O	TA N G AR A DA SE R RA	VA RZ EA G RA N DE	DE MAI S MU NIC IPI OS	TOT AL GE RAL

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
 Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
 VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E
 240

					UI M AR Ã E S											
2009 – Total de Efetivos	1	3	11	37	1	252	2	59	1	4	26	2	12	84	495	
2009 – Total de Temporários	0	0	0	38	0	22	0	22	0	0	24	0	0	25	131	
2010 – Total de Efetivos	1	2	9	35	1	192	3	22	1	5	24	2	10	166	473	
2010 – Total de Temporários	0	0	0	32	0	23	0	58	0	0	17	0	0	25	155	
2011 – Total de Efetivos	1	2	8	36	2	222	3	21	0	5	21	2	11	165	499	
2011 – Total de Temporários	0	0	0	1	0	14	0	56	0	0	26	0	0	37	134	
2012– Total de Efetivos em	1	2	8	35	1	285	4	56	1	5	23	3	6	70	450	
2012 – Total de Temporários	0	0	0	0	0	35	0	0	0	0	0	0	0	0	35	

Fonte: Auditoria Geral do Estado - AGE

Da tabela analítica apresentada, extrai-se os seguintes quantitativos:

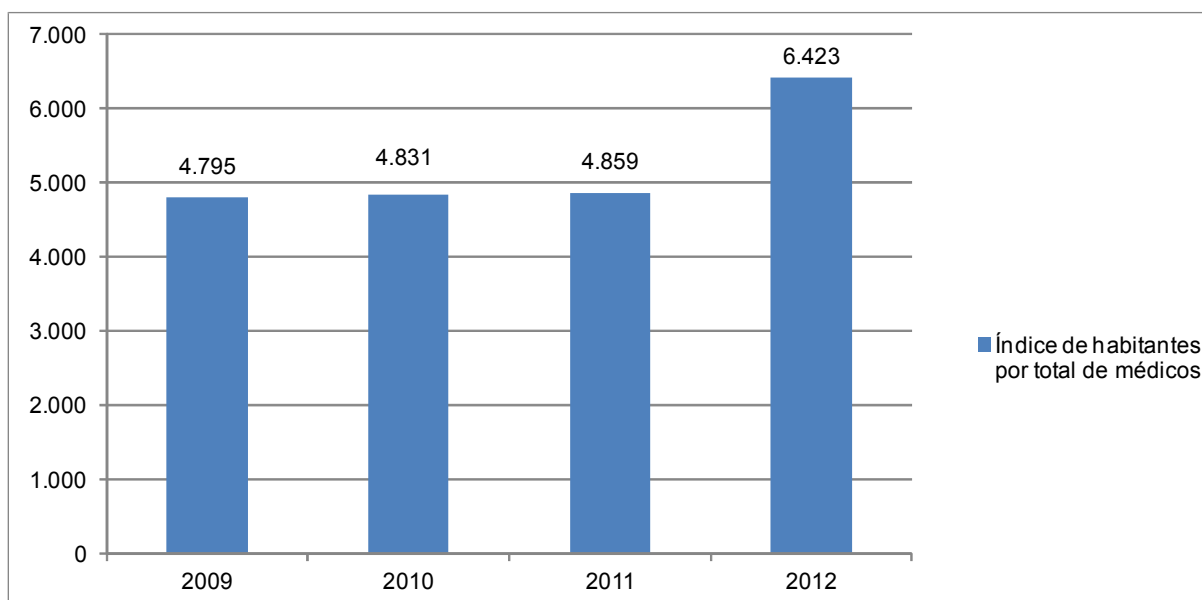
	2009	2010	2011	2012
Quantidade total de médicos	626	628	633	485

Percebe-se que ocorreram pequenos acréscimos no quadro de médicos entre os exercícios de 2009 a 2011, seguida de uma expressiva redução na quantidade de médicos estaduais no exercício de 2012, alterando significativamente a estrutura para o atendimento à população.

Considerando os dados citados com as variações do quantitativo de médicos nos exercícios de 2009 a 2012, restou comprovado, através do gráfico a seguir, que o índice de habitantes por médico deteriorou-se em 32,19% do exercício

de 2011 para o exercício de 2012, uma vez que ocorreu crescimento populacional⁷ de 1,28% de 2011 para 2012, com números absolutos de 3.075.862 e 3.115.336 respectivamente, combinado com a redução do quadro de médicos estaduais.

Índice de habitantes do Estado de Mato Grosso por Médico



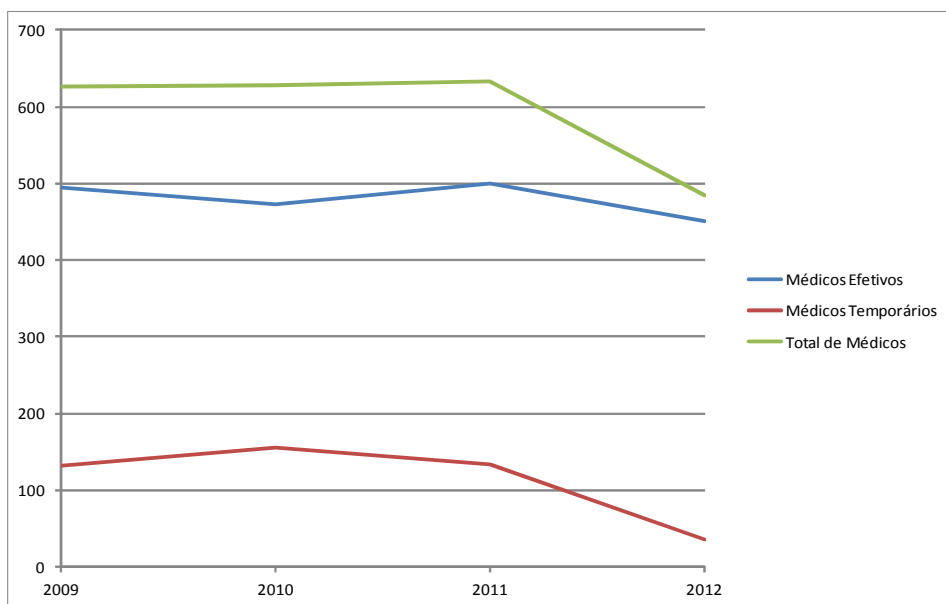
Fonte: Quantitativo populacional disponível em < <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?ibge/cnv/poptmt.def> >, acesso em 28/04/2013, em relação ao quantitativo de médicos informados na mensagem de correio eletrônico recebido da AGE em 09/04/2013

⁷ Quantitativo populacional disponível em < <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?ibge/cnv/poptmt.def> >. Acesso em 28/04/2013

Ante o exposto percebe-se a necessidade de investimentos no quadro de profissionais médicos, equalizando a proporção entre a demanda e o quantitativo de médicos.

De acordo com as informações apresentadas, no exercício de 2012, o Estado de Mato Grosso possuía em seu quadro funcional, o total de 485 médicos, sendo 450 efetivos e 35 temporários, ou seja, 92,78% de médicos efetivos e 9,28% de médicos temporários, percentuais que são resultados das variações ocorridas ao longo dos exercícios de 2009 a 2012, conforme o gráfico a seguir:

Evolução da quantidade total de Médicos Fonte: Auditoria Geral do Estado – AGE

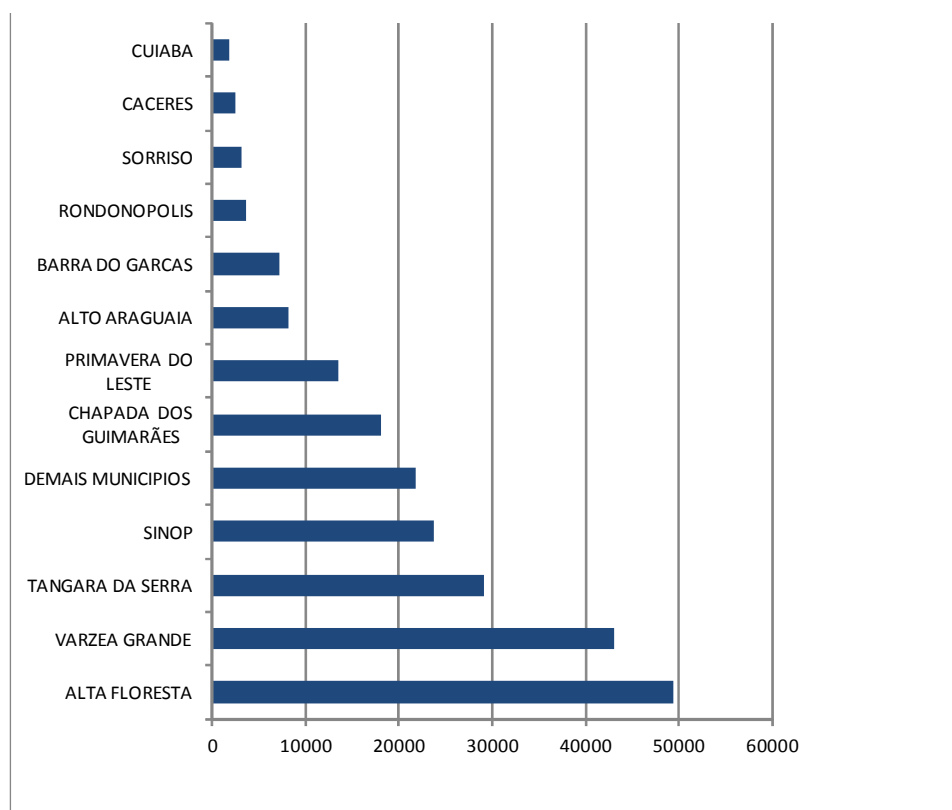


A análise do índice de habitantes por médico, com foco nos municípios do Estado, permite evidenciar que a distribuição do quadro de profissionais médicos entre os municípios não é proporcional ao quantitativo de habitantes, visto a constatação de variações no índice de habitantes por médico dos Municípios.

Assim sendo, considerando os municípios citados na tabela *Distribuição dos médicos por tipo de vínculo e região - 2009 a 2012*, o Município de Cuiabá apresentou no exercício de 2012, o melhor índice de habitantes por médico, situação oposta a vivenciada pelo município de Alta Floresta, o qual apresenta o pior índice, visto ter apenas 1 médico estadual.

Assim, com base no gráfico a seguir, conclui-se pela necessidade de avaliação do quantitativo adequado de profissionais médicos por município, que garantirá o atendimento com qualidade às demandas da população.

Índice de habitantes por Médico discriminado por Região



Fonte: Quantitativo populacional disponível em < <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?ibge/cnv/poptmt.def> >, acesso em 28/04/2013, em relação ao quantitativo de médicos informados na mensagem de correio eletrônico recebido da AGE em 09/04/2013

O quadro a seguir, demonstra a quantidade total de afastamentos de médicos nos exercícios de 2008 a 2011.

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
245

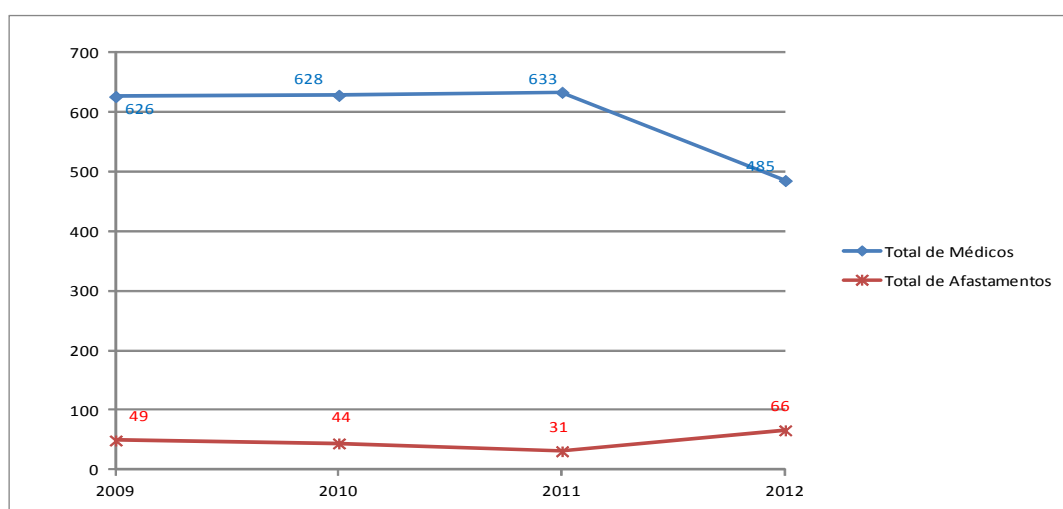
Quantitativo de afastamento de médicos

TIPO DE AFASTAMENTO	2009	2010	2011	2012
Aguardando aposentadoria por Invalidez	0	0	0	0
Licença adotante efetivo	1	0	0	1
Licença Gestante (contratado)	1	0	0	0
Licença Gestante (servidora efetiva)	1	0	0	0
Licença para Acompanhamento de Cônjuge	0	0	0	0
Licença para Atividade Política	0	3	0	0
Licença para Desempenho do Mandato Classista	0	0	0	0
Licença para Qualificação Profissional	1	2	1	1
Licença para Tratamento de Interesse Particular	5	3	6	5
Licença para Tratamento de Saúde (contratados)	0	0	0	0
Licença para Tratamento de Saúde (efetivos)	22	9	7	31
Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família	2	2	1	3
Licença Premio - Gozo	16	25	16	25
Readaptação	0	0	0	0
Total Geral	49	44	31	66

Fonte: Auditoria Geral do Estado - AGE

Através dos valores apresentados e do gráfico a seguir, percebe-se que, apesar da evolução da quantidade de afastamentos, este possui pouca representatividade em relação quantitativo total de médicos estaduais.

Relação entre a quantidade de médicos e de afastamentos



Fonte: Auditoria Geral do Estado – AGE

No tocante aos médicos do SAMU tabela a seguir evidencia que, no exercício de 2012, o quadro de profissionais é composto por 34 médicos contratados temporariamente, ou seja, 100% dos médicos do SAMU são de contratações temporárias, sendo todos lotados no município de Cuiabá.

Distribuição dos médicos do SAMU – 2012

Médicos do SAMU 2012	Alta Floresta	Alto Araguaia	Barra do Garças	Cáceres	Chapada dos Guimarães	Cuiabá	Peixoto de Azevedo	Pontes e Lacerda	Primavera do Leste	Rondonópolis	Rosário Oeste	Sinop	Sorriso	Tangará da Serra	Varzea Grande	Demais Municípios	Total Geral
Total de efetivos em 31/12	0	0	0	0	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10
Total de Temporários em 31/12	0	0	0	0	0	22	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22
Total Geral	0	0	0	0	0	32	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	32

Fonte: Auditoria Geral do Estado - AGE

Ante o exposto considera-se necessária a política de substituição das contratações temporárias de médicos da SAMU por servidores efetivos, assim como, a expansão deste tipo de atendimento para os municípios que necessitam, mas ainda não possuem o serviço em questão.

11.2 Ingressos e movimentações de pessoal ativo do Poder Executivo

Conforme as informações demonstradas nas tabelas a seguir, o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso realizou, no período de 2009 a 2012, 02 (dois) concursos públicos para o preenchimento de 10.290 vagas e, até o final de 2012, foram nomeados 13.331 servidores, restando 614 vagas a serem preenchidas

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
248

Concurso realizado em 2009

Ano de realização do concurso		2009	
Validade	29/06/12	Custo para elaboração	R\$ 11.173.369,31
Instituição responsável pela elaboração	UNEMAT		
CARGO	VAGAS OFERTADAS (A)	NOMEADOS (B)	SALDO em 31-12-12 (A-B)
Agente da Área Instrumental	100	58	42
Agente de Defesa Agropecuário e Florestal I	47	26	21
Agente de Defesa Agropecuário e Florestal II	97	39	58
Agente de Desenvolvimento Econômico Social	198	190	8
Agente em Serviço de Trânsito	284	427	0
Agente Fundiário	9	213	0
Agente Orientador	280	242	38
Agente Prisional	859	1440	0
Analista Administrativo de Def.Agrop.Florestal	6	2	4
Analista do Meio Ambiente	100	113	0
Analista Regulador	14	20	0
Apoio Administrativo Educacional	2000	4063	0
Assistente do Sistema Prisional	161	158	3
Assistente do Sistema Socioeducativo	59	60	0
Auditor do Estado	15	58	0
Conciliador de Defesa do Consumidor	11	11	0

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E

249

Ano de realização do concurso		2009	
Validade	29/06/12	Custo para elaboração	R\$ 11.173.369,31
Instituição responsável pela elaboração	UNEMAT		
CARGO	VAGAS OFERTADAS (A)	NOMEADOS (B)	SALDO em 31-12-12 (A-B)
Delegado de Polícia	60	73	0
Escrivão de Polícia	140	246	0
Fiscal de Defesa Agropecuária Florestal	163	110	53
Fiscal de Defesa do Consumidor	11	14	0
Gestor Governamental	50	0	50
Investigador de Polícia	60	131	0
Perito Oficial Criminal	60	67	0
Professor da Educação Básica	3000	3376	0
Soldado da Polícia Militar	1000	1249	0
Soldado do Corpo de Bombeiros Militar	60	87	0
Técnico Administrativo Educacional	500	944	0
Técnico da Área Instrumental	320	130	190
Técnico de Desenvolvimento Econômico Social	183	160	23
Técnico do Sistema Prisional	124	112	12
Técnico do Sistema Socioeducativo	66	44	22
Técnico em Necropsia	20	22	0
Técnico em Serviço de Trânsito	16	19	0
Técnico Fundiário	18	10	8
TOTAL	10091	13914	532

Fonte: Auditoria Geral do Estado – AGE

Concurso realizado em 2011

Ano de realização do concurso		2009	
Validade	02/11/2013	Custo para elaboração	Não informado
Instituição responsável pela elaboração		UFMT	
CARGO	VAGAS OFERTA DAS (A)	NOMEA DOS (B)	SALDO em 31-12-11 (A-B)
Técnico Universitário	17	11	6
Agente Universitário	167	97	70
Auxiliar Universitário	15	9	6
TOTAL	199	117	82

Fonte: Auditoria Geral do Estado - AGE

No entanto, conforme relatado no tópico *Lotacionograma*, apesar do progresso apresentado em relação a substituição de contratos temporários por servidores efetivos, ressalta-se que, conforme tabela já exposta no referido tópico, o quantitativo de contratos temporários no exercício de 2012 é de 18.882, o qual ainda representa 28,92% do quantitativo total de servidores ativos (65.288).

Em 31/12/2012 haviam 532 vagas a serem preenchidas com base no certame realizado em 2009, e assim constata-se que a recomendação proferida no voto realizado por esta Corte de Contas referente ao Parecer Prévio das Contas Anuais de F:\CONSELHEIRO DOMINGOS NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

Governo - Estado de Mato Grosso - exercício de 2011 (item 3, "i") não foi plenamente atendida, pois em 2012, ainda subsistem 5,27% de vagas remanescentes do referido concurso

No tocante ao concurso realizado no exercício de 2011, com a nomeação até 31/12/2012 de 117 candidatos, existiam até esta data um saldo de 82 vagas não preenchidas, que correspondem a um total de 41,21%.

Merecem destaque entre os cargos com vagas disponíveis os seguintes casos:

CARGO	VAGAS OFERTADAS (A)	NOMEADOS (B)	SALDO em 31-12-11 (A-B)
Agente da Área Instrumental	100	58	42
Agente de Defesa Agropecuário e Florestal I	47	26	21
Agente de Defesa Agropecuário e Florestal II	97	39	58
Agente de Desenvolvimento Econômico Social	198	190	8
Agente Orientador	280	242	38
Analista Administrativo de Def.Agrop.Florestal	6	2	4
Assistente do Sistema Prisional	161	158	3
Fiscal de Defesa Agropecuária Florestal	163	110	53
Gestor Governamental	50	0	50
Técnico da Área Instrumental	320	130	190

CARGO	VAGAS OFERTADAS (A)	NOMEADOS (B)	SALDO em 31-12-11 (A-B)
Técnico de Desenvolvimento Econômico Social	183	160	23
Técnico do Sistema Prisional	124	112	12
Técnico do Sistema Socioeducativo	66	44	22
Técnico Fundiário	18	10	8

No tocante a distribuição das contratações temporárias por órgão/entidade, a tabela a seguir evidencia a composição dos referidos valores:

Quantitativo de contratados temporários em relação aos servidores efetivos - 2012

Órgão e Entidade	Efetivos	Temporários	Tempo
AGE	37	0	
SECOPA	18	17	
AGER	28	0	
CASA CIVIL	29	0	
CASA MILITAR	3	0	
CBM	965	0	
DETRAN	592	0	
FAPEMAT	3	0	
IMEC	15	0	
INDEA	636	0	
INTERMAT	60	0	
JUCEMAT	46	0	
MT SAÚDE	9	0	
NOVA CHANCE	13	0	
PGE	84	0	

Órgão e Entidade	Efetivos	Temporários	Tempo
PJC	2.381	0	
PM	6.768	0	
POLITEC	494	40	
SAD	298	0	
SEC	60	0	
SECID	67	0	
SECITEC	87	170	
SECOM	6	0	
SEDTUR	18	0	
SEDUC	16.688	18.098	
SEDRAF	23	0	
SEEL	17	0	
SEFAZ	1.168	0	
SEJUDH	2.549	0	
SESP	150	0	
SEMA	413	0	
SEPLAN	96	0	
SES	4.441	137	
SETECS	194	28	
SICME	8	0	
SETPU	394	0	
UNEMAT	983	402	
VICE GOV.	9	0	
Total Geral	39.850	18.892	

Fonte: Auditoria Geral do Estado - AGE

Entre os exercícios de 2010 e 2011, observa-se que houve uma redução de 16,11% na quantidade de contratados temporariamente, visto o quantitativo de 23.896 servidores em 2010, passando para 20.045 no exercício 2011. No exercício de 2012 ocorreu nova evolução deste índice, com redução de 5,75% no quantitativo de contratados

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
254

temporariamente em relação ao exercício de 2011, com diminuição, em números absolutos de 20.045 para 18.892 temporários, respectivamente.

Ressalta-se que as contratações temporárias realizadas pela SEDUC em relação ao total das contratações realizadas pelo Estado, correspondem a 90,15%, 89,64%, 94,40% e 95,80%, respectivamente, do total das contratações temporárias dos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012.

Em relação a movimentação do quantitativo de servidores efetivos com função de confiança e servidores exclusivamente comissionados, o demonstrativo a seguir apresenta as variações ocorridas entre os exercícios de 2009 a 2012:

Quantidade de Efetivos com Comissão e Exclusivamente Comissionados

Entidade	Efetivo com Comissão				Exclusivamente Comissionado			
	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
AGE	9	9	21	22	9	9	10	9
SECOPA	0	0	11	11	15	74	46	56
AGER	6	6	7	9	7	7	30	25
CASA CIVIL	33	35	27	27	156	160	121	121
CASA MILITAR	53	70	71	68	7	26	10	10
CBM	164	395	2	2	0	0	0	0
DETRAN	58	62	65	68	168	160	160	153
FAPEMAT	1	1	2	2	11	11	10	9
IMEC	44	43	43	45	3	3	3	8
INDEA	31	27	23	22	19	20	23	26
INTERMAT	18	20	13	14	29	40	50	47
JUCEMAT	5	4	5	6	22	22	21	21
MT SAÚDE	6	6	6	6	5	4	5	5
NOVA CHANCE	0	1	1	1	3	3	2	2
PGE	29	29	30	31	34	37	27	27
PJC	97	76	226	247	6	2	2	1

	Efetivo com Comissão				Exclusivamente Comissionado			
PM	531	1.037	2	8	0	0	0	0
POLITEC	0	77	84	85	0	6	11	11
SAD	123	119	112	112	126	127	112	119
SEC	7	9	9	7	37	32	30	32
SECID	0	0	0	13	0	0	0	37
SECITEC	41	42	37	37	98	107	109	107
SECOM	7	5	6	5	38	41	40	40
SEDTUR	8	9	10	6	22	22	18	19
SEDUC	2.397	2.238	2.269	2.512	41	45	40	41
SEDRAF	16	17	15	14	72	73	102	97
SEEL	9	10	8	5	21	20	21	24
SEFAZ	193	192	193	216	118	112	101	95
SEJUDH	220	189	212	152	116	105	122	50
SESP	-	-	-	90	-	-	-	50
SEMA	74	70	76	71	264	238	215	219
SEPLAN	29	32	35	39	53	49	43	39
SES	200	202	169	138	225	222	301	288
SETECS	40	42	33	35	119	125	121	125
SICME	18	20	20	26	58	55	55	54
SETPU	73	73	79	65	98	100	110	68
UNEMAT	136	134	136	136	0	0	0	
VICE GOV.	0	1	13	11	9	7	62	59
LOTERIA	0	0	0	0	0	0	4	4
Total Geral	4.676	5.302	4.071	4.364	2.009	2.064	2.137	2.098

Fonte: Auditoria Geral do Estado - AGE

Desse modo, o quantitativo do exercício de 2012 pode ser expresso da seguinte forma:

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E

256

Distribuição dos servidores efetivos com função de confiança e comissionados

11.3 Quantitativo e custo da folha de pagamento de pessoal inativo do Poder Executivo

A evolução em números absolutos do valor da folha e da quantidade total de inativos no período de 2009 a 2012 está apresentada nos gráficos a seguir. Observa-se, em 2010 e 2011, um aumento expressivo em ambos valores, quando comparados com o exercício de 2009.

Evolução na proporção entre servidores ativos e inativos

Ano	2009	2010	2011	2012
Total Ativos	64.794	63.464	65.574	65.374
Total Inativos	21.309	23.889	25.257	25.568
Taxas entre inativos e ativos	32,9%	37,6%	38,5%	39,1%

Fonte: Auditoria Geral do Estado - AGE

Evolução comparativa do valor da folha de pagamento dos servidores ativos e inativos

Em R\$(1,00)				
Ano	2009	2010	2011	2012
Total Ativos	146.282.011,00	165.619.809,67	201.729.300,25	219.011.571,00
Total Inativos	50.833.992,07	63.189.901,34	80.070.685,28	93.418.453,00
Taxas entre inativos e ativos	34,8%	38,2%	39,7%	42,7%

Fonte: Auditoria Geral do Estado - AGE

Diante da quantificação da taxa de crescimento da quantidade e valor da folha de pagamento dos inativos em relação à quantidade e valor da folha de pagamento dos servidores ativos, ocorreu um aumento, ao longo dos exercícios de 2009 a 2012, de 18,92% na proporção do quantitativo dos inativos sobre os servidores ativos e um incremento de 22,84% na proporção do valor da folha de pagamento dos inativos sobre os servidores ativos.

Conclusão

Das análises realizadas, conclui-se pelo destaque dos seguintes pontos abordados referentes ao Poder Executivo:

1) Do lotacionograma:

1.1) Os contratos temporários ainda possuem elevada representatividade no quadro de pessoal do Poder Executivo, visto o percentual de 28,94% em relação ao quadro total de servidores ativos, ou seja, do quantitativo de 65.288 servidores ativos, 18.892 são de contratos temporários. Assim, não obstante a diminuição do quantitativo de contratos temporários do exercício 2011 para o exercício 2012, há de se manter a política de redução das contratações temporárias.

1.2) Na distribuição dos cargos por secretaria, a SEDUC apresenta o maior quantitativo de servidores (37.365), representando 57,63% do quantitativo do quadro total de servidores ativos, gerando um custo anual de R\$ R\$ 1.259.269.084,12. Contudo, apresenta

uma das menores média de remuneração por servidor, visto a média mensal de R\$ 5198,35.

2) Dos professores:

2.1) No exercício de 2012 evidencia-se o percentual de 48,87% de professores temporários em relação ao quadro total de professores. Desse modo, considera-se essencial a aceleração da política de substituição dos professores contratados temporariamente por professores efetivos, conforme a recomendação que já havia sido proferida no voto realizado por esta Corte de Contas referente ao Parecer Prévio das Contas Anuais de Governo – Estado de Mato Grosso – exercício de 2011.

2.2) A média de alunos por professor estadual vem aumentando ao longo dos exercícios de 2008 a 2012, apenas com uma ligeira redução no exercício de 2012, sendo fundamental para o desenvolvimento educacional, a política de redução da proporção média de alunos por professores através do aumento da quantidade de professores, o garantirá uma maior atenção e qualidade no ensino básico estadual.

2.3) Foi constatado um elevado índice de afastamento de professores. Portanto, visto o histórico do fato em questão, considera-se necessária a adoção de medidas visando estabelecer o quantitativo ideal de professores para que não haja o comprometimento do ensino público estadual.

3) Dos policiais militares:

3.1) Redução na quantidade de policiais militares do exercício de 2011 para o exercício de 2012 e aumento do índice de habitantes por policial militar, o qual foi de 4450,66 habitantes por policial militar, sendo melhor do que a média Brasil 2010, a qual foi de 461,86 habitantes por policial militar. Contudo, das 16 regiões analisadas, 11 possuem

índice pior do que a média Brasil 2010. Merecem destaque os Municípios de Cuiabá, que apresentou a melhor média do índice citado e o Município de Alta Floresta, cujo índice foi o pior do Estado de Mato Grosso.

4) Dos bombeiros:

4.1) Redução na quantidade de bombeiros do exercício de 2011 para o exercício de 2012 e aumento do índice de habitantes por bombeiro, o qual foi de 3.198,50 habitantes por bombeiro, sendo melhor do que a média Brasil 2010, a qual foi de 3.748,76 habitantes por bombeiro. Das 17 regiões analisadas, o Município de Sorriso e os demais municípios apresentaram índice pior do que a média Brasil 2010, sendo ainda verificado que o Município de Barra do Garças apresentou o melhor índice de habitantes por bombeiro.

5) Dos médicos:

5.1) Pequeno aumento do quadro de médicos do exercício de 2009 para o exercício de 2010, sendo constatado que nos exercícios de 2010 e 2011, a elevação do número de médicos estaduais também foi mínima, seguida de expressiva redução do quadro em 2012 comprometendo a estrutura para o atendimento à população. Desse modo, conclui-se que o percentual do crescimento populacional foi superior ao percentual de elevação do quadro de médicos estaduais, sendo evidenciado um aumento de 33,96% na média de habitantes por médico ao longo dos exercício de 2009 a 2012. Ante o exposto, percebe-se a necessidade de investimentos no quadro de profissionais médicos, equalizando a proporção entre a demanda e o quantitativo de médicos.

5.2) No exercício de 2012, foi constatado um total de 633 médicos estaduais, sendo 450 efetivos e 35 temporários. Considerando as variações no índice de habitantes por médico, verifica-se que a distribuição entre os Municípios não é proporcional ao quantitativo de habitantes, sendo necessária a avaliação do quantitativo adequado de

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E

260

profissionais médicos por Município, garantindo o atendimento com qualidade à demanda populacional.

5.3) O SAMU dispõe de 32 médicos estaduais, sendo 10 efetivos e 22 contratados temporariamente, todos lotados no Município de Cuiabá. Portanto, considera-se necessária a política de substituição das contratações temporárias por médicos efetivos, assim como, a expansão deste tipo de atendimento para os Municípios que necessitam, mas ainda não possuem o serviço em questão.

6) Dos ingressos e movimentações de pessoal ativo:

6.1) Das 10.091 vagas a serem preenchidas através do concurso público realizado em 2009, foram nomeados 13.914 servidores, restando ainda 532 vagas do referido certame e 82 vagas do certame realizado em 2011. Desse modo, conclui-se que não houve o pleno atendimento da recomendação, realizada por esta Corte de Contas, de aceleração da nomeação dos candidatos aprovados no Concurso Público Unificado de 2009, visto que as nomeações não realizadas em 2012 correspondem a 5,27 % das vagas ainda disponíveis no final do exercício.

6.2) Da análise detalhada das movimentações ocorridas nos órgãos, merece destaque a SEDUC, a qual reduziu o quadro de contratações temporárias, no entanto, ainda apresenta, no exercício de 2012, o quantitativo de 18.098 contratos temporários, representando 95,79% do total das contratações temporárias do quadro estadual.

7) Dos inativos:

7.1) Ocorreu um aumento, ao longo dos exercícios de 2009 a 2012, de 18,92% na proporção do quantitativo dos inativos sobre os servidores ativos e um incremento

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E

261

de 22,84% na proporção do valor da folha de pagamento dos inativos sobre os servidores ativos.

12 GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS

12.1 Da Aplicação em Obras e Investimentos

O PPA do Estado de Mato Grosso para o quadriênio 2012-2015 foi instituído pela Lei Estadual nº 9.675/2011 com 13 (treze) objetivos estratégicos. A Lei Estadual nº 9.606 – LDO/2012 priorizou 12 (DOZE) objetivos estratégicos que foram contemplados na Lei Estadual nº 9.686/2011 – LOA/2012.

Durante o exercício, o Estado destinou R\$ 581,938 milhões a investimentos, desse valor, 72,69 % equivalentes a R\$ 423,060 milhões referem-se a Obras e Instalações.

Na Tabela 2 estão demonstradas as modalidades de aplicação dos investimentos referentes às transferências do Estado aos municípios, às instituições privadas sem fins lucrativos e os aplicados diretamente pelo ente, respectivamente com a seguinte participação relativa: 18,64%, 2,36% e 78,99%. Do total dos recursos, 21,00% foram aplicados de forma indireta.

Tabela 145 Investimentos em obras e instalações exercício 2012

Código	Especificação	Valor
3.4.4.4.0.51.00.00	Transferências a municípios	78.871.417,37
3.4.4.5.0.51.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	10.012.074,67
3.4.4.9.0.51.00.00	Aplicação Direta	334.177.340,98
	Total	423.060.833,02

Em 2012 no governo estadual, no conjunto de todas as despesas, foi liquidado o valor total de R\$12,681 bilhões, sendo que 3,33% desse valor R\$ 423,060 milhões referem-se às obras e instalações.

12.2 Das Regiões Previstas no PPA

12.3 Dos Programas Significativos Executados

Os quatros programas **Melhoria da Habitabilidade - "Municípios Sustentáveis", To em Casa, Copa Verde e Infraestrutura de Transportes - MT Integrado** têm tido significativa participação nos investimentos em obras públicas do Estado. No exercício sob análise, considerando as despesas líquidas e específicas relativas às obras e instalações.

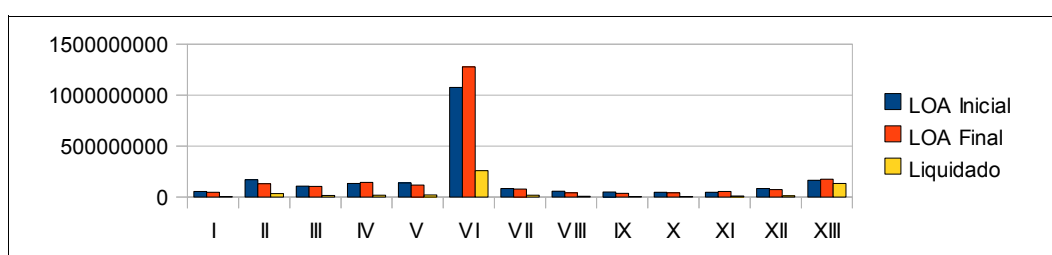
A Tabela 3 consolida informações acerca do planejamento, orçamento e execução dos quatro programas (Gráfico 1), relativamente às treze (13) regiões já mencionadas.

Tabela 146 Melhoria da Habitabilidade - "Municípios Sustentáveis", To em Casa, Copa Verde e Infraestrutura de Transportes - MT Integrado

Região	LOA Inicial	Alteração	LOA Final	% alteração	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado / LOA Final
I	55.408.249,70	-8.166.919,90	47.241.329,80	-14,74	3.709.177,71	3.709.177,71	3.208.269,61	7,85
II	169.587.419,70	-38.944.089,04	130.643.330,66	-22,96	35.168.995,43	32.266.161,84	28.705.451,02	24,70
III	106.950.419,70	-2.980.518,56	103.969.901,14	-2,79	13.627.241,51	13.626.873,02	9.986.903,83	13,11
IV	131.585.879,70	12.139.703,76	143.725.583,46	9,23	21.349.608,56	17.863.030,26	15.109.975,02	12,43
V	138.205.151,70	-22.124.644,64	116.080.507,06	-16,01	28.065.015,73	19.806.132,43	18.150.335,04	17,06
VI	1.073.512.816,01	202.531.192,26	1.276.044.008,27	18,87	345.927.093,72	257.268.694,09	237.512.481,41	20,16
VII	83.353.092,20	-6.368.228,88	76.984.863,32	-7,64	23.427.259,47	18.360.662,36	15.123.018,64	23,85
VIII	56.571.419,70	-15.879.824,16	40.691.595,54	-28,07	6.525.670,37	6.435.350,12	4.050.996,88	15,81
IX	49.917.419,70	-13.619.585,20	36.297.834,50	-27,28	6.129.132,95	4.969.848,73	4.107.955,15	13,69
X	46.796.419,70	-6.545.830,15	40.250.589,55	-13,99	7.221.629,48	5.188.294,25	3.147.215,31	12,89
XI	45.951.819,70	7.469.315,91	53.421.135,61	16,25	9.267.071,18	9.267.071,18	7.901.074,94	17,35
XII	81.894.085,00	-8.564.061,34	73.330.023,66	-10,46	19.335.210,01	12.676.373,64	8.851.929,18	17,29
XIII	163.832.352,28	10.029.970,47	173.862.322,75	6,12	142.069.991,74	132.246.396,55	111.956.312,33	76,06
TOTAL	2.203.566.544,79	108.976.480,53	2.312.543.025,32	4,95	661.823.097,86	533.684.066,18	467.811.918,36	23,08

Fonte: SIG MT – Sistema de Informações Gerenciais do Estado de Mato Grosso

Gráfico 1: Programas- 072- 239- 325- 338



Apresenta-se a seguir análise individualizada do resultado das ações desses quatro programas, feita com base nas informações do FIPLAN, do PPA 2012/2015 e do Relatório da Ação Governamental-2012.

12.3.1 Programa Infraestrutura de Transportes - MT Integrado

Este programa tem por objetivo ampliar e manter a malha rodoviária estadual, de modo a garantir e assegurar as condições permanentes de tráfego. Uma das principais meta do Governo do Estado para o biênio 2012/2014 é o programa “Mato Grosso Integrado, Sustentável e Competitivo”.

O programa prevê a interligação de todos os municípios mato-grossenses através de pelo menos uma via de acesso pavimentada até o fim 2014, com o objetivo de gerar mais desenvolvimento para o Estado. Para alcançar esse objetivo o Governo do Estado de Mato Grosso pleiteou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) o financiamento de R\$1,5 bilhão.

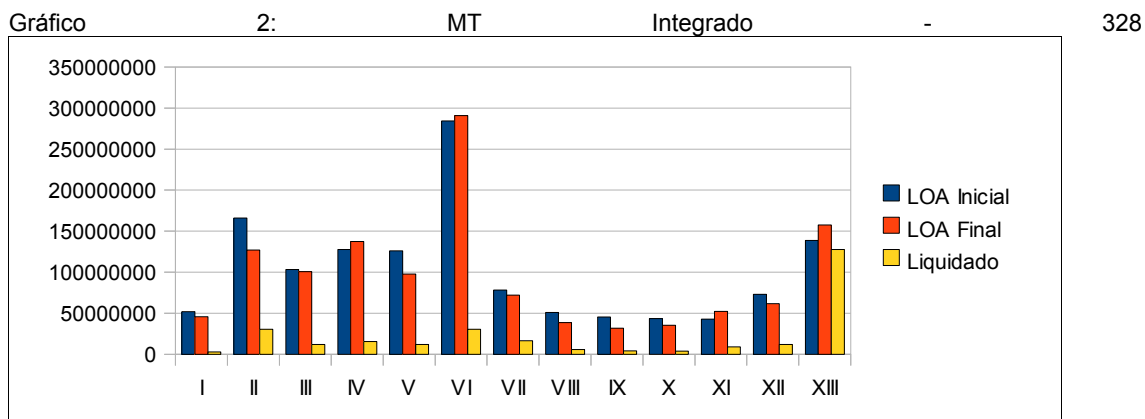
Segundo consta do PPA 2012-2015, a unidade responsável pelo mesmo em 2012 foi a Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana.

Para execução deste programa (338) a LOA/2012 fixou uma despesa no valor de R\$1.331.069.876,00, sendo que no decorrer do exercício o orçamento para execução desse programa sofreu uma redução no valor de R\$82.222.095,72, assim, de acordo com relatório do FIPLAN o crédito orçamentário autorizado finalizou no valor de R\$1.248.847.780,28. Desse total autorizado pela LOA/2012, o governo liquidou R\$281.138.348,32 ou seja, apenas 22,51% do previsto. (Tabela 4 e Gráfico 2).

Tabela 147 Infraestrutura de Transportes - MT Integrado- 338

Região	LOA Inicial	Alteração	LOA Final	% alteração	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado / LOA Final
I	51.816.000,00	-6.163.528,75	45.652.471,25	-11,90	2.929.117,71	2.929.117,71	2.428.269,61	6,42
II	165.922.000,00	-39.017.618,35	126.904.381,65	-23,52	32.231.446,53	30.466.161,84	26.905.451,02	24,01
III	103.285.000,00	-2.533.373,03	100.751.626,97	-2,45	11.846.100,36	11.845.731,87	8.205.882,68	11,76
IV	127.534.500,00	9.964.181,07	137.498.681,07	7,81	18.770.349,56	15.322.910,26	13.299.975,02	11,14
V	125.954.000,00	-28.052.563,37	97.901.436,63	-22,27	14.964.649,09	11.982.043,02	10.326.365,63	12,24
VI	284.207.678,00	6.638.229,07	290.845.907,07	2,34	43.632.226,05	30.342.501,41	25.026.739,33	10,43
VII	78.354.000,00	-6.141.374,04	72.212.625,96	-7,84	20.426.285,59	16.380.482,36	13.142.958,64	22,68
VIII	50.876.000,00	-12.321.711,21	38.554.288,79	-24,22	5.775.670,37	5.685.350,12	3.300.996,88	14,75
IX	45.302.000,00	-13.681.627,35	31.620.372,65	-30,20	3.996.636,88	3.996.636,88	3.204.923,30	12,64
X	43.483.000,00	-8.171.543,57	35.311.456,43	-18,79	3.790.794,85	3.790.794,85	1.749.715,91	10,74
XI	42.722.000,00	9.450.857,86	52.172.857,86	22,12	8.877.011,18	8.877.011,18	7.511.014,94	17,01
XII	73.094.500,00	-11.397.033,84	61.697.466,16	-15,59	11.976.373,64	11.976.373,64	8.251.929,18	19,41
XIII	138.519.198,00	19.205.009,79	157.724.207,79	13,86	132.290.697,24	127.543.233,18	108.446.148,96	80,86
TOTAL	1.331.069.876,00	-82.222.095,72	1.248.847.780,28	-6,18	311.507.359,05	281.138.348,32	231.800.371,10	22,51

Fonte: SIG MT – Sistema de Informações Gerenciais do Estado de Mato Grosso



O MT Integrado é formado por 17 (dezessete) Projetos, sendo que a LDO priorizou 06 (seis) como demonstrado nas Tabelas 5 e Erro: Origem da referência não encontrada:

Tabela 148 Projetos do programa MT Integrado

código	nome
1150	Aquisição de equipamentos rodoviários
1259	Estruturação da tecnologia de informação - sinfra
1283	Implantação de obras de artes especiais pontes/viadutos
1284	Construção e reforma de pontes de madeira
1287*	Pavimentação de rodovias
1289	Restauração de rodovias pavimentadas
1291	Estudos e projetos rodoviários e ambientais
1292*	Melhoramento de segurança e controle aéreo

1819	Construção de infraestrutura e vias urbanas em áreas ocupadas
2090	Capacitação de recursos humanos da sinfra
2151*	Manutenção de rodovias não pavimentadas
2160	Manutenção dos postos da policia rodoviária estadual
2209*	Conservação de rodovias pavimentadas
3162	Execução e apoio a projetos de obras publicas municipais
4357	Gerenciamento e operação da malha pavimentada
5148*	Pavimentação de ligações e vias de acessos rodoviários municipais
5159*	Pavimentação e recuperação de rodovias turísticas

Ação Prioritária definida na LDO 2011

Tabela 149: Distribuição dos cargos por secretaria

Ação	LOA Inicial	Alteração	LOA Final	% alteração	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado / LOA Final
1150	52.825,25	0,00	52.825,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1259	580.332,00	-217.892,00	362.440,00	-37,55	270.696,43	270.696,43	270.696,43	74,69
1283	44.999.950,00	23.551.803,17	68.551.753,17	52,34	9.392.473,13	9.392.473,13	9.392.473,13	13,70
1284	28.767.501,20	-14.983.106,32	13.784.394,88	-52,08	5.934.235,69	5.934.235,69	3.823.101,52	43,05
1287	284.946.904,00	-114.687.534,93	170.259.369,07	-40,25	73.723.500,79	58.161.351,14	51.408.065,97	34,16
1289	94.498.000,00	-60.198.431,62	34.299.568,38	-63,70	10.298.440,78	10.298.440,78	8.437.015,01	30,02
1291	20.000.000,00	63.581.620,29	83.581.620,29	317,91	18.295.839,32	18.295.839,32	18.295.839,32	21,89
1292	23.000.000,00	3.020.124,70	26.020.124,70	13,13	5.501.927,32	5.501.927,32	3.781.254,59	21,14
1819	41.178.824,00	33.848.730,43	75.027.554,43	82,20	57.681.791,52	47.622.394,50	30.102.769,82	63,47
2090	68.500,00	0,00	68.500,00	0,00	16.220,00	2.720,00	2.100,00	3,97
2151	60.547.259,55	26.016.107,08	86.563.366,63	42,97	72.214.997,13	72.214.997,13	63.417.803,28	83,42
2160	400.000,00	0,00	400.000,00	0,00	152.791,59	143.038,00	137.824,26	35,76
2209	13.874.780,00	-3.976.680,86	9.898.099,14	-28,66	5.546.886,60	5.308.486,98	3.775.359,90	53,63
3162	51.600.000,00	1.387.384,06	52.987.384,06	2,69	50.917.443,96	46.431.633,11	38.780.295,91	87,63
4357	5.000.000,00	-2.124.426,22	2.875.573,78	-42,49	1.560.114,79	1.560.114,79	175.771,96	54,25
5148	436.975.000,00	-37.439.793,50	399.535.206,50	-8,57	0,00	0,00	0,00	0,00
5159	224.580.000,00	0,00	224.580.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.331.069.876,00	-82.222.095,72	1.248.847.780,28	-6,18	311.507.359,05	281.138.348,32	231.800.371,1	22,51

Fonte: SIG MT – Sistema de Informações Gerenciais do Estado de Mato Grosso

Passa-se à análise das ações que apresentarem maior relevância em termos de valores da execução orçamentária.

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
269

Construção de pontes definitivas de concreto – obras de artes especiais – PAOE 1283

De acordo com informações extraídas do FIPLAN, do valor orçado para esse Projeto Atividade foi executado apenas o valor de R\$ 9.392.473,13, corresponde a 13,70% do valor orçado. Ainda, de acordo com as informações constantes no RAG, no exercício de 2012 foram executados 258 metros de ponte (2.772m² de ponte).

Com base nessas informações, o valor pago pelo Executivo Estadual para o metro de ponte de concreto foi de R\$ 36.404,93, evidenciando superestimação dos custos na fase de planejamento e orçamentação das metas.

Ainda merece destaque neste projeto atividade que depois das alterações realizadas no orçamento, houve significativa redução no orçamento de determinadas regiões em detrimento das regiões 6 e 11, conforme demonstrado na Tabela 7 e Gráfico 3 a seguir.

Tabela 150 Implantação de obras de artes especiais pontes/viadutos – 1283

Região	LOA Inicial	Alteração	LOA Final	% alteração	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado / LOA Final
I	2.500.000,00	4.500.000,00	7.000.000,00	180,00	0,00	0,00	0,00	0,00
II	5.000.000,00	-633.780,52	4.366.219,48	-12,68	0,00	0,00	0,00	0,00
III	5.000.000,00	2.777.582,44	7.777.582,44	55,55	1.070.106,06	1.070.106,06	1.070.106,06	13,76
IV	4.500.000,00	-350.000,00	4.150.000,00	-7,78	150.000,00	150.000,00	150.000,00	3,61
V	3.000.000,00	-1.000.000,00	2.000.000,00	-33,33	0,00	0,00	0,00	0,00
VI	4.999.950,00	6.394.904,12	11.394.854,12	127,90	915.421,94	915.421,94	915.421,94	8,03
VII	3.000.000,00	-1.000.000,00	2.000.000,00	-33,33	1.463.848,00	1.463.848,00	1.463.848,00	73,19
VIII	3.000.000,00	-1.000.000,00	2.000.000,00	-33,33	0,00	0,00	0,00	0,00
IX	3.000.000,00	-1.000.000,00	2.000.000,00	-33,33	0,00	0,00	0,00	0,00
X	2.500.000,00	-500.000,00	2.000.000,00	-20,00	0,00	0,00	0,00	0,00
XI	6.000.000,00	15.863.097,13	21.863.097,13	264,38	5.793.097,13	5.793.097,13	5.793.097,13	26,50

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

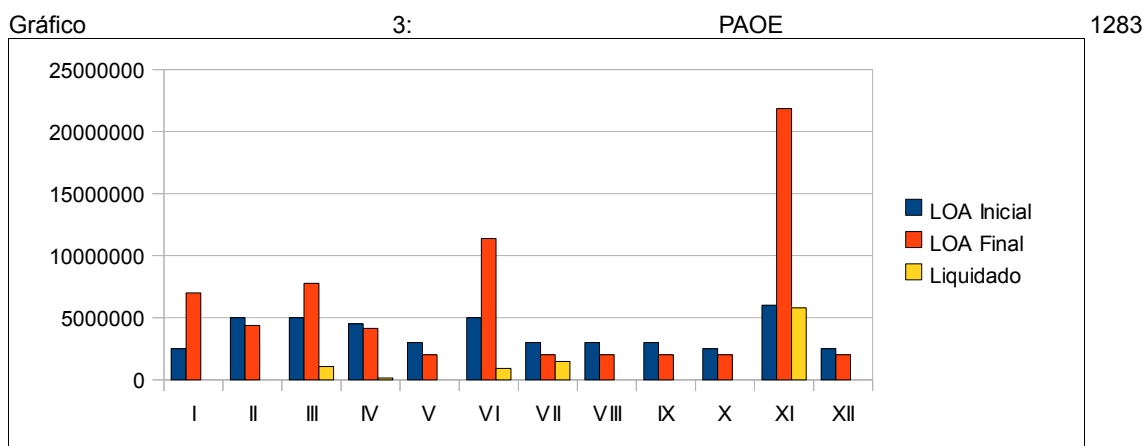
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E

270

XII	2.500.000,00	-500.000,00	2.000.000,00	-20,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	44.999.950,00	23.551.803,17	68.551.753,17	52,34	9.392.473,13	9.392.473,13	9.392.473,13	13,70

Fonte: SIG MT – Sistema de Informações Gerenciais do Estado de Mato Grosso



Região VI (Sul): Cuiabá, Várzea Grande, Nobres, Rosário Oeste, Acorizal, Jangada, Planalto da Serra, Nova Brasilândia, Chapada dos Guimarães, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio do Leverger, Barão do Melgaço, Poconé.

Região XI (Noroeste II): Juara, Porto dos Gaúchos, Novo Horizonte do Norte, Tabaporã.

Construção e reforma de pontes de madeira – PAOE 1284

Tabela 151 Construção e reforma de pontes de madeira – 1284

Região	LOA Inicial	Alteração	LOA Final	% alteração	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado / LOA Final
I	1.485.000,00	-1.108.050,43	376.949,57	-74,62	117.919,12	117.919,12	117.919,12	31,28
II	1.485.000,00	-1.005.653,70	479.346,30	-67,72	468.725,85	468.725,85	468.725,85	97,78
III	1.350.000,00	-386.742,76	963.257,24	-28,65	106.849,77	106.849,77	106.849,77	11,09

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

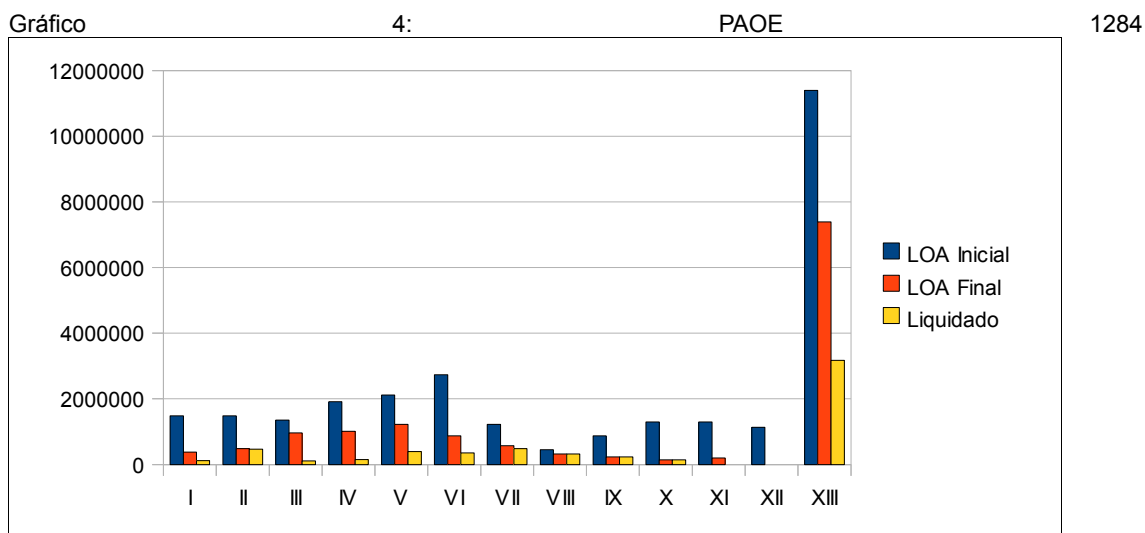
E

271

IV	1.912.500,00	-900.000,00	1.012.500,00	-47,06	147.712,00	147.712,00	147.712,00	14,59
V	2.120.000,00	-900.000,00	1.220.000,00	-42,45	394.559,02	394.559,02	146.646,00	32,34
VI	2.736.000,00	-1.858.915,68	877.084,32	-67,94	352.659,88	352.659,88	352.659,88	40,21
VII	1.225.000,00	-655.838,56	569.161,44	-53,54	482.086,56	482.086,56	168.135,60	84,70
VIII	450.000,00	-128.508,58	321.491,42	-28,56	321.491,42	321.491,42	0,00	100,00
IX	875.000,00	-646.512,20	228.487,80	-73,89	228.487,80	228.487,80	110.301,38	100,00
X	1.300.000,00	-1.157.917,26	142.082,74	-89,07	142.082,74	142.082,74	142.082,74	100,00
XI	1.296.000,00	-1.093.558,66	202.441,34	-84,38	0,00	0,00	0,00	0,00
XII	1.137.500,00	-1.137.500,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
XIII	11.395.501,20	-4.003.908,49	7.391.592,71	-35,14	3.171.661,53	3.171.661,53	2.062.069,18	42,91
TOTAL	28.767.501,20	-14.983.106,32	13.784.394,88	-52,08	5.934.235,69	5.934.235,69	3.823.101,52	43,05

Fonte: SIG MT – Sistema de Informações Gerenciais do Estado de Mato Grosso

Quanto ao cumprimento das metas físicas, constata-se que foram abaixo do previsto, conforme demonstrado pelo gráfico 4 a seguir.



A execução deste Projeto Atividade atingiu ao final do exercício de 2012 o percentual 19,75% (físico) entretanto, analisando a execução orçamentária, levando-se em conta que houve considerável redução no valor do orçamento deste Projeto Atividade, a sua execução foi de 43,05%. De acordo com informações contantes no RAG o baixo índice da execução deste Projeto Atividade foi pelo motivo de contingenciamento do orçamento do exercício de 2012.

Pavimentação de rodovias – PAOE 1287

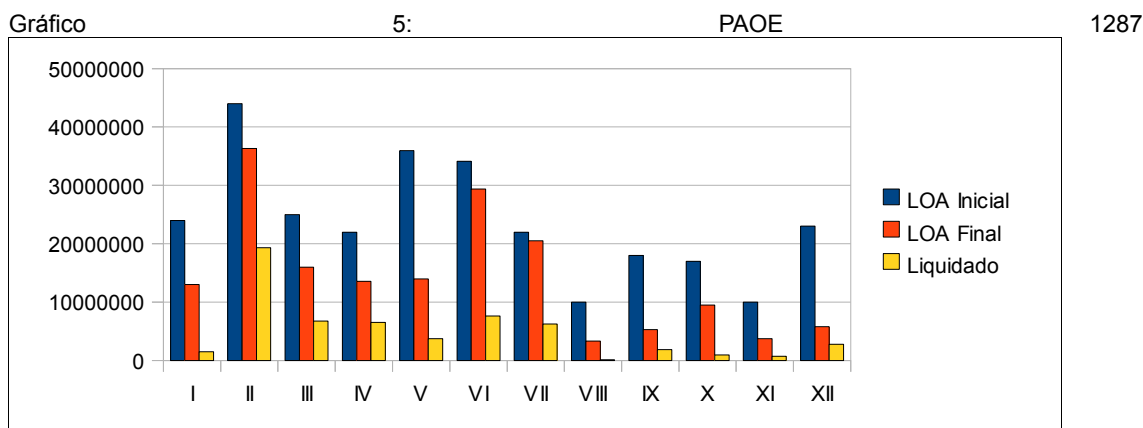
De acordo com o FIPLAN para este Projeto Atividade houve uma liquidação no valor de R\$58.161.351,14, equivalente a 34,16%, entretanto, do valor previsto para ser executado (546,10km), conforme RAG foram executados apenas 54,19km, ou seja, foram executados apenas 9,92% da meta.

Tabela 152 Pavimentação de rodovias – 1287

Região	LOA Inicial	Alteração	LOA Final	% alteração	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado / LOA Final
I	23.982.000,00	-10.991.000,00	12.991.000,00	-45,83	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	11,55
II	43.988.000,00	-7.690.226,95	36.297.773,05	-17,48	21.059.694,98	19.294.410,29	17.131.797,66	53,16
III	24.990.000,00	-8.991.000,00	15.999.000,00	-35,98	6.772.867,67	6.772.499,18	4.134.729,81	42,33
IV	21.973.000,00	-8.404.896,96	13.568.103,04	-38,25	9.978.690,92	6.531.251,62	5.451.268,76	48,14
V	35.980.000,00	-22.012.578,00	13.967.422,00	-61,18	3.710.163,68	3.710.163,68	3.710.163,68	26,56
VI	34.115.904,00	-4.768.530,92	29.347.373,08	-13,98	14.236.136,99	7.592.904,55	7.384.060,75	25,87
VII	21.980.000,00	-1.491.061,62	20.488.938,38	-6,78	9.959.951,48	6.254.126,75	6.254.126,75	30,52
VIII	9.982.000,00	-6.688.232,85	3.293.767,15	-67,00	140.863,66	140.863,66	140.863,66	4,28
IX	17.983.000,00	-12.700.072,31	5.282.927,69	-70,62	1.876.115,26	1.876.115,26	1.876.115,26	35,51
X	16.989.000,00	-7.480.025,39	9.508.974,61	-44,03	967.226,11	967.226,11	777.418,16	10,17
XI	9.982.000,00	-6.248.879,20	3.733.120,80	-62,60	737.120,80	737.120,80	626.822,27	19,75

Região	LOA Inicial	Alteração	LOA Final	% alteração	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado / LOA Final
XII	23.002.000,00	-17.221.030,73	5.780.969,27	-74,87	2.784.669,24	2.784.669,24	2.420.699,21	48,17
TOTAL	284.946.904,00	-114.687.534,93	170.259.369,07	-40,25	73.723.500,79	58.161.351,14	51.408.065,97	34,16

Fonte: SIG MT – Sistema de Informações Gerenciais do Estado de Mato Grosso



Conforme demonstrado pelo gráfico 5 e, de acordo com as informações constantes no RAG, a execução deste Projeto Atividade foi altamente deficiente, por motivo de contingenciamento no orçamento. Porém, constata-se que esse contingenciamento foi menor nas regiões II, VI e VII.

Restauração de rodovias pavimentadas – PAOE 1289

Conforme consta no RAG a meta prevista para execução deste Projeto Atividade a meta de 834 km. Entretanto, pelas informações do FIPLAN foi

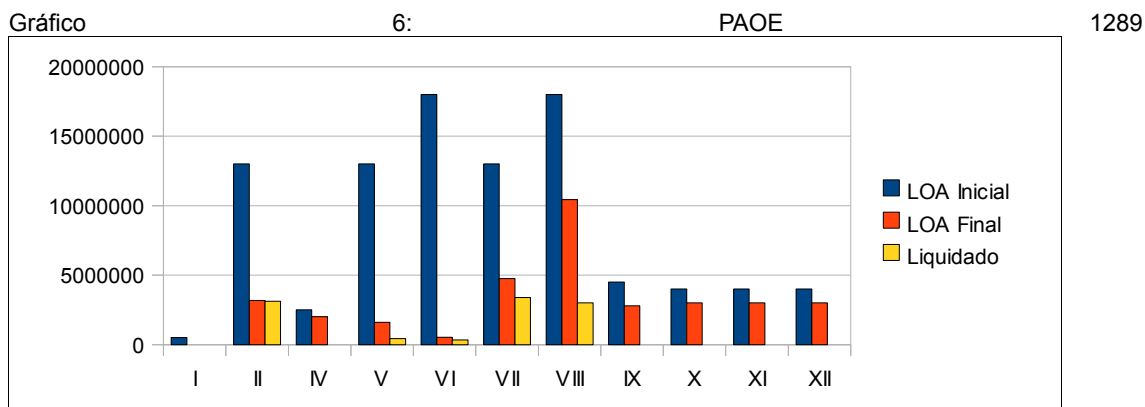
liquidado o valor total de R\$10.298.440,78, ou seja, da meta prevista foi executada apenas 30,02%, porém, este percentual refere-se a execução orçamentária.

Considerando que de acordo com o RAG houve a recuperação de 676,26km, levando-se em conta a meta física prevista, que era recuperação de 834km de malha asfáltica, o percentual da meta física alcançada foi de 81,09%, tabela 10.

Tabela 153 Restauração de rodovias pavimentadas – 1289

Região	LOA Inicial	Alteração	LOA Final	% alteração	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado / LOA Final
I	500.000,00	-500.000,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
II	13.000.000,00	-9.829.755,74	3.170.244,26	-75,61	3.120.384,57	3.120.384,57	3.120.384,57	98,43
IV	2.500.000,00	-500.000,00	2.000.000,00	-20,00	0,00	0,00	0,00	0,00
V	13.000.000,00	-11.390.673,38	1.609.326,62	-87,62	437.608,15	437.608,15	407.347,82	27,19
VI	17.998.000,00	-17.479.393,18	518.606,82	-97,12	336.208,23	336.208,23	336.208,23	64,83
VII	13.000.000,00	-8.238.609,32	4.761.390,68	-63,37	3.393.301,33	3.393.301,33	2.038.704,50	71,27
VIII	18.000.000,00	-7.560.000,00	10.440.000,00	-42,00	3.010.938,50	3.010.938,50	2.534.369,89	28,84
IX	4.500.000,00	-1.700.000,00	2.800.000,00	-37,78	0,00	0,00	0,00	0,00
X	4.000.000,00	-1.000.000,00	3.000.000,00	-25,00	0,00	0,00	0,00	0,00
XI	4.000.000,00	-1.000.000,00	3.000.000,00	-25,00	0,00	0,00	0,00	0,00
XII	4.000.000,00	-1.000.000,00	3.000.000,00	-25,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	94.498.000,00	-60.198.431,62	34.299.568,38	-63,70	10.298.440,78	10.298.440,78	8.437.015,01	30,02

Fonte: SIG MT – Sistema de Informações Gerenciais do Estado de Mato Grosso



Conforme demonstrado pelo gráfico 6 houve uma redução considerável nos orçamentos das regiões I, II, IV e V. Já em relação a execução física, da quantidade prevista, foram beneficiadas com esse serviços apenas as regiões II, VI e VII e, em proporção menor, as regiões IV e V.

Elaboração de Estudos e projetos de infraestrutura de transportes rodoviários - PAOE 1291

Na execução deste Projeto Atividade constata-se que foi realizado a liquidação do valor de R\$18.295.839,32, ou seja, apenas 21,89% do valor orçado. Já em relação a meta física foi executado estudo para apenas 872,72km (21,22%).

Conforme Tabela 11, constata-se, que ocorreu alterações significativas, com acréscimo orçamentário em todas as regiões, entretanto, quanto à execução, foi deficitária em praticamente todas as regiões, sendo que a região que mais foi contemplada

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
 Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
 VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E

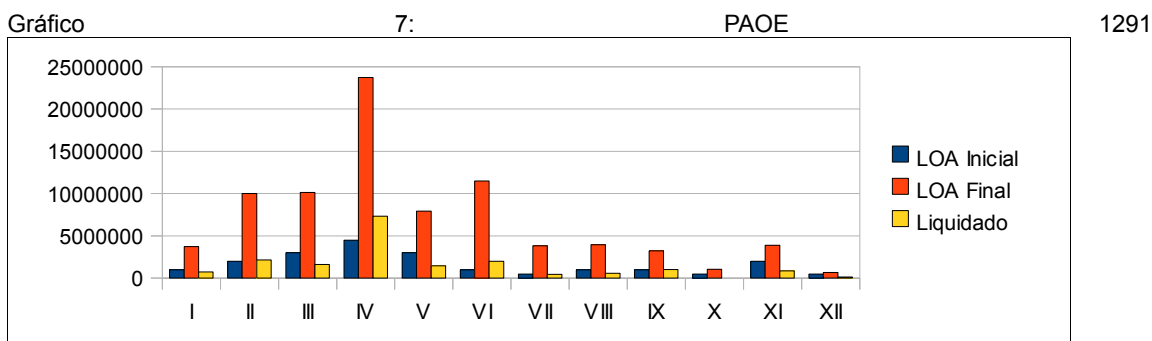
276

foi a região IV – LESTE, Gráfico 7 .

Tabela 154 Estudos e projetos rodoviários e ambientais – 1291

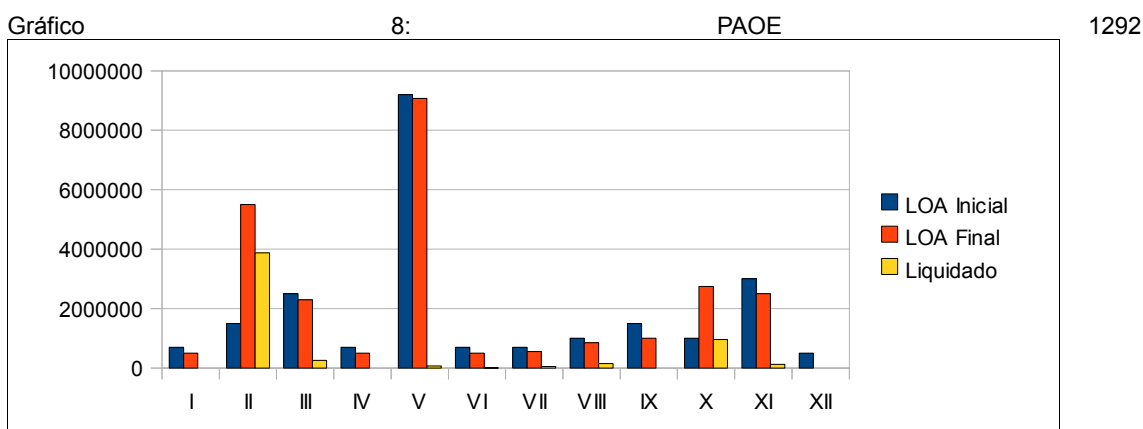
Região	LOA Inicial	Alteração	LOA Final	% alteração	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado / LOA Final
I	1.000.000,00	2.732.247,56	3.732.247,56	273,22	730.681,83	730.681,83	730.681,83	19,58
II	2.000.000,00	8.006.937,43	10.006.937,43	400,35	2.142.542,48	2.142.542,48	2.142.542,48	21,41
III	3.000.000,00	7.139.061,56	10.139.061,56	237,97	1.633.698,34	1.633.698,34	1.633.698,34	16,11
IV	4.500.000,00	19.216.471,69	23.716.471,69	427,03	7.318.270,28	7.318.270,28	7.318.270,28	30,86
V	3.000.000,00	4.929.024,54	7.929.024,54	164,30	1.458.541,28	1.458.541,28	1.458.541,28	18,39
VI	1.000.000,00	10.474.098,30	11.474.098,30	1.047,41	1.986.244,97	1.986.244,97	1.986.244,97	17,31
VII	500.000,00	3.315.490,51	3.815.490,51	663,10	451.653,02	451.653,02	451.653,02	11,84
VIII	1.000.000,00	2.951.605,13	3.951.605,13	295,16	575.763,33	575.763,33	575.763,33	14,57
IX	1.000.000,00	2.215.781,91	3.215.781,91	221,58	1.024.240,36	1.024.240,36	1.024.240,36	31,85
X	500.000,00	557.595,00	1.057.595,00	111,52	0,00	0,00	0,00	0,00
XI	2.000.000,00	1.890.363,15	3.890.363,15	94,52	856.622,61	856.622,61	856.622,61	22,02
XII	500.000,00	152.943,51	652.943,51	30,59	117.580,82	117.580,82	117.580,82	18,01
TOTAL	20.000.000,00	63.581.620,29	83.581.620,29	317,91	18.295.839,32	18.295.839,32	18.295.839,32	21,89

Fonte: SIG MT – Sistema de Informações Gerenciais do Estado de Mato Grosso



Modernização da infraestrutura aeroportuária do Estado – PAOE 1292

O desempenho deste projeto atividade foi abaixo do planejado, sendo que, conforme consta no RAG foram executadas melhorias apenas nos aeroportos de Matupá, Juara, Jaciara, Vila Rica, Campo Novo e Rondonópolis. Para execução dessas unidades foi liquidado no exercício de 2012 o valor de R\$5.501.927,32, ou seja, foi executado apenas 21,14% do valor previsto. O motivo da baixa execução, de acordo com o RAG, foi o contingenciamento no orçamento.



Conforme tabela demonstrado no gráfico 8, a Região II (Norte) foi a mais beneficiada com as ações deste projeto atividade. Do valor liquidado (R\$5.501.927,32), 70,52% foi aplicado na Região II.

Tabela 155 Melhoramento de segurança e controle aéreo - 1292

Região	LOA Inicial	Alteração	LOA Final	% alteração	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado / LOA Final

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
278

I	700.000,00	-200.000,00	500.000,00	-28,57	0,00	0,00	0,00	0,00
II	1.500.000,00	4.000.000,00	5.500.000,00	266,67	3.878.631,55	3.878.631,55	3.596.418,30	70,52
III	2.500.000,00	-201.499,44	2.298.500,56	-8,06	255.243,19	255.243,19	107.960,00	11,10
IV	700.000,00	-200.000,00	500.000,00	-28,57	0,00	0,00	0,00	0,00
V	9.200.000,00	-127.023,71	9.072.976,29	-1,38	72.976,29	72.976,29	72.976,29	0,80
VI	700.000,00	-196.100,00	503.900,00	-28,01	3.900,00	3.900,00	3.900,00	0,77
VII	700.000,00	-150.439,59	549.560,41	-21,49	49.560,41	49.560,41	0,00	9,02
VIII	1.000.000,00	-152.653,48	847.346,52	-15,27	152.811,22	152.811,22	0,00	18,03
IX	1.500.000,00	-500.000,00	1.000.000,00	-33,33	0,00	0,00	0,00	0,00
X	1.000.000,00	1.747.387,70	2.747.387,70	174,74	962.027,03	962.027,03	0,00	35,02
XI	3.000.000,00	-499.546,78	2.500.453,22	-16,65	126.777,63	126.777,63	0,00	5,07
XII	500.000,00	-500.000,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	23.000.000,00	3.020.124,70	26.020.124,70	13,13	5.501.927,32	5.501.927,32	3.781.254,59	21,14

Fonte: SIG MT – Sistema de Informações Gerenciais do Estado de Mato Grosso

Pavimentação e Recuperação de vias urbanas - PAOE - 1819

Do valor orçado o Estado liquidou no exercício de 2012 o valor de R\$47.622.394,50, atingindo 63,47% da meta proposta.

Tabela 156 - Construção de infraestrutura e vias urbanas em áreas ocupadas – 1819

Região	LOA Inicial	Alteração	LOA Final	% alteração	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado / LOA Final
I	1.450.000,00	-396.725,88	1.053.274,12	-27,36	580.516,76	580.516,76	79.668,66	55,12
II	1.450.000,00	1.574.654,63	3.024.654,63	108,60	1.561.467,10	1.561.467,10	445.582,16	51,62
III	1.450.000,00	1.629.225,17	3.079.225,17	112,36	2.007.335,33	2.007.335,33	1.152.538,70	65,19
IV	1.450.000,00	1.102.606,34	2.552.606,34	76,04	1.175.676,36	1.175.676,36	232.723,98	46,06
V	9.650.000,00	2.948.687,18	12.598.687,18	30,56	8.890.800,67	5.908.194,60	4.530.690,56	46,90
VI	14.778.824,00	14.296.998,62	29.075.822,62	96,74	24.241.539,25	17.595.047,05	13.872.471,60	60,51
VII	2.950.000,00	2.079.084,54	5.029.084,54	70,48	4.625.884,79	4.285.906,29	2.766.490,77	85,22
VIII	1.450.000,00	955.672,60	2.405.672,60	65,91	1.573.802,24	1.483.481,99	50.000,00	61,67
IX	1.450.000,00	649.175,25	2.099.175,25	44,77	867.793,46	867.793,46	194.266,30	41,34
X	2.200.000,00	-338.583,62	1.861.416,38	-15,39	1.719.458,97	1.719.458,97	830.215,01	92,37
XI	1.450.000,00	539.382,22	1.989.382,22	37,20	1.363.393,01	1.363.393,01	234.472,93	68,53
XII	1.450.000,00	8.808.553,38	10.258.553,38	607,49	9.074.123,58	9.074.123,58	5.713.649,15	88,45

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

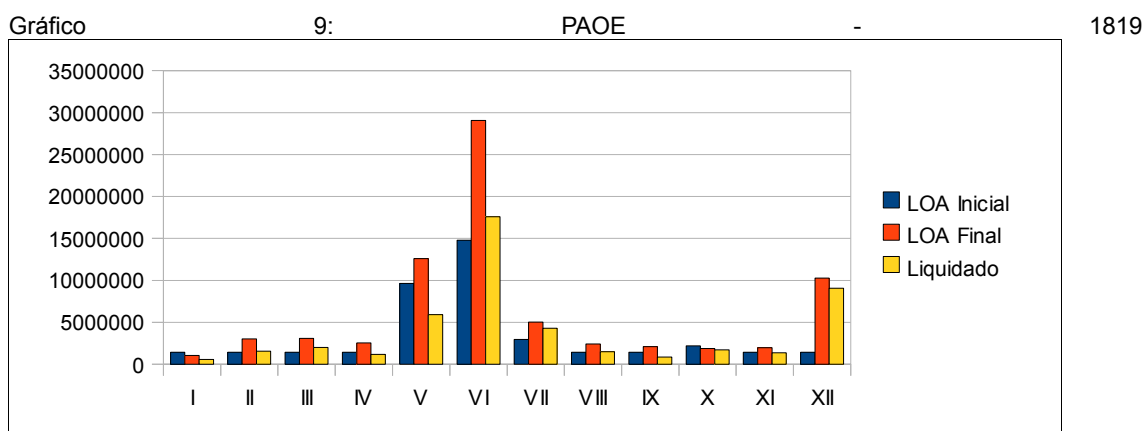
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E

279

TOTAL 41.178.824,00 33.848.730,43 75.027.554,43 82,20 57.681.791,52 47.622.394,50 30.102.769,82 63,47

Fonte: SIG MT – Sistema de Informações Gerenciais do Estado de Mato Grosso



Manutenção de rodovias não pavimentadas – PAOE 2151

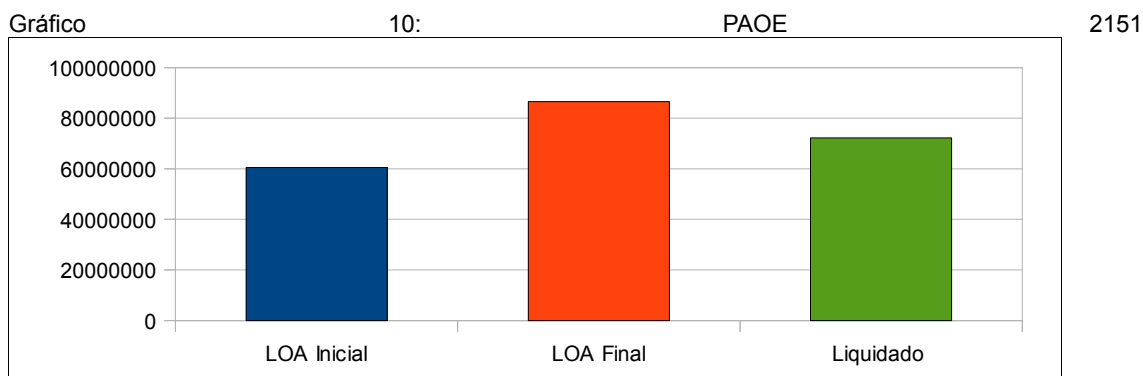
No decorrer do exercício de 2012 foi liquidado o valor de R\$72.214.997,13, que corresponde a 83,42%, do orçamento previsto (Gráfico 10).

Não diferente do que ocorreu no exercício de 2011, constata-se neste Projeto Atividade absoluta falta de transparência, possibilitando que a destinação dos recursos seja dada por utilização de critérios subjetivos, sendo que o correto seria a utilização de critérios objetivos para definição de um plano de manutenção preventiva das rodovias, com definição de cronograma para o curto e médio prazo, com base no controle de tráfego, controle de cargas e de vida útil decorrida.

Tabela 157 Manutenção de rodovias não pavimentadas – 2151

Região	LOA Inicial	Alteração	LOA Final	% alteração	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado / LOA Final
XIII	60.547.259,55	26.016.107,08	86.563.366,63	42,97	72.214.997,13	72.214.997,13	63.417.803,28	83,42
TOTAL	60.547.259,55	26.016.107,08	86.563.366,63	42,97	72.214.997,13	72.214.997,13	63.417.803,28	83,42

Fonte: SIG MT – Sistema de Informações Gerenciais do Estado de Mato Grosso



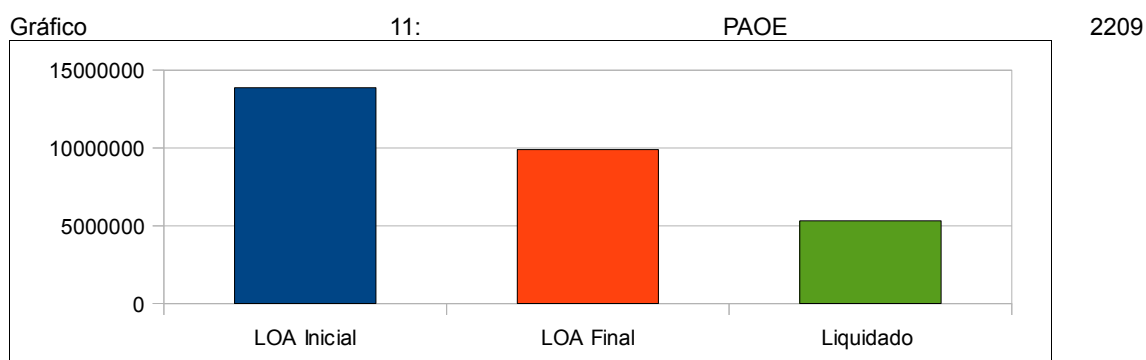
Conservação de rodovias pavimentadas – PAOE 2209

De acordo com o FIPLAN consta que foi liquidado o valor de R\$5.308.486,98, equivalente a 53,63% do valor orçado (Gráfico 11), entretanto, na execução deste Projeto Atividade constata-se a falta de transparência e falta de controle. Confirmando o comentário anterior referente à Ação 2151.

Tabela 158 - Conservação de rodovias pavimentadas – 2209

Região	LOA Inicial	Alteração	LOA Final	% alteração	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado / LOA Final
XIII	13.874.780,00	-3.976.680,86	9.898.099,14	-28,66	5.546.886,60	5.308.486,98	3.775.359,90	53,63
TOTAL	13.874.780,00	-3.976.680,86	9.898.099,14	-28,66	5.546.886,60	5.308.486,98	3.775.359,90	53,63

Fonte: SIG MT – Sistema de Informações Gerenciais do Estado de Mato Grosso



Execução e apoio a projetos de obras publicas municipais – PAOE 3162

Este Projeto Atividade tem como objetivo apoiar os municípios na execução de projetos de obras públicas de infraestrutura. Não há transparência quanto e quais as Regiões que seriam beneficiadas com este Projeto Atividade.

De acordo com o RAG apenas 3 unidades seriam contempladas, entretanto, na LOA/2012 foi fixado um orçamento inicial de R\$51.600.000,00, sendo que no decorrer do ano houve uma suplementação no valor de R\$1.387.384,06, resultando um crédito autorizado final no valor de R\$52.987.384,06, Tabela 16. No FIPLAN constata-se que

F:\CONSELHEIRO DOMINGOS NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E
282

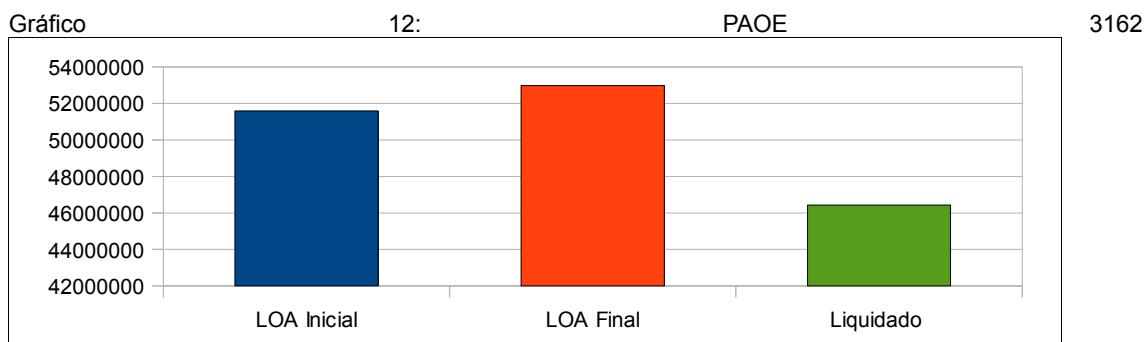
foi liquidado o valor de R\$46.431.633,11, equivalente a 87,63%, Gráfico 12.

De acordo com o RAG das unidades inicialmente estabelecidas não foi realizada nenhuma, entretanto, consta como liquidado o valor de R\$46.431.633,11. Pelas justificativas constantes no RAG o montante orçado para este Projeto Atividade tem finalidade para atender as Emendas Parlamentares, porém, não especificam quais.

Tabela 159 - Execução e apoio a projetos de obras publicas municipais – 3162

Região	LOA Inicial	Alteração	LOA Final	% alteração	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado / LOA Final
XIII	51.600.000,00	1.387.384,06	52.987.384,06	2,69	50.917.443,96	46.431.633,11	38.780.295,91	87,63
TOTAL	51.600.000,00	1.387.384,06	52.987.384,06	2,69	50.917.443,96	46.431.633,11	38.780.295,91	87,63

Fonte: SIG MT – Sistema de Informações Gerenciais do Estado de Mato Grosso



Pavimentação de ligações e vias de acessos rodoviários municipais - PAOE - 5148

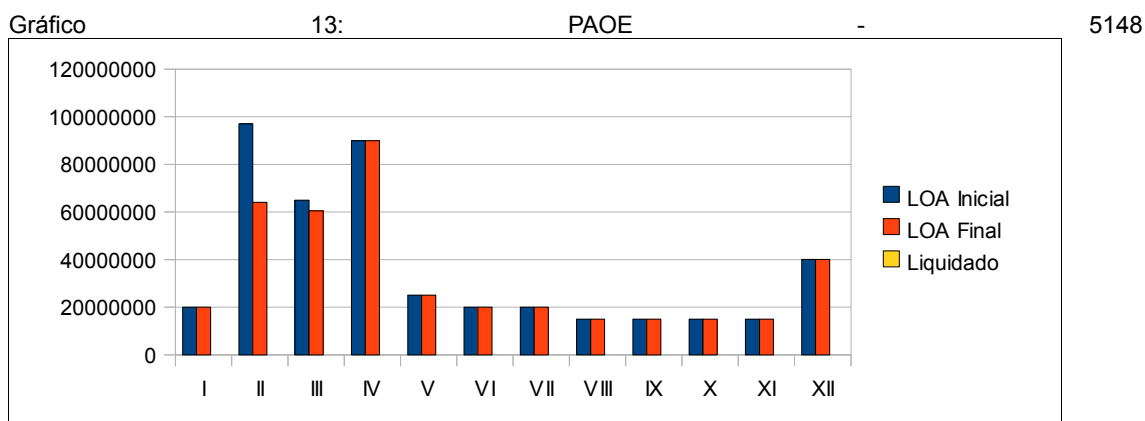
Para execução desta Projeto Atividade não houve nenhum empenho, Tabela 17 e Gráfico 13. De acordo com informações do RAG este Projeto Atividade foi altamente deficiente pois, o recurso de empréstimo com o BNDS foi disponibilizado somente

em 2013.

Tabela 160 - Pavimentação de ligações e vias de acessos rodoviários municipais – 5148

Região	LOA Inicial	Alteração	LOA Final	% alteração	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado / LOA Final
I	19.999.000,00	0,00	19.999.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
II	96.999.000,00	-32.939.793,50	64.059.206,50	-33,96	0,00	0,00	0,00	0,00
III	64.995.000,00	-4.500.000,00	60.495.000,00	-6,92	0,00	0,00	0,00	0,00
IV	89.999.000,00	0,00	89.999.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
V	25.004.000,00	0,00	25.004.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VI	19.999.000,00	0,00	19.999.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VII	19.999.000,00	0,00	19.999.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIII	14.994.000,00	0,00	14.994.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IX	14.994.000,00	0,00	14.994.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
X	14.994.000,00	0,00	14.994.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
XI	14.994.000,00	0,00	14.994.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
XII	40.005.000,00	0,00	40.005.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	436.975.000,00	-37.439.793,50	399.535.206,50	-8,57	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIG MT – Sistema de Informações Gerenciais do Estado de Mato Grosso



Pavimentação e recuperação de rodovias turísticas – PAOE 5159

Tabela 161 - Pavimentação e recuperação de rodovias turísticas – 5159

Região	LOA Inicial	Alteração	LOA Final	% alteração	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado / LOA Final
V	24.500.000,00	0,00	24.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VI	185.080.000,00	0,00	185.080.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VII	15.000.000,00	0,00	15.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	224.580.000,00	0,00	224.580.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIG MT – Sistema de Informações Gerenciais do Estado de Mato Grosso

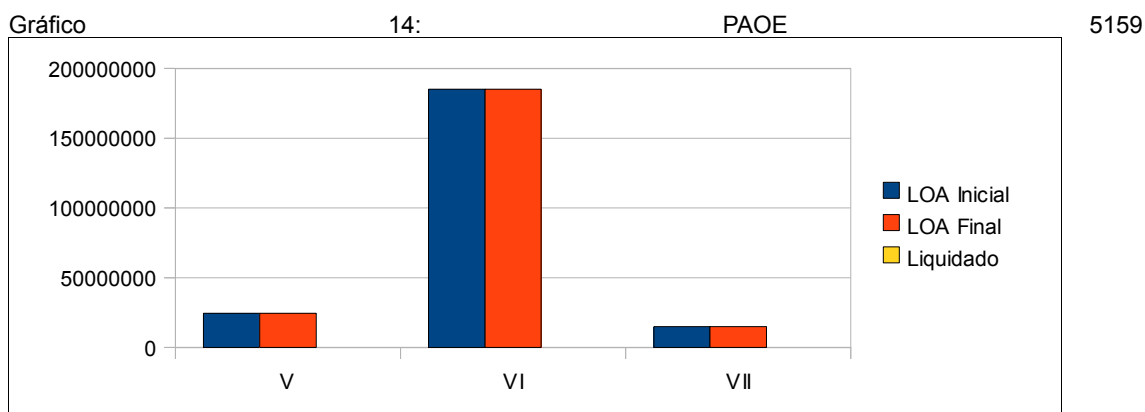


Tabela 162 Avanço Físico Rodovias Pavimentadas 2012-2015

Avanço Físico Rodovias Pavimentadas 2012-2015					
	2012	2013	2014	2015	Total
Valor orçado no PPA	275.301.268,00	306.106.182,00	313.858.964,00	434.804.660,00	1.330.071.074,00
Km - Previsto PPA	452,13	502,72	515,45	714,08	2.184,40

Fonte: Fiplan/MT

O avanço físico de rodovias pavimentadas apurado com base nas
 F:\CONSELHEIRO DOMINGOS
 NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
 Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
 VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

informações contidas na versão anuais do SRE – Sistema Rodoviário Estadual do período de outubro/2011- outubro/2012 (Figuras 2, 3) foi de 154,85 Km(4.863,01 Km – 4.708,16 Km).

Portanto, há uma diferença de **100,66 Km** (154,85 Km – 54,19 Km informado no RAG-PAOE 1287). Essa diferença deverá se esclarecida na manifestação de defesa.

SITUAÇÃO REDE	PAVIMENTADA				TOTAL
	PISTA SIMPLES	EM OBRAS DE DUPLICAÇÃO	PISTA DUPLA		
			LADO DIREITO	LADO ESQUERDO	
ESTADUAL COINCIDENTE	329,88	6,8	8,46	8,46	353,60
ESTADUAL	4.266,02	-	22,00	22,00	4.310,02
MP-082/2002	-	-	-	-	-
ACESSOS ESTADUAIS, ANÉIS CONTORNOS, ALÇAS, RETORNOS ARCOS TREVOS E INTERSEÇÕES ESTADUAIS	44,54	-	-	-	44,54
TOTAL	4.640,44	6,8	30,46	30,46	4.708,16

Figura 1: Rede rodoviária estadual Pavimentada a ser considerada no cálculo dos recursos da cidade - extensões totais em outubro de 2011 – Fonte: SETPU (SINFRA)/MT

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E PAVIMENTAÇÃO URBANA - SETPU
SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DE TRANSPORTES - SUOT

COORDENADORIA DE ESTUDOS E PROJETOS - COEP

REDE RODOVIÁRIA ESTADUAL PAVIMENTADA A SER CONSIDERADA NO CÁLCULO DOS RECURSOS DA CIDE -
EXTENSÕES TOTAIS EM OUTUBRO DE 2012

SITUAÇÃO REDE	PAVIMENTADA				TOTAL
	PISTA SIMPLES	EM OBRAS DE DUPLICAÇÃO	PISTA DUPLA		
			LADO DIREITO	LADO ESQUERDO	
ESTADUAL COINCIDENTE	329,86	-	11,86	11,86	353,60
ESTADUAL	4.417,39	-	23,74	23,74	4.464,87
MP-082/2002	-	-	-	-	-
ACESSOS ESTADUAIS, ANÉIS CONTORNOS, ALÇAS, RETORNOS ARCOS TREVOS E INTERSEÇÕES ESTADUAIS	44,54	-	-	-	44,54
TOTAL	4.791,81	-	35,60	35,60	4.863,01

A avaliação detalhada da execução desta ação no exercício de 2.012 será incluída na análise das contas anuais de gestão - 2012 da Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana.

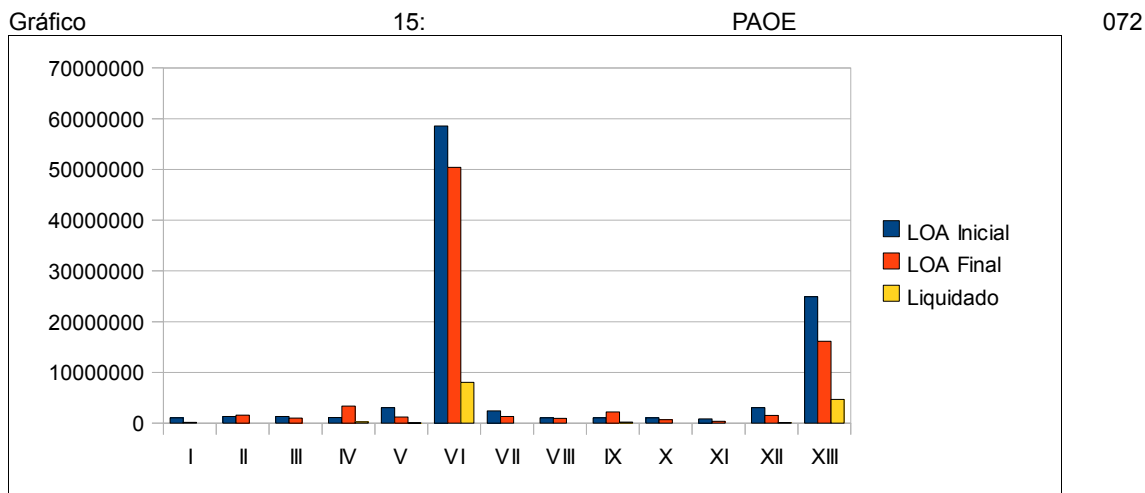
12.3.2 Melhoria da Habitabilidade - "Municípios Sustentáveis"- 072

Não diferente dos outros Programas a execução do PAOE 072 também foi ineficaz em relação ao previsto. Atingindo apenas o percentual de 16,51% conforme gráfico 15 e Tabela 20.

Tabela 163 Melhoria da Habitabilidade - "Municípios Sustentáveis"- 072

Ação	LOA Inicial	Alteração	LOA Final	% alteração	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado / LOA Final
1167	376.650,00	-186.000,00	190.650,00	-49,38	147.261,61	-	-	0,00
1317	16.085.652,00	-5.838.794,41	10.246.857,59	-36,30	2.607.768,70	988.092,97	988.092,97	0,00
1820	5.904.946,28	8.263.834,59	14.168.780,87	139,95	11.350.300,12	7.542.594,63	6.435.915,13	0,00
1821	287.871,60	-29.988,41	257.883,19	-10,42	207.052,53	144.254,06	144.254,06	0,00
4341	51.000,00	-51.000,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5116	50.000,00	-50.000,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5146	991.820,00	-622.342,50	369.477,50	-62,75	0,00	0,00	0,00	0,00
5147	4.296.500,00	-1.959.513,70	2.336.986,30	-45,61	0,00	0,00	0,00	0,00
5149	500.000,00	-500.000,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5154	16.967.882,00	-10.145.247,37	6.822.634,63	-59,79	0,00	0,00	0,00	0,00
5155	1.525.185,00	-1.525.185,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5158	1.658.700,80	-598.656,00	1.060.044,80	-36,09	500.000,00	0,00	0,00	0,00
5168	22.076.400,00	-6.486.063,12	15.590.336,88	-29,38	9.279.294,50	4.703.163,37	3.510.163,37	0,00
5218	30.000.000,00	0,00	30.000.000,00	0,00	30.000.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	100.772.607,68	-19.728.955,92	81.043.651,76	-19,58	54.091.677,46	13.378.105,03	11.078.425,53	0,00

Fonte: SIG MT – Sistema de Informações Gerenciais do Estado de Mato Grosso



O programa Melhoria da Habitabilidade - "Municípios Sustentáveis" é formado por 14 (quatorze) Projetos, conforme Tabelas 21 e 22:

Tabela 164 Projeto Melhoria da Habitabilidade - "Municípios Sustentáveis"- 072

código	nome
1167	Elaboração de projetos técnicos de saneamento básico
1317	Ampliação, construção e reforma de sistema de saneamento básico
1820	Construção, ampliação e recuperação de edificações públicas
1821	Elaboração de projetos técnicos de edificações e infraestrutura
4341	Manutenção de prédios públicos do estado de mato grosso
5116	Ampliação, construção e estruturação das unidades regionais da sema
5146	Apoio a elaboração de planos municipais de saneamento básico
5147	Realização de obras em sistema de tratamento de resíduos sólidos
5149	Apoio a elaboração de planos diretores municipais
5154*	Ampliação de domicílios ligados a rede de água e esgoto da região metropolitana
5155	Elaboração do plano estadual de saneamento básico de Mato Grosso
5158*	Execução de obras de drenagem urbana
5168	Apoio a execução de projetos, construções e reformas de obras publicas municipais
5218*	Construção do hospital universitário da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

Ação Prioritária definida na LDO 2011

Tabela 165 Projetos da ação Melhoria da Habitabilidade - "Municípios Sustentáveis"- 072

Região	LOA Inicial	Alteração	LOA Final	% alteração	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado / LOA Final
I	1.044.159,70	-863.925,17	180.234,53	-82,74	0,00	0,00	0,00	0,00
II	1.299.159,70	270.789,31	1.569.949,01	20,84	1.137.548,90	0,00	0,00	0,00
III	1.299.159,70	-312.185,53	986.974,17	-24,03	0,00	0,00	0,00	0,00
IV	1.099.159,70	2.259.298,06	3.358.457,76	205,55	260.000,00	260.000,00	130.000,00	7,74
V	3.075.881,70	-1.852.765,86	1.223.115,84	-60,24	254.423,45	36.249,41	36.249,41	2,96
VI	58.578.417,20	-8.156.361,29	50.422.055,91	-13,92	40.309.020,66	8.055.780,40	7.249.100,90	15,98
VII	2.403.317,20	-1.056.713,97	1.346.603,23	-43,97	292.193,88	0,00	0,00	0,00

VIII	1.049.159,70	-123.852,95	925.306,75	-11,80	0,00	0,00	0,00	0,00
IX	1.049.159,70	1.196.302,15	2.245.461,85	114,02	1.382.196,07	222.911,85	152.911,85	9,93
X	1.049.159,70	-349.609,70	699.550,00	-33,32	87.000,00	0,00	0,00	0,00
XI	863.559,70	-468.281,95	395.277,75	-54,23	0,00	0,00	0,00	0,00
XII	3.049.159,70	-1.496.609,70	1.552.550,00	-49,08	590.000,00	100.000,00	0,00	6,44
XIII	24.913.154,28	-8.775.039,32	16.138.114,96	-35,22	9.779.294,50	4.703.163,37	3.510.163,37	29,14
TOTAL	100.772.607,68	-19.728.955,92	81.043.651,76	-19,58	54.091.677,46	13.378.105,03	11.078.425,53	16,51

Fonte: SIG MT – Sistema de Informações Gerenciais do Estado de Mato Grosso

De acordo com a LDO/2012, dos quatorze Projetos Atividades três foram definidos como prioridades, são eles:

PAOE 5154 – ampliação de domicílios ligados a rede de água e esgoto da região metropolitana;

PAOE 5158 – execução de obras de drenagem urbana; e,

PAOE 5218 – construção do hospital universitário da UFMT.

Entretanto, pelas informações do FIPLAN não há qualquer registro de execução para os referidos Projetos Atividades, tampouco, informações no RAG justificando os motivos da inexecução dos referidos Projetos.

Dos 14 (quatorze) Projetos Atividades que compõe o Programa ora analisado, apenas três foram executados, os quais serão analisados a seguir:

Implantação, ampliação e reforma de sistema de saneamento – PAOE 1317

Para atingir esse objetivo, constou na LOA/2013 a dotação inicial de R\$16.085.652,00, sendo que no exercício de 2012 houve uma redução orçamentária

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato

Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO

E

VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

290

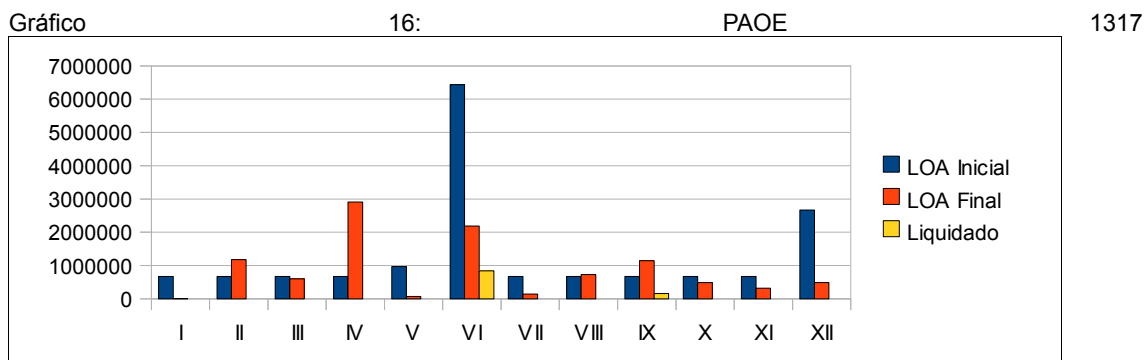
de R\$5.838.794,41, assim, o crédito orçamentário autorizado para execução deste Projeto Atividade foi de R\$10.246.857,59, porém, durante o ano de 2012 houve liquidação de despesa no valor de R\$988.092,97, ou seja, do valor do previsto e autorizado no orçamento, foi executado apenas 9,64%.

Já em relação a meta física que tinha a previsão para execução de 39.700m de ampliação na rede, houve a execução de apenas 6.726m, que corresponde a 16,94%. Das doze Regiões esse serviços foram executadas em apenas 4 (Região II – NORTE, Região IV – LESTE, Região VI – SUL e Região IX – CENTRO OESTE) Tabela 23 e Gráfico 16 .

Tabela 166 Implantação, ampliação e reforma de sistema de saneamento

Região	LOA Inicial	Alteração	LOA Final	% alteração	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado / LOA Final
I	668.000,00	-662.425,47	5.574,53	-99,17	0,00	0,00	0,00	0,00
II	668.000,00	510.140,01	1.178.140,01	76,37	1.137.548,90	0,00	0,00	0,00
III	668.000,00	-72.834,83	595.165,17	-10,90	0,00	0,00	0,00	0,00
IV	668.000,00	2.238.648,76	2.906.648,76	335,13	0,00	0,00	0,00	0,00
V	968.000,00	-897.795,30	70.204,70	-92,75	0,00	0,00	0,00	0,00
VI	6.437.652,00	-4.249.495,29	2.188.156,71	-66,01	838.023,73	835.181,12	835.181,12	38,17
VII	668.000,00	-525.485,77	142.514,23	-78,67	0,00	0,00	0,00	0,00
VIII	668.000,00	54.813,88	722.813,88	8,21	0,00	0,00	0,00	0,00
IX	668.000,00	472.911,85	1.140.911,85	70,80	632.196,07	152.911,85	152.911,85	13,40
X	668.000,00	-180.000,00	488.000,00	-26,95	0,00	0,00	0,00	0,00
XI	668.000,00	-347.272,25	320.727,75	-51,99	0,00	0,00	0,00	0,00
XII	2.668.000,00	-2.180.000,00	488.000,00	-81,71	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	16.085.652,00	-5.838.794,41	10.246.857,59	-36,30	2.607.768,70	988.092,97	988.092,97	9,64

Fonte: SIG MT – Sistema de Informações Gerenciais do Estado de Mato Grosso



Construção, ampliação e recuperação de edificações públicas – PAOE 1820

Pelo FIPLAN consta que para este Projeto Atividade foi liquidada despesa no valor de R\$7.542.594,63, o que equivale a 53,23% do valor autorizado - Tabela 24. Já em relação a meta física, consta como realizada 7.870m² a um custo unitário de R\$958,27, ou seja, o físico executado foi 113% a mais do que o previsto.

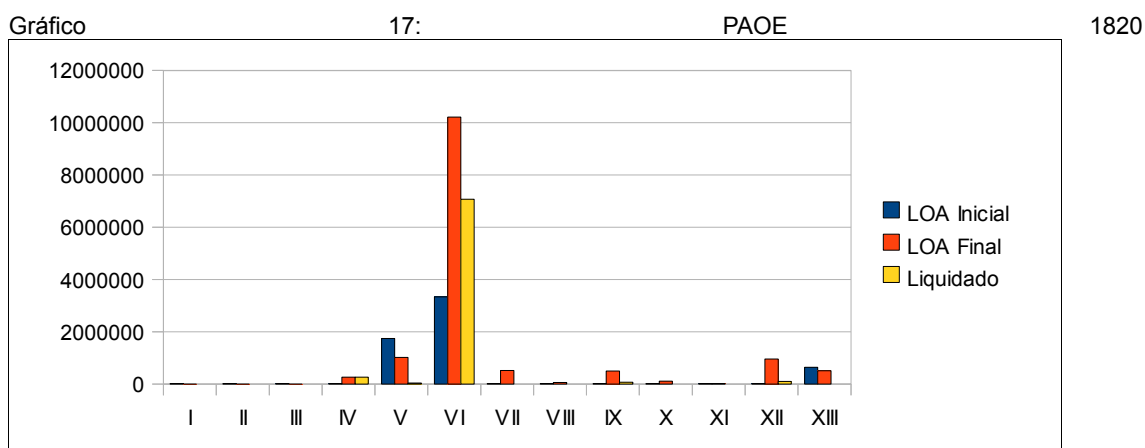
De acordo com o RAG e o FIPLAN para execução dos 3.687m² de ampliação da rede havia sido previsto um orçamento no valor de R\$14.168.780,87, porém, para executar 7.870m² (113% do projetado), houve uma liquidação de R\$7.542.594,63, ou seja, com a metade do valor orçado, foi possível executar o dobro da meta física, Gráfico 17.

Entretanto, mesmo com a execução física de mais 113%, o RAG informa que o resultado foi altamente deficiente, o que demonstra que não há o devido cuidado e na análise técnica de cada Projeto Atividade por ocasião da elaboração do RAG, fato esse, que demonstra fragilidade das informações constantes no referido relatório.

Tabela 167 Construção, ampliação e recuperação de edificações públicas – 1820

Região	LOA Inicial	Alteração	LOA Final	% alteração	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado / LOA Final
I	18.000,00	-15.480,00	2.520,00	-86,00	,00	,00	,00	,00
II	18.000,00	-15.480,00	2.520,00	-86,00	,00	,00	,00	,00
III	18.000,00	-15.480,00	2.520,00	-86,00	,00	,00	,00	,00
IV	18.000,00	244.520,00	262.520,00	1.358,44	260.000,00	260.000,00	130.000,00	99,04
V	1.744.722,00	-731.099,86	1.013.622,14	-41,90	254.423,45	36.249,41	36.249,41	3,58
VI	3.336.615,00	6.883.250,58	10.219.865,58	206,29	9.116.682,79	7.076.345,22	6.269.665,72	69,24
VII	18.000,00	495.000,00	513.000,00	2.750,00	292.193,88	,00	,00	,00
VIII	18.000,00	45.203,87	63.203,87	251,13	,00	,00	,00	,00
IX	18.000,00	480.000,00	498.000,00	2.666,67	250.000,00	70.000,00	,00	14,06
X	18.000,00	87.000,00	105.000,00	483,33	87.000,00	,00	,00	,00
XI	18.000,00	87.000,00	18.000,00	,00	,00	,00	,00	,00
XII	18.000,00	940.000,00	958.000,00	5.222,22	590.000,00	100.000,00	,00	10,44
XIII	643.609,28	-133.600,00	510.009,28	-20,76	500.000,00	,00	,00	,00
TOTAL	5.904.946,28	8.263.834,59	14.168.780,87	139,95	11.350.300,12	7.542.594,63	6.435.915,13	53,23

Fonte: SIG MT – Sistema de Informações Gerenciais do Estado de Mato Grosso



Apoio a execução de projetos, construções e reformas de obras publicas municipais - PAOE 5158

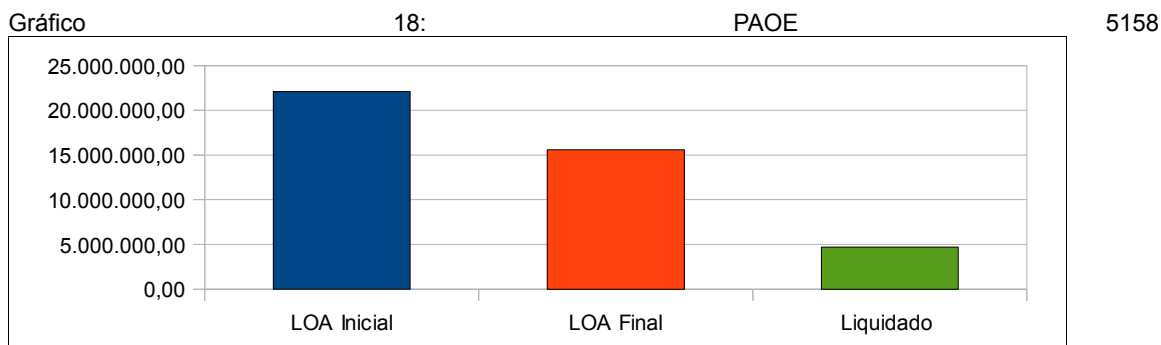
Consta no FIPLAN que para esse Projeto Atividade houve liquidação no valor total de R\$4.703.163,37, que corresponde a execução de apenas 30,17% do orçamento, Gráfico 18.

Conforme demonstrado abaixo apenas a Região XIII (Estado) foi contemplado com o referido Projeto Atividade.

Tabela 168 Apoio a execução de projetos, construções e reformas de obras publicas municipais – 5168

Região	LOA Inicial	Alteração	LOA Final	% alteração	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado / LOA Final
XIII	22.076.400,00	-6.486.063,12	15.590.336,88	-29,38	9.279.294,50	4.703.163,37	3.510.163,37	30,17
TOTAL	22.076.400,00	- 6.486.063,12	15.590.336,88	- 29,38	9.279.294,50	4.703.163,37	3.510.163,37	30,17

Fonte: SIG MT – Sistema de Informações Gerenciais do Estado de Mato Grosso



12.4 Programa Tô em Casa

Este programa tem por objetivo proporcionar habitação digna para famílias carentes. Segundo consta do PPA 2012-2015, a unidade responsável pelo programa no exercício de 2012 foi a Secretaria de Estado de Cidades. De acordo com o Plano Plurianual 2012/2015 foi previsto que nos quatro anos seria aplicados R\$312.597.375,81 no referido programa. Esse programa subdividiu em cinco Projetos Atividades, conforme abaixo:

1649 – Acesso à moradia e promoção de inclusão social.

1763 – Construção de habitações urbanas e infraestrutura.

1827 – Construção de de habitações rurais e infraestrutura.

1828 – Distribuição de bolsas de materiais de construção.

1829 – Elaboração de projetos técnicos de habitação.

De acordo com o PPA para o exercício de 2012 estava previsto a aplicação de R\$60.837.397,12, entretanto, na LOA/2012 foi incluído mais um Projeto Atividade, 5153 – Realização de obras de infraestrutura em núcleos habitacionais.

Inicialmente, para o exercício de 2012 foi previsto no PPA o valor de R\$67.719.415,11, sendo que no decorrer do exercício houve uma redução no valor de R\$8.953.432,79, assim sendo, o crédito autorizado final foi de R\$58.765.982,32.

Entretanto, de acordo com as informações do FIPLAN em 2012 foi liquidada o valor de R\$22.510.894,55, ou seja houve uma execução de 38,31%. Pelas informações do RAG, “a execução deste programa ficou abaixo do previsto pela indisponibilidade de dotação para movimentação e empenho, de modo a compatibilizar execução da despesa com a realização da receita”. O baixa execução desse programa pode ser demonstrada pelo gráfico 19 e tabelas 26 e 27:

Tabela 169 Ações do programa Tô em Casa

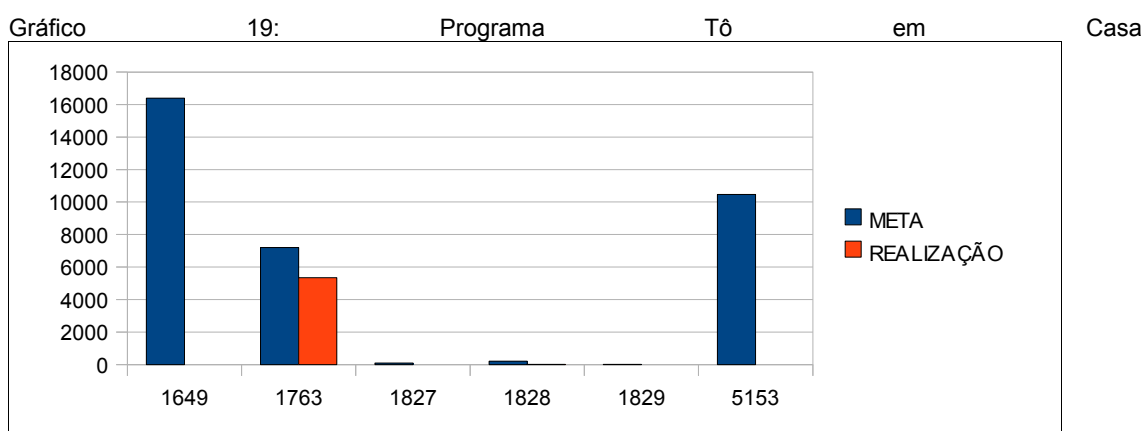
PROJETO ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	META	REALIZAÇÃO
1649	Acesso a moradia e promoção de inclusão social	16.400	0
1763	Construção de habitações urbanas e infraestrutura	7.193	5339
1827	Construção de habitações rurais e infraestrutura	80,91	0
1828	Distribuição de bolsas de material de construção	202	1
1829	Elaboração de projetos técnicos de habitação	1	0
5153	Realização de obras de infraestrutura e núcleos habitacionais	10.469	0

Tab* Ação Prioritária definida na LDO 2011

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
296



Das informações que constam no FIPLAN constata-se que a execução do Programa 239 beneficiou a região V (SUDESTE), em detrimento das demais, conforme demonstrado pelo gráfico 20 a seguir:

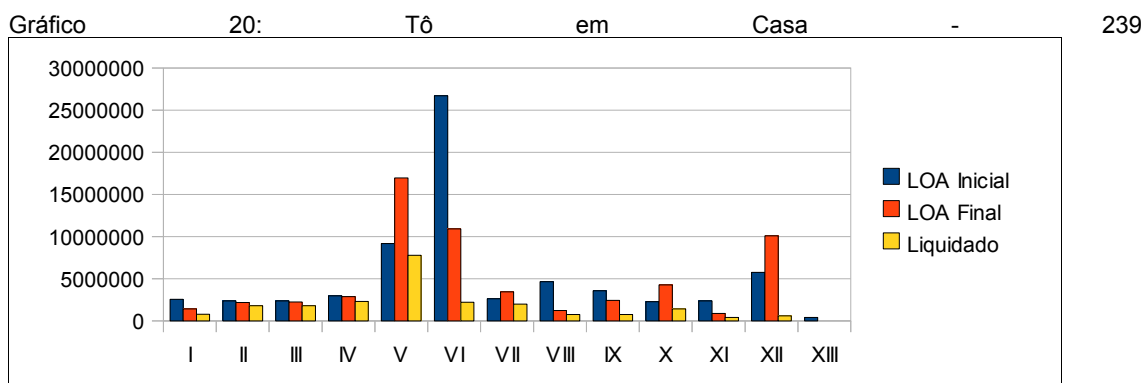


Tabela 170 Tô em Casa – 239

Região	LOA Inicial	Alteração	LOA Final	% alteração	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado / LOA Final
I	2.548.090,00	-1.139.465,98	1.408.624,02	-44,72	780.060,00	780.060,00	780.000,00	55,38
II	2.366.260,00	-197.260,00	2.169.000,00	-8,34	1.800.000,00	1.800.000,00	1.800.000,00	82,99
III	2.366.260,00	-134.960,00	2.231.300,00	-5,70	1.781.141,15	1.781.141,15	1.781.021,15	79,83
IV	2.952.220,00	-83.775,37	2.868.444,63	-2,84	2.319.259,00	2.280.120,00	1.680.000,00	79,49
V	9.175.270,00	7.780.684,59	16.955.954,59	84,80	12.845.943,19	7.787.840,00	7.787.720,00	45,93
VI	26.722.074,81	-15.831.640,48	10.890.434,33	-59,25	4.557.208,47	2.213.694,00	2.202.957,93	20,33
VII	2.595.775,00	829.859,13	3.425.634,13	31,97	2.708.780,00	1.980.180,00	1.980.060,00	57,80
VIII	4.646.260,00	-3.434.260,00	1.212.000,00	-73,91	750.000,00	750.000,00	750.000,00	61,88
IX	3.566.260,00	-1.134.260,00	2.432.000,00	-31,81	750.300,00	750.300,00	750.120,00	30,85
X	2.264.260,00	1.975.323,12	4.239.583,12	87,24	3.343.834,63	1.397.499,40	1.397.499,40	32,96
XI	2.366.260,00	-1.513.260,00	853.000,00	-63,95	390.060,00	390.060,00	390.060,00	45,73
XII	5.750.425,30	4.329.582,20	10.080.007,50	75,29	6.768.836,37	600.000,00	600.000,00	5,95
XIII	400.000,00	-400.000,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	67.719.415,11	-8.953.432,79	58.765.982,32	-13,22	38.795.422,81	22.510.894,55	21.899.438,48	38,31

Fonte: SIG MT – Sistema de Informações Gerenciais do Estado de Mato Grosso

Tabela 171 Ações do programa Tô em Casa

Ação	LOA Inicial	Alteração	LOA Final	% alteração	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado / LOA Final
1649	250.000,00	-250.000,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1763	52.479.187,11	1.584.706,31	54.063.893,42	3,02	38.641.822,81	22.357.294,55	21.745.838,48	41,35
1827	2.533.140,00	-1.634.000,00	899.140,00	-64,50	0,00	0,00	0,00	0,00
1828	6.426.100,00	-4.405.334,37	2.020.765,63	-68,55	153.600,00	153.600,00	153.600,00	7,60
1829	63.658,00	0,00	63.658,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5153	5.967.330,00	-4.248.804,73	1.718.525,27	-71,20	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	67.719.415,11	-8.953.432,79	58.765.982,32	-13,22	38.795.422,81	22.510.894,55	21.899.438,48	38,31

Fonte: SIG MT – Sistema de Informações Gerenciais do Estado de Mato Grosso

O Programa Tô em Casa é formado por 7 (sete) Projetos Atividades que serão analisados individualmente a seguir:

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
298

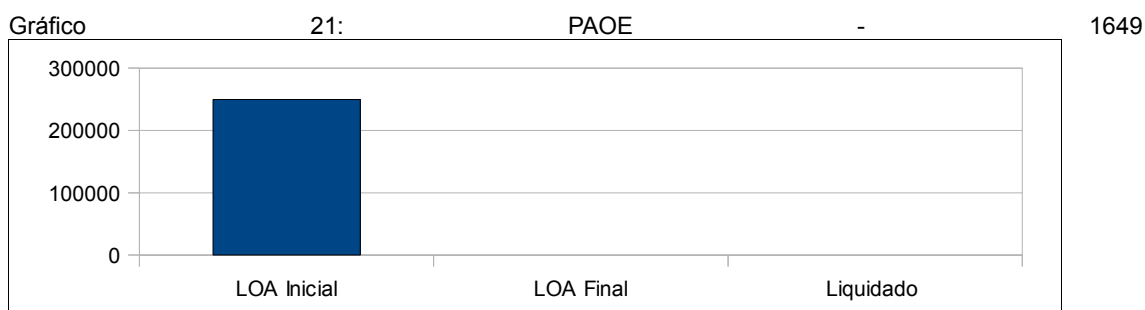
Acesso à Moradia e Promoção de Inclusão Social – PAOE - 1649

Esta ação objetiva desenvolver ações de acesso e monitoramento das famílias contempladas com moradia. Na LOA/2012 foi autorizado inicialmente o valor de R\$250.000,00, entretanto, não houve nenhuma liquidação ou pagamento na execução deste Projeto Atividade (Tabela 29 e Gráfico 21).

Tabela 172 Acesso à Moradia e Promoção de Inclusão Social – 1649

Região	LOA Inicial	Alteração	LOA Final	% alteração	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado / LOA Final
XIII	250.000,00	-250.000,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	250.000,00	-250.000,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIG MT – Sistema de Informações Gerenciais do Estado de Mato Grosso



Construção de habitações urbanas e infra- estrutura – PAOE 1763

Este Projeto Atividade tem como objetivo construir unidades habitacionais e realizar obras de infraestrutura que possibilitem à população carente acesso à moradia digna. De acordo com a LOA/2012, a dotação inicial para execução deste Projeto foi fixada

F:\CONSELHEIRO
 NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
 Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
 VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E

299

em R\$52.479.187,11. Durante o exercício de 2012 houve a suplementação de R\$1.584.706,31, resultando no crédito total de R\$54.063.893,42, Tabela 30.

De acordo com o que consta no RAG com a execução deste Programa o Governo do Estado de Mato Grosso pretendia construir 7.193,93 moradias, para atender as doze Regiões, ao custo unitário de R\$7.515,21.

Entretanto, conforme consta no FIPLAN foi liquidado o valor de R\$22.357.294,55, ou seja, houve uma execução financeira de apenas 41,35%. Já a meta física alcançada foi de 5339 moradias, conforme consta no RAG o percentual alcançado foi de 74,22%, a um custo unitário de R\$4.187,28, de acordo com informações técnicas que constam no RAG a justificativa para o baixo desempenho deste Projeto foi o contingenciamento dos recursos e pelo não cumprimento de exigências perante a CEF.

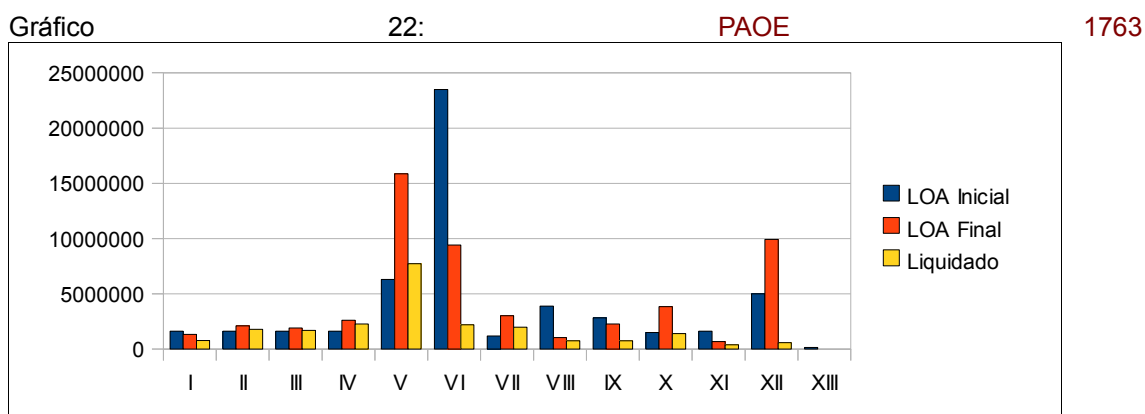
Mais uma constata-se a ausência de cuidado e ausência de técnica para elaborar o planejamento e orçamento.

Tabela 173 Construção de habitações urbanas e infra- estrutura -1763

Região	LOA Inicial	Alteração	LOA Final	% alteração	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado / LOA Final
I	1.620.000,00	-280.375,98	1.339.624,02	-17,31	780.060,00	780.060,00	780.000,00	58,23
II	1.620.000,00	480.000,00	2.100.000,00	29,63	1.800.000,00	1.800.000,00	1.800.000,00	85,71
III	1.620.000,00	301.000,00	1.921.000,00	18,58	1.685.141,15	1.685.141,15	1.685.021,15	87,72
IV	1.620.000,00	1.000.079,00	2.620.079,00	61,73	2.319.259,00	2.280.120,00	1.680.000,00	87,02
V	6.300.000,00	9.554.814,59	15.854.814,59	151,66	12.788.343,19	7.730.240,00	7.730.120,00	48,76
VI	23.487.187,11	-14.064.511,48	9.422.675,63	-59,88	4.557.208,47	2.213.694,00	2.202.957,93	23,49
VII	1.200.000,00	1.826.799,13	3.026.799,13	152,23	2.708.780,00	1.980.180,00	1.980.060,00	65,42
VIII	3.900.000,00	-2.850.000,00	1.050.000,00	-73,08	750.000,00	750.000,00	750.000,00	71,43
IX	2.820.000,00	-550.000,00	2.270.000,00	-19,50	750.300,00	750.300,00	750.120,00	33,05
X	1.518.000,00	2.332.064,55	3.850.064,55	153,63	3.343.834,63	1.397.499,40	1.397.499,40	36,30
XI	1.620.000,00	-929.000,00	691.000,00	-57,35	390.060,00	390.060,00	390.060,00	56,45

XII	5.004.000,00	4.913.836,50	9.917.836,50	98,20	6.768.836,37	600.000,00	600.000,00	6,05
XIII	150.000,00	-150.000,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	52.479.187,11	1.584.706,31	54.063.893,42	3,02	38.641.822,81	22.357.294,55	21.745.838,48	41,35

Fonte: SIG MT – Sistema de Informações Gerenciais do Estado de Mato Grosso



Conforme demonstrado pelo gráfico 22 a Região que recebeu mais recebeu benefícios com este Projeto foi a Região V. Destaca-se ainda, que deste Programa analisado – Tô em casa – este foi o Projeto Atividade que teve o maior percentual de execução tanto financeiro como no físico.

Construção de habitações rurais e infraestrutura – PAOE - 1827

Este Projeto Atividade tem como objetivo a construção de unidades habitacionais e realizar obras de infraestrutura que possibilitem à população rural carente acesso à moradia digna. Na LOA/2012 foi fixado o orçamento inicial de R\$2.533.140,00. No decorrer de 2012 houve uma redução no valor de R\$1.634.000,00. Assim, ao final o crédito autorizado para execução do referido projeto foi orçado em R\$899.140,00. Entretanto, pelo FIPLAN não houve qualquer execução deste Projeto Atividade.

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

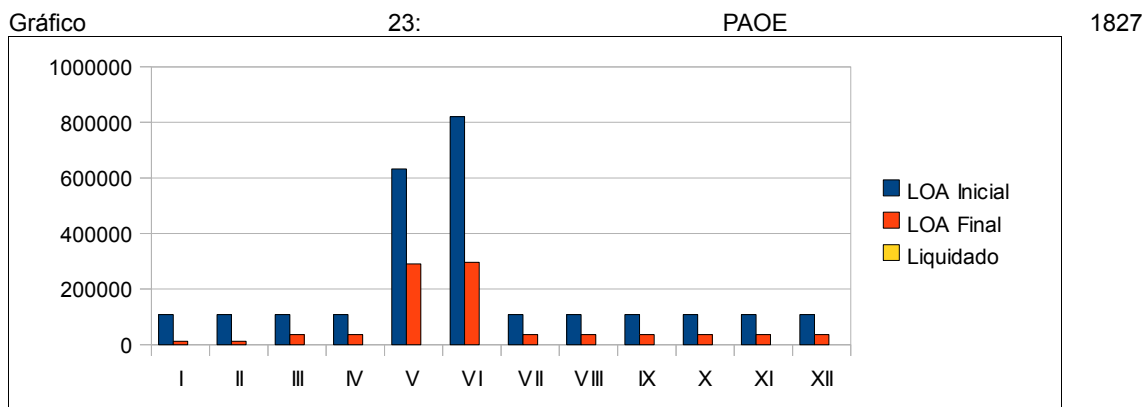
E
301

De acordo informações constantes no RAG a inexecução deste Projeto Atividade foi pelo fato de os recursos terem sido remanejados para atender a construção de urbanização urbana e infraestrutura. (Tabela 31 e Gráfico 23).

Tabela 174 Construção de habitações rurais e infraestrutura- 1827

Região	LOA Inicial	Alteração	LOA Final	% alteração	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado / LOA Final
I	108.000,00	-96.000,00	12.000,00	-88,89	0,00	0,00	0,00	0,00
II	108.000,00	-96.000,00	12.000,00	-88,89	0,00	0,00	0,00	0,00
III	108.000,00	-72.000,00	36.000,00	-66,67	0,00	0,00	0,00	0,00
IV	108.000,00	-72.000,00	36.000,00	-66,67	0,00	0,00	0,00	0,00
V	632.040,00	-341.000,00	291.040,00	-53,95	0,00	0,00	0,00	0,00
VI	821.100,00	-525.000,00	296.100,00	-63,94	0,00	0,00	0,00	0,00
VII	108.000,00	-72.000,00	36.000,00	-66,67	0,00	0,00	0,00	0,00
VIII	108.000,00	-72.000,00	36.000,00	-66,67	0,00	0,00	0,00	0,00
IX	108.000,00	-72.000,00	36.000,00	-66,67	0,00	0,00	0,00	0,00
X	108.000,00	-72.000,00	36.000,00	-66,67	0,00	0,00	0,00	0,00
XI	108.000,00	-72.000,00	36.000,00	-66,67	0,00	0,00	0,00	0,00
XII	108.000,00	-72.000,00	36.000,00	-66,67	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.533.140,00	-1.634.000,00	899.140,00	-64,50	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIG MT – Sistema de Informações Gerenciais do Estado de Mato Grosso

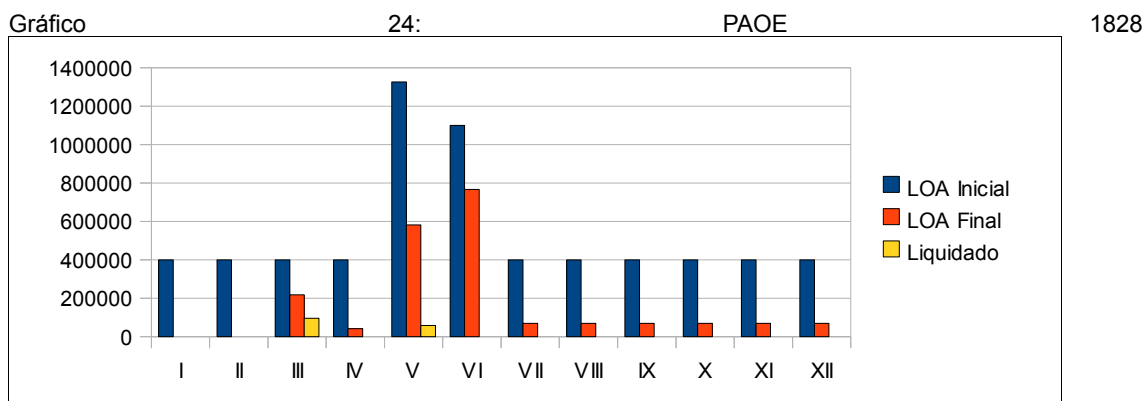


Distribuição de bolsas de materiais de construção – PAOE 1828

Este Projeto tinha como objetivo apoiar os municípios na construção dignas para a população carente, entretanto, embora a LOA/2012 tenha autorizado um crédito orçamentário no valor de R\$2.020.765,63, no exercício de 2012 houve a liquidação apenas do valor de R\$153.600,00, Tabela 32 e Gráfico 24 . Das 202 unidades previstas para receber esse benefício, apenas uma foi contemplada (RAG). As justificativas que constam no RAG para o fraco desempenho deste Projeto Atividade foi porque os recursos disponíveis foram remanejados para atender a projetos prioritários como a construção de habitação urbana e infraestrutura, bem como, pelo contingenciamento no orçamento.

Tabela 175 Distribuição de bolsas de materiais de construção

Região	LOA Inicial	Alteração	LOA Final	% alteração	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado / LOA Final
I	400.000,00	-400.000,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
II	400.000,00	-400.000,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III	400.000,00	-182.700,00	217.300,00	-45,68	96.000,00	96.000,00	96.000,00	44,18
IV	400.000,00	-358.634,37	41.365,63	-89,66	0,00	0,00	0,00	0,00
V	1.326.100,00	-744.000,00	582.100,00	-56,10	57.600,00	57.600,00	57.600,00	9,90
VI	1.100.000,00	-334.000,00	766.000,00	-30,36	0,00	0,00	0,00	0,00
VII	400.000,00	-331.000,00	69.000,00	-82,75	0,00	0,00	0,00	0,00
VIII	400.000,00	-331.000,00	69.000,00	-82,75	0,00	0,00	0,00	0,00
IX	400.000,00	-331.000,00	69.000,00	-82,75	0,00	0,00	0,00	0,00
X	400.000,00	-331.000,00	69.000,00	-82,75	0,00	0,00	0,00	0,00
XI	400.000,00	-331.000,00	69.000,00	-82,75	0,00	0,00	0,00	0,00
XII	400.000,00	-331.000,00	69.000,00	-82,75	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	6.426.100,00	-4.405.334,37	2.020.765,63	-68,55	153.600,00	153.600,00	153.600,00	7,60



Já os Projetos Atividades PAOE 1829 – Elaboração de projetos técnicos de habitação e PAOE 5153 – Realização de infraestrutura em núcleos habitacionais, não houve nenhuma execução, tanto financeira como física.

12.5 Programa Copa Verde

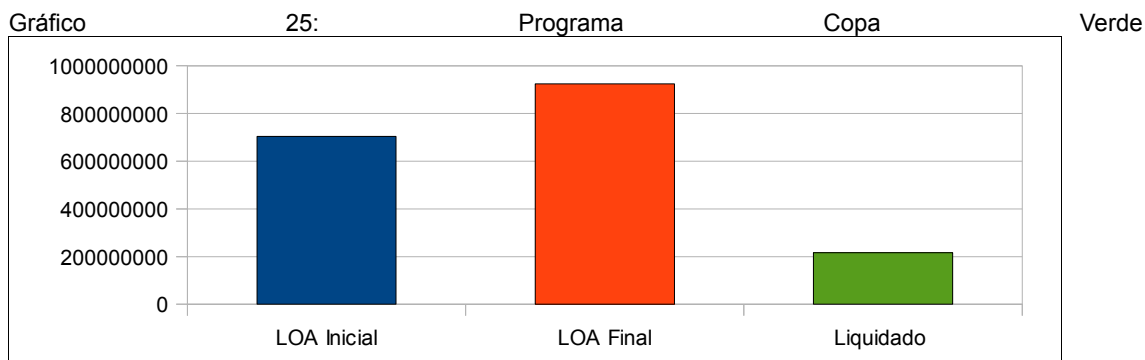
Este programa tem como principal objetivo a realização da copa do mundo FIFA Brasil 2014 em Cuiabá, contribuindo para o desenvolvimento sustentável de Mato Grosso.

Para a execução deste Programa, o PPA 2012/2015 previu para os quatro anos o valor de R\$1.123.123.697,63, sendo que para o exercício de 2012 foi previsto o valor de R\$706.947.797,00. Para o exercício de 2012, a LOA fixou inicialmente para o referido programa o valor de R\$704.004.646,00. No decorrer do exercício houve uma suplementação de R\$219.880.964,90, totalizando o valor de R\$923.885.610,96. Desse total autorizado pela LOA, foi liquidado o valor de R\$216.656.718,28 (Tabela 33 e Gráfico 25).

Tabela 176 Copa Verde – 325

Região	LOA Inicial	Alteração	LOA Final	% alteração	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado / LOA Final
VI	704.004.646,00	219.880.964,96	923.885.610,96	31,23	257.428.638,54	216.656.718,28	203.033.683,25	23,45
TOTAL	704.004.646,00	219.880.964,96	923.885.610,96	31,23	257.428.638,54	216.656.718,28	203.033.683,25	23,45

Fonte: SIG MT – Sistema de Informações Gerenciais do Estado de Mato Grosso



Da análise acima, constata-se que do valor orçado foi executado financeiramente em **23,45%**.

O programa Copa Verde é formado por 30 (trinta) ações descritas nas tabelas 34 e 35:

Tabela 177 Ações do programa Copa Verde

código	nome
5000*	Estruturação da arena multiuso
5001*	Estruturação da área do entorno da arena multiuso
5002*	Estruturação de centros de treinamento
5003*	Estruturação dos centros de diversão para a copa do mundo do pantanal (fan fest e fan parks)
5004	Ampliação da mobilidade e acessibilidade urbanas na região metropolitana para copa
5006	Articulação de melhoria da infraestrutura urbana na região
5009	Realização de publicidade e notícias da copa do pantanal
5021	Inserção de acoes sustentáveis de incentivo ao esporte, educação, saúde e cultura
5027	Implantação da cidade da copa virtual
5032	Estimulo a participação voluntaria de grupos organizados da sociedade civil nos eventos agecopa
5036	Estimulo a atividades lúdicas nas escolas para fortalecimento do espirito da copa
5044	Treinamento em captação de financiamentos e projetos.

- 5070 Estimulo a produção de programas especiais sobre mato grosso.
 - 5074 Estabelecimento de plano de ação de desenvolvimento da infraestrutura dos destinos turísticos selecionados
 - 5076 Estimulo a realização de eventos de turismo ecológico e de negócios
 - 5077 Cadastramento e classificação dos estabelecimentos de bens e serviços para a copa do mundo d pantanal
 - 5079 Criação e renovação dos cadastros do selo da copa
 - 5081 Investimento na qualificação de mao-de-obra especializada para o receptivo turístico da copa do mundo do pant
 - 5104 Implantação dos projetos de sustentabilidade e gestão dos legados físicos
 - 5105 Revitalização de áreas urbanas
 - 5106 Elaboração de estudo de impacto dos investimentos públicos na realização da copa do mundo fifa brasil 2014
 - 5107 Gestão das acoes interinstitucionais
 - 5108 Gestão dos legados sociais
 - 5109 Criação e ampliação da oferta de acomodações para atendimento da demanda para copa do mundo
 - 5110* Implantação do sistema modal de transporte coletivo
 - 5111 Capacitação dos servidores
 - 5112 Implementação de tecnologia de informação e comunicação - tic
 - 5887 Desenvolvimento de planos de segurança e de defesa civil, com indicadores, para atendimento das exigências da FIFA
 - 7015 Contribuição com a proteção ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável do estado na programação da copa
 - 7019* Estruturação da tecnologia da informação - agecopa
- Ação Prioritária definida na LDO 2011

Das trinta ações constantes na LOA de 2012 foram definidas como prioridades as seguintes:

5000 – Estruturação da arena multiuso;

5001 - Estruturação da área do entorno da arena multiuso;

5002 - Estruturação de centros de treinamento;

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
307

5003 – Estruturação dos centros de diversão para a copa do mundo do pantanal (FIFA FAN FEST E FAN PARKS);

5110 – Implantação do Sistema Modal de transporte coletivo; e,

7019 – Aquisição de equipamentos de tecnologia da informação – SECOPA.

Das ações definidas como prioridades, a ação 5000 – Estruturação da Arena Multiuso foi executada em 53,38%, sendo que as demais, conforme demonstrado pelo quadro a seguir, tiveram suas execuções abaixo do que estavam previstas.

Tabela 178 Ações do programa Copa Verde

Ação	LOA Inicial	Alteração	LOA Final	% alteração	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado / LOA Final
5000	181.133.933,01	-14.111.605,14	167.022.327,87	-7,79	105.489.412,65	89.151.564,85	89.151.564,85	53,38
5001	40.334.610,00	5.602.703,31	45.937.313,31	13,89	17.162.011,57	12.373.264,54	12.120.949,11	26,94
5002	20.000.000,00	-9.620.731,33	10.379.268,67	-48,10	343.405,10	343.405,10	343.405,10	3,31
5003	3.000.000,00	-2.998.654,13	1.345,87	-99,96	0,00	0,00	0,00	0,00
5004	2.500.000,00	262.198.863,50	264.698.863,50	10.487,95	96.649.172,89	82.366.055,16	71.343.952,25	31,12
5006	500.000,00	21.124.233,00	21.624.233,00	4.224,85	319.925,06	221.855,39	221.855,39	1,03
5009	25.000.400,01	847.085,14	25.847.485,15	3,39	25.014.847,95	22.165.228,43	21.377.154,08	85,75
5021	500.000,00	489.054,13	989.054,13	97,81	982.958,59	853.805,70	345.179,30	86,33
5027	1.000.000,00	-1.000.000,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5032	500.000,00	-500.000,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5036	500.000,00	-150.000,00	350.000,00	-30,00	346.458,00	221.458,00	221.458,00	63,27
5044	500.000,00	-500.000,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5070	1.620.000,00	-1.620.000,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5074	1.000.000,00	-1.000.000,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5076	1.000.000,00	-1.000.000,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5077	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	446.498,59	316.205,71	316.205,71	63,24
5079	206.849,00	-200.000,00	6.849,00	-96,69	0,00	0,00	0,00	0,00
5081	3.500.000,00	-1.950.000,00	1.550.000,00	-55,71	1.200.000,00	697.220,00	0,00	44,98
5104	1.000.000,00	-1.000.000,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5105	3.000.000,00	-3.000.000,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5106	98.000,00	20.000,00	118.000,00	20,41	117.600,00	117.600,00	117.600,00	99,66
5107	100.000,00	-50.753,00	49.247,00	-50,75	0,00	0,00	0,00	0,00
5108	45.000,00	-45.000,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5109	100.000,00	121.000,00	221.000,00	121,00	0,00	0,00	0,00	0,00

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E

308

Ação	LOA Inicial	Alteração	LOA Final	% alteração	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado / LOA Final
5110	410.614.653,98	-36.849.000,00	373.765.653,98	-8,97	100.000,00	0,00	0,00	0,00
5111	300.000,00	-100.000,00	200.000,00	-33,33	147.010,51	146.373,25	146.373,25	73,19
5112	3.000.000,00	7.188,44	3.007.188,44	0,24	2.567.359,50	2.493.567,84	2.258.871,90	82,92
5887	651.600,00	686.659,04	1.338.259,04	105,38	1.174.259,04	636.395,22	636.395,22	47,55
7015	1.000.000,00	4.644.922,00	5.644.922,00	464,49	5.347.359,09	4.532.359,09	4.412.359,09	80,29
7019	799.600,00	-165.000,00	634.600,00	-20,64	20.360,00	20.360,00	20.360,00	3,21
TOTAL	704.004.646,00	219.880.964,96	923.885.610,96	31,23	257.428.638,54	216.656.718,28	203.033.683,25	23,45

Fonte: SIG MT – Sistema de Informações Gerenciais do Estado de Mato Grosso

Estruturação da arena multiuso – PAOE 5000

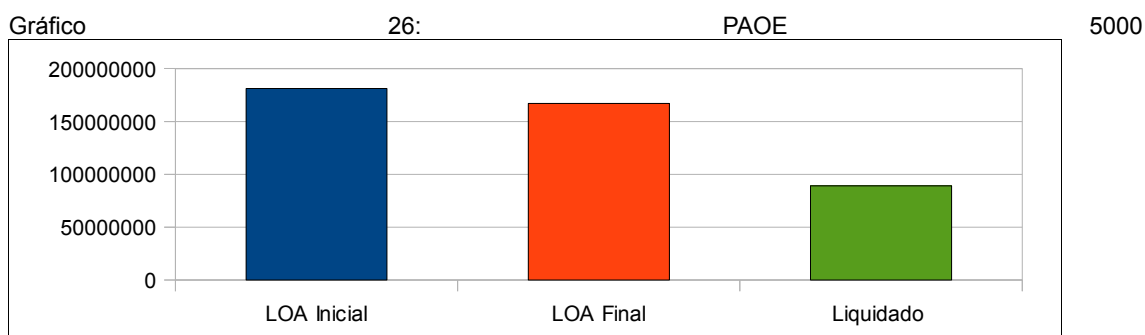
Esta é a principal ação do referido programa, que tem como objetivo a construção do novo estádio de futebol. Este projeto atividade além da construção do novo estádio, também estão contempladas a aquisição de equipamentos para estruturação da arena multiuso.

De acordo com o projeto básico, a construção da principal obra para atender a Copa FIFA tinha sua previsão de conclusão para o final de 2012. Na LOA, o valor inicial desta despesa foi orçada em R\$181.133.933,01, entretanto, no decorrer do exercício de 2012 houve uma redução no valor de R\$14.111.605,14, totalizando assim de crédito autorizado o valor de R\$167.022.327,87. Na execução orçamentária, foi liquidado o valor de R\$89.151.564,85l (Tabela 36), equivalente **53,38%** (Gráfico 26).

Tabela 179 Estruturação da arena multiuso

Região	LOA Inicial	Alteração	LOA Final	% alteração	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado / LOA Final
VI	181.133.933,01	-14.111.605,14	167.022.327,87	-7,79	105.489.412,65	89.151.564,85	89.151.564,85	53,38
TOTAL	181.133.933,01	-14.111.605,14	167.022.327,87	-7,79	105.489.412,65	89.151.564,85	89.151.564,85	53,38

Fonte: SIG MT – Sistema de Informações Gerenciais do Estado de Mato Grosso



Estruturação da área do entorno da arena multiuso -PAOE 5001

Esta ação objetiva execução de diversas obras no entorno da arena multiuso, dentre as quais destacam-se a duplicação da estrada da Guarita, da Rodovia Mário Andreaza, restauração do córrego Mané Pinto e pavimentação de diversas ruas no entorno da arena.

Na LOA/2012 foi autorizado inicialmente o valor de R\$40.334.610,00, sendo que no decorrer de 2012 houve uma suplementação de R\$5.602.703,31, totalizando o valor de R\$45.937.313,31. Na execução orçamentária, foi liquidado o valor de

F:\CONSELHEIRO
 NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
 Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
 VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E

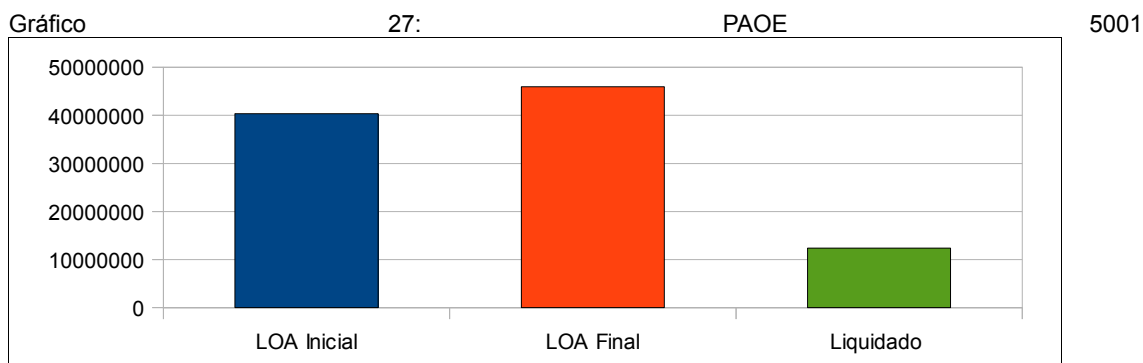
310

R\$12.373.264,54 (Tabela 37), equivalente a 26,94% (Gráfico 27).

Tabela 180 Estruturação da área do entorno da arena multiuso

Região	LOA Inicial	Alteração	LOA Final	% alteração	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado / LOA Final
VI	40.334.610,00	5.602.703,31	45.937.313,31	13,89	17.162.011,57	12.373.264,54	12.120.949,11	26,94
TOTAL	40.334.610,00	5.602.703,31	45.937.313,31	13,89	17.162.011,57	12.373.264,54	12.120.949,11	26,94

Fonte: SIG MT – Sistema de Informações Gerenciais do Estado de Mato Grosso



Estruturação de centros de treinamento - PAOE 5002

Esta ação objetiva desenvolver ações de construção de Centros Oficiais de Treinamentos – COT. De acordo com o projeto estavam previstas a construções de três COT,sendo, um na Barra do Pari, um na UFMT e outro no Bairro Morada do Ouro. Na LOA foi autorizado o valor de R\$20.000.000,00.

F:\CONSELHEIRO
 NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
 Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
 VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E

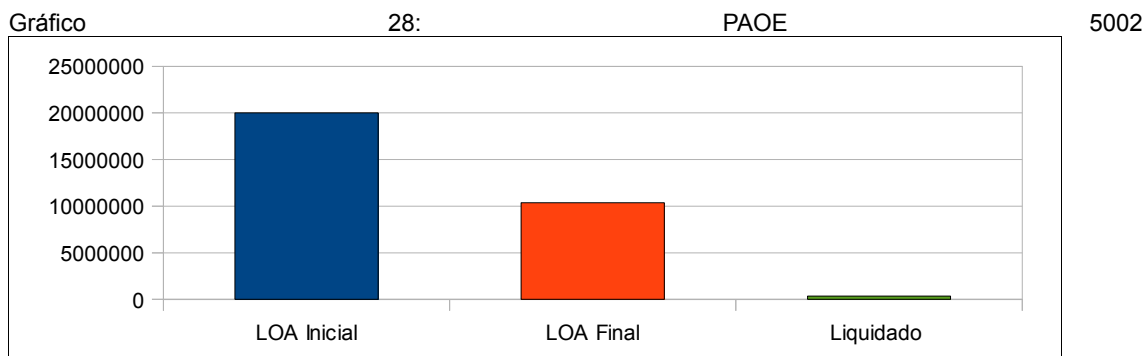
311

Durante o exercício de 2012 houve uma redução no valor de R\$9.620.731,33, restando um crédito autorizado de 10.379.268,67. Entretanto, somente foi executado (liquidado) no exercício de 2012 o valor de R\$343.405,10 (Tabela 38), correspondente a apenas 3,31%, Gráfico 28. Centro de Treinamento a ser construído no campus da UFMT - COT UFMT, em 2012, foi concluído o projeto básico e executivo.

Tabela 181 Estruturação de centros de treinamento – 5002

Região	LOA Inicial	Alteração	LOA Final	% alteração	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado / LOA Final
VI	20.000.000,00	-9.620.731,33	10.379.268,67	-48,10	343.405,10	343.405,10	343.405,10	3,31
TOTAL	20.000.000,00	-9.620.731,33	10.379.268,67	-48,10	343.405,10	343.405,10	343.405,10	3,31

Fonte: SIG MT – Sistema de Informações Gerenciais do Estado de Mato Grosso



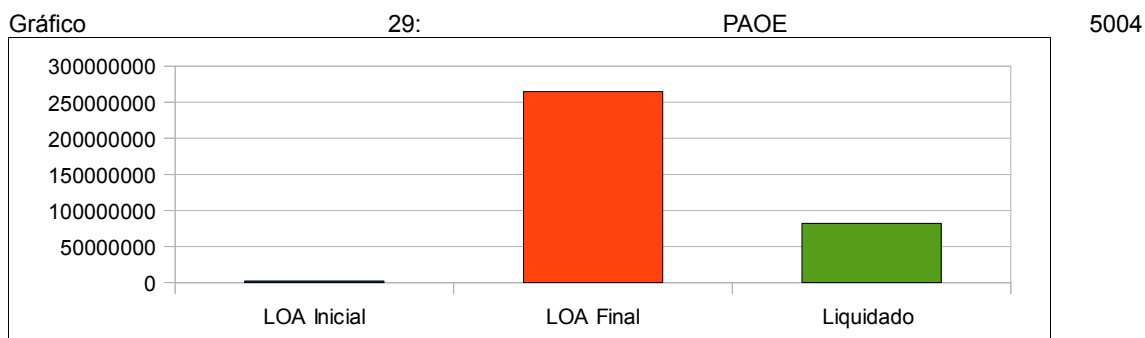
Ampliação da mobilidade e acessibilidade urbanas na região metropolitana para copa- PAOE 5004

Esta ação tem como objetivo a ampliação da mobilidade e acessibilidade urbanas, para melhor receptividade dos visitantes, jogadores e equipe da FIFA, além de deixar como legado uma melhor estrutura para a Capital de Mato Grosso. Na LOA/2012 foi fixado uma despesa no valor de R\$2.500.000,00 que durante o exercício houve uma suplementação de R\$262.198.863,50, ficando com um crédito autorizado de R\$264.698.863,50. Entrentando, na execução orçamentária, foi liquidado o valor de R\$82.366.055,16 (Tabela 39), equivalente a 33,12% do projetado (Gráfico 29).

Tabela 182 Ampliação da mobilidade e acessibilidade urbanas na região metropolitana para copa

Região	LOA Inicial	Alteração	LOA Final	% alteração	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado / LOA Final
VI	2.500.000,00	262.198.863,50	264.698.863,50	10.487,95	96.649.172,89	82.366.055,16	71.343.952,25	31,12
TOTAL	2.500.000,00	262.198.863,50	264.698.863,50	10.487,95	96.649.172,89	82.366.055,16	71.343.952,25	31,12

Fonte: SIG MT – Sistema de Informações Gerenciais do Estado de Mato Grosso



Implantação do sistema modal de transporte coletivo – PAOE 5110

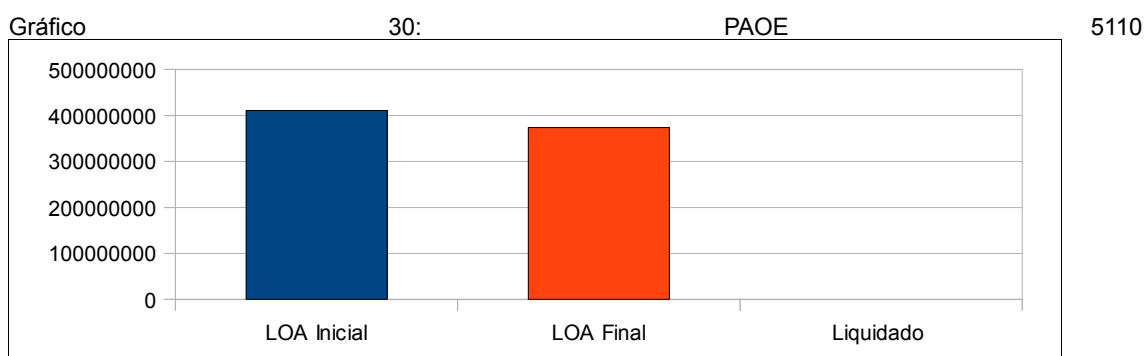
Esta ação tem como objetivo a implantação do sistema modal de transporte em Cuiabá e Várzea Grande. De acordo com a LOA/2012 foi autorizado o valor

inicial de R\$410.614.653,98. Durante a execução orçamentária houve uma redução no valor de R\$36.849.000,00, sendo que ao final restou um crédito autorizado de R\$373.765.653,98. Para este Projeto Atividade não houve execução (Tabela 40 e Gráfico 30).

Tabela 183 Implantação do sistema modal de transporte coletivo

Região	LOA Inicial	Alteração	LOA Final	% alteração	Empenhado	Liquidado	Pago	% Liquidado / LOA Final
VI	410.614.653,98	-36.849.000,00	373.765.653,98	-8,97	100.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	410.614.653,98	-36.849.000,00	373.765.653,98	-8,97	100.000,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIG MT – Sistema de Informações Gerenciais do Estado de Mato Grosso



12.6 Resumo da Avaliação - Planejamento Governamental/2011

O planejamento governamental para o período 2012/2015 foi instituído pela Lei Estadual nº 9.675/2011. Na análise das Contas Anuais de Governo do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso foram realizadas avaliações dos resultados anuais

F:\CONSELHEIRO
 NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
 Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
 VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E

314

obtidos na realização das ações previstas para os Programas: Melhoria da Habitabilidade – "Municípios Sustentáveis", To em Casa, Copa Verde e Infraestrutura de Transportes - MT Integrado

Da análise da execução orçamentária do primeiro ano da atual gestão do Governo do Estado de Mato Grosso, constata-se ausência de cuidado e de técnica para elaboração, execução e controle do planejamento governamental formalizado nas peças de planejamento- PPA, LDO e LOA. É possível afirmar objetivamente que:

- a previsão dos custos unitários das metas físicas de cada programa foi feita sem nenhum critério técnico, pois em todas as ações há divergências significativas, para maior e para menor, entre o custo unitário previsto e o custo unitário executado (Tabela 41).

Tabela 184 Metas e Prioridades

METAS E PRIORIDADES							
239- PROGRAMA TÔ EM CASA							
Programas/ Projetos/ Atividades	Meta Física (Produto)	Unidade de Medida	Quantidade e Prevista na LOA	Quantidade Declarada*	R\$/Un. (LOA) R\$	R\$/Un. (RAG)** R\$	R\$/Un.(RAG)/ R\$/Un.(LOA) %
Acesso à Moradia e Promoção de Inclusão Social	Família atendida	Unidade	16.400,00	0,00	15,24	0,00	0,00
Construção de habitações urbanas e infraestrutura	Casa construída	Unidade	7.193,39	5.339,00	7.515,21	4.187,28	55,71
Construção de habitações rurais e infraestrutura	Casa construída	Unidade	80,91	0,00	11.112,84	0,00	0,00
Distribuição de bolsas de material de construção	Bolsa de material de construção distribuídos	Unidade	202,34	1,00	9.986,98	153.600,00	1.538,00
Elaboração de projetos técnicos de habitação	Projeto elaborado	Unidade	1,00	0,00	63.658,00	0,00	0,00
Realização de obras de infraestrutura em núcleos	Núcleo habitacional beneficiado	Unidade	10.469,00	0,00	164,15	0,00	0,00

habitacionais							
Melhoria da Habitabilidade - "Municípios Sustentáveis"- 072							
Programas/ Projetos/ Atividades	Meta Física (Produto)	Unidade de Medida	Quantidade e Prevista na LOA	Quantidade Declarada*	R\$/Un. (LOA) R\$	R\$/Un. (RAG)** R\$	R\$/Un.(RAG)/ R\$/Un.(LOA) %
Elaboração de projetos técnicos de saneamento básico	Projeto elaborado	Unidade	4,23	3,00	45.070,92	0,00	0,00
Implantação, Ampliação e Reforma de Sistema de Saneamento	Rede ampliada	Metro	39.700,63	6.726,00	258,10	146,90	56,91
Construção, ampliação e recuperação de edificações públicas	Edificação pública construída	Metro quadrado	3.687,43	7.870,00	3.842,45	958,39	24,94
Elaboração de projetos técnicos de edificações e infraestrutura	Projeto elaborado	Unidade	4.797,86	3.451,00	53,74	41,80	77,78
Manutenção de prédios públicos do estado de mato grosso	Edificação pública mantida	Metro quadrado	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ampliação, construção e estruturação das unidades regionais da sema	Sede construída/aparelhada	Unidade	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Apoio a elaboração de planos municipais de saneamento básico	Plano elaborado	Unidade	8,08	8,00	45.727,41	0,00	0,00
Realização de obras em sistema de tratamento de resíduos sólidos	Obra realizada	Unidade	8,53	4,00	273.972,56	0,00	0,00
Apoio a elaboração de planos diretores municipais	Plano elaborado	Unidade	4,00	0,00	125.000,00	0,00	0,00
Ampliação de domicílios ligados a rede de água e esgoto da região metropolitana	Domicílio atendido	Unidade	8.856,87	0,00	770,32	0,00	0,00
Elaboração do plano estadual de saneamento básico de Mato Grosso	Plano elaborado	Percentual	0,10	1,00	0,00	0,00	0,00
Execução de obras de drenagem urbana	Obra executada	Metro	8.000,18	7.840,00	132,50	0,00	0,00
Apoio a execução de projetos, construções e reformas de obras públicas municipais	Projeto apoiado/executado	Metro quadrado	8.414,35	6.435,00	1.852,82	730,87	39,44
Construção do Hospital Universitário da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT	Obra executada	Percentual	21,33	20,00	1.406.469,76	0,00	0,00

338 – MT INTEGRADO							
Programas/ Projetos/ Atividades	Meta Física (Produto)	Unidade de Medida	Quantidade e Prevista na LOA	Quantidade Declarada*	R\$/Un. (LOA) R\$	R\$/Un. (RAG)** R\$	R\$/Un.(RAG)/ R\$/Un.(LOA) %
Aquisição de equipamentos rodoviários	Patrulha mecanizada disponibilizada	Unidade	1,00	0,00	52.825,25	0,00	0,00
Estruturação da tecnologia de informação - sinfra	Conjunto de informática disponibilizado	Unidade	100,00	0,00	3.624,40	0,00	0,00

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E

316

Construção de Pontes Definitivas de Concreto - Obras de Artes Especiais	Ponte construída	Metros	903,00	258,00	75.915,56	36.404,93	47,95
Construção e reforma de pontes de madeira	Ponte de madeira construída/reformada	Metros	6.075,00	0,00	2.269,03	0,00	0,00
Pavimentação de rodovias	Trecho pavimentado	Quilômetro	546,10	54,19	311.773,24	1.073.285,00	344,25
Restauração de rodovias pavimentadas	Trecho restaurado	Quilômetro	834,00	676,26	23.860,39	15.228,52	63,82
Elaboração de Estudos e Projetos de Infraestrutura de Transportes Rodoviários	Trecho estudado e projetado	Quilômetro	4.113,44	878,72	20.319,15	20.821,01	102,46
Modernização da Infraestrutura Aeroportuária do Estado	Estrutura modernizada	Unidade	12,00	6,00	2.168.343,67	916.987,88	42,28
Pavimentação e Recuperação de Vias Urbanas	Pavimentação asfáltica	Quilômetro	233,36	233,00	321.509,91	204.387,95	63,57
Capacitação de recursos humanos da SETPU	Pessoa capacitada	Pessoa	100,00	0,00	685,00	0,00	0,00
Manutenção de rodovias não pavimentadas	Trecho mantido	Quilômetro	15.200,00	0,00	5.694,95	0,00	0,00
Manutenção dos postos da policia rodoviária estadual	Posto mantido	Percentual	100,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00
Conservação de rodovias pavimentadas	Trecho conservado	Quilômetro	500,00	1.727,63	19.796,19	3.072,69	15,52
Execução e apoio a projetos de obras publicas municipais	Projeto apoiado/executado	Unidade	2,87	0,00	18.462.503,13	0,00	0,00
Gerenciamento e operação da malha pavimentada	Rodovia gerenciada	Unidade	5,00	0,00	575.114,60	0,00	0,00
Pavimentação de ligações e vias de acessos rodoviários municipais	Trecho de ligação pavimentado	Quilômetro	644,00	0,00	620.396,28	0,00	0,00
Pavimentação e recuperação de rodovias turísticas	Trecho pavimentado	Quilômetro	232,50	0,00	965.935,48	0,00	0,00

325 – PROGRAMA COPA VERDE							
Programas/ Projetos/ Atividades	Meta Física (Produto)	Unidade de Medida	Quantidade e Prevista na LOA	Quantidade Declarada*	R\$/Un. (LOA) R\$	R\$/Un. (RAG)** R\$	R\$/Un.(RAG)/ R\$/Un.(LOA) %
Estruturação da arena multiuso	Arena multiuso estruturada	Percentual	63,00	50,00	2.651.148,05	1.783.031,30	67,25
Implantação do Entorno da Arena Multiuso	Área urbanizada	Percentual	30	28,00	1.531.243,77	441.902,30	28,85
Implantação de Centros Oficiais de Treinamentos	Centro de treinamento estruturado	Percentual	25,00	25,00	415.170,72	13.736,20	3,30
Estruturação dos centros de diversão para a copa do mundo do pantanal (fan fest e fan parks)	Estrutura implementada/mantida	Percentual	0,00	12,00	0,00	0,00	0,00
Ampliação da mobilidade e acessibilidade urbanas na região metropolitana para copa	Obra realizada	Percentual	65,00	45,00	4.072.290,20	1.830.356,78	44,94
Melhoria da Infraestrutura na	Obra realizada	Percentual	65,00	55,00	332.680,50	4.033,73	1,21

Região							
Publicidade, Promoção e Divulgação da Copa do Mundo FIFA 2014	Inserção realizada	Percentual	15,00	30,00	1.723.165,67	738.840,94	42,87
Inserção de Ações Sustentáveis de Incentivo ao Esporte	Atividade realizada	Unidade	1,00	1,00	989.054,13	853.805,70	86,32
Portal de Comunicação da Copa	Portal implementado	Percentual	60,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estimulo a participação voluntaria de grupos organizados da sociedade civil nos eventos agecopa	Projeto apoiado/executado	Unidade	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fomento às Atividades Lúdicas nas Escolas para o Fortalecimento do Espírito da Copa	Escola estimulada	Unidade	350,00	180,00	1.000,00	1.230,32	123,03
Fomento à Captação de Investimentos e Geração de Novos Negócios	Empreendimento implantado	Unidade	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estimulo a produção de programas especiais sobre mato grosso.	Programa de TV produzido	Unidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fomento e Articulação das Ações do Turismo para a Copa do Mundo FIFA	Município atendido	Unidade	0,00	17,00	0,00	0,00	0,00
Promoção de Eventos Turísticos Voltados para Copa do Mundo	Evento realizado	Unidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilização de Fornecedores de Suprimento para Copa do Mundo FIFA 2014	Evento realizado	Unidade	1,00	1,00	500.000,00	316.205,71	63,24
Implantação do Selo da Copa	Selo da copa implantado	Percentual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fomento à Qualificação de Mão-de-obra Especializada para o Receptivo Turístico da Copa do Mundo FIFA 2014	Pessoa capacitada	Unidade	5.000,00	3.500,00	310,00	199,20	64,25
Implantação dos projetos de sustentabilidade e gestão dos legados físicos	Projeto implantado	Unidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Revitalização de áreas urbanas	Área recuperada	Unidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Elaboração de estudo de impacto dos investimentos públicos na realização da copa do mundo fifa brasil 2014	Estudo elaborado	Percentual	40,00	40,00	2.950,00	4.440,00	150,50
Gestão das acoes interinstitucionais	Ação mantida	Percentual	100,00	100,00	492,47	0,00	0,00
Gestão dos legados sociais	Ação mantida	Percentual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Criação e ampliação da oferta de acomodações para atendimento da demanda para copa do mundo	Rede hoteleira instalada	Percentual	20,00	17,00	11.050,00	0,00	0,00
Implantação do sistema modal de transporte coletivo	Sistema disponibilizado	Percentual	40,00	20,00	9.344.141,33	0,00	0,00
Capacitação dos servidores	Servidor capacitado	Unidade	24,00	24,00	8.333,33	6.098,88	73,18
Implementação de tecnologia de	Projeto aprovado/implementado	Percentual	20,00	85,00	150.359,40	29.336,09	19,51

informação e comunicação - tic							
Desenvolvimento de planos de segurança e de defesa civil, com indicadores, para atendimento das exigências da FIFA	Plano de segurança e defesa civil implementado	Unidade	1,00	0,00	1.338.259,04	0,00	0,00
Contribuição com a proteção ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável do estado na programação da copa	Projeto apoiado/executado	Unidade	1,00	1,00	5.644.922,00	4.532.359,09	80,29
Aquisição de Equipamentos de Tecnologia da Informação -Secopa	Sistema implementado	Unidade	1,00	0,00	634.600,00	0,00	0,00

* a quantidade declarada constante do RAG – Relatório Gerencial Analítico da Avaliação do Programa

** valor obtido considerando-se o total liquidado dividido pela quantidade declarada

- não houve controle dos resultados informados no Relatório da Ação Governamental, pois o RAG – 2012 apresentou várias ações com execução orçamentária e financeira, porém sem as metas físicas atingidas.
- Da constatação de remanejamentos de recursos orçamentários entre as regiões, evidencia a descaracterização do que foi definido na LOA e implica em ilegitimidade na execução de ação, que teve a priorização e previsão inicial precedidas de audiências públicas indispensáveis para efetivar a participação popular nos atos de planejamento e para dar cumprimento ao princípio da transparência, tal como disposto no parágrafo único, do art. 48, da LRF. Essas alterações transfiguraram o PPA e as LOAs de peças de planejamento em meros documentos emitidos para cumprir formalidade exigida em lei;
- nas ações construção e reforma de pontes de madeira – PAOE 1284, manutenção de rodovias não pavimentadas – PAOE 2151, conservação de rodovias pavimentadas – PAOE 2209 e execução e apoio a projetos de obras públicas municipais – PAOE 3162 a aplicação de recursos ficou concentrada no Estado e não foi dada as informações das regiões beneficiadas. A informação genérica implica em

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E

319

falta de transparência e impossibilita a comprovação da existência de critérios objetivos para destinação dos recursos(distribuição entre as regiões que precisam dessas ações governamentais), dessa forma, constatou-se inobservância ao art. 7º, inciso IV, VII alínea “ a” e inciso V do § 1º e incisos I, IV, V e VI do Art. 8º da Lei 12.527/2011;

- ausência de critérios objetivos para definição de um plano de manutenção preventiva/conservação das rodovias, com definição de cronograma para o curto e médio prazo, com base no controle de tráfego, controle de cargas e de vida útil decorrida;
- Constatou-se reincidência dada a deficiência técnica do Planejamento Governamental na análises das contas anuais 2012, pois nos Pareceres Prévios referentes aos exercícios de 2008, 2009, 2010 e 2011 já foram apresentadas recomendações ao Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso no sentido de determinar ao Chefe do Poder Executivo Estadual a adoção de medidas para o aprimoramento do mesmo.

Exercício	Nº do Parecer Prévio	Recomendações
2008	02/2009	Compatibilizar a execução orçamentária com os programas e metas contidos nas peças de planejamento, especialmente no Plano Plurianual.

2009	04/2010	Orientar as unidades responsáveis pela elaboração da proposta orçamentária a adotarem metodologia adequada e aprimoramento contínuo do processo de planejamento governamental a fim de que a ação planejada possa garantir os meios necessários à obtenção dos resultados pretendidos pelo Estado; Orientar a elaboração das peças de planejamento – PPA, LDO e LOA – de modo que guardem compatibilidade entre si e as metas físicas e financeiras, levando em consideração as efetivas realizações ocorridas nos exercícios anteriores, em cumprimento ao disposto no artigo 1º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal; e Orientar as secretarias finalísticas a procederem a correta informação dos dados no sistema de acompanhamento e avaliação da execução dos programas e ações governamentais, objetivando o conhecimento de sua evolução, a correção de eventuais desvios e a avaliação do cumprimento em audiência pública.
2010	05/2011	Que no processo de elaboração do PPA seja aprimorada a demonstração da regionalização das metas; que no processo de elaboração do PPA seja aprimorada a estimativas de custos dos programas; Que seja realizada avaliação anual da execução do PPA, para detectar a necessidade de eventuais correções e ajustes nos diversos programas para aplicação racional dos recursos públicos.
2011	05/2012	Observar o disposto nos artigos 165 a 167, da CR/88, no que se refere à elaboração das peças de planejamento (PPA, LDO, LOA) de acordo com os preceitos a elas inerentes.

13. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Em 2008, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso passou a inserir nos Pareceres Prévios de Contas de Governo uma avaliação do resultado das políticas públicas de educação e saúde aplicadas pelo Governo do Estado e Municípios.

Além de retratar e avaliar os resultados das políticas públicas de educação e saúde do Governo do Estado e dos Municípios, a avaliação das Políticas Públicas realizada pelo Tribunal de Contas, incentiva os gestores públicos a avaliarem sua própria atuação verificando a evolução dos resultados e sua posição em comparação com a média Brasil e Mato Grosso, o que auxilia na tomada de decisões. Também permite que a sociedade verifique como está o desempenho do Estado e do seu município e cobre ações dos gestores no sentido de melhorar a qualidade dos serviços ao cidadão.

Em 2009, o TCE/MT realizou a primeira atualização dos indicadores, criando ainda um sistema informatizado que tornou mais funcional e atrativa a consulta aos resultados. A partir de então, todos os anos o TCE/MT tem atualizado o painel de indicadores o que possibilita a verificação dos resultados obtidos no ano da consulta e o acompanhamento da evolução dos indicadores.

Em 2011, mediante a Resolução Normativa nº 15/2011 TCE/MT, este Tribunal também passou a inserir nos Pareceres Prévios de Contas do Governo do Estado uma avaliação do resultado das políticas públicas da área de Segurança Pública.

13.1. POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO

Serão analisados os seguintes indicadores das políticas públicas de educação:

- 1) Taxa de Escolarização líquida (15 a 17 anos) – 2011;
- 2) Taxa de Abandono - Rede Estadual - Ensino Médio – 2011;
- 3) Desempenho Médio da Prova Objetiva do Enem com correção de participação Rede Estadual – 2011;
- 4) Taxa de Abandono - Rede Estadual - Até a 4ª Série/5º Ano EF – 2011;
- 5) Taxa de Abandono - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF – 2011;
- 6) Taxa de Reprovação - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF – 2011;
- 7) Proporção de Escolas do Estado com Nota na Prova Brasil (Matemática 4ª Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil – 2011;
- 8) Proporção de Escolas do Estado com Nota na Prova Brasil (Português 4º Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil – 2011
- 9) Proporção de Escolas do Estado com Nota na Prova Brasil (Matemática 8ª Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil – 2011; e
- 10) Proporção de Escolas do Estado com Nota na Prova Brasil (Português 8ª Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil – 2011.

Com o fim de facilitar a compreensão da evolução dos indicadores, primeiramente será mostrada a evolução dos indicadores de Políticas Públicas da área da

Educação nos últimos 5 anos. Posteriormente abordar-se-á a situação dos indicadores do Estado em comparação com a média do Brasil. Por fim será verificada a distribuição espacial do Índice da Educação Estadual para os municípios.

13.1.1. Evolução dos indicadores de Políticas Públicas da área da Educação

A Tabela a seguir exibe a evolução dos indicadores de Políticas Públicas da área da Educação. A partir destes dados é possível verificar a eventual melhora, ou piora, dos índices nos últimos anos.

Tabela 185: Evolução dos indicadores das políticas de Educação

	2008	2009	2010	2011	2012
Taxa de Escolarização líquida (15 a 17 anos)	56,10	57,93	62,55	62,55	76,60
Variação anual	-	3,26%	7,98%	0,00%	22,46%
Variação entre 2008 a 2012				36,54%	
Taxa de Abandono - Rede Estadual - Ensino Médio	29,20	19,60	16,17	12,40	12,70
Variação anual	-	-32,88%	-17,50%	-23,31%	2,42%
Variação entre 2008 a 2012				-56,51%	
Desempenho Médio da Prova Objetiva do Enem com correção de participação Rede Estadual	41,19	32,60	459,79	469,30	460,66

	2008	2009	2010	2011	2012
Variação anual	-	-20,85%	-	2,07%	-1,84%
Variação entre 2010 a 2012				0,19%	
Taxa de Abandono - Rede Estadual - Até a 4ª Série/5º Ano	12,40	4,00	1,66	0,10	0,20
Variação anual	-	-67,74%	-58,50%	-93,98%	100,00%
Variação entre 2008 a 2012				-98,39%	
Taxa de Abandono - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano	21,70	8,90	4,93	1,00	1,00
Variação anual	-	-58,99%	-44,61%	-79,72%	0,00%
Variação entre 2008 a 2012				-95,39%	
Taxa de Reprovação - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano	9,00	9,40	3,90	2,80	3,60
Variação anual	-	4,44%	-58,51%	-28,21%	28,57%
Variação entre 2008 a 2012				-60,00%	
Proporção de Escolas Estaduais com Nota na Prova Brasil (Matemática 4ª Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil	62,85	56,51	64,25	64,25	76,52
Variação anual	-	-10,09%	13,70%	0,00%	19,10%
Variação entre 2008 a 2012				21,75%	

	2008	2009	2010	2011	2012
Proporção de Escolas Estaduais com Nota na Prova Brasil (Português 4ª Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil	72,92	52,08	57,26	57,26	67,99
Variação anual	-	-28,58%	9,95%	0,00%	18,74%
Variação entre 2008 a 2012	-6,76%				
Proporção de Escolas Estaduais com Nota na Prova Brasil (Matemática 8ª Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil	61,10	62,21	56,31	56,31	74,84
Variação anual	-	1,82%	-9,48%	0,00%	32,91%
Variação entre 2008 a 2012	22,49%				
Proporção de Escolas Estaduais com Nota na Prova Brasil (Português 8ª Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil	66,06	64,55	50,70	50,70	70,54
Variação anual	-	-2,29%	-21,46%	0,00%	39,13%
Variação entre 2008 a 2012	6,78%				

Fonte: Avaliação de resultados das políticas de saúde e educação: estados e municípios de Mato Grosso. Disponível em: <<http://politicas.tce.mt.gov.br/v3/Main.html#>>. Acesso em 16.04.2013.

Da análise se constata que houve a melhora dos seguintes índices:

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato

Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO

E

VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

326

- Taxa de Escolarização líquida (15 a 17 anos), um aumento de 36,54%;
- Taxa de Abandono - Rede Estadual - Ensino Médio, uma redução de 56,51%;
- Desempenho Médio da Prova Objetiva do Enem com correção de participação Rede Estadual, um incremento na nota de 26,67% entre as avaliações ocorridas em 2010 e 2012;
- Taxa de Abandono - Rede Estadual - Até a 4ª Série/5º Ano, uma redução de 98,39%;
- Taxa de Abandono - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano, uma redução de 95,39%;
- Taxa de Reprovação - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano, uma redução de 60%; e
- Proporção de Escolas do Estado com Nota na Prova Brasil (Português 4ª Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil, uma singela redução de 6,76% no número de escolas.

Também se constata que pioraram os seguintes índices:

- Proporção de Escolas do Estado com Nota na Prova Brasil (Matemática 4ª Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil, houve um aumento de 21,75% no número de escolas com nota inferior à Média do Brasil;
- Proporção de Escolas do Estado com Nota na Prova Brasil (Matemática 8ª Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil, houve um aumento de 22,49% no número de escolas com nota inferior à Média do Brasil; e

- Proporção de Escolas do Estado com Nota na Prova Brasil (Português 8ª Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil, houve um aumento de 6,78% no número de escolas com nota inferior à Média do Brasil.

13.1.2. Comparação do Índice de Educação Estadual com Média Brasil

A seguir está o resultado da avaliação das Políticas Públicas da área da Educação relativa ao ano de 2012. Saliente-se que a avaliação de 2012 tem por base os dados de 2011.

Tabela 186: Painel de avaliação das políticas de Educação

	Indicadores	Mato Grosso	Brasil
1	Taxa de Escolarização Líquida (15 a 17 anos)	70.60	58.50
2	Taxa de Abandono - Rede Estadual - Ensino Médio	12.70	10.90
3	Desempenho Médio da Prova Objetiva do Enem com correção de participação Rede Estadual	460,66	471,14
4	Taxa de Abandono - Rede Estadual - Até a 4ª Série/5º Ano EF	0.20	1.30
5	Taxa de Abandono - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF	1.00	4.30
6	Taxa de Reprovação - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF	3.60	13.40
7	Proporção de Escolas Estaduais com Nota na Prova Brasil (Matemática 4ª Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil	76.52	49.96
8	Proporção de Escolas Estaduais com Nota na Prova Brasil (Português 4º Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil	67.99	50.07
9	Proporção de Escolas Estaduais com Nota na Prova Brasil (Matemática 8ª Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil	74.84	51.80
10	Proporção de Escolas Estaduais com Nota na Prova Brasil (Português 8ª Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil	70.54	49.72

Fonte: Avaliação de resultados das políticas de saúde e educação: estados e municípios de Mato Grosso. Disponível em: <<http://politicas.tce.mt.gov.br/v3/Main.html#>>. Acesso em 16.04.2013.

Considerando os indicadores, destacam-se os seguintes resultados positivos:

- a Taxa de Escolarização líquida: a oferta de matrícula no Ensino Fundamental do Estado em 2012 era suficiente para atender 70,60% da demanda na faixa etária de 7 a 14 anos;
- a baixa taxa de Taxa de Abandono até o 9º Ano do ensino médio; e
- a baixa taxa de Taxa de Reprovação dos alunos matriculados do 5ª ao 9º ano.

Destacam-se a seguir os resultados negativos:

- a Taxa de Abandono do Ensino Médio ser superior à média do Brasil; e
- o fato de que em todas as matérias a proporção de escolas do Estado que obtiveram nota na Prova Brasil inferior à Média do Brasil ser maior que a média nacional. Ademais, em três dos quatro indicadores relativos a este item, menos de 30% das escolas obtiveram notas iguais ou superiores à média nacional.

13.1.3. Distribuição Espacial dos Indicadores da Educação Estadual nos Municípios

A tabela a seguir exibe a distribuição espacial do resultado dos indicadores da Educação Estadual para os municípios.

Tabela 187: Distribuição Espacial dos Indicadores da Educação

Município	Taxa de Abandono - Rede Estadual - Ensino Médio - 2011	Desempenho Médio da Prova Objetiva do Enem com correção de participação Rede Estadual - 2011	Taxa de Abandono - Rede Estadual - Até a 4ª Série/5º Ano EF - 2011	Taxa de Abandono - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF - 2011	Taxa de Reprovação - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF - 2011	Proporção de Escolas Estaduais com Nota na Prova Brasil inferior à Média do Brasil - 2011			
						Matemática 4ª Série/5º Ano	Português 4º Série/5º Ano	Matemática 8ª Série/9º Ano	Português 8ª Série/9º Ano
Média Brasil	10.90	471.14	1.30	4.30	13.40	49.96	50.07	51.80	49.72
Média Mato Grosso	12.70	460.66	0.20	1.00	3.60	76.52	67.99	74.84	70.54
ACORIZAL	16.30	425.77	7.90	0.80	0.70	100.00	100.00	100.00	100.00
AGUA BOA	0.00	463.38	0.00	0.00	8.10	100.00	100.00	50.00	0.00
ALTA FLORESTA	16.90	473.49	0.00	0.70	3.10	62.50	25.00	42.86	57.14
ALTO ARAGUAIA	13.90	440.11	0.00	1.50	3.50	50.00	50.00	66.67	33.33
ALTO BOA VISTA	0.00	436.36	0.00	0.00	1.60	100.00	100.00	100.00	100.00
ALTO GARCAS	0.00	441.08	0.00	0.20	7.30	0.00	0.00	50.00	50.00
ALTO PARAGUAI	8.80	444.46	0.00	1.40	5.90	100.00	100.00	100.00	100.00
ALTO TAQUARI	7.40	488.22	0.00	0.00	2.40	0.00	0.00	0.00	0.00
APIACAS	5.90	442.49	0.00	0.60	0.00	100.00	100.00	100.00	100.00
ARAGUAIANA	8.40	444.51	0.00	0.00	0.00	100.00	0.00	100.00	100.00
ARAGUAINHÁ	4.50	477.25	N/A	1.80	0.00	N/A	N/A	100.00	100.00
ARAPUTANGA	16.30	453.39	0.00	1.00	1.80	0.00	0.00	66.67	33.33
ARENAPOLIS	0.00	481.86	0.00	0.00	2.50	100.00	100.00	50.00	50.00
ARIPUANA	26.80	465.41	0.30	4.20	4.40	100.00	100.00	100.00	100.00

Município	Taxa de Abandono - Rede Estadual - Ensino Médio - 2011	Desempenho Médio da Prova Objetiva do Enem com correção de participação	Taxa de Abandono - Rede Estadual - Até a 4ª Série/5º Ano EF - 2011	Taxa de Abandono - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF - 2011	Taxa de Reprovação - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF - 2011	Proporção de Escolas Estaduais com Nota na Prova Brasil inferior à Média do Brasil - 2011			
						Matemática 4ª Série/5º Ano	Português 4º Série/5º Ano	Matemática 8ª Série/9º Ano	Português 8ª Série/9º Ano
BARAO DE MELGACO	8.90	430.51	0.00	2.20	3.30	100.00	100.00	100.00	100.00
BARRA DO BUGRES	14.60	445.17	1.30	0.60	1.10	85.71	100.00	100.00	100.00
BARRA DO GARCAS	8.30	473.87	1.20	0.10	5.10	71.43	57.14	76.92	61.54
BOM JESUS DO ARAGUAIA	1.80	459.17	0.00	1.80	3.20	N/I	N/I	100.00	100.00
BRASNORTE	0.00	461.97	0.00	0.00	10.00	100.00	0.00	100.00	100.00
CACERES	10.30	460.99	0.00	0.60	2.90	91.67	75.00	92.31	84.62
CAMPINAPO LIS	18.80	437.19	0.00	0.20	2.60	100.00	100.00	100.00	100.00
CAMPO NOVO DO PARECIS	19.00	460.29	0.00	0.00	12.60	100.00	66.67	66.67	66.67
CAMPO VERDE	9.90	463.98	0.00	1.00	0.40	66.67	33.33	66.67	66.67
CAMPOS DE JULIO	1.20	477.04	0.00	0.00	5.80	N/I	N/I	100.00	0.00
CANABRAVA DO NORTE	11.30	431.19	0.90	1.20	6.70	100.00	100.00	100.00	100.00
CANARANA	0.00	468.24	0.00	0.70	1.80	50.00	50.00	100.00	100.00
CARLINDA	15.00	458.13	0.00	8.80	9.80	50.00	50.00	100.00	100.00
CASTANHEIRA	10.10	433.08	0.00	0.60	2.70	0.00	100.00	100.00	100.00
CHAPADA DOS GUIMARAES	19.70	463.65	0.00	5.90	3.50	100.00	100.00	100.00	100.00
CLAUDIA	15.10	469.44	4.70	1.30	0.90	100.00	100.00	100.00	100.00
COCALINHO	25.10	442.57	0.80	3.50	4.40	100.00	0.00	100.00	100.00
COLIDER	11.60	460.40	0.50	3.50	6.30	100.00	50.00	75.00	100.00

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E

331

Município	Taxa de Abandono - Rede Estadual - Ensino Médio - 2011	Desempenho Médio da Prova Objetiva do Enem com correção de participação	Taxa de Abandono - Rede Estadual - Até a 4ª Série/5º Ano EF - 2011	Taxa de Abandono - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF - 2011	Taxa de Reprovação - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF - 2011	Proporção de Escolas Estaduais com Nota na Prova Brasil inferior à Média do Brasil - 2011			
						Matemática 4ª Série/5º Ano	Português 4º Série/5º Ano	Matemática 8ª Série/9º Ano	Português 8ª Série/9º Ano
COLNIZA	10.60	460.01	0.00	0.00	6.70	50.00	50.00	100.00	100.00
COMODORO	10.70	446.21	0.00	1.60	0.60	100.00	0.00	50.00	50.00
CONFRESA	14.10	445.72	0.00	2.50	1.90	100.00	100.00	100.00	100.00
CONQUISTA DOESTE	27.90	432.73	N/A	3.10	4.20	N/A	N/A	100.00	100.00
COTRIGUACU	10.40	443.22	0.00	0.10	8.70	66.67	66.67	100.00	66.67
CUIABA	14.40	458.85	0.00	0.60	4.30	82.98	76.60	80.70	77.19
CURVELANDIA	28.40	429.32	0.00	3.40	0.80	100.00	100.00	100.00	100.00
DENISE	0.70	439.03	0.00	1.30	2.50	100.00	100.00	100.00	100.00
DIAMANTINO	14.60	464.12	0.00	0.20	4.10	100.00	100.00	100.00	100.00
DOM AQUINO	25.80	448.75	0.00	1.70	0.70	0.00	0.00	50.00	50.00
FELIZ NATAL	14.00	470.30	N/A	2.10	2.10	N/A	N/A	0.00	0.00
FIGUEIROPOLIS DOESTE	0.00	459.76	0.00	0.00	6.60	100.00	100.00	0.00	100.00
GAUCHA DO NORTE	12.60	448.04	0.00	0.40	0.90	100.00	100.00	0.00	100.00
GENERAL CARNEIRO	8.00	431.60	0.00	0.50	4.90	N/I	N/I	50.00	100.00
GLORIA DOESTE	2.00	457.14	0.00	4.10	2.40	N/I	N/I	0.00	0.00
GUARANTA DO NORTE	2.80	494.14	0.00	0.50	1.90	66.67	66.67	0.00	25.00
GUIRATINGA	20.30	443.80	0.00	1.50	0.60	100.00	100.00	50.00	50.00
INDIAVAI	6.70	422.27	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
IPIRANGA DO NORTE	30.10	488.29	N/A	2.40	10.10	N/A	N/A	0.00	0.00
ITANHANGA	24.60	463.50	0.00	0.60	4.60	N/I	N/I	50.00	0.00

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E

332

Município	Taxa de Abandono - Rede Estadual - Ensino Médio - 2011	Desempenho Médio da Prova Objetiva do Enem com correção de participação	Taxa de Abandono - Rede Estadual - Até a 4ª Série/5º Ano EF - 2011	Taxa de Abandono - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF - 2011	Taxa de Reprovação - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF - 2011	Proporção de Escolas Estaduais com Nota na Prova Brasil inferior à Média do Brasil - 2011			
						Matemática 4ª Série/5º Ano	Português 4º Série/5º Ano	Matemática 8ª Série/9º Ano	Português 8ª Série/9º Ano
ITAUBA	26.50	448.76	N/A	2.10	10.60	N/I	N/I	100.00	100.00
ITUIQUIRA	21.10	456.95	0.00	1.30	0.60	100.00	100.00	100.00	100.00
JACIARA	16.20	460.86	0.00	0.70	1.10	83.33	83.33	83.33	66.67
JANGADA	8.40	422.63	0.00	0.90	1.70	100.00	100.00	100.00	100.00
JAURU	11.60	463.39	0.00	1.80	6.10	0.00	0.00	100.00	100.00
JUARA	3.10	470.25	0.00	0.90	3.50	20.00	20.00	40.00	20.00
JUINA	17.80	476.29	0.00	0.20	1.80	75.00	50.00	75.00	75.00
JURUENA	19.50	473.58	0.00	0.30	2.30	N/I	N/I	0.00	0.00
JUSCIMEIRA	13.30	463.71	0.00	1.20	1.10	100.00	100.00	60.00	80.00
LAMBARI DOESTE	18.60	422.27	0.00	0.50	3.50	100.00	100.00	100.00	100.00
LUCAS DO RIO VERDE	10.70	486.82	0.00	0.00	5.40	100.00	0.00	33.33	33.33
LUCIARA	8.20	434.00	0.00	0.00	11.70	100.00	100.00	100.00	100.00
MARCELANDIA	19.40	458.55	0.00	1.00	1.50	100.00	100.00	100.00	66.67
MATUPA	13.00	467.03	0.00	0.40	0.50	50.00	0.00	100.00	0.00
MIRASSOL DOESTE	19.70	437.73	0.00	0.90	2.40	85.71	85.71	100.00	80.00
NOBRES	13.70	452.29	0.00	0.00	0.90	100.00	100.00	100.00	66.67
NORTELANDIA	14.10	462.90	0.00	0.30	2.80	100.00	0.00	100.00	0.00
NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	6.60	427.10	0.20	2.20	7.10	100.00	100.00	100.00	100.00
NOVA BANDEIRANTES	17.60	436.45	0.00	0.70	0.70	0.00	100.00	100.00	100.00

Município	Taxa de Abandono - Rede Estadual - Ensino Médio - 2011	Desempenho Médio da Prova Objetiva do Enem com correção de participação	Taxa de Abandono - Rede Estadual - Até a 4ª Série/5º Ano EF - 2011	Taxa de Abandono - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF - 2011	Taxa de Reprovação - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF - 2011	Proporção de Escolas Estaduais com Nota na Prova Brasil inferior à Média do Brasil - 2011			
						Matemática 4ª Série/5º Ano	Português 4º Série/5º Ano	Matemática 8ª Série/9º Ano	Português 8ª Série/9º Ano
NOVA BRASILÂNDIA	28.50	431.38	0.00	0.40	4.00	100.00	100.00	100.00	100.00
NOVA CANAÃ DO NORTE	13.70	445.42	0.00	2.30	8.10	100.00	100.00	0.00	0.00
NOVA GUARITA	0.00	468.94	0.00	0.00	8.20	100.00	0.00	100.00	100.00
NOVA LACERDA	25.30	456.01	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
NOVA MARILÂNDIA	9.10	487.77	N/A	0.00	8.30	N/A	N/A	100.00	100.00
NOVA MARINGÁ	25.60	450.71	0.00	2.30	8.20	100.00	0.00	50.00	0.00
NOVA MONTE VERDE	12.70	456.57	0.00	1.00	0.30	0.00	0.00	0.00	0.00
NOVA MUTUM	16.90	469.52	0.00	0.60	1.20	100.00	100.00	33.33	33.33
NOVA NAZARE	9.10	419.84	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/I	N/I
NOVA OLÍMPIA	12.90	444.74	N/A	0.80	3.70	N/I	N/I	100.00	100.00
NOVA SANTA HELENA	21.80	471.58	0.00	9.10	2.00	N/A	N/A	100.00	100.00
NOVA UBIRATA	24.40	486.81	N/A	6.60	0.90	N/A	N/A	0.00	0.00
NOVA XAVANTINA	2.00	459.78	0.00	0.10	4.20	100.00	100.00	100.00	100.00
NOVO HORIZONTE DO NORTE	21.80	431.88	N/A	1.50	1.10	N/I	N/I	100.00	100.00
NOVO MUNDO	10.40	461.50	0.00	1.20	2.30	0.00	0.00	50.00	50.00

Município	Taxa de Abandono - Rede Estadual - Ensino Médio - 2011	Desempenho Médio da Prova Objetiva do Enem com correção de participação	Taxa de Abandono - Rede Estadual - Até a 4ª Série/5º Ano EF - 2011	Taxa de Abandono - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF - 2011	Taxa de Reprovação - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF - 2011	Proporção de Escolas Estaduais com Nota na Prova Brasil inferior à Média do Brasil - 2011			
						Matemática 4ª Série/5º Ano	Português 4º Série/5º Ano	Matemática 8ª Série/9º Ano	Português 8ª Série/9º Ano
NOVO SANTO ANTONIO	1.50	441.92	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
NOVO SAO JOAQUIM	20.50	467.39	4.50	4.50	1.70	100.00	0.00	0.00	100.00
PARANAITA	7.60	459.02	0.00	0.00	5.20	0.00	0.00	0.00	0.00
PARANATINGA	27.20	470.84	0.00	4.00	0.70	50.00	50.00	66.67	66.67
PEDRA PRETA	0.50	458.04	0.50	3.10	0.80	66.67	66.67	50.00	50.00
PEIXOTO DE AZEVEDO	16.80	455.55	0.10	2.10	5.10	80.00	100.00	100.00	100.00
PLANALTO DA SERRA	0.90	414.69	0.00	0.90	0.90	N/I	N/I	0.00	100.00
POCONE	11.00	435.38	0.10	1.10	5.10	100.00	100.00	100.00	88.89
PONTAL DO ARAGUAIA	0.40	443.53	0.00	0.00	7.70	100.00	0.00	100.00	100.00
PONTE BRANCA	0.00	477.93	N/A	0.00	5.00	N/A	N/A	0.00	0.00
PONTES E LACERDA	0.80	468.48	0.00	0.20	1.90	60.00	60.00	40.00	60.00
PORTO ALEGRE DO NORTE	2.50	446.03	0.00	0.40	0.30	100.00	100.00	66.67	66.67
PORTO DOS GAUCHOS	18.20	459.63	0.00	0.00	9.00	100.00	100.00	66.67	0.00
PORTO ESPERIDIAO	16.80	446.27	0.00	0.50	3.60	0.00	0.00	100.00	66.67
PORTO ESTRELA	13.30	423.74	0.00	1.60	4.30	N/I	N/I	100.00	100.00
POXOREU	12.80	445.09	0.00	2.10	1.30	66.67	66.67	66.67	66.67

Município	Taxa de Abandono - Rede Estadual - Ensino Médio - 2011	Desempenho Médio da Prova Objetiva do Enem com correção de participação	Taxa de Abandono - Rede Estadual - Até a 4ª Série/5º Ano EF - 2011	Taxa de Abandono - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF - 2011	Taxa de Reprovação - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF - 2011	Proporção de Escolas Estaduais com Nota na Prova Brasil inferior à Média do Brasil - 2011			
						Matemática 4ª Série/5º Ano	Português 4º Série/5º Ano	Matemática 8ª Série/9º Ano	Português 8ª Série/9º Ano
PRIMAVERA DO LESTE	10.30	478.64	0.00	2.90	1.20	33.33	0.00	25.00	50.00
QUERENCIA	15.00	466.74	0.00	0.40	1.80	0.00	0.00	0.00	0.00
RESERVA DO CABACAL	14.10	451.08	0.00	1.60	0.60	N/I	N/I	100.00	100.00
RIBEIRAO CASCALHEIRA	22.60	454.64	0.00	0.50	12.00	100.00	100.00	100.00	100.00
RIBEIRAOZINHO	0.00	445.33	0.00	0.00	1.20	N/I	N/I	0.00	100.00
RIO BRANCO	8.70	469.64	0.00	1.30	1.20	N/A	N/A	100.00	100.00
RONDOLANDIA	15.00	430.11	0.00	0.40	4.90	100.00	100.00	100.00	100.00
RONDONOPOLIS	13.10	464.54	0.10	0.50	2.50	48.00	44.00	53.57	42.86
ROSARIO OESTE	1.80	427.36	0.00	1.30	4.40	100.00	100.00	100.00	100.00
SALTO DO CEU	14.60	458.95	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
SANTA CARMEM	25.40	442.48	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
SANTA CRUZ DO XINGU	17.80	445.71	N/A	16.70	11.10	N/A	N/A	N/A	N/A
SANTA RITA DO TRIVELATO	0.70	480.81	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
SANTA TEREZINHA	18.70	421.25	0.70	2.80	8.40	100.00	100.00	100.00	100.00
SANTO AFONSO	13.90	454.57	0.00	2.90	0.00	N/A	N/A	100.00	100.00
SANTO ANTONIO DO LESTE	11.70	445.08	0.00	2.80	0.00	N/I	N/I	100.00	100.00

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E

336

Município	Taxa de Abandono - Rede Estadual - Ensino Médio - 2011	Desempenho Médio da Prova Objetiva do Enem com correção de participação	Taxa de Abandono - Rede Estadual - Até a 4ª Série/5º Ano EF - 2011	Taxa de Abandono - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF - 2011	Taxa de Reprovação - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF - 2011	Proporção de Escolas Estaduais com Nota na Prova Brasil inferior à Média do Brasil - 2011			
						Matemática 4ª Série/5º Ano	Português 4º Série/5º Ano	Matemática 8ª Série/9º Ano	Português 8ª Série/9º Ano
SANTO ANTONIO DO LEVERGER	23.20	440.85	3.30	4.60	6.30	100.00	100.00	100.00	100.00
SAO FELIX DO ARAGUAIA	15.90	448.45	0.00	0.00	0.60	100.00	100.00	100.00	100.00
SAO JOSE DO POVO	14.50	446.39	0.00	26.90	1.90	100.00	100.00	100.00	100.00
SAO JOSE DO RIO CLARO	33.40	472.08	0.00	2.60	2.50	0.00	0.00	100.00	100.00
SAO JOSE DO XINGU	6.80	446.28	0.00	2.60	10.40	N/I	N/I	100.00	100.00
SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	12.00	436.67	0.90	0.20	1.40	75.00	75.00	100.00	80.00
SAO PEDRO DA CIPA	21.20	438.86	0.00	0.70	1.20	0.00	0.00	100.00	100.00
SAPEZAL	0.00	489.67	N/A	0.00	4.50	N/A	N/A	0.00	0.00
SERRA NOVA DOURADA	5.90	426.21	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
SINOP	11.90	475.05	0.10	0.80	2.20	100.00	80.00	66.67	58.33
SORRISO	11.10	480.42	N/A	2.60	3.30	N/I	N/I	50.00	25.00
TABAPORA	15.30	441.25	0.00	1.00	2.60	100.00	100.00	100.00	100.00
TANGARA DA SERRA	10.20	475.76	0.30	1.60	3.90	45.45	54.55	69.23	46.15
TAPURAH	27.30	472.55	0.00	2.00	5.90	100.00	0.00	0.00	0.00
TERRA NOVA DO NORTE	3.90	468.80	0.90	1.20	2.60	100.00	50.00	66.67	66.67
TESOURO	N/A	N/A	0.00	0.00	18.50	N/I	N/I	N/I	N/I
TORIXOREU	8.80	449.11	0.00	0.60	2.40	100.00	100.00	100.00	50.00

Município	Taxa de Abandono - Rede Estadual - Ensino Médio - 2011	Desempenho Médio da Prova Objetiva do Enem com correção de participação	Taxa de Abandono - Rede Estadual - Até a 4ª Série/5º Ano EF - 2011	Taxa de Abandono - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF - 2011	Taxa de Reprovação - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF - 2011	Proporção de Escolas Estaduais com Nota na Prova Brasil inferior à Média do Brasil - 2011			
						Matemática 4ª Série/5º Ano	Português 4º Série/5º Ano	Matemática 8ª Série/9º Ano	Português 8ª Série/9º Ano
UNIAO DO SUL	0.00	428.98	N/A	0.00	0.60	N/A	N/A	100.00	100.00
VALE DE SAO DOMINGOS	5.30	453.60	0.00	2.60	0.00	100.00	100.00	0.00	100.00
VARZEA GRANDE	12.80	448.16	0.10	0.60	4.10	96.43	89.29	91.89	89.19
VERA	0.50	455.64	N/A	1.90	2.20	N/A	N/A	100.00	100.00
VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE	0.80	424.44	0.00	0.00	18.80	N/A	N/A	100.00	100.00
VILA RICA	2.60	462.49	0.00	0.20	10.00	100.00	100.00	50.00	100.00

Fonte: Avaliação de resultados das políticas de saúde e educação: estados e municípios de Mato Grosso. Disponível em: <<http://politicas.tce.mt.gov.br/v3/Main.html#>>. Acesso em 27.04.2013.

13.1.4. Análise da Evolução e Distribuição dos Indicadores

Nas análises a seguir será incluído um mapa do Estado com a distribuição do resultado dos indicadores da Educação Estadual para os municípios. A cor de cada município indicará se o resultado do indicador nos estabelecimentos de ensino estadual é melhor, semelhante ou pior que a média nacional. Quando o resultado for melhor, a cor atribuída ao município será verde. Quando for semelhante à média, a cor será amarela. Se o resultado for pior que a média, a cor do município será vermelha. Nos casos não informados a cor será cinza. Nos casos não aplicáveis, como por exemplo o município não dispor do estabelecimento de ensino estadual, a cor será azul claro.

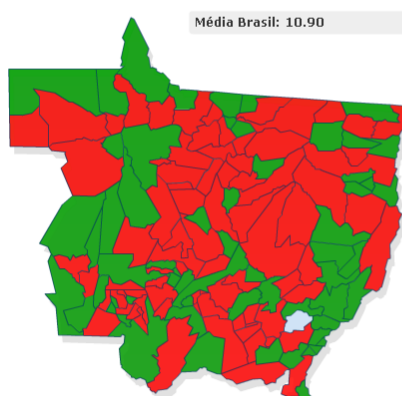
F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E

338

1) Taxa de Abandono - Rede Estadual - Ensino Médio – 2011;



A média nacional da taxa de abandono do ensino médio em 2011 foi de 10,90%. Em 79 municípios a taxa de abandono escolar da rede estadual de ensino é superior à média nacional.

Em cinco anos a rede estadual de ensino reduziu em 56,51% a taxa de abandono do ensino médio no Estado. Entretanto este crescimento não foi suficiente para que em 2011 a rede estadual obtivesse índice de abandono superior à média nacional em mais da metade dos municípios do Estado.

No Parecer Prévio das Contas de 2011, foi imposta a seguinte determinação com vistas a maximizar a redução na taxa de abandono do ensino médio.

- *Criar ações de incentivos à permanência do aluno na escola em todas as faixas de ensino.*

Com o fim de facilitar a verificação do esforço governamental em cumprir com esta determinação, sugere-se a imposição outra determinação para que seja adequado

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

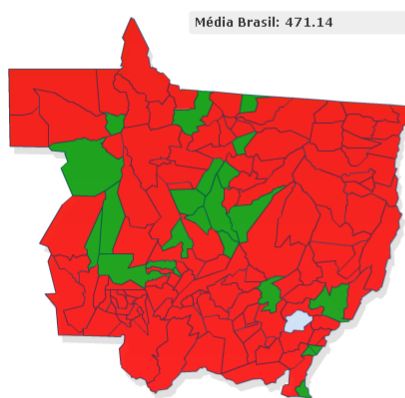
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E

339

o Plano de Ação encaminhado a este Tribunal de Contas (Relatório AGE N° 56/2011) de forma a que este contemple ações para serem iniciadas e concluídas em 2013 e nos exercícios subsequentes.

2) Desempenho Médio da Prova Objetiva do Enem com correção de participação Rede Estadual – 2011;



O desempenho médio da prova objetiva do Enem de 2011 foi de 471,14 pontos. Em 114 municípios do Estado o desempenho médio da prova objetiva do Enem da rede estadual de ensino foi inferior à média nacional.

Em três anos o desempenho dos alunos da rede estadual de ensino cresceu 0,19%, ou seja, o desempenho da rede estadual permaneceu estável neste

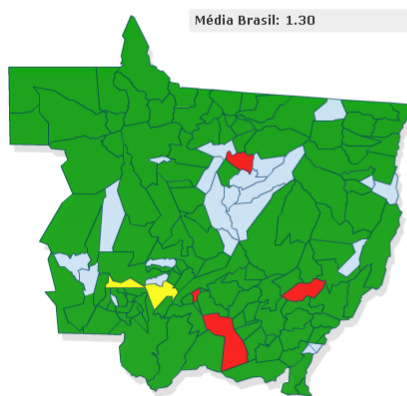
período. E, conforme se pode constatar no mapa, a estabilidade no desempenho significou sujeitar que alunos da rede estadual de 80,85% dos municípios tivessem desempenho abaixo da média nacional.

No Parecer Prévio das Contas de 2011, foi imposta a seguinte determinação com vistas melhorar o desempenho dos alunos da rede estadual na avaliação do Enem.

- *Criar grupos de estudos para definição de ações emergenciais e de caráter continuado em educação que garantam evolução da qualidade do ensino nos indicadores que se encontram abaixo da média nacional e da região Centro Oeste.*

Com o fim de facilitar a verificação do esforço governamental em cumprir com esta determinação, sugere-se a imposição outra determinação para que seja adequado o Plano de Ação encaminhado a este Tribunal de Contas (Relatório AGE N° 56/2011) de forma a que este contemple ações para serem iniciadas e concluídas em 2013 e nos exercícios subsequentes.

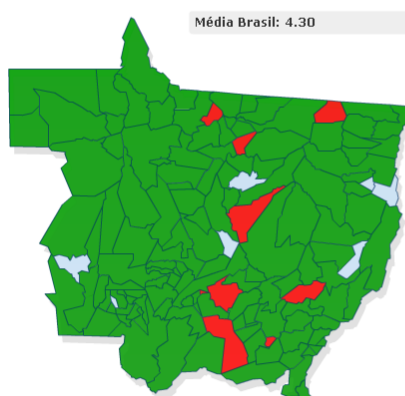
3) Taxa de Abandono - Rede Estadual - Até a 4ª Série/5º Ano EF – 2011;



A média nacional da taxa de abandono do ensino fundamental até o quinto ano foi de 1,30% em 2011. Em apenas 4 municípios a taxa de abandono do ensino fundamental foi superior à média nacional.

A média do estado neste indicador em 2011 foi de 0,2%. Em cinco anos a rede estadual de ensino reduziu em 98,39% a taxa de abandono do ensino médio no Estado.

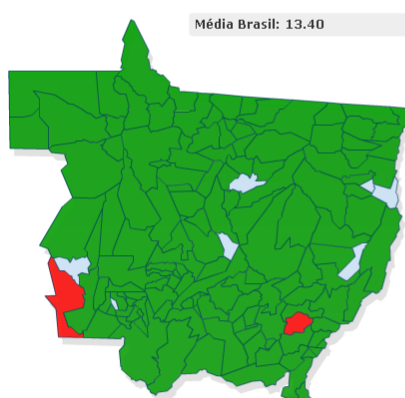
4)Taxa de Abandono - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF – 2011;



A média nacional da taxa de abandono do ensino fundamental do 5º ano até o 9º ano foi de 4,30% em 2011 . Em apenas 8 municípios a taxa de abandono do ensino fundamental foi superior à média nacional.

A média do Estado neste indicador em 2011 foi de 1%. Em cinco anos a rede estadual de ensino reduziu em 95,39% a taxa de abandono do ensino médio.

5) Taxa de Reprovação - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF – 2011;



A média nacional da taxa de reprovação dos alunos do 5º ano até o 9º ano foi de 13,40% em 2011. Em apenas 8 municípios a taxa de reprovação foi superior à média nacional.

A média do Estado neste indicador na avaliação de 2012 foi de 3,6%. Em cinco anos a rede estadual de ensino reduziu em 60% a taxa de abandono do ensino médio. Todavia, a redução na taxa de reprovação não significou melhora do ensino no Estado, pois o desempenho da maior parte dos alunos da rede Estadual no Enem e na Prova Brasil foi inferior à média nacional.

6) Proporção de Escolas do Estado com Nota na Prova Brasil (Matemática 4ª Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil – 2011;

Conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, o desempenho médio na Prova Brasil dos alunos da rede pública do 5º ano na disciplina de matemática foi de 204,6 pontos. (Fls. 2.535, TCE/MT)

A média nacional de estabelecimentos de ensino com nota inferior à 204,6 pontos foi de 49,96% em 2011. Em 83 municípios, a média de estabelecimentos de ensino estadual com nota inferior à 204,6 pontos foi superior à média nacional.

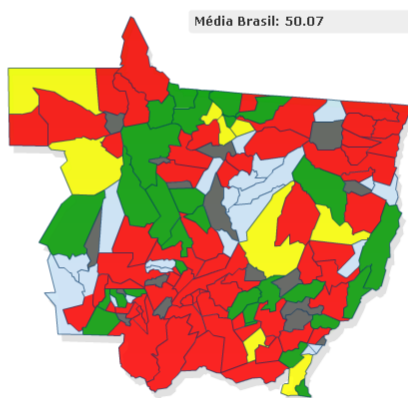
Em cinco anos a proporção de municípios cuja a média de estabelecimentos de ensino estadual obtiveram nota inferior à média nacional saltou de 65,85% para 76,52%, ou seja, houve um crescimento de 21,75%.

No Parecer Prévio das Contas de 2011, foi imposta a seguinte determinação com vistas melhorar o desempenho dos alunos da rede estadual na Prova Brasil.

- Criar grupos de estudos para definição de ações emergenciais e de caráter continuado em educação que garantam evolução da qualidade do ensino nos indicadores que se encontram abaixo da média nacional e da região Centro Oeste.*

Com o fim de facilitar a verificação do esforço governamental em cumprir com esta determinação, sugere-se a imposição outra determinação para que seja adequado o Plano de Ação encaminhado a este Tribunal de Contas (Relatório AGE N° 56/2011) de forma a que este contemple ações para serem iniciadas e concluídas em 2013 e nos exercícios subsequentes.

7) Proporção de Escolas do Estado com Nota na Prova Brasil (Português 4º Série/5º



Ano) inferior à Média do Brasil – 2011

Conforme dados do INEP, o desempenho médio na Prova Brasil dos alunos da rede pública do 5º ano na disciplina de português foi de 185,7 pontos. (Fls. 2.535, TCE/MT)

A média nacional de estabelecimentos de ensino com nota inferior à 204,6 pontos foi de 50,07% em 2011. Em 64 municípios do Estado a média de estabelecimentos de ensino com nota inferior à 185,7 pontos foi superior à média nacional.

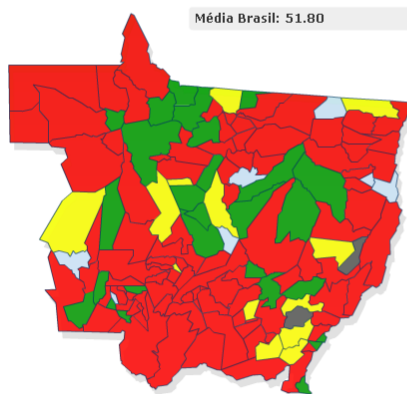
Em cinco anos a proporção de municípios cuja a média de estabelecimentos de ensino estadual obtiveram nota inferior à média nacional reduziu 6,76%. Entretanto, mesmo com esta redução, 67,99% dos município tiveram uma média de

estabelecimentos de ensino estadual com nota inferior média nacional.

No Parecer Prévio das Contas de 2011, foi imposta a seguinte determinação com vistas melhorar o desempenho dos alunos da rede estadual na Prova Brasil.

- *Criar grupos de estudos para definição de ações emergenciais e de caráter continuado em educação que garantam evolução da qualidade do ensino nos indicadores que se encontram abaixo da média nacional e da região Centro Oeste.*

8) Proporção de Escolas do Estado com Nota na Prova Brasil (Matemática 8ª Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil – 2011; e



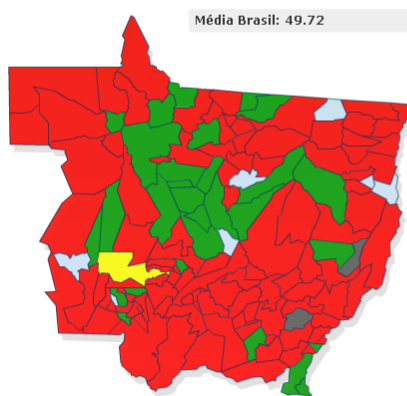
Conforme dados do INEP, o desempenho médio na Prova Brasil dos alunos da rede pública do 9º ano na disciplina de matemática foi de 243,2 pontos. (Fls. 2.535, TCE/MT)

A média nacional de estabelecimentos de ensino com nota inferior à 243,2 pontos foi de 51,8% em 2011. Em 92 municípios do Estado a média de estabelecimentos de ensino com nota inferior à 243,2 pontos foi superior à média nacional.

Em cinco anos a proporção de municípios cuja a média de estabelecimentos de ensino estadual obtiveram nota inferior à média nacional saltou de 61,10% para 74,84%, ou seja, houve um crescimento de 22,49%.

No Parecer Prévio das Contas de 2011, foi imposta a seguinte determinação com vistas melhorar o desempenho dos alunos da rede estadual na Prova Brasil. *Criar grupos de estudos para definição de ações emergenciais e de caráter continuado em educação que garantam evolução da qualidade do ensino nos indicadores que se encontram abaixo da média nacional e da região Centro Oeste.*

9) Proporção de Escolas do Estado com Nota na Prova Brasil (Português 8ª Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil – 2011.



Conforme dados do INEP, o desempenho médio da Prova Brasil dos alunos da rede pública do 9º ano na disciplina de matemática foi de 236,9 pontos. (Fls. 2.535, TCE/MT)

A média nacional de estabelecimentos de ensino com nota inferior à 236,9 pontos foi de 49,72% em 2011. Em 102 municípios do Estado a média de estabelecimentos de ensino com nota inferior à 236,9 pontos foi superior à média nacional.

Em cinco anos a proporção de municípios cuja a média de estabelecimentos de ensino estadual obtiveram nota inferior à média nacional aumentou 6,78%. Com este aumento a proporção de municípios que tiveram uma média de estabelecimentos de ensino estadual com nota inferior média nacional subiu de 66,06% para 70,54%.

No Parecer Prévio das Contas de 2011, foi imposta a seguinte determinação com vistas melhorar o desempenho dos alunos da rede estadual na Prova Brasil.

- *Criar grupos de estudos para definição de ações emergenciais e de caráter continuado em educação que garantam evolução da qualidade do ensino nos indicadores que se encontram abaixo da média nacional e da região Centro Oeste.*

Com o fim de facilitar a verificação do esforço governamental em cumprir com esta determinação, sugere-se a imposição outra determinação para que seja adequado o Plano de Ação encaminhado a este Tribunal de Contas (Relatório AGE N° 56/2011) de forma a que este contemple ações para serem iniciadas e concluídas em 2013 e nos exercícios subsequentes.

13.2. Políticas Públicas da Saúde

Serão analisados os seguintes indicadores das políticas públicas de saúde:

- 1) Taxa de Mortalidade Infantil – 2010
- 2) Taxa de Mortalidade Neonatal Precoce – 2010
- 3) Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 7 ou mais Consultas de Pré-natal – 2010
- 4) Taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos – 2011
- 5) Taxa de Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório - Doença Cérebro-vascular – 2010
- 6) Taxa de Detecção de Hanseníase – 2011
- 7) Razão de Exames Citopatológicos Cérvico-vaginais em Mulheres de 25 a 59 anos na População Feminina nesta Faixa Etária – 2011
- 8) Cobertura - Tetravalente (DTP/Hib) (TETRA) – 2011
- 9) Taxa de Incidência de Dengue – 2011
- 10) Incidência de Tuberculose em todas as formas - 2011

Com o fim de facilitar a compreensão da evolução dos indicadores, primeiramente será mostrado a evolução dos indicadores de Políticas Públicas da área da Saúde nos últimos 5 anos. Posteriormente abordar-se-á situação dos indicadores do Estado em comparação com a média do Brasil. Por fim será verificada a distribuição espacial do Índice da Saúde nos municípios.

13.2.1. Evolução dos indicadores de Políticas Públicas da área da Saúde

A Tabela a seguir exibe a evolução dos indicadores de Políticas Públicas da área da Saúde. A partir destes dados é possível verificar a eventual melhora, ou piora, dos índices nos últimos anos.

Tabela 188: Evolução dos indicadores das políticas de Saúde

N. º	Indicador	Ano da Avaliação				
		2008	2009	2010	2011	2012
1	Taxa de Mortalidade Infantil	18,50	16,30	16,14	16,53	15,28
	Variação anual	-	-11,89%	-0,98%	2,42%	-7,56%
	Variação entre 2008 a 2012	-17,41%				
2	Taxa de Mortalidade Neonatal Precoce	9,10	8,10	7,95	7,63	7,31
	Variação anual	-	-10,99%	-1,85%	-4,03%	-4,19%
	Variação entre 2008 a 2012	-19,67%				
3	Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 7 ou mais Consultas de Pré-natal	56,60	60,20	62,35	63,94	65,63
	Variação anual	-	6,36%	3,57%	2,55%	2,64%
	Variação anual	15,95%				
4	Taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda em menores de 5 anos	32,50	33,30	33,95	31,65	28,08
	Variação anual	-	2,46%	1,95%	-6,77%	-11,28%
	Variação entre 2008 a 2012	-13,60%				
5	Taxa de Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório - Doença Cérebro-vascular	35,20	36,90	38,95	38,01	38,65
	Variação anual	-	4,83%	5,56%	-2,41%	1,68%
	Variação entre 2008 a 2012	9,80%				
6	Taxa de Detecção de Hanseníase	10,50	8,88	8,96	8,34	8,60

N. º	Indicador	Ano da Avaliação				
		2008	2009	2010	2011	2012
	Variação anual	-	-15,43%	0,90%	-6,92%	3,12%
	Variação entre 2008 a 2012	-18,10%				
7	Razão de Exames Citopatológicos Cérvico-vaginais em Mulheres de 25 a 59 anos	0,07	0,23	0,23	0,21	0,15
	Variação anual	-	228,57%	0,00%	-8,70%	-28,57%
	Variação entre 2008 a 2012	114,29%				
8	Cobertura - Tetravalente	96,90	91,53	100,00	97,73	98,74
	Variação anual	-	-5,54%	9,25%	-2,27%	1,03%
	Variação entre 2008 a 2012	1,90%				
9	Taxa de Incidência de Dengue (por cem mil habitantes)	381,00	230,00	1.749,96	1.221,9 9	194,74
	Variação anual	-	-39,63%	660,85%	- 30,17%	-84,06%
	Variação entre 2008 a 2012	-48,89%				
10	Incidência de Tuberculose em todas as formas	-	-	-	38,68	37,55
	Variação anual	-	-	-	-	-2,92%

Fonte: Avaliação de resultados das políticas de saúde e educação: estados e municípios de Mato Grosso. Disponível em: <<http://politicatce.mt.gov.br/v3/Main.html#>>. Acesso em 18.04.2013.

A seguir está uma análise da evolução dos indicadores no período:

- a Taxa de Mortalidade Infantil e Taxa de Mortalidade Neonatal Precoce que tiveram, entre as avaliações de 2008 e 2012, uma redução de 17,41% e 19,67%, respectivamente;
- o incremento de 15,95% na Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 7 ou mais Consultas de Pré-natal entre os anos de 2008 e 2012;

- a redução de 13,60% na Taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda em menores de 5 anos só foi possível graças as fortes quedas ocorridas nas avaliações dos anos que 2011 e 2012, posto que nas avaliações dos anos de 2009 e 2010 houve um aumento na referida taxa;
- a Taxa de Detecção de Hanseníase reduziu 18,10% entre as avaliações de 2008 e 2012, entretanto da comparação da avaliação de 2012 com 2011 se constata que houve um incremento na Taxa de Detecção de Hanseníase. Ademais Mato Grosso possui o maior índice de prevalência de hanseníase entre os estados;
- a Razão de Exames Citopatológicos Cérvico-vaginais aumentou 114,29% entre as avaliações de 2008 e 2012, entretanto nas avaliações de 2011 e 2012 houve uma piora deste indicador, ou seja foi constatado uma redução de 8,70% e 28,57% na referida razão;
- a Taxa de Incidência de Dengue reduziu 48,98% entre as avaliações de 2008 e 2012, todavia deve ser salientado que em 2012 houve uma acentuada redução na referida taxa posto que, conforme mostraram as avaliações de 2010 e 2011, estava em índice epidêmico.

13.2.2. Comparação do Índice de Saúde Estadual com Média Brasil

A seguir está o resultado da avaliação das Políticas Públicas da área da Saúde relativa ao ano de 2012. Saliente-se que a avaliação de 2012 tem por base os dados de 2010 e 2011.

Tabela 189: Painel de avaliação das políticas de Saúde

Indicadores	Mato Grosso	Brasil
1 Taxa de Mortalidade Infantil - 2010	15.28	13,93
2 Taxa de Mortalidade Neonatal Precoce - 2010	7.31	7.45
3 Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 7 ou mais Consultas de Pré-natal - 2010	65.63	60.57
4 Taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos - 2011	28.08	24.49
5 Taxa de Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório - Doença Cérebro-vascular - 2010	38.65	52.28
6 Taxa de Detecção de Hanseníase - 2011	8.60	1.74
7 Razão de Exames Citopatológicos Cérvico-vaginais em Mulheres de 25 a 59 anos na População Feminina nesta Faixa Etária - 2011	0.15	0.11
8 Cobertura - Tetravalente (DTP/Hib) (TETRA) - 2011	98.74	99.46
9 Taxa de Incidência de Dengue - 2011	194.74	382.24
1 Incidência de Tuberculose em todas as formas - 2011	37.55	37.19

Fonte: Avaliação de resultados das políticas de saúde e educação: estados e municípios de Mato Grosso. Disponível em: <<http://politicas.tce.mt.gov.br/v3/Main.html#>>. Acesso em 18.04.2013.

Está a seguir a análise dos indicadores com resultados superiores à média nacional.

- A taxa de mortalidade neonatal precoce apurada no exercício de 2010 foi ligeiramente inferior à média nacional.
- A proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais Consultas de Pré-natal no Estado em 2010 foi superior à média nacional.
- A taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório e doença cerebro-vascular em 2010 foi inferior a média nacional em 26,07%.
- A razão de exames citopatológicos cérvico-vaginais em mulheres de 25 a 59 anos na

População Feminina nesta Faixa Etária em 2011 foi 36,36% superior à média nacional.

- A taxa de incidência de dengue em 2011 correspondeu metade, mais especificamente a 50,95%, da média nacional.

Considera-se agora os indicadores com resultados inferiores à média nacional.

- A taxa de mortalidade infantil em 2010 foi quase 10% superior à média nacional.
- A taxa de internação por infecção respiratória aguda em menores de 5 anos no ano de 2011 foi superior à média nacional.
- A taxa de detecção de hanseníase em 2011 no Estado foi quase 4 vezes maior que a média nacional. Segundo dados do portal saúde (portalsaude.saude.gov.br) Mato Grosso possuía em 2011 o maior índice de prevalência de hanseníase entre os Estados.
- A cobertura da vacina tetravalente em 2011 foi inferior à média nacional, todavia a diferença é singela.
- A incidência de tuberculose em todas as formas em 2011 no Estado foi superior a nacional, entretanto a diferença foi de 0,97%.

13.2.3. Distribuição Espacial dos Indicadores da Educação Estadual nos Municípios

A tabela a seguir exhibe a distribuição espacial do resultado dos indicadores

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato

Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO

E

VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

355

da Saúde nos municípios.

Tabela 190: Distribuição Espacial dos Indicadores da Saúde

Município	Taxa de Mortalidade Neonatal Precoces - 2010	Taxa de Mortalidade Infantil - 2010	Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 7 ou mais Consultas de Pré-natal - 2010	Taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos - 2011	Taxa de Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório - Doença Cérebro-vascular - 2010	Taxa de Detecção de Hanseníase - 2011	Razão de Exames Citopatológicos Cérvico-vaginais em Mulheres de 25 a 59 anos na População Feminina nesta Faixa Etária - 2011	Cobertura - Tetavalente (DTP/Hib) (TETRA) - 2011	Taxa de Incidência de Dengue - 2011	Incidência de Tuberculose em todas as formas - 2011
Média Brasil	7.45	13.93	60.57	24.49	52.28	1.74	0.11	99.46	382.24	37.19
Média Mato Grosso	7.31	15.28	65.63	28.08	38.65	8.60	0.15	98.74	194.74	37.55
ACORIZAL	0.00	53.57	73.21	0.00	54.39	0.00	0.26	122.95	127.43	54.61
AGUA BOA	10.71	21.43	85.71	185.21	9.59	12.19	0.27	99.36	79.72	18.76
ALTA FLORESTA	12.96	16.49	52.77	26.06	34.58	25.74	0.15	109.42	137.84	24.32
ALTO ARAGUAIA	8.73	13.10	77.29	11.35	51.14	2.50	0.16	98.42	12.52	6.26
ALTO BOA VISTA	0.00	0.00	64.44	0.00	0.00	5.55	0.13	226.00	55.52	0.00
ALTO GARCAS	0.00	7.94	78.57	0.00	48.31	7.62	0.24	134.15	0.00	0.00
ALTO PARAGUAI	10.75	10.75	68.82	0.00	9.93	4.91	0.05	110.99	363.46	39.29
ALTO TAQUARI	6.21	6.21	64.60	5.52	24.78	2.40	0.05	106.12	23.95	0.00

Município	Taxa de Mortalidade Neonatal Precocidade - 2010	Taxa de Mortalidade Infantil - 2010	Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 7 ou mais Consultas de Pré-natal - 2010	Taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos - 2011	Taxa de Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório - Doença Cérebro-vascular - 2010	Taxa de Detecção de Hanseníase - 2011	Razão de Exames Citopatológicos Cêrvico-vaginais em Mulheres de 25 a 59 anos na População Feminina nesta Faixa Etária - 2011	Cobertura - Tetra valente (DTP/Hib) (TETRA) - 2011	Taxa de Incidência de Dengue - 2011	Incidência de Tuberculose em todas as formas - 2011
APIACAS	0.00	0.00	81.95	33.42	11.67	10.33	0.20	90.21	11.48	22.95
ARAGUAIANA	0.00	64.52	54.84	0.00	31.28	34.59	0.05	148.00	597.48	0.00
ARAGUAINHÁ	0.00	0.00	90.91	0.00	0.00	9.29	0.23	250.00	185.70	0.00
ARAPUTANGA	0.00	3.68	79.04	24.62	65.18	38.78	0.28	109.09	193.92	25.86
ARENAPOLIS	7.25	7.25	76.09	23.08	67.86	5.87	0.18	106.87	117.44	9.79
ARIPUANA	7.77	20.73	77.72	22.37	0.00	4.74	0.10	110.38	1,583.71	10.52
BARÃO DE MELGACO	0.00	0.00	45.76	0.00	52.69	2.64	0.16	106.56	263.68	26.37
BARRA DO BUGRES	3.66	10.99	75.64	92.21	40.89	6.54	0.16	98.22	93.36	28.01
BARRA DO GARCAS	14.29	35.71	51.31	47.49	47.74	7.73	0.07	74.39	465.70	21.09
BOM JESUS DO ARAGUAIA	0.00	15.15	74.24	0.00	0.00	14.71	0.17	197.83	18.39	91.96
BRASNORTE	8.10	20.24	63.16	61.29	19.54	5.70	0.20	92.54	114.05	190.08
CACERES	8.61	14.35	41.18	25.04	48.90	3.73	0.08	72.11	14.70	67.85

Município	Taxa de Mortalidade Neonatal Precoce - 2010	Taxa de Mortalidade Infantil - 2010	Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 7 ou mais Consultas de Pré-natal - 2010	Taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos - 2011	Taxa de Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório - Doença Cérebro-vascular - 2010	Taxa de Detecção de Hanseníase - 2011	Razão de Exames Citopatológicos Cêrvico-vaginais em Mulheres de 25 a 59 anos na População Feminina nesta Faixa Etária - 2011	Cobertura - Tetavalente (DTP/Hib) (TETRA) - 2011	Taxa de Incidência de Dengue - 2011	Incidência de Tuberculose em todas as formas - 2011
CAMPINAPOLIS	43.80	138.69	53.28	45.66	34.95	4.84	0.10	61.15	27.68	193.77
CAMPO NOVO DO PARECIS	3.75	9.36	72.85	36.05	14.50	16.58	0.06	116.38	81.16	17.64
CAMPO VERDE	10.20	20.41	80.10	29.88	37.99	4.28	0.23	92.26	152.94	18.35
CAMPOS DE JULIO	30.93	61.86	93.81	0.00	0.00	1.88	0.34	101.85	131.41	18.77
CANABRAVA DO NORTE	0.00	12.50	55.00	0.00	20.89	2.10	0.06	146.30	0.00	0.00
CANARANA	2.86	20.00	76.57	57.61	10.66	17.36	0.17	92.78	194.62	47.34
CARLINDA	14.29	21.43	87.86	63.16	36.40	8.26	0.26	76.22	73.46	27.55
CASTANHEIRA	0.00	0.00	74.34	0.00	60.75	38.72	0.21	88.55	84.69	48.40
CHAPADA DOS GUIMARAES	3.69	18.45	47.23	12.15	39.28	4.45	0.13	120.43	216.91	27.81
CLAUDIA	0.00	6.99	80.42	18.68	54.41	6.29	0.24	137.86	134.87	0.00
COCALINHO	0.00	0.00	67.95	7.06	18.21	10.91	0.11	121.88	0.00	36.36

Município	Taxa de Mortalidade Neonatal Precoce - 2010	Taxa de Mortalidade Infantil - 2010	Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 7 ou mais Consultas de Pré-natal - 2010	Taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos - 2011	Taxa de Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório - Doença Cérebro-vascular - 2010	Taxa de Detecção de Hanseníase - 2011	Razão de Exames Citopatológicos Cêrvico-vaginais em Mulheres de 25 a 59 anos na População Feminina nesta Faixa Etária - 2011	Cobertura - Tetavalente (DTP/Hib) (TETRA) - 2011	Taxa de Incidência de Dengue - 2011	Incidência de Tuberculose em todas as formas - 2011
COLIDER	6.71	13.42	55.03	40.87	39.00	15.82	0.16	108.59	203.39	6.46
COLNIZA	14.39	21.58	44.84	36.86	26.53	22.09	0.15	100.85	253.48	0.00
COMODORO	8.17	16.35	76.84	105.74	38.51	7.60	0.23	93.84	309.46	16.29
CONFRESA	7.92	21.11	50.66	68.48	15.92	4.67	0.19	93.21	218.03	11.68
CONQUISTADOESTE	0.00	0.00	58.97	0.00	0.00	2.90	0.26	92.96	203.08	0.00
COTRIGUACU	4.31	8.62	85.34	8.81	26.70	7.76	0.14	101.37	25.88	6.47
CUIABA	6.10	13.16	66.72	18.57	43.01	5.50	0.12	90.83	180.48	77.84
CURVELANDIA	0.00	0.00	61.82	0.00	41.10	4.09	0.11	122.39	0.00	61.31
DENISE	0.00	8.70	83.48	50.78	35.20	4.65	0.20	78.43	11.62	0.00
DIAMANTINO	11.63	11.63	77.91	30.54	49.16	9.77	0.19	98.22	141.64	58.61
DOM AQUINO	0.00	0.00	72.83	31.56	85.67	1.23	0.15	111.83	49.06	24.53
FELIZ NATAL	6.02	36.14	65.06	0.00	9.15	1.78	0.31	103.41	17.77	26.66
FIGUEIROPOLIS DOESTE	0.00	0.00	82.14	0.00	79.03	15.97	0.23	75.44	0.00	0.00

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E

359

Município	Taxa de Mortalidade Neonatal Precocidade - 2010	Taxa de Mortalidade Infantil - 2010	Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 7 ou mais Consultas de Pré-natal - 2010	Taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos - 2011	Taxa de Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório - Doença Cérebro-vascular - 2010	Taxa de Detecção de Hanseníase - 2011	Razão de Exames Citopatológicos Cérvico-vaginais em Mulheres de 25 a 59 anos na População Feminina nesta Faixa Etária - 2011	Cobertura - Tetavalente (DTP/Hib) (TETRA) - 2011	Taxa de Incidência de Dengue - 2011	Incidência de Tuberculose em todas as formas - 2011
GAUCHA DO NORTE	0.00	0.00	57.14	4.49	15.89	12.46	0.27	212.82	93.41	31.14
GENERAL CARNEIRO	24.39	36.59	40.24	3.72	19.89	5.91	0.07	41.00	1,318.90	19.69
GLORIA DOESTE	0.00	0.00	64.52	0.00	31.90	0.00	0.17	64.44	64.14	0.00
GUARANTA DO NORTE	7.39	17.24	68.47	18.22	40.35	10.45	0.16	102.48	614.91	15.37
GUIRATINGA	14.60	43.80	77.37	5.76	86.12	4.27	0.23	100.81	56.99	7.12
INDIAVAI	0.00	0.00	67.92	0.00	41.72	0.00	0.21	95.00	123.76	0.00
IPIRANGA DO NORTE	0.00	0.00	80.68	0.00	19.52	5.57	0.24	165.08	111.48	0.00
ITANHANGA	0.00	0.00	69.77	0.00	0.00	11.07	0.17	163.16	904.06	0.00
ITAUBA	0.00	15.87	60.32	24.73	21.86	22.31	0.22	95.38	133.84	22.31
ITUIQUIRA	0.00	0.00	78.67	18.01	26.14	1.72	0.19	133.12	17.16	17.16
JACIARA	9.43	18.87	57.78	27.03	58.49	4.65	0.24	102.76	23.26	23.26
JANGADA	8.40	8.40	47.06	0.00	64.97	6.46	0.06	150.00	116.28	25.84
JAURU	0.00	23.62	54.33	10.78	76.52	2.93	0.18	79.53	780.11	48.76

Município	Taxa de Mortalidade Neonatal Precocidade - 2010	Taxa de Mortalidade Infantil - 2010	Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 7 ou mais Consultas de Pré-natal - 2010	Taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos - 2011	Taxa de Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório - Doença Cérebro-vascular - 2010	Taxa de Detecção de Hanseníase - 2011	Razão de Exames Citopatológicos Cêrvico-vaginais em Mulheres de 25 a 59 anos na População Feminina nesta Faixa Etária - 2011	Cobertura - Tetavalente (DTP/Hib) (TETRA) - 2011	Taxa de Incidência de Dengue - 2011	Incidência de Tuberculose em todas as formas - 2011
JUARA	13.03	19.54	78.83	23.10	30.50	21.25	0.11	121.6 1	889.28	9.11
JUINA	10.64	19.76	69.15	53.08	61.14	13.21	0.26	79.14	289.70	43.20
JURUENA	6.90	13.79	84.14	5.59	17.86	9.43	0.18	104.3 2	102.82	0.00
JUSCIMEIRA	0.00	13.61	55.78	37.53	96.24	2.64	0.19	157.0 2	17.57	26.36
LAMBARI DOESTE	14.08	14.08	74.65	0.00	73.65	12.75	0.35	78.16	18.21	18.21
LUCAS DO RIO VERDE	5.43	10.87	93.91	17.73	17.56	6.10	0.22	113.6 6	105.11	8.41
LUCIARA	0.00	38.46	53.85	0.00	0.00	27.22	0.25	44.90	0.00	90.74
MARCELANDIA	5.41	21.62	46.49	12.89	8.33	11.00	0.08	63.48	59.23	25.38
MATUPA	5.05	10.10	72.73	31.64	28.22	13.20	0.10	125.5 7	347.32	6.95
MIRASSOL DOESTE	8.20	10.93	68.03	25.51	23.72	16.47	0.11	107.7 5	27.46	19.61
NOBRES	7.81	11.72	68.36	31.83	33.33	14.66	0.24	119.6 5	46.66	73.32
NORTELANDIA	10.42	31.25	75.00	64.09	124.30	3.14	0.13	117.5 7	313.77	0.00

Município	Taxa de Mortalidade Neonatal Precocidade - 2010	Taxa de Mortalidade Infantil - 2010	Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 7 ou mais Consultas de Pré-natal - 2010	Taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos - 2011	Taxa de Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório - Doença Cérebro-vascular - 2010	Taxa de Detecção de Hanseníase - 2011	Razão de Exames Citopatológicos Cêrvico-vaginais em Mulheres de 25 a 59 anos na População Feminina nesta Faixa Etária - 2011	Cobertura - Tetra valente (DTP/Hib) (TETRA) - 2011	Taxa de Incidência de Dengue - 2011	Incidência de Tuberculose em todas as formas - 2011
NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	28.85	38.46	54.81	10.71	77.53	14.68	0.15	125.2 2	25.91	17.27
NOVA BANDEIRANTES	0.00	0.00	56.13	9.73	8.59	7.50	0.18	104.1 7	383.21	66.64
NOVA BRASILÂNDIA	0.00	23.81	54.76	0.00	87.20	12.86	0.34	104.4 4	0.00	32.15
NOVA CANAÃ DO NORTE	5.29	15.87	77.78	0.00	57.72	11.12	0.27	122.9 3	2,358.1 8	22.25
NOVA GUARITA	16.67	16.67	76.67	0.00	40.55	19.71	0.28	79.03	131.43	8.21
NOVA LACERDA	0.00	23.81	67.86	0.00	36.79	8.20	0.36	155.4 1	61.51	0.00
NOVA MARILÂNDIA	0.00	0.00	64.71	0.00	0.00	10.82	0.32	90.00	36.08	90.19
NOVA MARINGÁ	0.00	0.00	89.36	26.79	0.00	11.47	0.20	91.00	200.75	0.00
NOVA MONTE VERDE	0.00	10.20	57.14	16.38	24.71	3.36	0.30	119.0 0	67.11	0.00

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E

362

Município	Taxa de Mortalidade Neonatal Precocidade - 2010	Taxa de Mortalidade Infantil - 2010	Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 7 ou mais Consultas de Pré-natal - 2010	Taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos - 2011	Taxa de Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório - Doença Cérebro-vascular - 2010	Taxa de Detecção de Hanseníase - 2011	Razão de Exames Citopatológicos Cérvico-vaginais em Mulheres de 25 a 59 anos na População Feminina nesta Faixa Etária - 2011	Cobertura - Tetra valente (DTP/Hib) (TETRA) - 2011	Taxa de Incidência de Dengue - 2011	Incidência de Tuberculose em todas as formas - 2011
NOVA MUTUM	8.96	16.13	86.20	67.05	6.32	8.83	0.13	123.62	14.72	14.72
NOVA NAZARE	37.04	185.19	62.96	0.00	33.01	12.21	0.19	48.84	0.00	61.04
NOVA OLIMPIA	3.30	13.20	78.22	13.25	34.26	2.72	0.23	89.76	33.30	27.24
NOVA SANTA HELENA	20.41	40.82	63.27	0.00	28.84	1.69	0.06	80.00	28.14	5.63
NOVA UBIRATA	6.85	6.85	77.40	0.00	10.85	2.11	0.22	186.87	136.96	0.00
NOVA XAVANTINA	16.00	16.00	75.20	46.15	15.27	9.10	0.10	98.19	146.59	15.16
NOVO HORIZONTE DO NORTE	0.00	38.46	88.46	38.67	26.67	7.96	0.17	93.18	345.01	0.00
NOVO MUNDO	10.64	21.28	63.83	46.47	13.64	10.65	0.23	111.11	239.62	26.62
NOVO SANTO ANTONIO	43.48	43.48	65.22	0.00	0.00	6.75	0.17	156.00	0.00	16.88
NOVO SAO JOAQUIM	11.36	22.73	72.73	18.39	16.55	7.46	0.13	78.79	27.99	9.33

Município	Taxa de Mortalidade Neonatal Precocidade - 2010	Taxa de Mortalidade Infantil - 2010	Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 7 ou mais Consultas de Pré-natal - 2010	Taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos - 2011	Taxa de Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório - Doença Cérebro-vascular - 2010	Taxa de Detecção de Hanseníase - 2011	Razão de Exames Citopatológicos Cêrvico-vaginais em Mulheres de 25 a 59 anos na População Feminina nesta Faixa Etária - 2011	Cobertura - Tetra valente (DTP/Hib) (TETRA) - 2011	Taxa de Incidência de Dengue - 2011	Incidência de Tuberculose em todas as formas - 2011
PARANAÍTA	14.49	14.49	84.78	18.37	56.16	8.68	0.20	104.41	173.52	35.73
PARANATINGA	5.73	11.46	65.90	0.00	51.84	9.67	0.19	132.90	145.07	0.00
PEDRAPRETA	10.00	10.00	76.00	40.94	12.69	11.31	0.07	111.65	131.91	18.84
PEIXOTO DE AZEVEDO	11.01	17.62	41.85	0.00	42.19	10.27	0.12	111.66	73.79	25.67
PLANALTO DA SERRA	33.33	33.33	80.00	26.32	0.00	3.68	0.62	173.08	368.32	73.66
POCONE	5.63	13.13	62.66	41.83	47.20	6.91	0.17	105.22	21.97	25.11
PONTAL DO ARAGUAIA	15.63	15.63	46.88	10.30	18.54	7.24	0.21	114.93	506.97	0.00
PONTE BRANCA	0.00	0.00	90.91	4.62	56.56	0.00	0.15	65.38	0.00	0.00
PONTES E LACERDA	8.13	10.84	49.73	0.00	36.22	8.15	0.18	86.23	400.09	35.94
PORTO ALEGRE DO NORTE	0.00	7.30	59.85	0.00	83.74	8.25	0.15	92.76	9.16	9.16

Município	Taxa de Mortalidade Neonatal Precocidade - 2010	Taxa de Mortalidade Infantil - 2010	Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 7 ou mais Consultas de Pré-natal - 2010	Taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos - 2011	Taxa de Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório - Doença Cérebro-vascular - 2010	Taxa de Detecção de Hanseníase - 2011	Razão de Exames Citopatológicos Cêrvico-vaginais em Mulheres de 25 a 59 anos na População Feminina nesta Faixa Etária - 2011	Cobertura - Tetra valente (DTP/Hib) (TETRA) - 2011	Taxa de Incidência de Dengue - 2011	Incidência de Tuberculose em todas as formas - 2011
PORTO DOS GAUCHOS	0.00	0.00	91.46	50.97	55.06	7.36	0.23	78.95	36.81	0.00
PORTO ESPERIDIAO	0.00	0.00	46.45	20.05	27.20	2.70	0.23	108.50	45.00	36.00
PORTO ESTRELA	19.61	19.61	72.55	21.00	82.21	5.61	0.15	110.34	0.00	28.03
POXOREU	4.65	9.30	54.42	22.50	45.46	8.04	0.16	97.26	103.37	40.20
PRIMAVERA DO LESTE	7.22	11.35	84.31	0.00	26.89	6.23	0.15	117.95	47.17	20.75
QUERENCIARA	4.78	14.35	30.14	9.65	15.35	7.42	0.14	99.55	7.42	7.42
RESERVA DO CABACAL	0.00	0.00	95.00	6.45	0.00	3.87	0.34	115.79	38.70	0.00
RIBEIRAO CASCALHEIRA	10.31	20.62	72.16	32.45	33.78	11.11	0.16	98.68	599.87	22.22
RIBEIRAOZINHO	0.00	0.00	79.17	0.00	0.00	9.03	0.10	77.78	90.25	0.00
RIO BRANCO	0.00	0.00	75.00	0.00	19.72	17.75	0.32	102.94	394.56	19.73

Município	Taxa de Mortalidade Neonatal Precocidade - 2010	Taxa de Mortalidade Infantil - 2010	Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 7 ou mais Consultas de Pré-natal - 2010	Taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos - 2011	Taxa de Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório - Doença Cérebro-vascular - 2010	Taxa de Detecção de Hanseníase - 2011	Razão de Exames Citopatológicos Cêrvico-vaginais em Mulheres de 25 a 59 anos na População Feminina nesta Faixa Etária - 2011	Cobertura - Tetra valente (DTP/Hib) (TETRA) - 2011	Taxa de Incidência de Dengue - 2011	Incidência de Tuberculose em todas as formas - 2011
RONDOLÂNDIA	0.00	0.00	39.29	0.00	0.00	2.75	0.21	106.98	27.49	0.00
RONDONÓPOLIS	5.38	13.60	71.18	46.53	45.53	7.94	0.19	91.83	18.09	28.15
ROSÁRIO OESTE	10.93	21.86	49.73	0.00	56.56	3.41	0.22	100.50	107.95	34.09
SALTO DO CEU	0.00	0.00	69.23	0.00	25.59	0.00	0.23	96.30	0.00	101.68
SANTA CARMEM	0.00	0.00	80.00	0.00	73.44	23.43	0.17	100.00	52.06	26.03
SANTA CRUZ DO XINGU	0.00	0.00	59.09	14.31	0.00	0.00	0.26	135.00	232.11	0.00
SANTA RITA DO TRIVELATO	0.00	21.74	91.30	36.21	0.00	24.25	0.26	147.62	363.81	24.25
SANTA TEREZINHA	0.00	0.00	75.21	0.00	40.56	10.00	0.17	63.56	0.00	33.32
SANTO AFONSO	0.00	0.00	57.69	11.76	33.43	10.69	0.20	84.62	0.00	26.72
SANTO ANTONIO DO LESTE	31.25	31.25	75.00	0.00	0.00	5.13	0.21	147.22	513.08	0.00

Município	Taxa de Mortalidade Neonatal Precocidade - 2010	Taxa de Mortalidade Infantil - 2010	Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 7 ou mais Consultas de Pré-natal - 2010	Taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos - 2011	Taxa de Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório - Doença Cérebro-vascular - 2010	Taxa de Detecção de Hanseníase - 2011	Razão de Exames Citopatológicos Cêrvico-vaginais em Mulheres de 25 a 59 anos na População Feminina nesta Faixa Etária - 2011	Cobertura - Tetavalente (DTP/Hib) (TETRA) - 2011	Taxa de Incidência de Dengue - 2011	Incidência de Tuberculose em todas as formas - 2011
SANTO ANTONIO DO LEVERGER	8.89	26.67	40.89	27.51	32.50	5.35	0.04	121.17	117.67	21.39
SAO FELIX DO ARAGUAIA	31.25	31.25	57.03	0.00	47.06	5.60	0.12	58.78	37.33	28.00
SAO JOSE DO POVO	0.00	0.00	72.73	3.41	0.00	2.75	0.15	116.00	137.59	27.52
SAO JOSE DO RIO CLARO	12.45	24.90	97.10	61.63	64.24	15.46	0.14	92.37	28.64	28.64
SAO JOSE DO XINGU	0.00	0.00	44.33	16.33	19.08	1.90	0.18	100.93	208.89	56.97
SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	0.00	9.52	61.90	0.00	36.85	8.45	0.29	90.91	237.53	10.56
SAO PEDRO DA CIPA	13.70	27.40	54.79	7.90	24.05	21.38	0.05	112.50	522.69	71.28
SAPEZAL	2.92	5.85	83.33	30.80	22.11	2.65	0.19	116.72	164.19	15.89
SERRA NOVA DOURADA	0.00	0.00	63.64	6.70	0.00	7.18	0.20	236.36	0.00	0.00

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E

367

Município	Taxa de Mortalidade Neonatal Precocidade - 2010	Taxa de Mortalidade Infantil - 2010	Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 7 ou mais Consultas de Pré-natal - 2010	Taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos - 2011	Taxa de Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório - Doença Cérebro-vascular - 2010	Taxa de Detecção de Hanseníase - 2011	Razão de Exames Citopatológicos Cêrvico-vaginais em Mulheres de 25 a 59 anos na População Feminina nesta Faixa Etária - 2011	Cobertura - Tetra valente (DTP/Hib) (TETRA) - 2011	Taxa de Incidência de Dengue - 2011	Incidência de Tuberculose em todas as formas - 2011
SINOP	6.35	13.68	67.42	131.21	36.25	13.36	0.13	112.53	818.87	17.24
SORRISO	5.72	12.26	74.98	40.05	18.04	11.90	0.24	117.87	264.17	34.84
TABAPORA	0.00	15.87	92.86	29.57	50.34	3.04	0.18	151.40	334.58	0.00
TANGARA DA SERRA	5.37	15.45	35.26	19.92	40.75	9.26	0.19	95.93	94.94	22.27
TAPURAH	21.58	28.78	84.89	23.36	0.00	19.58	0.25	99.40	74.61	9.33
TERRA NOVA DO NORTE	6.94	20.83	72.92	0.00	35.43	0.00	0.20	111.76	243.09	9.00
TESOURO	33.33	33.33	66.67	0.00	29.26	0.00	0.23	89.66	116.41	0.00
TORIXOREU	0.00	20.83	83.33	25.33	0.00	7.48	0.14	111.90	3,737.85	0.00
UNIAO DO SUL	18.87	18.87	58.49	0.00	0.00	8.05	0.46	136.96	53.66	53.66
VALE DE SAO DOMINGOS	37.74	37.74	54.72	18.32	98.30	3.28	0.16	145.00	262.12	32.77
VARZEA GRANDE	8.83	17.21	56.17	0.00	49.49	7.28	0.08	89.45	85.73	48.54
VERA	0.00	0.00	90.77	0.00	39.08	22.27	0.26	108.13	29.05	9.68

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E

368

Município	Taxa de Mortalidade Neonatal Precocidade - 2010	Taxa de Mortalidade Infantil - 2010	Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 7 ou mais Consultas de Pré-natal - 2010	Taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos - 2011	Taxa de Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório - Doença Cérebro-vascular - 2010	Taxa de Detecção de Hanseníase - 2011	Razão de Exames Citopatológicos Cérvico-vaginais em Mulheres de 25 a 59 anos na População Feminina nesta Faixa Etária - 2011	Cobertura - Tetra valente (DTP/Hib) (TETRA) - 2011	Taxa de Incidência de Dengue - 2011	Incidência de Tuberculose em todas as formas - 2011
VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE	13.22	13.22	32.60	0.00	34.50	3.42	0.18	109.50	143.50	27.33
VILA RICA	5.90	11.80	82.01	0.00	32.74	13.29	0.14	98.77	73.30	9.16

Fonte: Avaliação de resultados das políticas de saúde e educação: estados e municípios de Mato Grosso. Disponível em: <<http://politicas.tce.mt.gov.br/v3/Main.html#>>. Acesso em 27.04.2013.

13.2.4. Análise da Evolução e Distribuição dos Indicadores

Nas análises a seguir será incluído um mapa do Estado com a distribuição do resultado dos indicadores da saúde nos municípios. A cor de cada município indicará se o resultado do indicador é melhor, semelhante ou pior que a média nacional. Quando o resultado for melhor, a cor atribuída ao município será verde. Quando for semelhante à média, a cor será amarela. Se o resultado for pior que a média, a cor do município será vermelha. Nos casos não informados a cor será cinza. Nos casos não aplicáveis a cor será azul claro.

Serão objeto de análise os indicadores cujo o índice alcançado pelo seja

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato

Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO

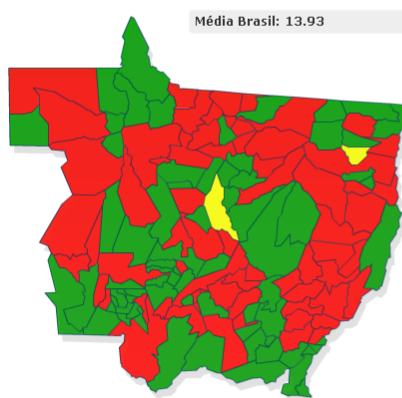
E

VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

369

inferior à Média Brasil na avaliação de 2012.

Taxa de Mortalidade Infantil - 2010



A média nacional da taxa de mortalidade Infantil em 2010 foi de 13,93 por mil nascidas vivas. Em 67 municípios a taxa de mortalidade Infantil foi superior à média nacional.

Entre 2005 e 2010 a taxa de mortalidade Infantil reduziu em 17,41%, entretanto esta redução não foi suficiente para que em 2010 este índice fosse superior à média nacional em 47,52% dos municípios do Estado.

No Parecer Prévio das Contas de 2011, foi imposta a seguinte determinação com vistas a maximizar a redução na taxa de mortalidade infantil.

- *priorizar ações de saúde voltadas para a atenção pré-natal, à saúde da mãe, ao*

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

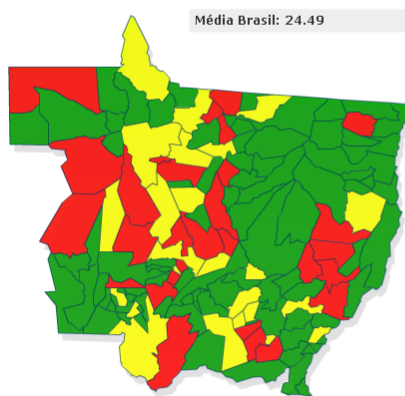
DOMINGOS

E

370

parto e ao recém-nascido;

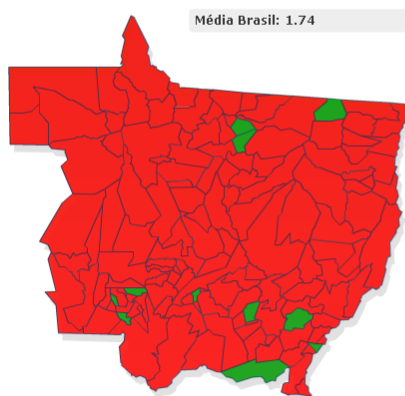
Taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos - 2011



A média nacional da taxa de internação por infecção respiratória aguda em 2011 foi de 24,49 por mil. Em 28 municípios a taxa de internação por infecção respiratória aguda foi superior à média nacional.

Entre 2006 e 2011 esta taxa reduziu em 13,60%, entretanto esta redução não foi suficiente para que em 2011 este índice fosse superior à média nacional em 19,86% dos municípios do Estado.

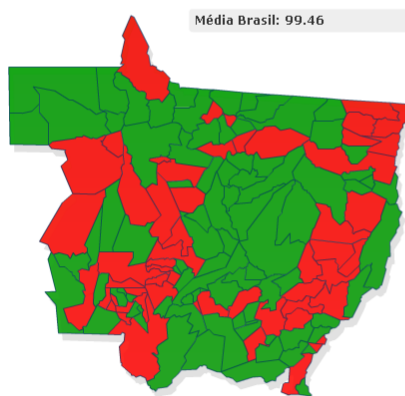
Taxa de Detecção de Hanseníase - 2011



A média nacional da taxa de detecção de hanseníase em 2011 foi de 1,74 por 10.000 habitantes. Em 130 municípios esta taxa foi superior à média nacional.

Entre 2006 e 2011 a taxa de detecção de hanseníase reduziu em 17,41%, entretanto esta redução não foi suficiente para que em 2011 este o índice fosse superior à média nacional em 92,2% dos municípios do Estado.

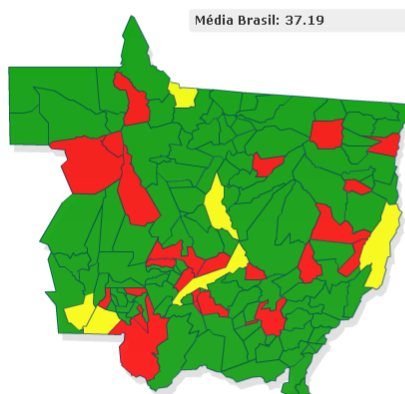
Cobertura - Tetravalente (DTP/Hib) (TETRA) - 2011



A média nacional de cobertura de vacinação pela vacina Tetravalente em 2011 foi de 99,46%. Em 56 municípios esta taxa foi inferior à média nacional.

Entre 2007 e 2011 esta taxa cresceu 1,9%. Este aumento não foi suficiente para que em 2011 este o índice fosse inferior à média nacional em 39,72% dos municípios do Estado.

Incidência de Tuberculose em todas as formas - 2011



A média nacional da taxa de incidência de tuberculose em 2011 foi de 37,19 por cem mil habitantes. Em 25 municípios a taxa de incidência foi superior à média nacional.

Entre 2010 e 2011 a taxa de incidência reduziu em 2,92%, entretanto esta redução não foi suficiente para que em 2011 este o índice fosse superior à média nacional em 17,73% dos municípios do Estado.

Com o fim de maximizar a redução na taxa de incidência de tuberculose, sugere-se a imposição de determinação para que:

- seja criado em 2013 um grupo multidisciplinar para identificar soluções para a prevenção e combate da tuberculose em todas as formas;
- o Governo do Estado elabore um plano de ação detalhado por exercícios com medidas para prevenção e combate da tuberculose em todas as formas;

13.3. Políticas públicas da Segurança

O Tribunal de Contas do Estado em parceria com o Centro de Estudo da Metrópole construiu uma metodologia para avaliação da política de segurança pública do Estado por meio de indicadores de vitimização e criminalidade em cada unidade de observação.

13.3.1. O Modelo de Avaliação

O modelo de avaliação para analisar os resultados da política de segurança do Estado de Mato Grosso constitui-se de um painel de monitoramento e avaliação, a exemplo do modelo já desenvolvido para as áreas de educação e saúde. Isso significa que o modelo está organizado sob a forma de um conjunto de indicadores de resultados, selecionados com a finalidade de mensurar o desempenho das ações de segurança. As unidades avaliadas são regionais, formadas a partir do agrupamento de municípios do Estado.

Além da multiplicidade de dimensões abordadas, os indicadores foram tratados de modo a permitir uma estratégia conjugada de comparação, isto é, cada regional é comparada com as demais regionais do Estado no ano de interesse assim como é comparada com sua própria situação em um ponto anterior no tempo. Desta forma, a comparação externa entre unidades de observação (regiões) é combinada à comparação interna (evolução da região no tempo).

A comparação externa é feita com base em um indicador padronizado (na escala de 0 a 1) no ano de avaliação, de modo a comparar o resultado de uma dada regional relativamente às outras regionais. Assim, os índices devem ser lidos do seguinte

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS
E
375

modo: “no ano de 2011, a regional X, cujo valor é o mais alto (portanto, igual a 1) apresentou os piores resultados no indicador A”. Este índice, contudo, não reflete o esforço empreendido nesta regional em relação a um período anterior no tempo. Neste caso, é possível que um pior desempenho em relação às demais regionais esteja combinado com um melhor desempenho daquela unidade de observação em relação a si mesma em um momento anterior no tempo. Para observar esta dimensão de desempenho das regionais, o modelo de avaliação inclui o indicador padronizado para a variação de um dado indicador em cada regional em relação ao ano anterior, a fim de observar o desempenho temporal da unidade de observação. Esta dimensão verifica, portanto, se ocorreu piora, melhoria ou estabilidade de desempenho em um determinado indicador de uma regional entre dois períodos de tempo.

Em suma, a presente avaliação permite captar duas dimensões da comparação:

- i. em relação às demais unidades de observação, posto que condições adequadas de segurança devem ser encontradas em todas as jurisdições, e
- ii. em relação à situação anterior, de modo a captar o efeito do legado recebido pelos gestores da política e seu esforço para melhorar uma situação encontrada.

Os indicadores incluídos no painel podem ser interpretados tanto individualmente quanto em conjunto. Adicionalmente, o desempenho de cada regional pode ser avaliado pelo conjunto dos indicadores selecionados no painel, sintetizado em dois indicadores: o Índice de Vitimização e Criminalidade (para os resultados das regionais em 2011) e o Índice de Variação (2010-2011). Desse modo, o painel funciona como um sistema de “alarme” ou de monitoramento da segurança nas regiões, pois é possível acompanhar

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS
E
376

mudanças (positivas ou negativas) nos níveis de cada um dos indicadores e nos índices gerais.

Para tanto, os indicadores de resultados foram convertidos em medidas comparáveis, apresentadas sob a forma numérica, como mostra a Figura 1, obtidas a partir da soma do total de indicadores padronizados (escala de 0 a 1).

Estrutura Básica do Modelo de Avaliação Desempenho da regional

Indicadores	1	2	3	4	5	6	7	Índice de Vitimização e Criminalidade
Regional 1	1,00	0,60	0,76	0,45	0,56	0,32	1,00	6,70
Regional 2	0,50	1,00	1,00	0,00	0,43	0,98	0,40	6,16
Regional 3	0,40	0,44	0,56	0,75	0,00	1,00	1,00	5,93
Regional 4	0,70	0,76	0,00	0,87	0,00	0,00	0,99	4,74
...	...	...	...	...	...	...	...	...
Regional n	0,00	0,00	0,76	0,98	1,00	1,00	0,88	6,60

Essa conversão dos valores originais em medidas comparáveis permite avaliar o desempenho de cada regional em cada indicador do painel1. O desempenho de cada regional pode ser analisado também pelo índice final, que consiste na soma aritmética dos valores obtidos pela regional em cada indicador, com posterior recálculo para a escala de 0 a 10, conforme indica a última coluna da Figura 1. Portanto, cada indicador tem o mesmo peso no modelo de avaliação.

A expectativa normativa do comportamento do Índice de Vitimização e Criminalidade é que este seja o mais baixo possível (na comparação com outras regionais). De maneira similar, espera-se um baixo valor para o Índice de Variação, ou seja, que o

F:\CONSELHEIRO
DOMINGOS
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E
377

indicador bruto diminua de um ano para outro. Desse modo, tanto o Índice de Vitimização e Criminalidade como o Índice da Variação apresentam um sentido “negativo ou invertido” de leitura: quanto mais próximo de zero (0), melhor a situação da regional com relação à vitimização e criminalidade (ou com relação à variação); quanto mais próximo de dez (10), pior a situação. Similarmente, as componentes padronizadas para ambos os índices apresentam o mesmo sentido de leitura: quanto mais próximo de zero (0), melhor a situação da regional com relação ao indicador ou com relação à variação do indicador; quanto mais próximo de um (1), pior a situação.

Os indicadores compõem duas matrizes de sinalização dispostas conforme as seguintes dimensões:

- i. dimensão Externa - desempenho da regional no ano de avaliação (nível do indicador padronizado no ano); e
- ii. dimensão Interna - desempenho da regional em relação ao ano anterior (variação do indicador bruto).

O resultado dos valores obtidos para os indicadores padronizados no ano, em cada uma das dimensões, é classificado em cinco categorias, em uma escala de cor vermelha de crescente intensidade, a saber:

- i. quando a presença do fenômeno na regional no ano for de até 0,2 no indicador padronizado, será considerado “baixo” e, portanto, seu desempenho será “bom”, recebendo a cor menos intensa da escala;

- ii. quando a presença do fenômeno for de mais de 0,2 a 0,4 no indicador padronizado, será considerado “médio baixo” e, assim, seu desempenho será “bom-regular”, recebendo uma cor mais intensa em relação à classificação anterior;
- iii. quando a presença do fenômeno for de mais de 0,4 a 0,6 no indicador padronizado, será considerado “médio” e, desta forma, seu desempenho será “regular”, recebendo uma cor mais intensa em relação à classificação anterior;
- iv. quando a presença do fenômeno for de mais de 0,6 a 0,8 no indicador padronizado, será considerado “médio-alto” e, logo, seu desempenho será “ruim”, recebendo uma cor mais intensa em relação à classificação anterior; por fim
- v. quando a presença do fenômeno for de mais de 0,8 a 1,0 no indicador padronizado, será considerado “alto” e, por consequência, seu desempenho será “muito ruim”, recebendo a cor mais intensa da escala em vermelho, representando a pior situação possível no modelo de avaliação.

A Figura a seguir apresenta o modelo de leitura dos indicadores padronizados e índices finais.

Valores e categorias dos indicadores padronizados e índices finais

Valor Indicador Padronizado	Categoria	Situação da regional em relação ao fenômeno e variação	Valor Índice Final	Categoria	Situação da regional em relação ao fenômeno e variação
Até 0,2	Baixo	Boa	Até 2	Baixo	Boa
Mais de 0,2 a 0,4	Médio Baixo	Boa-Regular	Mais de 2 a 4	Médio Baixo	Boa Regular

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E

379

Valor Indicador Padronizado	Categoria	Situação da regional em relação ao fenômeno e variação	Valor Índice Final	Categoria	Situação da regional em relação ao fenômeno e variação
Mais de 0,4 a 0,6	Médio	Regular	Mais de 4 a 6	Médio	Regular
Mais de 0,6 a 0,8	Médio Alto	Ruim	Mais de 6 a 8	Médio Alto	Ruim
Mais de 0,8	Alto	Muito Ruim	Mais de 8	Alto	Muito Ruim

A análise dos resultados é evidenciada por meio de mapas, gráficos e tabelas, que sintetizam os resultados da avaliação.

13.3.2. Indicadores selecionados para o modelo de avaliação de resultados

Os indicadores selecionados para avaliar os fenômenos da vitimização e da criminalidade em distintas regiões do Estado e compor o painel de resultados são os seguintes:

- Taxa de violência letal intencional (2010 e 2011)
- Taxa de violência letal não intencional no trânsito (2010 e 2011)
- Taxa de crimes contra o patrimônio - exceto veículos (2010 e 2011)
- Taxa de crimes contra o patrimônio – veículos (2010 e 2011)
- Taxa de homicídio de mulheres (2010 e 2011)
- Taxa de homicídio de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos (2010 e 2011)

- Taxa de homicídio de jovens de 19 a 29 anos (2010 e 2011)

Foram incluídos indicadores de vitimização para a população total (a exemplo da violência letal intencional) e também alguns referidos a grupos demográficos específicos, a fim de compreender o risco de vitimização nestes grupos. A tabela a seguir apresenta informações detalhadas sobre cada um dos indicadores do modelo de avaliação. A descrição e fórmula de cálculo de cada indicador e de sua respectiva componente podem ser consultadas no Anexo Metodológico do presente relatório. Como pode ser observado, alguns indicadores estão compostos por mais de uma componente.

A descrição de cada indicador e seu método de cálculo estão apresentadas no Anexo Metodológico disponível no *site* deste Tribunal de Contas. (<http://cidadao.tce.mt.gov.br/politicasPublicasSeguranca/index.html>)

A Tabela a seguir exhibe os componentes de cada indicador.

Tabela 191: Indicadores, Componentes e fontes do Modelo de Avaliação da Política de Segurança Pública

Indicador	Componentes	Período	Medida	Fonte
Violência letal e intencional	Taxa de violência letal intencional	2010-2010	Taxa e Variação anual	
	Taxa de homicídio doloso	2010-2011	Taxa	Polícia Judiciária Civil
	Taxa de lesão corporal seguida de morte	2010-2011	Taxa	Polícia Judiciária Civil
	Taxa de roubo seguido de morte	2009-2010	Taxa	Polícia Judiciária Civil
Violência letal não intencional no trânsito	Taxa de violência letal não intencional no trânsito	2010-2011	Taxa e Variação anual	

Indicador	Componentes	Período	Medida	Fonte
	Taxa de homicídio culposo de trânsito	2010-2011	Taxa	Polícia Judiciária Civil
	Taxa de morte acidental de trânsito	2010-2011	Taxa	Polícia Judiciária Civil
Crime contra o patrimônio - exceto veículos	Taxa de crimes contra o patrimônio - exceto veículos	2010-2011	Taxa e Variação anual	
	Taxa de roubos- exceto veículos	2010-2011	Taxa	Polícia Judiciária Civil
	Taxa de furtos - exceto veículos	2010-2011	Taxa	Polícia Judiciária Civil
Crime contra o patrimônio - veículos	Taxa de crimes contra o patrimônio - veículos	2010-2011	Taxa e Variação anual	
	Taxa de roubos de veículos	2010-2011	Taxa	Polícia Judiciária Civil
	Taxa de furtos de veículos	2010-2011	Taxa	Polícia Judiciária Civil
Homicídio de mulheres	Taxa de homicídio de mulheres	2010-2011	Taxa e Variação anual	Secretaria de Estado de Saúde
Homicídio de crianças e adolescentes (0 a 18 anos)	Taxa de homicídio de crianças e adolescentes (0 a 18 anos)	2010-2011	Taxa e Variação anual	
	Taxa de homicídio de crianças (0 a 9 anos)	2010-2011	Taxa	Secretaria de Estado de Saúde
	Taxa de homicídio de adolescentes (10 a 18 anos)	2010-2011	Taxa	Secretaria de Estado de Saúde
Homicídio de jovens de 19 a 29 anos	Taxa de homicídio de jovens de 19 a 29 anos	2010 - 2011	Taxa e Variação anual	
	Taxa de homicídio de jovens 19 a 24 anos	2010 - 2011	Taxa	Secretaria de Estado de Saúde
	Taxa de homicídio de jovens 25 a 29 anos	2010 - 2011	Taxa	Secretaria de Estado de Saúde

13.3.3. Regionalização do Modelo de Avaliação

Não é recomendável que um modelo de avaliação da política de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso tome os municípios como unidade de observação. A Constituição Federal de 1988 confere aos governos estaduais a competência sobre esta política particular. Embora o debate recente sobre a política de segurança pública e a política desenvolvida pela própria SENASP confirmem grande protagonismo aos municípios, a municipalização da segurança pública ainda não está suficientemente implantada no Estado de Mato Grosso para que estes possam ser objeto de uma avaliação abrangente. Incluir os municípios no modelo de avaliação implicaria restringir a avaliação a um número muito restrito de casos, com prejuízo da comparabilidade.

Assim, o modelo de avaliação é composto por 16 unidades de observação, doravante denominadas de regionais. A regionalização baseia-se em três critérios:

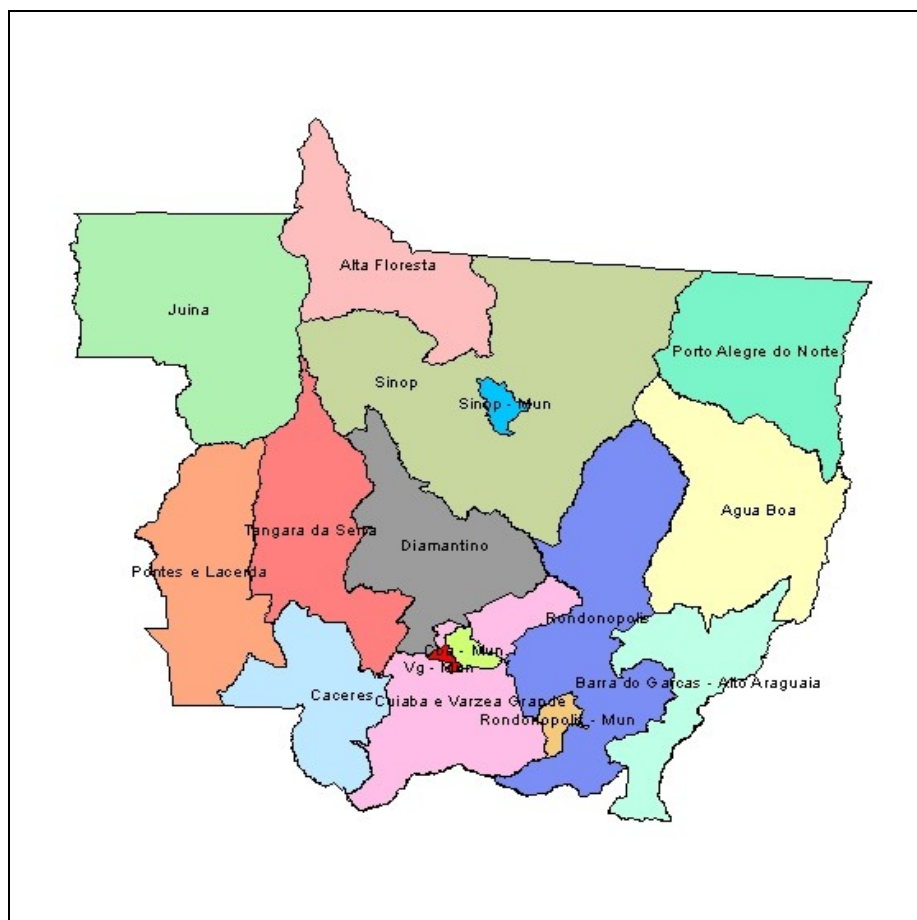
- I. a avaliação refere-se à política do Governo do Estado;
- II. a Polícia Civil do Estado está organizada em regionais, o que implica dizer que as autoridades policiais regionais respondem pelo desempenho da política;
- III. o tamanho populacional, com o objetivo de padronizar a análise dos dados na escala de 100 mil habitantes, de modo a evitar distorções estatísticas associadas à escala. Dado que os indicadores brutos de desempenho selecionados tendem a apresentar números razoavelmente baixos de casos no numerador, valores pequenos no denominador tenderiam a produzir grandes flutuações nas taxas entre dois anos analisados. Por esse motivo, regionais da Polícia Judiciária Civil com população inferior a 100 mil habitantes foram agrupadas em uma única unidade de análise.

A regionalização seguiu prioritariamente aquela adotada pela Polícia Civil do Estado, uma vez que esta é a agência de segurança pública responsável pelo sistema de justiça criminal estadual. A Polícia Civil é o órgão de segurança com atribuições e competência investigativa e judiciária. Está sob seu crivo avaliar se o fenômeno notificado será investigado ou não. É a partir da sua investigação que o fato ingressa no sistema formal de justiça. Por esta razão, é o dado da Polícia Civil que alimenta a maior parte dos sistemas de dados estaduais de segurança pública no Brasil.

Desta forma, a produção (coleta e sistematização) dos dados brutos foi um critério central para a regionalização no modelo de avaliação. Sobre a regionalização adotada pela Polícia Civil (PCJ), foi aplicado o critério de quantitativo populacional da regional. Como observado, por razões estatísticas, este segundo critério é fundamental para o cálculo da taxa dos fenômenos observados. Assim, o modelo de avaliação considera a escala de 100 mil habitantes tanto para agregar regionais com população inferior a este limite como para desagregar unidades com população superior a este número, de tal modo que todas as unidades de análise apresentem população próxima (ou superior) a 100 mil habitantes.

A aplicação da escala de 100 mil habitantes sobre o mapa da regionalização da Polícia Civil produziu quatro regionais diferentes da matriz original, isto é, aquela adotada pela Polícia Civil, como pode ser observado no mapa abaixo.

Mapa da regionalização do modelo de avaliação



As cinco regionais diversas da matriz original correspondem à

- i. desagregação dos municípios de Sinop, Cuiabá, Rondonópolis e Várzea Grande de suas respectivas regionais da Polícia Civil, pois estes municípios isoladamente contam com mais de 100 mil habitantes; e
- ii. agregação das Regionais de Barra do Garças e Alto Araguaia, pois estas regionais

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E

385

contam cada uma com menos de 100 mil habitantes.

Deste modo, a regional de Sinop foi desagregada em Sinop (município) e Sinop. A cidade de Sinop passou a constituir sozinha uma regional. Os demais municípios seguem agregados compondo a regional Sinop, que exclui o município de Sinop.

Procedeu-se da mesma forma com os municípios de Cuiabá, Rondonópolis e Várzea Grande. A cidade de Cuiabá passou a ser uma regional separada dos municípios de seu entorno. Sua denominação é Cuiabá (município). A cidade de Várzea Grande, também desagregada, passou a ser uma regional para fins de análise no modelo, cuja denominação segue o mesmo padrão anterior, ou seja, Várzea Grande (município). O mesmo procedimento foi adotado para Rondonópolis. Os municípios do entorno seguem constituindo suas respectivas regionais, mas esta regional exclui o município sede.

As regionais de Barra do Garças e Alto Araguaia, ambas com população inferior a 100 mil habitantes, foram agregadas para alcançar a escala populacional adotada.

13.3.4. Principais Resultados

A seguir está a avaliação do desempenho da política de segurança pública observando a presença do fenômeno da vitimização e criminalidade no Estado de Mato Grosso no ano de 2011.

Tabela 192: Indicadores Padronizados e Índice de Vitimização e Criminalidade do Modelo de Avaliação da Política de Segurança Pública, segundo as Regionais – 2011

Regionais	Taxa de Violência Letal Intencional (2011)	Taxa de Violência Letal não Intencional no Trânsito (2011)	Taxa de Crimes Contra o Patrimônio - Veículos (2011)	Taxa de Crimes Contra o Patrimônio - Exceto Veículos (2011)	Taxa de Homicídio de Mulheres (2011)	Taxa de Homicídio de crianças e adolescente 0 a 18 anos (2011)	Taxa de Homicídio de jovens de 19 a 29 anos (2011)	Índice de Vitimização e Criminalidade (2011)	Situação da regional em relação ao fenômeno
Água Boa	0,00	0,11	0,00	0,34	0,07	0,00	0,35	1,25	Boa
Alta Floresta	0,11	0,11	0,03	0,31	0,59	0,10	0,00	1,79	Boa
B. do Garças e Alto Araguaia	0,22	0,44	0,12	0,77	0,74	0,21	0,15	3,79	Boa - Regular
Cáceres	0,13	0,20	0,02	0,50	1,00	0,19	0,51	3,64	Boa - Regular
Cuiabá - Município	0,57	0,09	0,70	0,91	0,54	0,71	1,00	6,46	Ruim
Cuiabá - Várzea Grande (1)	0,25	0,41	0,06	0,04	0,39	0,35	0,30	2,58	Boa - Regular
Diamantino	0,51	0,45	0,26	0,38	0,00	0,15	0,28	2,91	Boa - Regular
Juína	1,00	0,29	0,11	0,00	0,97	0,51	0,45	4,77	Regular
Pontes Lacerda	0,40	0,49	0,16	0,41	0,08	0,31	0,48	3,32	Boa - Regular
Porto Alegre do Norte	0,57	0,25	0,16	0,32	0,40	0,21	0,41	3,30	Boa - Regular
Rondonópolis (2)	0,21	1,00	0,07	0,39	0,43	0,16	0,52	3,97	Boa - Regular
Rondonópolis - Município	0,38	0,45	0,15	0,28	0,64	0,32	0,89	4,44	Regular
Sinop (3)	0,09	0,27	0,05	0,16	0,99	0,12	0,50	3,11	Boa - Regular
Sinop - Município	0,46	0,46	0,35	1,00	0,78	1,00	0,90	7,07	Ruim
Tangará da Serra	0,40	0,34	0,29	0,58	0,35	0,00	0,38	3,35	Boa - Regular
Várzea Grande - Município	0,84	0,00	1,00	0,97	0,88	0,98	0,90	7,95	Ruim

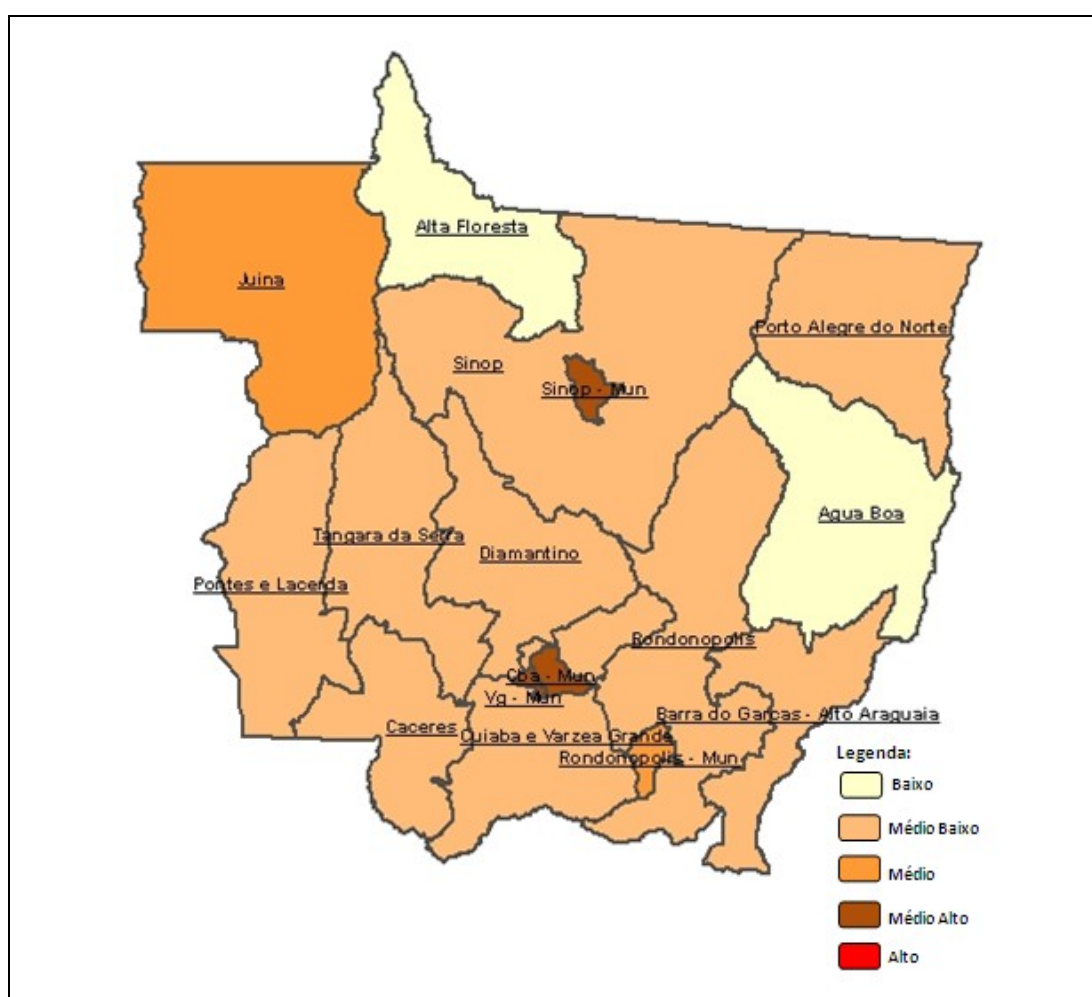
Fonte: Atualização dos Indicadores de Segurança do Estado de Mato Grosso 2011, disponível em <http://cidadao.tce.mt.gov.br>

(1) Exclui-se desta Regional os municípios de Cuiabá e Várzea Grande

(2) Exclui-se desta Regional o município de Rondonópolis

(3) Exclui-se desta Regional o município de Sinop

A figura a seguir mostra o mapa do Estado conforme o resultado da avaliação do desempenho da política de segurança pública observando a presença do fenômeno da vitimização e criminalidade no estado de Mato Grosso no ano de 2011.



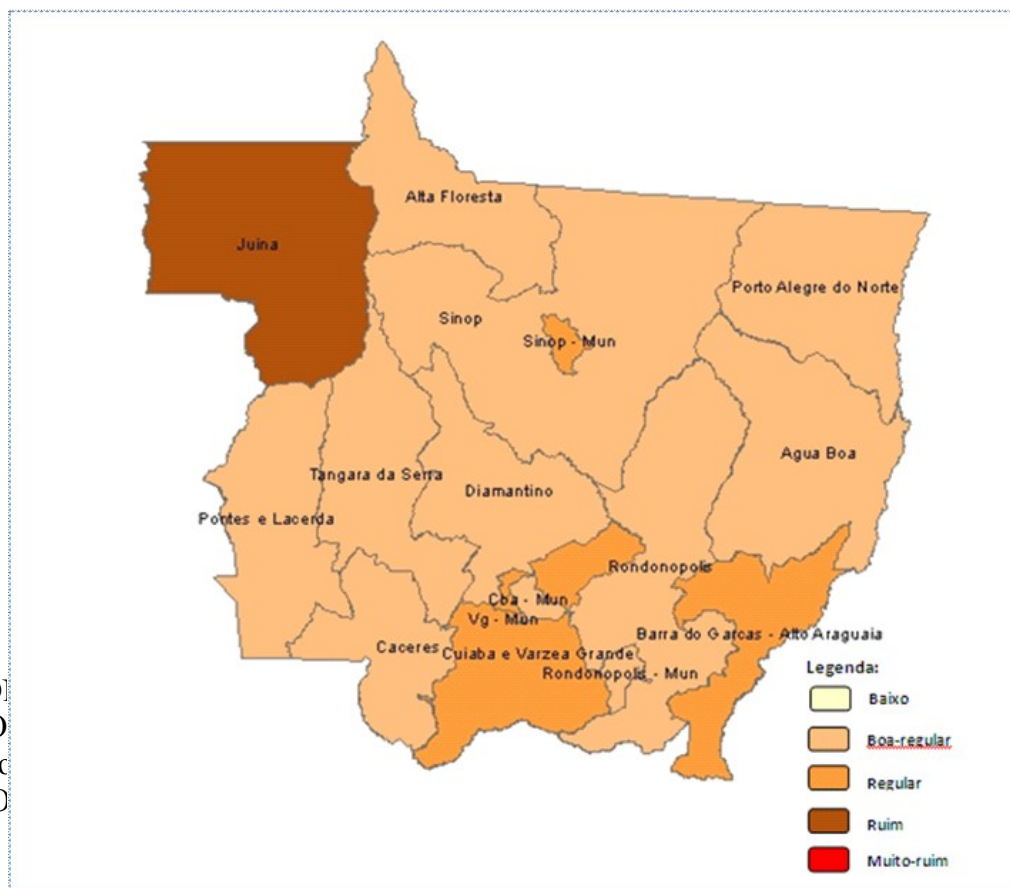
A seguir está a variação do desempenho da política de segurança pública observando a presença do fenômeno da vitimização e criminalidade no estado de Mato Grosso entre os anos de 2010 e 2011.

Tabela 193: Indicadores Padronizados e Índice de Variação do Modelo de Avaliação da Política de Segurança Pública, segundo as Regionais – 2010 e 2011

Regionais	Taxa de Violência Letal Intencional (2010 – 2011)	Taxa de Violência Letal não Intencional no Trânsito (2010 – 2011)	Taxa de Crimes Contra o Patrimônio - Veículos (2010 – 2011)	Taxa de Crimes Contra o Patrimônio - Exceto Veículos (2010 – 2011)	Taxa de Homicídio de Mulheres (2010 – 2011)	Taxa de Homicídio de crianças e adolescentes 0 a 18 anos (2010 – 2011)	Taxa de Homicídio de jovens de 19 a 29 anos (2010 – 2011)	Índice de Vitimização e Criminalidade (2010 – 2011)	Situação da regional em relação ao fenômeno
Água Boa	0,00	0,12	0,19	0,13	0,10	0,00	1,00	2,20	Boa - Regular
Alta Floresta	0,60	0,02	0,07	0,15	0,58	0,17	0,00	2,28	Boa - Regular
B. do Garças e Alto Araguaia	0,94	0,20	0,09	0,31	0,79	0,68	0,28	4,71	Regular
Cáceres	0,33	0,23	0,15	0,00	0,63	0,51	0,94	3,99	Boa - Regular
Cuiabá - Município	0,48	0,08	0,34	0,14	0,48	0,31	0,59	3,46	Boa - Regular
Cuiabá - Várzea Grande (1)	0,50	0,04	1,00	0,20	0,38	0,34	0,72	4,55	Regular
Diamantino	0,61	0,13	0,28	0,51	0,00	0,67	0,24	3,48	Boa - Regular
Juína	1,00	0,07	0,05	0,44	0,99	1,00	0,72	6,09	Ruim
Pontes Lacerda	0,22	0,26	0,09	0,33	0,38	0,51	0,45	3,19	Boa - Regular
Porto Alegre do Norte	0,33	0,13	0,00	0,14	0,37	0,22	0,81	2,85	Boa - Regular
Rondonópolis (2)	0,28	1,00	0,03	0,35	0,31	0,14	0,57	3,81	Boa - Regular
Rondonópolis - Município	0,23	0,25	0,08	0,35	0,23	0,14	0,59	2,68	Boa - Regular
Sinop (3)	0,33	0,25	0,12	0,03	0,56	0,17	0,87	3,34	Boa - Regular
Sinop - Município	0,46	0,30	0,48	0,33	0,37	0,55	0,87	4,79	Regular
Tangará da Serra	0,30	0,15	0,21	0,44	0,29	0,00	0,52	2,73	Boa - Regular
Várzea Grande - Município	0,52	0,00	0,05	1,00	1,00	0,44	0,38	4,85	Regular

Fonte: Atualização dos Indicadores de Segurança do Estado de Mato Grosso 2011, disponível em <http://cidadao.tce.mt.gov.br>

A figura a seguir mostra o mapa do Estado conforme o resultado da variação em cada regional do desempenho da política de segurança pública observando a presença do fenômeno da vitimização e criminalidade nos anos de 2010 e 2011.



As tabelas 192 e 193 revelam que as regionais Água Boa e Alta Floresta obtiveram uma situação, de acordo com a metodologia, “boa” no Índice de Vitimização e Criminalidade e no Índice de Variação, ou seja as duas regionais apresentaram uma baixa presença do fenômeno da criminalidade e vitimização no conjunto dos seus indicadores. Na comparação com 2010 se observa que o índice de Água Boa e Alta Floresta reduziram, respectivamente, de 2,16 e 2,33 para 1,25 e 1,79. No caso de Água Boa, os indicadores com maior redução foram “Taxa de Violência Letal Intencional” e “Taxa de Homicídio de Mulheres”. Em Alta Floresta, os indicadores com maior redução foram Taxa de Violência Letal não Intencional no Transito, Taxa de Homicídio de crianças e adolescente 0 a 18 anos e Taxa de Homicídio de jovens de 19 a 29 anos.

O grupo com pior desempenho na área de segurança pública em 2011, dados os elevados índices de Vitimização e Criminalidade, são composto pelos municípios Cuiabá-Município, Sinop-Município e Várzea Grande-Município. Cabe destacar que a maior parte dos indicadores que compõem a matriz de avaliação revela a ocorrência de homicídios, ou seja, a última e mais grave consequência de um ato de agressão e/ou violência praticado por terceiros. Portanto, a leitura dos indicadores deve levar em consideração o cenário extremo ou crítico que revelam altos níveis no índice de Vitimização e Criminalidade.

Nas análises a seguir será incluído um gráfico no formato de colunas do



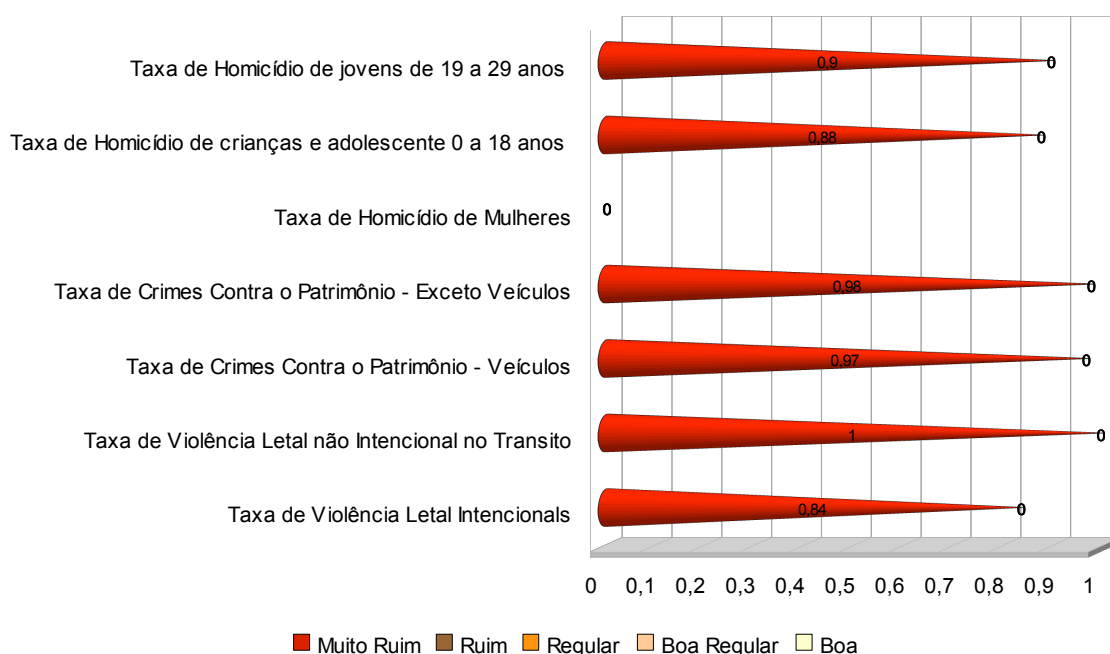
TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO
Gabinete de Conselheiro
Conselheiro Domingos Neto
Telefone: 3613-7513 FAX: 3613-7512
e-mail: gab.domingosneto@tce.mt.gov.br

TCE/MT
Fls.: _____
Rub.: _____

tipo cone. As cores de cada cone será conforme o resultado da avaliação, ou seja, quando o resultado da avaliação do indicador estiver entre 0 e 0,20, a cor do cone será amarelo claro. Se o resultado estiver entre 0,21 e 0,40, a cor será laranja claro. Se estiver entre 0,41 e 0,60 a cor será laranja escuro. Se estiver entre 0,61 e 0,80, a cor será marrom. Se estiver entre 0,81 e 1,00, a cor será vermelha.

Regional Várzea Grande - Município

O gráfico a seguir exibe os valores dos indicadores padronizado relativos a avaliação de 2011 para a Regional de Várzea Grande – Município.



Conforme o gráfico, a maior parte dos indicadores padronizados da Regional de Várzea Grande – Município são vermelhos, o que indica resultados próximos dos piores do Estado.

Várzea Grande é o município que apresenta a pior situação do Estado no “Índice de Vitimização e Criminalidade” em 2011 (=7,95). Pela avaliação, pode ser considerado o município mais violento do Estado. Apresenta situação muito ruim em seis

dos sete indicadores do modelo. No roubo de veículos, apresentou o mais alto índice do Estado em 2011. Possui segundo mais alto índice de Violência Letal Intencional, de Crimes Contra o Patrimônio - Exceto Veículos, de Homicídio de crianças e adolescente 0 a 18 anos e de Homicídio de jovens de 19 a 29 anos. Também apresenta o terceiro mais alto índice de Homicídio de Mulheres. Deve ser ressaltado que na avaliação de 2010 Várzea Grande foi o terceiro pior avaliado e em 2011 ele foi, conforme mencionado anteriormente, o pior município avaliado.

Da comparação do resultado da avaliação de 2011 com o resultado da avaliação de 2012, se verifica que aumentou a quantidade de indicadores com avaliação “muito ruim”. Esta piora retrata que em 2011 Várzea Grande teve uma quantidade maior de indicadores próximo aos piores índices do Estado.

Por outro lado, o município de Várzea Grande apresenta a menor “Taxa de Violência Letal não Intencional no Transito” do Estado. O município apresentou a melhor variação do indicador “Taxa de Violência Letal não Intencional no Transito” o que significa que a taxa, que era o menor do Estado, ficou ainda menor. A regional também obteve resultado “boa” no indicador “Taxa de Crimes Contra o Patrimônio – Veículos”. Isso significa que a regional obteve uma das maiores variações positivas do estado nesse índice. Entretanto, esta variação não foi suficiente para que Várzea Grande permanecesse com a

mais alta taxa de Taxa de Crimes Contra o Patrimônio - Veículos em 2011.

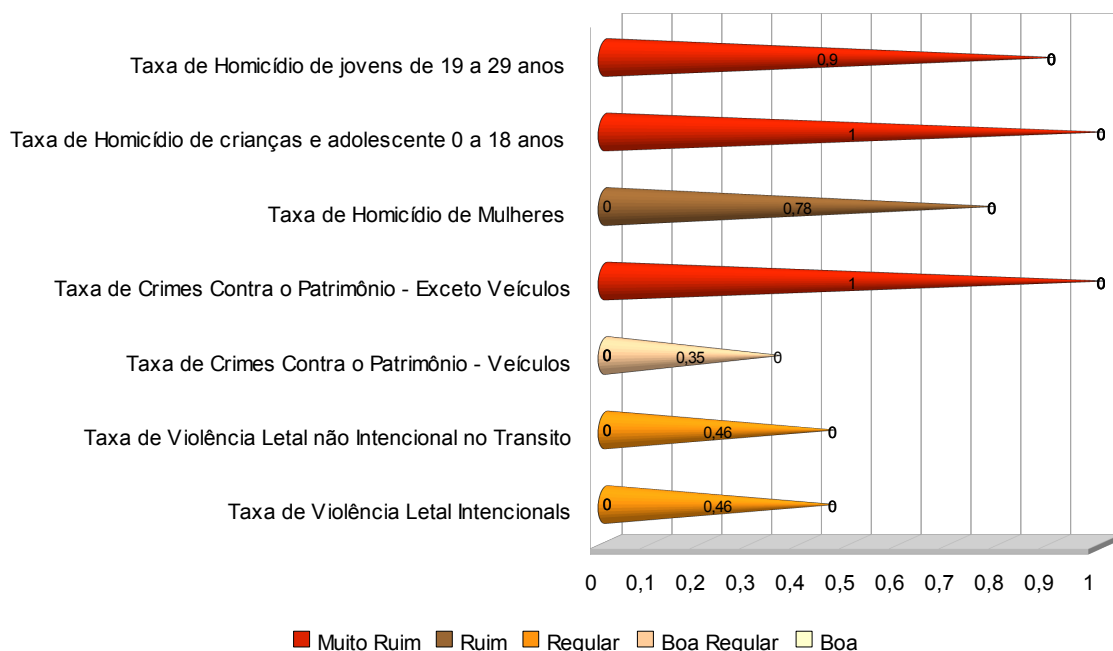
Conforme a Tabela 2, o município obteve uma situação “Regular” na variação do Índice de Vitimização e Criminalidade. Isto significa que, no geral, a regional apresentou estabilidade nos resultados dos indicadores de 2011 se comparado com 2010.

O gráfico a seguir exibe os valores da variação dos indicadores padronizado entre 2010 e 2011 para a Regional de Várzea Grande – Município.

Conforme o gráfico, os indicadores “Taxa de Violência Letal não Intencional no Transito” e “Taxa de Crimes Contra o Patrimônio - Exceto Veículos” tiveram redução próxima das maiores do Estado. O indicador “Homicídio de jovens de 19 a 29 anos” também teve uma considerável redução. Entretanto a variação dos indicadores “Taxa de Crimes Contra o Patrimônio - Exceto Veículos” e “Taxa de Homicídio de Mulheres” indica que nesta regional ocorreu os maiores aumentos do Estado.

Regional Sinop - Município

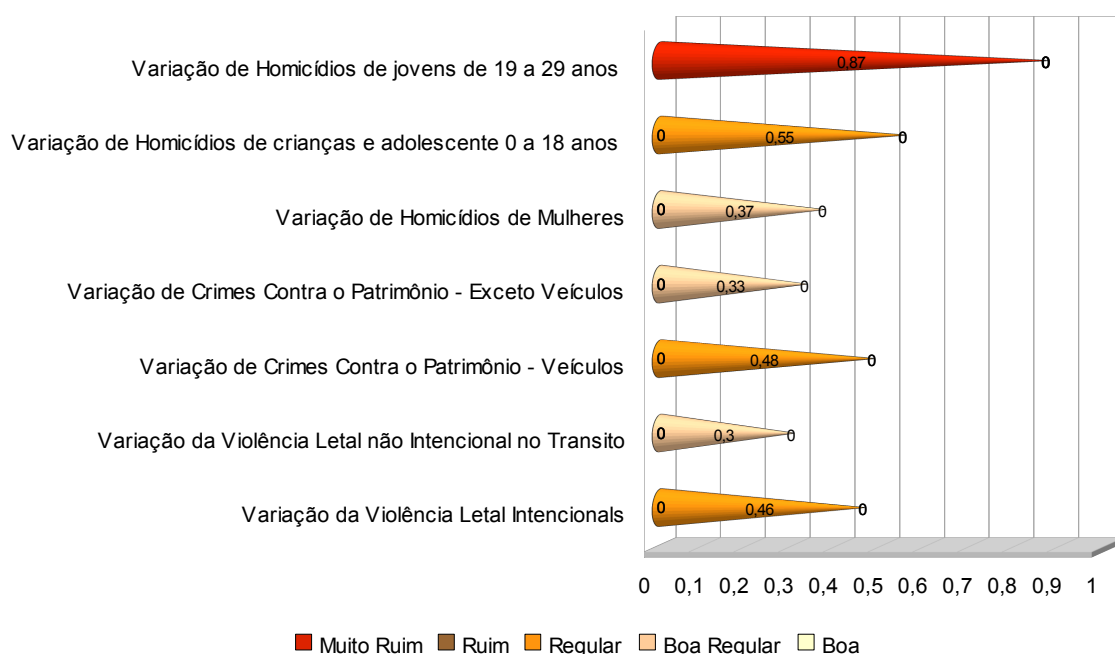
O gráfico a seguir exibe os valores dos indicadores padronizado relativos a avaliação de 2011 para a Regional Sinop – Município.



O município de Sinop também apresentou quadro bastante crítico no ano de 2011. Seu Índice de Vitimização e Criminalidade é o segundo mais alto do estado (=7,07), tendo apresentado situação "muito ruim" em três dos sete indicadores da matriz de avaliação. Em dois indicadores de vitimização e um de criminalidade apresentou o índice considerado "muito ruim". Importa destacar que na avaliação de 2010 o município obteve o quarto pior índice e, conforme informado, em 2011 obteve o segundo pior.

Os indicadores de Crimes Contra o Patrimônio - Exceto Veículos e de Homicídio de crianças e adolescente 0 a 18 anos são os mais altos do Estado. O indicador Homicídio de jovens de 19 a 29 anos é, junto com Várzea Grande, o segundo pior do Estado. Ademais em 2011 houve uma piora neste indicador, posto que esta taxa por grupo de cem mil habitantes saltou de 34,81 em 2010 para 48,76 em 2011. (Tabela 6 do Relatório de 2011, disponível em <http://cidadao.tce.mt.gov.br/politicasPublicasSeguranca/index.html>)

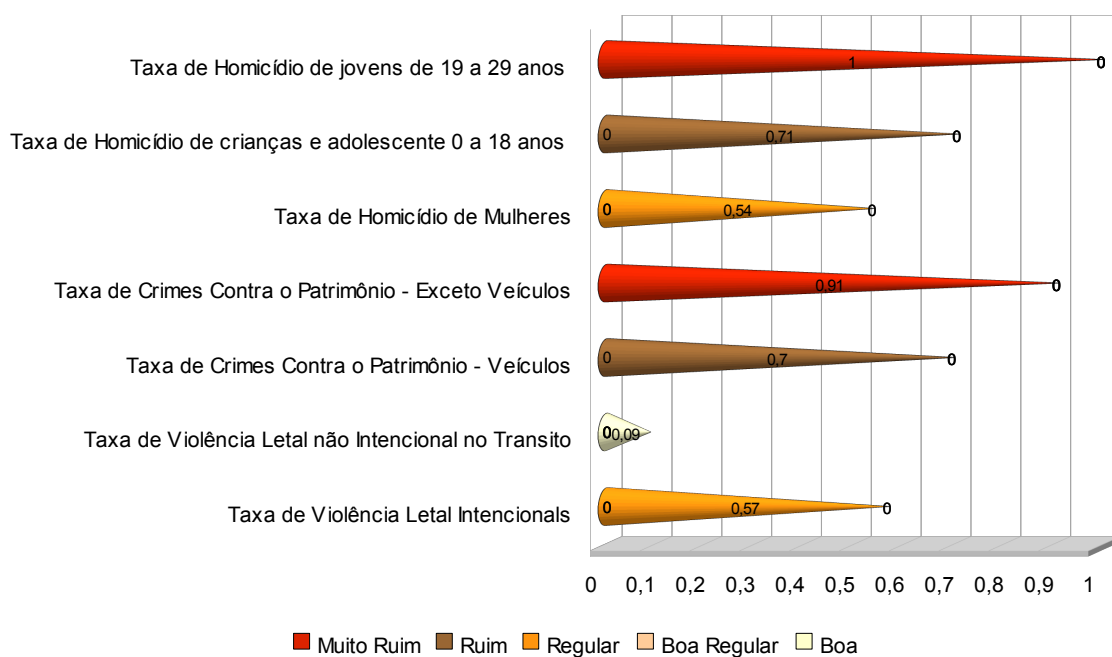
O gráfico a seguir exibe os valores da variação dos indicadores padronizado entre 2010 e 2011 para a Regional de Sinop – Município.



O município de Sinop obteve uma situação “Regular” na variação do Índice de Vitimização e Criminalidade. Isto significa que, no geral, a regional apresentou estabilidade nos resultados dos indicadores de 2011 se comparado com 2010. Conforme o gráfico, os indicadores que melhoraram o desempenho foram “Taxa de Violência Letal não Intencional no Transito”, “Taxa de Crimes Contra o Patrimônio - Exceto Veículos” e “Taxa de Homicídio de Mulheres”.

Regional Cuiabá - município

O gráfico a seguir exibe os valores dos indicadores padronizado relativos a avaliação de 2011 para a Regional Cuiabá – Município.



O município de Cuiabá obteve Índice de Vitimização e Criminalidade de 6.46, o terceiro mais alto do estado, tendo apresentado situação "muito ruim" em dois dos sete indicadores da matriz de avaliação. No indicador de vitimização "Homicídio de jovens

F:\CONSELHEIRO
 DOMINGOS
 NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
 Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
 VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E
399



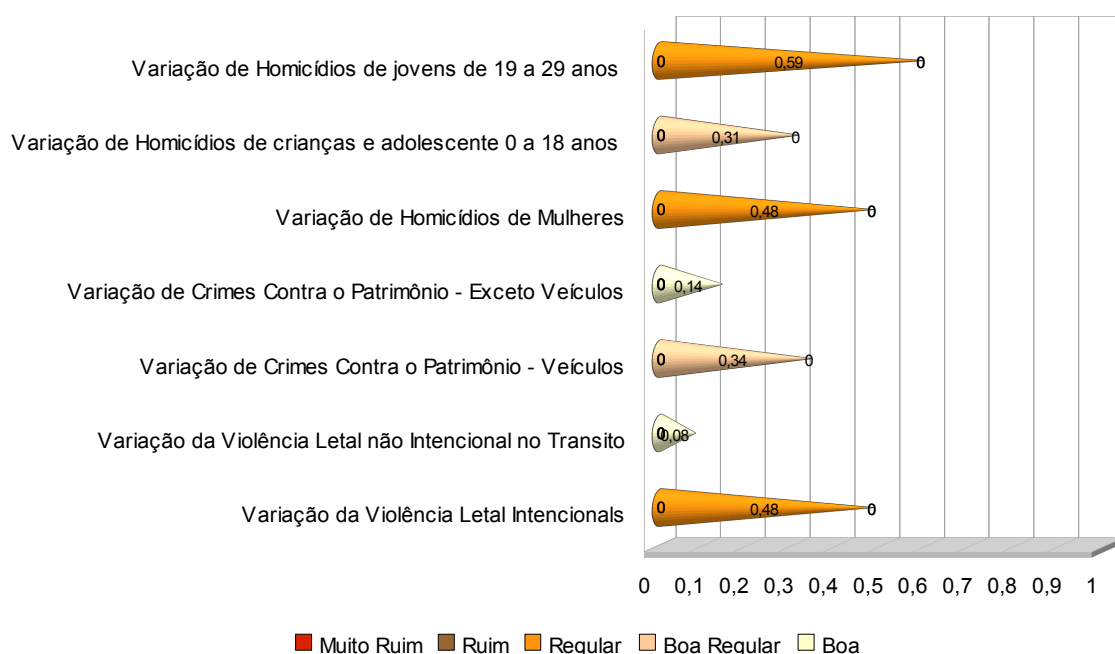
TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO
Gabinete de Conselheiro
Conselheiro Domingos Neto
Telefone: 3613-7513 FAX: 3613-7512
e-mail: gab.domingosneto@tce.mt.gov.br

TCE/MT
Fls.: _____
Rub.: _____

de 19 a 29 anos” a regional apresentou o índice mais alto do Estado.

O indicador de criminalidade “Crimes Contra o Patrimônio - Exceto Veículos” foi o terceiro mais alto do Estado. O indicador “Crimes Contra o Patrimônio – Veículos”, apesar de ser classificado como “ruim”, foi o segundo mais alto do Estado e o indicador “Homicídio de crianças e adolescente 0 a 18 anos” foi o terceiro mais alto.

O gráfico a seguir exibe os valores da variação dos indicadores padronizado entre 2010 e 2011 para a Regional de Cuiabá – Município.



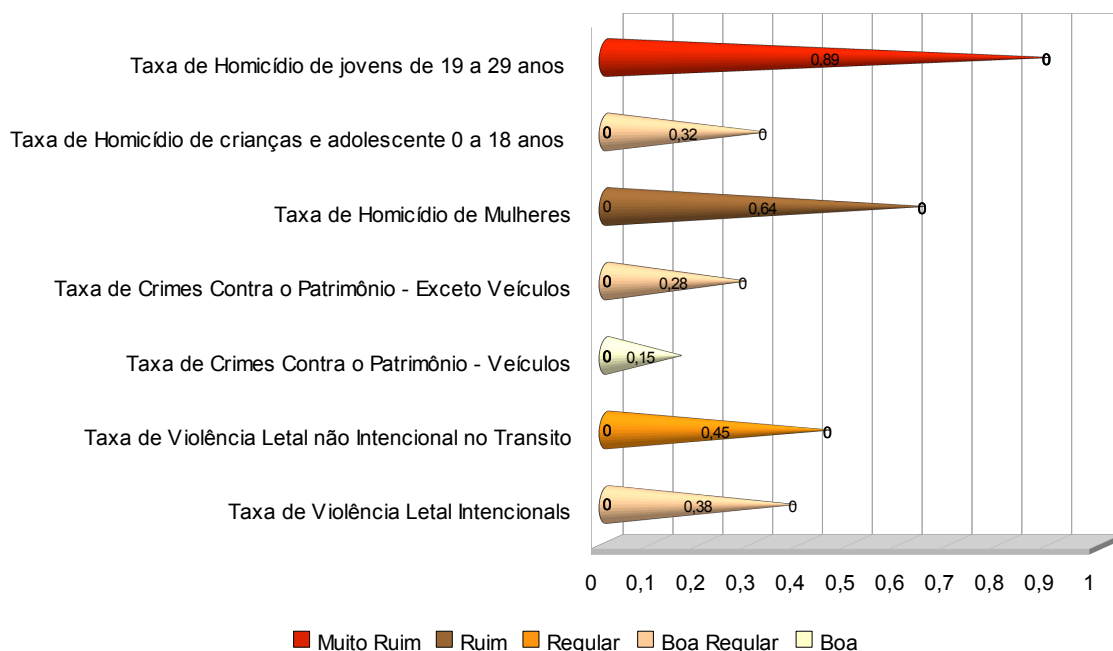
O município de Cuiabá obteve uma situação “Boa-Regular” na variação do Índice de Vitimização e Criminalidade. Isto significa que, no geral, a regional apresentou melhora no desempenho dos indicadores em relação ao ano anterior. Os indicadores com maior melhora em relação ao ano anterior foram “Taxa de Violência Letal não Intencional no Transito” e “Taxa de Crimes Contra o Patrimônio - Exceto Veículos”. Outros indicadores que melhoraram foram “Taxa de Crimes Contra o Patrimônio – Veículos” e “Taxa de Homicídio de

crianças e adolescentes 0 a 18 anos”.

Importa ressaltar que na avaliação de 2010 Cuiabá apresentou a pior situação do estado no Índice de Vitimização e Criminalidade, a saber 7,23. Em 2012, conforme informado anteriormente, a regional do município deixou de ser a pior regional e obteve Índice de Vitimização e Criminalidade 6,46.

Regional Rondonópolis - município

O gráfico a seguir exibe os valores dos indicadores padronizado relativos a avaliação de 2011 para a Regional Rondonópolis – Município.



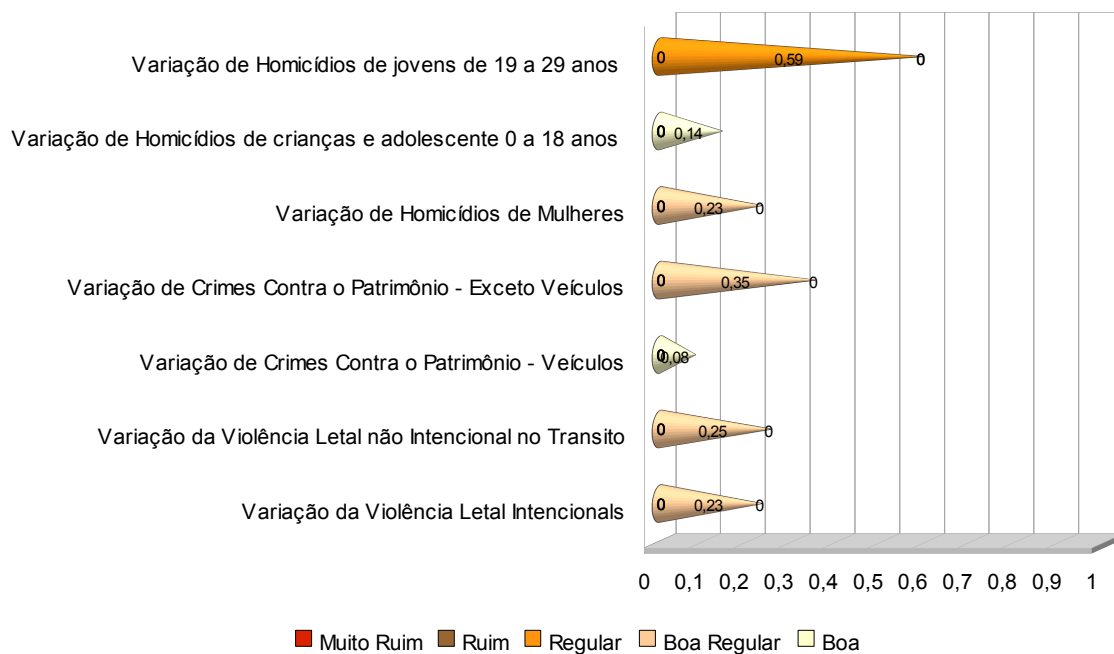
O município de Rondonópolis obteve Índice de Vitimização e Criminalidade de 4,44, tendo apresentado situação "Regular" no Índice de Vitimização e Criminalidade. Deve ser destacado que na avaliação de 2010 Rondonópolis apresentou a segunda pior situação do estado no Índice de Vitimização e Criminalidade, a saber 6,71. Da comparação do índice obtido em 2011 com o de 2010, se verifica que Rondonópolis obteve a segunda maior redução do Índice de Vitimização e Criminalidade, a saber 2,27, atrás apenas de

regional de Diamantino com redução de 2,36.

O município obteve o resultado “Boa” no indicador de “Taxa de Crimes Contra o Patrimônio – Veículos” e obteve o resultado “Boa – Regular” nos indicadores “Taxa de Violência Letal Intencional”, “Taxa de Crimes Contra o Patrimônio - Exceto Veículos” e Taxa de Homicídio de crianças e adolescente 0 a 18 anos”.

Por outro lado, obteve resultado “muito ruim” para o indicador “Taxa de Homicídio de jovens de 19 a 29 anos”, a saber, o quarto pior do Estado. Também obteve um resultado “ruim” para o indicador “Taxa de Homicídio de Mulheres”, a saber, o sexto mais alto do total de 16 regionais avaliadas.

O gráfico a seguir exibe os valores da variação dos indicadores padronizado entre 2010 e 2011 para a Regional de Rondonópolis – Município.

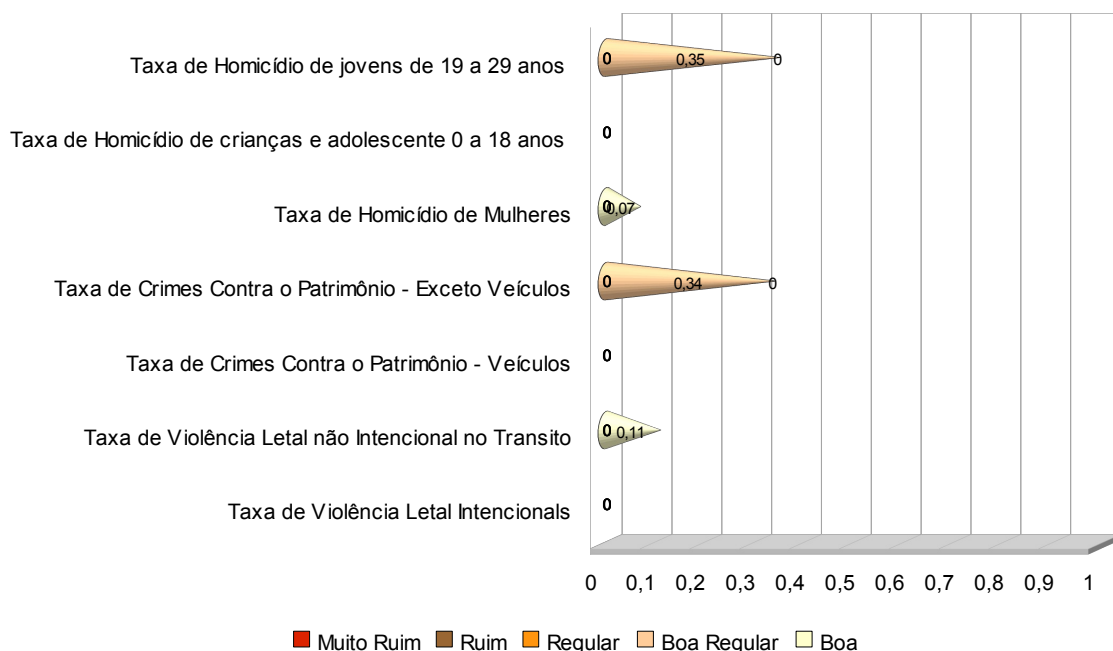


O município de Rondonópolis obteve uma situação “Boa-Regular” na variação do Índice de Vitimização e Criminalidade. Isto significa que, no geral, a regional apresentou melhora no seu desempenho em relação ao ano anterior. Os indicadores que melhoraram significativamente foram “Taxa de Crimes Contra o Patrimônio – Veículos” e “Taxa de Homicídio de crianças e adolescentes 0 a 18 anos”. Outros indicadores que

melhoraram foram “Taxa de Violência Letal Intencional”, “Taxa de Violência Letal não Intencional no Transito”, “Taxa de Crimes Contra o Patrimônio - Exceto Veículos” e “Taxa de Homicídio de Mulheres”. O indicador “Taxa de Homicídio de jovens de 19 a 29 anos” teve ligeira piora.

Água Boa

O gráfico a seguir exibe os valores dos indicadores padronizado relativos a avaliação de 2011 para a Regional Água Boa.



Água Boa obteve o menor índice de Índice de Vitimização e Criminalidade em 2011. A regional apresenta uma situação “boa-regular” no índice. Na avaliação de 2011 o município foi o único que obteve todos os indicadores classificados como “boa” ou “boa regular”.

Quando comparada às demais regiões do estado de Mato Grosso, tem a menor “Taxa de Violência Letal Intencional”, “Taxa de Crimes Contra o Patrimônio – Veículos”

F:\CONSELHEIRO
 NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
 Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
 VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
 407

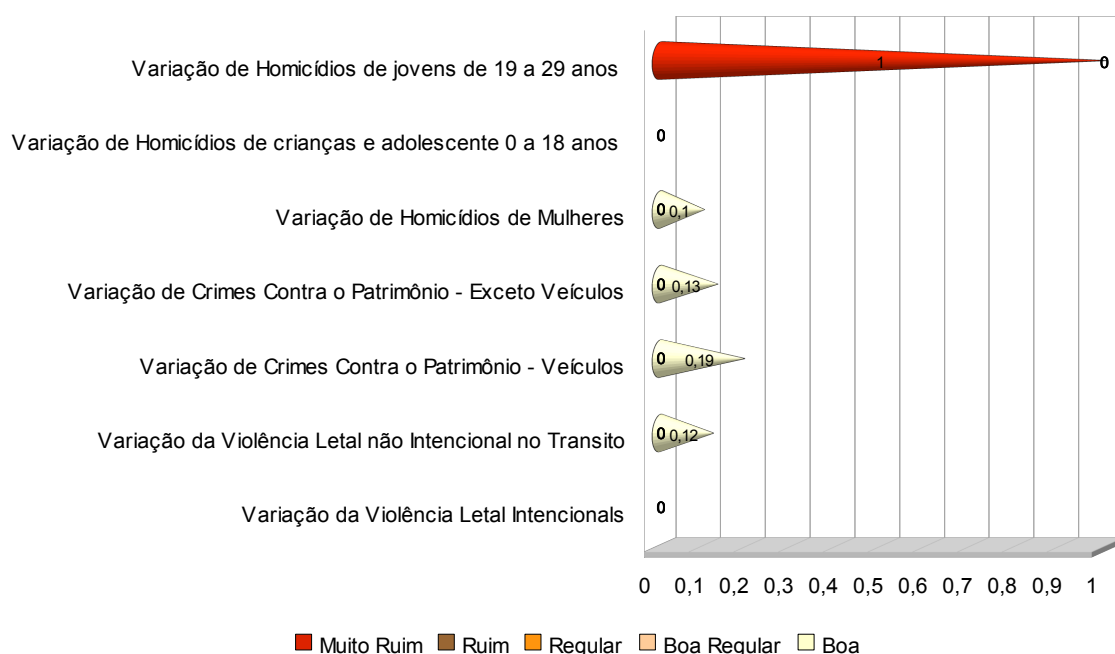


TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO
Gabinete de Conselheiro
Conselheiro Domingos Neto
Telefone: 3613-7513 FAX: 3613-7512
e-mail: gab.domingosneto@tce.mt.gov.br

TCE/MT
Fls.: _____
Rub.: _____

e “Taxa de Homicídio de crianças e adolescente 0 a 18 anos”. O Município também obteve uma das menores “Taxa de Violência Letal não Intencional no Transito”, “Taxa de Homicídio de Mulheres”. Os indicadores “Taxa de Crimes Contra o Patrimônio - Exceto Veículos” e “Taxa de Homicídio de jovens de 19 a 29 anos” foram avaliados como “boa-regular”.

O gráfico a seguir exibe os valores da variação dos indicadores padronizado entre 2010 e 2011 para a Regional de Água Boa.



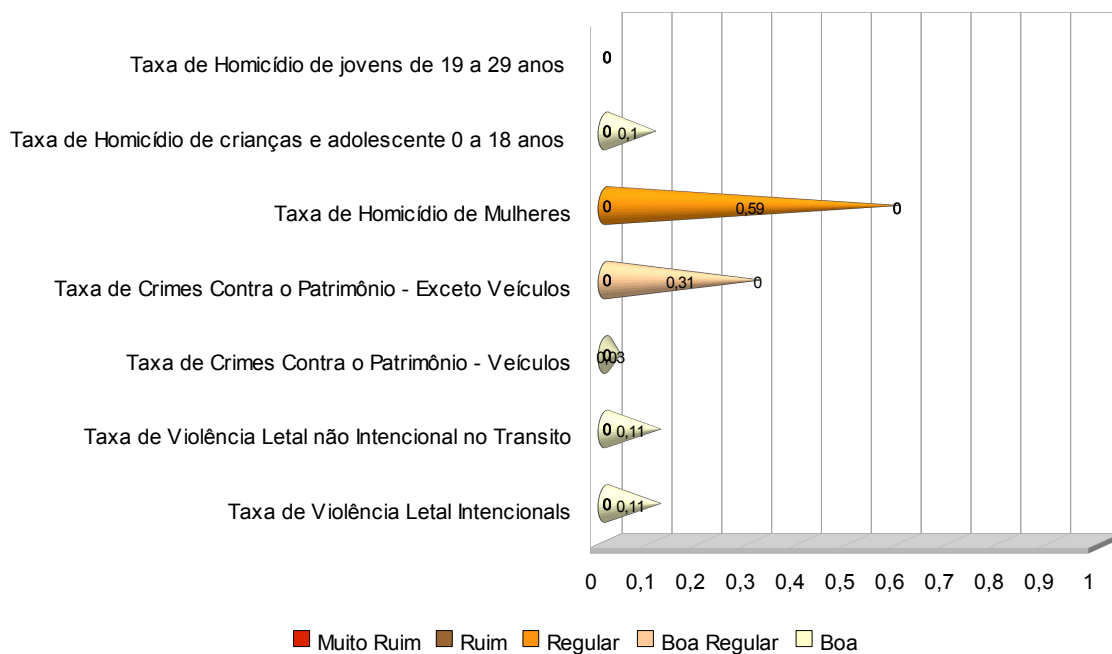
O município de Água Boa obteve uma situação “Boa-Regular” na variação do Índice de Vitimização e Criminalidade. Isto significa que, no geral, a regional apresentou melhora no desempenho de seus indicadores em relação ao ano anterior. A exceção do indicador “Taxa de Homicídio de jovens de 19 a 29 anos” todos indicadores tiveram um índice de melhora significativamente superior aos da demais regionais.

A Regional obteve a pior variação do indicador “Taxa de Homicídio de

jovens de 19 a 29 anos”, a saber, um aumento de 57% em relação a 2010. Todavia, mesmo com este crescimento expressivo, a regional de Água Boa teve uma taxa de homicídio de jovens de 19 a 29 anos considerada média baixa se comparada com outras regionais.

Alta Floresta

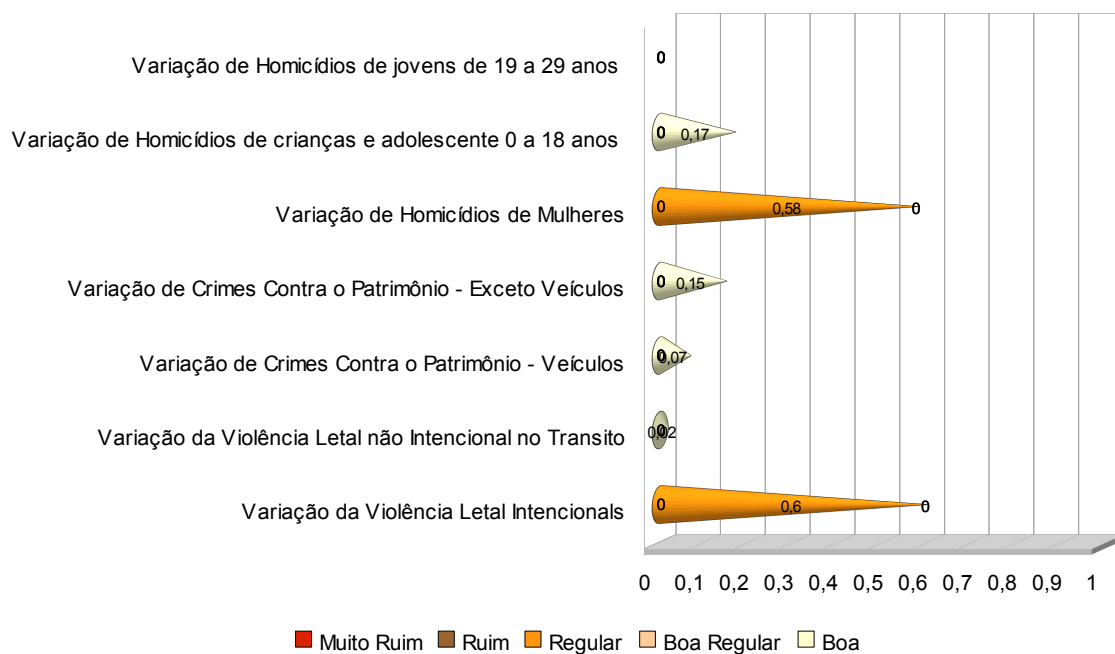
O gráfico a seguir exhibe os valores dos indicadores padronizados relativos a avaliação de 2011 para a Regional Alta Floresta.



Alta Floresta obteve o segundo menor índice de Índice de Vitimização e Criminalidade em 2011. A regional apresenta uma situação “boa-regular” no índice. Quando comparada às demais regiões do estado de Mato Grosso, Alta Floresta possui a menor “Taxa de Homicídio de jovens de 19 a 29 anos”. O Município também obteve uma das menores “Taxa de Violência Letal Intencional”, “Taxa de Violência Letal não Intencional

no Transito”, “Taxa de Crimes Contra o Patrimônio – Veículos” e “Taxa de Homicídio de crianças e adolescentes 0 a 18 anos”.

O gráfico a seguir exibe os valores da variação dos indicadores padronizado entre 2010 e 2011 para a Regional de Alta Floresta.



O município de Alta Floresta obteve uma situação “Boa-Regular” na variação do Índice de Vitimização e Criminalidade. Isto significa que, no geral, a regional apresentou melhora no desempenho de seus indicadores em relação ao ano anterior. Os indicadores que melhoraram significativamente foram “Taxa de Violência Letal não Intencional no Transito”, “Taxa de Crimes Contra o Patrimônio – Veículos”, “Taxa de Crimes Contra o Patrimônio - Exceto Veículos”, “Taxa de Homicídio de Mulheres”, “Taxa de Homicídio de crianças e adolescentes 0 a 18 anos” e “Taxa de Homicídio de jovens de 19 a 29 anos”. Os demais indicadores tiveram variação próxima à estabilidade.

Taxa de Homicídio de jovens de 19 a 29 anos

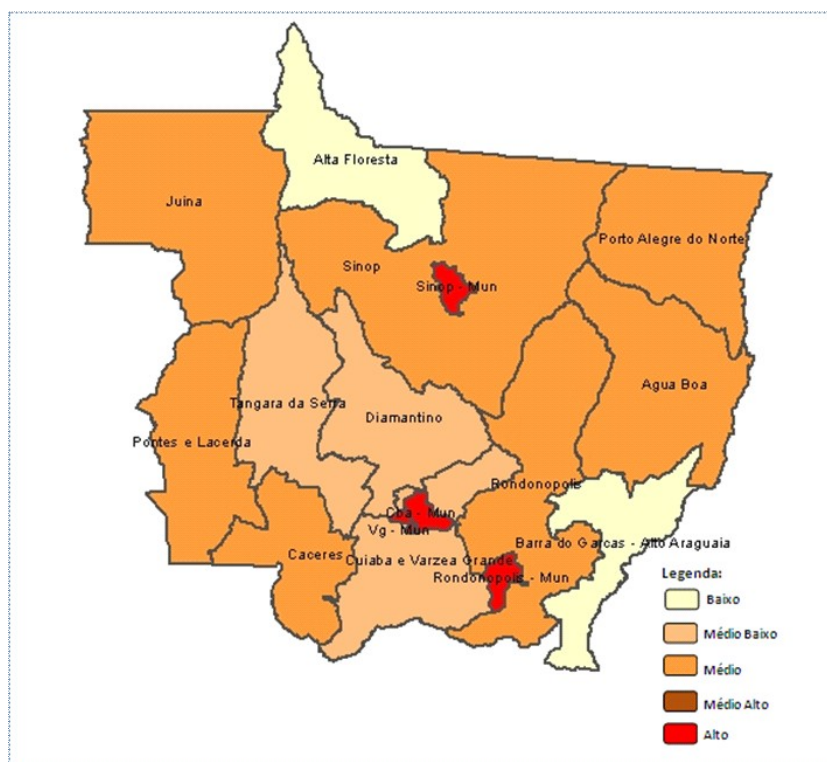
Em 2011 a taxa de homicídio de jovens de 19 a 29 anos cresceu em 9 das 16 regionais do Estado. Este foi o indicador com maior número regionais que pioraram em 2011 e, por esta razão, comporá este Relatório de Contas Anuais de Governo.

Este indicador estima as mortes violentas intencionais praticadas contra grupos etários específicos mais vulneráveis. Compõe este indicador o número de mortes de jovens (de 19 a 29 anos de idade), para cada 100 mil habitantes deste grupo etário e inclui também as mortes em decorrência de agressão intencional de terceiros, que utilizam qualquer meio para provocar danos, lesões ou a morte da vítima. A análise desse indicador observa as mortes violentas intencionais contra jovens ocorridas em 2011 e a variação desse indicador em cada região em relação ao anterior, ou seja, de 2010 a 2011.

A Figura a seguir apresenta o Mapa do Estado relativo ao Indicador

Padronizado da Taxa de Homicídio de Jovens de 19 a 29 – 2011.

As regionais de Cuiabá – Município, Rondonópolis – Município, Sinop – Município e Várzea Grande – Município apresentam uma situação “muito ruim” em função



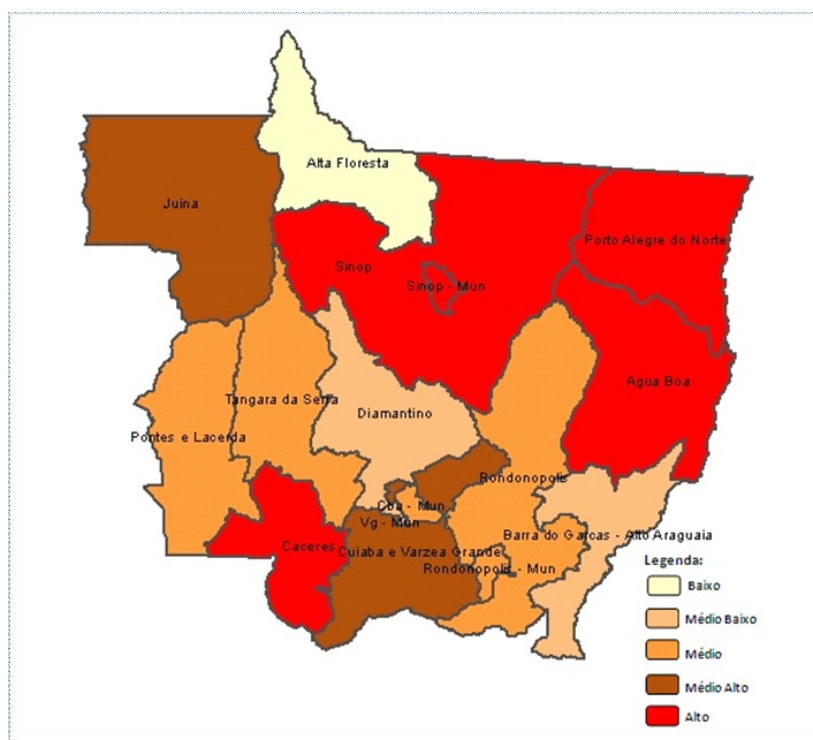
das altas taxas relativas de homicídios de jovens em 2011.

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
414

A respeito da trajetória ou mudanças dessa situação, o mapa a seguir apresenta a variação deste indicador entre 2010 e 2011.



Como se observa no mapa, 7 regionais tiveram taxa de variação consideradas “ruim” ou “muito ruim”. Na avaliação de 2010, a exceção da Regional de Sinop – Município, todas obtiveram resultado “baixo”, ou seja, as taxas de criminalidade e vitimização nestes locais eram próximas às mais baixas do Estado. Entretanto, na avaliação de 2011, estas regionais obtiveram desempenho considerado médio devido ao considerável incremento, em termos percentuais, nas taxas de criminalidade e vitimização nestes locais. Para que se tenha a dimensão do crescimento das taxas, a regional de Água Boa teve um aumento de 57% na taxa de homicídio de jovens de 19 a 29 anos. A regional de Cáceres teve um aumento de 49%. Na regional de Sinop – Município e na regional dos municípios entorno de Sinop o aumento foi de 40% e 39%, respectivamente. Se esta situação persistir, as estas Regionais terão resultados na avaliação de 2012 próximos dos piores do Estado, ou seja, serão avaliadas como “ruim” ou “muito ruim”.

14. ANÁLISE DOS BALANÇOS DO GOVERNO DE MT EXERCÍCIO 2012

Analisa-se neste capítulo as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Governo do Estado de Mato Grosso, exercício 2012.

Em cumprimento aos dispositivos constante da Lei de Responsabilidade Fiscal, especificamente ao do artigo 50, III, o Chefe do Executivo Estadual apresentou mediante protocolo neste Tribunal de Contas os demonstrativos contábeis consolidados, propiciando à equipe técnica a elaboração de uma análise ampla da situação orçamentária, financeira, patrimonial e econômica dos Poderes, Ministério Público e da Defensoria Pública

14.1 Balanço Geral 2012 do Governo de Mato Grosso

De acordo com o artigo 102 da lei 4320/64, este demonstrativo apresenta as Receitas e Despesas previstas, em confronto com as realizadas, podendo identificar a obtenção dos seguintes resultados:

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
417

- Economia orçamentária;
- Superávit orçamentário;
- Déficit orçamentário;
- Excesso de arrecadação e
- Frustração de arrecadação.

O Balanço Orçamentário deve ser elaborado conforme modelo definido pela Lei 4320/64, descrito como Anexo nº 12, contendo um resumo dos valores das Receitas e Despesas do exercício em termos de previsão e fixação respectivamente, a nível de fonte, em contraponto com as Receitas e Despesa a nível de créditos orçamentários e suplementares globais de execução, ou seja, os valores realizados, apresentando as diferenças entre ambas (Receitas e Despesas previstas *versus* Receitas e Despesas realizadas).

No Relatório de Governo 2012, Protocolo 9279-7/2013, fl. 323 TCE-MT, encontra-se o Balanço Orçamentário Consolidado exercício 2012, reproduzido abaixo:

Tabela 194: Balanço Orçamentário Consolidado 2012

RECEITAS	PREVISÃO (A) (Milhões)	EXECUÇÃO (B) (Milhões)	DIFERENÇA (B – A) (Milhões)
Receitas Correntes	11.319,1	13.699,7	2.380,6
Receitas de Capital	1.949,2	1.445,9	-503,3
Sub-total	13.268,3	15.145,6	1.877,3
(-) Deduções FUNDEB / Outros	1.128,0	2.774,8	1.646,8
Sub-Total da Receita Orçamentária	12.140,3	12.370,8	230,5
Receita Intra-Orçamentária	861,7	966,1	104,4
Sub-Total da Receita Orçada	13.002,0	13.336,9	334,9
Déficit	2.843,9	0,0	-2.843,9
TOTAL DAS RECEITAS	15.845,9	13.336,9	-2.509,0

DESPESAS	PREVISÃO (A) (Milhões)	EXECUÇÃO (B) (Milhões)	DIFERENÇA (B – A) (Milhões)
Despesas Correntes	9.982,0	9.583,7	-398,3
Créditos Especiais	77,4	53,6	-23,7
Despesas de Capital	4.767,7	2.555,3	-2.212,5
Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0
Sub-Total Despesas Orçamentárias	14.827,1	12.192,6	-2.634,5
Despesas Intra-Orçamentárias	1.018,7	953,6	-65,1
Sub-Total das Despesas	15.845,9	13.146,3	-2.699,6
Superávit	0,0	190,7	190,7
TOTAL DAS DESPESAS	15.845,9	13.336,9	-2.509,0

Fonte: Balanço Orçamentário – Anexo 12

14.1.1 Balanço Orçamentário

a) SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO

Contata-se a ocorrência de *superávit* orçamentário em 2012, decorrente de arrecadações de receitas maiores que as realizações das despesas.

TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS	13.336,90
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS	13.146,3
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO	190,6

Observação: valores em milhões

b) RESULTADO DA EXECUÇÃO DA RECEITA

A Receita Prevista foi menor que a Arrecadada, resultando em um *déficit* de arrecadação. Tal fato levou o Executivo a adotar um contingenciamento dos gastos, obtendo-se uma economia na realização das despesas (Item 'b' abaixo).

TOTAL DAS RECEITAS PREVISTAS	13.001,9
TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS	13.336,9
DÉFICIT NA PREVISÃO	-335,0

Observação: valores em milhões

c) ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA

Apurou-se uma economia orçamentária de R\$ 2.699,6 milhões, valor próximo ao *déficit* da execução da Receita (item 'b' acima). Constatou-se que houve esforço em do cumprimento do artigo 9º da LRF, com as despesas sendo ajustadas ao nível da receita, gerando um equilíbrio nas finanças públicas.

TOTAL DAS DESPESAS FIXADAS	15.845,90
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS	13.146,3
ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA	2.699,65

Observação: valores em milhões

d) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO POR CATEGORIA ECONÔMICA

d.1) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CORRENTE

As receitas correntes arrecadados foram insuficientes para realizar os pagamentos das despesas correntes, ocorrendo *déficit* orçamentário corrente.

TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES EXECUTADAS - FUNDEB	10.924,9
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES EXECUTADAS	13.146,3
DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO CORRENTE	-2.221,4

Observação: valores em milhões

d.2) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CAPITAL

Analisa-se a diferença entre as Receitas Executadas Capital e as Despesas Executadas Capital.

TOTAL DAS RECEITAS CAPITAL EXECUTADAS	1.445,9
TOTAL DAS DESPESAS CAPITAL EXECUTADAS	2.555,3
DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO CAPITAL	-1.109,4

Observação: valores em milhões

A baixa realização da Receita de Capital não foi suficiente para compensar as despesas de capital, comprometendo o resultado geral do exercício.

14.1.1.1 Análise Horizontal das Receitas Arrecadadas e das Despesas Realizadas

Apresenta-se na tabela abaixo Análise Comparativa das Receitas e Despesas Orçadas e Arrecadadas nos exercícios de 2011 e 2012.

Tabela 195: Balanço Orçamentário Resumido – Governo 2012

RECEITAS			
	VALORES ARRECADADOS		B/A%
TÍTULOS	2011 (A)	2012 (B)	
RECEITAS CORRENTES	10.871.902.575,64	13.699.867.756,40	26,01%
Receitas Tributárias	5.749.470.749,54	7.708.223.166,36	34,07%
Receitas de Contribuições	902.424.217,30	1.215.772.807,15	34,72%
Receita Patrimonial	93.347.560,68	174.823.283,77	87,28%
Receita Agropecuária	126.497,88	168.062,85	32,86%
Receita Industrial	2.149.371,66	2.280.026,73	6,08%
Receita de Serviços	231.042.932,36	349.280.770,80	51,18%
Transferências Correntes	3.080.045.357,27	3.213.552.505,26	4,33%
Outras Receitas Correntes	813.295.888,95	1.035.767.133,48	27,35%
RECEITAS DE CAPITAL	264.105.120,42	1.445.872.659,51	447,46%
Operações de Crédito	90.045.885,65	1.329.846.367,55	1376,85%
Alienação de Bens	6.195.330,90	8.954.185,41	44,53%
Amortização de Empréstimos	3.686.243,68	3.217.431,01	-12,72%
Transferências de Capital	62.873.721,25	99.896.777,63	58,88%
Outras Receitas de Capital	101.303.938,94	3.957.897,91	-96,09%
SUBTOTAL RECEITAS	11.136.007.696,06	15.145.740.415,91	36,01%
(-) DEDUÇÕES	1.245.547.595,87	2.774.876.922,73	122,78%
(-) DEDUÇÕES DO FUNDEF	1.063.775.837,88	1.179.343.992,50	10,86%
(-) Outras Deduções da Receita	181.771.757,99	1.595.532.930,23	777,77%
SUBTOTAL RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	9.890.460.100,19	12.370.863.493,18	25,08%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	796.582.651,71	966.071.827,31	21,28%
TOTAL DAS RECEITAS	10.687.042.751,90	13.336.935.320,49	24,80%

Fonte: Balanço Geral do Estado – 2012 e 2011 – Anexo 12

Do exercício de 2011 para 2012, aplicando a metodologia de análise horizontal, constata-se que:

- A Receita Arrecadada de 2012 (excluindo deduções – FUNDEF e Outras) teve um **crescimento de 25,08%**.
- **Os maiores acréscimos das Receitas** foram em Operações de Crédito 1.376,85% e em Receita Patrimonial em 87,28%, vindo a seguir Receita de Serviços em 51,18% e Alienação de Bens com 44,53%.
- **Receitas Tributárias e de Contribuições** tiveram um **crescimento de 34,07% e 34,72%**, respectivamente.
- **Os maiores decréscimos** ocorreram em Outras Receitas de Capital em 96,09% e em Amortizações de Empréstimos em 12,72%.

14.1.1.2 Análise Orçamentária por Quocientes - evolução das Receitas e Despesas previstas e realizadas entre os anos de 2008 a 2012

a) Quociente de execução da receita

Demonstra o quanto foi realizado de Receita Executada em comparação

com a Receita Prevista, sendo que o resultado requerido deverá ser igual ou maior que 1, que significa que a totalidade foi realizada. Quociente menor que 1 mostra que a realização da receita ficou abaixo da meta.

Quociente de execução da receita			
Exercícios	Receita Executada (a)	Receita Prevista (b)	Quociente (a/b)
2008	8.092.364.300,45	6.891.356.885,00	1,17
2009	8.810.494.846,69	7.771.912.731,00	1,13
2010	10.043.116.560,78	8.555.423.930,00	1,17
2011	10.667.042.751,90	11.238.033.975,00	0,95
2012	13.336.935.320,49	13.001.925.975,00	1,03

Nos anos de 2008 a 2010 as arrecadações superaram os valores previstos com folga, porém **no ano de 2011 ficou abaixo da meta** e no ano de 2012 ficou praticamente no mesmo valor projetado. Tais variações podem ocorrer por falhas nas projeções e ou decorrente de fatos que fogem da normalidade na economia do estado, como por exemplo problemas cambiais que podem afetar as exportações, obras da copa que afetam em maior grau as receitas de serviços e da indústria, etc.

b) Quociente de Execução da Despesa

Este quociente evidencia o grau de realização das despesas em relação à fixada. Em busca do equilíbrio da gestão pública, o objetivo é que o quociente seja menor

que 1.

Quociente de execução da despesa			
Exercícios	Despesa Executada (a)	Despesa Fixada (b)	Quociente (a/b)
2008	7.906.423.049,17	8.470.329.712,18	0,93
2009	9.302.250.416,68	9.821.600.304,03	0,95
2010	9.750.272.365,50	10.965.340.042,76	0,89
2011	10.929.548.944,73	12.311.541.732,70	0,89
2012	13.146.255.722,61	15.845.869.931,31	0,83

Pode-se afirmar que o Governo executou as Despesas conforme preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, com os seus gastos dando-se abaixo dos valores projetados.

c) Quociente do resultado orçamentário

Este quociente demonstra se a receita arrecadada foi suficiente para a cobertura da despesa executada.

Quociente do resultado orçamentário			
Exercícios	Receita Executada (a)	Despesa Executada (b)	Quociente (a/b)
2008	8.092.364.300,45	7.906.423.049,17	1,02
2009	8.810.494.846,69	9.302.250.416,68	0,95
2010	10.043.116.560,78	9.750.272.365,50	1,03
2011	10.667.042.751,90	10.929.548.944,73	0,98

Quociente do resultado orçamentário			
2012	13.336.935.320,49	13.146.255.722,61	1,01

Constata-se que a arrecadação nos anos de 2008, 2010 e 2012 cobriram as despesas e nos anos de 2009 e 2011 ficaram abaixo, todavia em quocientes próximos de 1, dentro da margem aceitável como normalidade.

14.1.2 Balanço Financeiro

No Relatório de Governo 2012, Protocolo 9279-7/2013, fl. 324 TCE-MT, encontra-se o Balanço Financeiro Consolidado do exercício de 2012. Segundo o artigo 103 da Lei Federal nº 4.320/64, o Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentárias, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que são transferidos para o exercício seguinte. Com esse procedimento apura-se no Balanço Financeiro o resultado financeiro do exercício.

No Balanço Financeiro a receita orçamentária é demonstrada por categorias econômicas, enquanto que a despesa é representada por função de governo.

As contas que expressam a posição financeira do exercício de 2012 estão

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E

indicadas de forma resumida conforme tabela a seguir:

Tabela 196: Balanço Financeiro Resumido 2012

RECEITAS		DESPESAS	
Título	R\$	Título	R\$
Receitas Orçamentárias	13.336.935.320,49	Despesas Orçamentárias	13.146.255.722,61
Receitas Correntes	11.891.062.660,98		
Receitas de Capital	1.445.872.659,51		
Receitas Extra-orçamentárias	12.147.937.479,45	Despesas Extra-orçamentárias	11.823.266.134,23
Saldo do Exercício Anterior		Saldo para o Exercício seguinte	
Disponível	800.511.065,25	Disponível	1.315.862.008,35
Total do Exerc. Anterior	800.511.065,25	Total p/ Exerc. Seguinte	1.315.862.008,35
TOTAL GERAL	26.285.383.865,19	TOTAL GERAL	26.285.383.865,19

Fonte: Balanço Geral do Estado 2012 – Anexo 13 fl. 324 TCE-MT

• RECEITAS ORÇAMENTÁRIA

O total da receita orçamentária realizada do Anexo 13 - Balanço Financeiro, confere com o Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, que totaliza R\$ 13.336.935.320,49 realizada (fl. 281 TCE-MT).

• DESPESA ORÇAMENTÁRIA

O total da despesa orçamentária realizada do Anexo 13 - Balanço Financeiro, confere com o Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, que totaliza R\$ 13.146.255.722,61 realizada (fl. 283 TCE-MT).

14.1.2.1 Análise do Resultado Financeiro

a) Análise comparativa do resultado financeiro apurado nos anos de 2008 a 2012

Exercício	Total das receitas orçamentárias e extra-orçamentárias (a)	Total das despesas orçamentárias e extra-orçamentárias (b)	Resultado financeiro do Exercício (a-b)
2008	17.852.955.750,60	17.582.670.002,43	270.285.748,17
2009	13.891.358.540,39	13.906.837.784,16	-15.479.243,77
2010	16.858.021.476,58	17.092.015.960,96	-233.994.484,38
2011	19.835.771.908,27	19.660.847.874,98	174.924.033,29
2012	25.484.872.799,94	24.969.521.856,84	515.350.943,10

Fonte: Anexo 13 – Balanço Financeiro / Relatório do Contador de 2008 a 2012 (site: www.sefaz.mt.gov.br) e Balanço Geral do Estado de 2012

Constata-se que o resultado financeiro obtido em 2012 foi o melhor nos últimos 5 anos e teve um crescimento de 195% em relação ao ano anterior.

b) Análise comparativa dos restos a pagar inscritos nos anos de 2008 a 2012

Comparativo dos restos a pagar inscritos nos anos de 2008 a 2012					
Exercício	2008	2009	2010	2011	2012
Valor inscrito	566,7	877,8	427,8	744,7	704,1
AH%	-	54,90%	-51,27%	74,09%	-5,45%

Fonte: Anexo 17 fl. 330 TCE-MT

O tabela acima demonstra um decréscimo de 6,74% em relação ao ano anterior. Destaca-se que no ano de 2011 houve um crescimento acentuado de 74,09% em relação ao ano de 2010, ano este que o valor ficou abaixo da normalidade.

c) Análise Comparativa do saldo do Disponível existente nos anos de 2008 a 2012

Comparação do saldo disponível que passa para o ano seguinte - anos de 2008 a 2012					
Exercício	2008	2009	2010	2011	2012
Saldo	875.060.760,11	859.581.516,34	625.587.031,96	800.511.065,25	1.315.862.008,35
AH%	-	-1,77%	-27,22%	27,96%	64,38%

Fonte: Anexo 13 – Balanço Financeiro / Relatório do Contador de 2008 a 2012 (site: www.sefaz.mt.gov.br) e Balanço Geral do Estado de 2012

Constata-se que o Estado obteve um crescimento do disponível de 64,38% em relação ao exercício anterior. Por sua vez o ano de 2011 em relação a 2010 teve um crescimento de 27,96%, após um histórico de decréscimo.

Destaca-se que o ano de 2012 em relação a 2010 teve um crescimento

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS
E
430

acumulado de 110,34%, evidenciando que houve capitalização de recursos para honrar os compromissos a pagar.

14.1.2.2 Análise do Balanço Financeiro por Quocientes

a) Quociente financeiro real da execução orçamentária

Quociente financeiro real da execução orçamentária			
Exercícios	Receita Executada (a) - Milhões	Despesa Orçamentária - Restos a Pagar (b) Milhões	Quociente (a/b)
2008	8.092,30	7.339,70	1,10
2009	8.810,40	8.424,40	1,05
2010	10.043,10	9.322,40	1,08
2011	10.687,00	10.184,80	1,05
2012	13.336,90	12.451,70	1,07

Fonte: Anexo 13 – Balanço Financeiro / Relatório do Contador de 2008 a 2012 (site: www.sefaz.mt.gov.br)

Este quociente demonstra quanto da receita orçamentária arrecadada foi utilizada para o pagamento das despesas orçamentárias, sendo que para apurar este quociente deve-se excluir do total das despesas os restos a pagar do exercício.

Nos anos de 2008 a 2012 os quocientes obtidos demonstram que as arrecadações foram suficientes para dar cobertura às despesas executadas, sendo que ainda sobrou recursos para efetivar os pagamentos de restos a pagar.

b) Quociente da execução orçamentária corrente

O quociente encontrado igual ou acima de 1 significa que as receitas correntes foram suficientes para pagar as despesas correntes e ainda sobrou recursos para pagar outras obrigações.

Quociente da execução orçamentária corrente			
Exercícios	Receita Corrente (a)	Despesa Corrente (b)	Quociente (a/b)
2008	8.027.572.803,45	6.247.769.727,13	1,28
2009	8.516.530.107,78	7.236.015.384,76	1,18
2010	9.424.090.803,52	7.990.461.817,44	1,18
2011	10.422.937.631,48	8.596.944.151,11	1,21
2012	11.891.062.660,98	9.583.735.754,56	1,24

Fonte: Anexos 12 e 13 Relatório do Contador de 2008 a 2012 (site: www.sefaz.mt.gov.br) e Balanço Geral do Estado de 2012

Em todos os exercícios analisados as Receitas Correntes foram suficientes para pagar as Despesas Correntes e houve sobras para pagamento de outras obrigações.

c) Quociente da execução orçamentária de capital

O quociente mostra se a Receita de Capital é suficiente para cobrir ou financiar a Despesa de Capital.

Quociente da execução orçamentária de capital			
Exercícios	Receita Capital (a)	Despesa Capital (b)	Quociente % (a/b)
2008	64.791.497,00	1.128.180.245,17	0,06

Quociente da execução orçamentária de capital			
2009	293.964.738,92	1.293.614.186,22	0,23
2010	619.025.757,26	1.347.487,08	459,39
2011	264.105.120,42	71.234.222,61	3,71
2012	1.445.872.659,51	2.555.257.791,63	0,57

Fonte: Anexos 12 e 13 Relatório do Contador de 2008 a 2012 (site: www.sefaz.mt.gov.br) e Balanço Geral do Estado de 2012

O quociente encontrado demonstra que no ano de 2012 as Receitas de Capital não foram suficientes para financiar as Despesas de Capital, sendo necessário utilizar recursos das Receitas Correntes.

d) Quociente da execução extra-orçamentária

Quociente da execução extra-orçamentária			
Exercícios	Receita extra-orçamentária (a)	Despesa extra-orçamentária (b)	Quociente (a/b)
2008	9.760.591.450,15	9.676.246.953,26	1,01
2009	5.080.863.693,69	4.604.587.367,48	1,10
2010	6.814.904.915,80	7.341.743.595,46	0,93
2011	9.148.729.156,37	8.731.298.930,25	1,05
2012	12.147.937.479,45	11.823.266.134,23	1,03

Fonte: Anexo 13 – Balanço Financeiro - Relatório do Contador de 2008 a 2012 (site: www.sefaz.mt.gov.br)

Este quociente demonstra a realização da Receita Extra-Orçamentária foi recebida em confronto com a Despesa Extra-Orçamentária.

Nos últimos 5 anos somente no exercício de 2010 as Receitas Extra-

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E

433

Orçamentárias não foram suficientes para cobrir as Despesas Extra-Orçamentárias.

e) Quociente do resultado da execução financeira

Este quociente demonstra a participação das Receitas sobre as Despesas. Sendo igual ou maior que 1 significa que as Receitas foram superiores às Despesas.

Quociente do resultado da execução financeira

Exercício	Total das receitas orçamentárias e extra-orçamentárias (a)	Total das despesas orçamentárias e extra-orçamentárias (b)	Quociente (a/b)
2008	17.852.955.750,60	17.582.670.002,43	1,02
2009	13.891.358.540,39	13.906.837.784,16	1,00
2010	16.858.021.476,58	17.092.015.960,96	0,99
2011	19.835.771.908,27	19.660.847.874,98	1,01
2012	25.484.872.799,94	24.969.521.856,84	1,02

Fonte: Anexo 13 – Balanço Financeiro / Relatório do Contador de 2008 a 2012 (site: www.sefaz.mt.gov.br) e Balanço Geral do Estado de 2012

Em todos os exercícios analisados houve equilíbrio entre as Receitas e as

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
434

Despesas, demonstrando que o Governo está cumprindo os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

f) Quociente do resultado dos saldos financeiros

Quociente do resultado dos saldos financeiros			
Exercícios	Saldo que passa para o exercício seguinte (a)	Saldo do exercício anterior (b)	Quociente (a/b)
2008	875.060.760,11	604.775.011,94	1,45
2009	859.581.516,34	875.060.760,11	0,98
2010	625.587.031,96	859.581.516,34	0,73
2011	800.511.065,25	625.587.031,96	1,28
2012	1.315.862.008,35	800.511.065,25	1,64

Fonte: Anexo 13 – Balanço Financeiro / Relatório do Contador de 2008 a 2012 (site: www.sefaz.mt.gov.br) e Balanço Geral do Estado de 2012

Este quociente demonstra o resultado financeiro do balanço financeiro, a relação entre os recursos das disponibilidades recebidos no início do exercício e o que foi deixado para o exercício seguinte.

O exercício de 2012 teve o melhor desempenho, tendo sido recebido R\$ 800,5 milhões e deixado R\$ 1.315,8 bilhão, havendo uma capitalização de R\$ 515,3 milhões.

14.1.3 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial representa a situação patrimonial nas entidades públicas e é composto de Ativo que representa Bens e Direitos e do Passivo, que representa as Obrigações e o Patrimônio Líquido.

O Ativo se desdobra em Ativo Financeiro (Disponíveis e Créditos) ; Ativo Não Financeiro (Ativo Permanente); Ativo Real; Passivo Financeiro e Não Financeiro; Passivo Real; Patrimônio Líquido. Contém também Contas de Compensação, conforme disciplinado pelos artigos nºs. 105 e 106 da Lei Federal nº 4.320/64.

Constatado divergência nos saldos do Ativo Compensado e Passivo Compensado, entre os valores constantes no Relatório de Governo 2011 – Processo 6736-9/2012 TCE-MT com relação aos valores apresentados no Relatório de Governo 2012 – Processo 9279-7/2013, conforme demonstrativo:

Tabela 197: Divergência entre os saldos do Ativo e Passivo Compensados – Governo - Exercícios 2012 / 2011

Conta	Saldo Relatório 2011	Saldo Relatório 2012	Diferença
Ativo Compensado	6.053.845.229,95	5.662.060.726,03	391.784.503,92
Passivo Compensado	6.053.845.229,95	5.662.060.726,03	391.784.503,92

Considera-se que o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2011 e entregue ao TCE-MT se trata do documento oficial que representa a situação patrimonial do Governo do Estado de MT e que quaisquer possíveis alterações devam ser efetuadas via lançamentos contábeis de ajustes no transcorrer do exercício seguinte, no caso no ano de 2012. Portanto, no Balanço Patrimonial entregue no ano de 2012, na coluna "Saldo Inicial", deveria ter sido informado os valores exatamente iguais ao Balanço Patrimonial do ano de 2011 que consta no Processo TCE-MT.

Não se procedendo da maneira descrita ocorre graves prejuízos quanto a confiabilidade do procedimento de mensuração e reconhecimento dos fatos contábeis, com reflexos negativos quando a confiabilidade das demonstrações contábeis e à transparência na divulgação dos atos da gestão pública para a sociedade.

Destaca-se que no Parecer do TCE-MT sobre as Contas de Governo do Ano de 2011 tem várias recomendações de ajustes (PASEP, Passivo Não Financeiro, Exigível a Longo Prazo, Restos a Pagar Processados), mas nenhuma recomendação sobre efetuar ajuste no Ativo e Passivo Compensados ou determinação para republicação do Balanço Patrimonial.

Abaixo demonstra-se a situação patrimonial consolidada do Estado de Mato Grosso em 31/12/2012 e a variação percentual em relação a posição em 31/12/2011, mediante análise horizontal e vertical:

Tabela 198: VARIAÇÃO (AH% / AV%) BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2012 E EM 31/12/2011 – GOVERNO MT - ATIVO

A T I V O	31/12/2012	31/12/2011	VARIAÇÃO		
TÍTULO	VALOR	VALOR	AV 2012	AV 2011	AH 12/11
ATIVO FINANCEIRO	2.749.696.247	1.980.836.693	6,82%	5,65%	38,81%
Ativo Financeiro a Curto Prazo	2.744.043.618	1.975.184.064	6,80%	5,63%	38,93%
Disponível	1.315.862.009	800.511.065	3,26%	2,28%	64,38%
Créditos em Circulação	1.428.181.609	1.174.672.999	3,54%	3,35%	21,58%
Ativo Financeiro a Longo Prazo	5.652.629	5.652.629	0,01%	0,02%	0,00%
Depósitos de Terceiros Longo Prazo	5.652.629	5.652.629	0,01%	0,02%	0,00%
ATIVO NÃO FINANCEIRO	27.476.422.993	27.434.504.536	68,11%	78,21%	0,15%
Ativo Não Financeiro a Curto Prazo	158.922.593	396.690.881	0,39%	1,13%	-59,94%
Créditos em Circulação	91.671.427	85.372.538	0,23%	0,24%	7,38%
Bens e Valores em Circulação	62.222.176	306.295.220	0,15%	0,87%	-79,69%
Valores Pendentes C P (Desp. Antecipadas)	5.028.990	5.023.123	0,01%	0,01%	0,12%
Ativo Não Financeiro a Longo Prazo	1.016.112.683	999.285.957	2,52%	2,85%	1,68%
Depósitos a Longo Prazo	695.533	688.283	0,00%	0,00%	1,05%
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	1.015.417.150	998.597.674	2,52%	2,85%	1,68%
Permanente	26.301.387.717	26.038.527.698	65,20%	74,23%	1,01%
Investimentos (Participações Societárias)	44.888.676	39.841.002	0,11%	0,11%	12,67%
Imobilizado	26.256.499.041	25.998.686.696	65,09%	74,12%	0,99%
Bens Imóveis	24.873.975.020	24.677.998.373	61,66%	70,35%	0,79%
Bens Móveis	1.482.537.584	1.394.650.584	3,68%	3,98%	6,30%
Bens Intangíveis	20.796.528	19.015.462	0,05%	0,05%	9,37%
(-) Depreciações, Amortiz. e	-120.810.091	-92.977.723	-0,30%	-0,27%	29,93%

Exaustões					
SUB-TOTAL DO ATIVO	30.226.119.240	29.415.341.229	74,93%	83,86%	2,76%
ATIVO COMPENSADO	10.113.068.970	5.662.060.726	25,07%	16,14%	78,61%
TOTAL GERAL DO ATIVO	40.339.188.210	35.077.401.955	100,00%	100,00 %	15,00%

Tabela 199: VARIAÇÃO (AH% / AV%) BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2012 E EM 31/12/2011 – GOVERNO MT - PASSIVO

P A S S I V O	31/12/2012	31/12/2011	VARIAÇÃO		
TÍTULO	VALOR	VALOR	AV 2012	AV 2011	AH 12/11
PASSIVO FINANCEIRO CURTO PRAZO	1.318.124.379	1.575.271.357	3,27%	4,49%	-16,32%
Consignações e Depósitos	342.502.662	305.802.723	0,85%	0,87%	12,00%
Obrigações em Circulação	374.679.961	725.609.254	0,93%	2,07%	-48,36%
Restos a Pagar Processados	366.615.504	347.289.953	0,91%	0,99%	5,56%
Restos a Pagar Não Processados	8.064.457	378.319.301	0,02%	1,08%	-97,87%
Obrigações Pendentes a Curto Prazo	600.941.756	543.859.380	1,49%	1,55%	10,50%
PASSIVO NÃO FINANCEIRO CURTO PRAZO	806.227.281	1.276.330.744	2,00%	3,64%	-36,83%
Obrigações em Circulação	806.227.281	1.276.330.744	2,00%	3,64%	-36,83%
PASSIVO NÃO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	18.843.158.780	17.085.929.082	46,71%	48,71%	10,28%
Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	18.843.158.780	17.085.929.082	46,71%	48,71%	10,28%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.258.608.801	9.477.810.046	22,95%	27,02%	-2,31%

SUB-TOTAL DO ATIVO	30.226.119.241	29.415.341.229	74,93%	83,86%	2,76%
PASSIVO COMPENSADO	10.113.068.970	5.662.060.726	25,07%	16,14%	78,61%
TOTAL GERAL DO PASSIVO	40.339.188.211	35.077.401.955	100,00 %	100,00 %	15,00%

Fonte: Anexo 14 – fls. 325 e 326 – Processo 9279-7/2013 TCE-MT

Análise das variações da posição patrimonial em 31/12/2012 em relação a 31/12/2011:

a) Variações patrimoniais positivas

O Ativo Total com o Compensado incluso cresceu 15,0% no ano de 2012 em relação ao ano de 2011, sendo 2,76% do Ativo (sem considerar o Compensado) e de 78,61% no Compensado.

O Ativo Financeiro teve um aumento de 38,81%, demonstrando um acréscimo de capitalização do Governo. A variação percentual além de expressiva deu-se sobre altos valores, decorrente do incremento de R\$ 515 milhões no Disponível e de R\$ 253 milhões em Créditos em Circulação.

Observa-se também variações positivas de 6,30% e de 9,37% no Ativo

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato

Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO

VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E

440

Permanente – Bens Móveis e Intangíveis.

b) Variações patrimoniais negativas

A variação negativa ocorrida no ano de 2012 em relação a 2011 deu-se na conta de Bens e Valores em Circulação – Ativo Não Financeiro a Curto Prazo, no percentual de 79,69%. Apesar do percentual elevado, representa uma redução de R\$ 244 milhões, inferior ao acréscimo total de R\$ 768 milhões ocorrida no item “a” anterior, que determinou a variação total positiva no exercício.

c) Análise patrimonial por quocientes

c.1. Quociente de Liquidez Imediata

Representada pela relação entre disponibilidades em relação ao Passivo Circulante. Indica a capacidade financeira do Governo honrar suas obrigações de curto prazo com seus recursos disponíveis.

Quociente de Liquidez Imediata				
Exercícios	Ativo Disponível (a)	Passivo Financeiro (b)	Diferença (a-b)	Quociente
2008	875.060.760	1.525.025.859	-649.965.099	0,5738
2009	859.581.516	1.621.741.844	-762.160.328	0,5300
2010	625.587.032	704.446.592	-78.859.560	0,8881

2011	800.511.065	1.575.271.357	-774.760.292	0,5082
2012	1.315.862.009	1.318.124.379	-2.262.370	0,9983

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado 2008 a 2012 / Relatório 6736-9/2012 TCE-MT 2011

O Resultado obtido no ano de 2012 tecnicamente demonstra que os recursos disponíveis são suficientes para honrar os compromissos, tratando-se do melhor resultado dos últimos 5 anos, caracterizando equilíbrio nas contas públicas, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Recomenda-se ao Governo projetar meta para conseguir resultado equivalente nos períodos futuros.

c.2) Quociente da Situação Financeira

Demonstra a capacidade de honrar as obrigações de curto prazo com o Ativo Financeiro.

Quociente da Situação Financeira				
Exercícios	Ativo Financeiro (a)	Passivo Financeiro (b)	Diferença (a-b)	Quociente
2008	1.940.067.274	1.525.025.859	415.041.415	1,27
2009	2.037.260.392	1.621.741.844	415.518.548	1,26
2010	1.316.173.884	704.446.592	611.727.292	1,87
2011	1.980.836.693	1.575.271.357	405.565.336	1,26

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
442

2012	2.749.696.247	1.318.124.379	1.431.571.868	2,09

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado 2008 a 2012 / Relatório 6736-9/2012 TCE-MT 2011

Este quociente evidencia a relação entre o Ativo e Passivo Financeiro. O quociente encontrado no ano de 2012 representa a existência de recursos de R\$ 2,09 para cada R\$ 1,00 de obrigações a pagar, constatando-se expressivo aumento de recursos no ano.

c.3) Quociente do Resultado Patrimonial

Quociente do Resultado Patrimonial				
Exercícios	Ativo Real (a)	Passivo Real (b)	Diferença (a-b)	Quociente
2008	11.445.013.318	9.309.398.970	2.135.614.348	1,23
2009	12.727.575.056	8.685.966.794	4.041.608.262	1,47
2010	14.734.954.831	7.734.347.433	7.000.607.398	1,91
2011	29.415.341.229	19.937.531.183	9.477.810.046	1,48
2012	30.226.119.240	20.967.510.440	9.258.608.800	1,44

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado 2008 a 2012 / Relatório 6736-9/2012 TCE-MT 2011

O quociente demonstra que o quanto para cada R\$ 1,00 de Obrigações Exigíveis o Estado dispõe de Bens, Créditos e Valores Realizáveis. O resultado evidencia pequena redução em relação ao ano de 2011, todavia comprova a capacidade de

pagamento para o Governo honrar seus compromissos.

d) Passivo Financeiro e Passivo Permanente

Pelo fato do Passivo Financeiro e o Passivo Permanente representarem as obrigações da entidade a curto e longo prazos e em função da sua importância para a verificação do equilíbrio fiscal do Estado, este tópico será analisado no Item “Dívida Pública” deste Relatório.

14.2. Demonstração das Variações Patrimoniais

As variações patrimoniais de uma entidade pública deverão ser demonstrada através da “Demonstração das Variações Patrimoniais” e segundo o art. 104 da Lei nº. 4.320/64 esta demonstração evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. As variações patrimoniais dividem-se em: Variações Ativas e Variações Passivas.

Apresenta-se a composição das Variações Patrimoniais do Estado de Mato Grosso no exercício de 2012:

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
444

a) Variações Ativas

Composição das Variações Patrimoniais Ativas – Valores Correntes			
Títulos	Exercícios / Valores		AH%
	2011	2012	
Resultantes da Execução Orçamentária	10.687.042.752	13.336.935.320	24,80%
Receitas Correntes e Intra-Orçamentárias	10.422.937.632	11.891.062.661	14,09%
Receitas de Capital	264.105.120	1.445.872.659	447,46%
Mutações Patrimoniais	1.129.389.220	2.316.352.318	105,10%
Administração Direta	954.296.192	2.177.891.224	128,22%
Administração Indireta	175.093.028	138.461.094	-20,92%
Independentes da Execução Orçamentária	28.027.843.408	2.654.937.469	-90,53%
Transferências Intragovernamentais	240.838.372	11.164.584	-95,36%
Administração Direta	161.182.608	11.164.147	-93,07%
Administração Indireta	79.655.764	437	-100,00%
Transferências Patrimoniais	1.082.428.277	54.218	-99,99%
Administração Direta	0	0	0,00%
Administração Indireta	1.082.428.277	54.218	-99,99%
Acréscimos Patrimoniais	26.704.576.759	2.643.718.667	-90,10%
Administração Direta	26.096.584.051	2.059.146.438	-92,11%
Administração Indireta	607.992.708	584.572.229	-3,85%
Total das Variações Ativas	39.844.275.380	18.308.225.107	-54,05%
Resultado Patrimonial (Déficit do Exercício)	0	219.201.245	0,00%
Total Geral	39.844.275.380	18.527.426.352	-53,50%

Fonte: Demonstração Das Variações Patrimoniais 2012 e 2011

As Variações Patrimoniais Ativas do exercício de 2012 em relação a 2011 tiveram um decréscimo nominal de 54,05%.

b) Variações Passivas

Composição das Variações Patrimoniais Passivas			
Títulos	Exercícios / Valores		AH%
	2011	2012	
Resultantes da Execução Orçamentária	10.929.548.945	13.146.255.723	20,28
Despesas Correntes e Intra-Orçamentárias	9.581.753.115	10.579.435.583	10,41
Despesas de Capital	1.347.795.830	2.566.820.140	90,45
Mutações Patrimoniais da Receita	44.173.344	1.410.002.325	3091,98
Administração Direta	40.482.159	1.405.672.491	3372,33
Administração Indireta	3.691.185	4.329.834	17,3
Independentes da Execução Orçamentária	26.393.350.444	3.971.168.304	-84,95
Transferências Intragovernamentais	244.002.325	11.050.860	-95,47
Administração Direta	157.725.072	11.049.894	-92,99
Administração Indireta	86.277.253	966	-100
Transferências Patrimoniais	1.146.683.401	54.218	-100
Administração Direta	0	54.218	100
Administração Indireta	1.146.683.401	0	-100
Decréscimos Patrimoniais	25.002.664.718	3.960.063.226	-84,16
Administração Direta	12.391.013.452	2.124.490.657	-82,85
Administração Indireta	12.611.651.266	1.835.572.569	-85,45
Total das Variações Passivas	37.367.072.733	18.527.426.352	-50,42
Resultado Patrimonial (Superávit do Exercício)	2.477.202.647	0	-100
Total Geral	39.844.275.380	18.527.426.352	-53,5

Fonte: Demonstração Das Variações Patrimoniais 2012 e 2011

As Variações Patrimoniais Passivas do ano de 2012 em relação ao ano de 2011 tiveram um decréscimo de 53,5% gerado em sua quase totalidade por “Decréscimos Patrimoniais” na Administração Direta e Indireta, com a redução do saldo em 2011 de R\$ 25,0 bilhões para R\$ 3,96 bilhões em 2012.

c) Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial é obtido pela diferença entre as Variações Ativas e as Variações Passivas. Encontra-se *Superávit* (variações ativas maiores) ou *Déficit* (variações passivas maiores).

Evolução do Resultado Patrimonial 2012 / 2011

Demonstração da Evolução do Resultado Patrimonial 2012 / 2011				
Exercícios	Variações Ativas (a)	Variações Passivas (b)	Diferença (a-b)	Quociente
2011	39.844.275.380	37.367.072.733	2.477.202.647	1,07
2012	18.308.225.107	18.527.426.352	-219.201.245	0,99

Fonte: Demonstração Das Variações Patrimoniais 2012 e 2011

No exercício de 2011 houve resultado superavitário de R\$ 2,477 bilhões e no exercício de 2012 um resultado deficitário de R\$ 219,2 milhões, gerado pela ocorrência de decréscimos patrimoniais da administração direta e indireta, com a redução do saldo em 2011 de R\$ 25,0 bilhões para R\$ 3,96 bilhões em 2012.

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
447

14.3. Análise dos Balanços dos Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública

O Balanço Geral do Estado constitui a prestação de contas que o Governador do Estado apresenta anualmente à Assembleia Legislativa. Torna-se um instrumento legal e informativo imprescindível à sociedade mato-grossense, no momento em que lhe permite obter informações que identificam a origem e destinação dos recursos públicos, avaliar se o Governo cumpriu as prioridades definidas em seu plano de governo bem como o desempenho geral e setorial da gestão pública.

Integram o Balanço Geral as demonstrações pertinentes às execuções orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, elaborados em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964 e da Lei Federal nº 6.404/1976 (atualizada pela Lei 11941/2009) e demais alterações, esta última aplicável às demonstrações financeiras das empresas públicas e sociedades de economia mista.

Orçamento Geral do Estado

A Lei Orçamentária Anual – LOA, Lei nº 9.686 de 28/12/2011 projetou as Receitas e Fixou as Despesas do Governo do Estado de Mato Grosso no valor de R\$ 13.001.940,075 e provocou alterações nos valores iniciais fixados no anexo pela Lei 9.606.

Nos demonstrativos da Lei 4320/1964 consta o valor orçado de R\$ 13.001.925,975,00 em função do Sistema FIPLAN não conter o valor de R\$ 14.100,00 referente a investimentos efetuados pelo Governo na empresa MT Fomento.

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
448

Abaixo apresenta-se a distribuição orçamentária do ano de 2012 por Poderes:

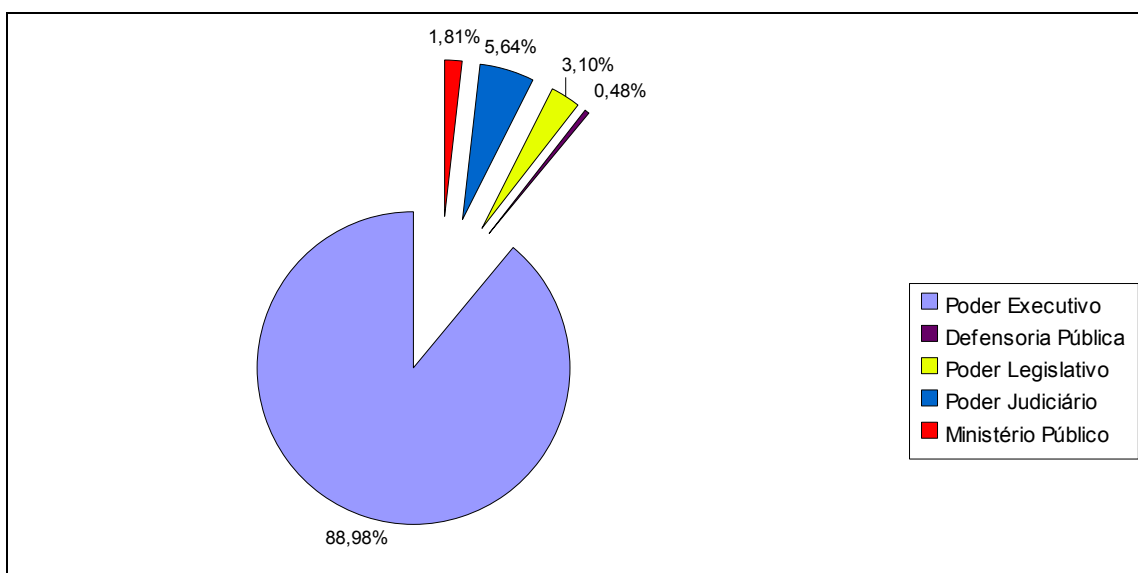
Tabela 200: Distribuição Orçamentária por Poderes

Descrição	Valor Orçado (R\$)	Percentual em relação ao total orçado
Poder Executivo	11.568.632.931,00	88,98%
Defensoria Pública	62.521.305,00	0,48%
Poder Legislativo	402.539.517,00	3,10%
Poder Judiciário	733.417.311,00	5,64%
Ministério Público	234.829.011,00	1,81%
Total	13.001.940.075,00	100,00%

Fonte: LOA 2012 – Lei 9686 de 28/12/2011 fl. 019 – Processo 25-6/2012 TCE-MT

Abaixo demonstra-se graficamente a participação dos Poderes no orçamento do Estado.

Gráfico x – Distribuição Orçamentária por Poderes



Fonte: Distribuição Orçamentária por Poderes

De acordo com os valores constantes da tabela 1 e gráfico 1, observa-se que entre os Poderes Estaduais o Executivo responde pela maior fatia do orçamento previsto, correspondente a 88,98%, seguido pelos Poderes Judiciário com 5,64% e pelo Legislativo com 3,10%, e com menor participação pelo Ministério Público com 1,81% e por último pela Defensoria Pública com 0,48%.

O quadro abaixo demonstra a Previsão orçamentaria e sua execução, considerando os valores de todos os Poderes do Estado no ano de 2012.

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
450

Previsão e Execução orçamentária 2012 - Governo

Previsão LOA Lei 9686	Acréscimos	Previsão Autorizada	Execução	Execução / Previsão Autorizada
13.001.940.075,00	2.744.029.856,31	15.745.969.931,31	13.146.255.722,61	83,49%

Fonte: Anexo 12 fl. 323 e Anexo 11 fl. 284 TCE-MT

Buscando ampliar o quadro informativo referente a gestão orçamentária e financeira estadual, foram elaboradas análises sintetizadas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como, do Tribunal de Contas, do Ministério Público e da Defensoria Pública, apresentadas a seguir:

14.3.1 Poder Executivo

O poder do Estado, nos moldes da constituição de um país, possui a atribuição de governar o povo e administrar os interesses públicos, cumprindo fielmente as ordenações legais.

No âmbito Estadual o chefe do Poder Executivo é o Governador de Estado auxiliado pelos Secretários Estaduais.

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E

451

O exercício das funções relativas ao Poder Executivo é feito através da Administração Direta, que compreende a estrutura administrativa do Governo Estadual e do Secretariado e da Administração Indireta, que é o conjunto dos entes personalizados (Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista) que prestam serviços públicos ou de interesse público.

a) Balanço Orçamentário

O valor orçado para o Poder Executivo Estadual pela Lei Orçamentária Anual – LOA, Lei 9686 de 28/12/2011 para o exercício de 2012 foi de R\$ 11.568.632.931,00 que deduzindo-se o valor de R\$ 14.100,00 referente ao investimento na MT Fomento, totaliza o valor de R\$ 11.568.618.831,00 para ser distribuído entre os órgãos do Executivo.

Os quadros abaixo objetivam avaliar a efetividade do planejamento efetuado pela LOA na distribuição da proposta de aplicação de recursos em comparação com os valores executados em cada órgão do executivo no final do exercício tomando-se como base o Relatório Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada – Anexo 12, fls. 283 a 323 TCE-MT, apresentados pelo Governo.

Procura-se identificar se os percentuais de valores realizados (coluna variações executado) atingiram a meta planejada, a partir de dois dados concretos, no caso

os valores realizados pelo Anexo 11 do Relatório de Governo em relação aos valores das dotações da LOA 2012, sem pretender acompanhar possíveis remanejamentos e ou contingenciamentos de dotações orçamentárias entre órgãos.

Metodologia de análise adotada: a) os recursos aprovados pela LOA (Previsão LOA); b) o valor total orçado (Total Orçado) conforme valores informados no Anexo 11 da Lei 4320/1964 anexados no relatório de Governo fls. 285 a 322 (Dotação Autorizada Total); c) identificar os acréscimos de dotação orçamentária (Acréscimo de Dotação) da LOA mediante comparação com o campo "Total Orçado" com "Previsão LOA"; d) identificar as variações do valor executado (Execução), em relação à Previsão da LOA e em relação ao Total Orçado.

O mesmo procedimento será adotado nos quadros demonstrativos dos demais poderes do governo estadual.

Demonstrativo da Execução Orçamentária do Poder Executivo Ano de 2012

04 - CASA CIVIL

Códigos / Órgãos	Previsão LOA	Acréscimo de Dotação	Total Orçado	Execução	Variações Executado	
					S/Previsão LOA	S/Total Orçado
04101 – Casa Civil	749.773.646,00	-720.239.101,44	29.534.544,56	23.835.485,15	3,18%	80,70%

05 - CASA MILITAR

Códigos / Órgãos	Previsão LOA	Acréscimo de Dotação	Total Orçado	Execução	Variações Executado	
					s/LOA	s/Total Orçado
05101 - Casa Militar	9.833.886,00	5.190.851,51	15.024.737,51	14.812.052,94	150,62%	98,58%

06 - AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Códigos / Órgãos	Previsão LOA	Acréscimo de Dotação	Total Orçado	Execução	Variações Executado	
					s/LOA	s/Total Orçado
06101 – Auditoria Geral do Estado	10.826.262,00	-115.889,25	10.710.372,75	10.646.347,73	98,34%	99,40%

07 - GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

Códigos / Órgãos	Previsão LOA	Acréscimo de Dotação	Total Orçado	Execução	Variações Executado	
					s/LOA	s/Total Orçado
07101 – Gabinete do Vice-Governador		8.108.198,76	8.108.198,76	7.141.528,39		88,08%
11303 – Gabinete do Vice-Governador → Considerado Inst Assist Saúde Servidores MT	108.374.919,00	5.340.239,58	113.715.158,58	107.349.620,86	99,05%	94,40%
12302 – Gabinete do Vice-Governador		89.978.616,68	89.978.616,68	85.373.394,45		94,88%
14101 – Gabinete do Vice-Governador → Considerado Secretaria de Educação	1.581.687.422,00	255.735.050,96	1.837.422.472,96	1.599.610.034,33	101,13%	87,06%
16101 – Gabinete do Vice-Governador → Considerado Secretaria da Fazenda	444.386.221,00	83.219.815,79	527.606.036,79	456.070.313,28	102,63%	86,44%
19101 – Gabinete do Vice-Governador → Considerado Secr Segurança Pública	918.643.774,00	-741.283.202,20	177.360.571,80	1.032.556.753,65	112,40%	582,18%

Códigos / Órgãos	Previsão LOA	Acréscimo de Dotação	Total Orçado	Execução	Variações Executado	
					s/LOA	s/Total Orçado
27101 – Gabinete do Vice-Governador → Considerado Secr Meio Ambiente	83.262.629,00	7.176.954,48	90.439.583,48	87.792.635,43	105,44%	97,07%
Sub-Total Gabinete Vice-Governador	3.136.354.965,00	-291.724.325,95	2.844.630.639,05	3.375.894.280,39	107,64%	118,68%
07301 – Agência Est Regulação Serv Públicos Delegados MT - AGER	8.776.065,00	2.269.068,95	11.045.133,95	8.692.306,85	99,05%	78,70%
Sub-Total AGER	8.776.065,00	2.269.068,95	11.045.133,95	8.692.306,85	99,05%	78,70%
07401 – Centro Processamento de Dados MT – CEPROMAT	42.247.240,00	14.161.944,16	56.409.184,16	52.708.962,13	124,76%	93,44%
Sub-Total CEPROMAT	42.247.240,00	14.161.944,16	56.409.184,16	52.708.962,13	124,76%	93,44%
TOTAL GABINETE DO VICE-GOVERNADOR	3.187.378.270,00	-275.293.312,84	2.912.084.957,16	3.437.295.549,37	107,84%	118,04%

Obs.: MT Fomento no valor de R\$ 14.100,00 não faz parte do Sistema FIPLAN

08 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Códigos / Órgãos	Previsão LOA	Acréscimo de Dotação	Total Orçado	Execução	Variações Executado	
					s/LOA	s/Total Orçado
09101 - Procuradoria Geral do Estado	139.788.237,00	14.213.312,71	154.001.549,71	153.034.103,23	109,48%	99,37%
08601 - Fundo de Aperfeiçoamento de Serviços Jurídicos – FUNJUS (conforme fl. 020 TCE-MT)	19.753.044,00	-9.124.312,00	10.628.732,00	9.534.586,80	48,27%	89,71%
TOTAL PROCURADORIA	159.541.281,00	5.089.000,71	164.630.281,71	162.568.690,03	101,90%	98,75%

11 - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
455

Códigos / Órgãos	Previsão LOA	Acréscimo de Dotação	Total Orçado	Execução	Variações Executado	
					s/LOA	s/Total Orçado
11101 – Secretaria de Estado de Administração	94.106.365,00	13.106.417,55	107.212.782,55	100.744.916,84	107,05%	93,97%
11601 – Fundo de Des do Sistema de Pessoal - FUNDESP	20.671.134,00	991.028,00	21.662.162,00	16.140.412,39	78,08%	74,51%
11602 – Fundo de Previdência do Estado de MT - FUNPREV	1.019.589.550,00	144.724.835,68	1.164.314.385,68	1.153.139.725,53	113,10%	99,04%
Total Secr Administração	1.134.367.049,00	158.822.281,23	1.293.189.330,23	1.270.025.054,76	111,96%	98,21%

Obs.: Inst Assist Saúde Servidores MT – LOA R\$ 108.374.919,00 considerado como 11303 – Gabinete do Vice-Governador

12 - SECRETARIA ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR

Códigos / Órgãos	Previsão LOA	Acréscimo de Dotação	Total Orçado	Execução	Variações Executado	
					s/LOA	s/Total Orçado
12101 – Secretaria Est Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar			18.074.686,46	11.204.261,76		
12401 – Secretaria Estado Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar			57.126.385,87	45.891.334,21		
Sub-Total Secr Des Rural	33.487.718,00	41.713.354,33	75.201.072,33	57.095.595,97	170,50%	75,92%
12301 – Instituto de Terras de MT - INTERMAT	28.475.375,00	27.704.405,98	56.179.780,98	38.176.600,97	134,07%	67,95%
Inst Defesa Agropecuária - INDEA	80.131.366,00	-80.131.366,00	0,00	0,00		
12501 – Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assist Técnica e Extensão Rural - EMPAER	47.404.459,00	-47.404.459,00	0,00	0,00		
TOTAL SECR DES RURAL	189.498.918,00	-58.118.064,69	131.380.853,31	95.272.196,94	50,28%	72,52%

13 - SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
456

Códigos / Órgãos	Previsão LOA	Acréscimo de Dotação	Total Orçado	Execução	Variações Executado	
					s/LOA	s/Total Orçado
13101 – Secretaria Estado Comunicação Social	30.062.698,00	8.715.200,00	38.777.898,00	37.924.811,47	126,15%	97,80%

14 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Obs.: considerado Unidade 07 – Gabinete Vice-Governador código 14101

15 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

Códigos / Órgãos	Previsão LOA	Acréscimo de Dotação	Total Orçado	Execução	Variações Executado	
					s/LOA	s/Total Orçado
Secret Estado Esporte e Lazer	3.982.098,00	-3.982.098,00				
15601 – Fundo Desenvolvimento Desportivo de MT - FUNDED	20.302.696,00	-7.702.334,16	12.600.361,84	10.549.140,35	51,96%	83,72%
TOTAL	24.284.794,00	-11.684.432,16	12.600.361,84	10.549.140,35	43,44%	83,72%

16 - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Obs.: considerado Unidade 07 – Gabinete Vice-Governador código 16101

17 - SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, MINAS E ENERGIA

Códigos / Órgãos	Previsão LOA	Acréscimo de Dotação	Total Orçado	Execução	Variações Executado	
					s/LOA	s/Total Orçado
17101 – Secretaria Estado da Indústria, Comércio, Minas e	12.884.767,00	6.900.254,79	19.785.021,79	14.350.658,87	111,38%	72,53%

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E

457

Códigos / Órgãos	Previsão LOA	Acréscimo de Dotação	Total Orçado	Execução	Variações Executado	
Energia						
17301 – Junta Comercial do Estado MT - JUCEMAT	8.223.392,00	0,00	8.223.392,00	5.768.255,95	70,14%	70,14%
17302 – Instituto de Pesos e Medidas de MT (Metrologia)-IMEQ	16.020.629,00	4.057.598,84	20.078.227,84	18.521.709,74	115,61%	92,25%
17501 – Companhia Matogrossense de Mineração- METAMAT	15.908.262,00	3.668.514,61	19.576.776,61	17.669.955,55	111,07%	90,26%
17502 – Companhia Matogrossense de Gás – MT Gás	8.500.000,00	3.500.000,00	12.000.000,00	2.530.197,69	29,77%	21,08%
17601 – Fundo de Desenvolvimento Industrial e Comercial - FUNDEIC	31.125.743,00	-25.594.856,60	5.530.886,40	2.455.594,96	7,89%	44,40%
TOTAL	92.662.793,00	-7.468.488,36	85.194.304,64	61.296.372,76	66,15%	71,95%

18 - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Códigos / Órgãos	Previsão LOA	Acréscimo de Dotação	Total Orçado	Execução	Variações Executado	
					s/LOA	s/Total Orçado
18101 – Secretaria Estado de Justiça e Direitos Humanos	220.687.597,00	17.255.332,92	237.942.929,92	215.967.072,02	97,86%	90,76%
18201 – Fundação Nova Chance	2.070.057,00	1.271.150,96	3.341.207,96	1.424.105,42	68,80%	42,62%
18601 – Fundo Estadual de Defesa do Consumidor	1.153.337,00	-94.234,90	1.059.102,10	572.692,15	49,66%	54,07%
TOTAL	223.910.991,00	18.432.248,98	242.343.239,98	217.963.869,59	97,34%	89,94%

19 - SECRETARIA DE ESTADO SEGURANÇA PÚBLICA

Obs.: considerado Unidade 07 – Gabinete Vice-Governador código 19101

20 - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Códigos / Órgãos	Previsão LOA	Acréscimo de Dotação	Total Orçado	Execução	Variações Executado	
					s/LOA	s/Total Orçado
20101 – Secretaria Estado de Planejamento e Coordenação Geral	36.050.730,00	-11.919.583,10	24.131.146,90	23.359.395,27	64,80%	96,80%

21 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Códigos / Órgãos	Previsão LOA	Acréscimo de Dotação	Total Orçado	Execução	Variações Executado	
					s/LOA	s/Total Orçado
21101 – Secretaria de Estado da Saúde	426.318.319,00	23.333.700,59	449.652.019,59	449.284.728,10	105,39%	99,92%
Fundo Estadual de Saúde - FES	560.690.401,00					
TOTAL	987.008.720,00	-537.356.700,41	449.652.019,59	449.284.728,10	45,52%	99,92%

22 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Códigos / Órgãos	Previsão LOA	Acréscimo de Dotação	Total Orçado	Execução	Variações Executado	
					s/LOA	s/Total Orçado
04103 – Secretaria de Trabalho e Assistência Social	46.635.708,00	896.174.911,86	942.810.619,86	272.437.863,92	584,18%	28,90%
22603 – Fundo da Infância e Adolescência - FIA	742.659,00	-553.225,45	189.433,55	39.664,65	5,34%	20,94%
22605 – Fundo Estadual de Amparo ao Trabalhador - FEAT	346.153,00	257.344,60	603.497,60	492.497,60	142,28%	81,61%
22606 – Fundo Partilhado de Investimentos Sociais - FUPIS	10.814.072,00	3.041.122,71	13.855.194,71	11.962.187,88	110,62%	86,34%
22607 – Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS	23.962.400,00	14.035.498,17	37.997.898,17	12.277.721,25	51,24%	32,31%
TOTAL	82.500.992,00	912.955.651,89	995.456.643,89	297.209.935,30	360,25%	29,86%

23 - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Códigos / Órgãos	Previsão LOA	Acréscimo de Dotação	Total Orçado	Execução	Variações Executado	
					s/LOA	s/Total Orçado
Secretaria de Estado de Cultura	35.400.526,00					

24 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Códigos / Órgãos	Previsão LOA	Acréscimo de Dotação	Total Orçado	Execução	Variações Executado	
					s/LOA	s/Total Orçado
24101 – Secretaria Estado de Desenvolvimento do Turismo	87.847.187,00	11.063.693,73	98.910.880,73	14.821.818,10	16,87%	14,99%

25 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E PAVIMENTAÇÃO URBANA

Códigos / Órgãos	Previsão LOA	Acréscimo de Dotação	Total Orçado	Execução	Variações Executado	
					s/LOA	s/Total Orçado
25101 – Secretaria Estado de Transporte e Pavimentação Urbana	1.367.475.377,00	-64.554.774,95	1.302.920.602,05	363.789.839,63	26,60%	27,92%
25301 – Departamento Estadual de Trânsito	158.567.195,00	-47.714.081,21	110.853.113,79	102.417.610,91	64,59%	92,39%
TOTAL	1.526.042.572,00	-112.268.856,16	1.413.773.715,84	466.207.450,54	30,55%	32,98%

26 - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Códigos / Órgãos	Previsão LOA	Acréscimo de Dotação	Total Orçado	Execução	Variações Executado	
					s/LOA	s/Total Orçado
21601 – Fundação Universidade do Estado de MT			659.037.146,55	631.773.867,19		

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E

460

Códigos / Órgãos	Previsão LOA	Acréscimo de Dotação	Total Orçado	Execução	Variações Executado	
26101 – Fundação Universidade do Estado de MT			83.451.845,45	39.059.449,41		
26201 – Fundação Universidade do Estado de MT			169.561.669,16	165.140.702,11		
Sub-Total Universidade MT	173.642.925,00	738.407.736,16	912.050.661,16	835.974.018,71	481,43%	91,66%
26202 – Fundação de Amparo a Pesquisa de MT	32.848.131,00	-13.964.433,81	18.883.697,19	8.985.044,43	27,35%	47,58%
15101 – Secretaria Estado Ciência e Tecnologia			3.577.466,54	3.179.954,70		
23101 – Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia			41.684.134,64	36.003.875,69		
Sub-Total Secr Ciência e Tecnol	44.540.898,00	720.703,18	45.261.601,18	39.183.830,39	87,97%	86,57%
TOTAL C. TECNOLOGIA	251.031.954,00	725.164.005,53	976.195.959,53	884.142.893,53	352,20%	90,57%

27 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

Obs.: considerado Unidade 07 – Gabinete Vice-Governador código 27101

28 - SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES

Códigos / Órgãos	Previsão LOA	Acréscimo de Dotação	Total Orçado	Execução	Variações Executado	
					s/LOA	s/Total Orçado
28101 – Secretaria de Estado das Cidades	190.468.321,00	-40.469.277,61	149.999.043,39	102.208.836,24	53,66%	68,14%
28501 – Companhia de Saneamento do Estado de MT	15.453.032,00	275.193,77	15.728.225,77	15.217.091,89	98,47%	96,75%
TOTAL	205.921.353,00	-40.194.083,84	165.727.269,16	117.425.928,13	57,02%	70,85%

30 - ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

Códigos / Órgãos	Previsão LOA	Acréscimo de Dotação	Total Orçado	Execução	Variações Executado	
					s/LOA	s/Total Orçado
30101 – Recursos sob supervisão da SAD	38.838.914,00	101.392.909,81	140.231.823,81	139.419.094,13	358,97%	99,42%
30102 – Recursos sob supervisão da SEFAZ	2.408.398.654,00	1.484.333.722,84	3.892.732.376,84	3.681.284.413,49	152,85%	94,57%
30103 – Recursos sob supervisão da SEPLAN	3.372.942,00					
TOTAL	2.450.610.510,00	1.582.353.690,65	4.032.964.200,65	3.820.703.507,62	155,91%	94,74%

31 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Códigos / Órgãos	Previsão LOA	Acréscimo de Dotação	Total Orçado	Execução	Variações Executado	
					s/LOA	s/Total Orçado
39901 – Reserva de Contingência	83.288.100,00		83.288.100,00			

Fonte: LOA 2012 Lei 9686 / Anexo 11 Governo 2012 fls. 283 a 323 TCE-MT

Em função de não constar no processo relatórios Anexo 11 demonstrando os valores orçados e executados de vários órgãos (Instituto de Assistência Saúde Servidores MT – Secretaria de Administração; Secretaria de Educação; Secretaria Esporte e Lazer; Secretaria da Fazenda; Secretaria Estado Segurança Pública; Fundo Estadual de Saúde; Secretaria da Cultura e Secretaria do Meio Ambiente), tomou-se como premissa que a operacionalização dos mesmos foi transferida para a responsabilidade do Gabinete do Vice-Governador.

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
462

O procedimento citado impossibilita visualizar as dotações orçamentárias e os valores realizados dos órgãos acima, prejudicando a transparência da gestão pública. Recomenda-se que os Anexos 11 futuramente sejam vinculados às Unidades ou órgãos de responsabilidade original, demonstrando as receitas e despesas totais de cada um, mesmo que o controle seja executado pelo Gabinete do Vice-Governador.

b) Comparativo da Receita Autorizada com a Despesa Realizada

RECEITA AUTORIZADA - I	DESPESA TOTAL - II	SALDO (I - II)	% DESPESA / RECEITA
14.065.797.620,93	11.473.642.719,01	2.592.154.901,92	81,57%

Na execução da Receitas Autorizada o Poder Executivo realizou 81,57%, restando um saldo positivo (Receita maior que a Despesa) de R\$ 2,592 bilhões.

14.3.2 DEFENSORIA PÚBLICA

A Defensoria Pública é a instituição essencial à função jurisdicional do

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
463

Estado e responsável pela orientação e defesa jurídicas da população carente, em todos os graus de jurisdição.

A Constituição Federal impõe à União, aos Estados e ao Distrito Federal o dever de oferecer assistência jurídica integral e gratuita a todos aqueles que não podem pagar honorários de advogados e custas de processos judiciais. Tal serviço jurídico, que constitui um direito fundamental de todo cidadão, deve ser prestado diretamente pelo Poder público, através dos Defensores Públicos.

a) Balanço Orçamentário

O valor orçado pelo Governo do Estado de Mato Grosso para a Defensoria Pública no ano de 2012 foi de R\$ 62.521.305,00. O comparativo orçado *versus* realizado encontra-se no quadro abaixo.

Demonstrativo da Execução Orçamentária da Defensoria Pública

Códigos/Órgãos	Previsão LOA	Acréscimo de Dotação	Total Orçado	Execução	Variações Executado	
					S/Previsão LOA	S/Total Orçado
10101 – Defensoria Pública do Estado de MT	62.521.305,00	14.255.240,31	76.776.545,31	64.558.110,54	103,26%	84,09%
TOTAL	62.521.305,00	14.255.240,31	76.776.545,31	64.558.110,54	103,26%	84,09%

Fonte: LOA 2012 Lei 9686 / Anexo 11 Governo 2012 fls. 283 a 323 TCE-MT

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
464

A execução orçamentária da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso atingiu 103,26% sobre o valor previsto na LOA 2012 e de 84,09% sobre o valor Total Orçado.

b) Comparativo da Receita Autorizada com a Despesa Realizada

RECEITA AUTORIZADA - I	DESPESA TOTAL - II	SALDO (I - II)	% DESPESA / RECEITA
76.776.545,31	64.558.110,54	12.218.434,77	84,09%

Na execução da Receitas Autorizada a Defensoria Pública realizou 84,09%, restando um saldo positivo (Receita maior que a Despesa) de R\$ 12,2 milhões.

14.3.3 Poder Legislativo e Tribunal de Contas

14.3.3.1 Poder Legislativo

O Poder Legislativo no âmbito estadual é exercido pelos deputados estaduais, que compõem a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, em que os deputados têm como principal função elaborar as leis necessárias e úteis à sociedade.

O processo legislativo compreende a elaboração, discussão, redação, alteração e consolidação das leis, poder constitucional cuja legitimidade é prevista na Constituição Federal da República Federativa do Brasil, complementada pela Constituição Estadual e pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

a) Balanço Orçamentário do Poder Legislativo

O valor orçado pelo Governo do Estado de Mato Grosso para a Poder Legislativo no ano de 2012 foi de R\$ 402.539.517,00. O comparativo orçado *versus* realizado encontra-se no quadro abaixo.

Demonstrativo da Execução Orçamentária do Poder Legislativo

Códigos/Órgãos	Previsão LOA	Acréscimo de Dotação	Total Orçado	Execução	Variações Executado	
					S/Previsão LOA	S/Total Orçado
01101-Assembleia Legislativa	206.855.065,00	106.197.503,00	313.052.568,00	312.828.081,44	151,23%	99,93%
01302-Diretoria Extinto FAP	10.974.079,00	5.412.407,18	16.386.486,18	16.243.297,78	148,02%	99,13%
01303-Inst Seguridade Serv P Leg	14.670.084,00	0,00	14.670.084,00	12.743.192,49	86,87%	86,87%
TOTAL	232.499.228,00	111.609.910,18	344.109.138,18	341.814.571,71	147,02%	99,33%

Fonte: LOA 2012 Lei 9686 / Anexo 11 Governo 2012 fls. 283 a 323 TCE-MT

A execução orçamentária do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso atingiu 147,02% sobre o valor previsto na LOA 2012 e de 99,33% sobre o valor Total

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
466

Orçado.

A Assembleia Legislativa teve o maior acréscimo orçamentário sobre a previsão da LOA em 151,23%, seguido pelo FAP em 148,02%.

b) Comparativo da Receita Autorizada com a Despesa Realizada

RECEITA AUTORIZADA - I	DESPESA TOTAL - II	SALDO (I - II)	% DESPESA / RECEITA
344.109.138,18	341.814.571,71	2.294.566,47	99,33%

Na execução da Receitas Autorizada o Poder Legislativo realizou 99,33%, restando um saldo positivo (Receita maior que a Despesa) de R\$ 2,294 milhões.

14.3.3.2 Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Os Tribunais de Contas enquadram-se no chamado controle legislativo sob o aspecto financeiro, que pode ser interno ou externo, por se situar em Administração diversa daquela onde a conduta ou ato administrativo se originou.

Esse controle financeiro é exercido pelo Poder Legislativo e pelas Cortes

de Contas e tem sua previsão constitucional nos artigos 70 a 75 da Constituição de 1988, na seção intitulada "da fiscalização contábil, financeira e orçamentária", que por sua vez encontra-se no capítulo relativo ao Poder Legislativo.

Pelo fato dos Tribunais de Contas estarem previstos constitucionalmente no capítulo dedicado ao Poder Legislativo, há doutrinadores que entendem estarem estas Cortes subordinadas àquele Poder. Contudo é amplamente dominante o entendimento de que não existe uma relação de subordinação, em função dos Tribunais de Contas não integrarem o Poder Legislativo nem estarem a ele subordinados. Portanto, existe uma relação de cooperação, conforme disposto no artigo 47 da Constituição Estadual de 1989:

Art. 47 – O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, é exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Estado ...

a) Balanço Orçamentário

Demonstrativo da Execução Orçamentária do Tribunal de Contas de MT

Códigos/Órgãos	Previsão LOA	Acréscimo de Dotação	Total Orçado	Execução	Variações Executado	
					S/Previsão LOA	S/Total Orçado
02101-Tribunal de Contas MT	170.040.289,00	33.206.615,79	203.246.904,79	202.805.308,41	119,27%	99,78%

Fonte: LOA 2012 Lei 9686 / Anexo 11 Governo 2012 fls. 283 a 323 TCE-MT

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
468

b) Comparativo da Receita Autorizada com a Despesa Realizada

RECEITA AUTORIZADA - I	DESPESA TOTAL - II	SALDO (I - II)	% DESPESA / RECEITA
203.246.904,79	202.805.308,41	441.596,38	99,78%

Na execução da Receitas Autorizada o Tribunal de Contas realizou 99,78%, restando um saldo positivo (Receita maior que a Despesa) de R\$ 441,5 mil.

14.3.4 Poder Judiciário

O Poder Judiciário brasileiro tem a função de administrar a Justiça garantindo que o princípio da legalidade seja observado.

No estado de Mato Grosso, o Poder Judiciário constitui-se do Tribunal de Justiça e do Fundo de Apoio ao Judiciário.

a) Balanço Orçamentário

O valor orçado pelo Governo do Estado de Mato Grosso para O Poder Judiciário no ano de 2012 foi de R\$ 733.417.311,00. O comparativo orçado *versus* realizado encontra-se no quadro abaixo.

Demonstrativo da Execução Orçamentária do Poder Judiciário

Códigos/Órgãos	Previsão LOA	Acréscimo de Dotação	Total Orçado	Execução	Variações Executado	
					S/Previsão LOA	S/Total Orçado
03101-Tribunal de Justiça MT	599.609.768,00	79.881.704,30	679.491.472,30	626.951.715,57	104,56%	92,27%
03601-Fundo de Apoio ao Judiciário	133.807.543,00	78.865.784,03	212.673.327,03	181.745.513,80	135,83%	85,46%
TOTAL	733.417.311,00	158.747.488,33	892.164.799,33	808.697.229,37	110,26%	90,64%

Fonte: LOA 2012 Lei 9686 / Anexo 11 Governo 2012 fls. 283 a 323 TCE-MT

A execução orçamentária do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso atingiu 110,26% sobre o valor previsto na LOA 2012 e 90,64% sobre o valor Total Orçado.

b) Comparativo da Receita Autorizada com a Despesa Realizada

RECEITA AUTORIZADA - I	DESPESA TOTAL - II	SALDO (I - II)	% DESPESA / RECEITA
892.164.799,33	808.697.229,37	83.467.569,96	90,64%

Na execução da Receitas Autorizada o Judiciário realizou 90,64%, restando um saldo positivo (Receita maior que a Despesa) de R\$ 83,6 milhões.

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
470

14.3.5 Ministério Público

O Ministério Público é instituição permanente e indispensável à função jurisdicional do Estado e suas principais atribuições são a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais.

O Ministério Público possui autonomia funcional e administrativa, abrangendo o Ministério Público da União e o Ministério Público dos Estados.

O Ministério Público Estadual subdivide-se em Procuradoria Geral de Justiça e Fundo de Apoio do Ministério Público de Mato Grosso.

a) Balanço Orçamentário

O valor orçado pelo Governo do Estado de Mato Grosso para o Ministério Público no ano de 2012 foi de R\$ 234.829.011,00. O comparativo orçado *versus* realizado encontra-se no quadro abaixo.

Demonstrativo da Execução Orçamentária do Ministério Público

Códigos/Órgãos	Previsão LOA	Acréscimo de Dotação	Total Orçado	Execução	Variações Executado	
					S/Previsão	S/Total

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E

					LOA	Orçado
08101 – Procuradoria Geral Justiça	234.746.106,00	28.511.825,76	263.257.931,76	254.242.782,08	108,31%	96,58%
08601 – Fundo de Apoio ao Ministério Público MT	82.905,00	434.086,01	516.991,01	495.001,49	597,07%	95,75%
TOTAL	234.829.011,00	28.945.911,77	263.774.922,77	254.737.783,57	108,48%	96,57%

Fonte: LOA 2012 Lei 9686 / Anexo 11 Governo 2012 fls. 283 a 323 TCE-MT

A execução orçamentária da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso atingiu 108,48% sobre o valor previsto na LOA 2012 e de 96,57% sobre o valor Total Orçado.

b) Comparativo da Receita Autorizada com a Despesa Realizada

RECEITA AUTORIZADA - I	DESPESA TOTAL - II	SALDO (I - II)	% DESPESA / RECEITA
263.774.922,77	254.737.783,57	9.037.139,20	96,57%

Na execução da Receitas Autorizada o Ministério Público realizou 96,57%, restando um saldo positivo (Receita maior que a Despesa) de R\$ 9,0 milhões.

15 MT SAÚDE

15.1 Legislação

O Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores de Estado - MT Saúde, criado pela Lei Complementar nº 127/2003 de 11/07/2003, tem por objetivo primordial a realização de operações de assistência à saúde dos servidores e pensionistas do Estado de Mato Grosso, bem como suas autarquias e fundações (art. 2º da LC 127/2003).

De acordo com o artigo 2º de seu Regimento Interno, o MT Saúde tem as seguintes finalidades:

- I – propor à Secretaria de Estado de Administração a Política de Assistência à Saúde dos servidores públicos e seus beneficiários, e outros se for o caso.
- II – estabelecer as prioridades de assistência à saúde e a alocação dos recursos necessários para o cumprimento, das Políticas de Assistência à Saúde definidas pelo Conselho Deliberativo.
- III – definir modelo de Assistência à Saúde a ser oferecido aos beneficiários.

Instituído sob a forma de autarquia e vinculado à Secretaria de Estado de Administração, o MT Saúde é dotado de personalidade jurídica de direito público, possui patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira (art. 1º da LC 127/2003).

O regulamento do MT Saúde, aprovado pelo Decreto nº 5.279/2005, apresenta o rol do procedimentos ambulatoriais e hospitalares cobertos pelo Plano Mato Grosso Saúde, bem com dos procedimentos excluídos da assistência (art. 2º e 3º), além de outras disposições relacionadas com a assistência à saúde.

15.2 Estrutura

Nos termos do Regimento Interno e do Decreto nº 802/2007, a estrutura organizacional básica e setorial do MT Saúde compreende as seguintes unidades e respectivos membros, cargos e funções:

UNIDADE	COMPOSIÇÃO
I – NÍVEL DE DECISÃO COLEGIADA	
1 - Conselho Fiscal	Presidente do MT Saúde
	01 Conselheiro efetivo e 01 suplente, indicado pelo Governador do Estado
	01 Conselheiro efetivo e 01 suplente, indicado pelo Secretário de Administração

	03 Conselheiros efetivos e 02 suplentes, indicados pelos servidores estaduais
2 - Conselho Deliberativo	Presidente do MT Saúde
	01 representante do Governo do Estado
	01 representante da Sec. de Administração
	01 representante dos servidores ativos
	01 representante dos servidores inativos

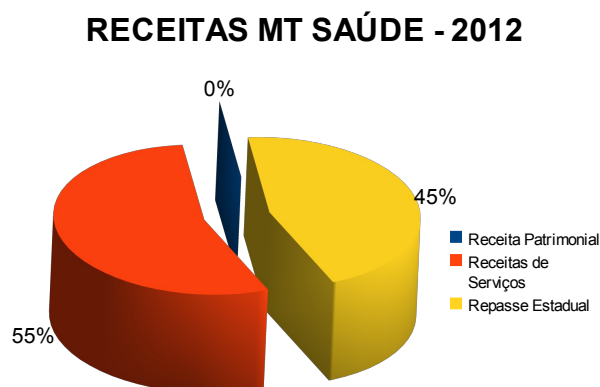
UNIDADE	CARGO EM COMISSÃO	FUNÇÃO DE CONFIANÇA
II – NÍVEL DE DIREÇÃO SUPERIOR		
1 - Presidência	Presidente	
III – NÍVEL DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR		
1 - Unidade de Assessoria	Assessor Técnico II	
IV – NÍVEL DE EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA		
1 - Coordenadoria de Programas de Saúde	Coordenador	
1.1 - Gerência de Assistência Social	Gerente III	
1.2 - Gerência de Assistência ao Plano de Saúde	Gerente III	
		Assistente de direção

15.3 Receitas e Despesas

Em 2012, as receitas do MT Saúde totalizaram R\$ 107.913.724,78. Desse total, R\$ 33.013,15 referem-se a receitas patrimoniais, R\$ 58.942.832,10 a receitas de serviços e R\$ 48.937.879,53 às transferências governamentais (repasses).

A receita do MT Saúde foi estimada em R\$ 108.347.919,00, portanto diante do total arrecadado no exercício (R\$ 107.913.724,78), constatou-se déficit de arrecadação no valor de R\$ 434.194,22.

Apresenta-se a seguir o demonstrativo das receitas arrecadadas no exercício:



Fonte: Balanço Orçamentário do MT Saúde - 2012, disponível em www.iomat.mt.gov.br

De acordo com o artigo 17 da Lei Complementar nº 127/2003, constituem receitas do MT Saúde:

- I - contribuições dos beneficiários, inclusive co-participação;
- II - contribuições suplementares, complementares ou extraordinárias autorizadas em lei;
- III - contribuição mensal do Estado, prevista em lei;
- IV - doações, legados, subvenções e outras rendas eventuais;
- V - reversão de qualquer importância;
- VI - prêmios e outras rendas provenientes de seguros e serviços efetuados pelo MATO GROSSO SAÚDE;
- VII - contribuições pela prestação de serviços a outras instituições legalmente autorizadas;
- VIII - juros, multas e correção monetária de pagamento de quantias devidas ao Instituto;
- IX - taxas, contribuições, percentagens e outras importâncias devidas em decorrência de prestação de serviços;
- X - rendas resultantes de locação de imóveis;
- XI - rendas resultantes de aplicações financeiras, inclusive dos fundos de reserva.

A receita de contribuição do Estado de Mato Grosso a que se refere o inciso III, tem por finalidade cobrir déficit orçamentário do MT Saúde, quando as receitas próprias forem insuficientes (art. 17, §1º, da LC 127/2003).

Importa mencionar que essa contribuição depende de lei regulamentadora, que até o momento não foi editada. A regulamentação tem por objetivo limitar a participação do Governo Estadual na cobertura do déficit.

Não obstante a ausência de regulamentação, a limitação dos repasses foi determinada por essa Corte de Contas no relatório de Contas Anuais de Governo do exercício de 2011.

A determinação visa desonerar o Governo Estadual do pagamento das despesas do plano de saúde, as quais foram consideradas irregulares e contrárias ao princípio da equidade e da universalidade da saúde pública.

Assim, durante o período de 5 anos (2013 a 2017), o Governo do Estado de Mato Grosso deverá limitar sua participação na cobertura do déficit do MT Saúde, com redução de 20% ao ano.

Essa medida é necessária, pois o volume de recursos repassados é significativo e, com a desoneração do Estado, esses recursos poderão ser utilizados em finalidades públicas que atendam um número maior de beneficiários.

Demonstram-se, a seguir, os repasses realizados pelo Governo Estadual ao MT Saúde nos últimos 5 anos:

Tabela 201: Demonstrativo da Evolução das Receitas do MT Saúde

Exercício	Receita de Serviço	Δ%	Outras Receitas Correntes	Δ%	Receitas Patrimoniais	Δ%	Repasse do Governo Estadual	Δ%	RECEITA TOTAL	Δ%
2008	42.248.626,76	-	139,33	-			31.262.050,97	-	73.510.817,06	-
2009	53.968.878,51	27,74					28.198.773,87	-9,80	82.167.652,38	11,78
2010	61.840.732,02	14,59					31.752.188,44	12,60	93.592.920,46	13,90
2011	72.262.730,19	16,85					54.185.669,41	70,65	126.448.399,60	35,10
2012	58.942.832,10	-18,43			33.013,15	-	48.937.879,53	-9,68	107.913.724,78	-14,66
TOTAL REPASSADO PELO GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO =>							194.336.562,22			

Fonte: Relatório de Contas Anuais do Governo de 2011, Balanço Orçamentário do MT Saúde de 2008 a 2012, disponível em www.fiplan.mt.gov.br.

Conforme demonstrado na tabela acima, os repasses do Governo Estadual nos últimos cinco anos somam R\$ 194.336.562,22. Esse montante seria suficiente para cobrir os gastos estaduais com Habitação, Saneamento, Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços no exercício de 2012, que juntos totalizaram R\$ 193.075.521,80.

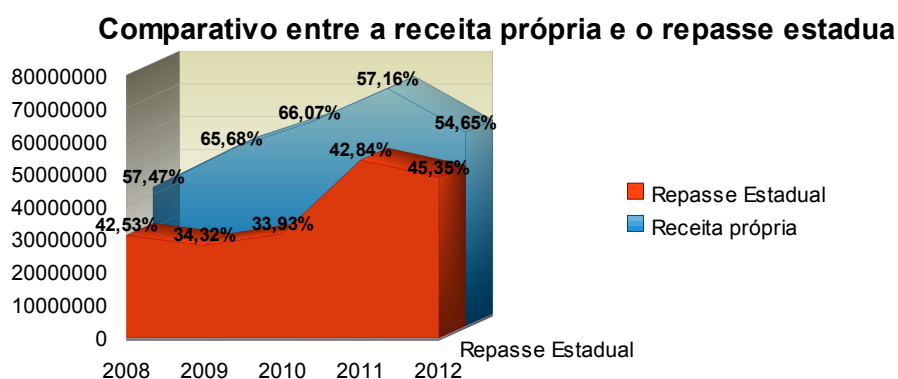
Observa-se uma redução de R\$ 5.247.789,88 no valor transferido pelo Estado em 2012 (R\$ 48.937.879,53), em relação ao repasse do exercício anterior (R\$ 54.185.669,41).

Não obstante a redução no valor gasto do Estado com a cobertura do déficit do MT Saúde, constata-se que o valor transferido em 2012 (R\$ 48.937.879,53) ainda está muito acima do valor médio transferido pelo Estado do período de 2008 a 2010 (R\$ 30.404.337,76).

Ademais, apesar da redução de 9,68% no valor do repasse estadual de 2012, a redução no valor da receita própria foi maior (18,43%), totalizando uma redução de 14,66% na receita total do MT Saúde.

Com o objetivo de demonstrar a participação da contribuição do Estado no total da receita do MT Saúde, apresenta-se a seguir o comparativo da receita própria com o repasse estadual:

Fonte: Relatório de Contas Anuais do Governo de 2011, Balanço Orçamentário do MT Saúde de 2008 a 2012, disponível em www.fiplan.mt.gov.br.



m razão da significativa redução de sua receita própria, em 2012 os recursos do Estado tiveram uma representatividade maior nas receitas do MT Saúde, tendo sido constatado um aumento da sua participação de 42,84%, em 2011, para 45,35%, em 2012.

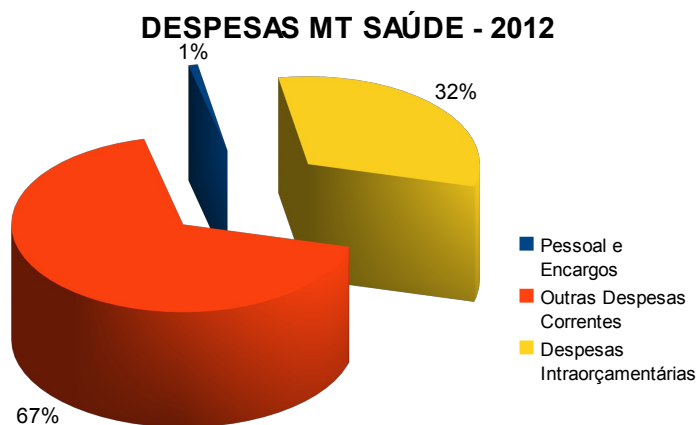
Assim, apesar da redução no valor da transferência estadual, a representatividade dessa receita frente à receita total da autarquia sofreu aumento de 2,51% em relação ao exercício anterior.

Por outro lado, a despesa do MT Saúde foi fixada em R\$ 113.715.158,58, tendo sido executado em 2012 o total de R\$ 107.349.620,86, resultando em uma economia orçamentária da ordem de R\$ 6.365.537,72.

Do total gasto em 2012, R\$ 1.369.654,77 referem-se a despesas com pessoal e encargos, R\$ 105.479.420,97 a outras despesas correntes e R\$ 500.545,12 a despesas intra-orçamentárias.

Assim, demonstra-se a seguir as despesas realizadas no exercício:

Fonte: Balanço Orçamentário do MT Saúde - 2012 (processo nº 8.810-2/2012, fls. 50 e 60/TCE-MT)



15.4 Resultado Orçamentário

Conforme se observa no demonstrativo do resultado da execução da orçamentária, sem o repasse do Governo Estadual a arrecadação do MT Saúde é insuficiente para o pagamento de suas despesas:

Tabela 202: Demonstrativo do Resultado da Execução Orçamentária

Descrição	Valores (R\$)
Receitas Próprias	58.975.845,25
Despesas	107.349.620,86
Déficit de execução orçamentária	-48.373.775,61
Repasse para cobertura de déficit	48.937.879,53
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	564.103,92

Fonte: Balanço Orçamentário do MT Saúde - 2012, disponível em www.iomat.mt.gov.br

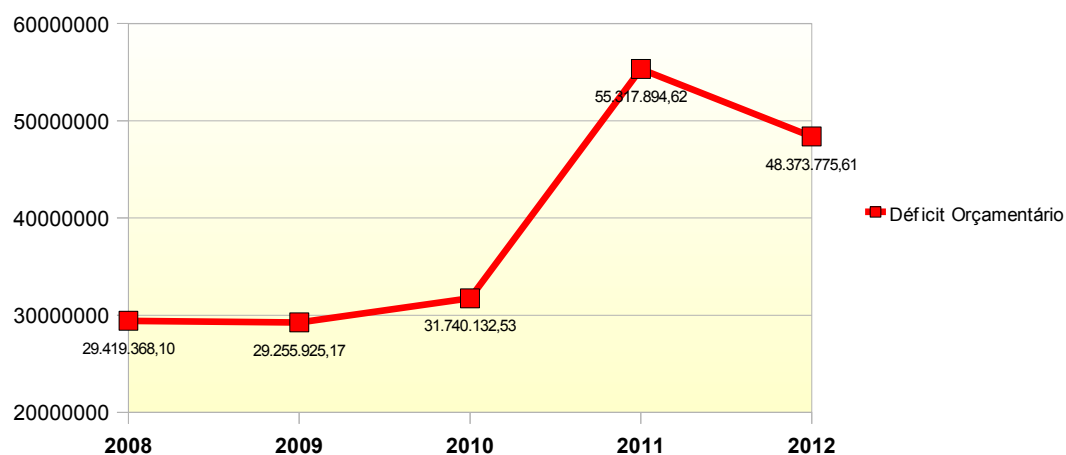
Para evidenciar a situação financeira do MT Saúde, demonstra-se a seguir o resultado da execução orçamentária dos últimos cinco exercícios, sem o valor do repasse do Governo Estadual:

Tabela 203: Resultado da Execução Orçamentária (sem repasse) - 2008 a 2012

Exercício	Receita Total (A)	Repasses (B)	Receita sem repasse (A-B = C)	Despesa (D)	Déficit Orçamentário (C-D)	Variação %
2008	73.510.817,06	31.262.050,97	42.248.766,09	71.668.134,19	-29.419.368,10	-
2009	82.167.652,38	28.198.773,87	53.968.878,51	83.224.803,68	-29.255.925,17	-0,56%
2010	93.592.920,46	31.752.188,44	61.840.732,02	93.580.864,55	-31.740.132,53	7,83%
2011	126.448.399,60	54.185.669,41	72.262.730,19	127.580.624,81	-55.317.894,62	42,62%
2012	107.913.724,78	48.937.879,53	58.975.845,25	107.349.620,86	-48.373.775,61	-14,36%
TOTAL	483.633.514,28	194.336.562,22	289.296.952,06	483.404.048,09	-194.107.096,03	-

Fonte: Relatório de Contas Anuais do Governo de 2011, Balanço Orçamentário do MT Saúde de 2008 a 2012, disponível em www.fiplan.mt.gov.br.

Resultado da Execução Orçamentária (sem repasse)



Fonte: Relatório de Contas Anuais do Governo de 2011, Balanço Orçamentário do MT Saúde de 2008 a 2012, disponível em www.fiplan.mt.gov.br.

Demonstra-se a seguir a participação da contribuição estadual na cobertura do déficit do MT Saúde:

Tabela 204: Participação do Governo do Estado na cobertura do déficit do MT Saúde

Exercício	Déficit	Repasses	Participação (%)
2008	29.419.368,10	31.262.050,97	106,26%
2009	29.255.925,17	28.198.773,87	96,39%
2010	31.740.132,53	31.752.188,44	100,04%
2011	55.317.894,62	54.185.669,41	97,95%
2012	48.373.775,61	48.937.879,53	101,17%
TOTAL	194.107.096,03	194.336.562,22	100,12%

Fonte: Relatório de Contas Anuais do Governo de 2011, Balanço Orçamentário do MT Saúde de 2008 a 2012, disponível em www.fiplan.mt.gov.br.

Portanto, apesar da redução de 14,36% no déficit orçamentário de 2012 em relação ao exercício anterior, a participação do Estado na cobertura do déficit não só aumentou, como foi maior que o próprio déficit.

Diante disso, verifica-se que o MT Saúde permanece dependente financeiramente do aporte de recursos do Tesouro Estadual, indicando que o plano de saúde dos servidores do Estado de Mato Grosso não é autossuficiente.

15.5 Custo *per capita* do MT Saúde

O Decreto nº 5.729/2005, alterado pelo Decreto 29/2011, fixou as contribuições dos segurados, dependentes e agregados vinculados ao MT Saúde, conforme demonstrado nas tabelas abaixo:

Tabela 205: Contribuição Mensal dos Segurados e Dependentes

Grupo	Faixa Salarial	Padrão (Piso)	Especial (Piso)
I	Até 500,00	43,69	65,32
II	De 501,00 a 900,00	60,67	130,65
III	De 900,00 a 1.500,00	118,91	232,56
IV	De 1.501,00 a 2.100,00	139,54	258,69
V	De 2.101,00 a 2.900,00	215,98	389,33
VI	Acima de 2.901,00	323,97	505,61

Fonte: Decreto nº 29/2011

Tabela 206: Contribuição Mensal dos Agregados

Grupo	Básico	Especial
0 a 18 anos	45.95	55.55
19 a 23 anos	90.47	118.29
24 a 28 anos	124.94	153.34
29 a 33 anos	127.62	175.72
34 a 38 anos	137.32	178.95
39 a 43 anos	148.06	195.77
44 a 48 anos	149.68	204.27
49 a 53 anos	237.72	291.82

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E

486

54 a 58 anos	240.60	323.76
59 anos ou +	345.61	577.87

Fonte: Decreto nº 29/2011

São beneficiários do MT Saúde: o titular (servidor) e seus dependentes, os quais estão elencados no rol artigo 5º, inciso IV, do Decreto nº 5.729/2005, abaixo transcrito:

Art. 5º Podem filiar-se ao PLANO MATO GROSSO SAÚDE:
(...)

IV- como DEPENDENTE dos Beneficiários:

- a) o cônjuge;
- b) o companheiro ou companheira reconhecido judicialmente na ausência de dependente na condição da alínea “a” deste inciso;
- c) o(a) filho(a) de qualquer condição menor de 18 (dezoito) anos;
- d) o(a) filho(a) solteiro(a), maior de 18 (dezoito) anos, absolutamente incapaz que esteja sob curatela;
- e) o(a) filho(a) solteiro(a) maior de 18 (dezoito) anos e menor de 24 (vinte e quatro) anos, desde que estudante de nível médio ou superior.

Ressalta-se que também podem ser beneficiários agregados do MT Saúde, além dos genitores do servidor e ex-cônjuge com direito a pensão, os menores de 18 anos que mantenham com o titular relação de dependência e coabitação, conforme previsto no artigo 5º, inciso V, do Decreto nº 5.729/2005.

No que se refere à contribuição dos agregados, constata-se o mesmo padrão dos demais planos de saúde, cuja estipulação do preço é realizada por grupo de faixa etária.

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
487

Ao comparar o valor da contribuição do MT Saúde para os planos básico e especial dos agregados, nota-se que o valor fixado para a faixa etária de 0 a 18 anos encontra-se abaixo da média de preços praticados pelo mercado, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 207: Comparativo entre valor praticado pelos planos de saúde

Planos	Cassi Família	Uniplan	Golden Care II	Média	MT Saúde			
					Agregados - Básico	%	Agregados - Especial	%
00 a 18 anos	211,94	139,35	85,00	145,43	45,95	31,60%	55,55	38,20%
19 a 23 anos	216,88	178,37	114,60	169,95	90,47	53,23%	118,29	69,60%
24 a 28 anos	229,26	189,52	115,74	178,17	124,94	70,12%	153,34	86,06%
29 a 33 anos	301,20	195,09	125,00	207,10	127,62	61,62%	175,72	84,85%
34 a 38 anos	321,52	213,21	126,25	220,33	137,32	62,33%	178,95	81,22%
39 a 43 anos	361,62	243,87	152,46	252,65	148,06	58,60%	195,77	77,49%
44 a 48 anos	519,12	341,42	208,42	356,32	149,68	42,01%	204,27	57,33%
49 a 53 anos	593,96	457,09	263,48	438,18	237,72	54,25%	291,82	66,60%
54 a 58 anos	758,59	512,76	276,65	516,00	240,60	46,63%	323,76	62,74%
+ de 59 anos	1.271,15	835,80	509,96	872,30	345,61	39,62%	577,87	66,25%

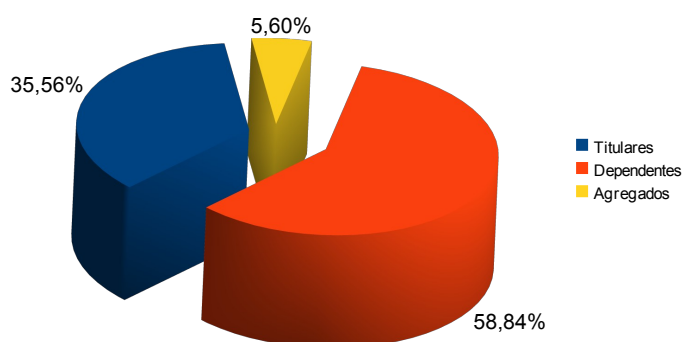
Fonte: Cassi e Planos de Saúde, disponíveis em www.cassi.com.br e www.planosdesaude.todosaqui.com.br

Cabe destacar que a contribuição dos demais segurados (titulares e dependentes) está vinculada apenas à faixa salarial do servidor. Assim, observa-se que para os servidores com salário superior a R\$ 2.100,00, o plano oferecido pelo MT Saúde é atrativo somente para aqueles com idade superior a 38 anos, se comparado com o preço médio praticado no mercado.

O modelo adotado, embora não onere excessivamente os salários dos servidores estaduais, contribui com a situação deficitária do plano de saúde, uma vez que, por ocasião da definição da contribuição, não foram considerados todos os riscos inerentes a cada faixa etária, assim como os custos dos serviços médicos demandados.

O MT Saúde encerrou o exercício de 2012 com 14.651 servidores, 24.245 dependentes e 2.307 agregados, perfazendo um total de 41.203 beneficiários.

BENEFICIÁRIOS DO MT SAÚDE - 2012



Fonte: MT Saúde/AGE-MT

A seguir, demonstra-se a evolução no número de beneficiários do MT Saúde, nos últimos 5 exercícios:

Tabela 208: Evolução do número de beneficiários do MT Saúde - 2008 a 2012

Exercício	Número de Beneficiários	Variação (%)
2008	47.266	-
2009	50.904	7,70%
2010	52.182	2,51%
2011	54.961	5,33%
2012	41.203	-25,03%

Fonte: MT Saúde/AGE-MT

Do exposto, constatou-se uma redução de 25% no quantitativo total de beneficiários do MT Saúde em relação ao exercício anterior.

Apresenta-se a seguir a evolução do custo e da receita *per capita* do MT Saúde:

Tabela 209: Custo e receita do MT Saúde per capita - 2008 a 2012

Exercício	Total de usuários	Receitas própria	Receita per capita/ano	Receita per capita/mês	Δ%	Despesa	Custo per capita/ano	Custo per capita/mês	Δ%
2008	47.266	42.248.766,09	893,85	74,49	-	71.668.134,19	1.516,27	126,36	-
2009	50.904	53.968.878,51	1.060,21	88,35	15,69%	83.224.803,68	1.634,94	136,24	7,26%
2010	52.182	61.840.732,02	1.185,10	98,76	10,54%	93.580.864,55	1.793,36	149,45	8,83%

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

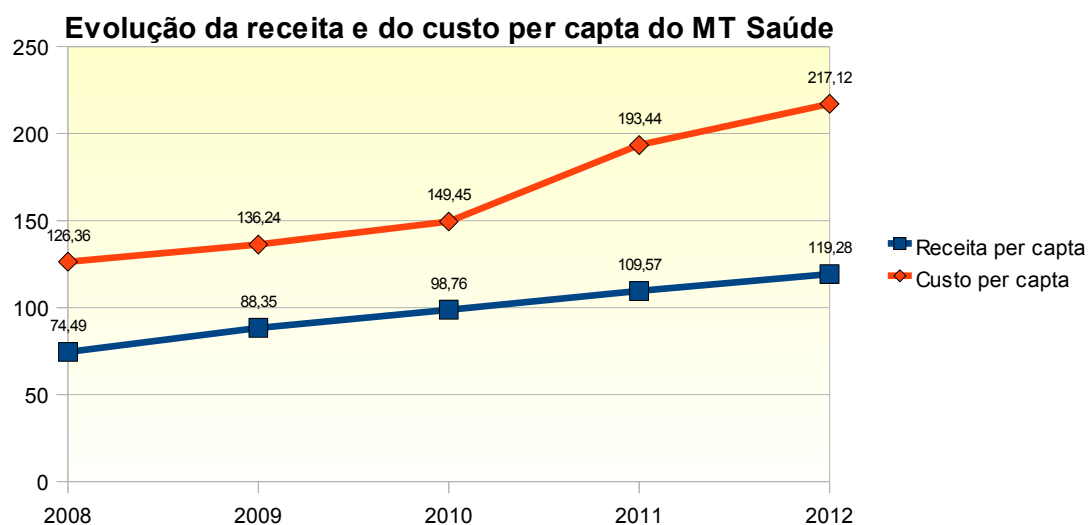
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E

490

2011	54.961	72.262.730,19	1.314,80	109,57	9,86%	127.580.624,81	2.321,29	193,44	22,74%
2012	41.203	58.975.845,25	1.431,35	119,28	8,14%	107.349.620,86	2.605,38	217,12	10,90%

Fonte: Relatório de Contas Anuais do Governo de 2011, Balanço Orçamentário do MT Saúde de 2008 a 2012, disponível em www.fiplan.mt.gov.br.



Fonte: Relatório de Contas Anuais do Governo de 2011, Balanço Orçamentário do MT Saúde de 2008 a 2012, disponível em www.fiplan.mt.gov.br.

Os dados demonstram que aumentou a disparidade entre as contribuições mensais recolhidas e o custo mensal per capta do plano, pois enquanto o crescimento da receita foi de 8,14%, o crescimento do custo foi de 10,90%.

F:\CONSELHEIRO
 NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
 Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
 VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E

Embora o desequilíbrio financeiro do MT Saúde tem sido verificado nos exercícios anteriores, a partir de 2011 constata-se um aumento no custo maior do que na receita, indicando a necessidade de uma reestruturação com o objetivo de equacionar tal discrepância, que tem resultado em sucessíveis déficits.

Considerando a recomendação do TCE/MT no parecer das Contas Anuais de 2011, a redução na participação do Estado para cobertura do déficit do MT Saúde deve ter início no exercício de 2013, na proporção de 20% ao ano.

Assim, com base no exercício de 2012, projeta-se a participação do Estado para os próximos 5 anos:

Tabela 210: Projeção do percentual máximo de participação do Estadona cobertura do déficit do MT Saúde - 2013 a 2017

Exercício	Participação Estado (%)	Participação do MT Saúde (%)	TOTAL (%)
2012	101,17	0,00	101,17
2013	80,94	19,06	100,00
2014	60,70	39,30	100,00
2015	40,47	59,53	100,00
2016	20,23	79,77	100,00
2017	0,00	100,00	100,00

Fonte: Elaborado com base no parecer prévio às Contas Anuais de 2011



TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO
Gabinete de Conselheiro
Conselheiro Domingos Neto
Telefone: 3613-7513 FAX: 3613-7512
e-mail: gab.domingosneto@tce.mt.gov.br

TCE/MT
Fls.: _____
Rub.: _____

Diante disso, recomenda-se o acompanhamento dos resultados do MT Saúde pela Auditoria Geral do Estado e pelas equipes técnicas desse Tribunal responsáveis pelas Contas Anuais do Governo nos próximos 5 exercícios, de forma a fiscalizar o cumprimento da medida que visa a desoneração dos cofres estaduais na cobertura do déficit do plano de saúde dos servidores do Estado de Mato Grosso.

16 AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DE GOVERNO

16.1 Relatório da Ação Governamental - RAG

O artigo 4º, inciso I, alínea “e”, da LRF determina a inclusão de normas relativas à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Nesse sentido, a Lei nº 9.606/2012, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o Estado de Mato Grosso no exercício de 2012, prevê a avaliação anual dos programas de governo mediante a elaboração do Relatório da Ação Governamental - RAG.

O RAG é operacionalizado por meio do Sistema FIPLAN, que dispõe de um módulo para o recebimento dos dados da execução orçamentária necessários à elaboração do Relatório.

De acordo com o Manual Técnico de elaboração do RAG, de autoria da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN, foi adotada a

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E

metodologia da Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP para a avaliação do cumprimento das metas física e financeira do exercício de 2012.

Importa ressaltar que a régua de parâmetros utilizada pela SEPLAN não obedece os mesmos intervalos percentuais adotados pela ABOP para mensuração do cumprimento de metas.

Demonstra-se a seguir o comparativo entre os parâmetros adotados pela SEPLAN e aqueles estipulados pela ABOP:

PARÂMETRO SEPLAN		PARÂMETRO ABOP ⁸	
% de cumprimento	Resultado	% de cumprimento	Resultado
Abaixo de 40%	Altamente deficiente	Abaixo de 85%	Altamente deficiente
De 40,01% à 60,00%	Deficiente	De 85,01% à 90,00%	Deficiente
De 60,01% à 80,00%	Regular	De 90,01% à 95,00%	Regular
De 80,01% à 90,00%	Bom	De 95,01 à 97,50%	Bom
De 90,01% à 100%	Ótimo	De 97,50% à 100%	Ótimo
De 100,01% à 110%	Ótimo	De 100% à 102,50%	Ótimo
De 110,01 à 120%	Bom	De 102,51 à 105%	Bom
De 120,01 à 140%	Regular	De 105,01 à 110%	Regular
De 140,01 à 160%	Deficiente	De 110,01 à 115%	Deficiente
acima de 160%	Altamente deficiente	acima de 115%	Altamente deficiente

Nota-se que a escala utilizada pela ABOP se restringe a uma variação de

8 Metodologia ABOP consta nos informativos nº 58, 60 e 67 da Associação Brasileira de Orçamento Público e foi utilizada no Relatório de Contas Anuais do Governo em 2006 pelo TCE/MT e em 2004 pelo TC/DF.

15% para mais ou para menos, enquanto que aquela adotada pela SEPLAN apresenta variação de 60%.

Do exposto, verifica-se que a graduação dos resultados foi quadruplicada sem que houvesse uma justificativa técnica pertinente. Diante disso, foi mantida a régua de parâmetros na escala definida pela metodologia da ABOP para avaliação da meta física.

Importa salientar a necessidade de observar primeiramente o cumprimento da meta física, de forma a avaliar a eficácia da ação governamental.

No que se refere à eficiência na aplicação dos recursos, a metodologia da ABOP não é adequada para avaliar a execução dos programas, pois não prevê uma ponderação da meta financeira em relação à meta física.

A avaliação da meta financeira exige uma avaliação mais criteriosa, já que a execução de despesa em valor abaixo do fixado no orçamento pode evidenciar várias situações, tais como: descumprimento da meta, economia de recursos, orçamento superestimado.

Assim, a demonstração do resultado da meta financeira ficará restrito ao percentual da despesa executada (valor liquidado) em relação ao valor fixado no orçamento, cuja análise será realizada ao final de cada demonstrativo.

16.2. Análise dos Programas de Governo

Apresenta-se, a seguir, a análise do cumprimento das metas física e financeira dos Programas de Governo executados no exercício de 2012:

Tabela 211: Acesso à Justiça (176)

Descrição da Ação (Produto/Unid. Med.)	Meta Física			Resultado	Meta Financeira		
	Prevista	Realizada	%		Dotação Final	Vlr.Liquidado	%
2941-Manutenção das Defensorias Regionais (defensoria atendida/unidade)	80	0	0,00	Altamente deficiente	655.951,58	601.601,54	91,71
4103-Melhoria do Atendimento à População (pessoa capacitada/pessoa)	50	0	0,00	Altamente deficiente	1.123.344,00	1.102.938,26	98,18
4356-Modernização e Aparelhamento das Defensorias (unidade modernizada/unidade)	50	0	0,00	Altamente deficiente	340.000,00	145.449,42	42,78
5156-Instalação das Defensorias Regionais (unidade instalada/unidade)	30	0	0,00	Altamente deficiente	550.000,00	200.000,00	36,36
TOTAL			I,NF		I,NF	I,NF	I,NF

Fonte: RAG 2012 e Relatório PLAN 63

O Programa “Acesso à Justiça” tem por objetivo viabilizar o pleno acesso do cidadão hipossuficiente à justiça, por meio da Defensoria Pública do Estado. O orçamento do programa, inicialmente fixado em R\$ 2,1 milhões, fechou o exercício com o valor total de R\$ 2.669.295,58. Deste total foi executado 76,80% da meta financeira, equivalente a R\$ 2.049.989,22, contudo não foi observada a realização da meta física,

evidenciando falha na informação prestada.

Tabela 212: Regularização Fundiária (208)

Descrição da Ação (Produto/Unid. Med.)	Meta Física			Resultado	Meta Financeira			
	Prevista	Realizada	%		Dotação Final	Vlr.Liquidado	%	
1390-Identificação de Situação Fundiária (lote cadastrado/unidade)	800	0	0,00	Altamente deficiente	4.714.295,93	2.392.988,92	50,76	
1391-Regularização de Áreas Rurais (título expedido/unidade)	300	297	99,00	Ótimo	313.980,81	67.897,60	21,62	
1824-Regul. Urbana dos Municípios (lote regularizado/unidade)	3.000	0	0,00	Altamente deficiente	3.852.426,47	104.745,52	2,72	
1825-Legalização de Loteamentos Urbanos (lote regularizado/unidade)	1.000	0	0,00	Altamente deficiente	3.113.129,39	314.952,44	10,12	
1832-Assentamentos Rurais (plano elaborado/unidade)	7	0	0,00	Altamente deficiente	33.185.360,16	23.936.724,24	72,13	
TOTAL			I,NF		I,NF	I,NF	I,NF	

Fonte: RAG 2012 e Relatório PLAN 63

O Programa “Regularização Fundiária” tem por objetivo promover a regularização dos loteamentos urbanos e rurais do Estado. O orçamento do programa, inicialmente fixado em R\$ 18,29 milhões, fechou o exercício com o valor total de R\$ 45.179.192,76. Deste total foi executado 59,36% da meta financeira, equivalente a R\$ 26.817.308,72.

Observa-se que, de forma geral, o cumprimento da meta física foi de 19,80%. No entanto, dos cinco projetos executados apenas um demonstra a realização da

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
498

meta física, evidenciando falha na informação da meta física dos demais projetos, já que a todos apresentam despesa liquidada.

O projeto 1391 (Regularização de Áreas Rurais) tinha uma previsão inicial de expedir 300 títulos. Ao final do exercício foi verificada a realização de 99% da meta física, resultando na expedição de 297 títulos. Cabe ressaltar que essa meta foi atingida com a realização de apenas 21,62% da meta financeira, podendo evidenciar falha no planejamento da despesa.

Tabela 213: Gestão do Patrimônio da Administração Pública Estadual (225)

Descrição da Ação (Produto/Unid. Med.)	Meta Física			Meta Financeira			
	Prevista	Realizada	%	Resultado	Dotação Final	Vlr.Liquidado	%
3773-Normat./Padroniz. dos Procedim. de Gestão Patrim. e de Serviços (norma implementada/percentual)	100	100	100,00	Ótimo	1.430.021,70	1.393.242,84	97,43
4434-Manut./Aperfeiçoam. do Sistema de Aquisições Governamentais (ação mantida/percentual)	100	80	80,00	Altamente deficiente	357.725,00	334.030,00	93,38
4435-Preservação dos Documentos da Administração Pública Estadual (documento preservado/unidade)	100	45	45,00	Altamente deficiente	400.000,00	1.320,00	0,33
4436-Promoção e Implementação da Gestão Arquivística (ação mantida/percentual)	100	80	80,00	Altamente deficiente	210.000,00	7.544,00	3,59
4437-Ambientalização do Prédio do Arquivo Público (reforma concluída/percentual)	100	10	10,00	Altamente deficiente	535.778,00	0,00	0,00
4438-Manter e Aperfeiçoar a Imprensa Oficial do Estado (imprensa mantida/percentual)	100	100	100,00	Ótimo	5.288.000,00	4.976.939,64	94,12

Descrição da Ação (Produto/Unid. Med.)	Meta Física			Resultado	Meta Financeira		
	Prevista	Realizada	%		Dotação Final	Vlr.Liquidado	%
5198-Implementação do Sistema Inform. de Gestão Patrimonial (sistema implementado/unidade)	1	1	100,00	Ótimo	0,00	0,00	0,00
TOTAL			I,NF		I,NF	I,NF	I,NF

Fonte: RAG 2012 e Relatório PLAN 63

O Programa “Gestão do Patrimônio da Administração Pública Estadual” tem por objetivo reduzir os gastos da administração pública através da economicidade nas aquisições e da racionalização do uso dos bens.

O orçamento do programa, inicialmente fixado em R\$ 6,40 milhões, fechou o exercício com o valor total de R\$ 8.221.524,70. Deste total foi executado 81,65% da meta financeira, equivalente a R\$ 6.713.076,48.

Observa-se o cumprimento de 73,57% da meta física. No entanto, nota-se inconsistência na informação da meta física da ação 5198 (Implantação do Sistema de Informatizado de Gestão Patrimonial), uma vez que foi constatado o cumprimento da meta física sem a respectiva execução de despesa. Se desconsiderada essa informação, o cumprimento da meta física do Programa 225 será de 59,29%.

Tabela 214: Fortalecimento do Controle Interno do Poder Executivo (228)

Descrição da Ação (Produto/Unid. Med.)	Meta Física			Resultado	Meta Financeira		
	Prevista	Realizada	%		Dotação Final	Vlr.Liquidado	%
4290-Aperfeiçoamento das Atividades de Auditoria Governamental (auditoria realizada/unidade)	63	63	100,00	Ótimo	52.946,29	49.041,15	92,62
4291-Coord./Realização de Procedim. Administrativos e Disciplinares (PAD instaurado/unidade)	480	480	100,00	Ótimo	43.137,00	41.382,09	95,93
4292-Ampliação e Fortalecimento da Participação e Controle Social (atendimento realizado/percentual)	40	3	7,50	Altamente deficiente	22.073,00	20.995,90	95,12
4293-Formação Continuada dos Servidores da AGE/MT (capacitação realizada/unidade)	5	5	100,00	Ótimo	22.286,46	17.963,16	80,60
5101-Estruturação da Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso (estruturação concluída/percentual)	40	6	15,00	Altamente deficiente	3.200,00	3.200,00	100,00
5102-Ampliação da Infraestrutura da TI e Software (equipamento adquirido/unidade)	37	37	100,00	Ótimo	88.887,72	23.041,00	25,92
5103-Realização da Etapa Estadual da Consocial (conferência realizada/unidade)	1	1	100,00	Ótimo	30.933,00	30.137,72	97,43
5192-Construção, Ampliação da Sede (sede construída/unidade)	70	0	0,00	Altamente deficiente	0,00	0,00	0,00
TOTAL			I,NF		I,NF	I,NF	I,NF

Fonte: RAG 2012 e Relatório PLAN 63

O Programa “Fortalecimento do Controle Interno do Poder Executivo” tem por objetivo contribuir com a melhoria do serviço público e dos procedimentos internos da Administração, visando o aperfeiçoamento da conduta dos servidores, o controle do gasto

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
501

público, a transparência, prevenção e combate à corrupção e o efetivo controle social.

O orçamento do programa, inicialmente fixado em R\$ 2,25 milhões, fechou o exercício com o valor total de R\$ 263.463,47. Deste total foi executado 70,51% da meta financeira, equivalente a R\$ 185.761,02.

No geral, o cumprimento da meta física desse programa foi de 65,31%. Das oito ações previstas no programa, não foi constatado o cumprimento da meta física em apenas três ações: 4292, 5101 e 5192.

Dessas três ações, apenas uma (Construção/ampliação da sede - 5192) não foi executada financeiramente. No que se refere às ações 4292 e 5101, observa-se o descumprimento da meta física prevista (7,5% e 15%, respectivamente), apesar da execução da meta financeira em percentual superior a 95%.

Tabela 215: Fortalecimento da Gestão do SUS (326)

Descrição da Ação (Produto/Unid. Med.)	Meta Física			Resultado	Meta Financeira		
	Prevista	Realizada	%		Dotação Final	Vlr.Liquidado	%
2978-Obras de Reformas/Ampliações na Rede de Atendim. em Saúde (unidade ampliada/unidade)	21	3	14,29	Altamente deficiente	4.439.561,73	521.048,37	11,74
2983-Implementação do Sistema Estadual de Regulação (município implementado/unidade)	40	0	0,00	Altamente deficiente	69.845.582,03	63.729.277,03	91,24
2985-Efetivação da Gestão de Planejamento e Finanças (ação realizada/percentual)	100	100	100,00	Ótimo	12.413,42	4.272,76	34,42

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E

502

Descrição da Ação (Produto/Unid. Med.)	Meta Física			Resultado	Meta Financeira		
	Prevista	Realizada	%		Dotação Final	Vlr.Liquidado	%
3745-Construção de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (unidade construída/unidade)	26	2	7,69	Altamente deficiente	12.119.853,97	457.916,76	3,78
4027-Gestão Administrativa da Escola de Saúde Pública (demanda atendida/percentual)	79	20	25,31	Altamente deficiente	28.508,20	13.210,20	46,34
4143-Implementação da Política de Gestão do Trabalho no SUS (política definida/unidade)	73	27	36,99	Altamente deficiente	630.996,79	630.995,95	100,00
4144-Implem./Fortalec. das Ações de Monit./Controle/Avaliação na SES (gestão monitorada/percentual)	100	100	100,00	Ótimo	45.603,20	40.999,84	89,91
4294-Consolidação Ações de Auditoria em Consonância com SUS (auditoria realizada/percentual)	100	65	65,00	Altamente deficiente	20.645,00	17.450,00	84,52
4295-Fortalecimento da Comissão Intergestora Bipartite (resolução aprovada/percentual)	100	100	100,00	Ótimo	442.899,38	352.519,67	79,59
4296-Formação e Qualificação dos Trab. e Agentes Sociais no SUS (pessoa inserida/pessoa)	4.285	1.099	25,65	Altamente deficiente	4.400.520,83	3.881.802,29	88,21
4297-Gestão de Políticas Estratégicas de Saúde (política avaliada/percentual)	100	100	100,00	Ótimo	812.185,00	189.107,67	23,28
4298-Ampliação/Fortalec. Participação e Controle Social em Defesa do SUS (gestão monitorada/percentual)	100	100	100,00	Ótimo	482.177,28	323.171,98	67,02
4299-Fortalecimento da Gestão Regionalizada do SUS (esc.reg.implementado/percentual)	100	30	30,00	Altamente deficiente	460.953,00	388.166,30	84,21
5113-Modernização da Tecnologia da Informação na SES (projeto implantado/unidade)	3	1	33,33	Altamente deficiente	1.784.554,39	749.149,99	41,98

Descrição da Ação (Produto/Unid. Med.)	Meta Física			Resultado	Meta Financeira		
	Prevista	Realizada	%		Dotação Final	Vlr.Liquidado	%
5114-Implem. da Ouvidoria do SUS no Estado e Apoio às dos Municípios (ouvidoria implantada/unidade)	15	18	120,00	Altamente deficiente	16.661,02	16.549,30	99,33
TOTAL			I,NF		I,NF	I,NF	I,NF

Fonte: RAG 2012 e Relatório PLAN 63

O Programa “Fortalecimento da Gestão do SUS” tem por objetivo aperfeiçoar a capacidade de gestão da Secretaria de Estado de Saúde efetivando as ações previstas nos instrumentos de planejamento.

O orçamento do programa, inicialmente fixado em R\$ 69,70 milhões, fechou o exercício com o valor total de R\$ 95.543.115,24. Deste total foi executado 74,64% da meta financeira, equivalente a R\$ 71.315.638,11.

Foi observado o cumprimento de 57,22% da meta física do programa. Das quinze ações previstas no programa, somente cinco tiveram a meta física cumprida adequadamente.

Importa ressaltar que, apesar do resultado atribuído (altamente deficiente), a ação 5114 (Implementação da ouvidoria do SUS e apoio às dos Municípios) demonstra ter superado a meta física prevista em 20%, com liquidação da despesa correspondente a 99% do valor fixado no orçamento.

Por outro lado, constata-se que a meta física da ação 2983

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E

504

(Implementação do Sistema Estadual de Regulação) não foi cumprida, apesar de ter sido executada 91,24% da meta financeira, com a liquidação de R\$ 63.729.277,03.

Além disso, há que se destacar que a ação 4143 (Implementação da Política de Gestão do Trabalho no SUS) apresentou um dos piores resultados do programa, já que foi constatada a aplicação de 100% do recurso, mas o cumprimento da meta física atingiu apenas 36,99% do previsto.

Tabela 216: Ampliação do Acesso de Forma Equitativa e com Qualidade ao SUS (327)

Descrição da Ação (Produto/Unid. Med.)	Meta Física			Resultado	Meta Financeira		
	Prevista	Realizada	%		Dotação Final	Vlr.Liquidado	%
2964-Qualif./Monit./Coop./Repasse Financeiro p/ Assist. Farmacêutica (município apoiado/unidade)	141	141	100,00	Ótimo	5.663.823,77	5.655.894,98	99,86
2970-Efetivação/Implem. dos Serv. Especializ. de Saúde ao Deficiente (procedimento realizado/unidade)	1.334.776	956.105	71,63	Altamente deficiente	5.642.237,54	2.209.663,24	39,16
2977-Operacionalização da Gestão Plena do SUS (repasse efetuado/percentual)	100	98	98,00	Ótimo	86.114.088,19	79.626.747,27	92,47
2980-Operacionaliz. Interestadual do Tratamento Fora do Domicílio (paciente encaminhado/unidade)	2.000	2.498	124,90	Altamente deficiente	12.243.631,00	11.085.618,67	90,54
3917-Consolidação das Ações Programáticas nos Municípios/MT (serviço implementado/percentual)	25	25	100,00	Ótimo	2.933.078,70	1.048.552,92	35,75
4157-Coordenar Organiz. da Rede Atenção Média/Alta Complexidade (serviço organizado/unidade)	18	12	66,67	Altamente deficiente	94.320.752,58	92.026.168,32	97,57

Descrição da Ação (Produto/Unid. Med.)	Meta Física			Resultado	Meta Financeira		
	Prevista	Realizada	%		Dotação Final	Vir.Liquidado	%
4243-Manuten. do Centro Est. de Refer.de Média/Alta Complexidade (unidade mantida/unidade)	1	1	100,00	Ótimo	478.893,80	365.850,77	76,39
4244-Manuten. do Centro Estadual de Odontol. p/ Pacientes Especiais (unidade mantida/unidade)	1	1	100,00	Ótimo	391.347,60	207.024,16	52,90
4300-Consolidação do MT Laboratório como Referência Est. (laboratório monitorado/percentual)	25	22	88,00	Altamente deficiente	2.007.831,00	1.101.979,83	54,88
4301-Coordenação do Serviço de Atend. Móvel de Urgência - Samu (unidade instalada/unidade)	3	3	100,00	Ótimo	2.015.426,28	1.339.922,96	66,48
4302-Assist. Hemot./Hemat. Amb., Fornecim. de Hemocomponentes e Hemoderiv. aos Usuários SUS (candidato à doação/pessoa)	59.824	47.819	79,93	Altamente deficiente	10.403.253,72	4.041.634,40	38,85
4303-Co-Financ. p/ Manut./Ampl. do Acesso Serv. Atenção Primária (equipe ampliada/unidade)	1.053	1.040	98,77	Ótimo	54.760.485,29	44.498.870,59	81,26
4304-Fortalec.da Gestão, Monitor./ Avaliação da Atenção Primária (mun. c/ ind. alcançado/percentual)	74	45	60,81	Altamente deficiente	2.632.794,78	1.924.109,50	73,08
4305-Gestão do Sist. Est. de Vigil. em Apoio à Rede de Atenção (atividade executada/percentual)	70	90	128,57	Altamente deficiente	4.061.985,79	2.263.516,73	55,72
4306-Gestão do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária (ação desenvolvida/unidade)	6.338	4.933	77,83	Altamente deficiente	1.071.735,91	592.160,89	55,25
4308-Prom./Artic. Interset. p/ a Efetiv. Polít. Human./Prom. Saúde (ação desenvolvida/percentual)	100	70	70,00	Altamente deficiente	257.605,00	88.617,59	34,40
4309-Gerenc. das Unidades sob Gestão de Organizações Sociais (unidade supervisionada/unidade)	13	8	61,54	Altamente deficiente	188.682.032,93	177.667.423,02	94,16

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E
506

Descrição da Ação (Produto/Unid. Med.)	Meta Física			Resultado	Meta Financeira		
	Prevista	Realizada	%		Dotação Final	Vlr.Liquidado	%
4384-Gest./Prom./Adm. da Assist. Farmacêutica no Âmbito Estadual (usuário atendido/unidade)	30.000	42.000	140,00	Altamente deficiente	46.104.187,90	32.750.650,42	71,04
5115-Implem. do Sist. Est. de Vigil. em Saúde-Mod. Atenção à Saúde (projeto elaborado/unidade)	25	25	100,00	Ótimo	808.108,00	357.421,57	44,23
5117-Implantação da Política Est. de Transplantes de MT (doação efetivada/unidade)	10	116	1.160,00	Altamente deficiente	277.572,75	238.422,32	85,90
TOTAL			I,NF		I,NF	I,NF	I,NF

Fonte: RAG 2012 e Relatório PLAN 63

O Programa “Ampliação do Acesso de Forma Equitativa e com Qualidade ao SUS” tem por objetivo ampliar a capacidade e a qualidade da oferta de serviços de atenção primária, reorganizar e integrar a rede de atenção a saúde de média e alta complexidade de forma regionalizada, reorganizar a assistência farmacêutica e a gestão de outros insumos da saúde e consolidar a vigilância em saúde.

O orçamento do programa, inicialmente fixado em R\$ 451,80 milhões, fechou o exercício com o valor total de R\$ 520.870.872,53. Deste total foi executado 88,14% da meta financeira, equivalente a R\$ 459.090.250,15.

Foi observado o cumprimento de 146,33% da meta física do programa. Não obstante a isso, das vinte ações previstas no programa, doze apresentaram resultado altamente deficiente.

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E

507

Há que se destacar que o elevado percentual de cumprimento da meta física decorre de ações com resultado muito acima do previsto. São elas: 4305 (Gestão do Sist. Est. de Vigil. em Apoio à Rede de Atenção), 4384 (Gest./Prom./Adm. da Assist. Farmacêutica no Âmbito Estadual) e 5117 (Implantação da Política Est. de Transplantes de MT), cujo resultado da meta física foi de 128,27%, 140% e 1.160%, respectivamente. Essa situação pode evidenciar falha de planejamento, já que a meta financeira não foi cumprida integralmente, tendo atingido respectivamente os seguintes percentuais: 55,72%, 71,04% e 85,90%.

Os piores resultados foram constatados nas ações 4157 (Coordenar Organiz. da Rede Atenção Média/Alta Complexidade) e 4309 (Gerenciam. das Unidades sob Gestão de Organizações Sociais). Essas ações apresentaram um resultado de 66,67% e 61,54%, respectivamente, no cumprimento da meta física, enquanto a meta financeira realizada foi de 97,57% e 94,16%.

Tabela 217: Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços, Minas e Energia (328)

Descrição da Ação (Produto/Unid. Med.)	Meta Física			Resultado	Meta Financeira		
	Prevista	Realizada	%		Dotação Final	Vlr.Liquidado	%
1270-Desenvolvimento de Sistemas Informatizados (sistema implantado/unidade)	18	0	0,00	Altamente deficiente	79.912,00	5.435,29	6,80
1567-Serviços de Perfuração e Montagem de Poços Tubulares (poço tubular prof. perfurado/metro)	3.021	1.571	52,00	Altamente deficiente	693.010,00	527.210,00	76,08
1837-Incentivo a Projetos de Fomento Industrial e Comercial (empresa beneficiada/unidade)	77	46	59,74	Altamente deficiente	3.159.341,19	2.225.597,79	70,44

Descrição da Ação (Produto/Unid. Med.)	Meta Física			Resultado	Meta Financeira		
	Prevista	Realizada	%		Dotação Final	Vlr.Liquidado	%
1842-Coordenação do Mapeamento Geológico do Estado (área mapeada/quilômetro quadrado)	36.000	0	0,00	Altamente deficiente	2.289.040,00	4.275,00	0,19
1845-Apoio a Projetos de Fontes Alternativas de Energia (projeto desenvolvido/unidade)	2	0	0,00	Altamente deficiente	330.311,00	0,00	0,00
1846-Elaboração do Balanço Estadual de Energia (balanço elaborado/percentual)	25	0	0,00	Altamente deficiente	1.349.720,00	786.990,00	58,31
1849-Fomento ao Desenvolvimento do Comércio Exterior (unidade mantida/unidade)	10	0	0,00	Altamente deficiente	0,00	0,00	0,00
1850-Fomento ao Desenvolvimento Interno do Comércio e de Serviços (empresa atendida/unidade)	1.000	0	0,00	Altamente deficiente	425.638,66	143.673,00	33,75
1855-Fomento ao Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas (empresa financiada/unidade)	42	3	7,14	Altamente deficiente	1.441.173,38	221.412,17	15,36
1859-Construção da Sede do IMEQ (sede construída/metro quadrado)	240	0	0,00	Altamente deficiente	0,00	0,00	0,00
1860-Emissão Laudo p/ Certificação Kimberley de Diamantes (laudo de origem emitido/unidade)	15	15	100,00	Ótimo	15.480,00	14.280,00	92,25
2479-Execução da Metrologia Legal (estabelecimento fiscalizado/unidade)	20.000	18.120	90,60	Regular	244.169,00	156.495,30	64,09
2480-Avaliação da Conformidade de Bens e Serviços-Qualidade (estabelecimento fiscalizado/unidade)	3.200	2.710	84,69	Altamente deficiente	42.460,00	32.834,57	77,33
2482-Gestão e Suporte aos Distritos Industriais (Dist. Industrial atendido/percentual)	100	45	45,00	Altamente deficiente	277.207,79	125.523,79	45,28
2958-Mapeamento Gemológico e Lapidação de Pedras Coradas (pessoa capacitada/pessoa)	120	56	46,67	Altamente deficiente	19.970,00	19.970,00	100,00

Descrição da Ação (Produto/Unid. Med.)	Meta Física			Resultado	Meta Financeira		
	Prevista	Realizada	%		Dotação Final	Vlr.Liquidado	%
2986-Orientação Técnica à Mineração (empreendimento atendido/unidade)	25	54	216,00	Altamente deficiente	352.684,96	272.365,39	77,23
2999-Apoio ao Desenvolvimento do Segmento de Energia (domicílio atendido/unidade)	1.082.412	0	0,00	Altamente deficiente	50.000,00	360,00	0,72
3025-Reforma e Ampliação da Sede da Jucemat (sede ampliada-equipada/percentual)	30	0	0,00	Altamente deficiente	238.000,00	0,00	0,00
3044-Construção do Sistema de Distribuição de Gás no Estado (rede construída/quilômetro)	5	0	0,00	Altamente deficiente	700.014,00	0,00	0,00
3088-Implantação de Sistemas Informatizados da MT Gás (sistema implantado/percentual)	100	0	0,00	Altamente deficiente	100.000,00	3.900,00	3,90
3646-Fomento ao Artesanato Matogrossense (projeto apoiado-executado/unidade)	3.400	2.690	79,12	Altamente deficiente	886.490,25	434.078,76	48,97
3647-Acompanhamento e Avaliação das Cadeias Produtivas (cadeia produtiva apoiada/unidade)	6	0	0,00	Altamente deficiente	50.400,00	0,00	0,00
3693-Fomento ao Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais – APLs (empresa beneficiada/unidade)	106	6	5,66	Altamente deficiente	129.741,83	7.415,00	5,72
3694-Construção da Sede da Sicme (sede construída/metro quadrado)	5	0	0,00	Altamente deficiente	50.000,00	0,00	0,00
3717-Apoio as Instituições para o Desenvolvimento de Biocombustíveis (projeto apoiado-executado/unidade)	30	0	0,00	Altamente deficiente	100.000,00	0,00	0,00
3729-Identificação e Caracterização Tecn. das Rochas Ornam. e Revestim. (depósito de rochas identific./unidade)	2	2	100,00	Ótimo	22.370,00	22.370,00	100,00
3731-Instrumentalização do Laboratório de Tecnologia Mineral (laboratório equipado/unidade)	25	25	100,00	Ótimo	29.759,00	1.549,00	5,21

Descrição da Ação (Produto/Unid. Med.)	Meta Física			Resultado	Meta Financeira		
	Prevista	Realizada	%		Dotação Final	Vlr.Liquidado	%
3732-Identificação das Áreas em Exploração pela Atividade Mineral MT (área identificada/unidade)	2	2	100,00	Ótimo	3.233.614,36	2.118.169,00	65,50
3733-Levantamento das Águas do Estado para Consumo e Lazer (documento técn. elaborado/unidade)	1	0	0,00	Altamente deficiente	14.976,00	14.976,00	100,00
4156-Comercialização de Gás Natural no Estado (gás natural comercializ./metro cúbico)	16.000.011	2	0,00	Altamente deficiente	6.375.330,00	135.791,55	2,13
4310-Criação de Oportunidades pela Concessão de Crédito (capital integralizado/unidade)	1	1	100,00	Ótimo	0,00	0,00	0,00
5118-Implantação do Proc. Melhoria do Clima de Negócios p/ Atração de Investimentos Florestais em MT (processo mapeado/percentual)	15	0	0,00	Altamente deficiente	1.170,00	1.170,00	100,00
5119-Desenvolvimento de Sistemas de Acompanhamento/Controle/Avaliação dos Programas de Incentivo (sistema implantado/percentual)	50	0	0,00	Altamente deficiente	644.110,00	0,00	0,00
5120-Implantação da Banco de Dados e Informações Econôm. de Mercado (banco dados implantado/percentual)	20	0	0,00	Altamente deficiente	104.950,00	0,00	0,00
5121-Implantação da Redesim (rede instalada/percentual)	30	30	100,00	Ótimo	447.756,00	11.740,00	2,62
5122-Diagnósticos Setoriais da Mineração (diagnóstico elaborado/unidade)	1	0	0,00	Altamente deficiente	15.265,00	14.030,00	91,91
TOTAL			I,NF		I,NF	I,NF	I,NF

Fonte: RAG 2012 e Relatório PLAN 63

O Programa "Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços, Minas e

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato

Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO

E

VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

511

Energia” tem por objetivo contribuir para a expansão, modernização e diversificação das atividades econômicas do Estado, estimulando a atração de investimento, inovação tecnológica das estruturas produtivas e o aumento da competitividade estadual.

O orçamento do programa, inicialmente fixado em R\$ 44,91 milhões, fechou o exercício com o valor total de R\$ 23.914.064,42. Deste total foi executado 30,53% da meta financeira, equivalente a R\$ 7.301.611,61.

Foi observado o cumprimento de apenas 35,74% da meta física do programa. Importa ressaltar a inconsistência verificada na informação da meta física da ação 4310 (Criação de Oportunidades pela Concessão de Crédito), que apresentou cumprimento de 100% na meta física, sem que houvesse execução de despesa. Se desconsiderada essa informação, o cumprimento da meta física do Programa 328 será de 32,86%.

Nota-se que, das trinta e seis ações previstas no programa, onze não foram executadas. E, das vinte e cinco ações executadas em 2012, apenas seis não apresentaram resultado altamente deficiente.

Foi constatado o cumprimento de 216% na meta física da ação 2986 (Orientação Técnica à Mineração), no entanto, a execução da meta financeira atingiu 77,23%, evidenciando falha no planejamento da meta física.

Além disso, verificou-se a ausência do cumprimento da meta física nas seguintes ações: 1846 (Elaboração do Balanço Estadual de Energia), 3733 (Levantamento das Águas do Estado para Consumo e Lazer), 5118 (Implantação do Proc. de Melhoria do Clima de Negócios para Atração de Investimentos Florestais em MT) e 5122 (Diagnósticos Setoriais da Mineração). Ressalta-se que essas ações apresentaram o seguinte resultado na execução da meta financeira: 58,31%, 100%, 100% e 91,91%, respectivamente.

Na ação 1837 (Incentivo a Projetos de Fomento Industrial e Comercial) havia uma previsão inicial de beneficiar 77 empresas. No final do exercício, verificou-se a aplicação de 70,44% dos créditos disponíveis, equivalente a R\$ 2.225.597,79, beneficiando 46 empresas.

Tabela 218: Pacto pela Vida (335)

Descrição da Ação (Produto/Unid. Med.)	Meta Física			Resultado	Meta Financeira		
	Prevista	Realizada	%		Dotação Final	Vlr.Liquidado	%
1073-Ampliação da Estrutura Logística para o Policiamento Ostensivo (unidade reaparelhada/unidade)	80	80	100,00	Ótimo	10.780.282,93	2.114.441,28	19,61
4262-Manutenção das Atividades da Rede Cidadã (pessoa atendida/unidade)	40.000	38.872	97,18	Bom	6.665.719,97	812.028,81	12,18
4271-Manutenção das Ações Gerais do Policiamento Ostensivo (unidade mantida/percentual)	140.000	132.314	94,51	Regular	14.477.324,82	12.983.647,29	89,68
4331-Fortalecimento do Policiamento Comunitário (ação realizada/unidade)	210	110	52,38	Altamente deficiente	12.089,37	12.089,37	100,00
4332-Melhoria dos Serv. Resposta às Vítimas Traumas por Acid. de Trânsito	25.000	25.000	100,00	Ótimo	235.270,00	135.629,50	57,65

Descrição da Ação	Meta Física				Meta Financeira		
(ocorrência atendida/unidade)							
4333-Desenvolvimento das Ações-Sociais do Corpo de Bombeiros (pessoa atendida/unidade)	3.700	3.700	100,00	Ótimo	95.540,43	82.132,73	85,97
4334-Educação para Resistência às Drogas - Proerd (pessoa atendida/unidade)	400.000	369.372	92,34	Regular	329.775,00	199.354,92	60,45
4336-Estruturação das Atividades de Polícia Comunitária (estruturação concluída/percentual)	100	89	89,00	Deficiente	790.389,05	615.682,46	77,90
5135-Implem. de Ações de Prevenção e Repressão de Ilícitos Penais - PJC (unidade instalada/unidade)	2	1	50,00	Altamente deficiente	29.400,00	0,00	0,00
5136-Priorização do Fórum da Vida - PJC (palestra/reunião realizada/unidade)	195	0	0,00	Altamente deficiente	0,00	0,00	0,00
5137-Prom. Segurança do Cidadão em Territ. Vulneráveis - Ações Proativas (pessoa atendida/unidade)	15.000	14.716	98,11	Ótimo	78.909,49	78.909,49	0,00
TOTAL			I,NF		I,NF	I,NF	I,NF

Fonte: RAG 2012 e Relatório PLAN 63

O Programa "Pacto pela Vida" tem por objetivo a redução dos índices de violência e criminalidade no Estado. O orçamento do programa, inicialmente fixado em R\$ 25,72 milhões, fechou o exercício com o valor total de R\$ 33.494.701,06. Deste total foi executado 50,86% da meta financeira, equivalente a R\$ 17.033.915,85.

Foi observado o cumprimento de 79,41% da meta física do programa. Importa ressaltar a inconsistência verificada na informação da meta física da ação 5135 (Implem. de Ações de Prevenção e Repressão de Ilícitos Penais), que apresentou cumprimento de 50%, sem que houvesse execução de despesa. Se desconsiderada essa informação, o percentual de cumprimento da meta física do Programa 335 será de 74,87%.

Nota-se que, das onze ações previstas, apenas duas não foram executadas. Das nove ações restantes, apenas duas apresentaram resultado deficiente e altamente deficiente.

Ao analisar o resultado da ação 1073 (Ampliação da Estrutura Logística para o Policiamento Ostensivo), verifica-se o cumprimento de 100% da meta física com a execução de apenas 19,61% da meta financeira, podendo evidenciar falha na fixação da despesa.

A ação 4331 (Fortalecimento do Policiamento Comunitário) apresenta o pior resultado do programa, visto que, apesar de ter sido aplicado todo o valor orçado, a meta financeira atingiu somente 52,38% do previsto.

Tabela 219: Programa Educação com Qualidade (340)

Descrição da Ação (Produto/Unid. Med.)	Meta Física				Meta Financeira		
	Prevista	Realizada	%	Resultado	Dotação Final	Vlr.Liquidado	%
3673-Informatização das escolas (escola atendida/unidade)	742	742	100,00	Ótimo	17.076.260,85	7.752.396,80	45,40
3856-Fortalecimento dos ciclos de formação humana no EF (escola atendida/unidade)	455	300	65,93	Altamente deficiente	9.992.844,77	383.566,63	3,84
3886-Qualidade de vida (profissional atendido/servidor)	12.600	12.600	100,00	Ótimo	166.916,18	166.916,18	100,00
3890-Articulação e consolidação de políticas públicas educacionais (município cooperado/unidade)	141	141	100,00	Ótimo	881.411,91	109.237,51	12,39
3904-Modernização da infraestrutura TI (infraestrutura modernizada/%)	100	50	50,00	Altamente deficiente	773.297,61	9.709,73	1,26
3907-Aquisição e desenvolvimento de software (subsistema implantado/%)	100	100	100,00	Ótimo	2.039.868,19	1.801.063,04	88,29
4110-Fortalecimento da estrutura organizacional dos Cefapros (unidade fortalecida/unidade)	15	15	100,00	Ótimo	12.143.217,32	3.749.581,60	30,88
4111-Acompanham./Monitoram./Avaliação dos Serviços de Infraestrutura (escola atendida/unidade)	8.507	8.507	100,00	Ótimo	1.104.913,60	1.080.734,04	97,81
4117-Atendimento e Manutenção do Transporte Escolar (município atendido/unidade)	141	141	100,00	Ótimo	53.224.973,47	51.922.235,47	97,55
4118-Manut./Acompanham./Monitoramento das Assessorias Pedagógicas (assessoria mantida/unidade)	100	100	100,00	Ótimo	1.499.912,43	1.044.737,28	69,65
4119-Manutenção/Monitoramento das Escolas Estaduais de MT (escola mantida/unidade)	724	736	101,66	Ótimo	86.126.137,78	82.274.032,43	95,53

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E

516

Descrição da Ação (Produto/Unid. Med.)	Meta Física			Meta Financeira			
	Prevista	Realizada	%	Resultado	Dotação Final	Vlr.Liquidado	%
4120-Coordenação/Execução do Programa Estadual de Alimentação Escolar (escola atendida/unidade)	724	0	0,00	Ótimo	35.643.815,08	31.047.776,09	87,11
4370-Manutenção de Bibliotecas e Atualização de Acervo (escola atendida/unidade)	724	740	102,21	Ótimo	28.070,45	22.338,00	79,58
4371-Expansão/Melhoria da Infraestrutura Física de Atendimento Educacional-EF (escola atendida/unidade)	1.237	620	50,12	Altamente deficiente	143.445.538,51	18.425.059,22	12,84
4372-Expansão/Melhoria da Infraestrutura Física de Atendimento Educacional-EM (escola atendida/unidade)	107	24	22,43	Altamente deficiente	48.877.429,54	428.339,86	0,88
4376-Manut. da Estrutura das Unidades de Ensino com Equipamentos e Mobiliários (escola atendida/unidade)	742	702	94,61	Regular	55.085.813,54	14.673.118,58	26,64
4377-Fortalecimento da Organização Curricular para EJA (vaga ampliada/vaga)	100.000	100.000	100,00	Ótimo	6.820.955,62	2.766.080,06	40,55
4378-Implantar e Consolidar a Educação Quilombola (aluno atendido/aluno)	1.300	1.300	100,00	Ótimo	538.913,90	52.180,04	9,68
4379-Fortalecimento da Política de Educação Escolar Indígena (aluno atendido/aluno)	8.800	8.800	100,00	Ótimo	8.424.258,48	1.020.335,89	12,11
4380-Atendimento ao Aluno com Necessidades Educacionais Especiais (aluno atendido/aluno)	12.685	13.060	102,96	Bom	7.932.558,28	6.984.353,86	88,05
4381-Fortalecer/Ampliar/Consolidar as Políticas de Educação do Campo em MT (aluno atendido/aluno)	50.000	50.000	100,00	Ótimo	5.544.507,11	280.340,85	5,06

F:\CONSELHEIRO

DOMINGOS

NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

E

517

Descrição da Ação (Produto/Unid. Med.)	Meta Física			Meta Financeira			
	Prevista	Realizada	%	Resultado	Dotação Final	Vlr.Liquidado	%
4382-Inclusão e Fortalecimento das Temáticas da Diversidade na EB (escola atendida/unidade)	724	362	50,00	Altamente deficiente	352.282,96	10.508,16	2,98
4383-Fortalecimento da Educação Ambiental na Educação Básica (escola atendida/unidade)	724	724	100,00	Ótimo	434.348,28	54.790,20	12,61
4428-Avaliação Sistêmica para a Aprendizagem - EF (aluno atendido/aluno)	47.064	0	0,00	Altamente deficiente	0,00	0,00	0,00
4429-Apoio Técnico Pedagógico aos Municípios na Expansão e Melhoria do EI (município atendido/unidade)	141	50	35,46	Altamente deficiente	81.528,02	76.778,02	94,17
4432-Melhoria e Ampliação do Processo de Avaliação de Desempenho (profissional atendido/servidor)	17.000	11.000	64,71	Altamente deficiente	68.613,27	56.649,27	82,56
4439-Avaliação Sistêmica para Aprendizagem - Ensino Médio (aluno atendido/aluno)	49.416	0	0,00	Altamente deficiente	5.700,00	0,00	0,00
4440-Fortalecimento da Gestão Democrática nas Escolas da Rede Estadual (equipe atendida/unidade)	724	724	100,00	Ótimo	1.476.807,67	919.538,09	62,27
4441-Fortalecimento do Ensino Médio com Qualidade Social (escola atendida/unidade)	459	56	12,20	Altamente deficiente	3.465.349,65	201.765,96	5,82
4442-Oferta de Formação Continuada para Todos os Profissionais da EB (profissional qualificado/servidor)	35.580	0	0,00	Altamente deficiente	2.497.432,32	2.319.701,82	92,88
4443-Articulação com Instituições Formadoras (profissional qualificado/servidor)	350	100	28,57	Altamente deficiente	106.040,46	55.937,73	52,75

Descrição da Ação (Produto/Unid. Med.)	Meta Física			Resultado	Meta Financeira		
	Prevista	Realizada	%		Dotação Final	Vlr.Liquidado	%
4444-Implementação da Oferta de Ensino Médio Integrado à Ed. Profissional (aluno atendido/aluno)	8.300	8.300	100,00	Ótimo	12.438.835,29	644.694,96	5,18
4445-Apoio a Prog./Projetos Articulados ao Projeto Político Pedagógico Escolar (escola atendida/unidade)	724	690	95,30	Bom	4.564.381,78	1.200.426,64	26,30
TOTAL			I,NF		I,NF	I,NF	I,NF

Fonte: RAG 2012 e Relatório PLAN 63

O “Programa Educação com Qualidade” tem por objetivo a melhoria da qualidade do ensino, a universalização do atendimento na educação básica e a elevação dos índices de escolarização em Mato Grosso.

O orçamento do programa, inicialmente fixado em R\$ 423,21 milhões, fechou o exercício com o valor total de R\$ 522.862.934,32. Deste total foi executado 44,29% da meta financeira, equivalente a R\$ 231.561.103,57.

Foi observado o cumprimento de 72% da meta física do programa. Observa-se que, das trinta e três ações previstas, apenas duas não foram executadas. Das 31 ações restantes, nove apresentaram resultado altamente deficiente.

Cabe mencionar a ausência de informação da meta física realizada nas ações 4120 (Coordenação/Execução do Programa Estadual de Alimentação Escolar) e 4442

(Oferta de Formação Continuada para Todos os Profissionais da EB), as quais apresentaram execução da meta financeira no percentual de 87,11% e 92,88%, respectivamente.

Foram verificadas várias ações cuja meta física foi executada integralmente com aplicação de recursos em percentual abaixo de 50%, podendo indicar falha no planejamento da meta financeira. São elas: 3673 (Informatização das escolas) com 45,40%, 3890 (Articulação e consolidação de políticas públicas educacionais) com 12,39%, 4110 (Fortalecimento da estrutura organizacional dos Cefapros) com 30,88%, 4377 (Fortalecimento da Organização Curricular para EJA) com 40,55%, 4379 (Fortalecimento da Política de Educação Escolar Indígena) com 12,11%, 4381 (Fortalecer/Ampliar/Consolidar as Políticas de Educação do Campo em MT) com 5,06% e 4383 (Fortalecimento da Educação Ambiental na Educação Básica) com 12,61%.

17. CONTROLE INTERNO

Por meio do art. 1º da Lei Complementar nº 295/2007 foi instituído o Sistema Integrado de Controle Interno do Estado de Mato Grosso, o qual compreendeu os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e os órgãos Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas do Estado.

De acordo com o art. 52, §2º da Constituição do Estado de Mato Grosso, a Auditoria Geral do Estado – AGE constitui-se como o órgão superior de Controle Interno do Poder Executivo Estadual. A AGE emitiu parecer técnico conclusivo de controle interno relativo ao Balanço Geral do Estado de 2012, o qual encontra-se anexo nas fls. 2310/2368 TCE.

A Auditoria Geral do Estado – AGE, criada pela Lei Estadual nº 4.087, de 11.07.1979, é órgão autônomo e superior de Controle Interno, diretamente subordinado ao Governador do Estado, instituição permanente e essencial ao Controle Interno do Poder Executivo Estadual, exerce as funções constitucionais previstas no art. 74 da Constituição Federal e art. 52 da Constituição Estadual, e competências estabelecidas na Lei

Complementar 295/2007, que dispõe sobre o Sistema Integrado de Controle Interno do Estado de Mato Grosso, na Lei Complementar 198/2004, no Decreto 1341/1996 e no Decreto 6035/2005, assim como as funções de auditoria governamental, controladoria, corregedoria e ouvidoria.

O Tribunal de Contas do Estado, almejando fomentar incentivo à administração pública gerencial, bem como estabelecer a aplicação técnica de um controle interno voltado para a eficiência e o resultado, editou a Resolução nº 01/07, aprovando o “Guia para Implantação do Sistema de Controle Interno na Administração Pública”.

O art. 5º dessa Resolução Normativa estabeleceu que o Manual de Rotina Internas e Procedimentos de Controle a que se refere esse Guia deveria ser concluído até o final de 2011, estabelecendo a ordem de prioridade ano a ano.

Por meio da Lei Complementar nº 413 de 20.12.2010 foram transferidas para a AGE competências referentes as atividades de Ouvidoria e Corregedoria no âmbito do Poder Executivo. Dessa forma, em virtude dessas novas atribuições, foram criadas pela AGE as Secretarias Adjuntas de Auditoria, de Corregedoria e de Ouvidoria e a Unidade Especializada de Auditoria da SECOPA (Decreto no 753 de 03.10.11).

Desde 2011 a Auditoria Geral do Estado passou a atuar na área de Auditoria Governamental e Controle por Sistemas de Gestão, resultando na especialização das equipes e, conseqüente, avanço no nível de conhecimento e acompanhamento de cada área da gestão pública.

Assim, as áreas de especialidades dessas funções são as seguintes:

1. Contabilidade, Financeiro e Patrimônio;
2. Transferências, Convênios, Planejamento e Orçamento;
3. Aquisições e Apoio Logístico;
4. Gestão de Pessoas e Previdência;
5. Obras e Serviços de Engenharia;
6. Tecnologia da Informação;
7. Desenvolvimento dos Subsistemas de Controle;
8. Obras da Copa do Mundo – FIFA-2014.

17.1. Parecer Técnico Conclusivo do Controle Interno

Cumprindo sua obrigação constitucional de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, e de acordo com o § 2º, do artigo 25, da Lei Complementar nº 269/2007, de 22/01/2007 – Lei Orgânica do TCE/MT a Auditoria Geral do Estado emitiu Parecer Técnico Conclusivo de Controle Interno, elaborado em Abril de 2013 que acompanha a Prestação de Contas Anual de Governo, em atendimento à Lei

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS
E
523

Complementar nº 269/2007, artigo 25, §2º (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso) e da Lei Complementar nº 295/2007, que em seu artigo 6º, inciso XVIII, prevê que compete à Unidade de Controle Interno examinar e emitir parecer sobre as contas anuais prestadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Nesse parecer a Auditoria Geral do Estado faz análise do Planejamento Governamental; da execução orçamentária, financeira e patrimonial; dos resultados dos programas de governo; dos limites constitucionais e legais; das medidas de recuperação de créditos e incremento da receita, do sistema de controle interno do Poder Executivo; das ações de transparência; do cumprimento das determinações e recomendações de auditoria.

É importante informar que a AGE fez constar do seu Parecer a seguinte informação “Ressalta-se que não foi possível analisar os demonstrativos contábeis das Contas de Governo, pois a Secretaria de Estado de Fazenda, até o fechamento desse trabalho, em 01 de abril de 2013, não havia encaminhado a prestação de contas (Balanço Geral do Estado) à Auditoria Geral do Estado, descumprindo, portanto, o prazo estabelecido no art. 29 do Decreto nº 945, de 12 de janeiro de 2012 e na Portaria Conjunta SEPLAN/SEFAZ/SAD/AGE nº 07, de 24 de outubro de 2012.”

O Parecer Técnico Conclusivo de Controle Interno das Contas de Governo relativo ao exercício de 2012, elaborado em abril de 2013, contemplou tópicos relativos a: perfil do poder executivo de mato grosso; planejamento governamental – PPA, LDO E LOA; análise execução orçamentária, financeira, patrimonial; análise da receita pública; análise dos resultados dos programas de governo; limites constitucionais e legais; do sistema de

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS
E
524

controle interno do poder executivo; ações de transparência; monitoramento das recomendações e determinações das contas de governo 2010 e 2011 – parecer prévio TCE nº 05/2011 e nº 05/2012.

Por meio da Resolução Normativa no 13/2010 do TCE-MT, foi determinada a AGE que a partir de maio de 2011, emitisse um Parecer de Auditoria nos processos de benefício previdenciário, admissão de pessoal decorrentes de concurso publico e nos processos referentes a contratação temporária.

O Parecer apresenta relatório sobre a ação do Sistema de Controle do Poder Executivo e destaca as funções de auditoria governamental; principais trabalhos nos Sistemas de Contabilidade, Financeiro e Patrimônio; principais trabalhos nos Sistemas Planejamento e Transferência; principais trabalhos nos Sistemas de Aquisições e Apoio Logístico; Gestão de Pessoas e Previdência; Obras da Copa do Mundo – FIFA-2014; Obras e Serviços de Engenharia; Função de Corregedoria; Função de Ouvidoria.

No Parecer constam os Produtos de Auditoria Governamental e Controladoria elaborados no exercício de 2012, cujos dados encontram inseridos no quadro a seguir:

Superintendência de auditoria por subsistemas	Recomendação técnica	Manifestação	Orientação	Pareceres	Relatórios	Total geral - 2012
Contabilidade/financeiro e patrimônio - SCFP	9	3	11	55	4	82
Transferência/convêni	4	0	10	55	8	77

F:\CONSELHEIRO
NETO\Gabinete_2013\Ativ_Fins\Juris_Exercicio_2012\Governo_Estado_Mato
Grosso\Contas_Anuais_Governo_Estado_Municipal\RELATÓRIO
VOTO\92797_2013_Relatório_detalhado.odt

DOMINGOS

E
525

os/planejamento e orçamento - STCPO						
Aquisições e apoio logístico - SAAL	6	0	5	15	8	34
Pessoal/previdência e serviços terceirizados - SPPST	14	1	4	0	5	24
Previdência - PPST	0	0	568	1972	0	2540
Pessoal - PPST	0	0	1	131	0	132
Obras e serviços terceirizados - SOSE	5	2	5	6	5	23
Unidade especial de auditoria da SECOPA	2	2	23	7	10	44
Tecnologia da informação - STI	0	0	2	0	2	4
Demanda secretários / SDC	9	2	9	9	10	39
TOTAL	49	10	638	2250	52	2999

A seguir relata-se de forma resumida os trabalhos realizados pela AGE que tiveram impactos significativos na gestão dos recursos estaduais os apresentados nos tópicos subsequentes, relativas às áreas de atuação das funções de Auditoria Governamental e Controladoria.

18. PARECER MINISTERIAL

O Ministério Público de Contas, por meio do Dr. William de Almeida Brito Júnior, Procurador Geral de Contas, emitiu o Parecer nº 3243/2013, nestes termos:

a) pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das *contas anuais de Governo do Estado de Mato Grosso, referentes ao exercício de 2012, prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador Silval da Cunha Barbosa;*

b) pela **recomendação** ao Poder Legislativo Estadual para que **determine** ao Chefe do Poder Executivo Estadual que adote as seguintes providências:

a) Em relação ao Fundo de Previdência do Estado:

1. Que o Estado adote medidas para viabilizar o Fundo de Previdência do Estado.

No ano de 2012 o Saldo Financeiro Previdenciário acumulado dos anos de 2011 e 2012 é deficitário no valor de R\$ 725 milhões e com projeção para ocorrer um forte crescimento deste saldo negativo (ano de 2020 R\$ 8.397 bilhões; ano de 2030 R\$ 29.258 bilhões; ano de 2040 R\$ 68.552 bilhões e para o ano de 2048 onde inicia-se a redução do crescimento do déficit o valor é de R\$ 111.660 bilhões). O Fundo de Previdência encontra-se tecnicamente insolvente por estar deficitário quanto ao Resultado Previdenciário e ao Saldo Financeiro do Exercício, requerendo que se adote medidas urgentes para sanear-lo.

b) Em relação à contabilidade:

2. Que elabore demonstrativos da operacionalização de valores sob controle do Gabinete do Vice-Governador demonstrando os órgãos e as respectivas dotações orçamentárias e execução das despesas conforme Lei Orçamentária. O procedimento citado impossibilita visualizar as dotações orçamentárias e os valores realizados dos órgãos do governo, prejudicando a transparência da gestão pública. Recomenda-se que os Anexos 11 futuramente sejam vinculados às Unidades ou órgãos de responsabilidade original, demonstrando as receitas e despesas totais de cada um, mesmo que o controle seja executado pelo Gabinete do Vice-Governador. (item 14.3.1. "a").

3. Que utilize a mesma nomenclatura para fatos contábeis semelhantes em todos os Anexos da Lei nº 4.320/64, visto que foi constatada diferenciação nos registros do Balanço Patrimonial e na Demonstração da Dívida Flutuante, no que se refere aos restos a pagar.

c) Em relação ao equilíbrio financeiro e orçamentário:

4. Que adote medidas para manter o equilíbrio financeiro e orçamentário nos exercícios de 2013 e 2014 para que, ao final do mandato a disponibilidade de caixa do Estado seja suficiente para a cobertura dos compromissos assumidos, conforme determina o artigo 42 da LRF.

d) Em relação ao MT Saúde:

5. Que observe os percentuais de desoneração da participação do Tesouro Estadual na cobertura do déficit do MT Saúde.

e) Em relação à educação:

6. Que o governo do estado ajuste seu orçamento para que em 2013 o total gasto em educação no Estado pelo governo estadual e municípios corresponda a 5% ou mais do PIB do Estado;

7. Que seja adequado o Plano de Ação encaminhado a este Tribunal

de Contas (Relatório AGE N° 56/2011) de forma a que este contemple ações para serem iniciadas e concluídas em 2013 e nos exercícios subsequentes, referente à determinação 3, letras “D” e “E” do Parecer das Contas de 2011;

8. Que o governo, ao elaborar/ajustar o Plano de Providências, decompõe os prazos para execução das ações propostas de maneira a evidenciar o que será realizado até o final do exercício de corrente e nos exercícios seguintes até o término do prazo;

9. Criar ações de incentivos à permanência do aluno na escola em todas as faixas de ensino; (Determinação do Parecer do ano de 2011);

10. Criar grupos de estudos para definição de ações emergenciais e de caráter continuado em educação que garantam evolução da qualidade do ensino nos indicadores que se encontram abaixo da média nacional e da região Centro Oeste. (Determinação do Parecer do ano de 2011).

11. Que o governo cumpra a determinação do Parecer das Contas de 2011 de “repor ao FUNDEB o valor de R\$ 4.387.951,51, até 31/12/2013, em face do valor repassado a menor no exercício de 2011”;

12. Que o governo do Estado adote como base de cálculo para a contribuição para formação do FUNDEB a receita bruta do ICMS, ITCMD e IPVA;

13. Que o governo do Estado reponha ao FUNDEB o valor de R\$ 39.018.873,32, até 31/12/2014, em face do valor repassado a menor no exercício de 2012;

f) Em relação à saúde:

14. Que o governo priorize as ações de saúde voltadas para a atenção pré-natal, à saúde da mãe, ao parto e ao recém-nascido;

15. Que o governo adequar o Plano de Ação encaminhado a este

Tribunal de Contas (Relatório AGE N° 56/2011) de forma a que este contemple ações para serem iniciadas e concluídas em 2013 voltadas para a atenção pré-natal, à saúde da mãe, ao parto e ao recém-nascido;

16. Que seja criado em 2013 um grupo multidisciplinar para identificar soluções para a redução na taxa de internação por infecção respiratória aguda;

17. Que o governo do estado elabore um plano de ação detalhado por exercícios com medidas para maximizar a redução na taxa de internação por infecção respiratória aguda;

18. Que seja criado em 2013 um grupo multidisciplinar para identificar soluções para o combate da incidência de hanseníase;

19. Que o governo do estado elabore um plano de ação detalhado por exercícios com medidas para maximizar a redução da incidência de hanseníase;

20. Que seja priorizado investimentos na cobertura pela vacina Tetravalente nos municípios com taxa de vacinação inferior à média nacional, conforme dados de 2011;

21. Que seja criado em 2013 um grupo multidisciplinar para identificar soluções para a prevenção e combate da tuberculose em todas as formas;

22. Que o governo do estado elabore um plano de ação detalhado por exercícios com medidas para prevenção e combate da tuberculose em todas as formas.

g) Em relação à segurança pública:

23. Que o governo do estado busque junto ao governo federal, alternativas para a solução do déficit de vagas no Sistema Penitenciário do Estado;

24. Que o Governo do Estado utilize a avaliação de resultados de políticas de segurança, segundo a metodologia construída pelo

TCE/MT, como ferramenta de auxílio na gestão e definição de políticas e diretrizes para área de segurança;

25. Que sejam adotadas medidas urgentes e pontuais no município de Várzea Grande, tendo em vista que em 2011 o município concentrou as taxas mais elevadas de vitimização e criminalidade do Estado em seis dos sete indicadores avaliados;

26. Que seja elaborado e encaminhado ao TCE, no prazo de 120 dias, um plano de providências, por regional, identificando as ações a serem adotadas com vista a redução dos elevados índices de criminalidade e vitimização de cada regional e contemplando todos os indicadores avaliados;

27. Que seja criado um grupo multidisciplinar para identificar os fatores que contribuíram para o crescimento da Taxa de Homicídio de jovens de 19 a 29 anos na maioria das regionais;

28. Que o Governo do estado elabore um plano de providências detalhado por exercícios com medidas para conter o crescimento da Taxa de Homicídio de jovens de 19 a 29 anos.

h) Em relação aos incentivos fiscais:

29. Que o Governo do estado regularize os processos do PRODEI que se encontram na PGE, para que sejam finalizados os que foram totalmente pagos e encaminhados à Secretaria de Indústria, Comércio Minas e Energia para a baixa da dívida. E os que ainda tem saldo a recolher, notificar as empresas para que estas efetuem o devido recolhimento do ICMS postergado, ou os valores devidos aos Fundos – FUNDEIC e FUNDED. E ainda os processos que tem outras pendências relativas aos incentivos fiscais sejam tomadas as devidas providências.

30. Que o Governo do Estado normatize as competências das Secretarias SICMI e SEFAZ, visando a integração dos dois órgãos para que as informações dos incentivos concedidos sejam

fidedignas, encaminhe a este Tribunal.

j) Em relação ao controle interno:

31. Que a Auditoria Geral do Estado - AGE cumpra os prazos para implementação de todas as ações estabelecidas constantes do Plano de Providências das Contas de Governo 2011.

32. Que elabore um relatório consolidado das unidades sistêmicas de governo.

j) Em relação à gestão de pessoal:

33. Adequar planejamento para extinguir ou pelo menos diminuir a quantidade de pessoal contratado temporariamente, tendo em vista que do quadro de pessoal do Poder Executivo, esse tipo de vínculo representa 28,94% em relação ao quadro total de servidores ativos, ou seja, do quantitativo de 65.288 servidores ativos, 18.892 são de contratados temporariamente;

34. No exercício de 2012 evidencia-se o percentual de 48,87 de professores temporários em relação ao quadro total de professores. Desse modo, considera-se essencial a aceleração da política de substituição dos professores contratados temporariamente por professores efetivos, conforme a recomendação que já havia sido proferida por esta Corte de Contas mediante Parecer Prévio das Contas Anuais de Governo – Estado de Mato Grosso – exercício de 2011;

35. A média de alunos por professor estadual vem aumentando ao longo dos exercícios de 2008 a 2012, sendo fundamental para o desenvolvimento educacional, a política de redução da proporção média de alunos por professores através do aumento da quantidade de professores, o que garantirá uma maior atenção e qualidade no ensino básico estadual;

36. Aumentar a quantidade de policiais militares e, conseqüentemente, melhorar o índice de habitantes por policial

militar, o que concorrerá para uma atuação mais efetiva na diminuição da violência no Estado de Mato Grosso;

37. Investimentos no quadro de profissionais médicos, equalizando a proporção entre a demanda e o quantitativo de médicos, garantindo o atendimento com qualidade à população.

k) Em relação às obras:

38. Que a SEPLAN busque mecanismo para corrigir essas distorções, evitando que *parem dúvidas quanto as informações que são alimentadas no RAG.*

39.

É o Relatório.

Tribunal de Contas, junho de 2013.

(Assinatura digital)

CONSELHEIRO DOMINGOS NETO

RELATOR